



## REOT - CELORICO DE BASTO

### RELATÓRIO SOBRE O ESTADO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO



VERSÃO FINAL

## FICHA TÉCNICA DO DOCUMENTO

<b>Título:</b>	Relatório sobre o Estado de Ordenamento do Território
<b>Descrição:</b>	Relatório que pretende acompanhar a evolução e avaliação do processo de planeamento e dos instrumentos de gestão territorial.
<b>Data de produção:</b>	Outubro de 2019
<b>Data da última atualização:</b>	11 de outubro de 2019
<b>Versão:</b>	Versão Final
<b>Coordenador de Projeto:</b>	José António Peixoto Lima   Geografia Diretor do Departamento de Planeamento e Serviços Socioculturais do MCB
<b>Elaborado por:</b>	Ana Paula Antunes   Arquitetura Departamento de Planeamento e Serviços Socioculturais (DPSSC - Município de Celorico de Basto)
<b>Colaboração:</b>	Divisão de Ambiente e Recursos Naturais (DARN) do MCB Divisão de Obras Municipais (DOM) do MCB Divisão de Planeamento (DP) do MCB Gabinete de Economia e Gestão (GEG) do MCB Gabinete de Educação (GE) do MCB Gabinete Técnico Florestal (GTF) do MCB Divisão de Gestão Urbanística (DGU) do MCB Unidade de Serviços Sociais e de Saúde (USSS) do MCB Geoatributo CITOP, Lda. Diogo Mota Reis   Estágio curricular   Geografia
<b>Estado do documento:</b>	1º REOT – Versão Final
<b>Nome do Ficheiro Digital:</b>	20191011_REOT_Proposta_V4.2_VersaoFinal

# Índice

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>6</b>
<b>2. QUADRO DE REFERÊNCIA LEGAL .....</b>	<b>8</b>
<b>3. OBJETIVOS.....</b>	<b>10</b>
<b>4. METODOLOGIA.....</b>	<b>11</b>
<b>5. CARACTERIZAÇÃO E ENQUADRAMENTO GERAL .....</b>	<b>14</b>
<b>6. PDM – ENQUADRAMENTO LEGAL E ESTRATÉGICO.....</b>	<b>15</b>
<b>7. ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO .....</b>	<b>19</b>
<b>8. AVALIAÇÃO DO ESTADO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO (FICHAS SÍNTESE DE INDICADORES).....</b>	<b>23</b>
8.1 SOCIOECONÓMICO .....	27
8.2 EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS.....	102
8.3 ESPAÇO URBANO .....	133
8.4 ACESSIBILIDADES E MOBILIDADE .....	170
8.5 AMBIENTE .....	189
<b>9. AVALIAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE PLANEAMENTO .....</b>	<b>232</b>
9.1 – PLANO DIRETOR MUNICIPAL .....	232
9.1.1 – AVALIAÇÃO DA CONCRETIZAÇÃO DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS.....	234
9.1.2 – Avaliação da execução do Plano .....	239
9.1.3 – Programação da Execução do Plano .....	252
9.1.3.1 – UNIDADES OPERATIVAS DE PLANEAMENTO E GESTÃO .....	252
9.1.3.2 – ÁREAS ABRANGIDAS POR UNIDADES DE EXECUÇÃO.....	254
9.1.4 – Avaliação ambiental.....	255
9.2 – PLANO DE URBANIZAÇÃO .....	260
9.3 – PLANOS DE PORMENOR .....	266
9.4 – OUTROS PLANOS.....	268
9.5 – PLANOS TERRITORIAIS PREVISTOS .....	272

<b>10 – CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>273</b>
10.1 – AVALIAÇÃO DOS EFEITOS DO PLANO .....	277
10.1.1 – Síntese Da Avaliação .....	277
10.1.2 - Melhorias A Introduzir No Processo De Monitorização .....	279
10.1.3 – Breve Resumo Dos Indicadores .....	280
10.2 – REVISÃO DO PDM DE CELORICO DE BASTO .....	283
<b>INFORMAÇÕES TÉCNICAS .....</b>	<b>284</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>285</b>
<b>REFERÊNCIAS ELETRÓNICAS.....</b>	<b>286</b>
<b>LEGISLAÇÃO .....</b>	<b>286</b>

## ÍNDICE DE FIGURAS

<b>Figura 1</b>	Modelo Digital de Terreno, Concelho de Celorico de Basto.....	19
<b>Figura 2</b>	Cinco eixos de desenvolvimento sustentável.....	23
<b>Figura 3</b>	Extrato do Mapa da Rede Nacional de Transporte de Eletricidade, 2016.....	129
<b>Figura 4</b>	Rede principal de fibra ótica (backbone) que atravessa o quadrante nordeste do concelho de Celorico de Basto, no âmbito da Rede de Nova Geração (RNG) .....	131
<b>Figura 5</b>	Distribuição do n.º de licenças emitidas e novos equipamentos nos 4 principais centros urbanos, Celorico de Basto (07/2014 - 05/2018) .....	158 e 159
<b>Figura 6</b>	Exemplo de uma área de solo rural reconvertida em plantação de vinha e sua evolução no concelho de Celorico de Basto (2002 – 2012) .....	206
<b>Figura 7</b>	Exemplo de uma área de solo rural reconvertida em plantação de aromáticas e sua evolução no concelho de Celorico de Basto (2002 – 2012 - 2015) .....	208
<b>Figura 8</b>	Exemplo de uma área de solo rural reconvertida em plantação de pequenos frutos (mirtilos) e sua evolução no concelho de Celorico de Basto (2002 – 2012 - 2015) .....	208
<b>Figura 9</b>	Modelo de ocupação territorial do Plano de Urbanização da Vila de Celorico de Basto.....	263
<b>Figura 10</b>	Enquadramento do PMDFCI com outros instrumentos de ordenamento do território.....	269

## ÍNDICE DE MAPAS

<b>Mapa 1</b>	Modelo de ocupação territorial do Concelho de Celorico de Basto.....	16
<b>Mapa 2</b>	Divisão territorial da região: NUT III e Municípios limítrofes.....	20
<b>Mapa 3</b>	Hierarquia da rede viária do concelho de Celorico de Basto.....	21
<b>Mapa 4</b>	Sub-Regiões Homogéneas e Corredor Ecológico do PROF EDM no concelho de Celorico de Basto.....	22
<b>Mapa 5</b>	Parques Infantis existentes no concelho de Celorico de Basto.....	115
<b>Mapa 6</b>	Equipamentos de saúde existentes no concelho de Celorico de Basto.....	120
<b>Mapa 7</b>	Farmácias existentes no concelho de Celorico de Basto.....	121
<b>Mapa 8</b>	Instalação dos Agentes de segurança e proteção civil no concelho de Celorico de Basto.....	122
<b>Mapa 9</b>	Rede de abastecimento de água – executada e proposta (2017).....	124
<b>Mapa 10</b>	Rede de drenagem de águas residuais – executada e proposta (2017).....	126
<b>Mapa 11</b>	Localização dos ecopontos distribuídos pelo Concelho (2014 - 2017).....	128
<b>Mapa 12</b>	Rede elétrica de 15kv e 60kv do Concelho de Celorico de Basto (atualizado a 20-11-2018).....	130
<b>Mapa 13</b>	Localização da rede de fibra ótica existente e prevista no concelho de Celorico de Basto (2018)	132
<b>Mapa 14</b>	Localização dos imóveis classificados e em vias de classificação, 2017, Celorico de Basto.....	134
<b>Mapa 15</b>	Localização do parque edificado a recuperar nas ARUs com base nas licenças de construção emitidas, Celorico de Basto (07/2014 – 05/2018).....	136
<b>Mapa 16</b>	Localização dos imóveis a recuperar/recuperados na ARU 2 - PP do Centro Tradicional, com base no PARU, atualizado a partir de pareceres emitidos, pedidos de certidão e vistorias, junho 2018, Celorico de Basto.....	137
<b>Mapa 17</b>	Estado de conservação do edificado e edifícios recuperados nas ARU, de acordo com o PARU, junho 2016, Celorico de Basto.....	138
<b>Mapa 18</b>	Distribuição do n.º de licenças emitidas de operações urbanísticas por classificação do solo – Urbano e Rural, com base no PDM em vigor, Celorico de Basto (07/2014-05/2018).....	142
<b>Mapa 19</b>	Distribuição do n.º de licenças emitidas de operações urbanísticas em Solo urbanizável, Celorico de Basto (07/2014-05/2018).....	145
<b>Mapa 20</b>	Rede viária construída, Celorico de Basto (2017).....	171
<b>Mapa 21</b>	Rede viária proposta, Celorico de Basto (2017).....	173
<b>Mapa 22</b>	Rede de transportes públicos interconcelhia, Celorico de Basto (2017).....	177
<b>Mapa 23</b>	Rede de transporte público e escolar, Celorico de Basto (ano letivo 2018/2019).....	178 E 180
<b>Mapa 24</b>	Cobertura espacial da rede interconcelhia de paragens de transportes públicos, Celorico de Basto (2017).....	181
<b>Mapa 25</b>	Cobertura espacial dos serviços de transporte de passageiros em táxi, Celorico de Basto (2017)	183
<b>Mapa 26</b>	Redes de Ecopistas, Celorico de Basto (2017).....	185
<b>Mapa 27</b>	Instalação de postos de carregamento de veículos elétricos no concelho de Celorico de Basto (2018).....	187
<b>Mapa 28</b>	Povoamentos florestais, Celorico de Basto, (Carta de Ocupação do Solo 2015).....	190
<b>Mapa 29</b>	Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) no concelho de Celorico de Basto (2017).....	195
<b>Mapa 30</b>	Área de vinha segundo a Carta de uso e Ocupação do Solo (COS2015), Celorico de Basto.....	206
<b>Mapa 31</b>	N.º de explorações pecuárias, Celorico de Basto (2017).....	211
<b>Mapa 32</b>	Espaços verdes públicos e áreas de recreio e lazer existentes, em Celorico de Basto (2017).....	213
<b>Mapa 33</b>	Delimitação da Reserva Ecológica Municipal (REN) em vigor no concelho de Celorico de Basto...	217
<b>Mapa 34</b>	Delimitação da Reserva Agrícola Municipal (RAN) em vigor no concelho de Celorico de Basto.....	219

## ACRÓNIMOS

<b>AAE</b>	Avaliação Ambiental Estratégica
<b>ANPC</b>	Autoridade Nacional de Proteção Civil
<b>APA</b>	Agência Portuguesa do Ambiente
<b>ARU</b>	Área de Reabilitação Urbana
<b>DL</b>	Decreto-Lei
<b>DR</b>	Decreto-Regulamentar
<b>EEM</b>	Estrutura Ecológica Municipal
<b>EEU</b>	Estrutura Ecológica Urbana
<b>ERSAR</b>	Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos
<b>FCD</b>	Fatores Críticos para a Decisão
<b>GNR</b>	Guarda Nacional Republicana
<b>IFRRU</b>	Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas
<b>IG</b>	Informação Geográfica
<b>IGT</b>	Instrumento de Gestão Territorial
<b>NUT</b>	Unidade Territorial Estatística
<b>PAMUS</b>	Plano Municipal de Mobilidade Urbana Sustentável
<b>PDM</b>	Plano Diretor Municipal
<b>PDMCB</b>	Plano Diretor Municipal de Celorico de Basto
<b>PERU</b>	Plano Estratégico de Reabilitação Urbana
<b>PMDFCI</b>	Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndio
<b>PMOT</b>	Planos Municipais de Ordenamento do Território
<b>PNPOT</b>	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
<b>PP</b>	Plano de Pormenor
<b>PROF</b>	Programa Regional de Ordenamento Florestal
<b>PROT-N</b>	Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte
<b>PU</b>	Plano de Urbanização
<b>PUCB</b>	Plano de Urbanização de Celorico de Basto
<b>RAN</b>	Reserva Agrícola Nacional
<b>REN</b>	Reserva Ecológica Nacional
<b>REOT</b>	Relatório sobre o Estado de Ordenamento do Território
<b>RJIGT</b>	Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial
<b>LBPOTU</b>	Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo
<b>SIG</b>	Sistema de Informação Geografia

# 1. INTRODUÇÃO

Com a entrada em vigor do novo Plano Diretor Municipal de Celorico de Basto – PDMCB, publicado em Diário da República n.º 141, II série, 24 de julho de 2014, Aviso n.º 8539/2014 - cujo seu Relatório, designado *Relatório da Proposta do Plano*, juntamente com os *Estudos de Caracterização e Diagnóstico do Concelho de Celorico de Basto*, explicitavam a estratégia municipal para o território do concelho de Celorico de Basto e apresentavam a caracterização e diagnóstico que fundamentava essa estratégia, o presente documento – Relatório do Estado do Ordenamento do Território (REOT) - assume-se como o segundo documento que dá resposta às exigências legais estabelecidas na Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e do Urbanismo (LBOTU) conjugada com o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT).

Os REOT “traduzem o balanço da execução dos programas e dos planos territoriais, objeto de avaliação, bem como dos níveis de coordenação interna e externa obtidos, fundamentando uma eventual necessidade de revisão.”<sup>1</sup>

Nesta conformidade, o presente documento pretende acompanhar a evolução e avaliação do processo de planeamento e dos instrumentos de gestão territorial, com uma continuidade temporal, sistematizando e materializando um conjunto de informação em matéria do Ordenamento do Território. Estabelece-se desta forma uma nova etapa no processo de planeamento municipal com vista à construção de um modelo de atualização e monitorização contínua.

A monitorização e Avaliação do Sistema Municipal de Planeamento visam também as políticas de Ambiente e Sustentabilidade do Território. Neste sentido, a legislação em vigor acentua essa importância, ao referir que “as entidades responsáveis pela elaboração dos planos e programas avaliam e controlam os efeitos significativos no ambiente decorrentes da respetiva aplicação e execução, verificando a adoção das medidas previstas na declaração ambiental, a fim de identificar atempadamente e corrigir os efeitos negativos imprevistos.”<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> N.º 4 do artigo 189.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio.

<sup>2</sup> N.º 1 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho /alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011 de 4 de maio.

A realização deste documento vem desta forma:

- Dar cumprimento a uma obrigação legal;
- Promover uma visão conjunta do território e das suas dinâmicas tendo por base o conceito de sustentabilidade, que neste documento é entendido segundo cinco grandes eixos: socioeconómica, equipamentos e infraestruturas, espaço urbano, acessibilidades e mobilidade e ambiente;
- Valorizar o uso da Informação Geográfica (IG) potenciado pelos sistemas de informação geográfica (SIG);
- Dar apoio aos decisores políticos no sentido de reorientações estratégicas futuras de desenvolvimento e ocupação do território;
- Prestar contas à população.



## 2. QUADRO DE REFERÊNCIA LEGAL

Ao abrigo do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão (RJIGT) “As entidades da administração devem promover permanente avaliação da adequação e concretização da disciplina consagrada nos programas e planos territoriais por si elaborados, suportada nos indicadores qualitativos e quantitativos neles previstos”<sup>3</sup> bem como “nos programas e planos sujeitos a avaliação ambiental, deve ser garantida a avaliação dos efeitos significativos da sua execução no ambiente, por forma a identificar os efeitos negativos imprevistos e aplicar as necessárias medidas corretivas previstas na declaração ambiental.”<sup>4</sup>

O RJIGT determina ainda que “os planos municipais devem ser obrigatoriamente revistos quando a respetiva monitorização e avaliação, consubstanciada nos relatórios de estado do ordenamento do território identificarem níveis de execução e uma evolução das condições ambientais, económicas, sociais e culturais que lhes estão subjacentes, suscetível de determinar uma modificação do modelo territorial definido.”<sup>5</sup>

A avaliação pode fundamentar propostas de alteração do plano ou dos respetivos mecanismos de execução, nomeadamente com o objetivo de:

- a) “Assegurar a concretização dos fins do plano, tanto ao nível da execução como dos objetivos a médio e longo prazo;
- b) Garantir a criação ou alteração coordenada das infraestruturas e dos equipamentos;
- c) Corrigir distorções de oferta no mercado imobiliário;
- d) Garantir a oferta de terrenos e lotes destinados a edificações, com rendas ou a custos controlados;
- e) Promover a melhoria de qualidade de vida e a defesa dos valores ambientais paisagísticos.”<sup>6</sup>

Com a elaboração do REOT e a introdução de indicadores ambientais, a avaliação e o controlo da avaliação ambiental fica advertida, sublinhando com o já referido no capítulo 1 e previsto no artigo 11º, do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho (alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011 de 4 de maio).

De acordo com a Lei, cabe à Câmara Municipal elaborar “ de quatro em quatro anos, um relatório sobre o estado do ordenamento do território, a submeter à apreciação da assembleia municipal.”<sup>7</sup> A atual

<sup>3</sup> N.º 1 do artigo 187.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio

<sup>4</sup> N.º 2 do artigo 187.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio

<sup>5</sup> N.º 2 do artigo 93.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio

<sup>6</sup> Artigo 188.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio

redação da Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e do Urbanismo (LBOTU) reforça esta obrigatoriedade: “Todos os programas e planos territoriais devem definir parâmetros e indicadores que permitam monitorizar a respetiva estratégia, objetivos e resultados da sua execução.”<sup>8</sup>

Neste contexto legal compete à Câmara Municipal de Celorico de Basto a elaboração do REOT que deverá ser submetido “a um período de discussão pública de duração não inferior a 30 dias.”<sup>9</sup>

---

<sup>7</sup> N.º 3 do artigo 189.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio

<sup>8</sup> N.º 1 do artigo 57.º da Lei n.º 31/2014, de 30 de maio

<sup>9</sup> N.º 5 do artigo 189.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio

### 3. OBJETIVOS

O objetivo central do REOT, enquanto modelo de avaliação, é a promoção de uma gestão do território dinâmica, que direta ou indiretamente influencia as condições ambientais e de sustentabilidade do território, procurando atualizar a informação de forma contínua, principalmente ao nível da informação cartográfica.

Este documento pretende reunir informação importante que permita conhecer a situação atual deste concelho no que se refere ao território e que dê apoio aos decisores políticos no sentido de orientação das estratégias governativas, na identificação de tendências territoriais futuras e no estabelecimento de metas em função de um horizonte temporal. Neste contexto, o processo de monitorização deverá passar fundamentalmente pela atualização contínua da informação cartográfica, fundamental para a sua implementação.

Outros objetivos do documento:

- Fundamentar uma eventual necessidade de revisão ou reprogramação das opções estratégicas definidas nos Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT);
- Avaliar o nível de execução das ações definidas no PDM, no Relatório Ambiental e nos restantes planos de ordem inferior, com base no grau de objetivos e concretização das propostas neles constantes, sendo para isso suportado por indicadores demonstrativos da situação;
- Verificar a eficácia da concretização dos objetivos e da concretização do modelo de ordenamento municipal proposto, expressando o balanço da execução dos instrumentos de gestão territorial previstos;
- Verificar e acompanhar com regularidade o exercício das atividades previstas, com vista a uma monitorização participativa. Toda a informação e resultados alcançados deverão ser sistematicamente analisados para sua utilização futura;
- Definir novos objetivos de desenvolvimento para o município e identificação dos critérios de sustentabilidade a adotar.

## 4. METODOLOGIA

Este Relatório estrutura-se em 2 grandes capítulos:

- Avaliação do Estado do Ordenamento do Território
- Avaliação do Sistema Municipal de Planeamento.

No capítulo relativo à **Avaliação do Estado do Ordenamento do Território** apresenta-se uma análise aos indicadores de avaliação e monitorização através do seu enquadramento em eixos estratégicos. Neste capítulo também se incluem indicadores constantes da Declaração Ambiental do PDMCB.

A análise dos indicadores reportará principalmente à escala concelhia e infraconcelhia. Quando necessário essa análise poderá ser alargada ao espaço geográfico de nível superior. Esta avaliação terá como referência a data de aprovação da Revisão do PDMCB ou a data dos Censos mais próximos daquela. Quando necessário essa análise poderá, ela também ser alargada a outros horizontes temporais.

Numa primeira fase e com vista à implementação do processo de monitorização do Plano pretende-se adotar alguns procedimentos internos:

- Definir os indicadores mais adequados para avaliar o cumprimento dos objetivos;
- Definir, afetar e partilhar o contributo de cada serviço/divisão do município no processo de monitorização, com vista ao envolvimento de todas as suas estruturas, sobretudo na alimentação dos indicadores de monitorização;
- Com base na informação atual recolhida e tratada, no âmbito do Sistema de Informação Geográfica (SIG), continuar a manter um sistema de atualização sistemática de dados e todo o rigor na recolha e tratamento dessa informação.

Futuramente os horizontes de avaliação poderão ser alargados, porém numa 1ª fase a seleção dos vários indicadores de Ordenamento do Território passará pela recolha dos indicadores a qual já exista informação disponibilizada pelos vários serviços. Estes indicadores base deverão ser o mais possível discriminados para permitir a sua adaptação e otimização futura.

Importa referir portanto, que os indicadores apresentados poderão ser ajustados e agregados em função da evolução dos trabalhos de monitorização que decorreram nestes primeiros quatro anos da vigência do PDM de Celorico de Basto.

A informação recolhida permitirá caracterizar a evolução da dinâmica urbanística e dos níveis de execução do plano, incidindo sobre o seguinte:

- Dados de referência, relevantes no reconhecimento da situação do território, decorrentes dos Censos, como seja, a taxa de variação da população residente do concelho; densidade populacional; n.º de fogos e edifícios licenciados e concluídos; etc.
- Grau de concretização de equipamentos de utilização coletiva previstos;
- Tendências de concretização espacializada das dinâmicas urbanísticas e edificatórias dos particulares;
- Identificar áreas urbanas e edifícios a reabilitar e a sua finalidade;
- Quantificar e capitação das áreas verdes públicas e áreas de recreio e lazer;
- Grau de concretização e população servida pelas infraestruturas territoriais no âmbito das redes de abastecimento de água; rede de drenagem e tratamento de águas residuais; rede de recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos e rede elétrica;
- Verificar a taxa de ocupação do solo nas áreas urbanas, diferenciando-as em termos de colmatação e consolidação, grau de infraestruturização;
- Verificar a taxa de ocupação do solo de áreas passíveis de serem ocupadas através do recurso à quantificação do espaço executado em loteamentos;
- Verificar a taxa de ocupação em solo urbanizável e UOPG;
- Verificar a taxa de ocupação de novas unidades industriais em espaços de atividades económicas;
- Avaliar as acessibilidades e mobilidades existentes. Esta avaliação deverá indicar o grau de concretização dos investimentos rodoviários, bem como incluir uma análise crítica da situação existente no domínio das acessibilidades e transportes;
- Identificar e quantificar as áreas sujeitas a regimes especiais como Reserva Ecológica Nacional (REN) e Reserva Agrícola Nacional (RAN) e que foram autorizadas para outros fins ou edificadas.

No capítulo relativo à **Avaliação do Sistema Municipal de Planeamento** apresenta-se uma análise do enquadramento estratégico e do planeamento do concelho, no qual terá por base:

- A avaliação da execução do PDMCB, de acordo com os objetivos estratégicos indicados no modelo territorial concelhio e das transformações operadas neste instrumento de gestão territorial;
- A avaliação da execução do Plano e do seu Programa (de Execução), incluindo o Plano de Financiamento;
- A avaliação da evolução dos indicadores ambientais presentes no processo de AAE;
- A análise e identificação de todos os PMOT de ordem inferior ao PDM que vigoram sobre o território municipal, como seja o grau de concretização de Planos de Urbanização (PU) e Planos de Pormenor (PP) previstos e publicados;
- Breve abordagem ao conjunto de outros instrumentos de âmbito municipal.

## 5. CARACTERIZAÇÃO E ENQUADRAMENTO GERAL

Apresenta-se neste ponto um quadro resumo com um conjunto de indicadores de enquadramento geral com vista a permitir uma leitura sistematizada.

Tema	Ano	Unidade de análise	Valor	Fonte
<b>Território e População</b>				
Superfície		Km2	181,1	INE
Densidade populacional n.º médio de indivíduos por Km2		N.º	106,8	INE
Freguesias		N.º	15	INE
População Residente	2011	N.º	20.098	INE
Jovens (menos 15 anos)	2011	%/ N.º	15,23/ 3.061	INE
População em idade ativa (15 aos 64 anos)	2011	%/ N.º	65,75/ 13.214	INE
Idosos (65 e mais anos)	2011	%/ N.º	19,02/ 3.823	INE
Famílias Clássicas	2011	N.º	6779	INE
Alojamentos familiares clássicos	2011	N.º	10.633	INE
População ativa (15 aos 64 anos)	2011	N.º	8.227 (40,93% pop residente)	INE
Taxa de analfabetismo	2011	%	10,01	INE
<b>Indicadores Económicos</b>				
Poder de compra <i>per capita</i> Portugal = 100	2011		49,83	INE
Densidade das empresas	2017	N.º/ km2	9,0	INE/SCIE
<b>Indicadores Sociais</b>				
Taxa de Natalidade	2011	%	7,9	INE
Taxa de Mortalidade	2011	%	10,3	INE
Índice de Envelhecimento	2011		124,9	INE
Índice de dependência de Idosos	2011	%	28,9	INE
Taxa de desemprego	2011	%	16,3	INE
Desempregados inscritos nos centros de emprego (média anual)	2017	N.º	1.061	IEFP/MTSSS

## 6. PDM – ENQUADRAMENTO LEGAL E ESTRATÉGICO

Os planos municipais de ordenamento do território apresentam-se como instrumentos de carácter regulamentar e visam definir o regime de uso do solo, identificando os modelos de evolução previsível da ocupação humana, das redes e sistemas urbanos no território municipal. No caso dos planos diretores municipais é solicitado que o instrumento também assuma uma componente estratégica, clarificando os objetivos das ações de valorização do território concelhio.

O Plano Diretor Municipal de Celorico de Basto (PDMCB), na sua versão inicial, foi elaborado no início da década de 90, tendo sido ratificado pela Resolução do Concelho de Ministros n.º 85/94 de 20 de setembro. O PDM foi objeto de 3 alterações que incidiram apenas sobre o regulamento, publicadas respetivamente pela Resolução do Concelho de Ministros n.º 50/2001 de 16 de maio e pelos Editais n.º 1122/2011 e 1123/2011, ambos de 11 de novembro.

A deliberação municipal que determinou o início da 1.ª revisão do PDM é de 7 de abril de 1999, decisão ratificada em 6 de dezembro de 2000, após o que foi constituída a Comissão Mista de Acompanhamento que realizou apenas uma reunião, tendo sido extinta e posteriormente constituída a Comissão de Acompanhamento nos termos da legislação atualmente em vigor.

O início efetivo dos trabalhos técnicos de revisão do PDM ocorreu apenas em 2005, com a elaboração de alguns estudos setoriais.

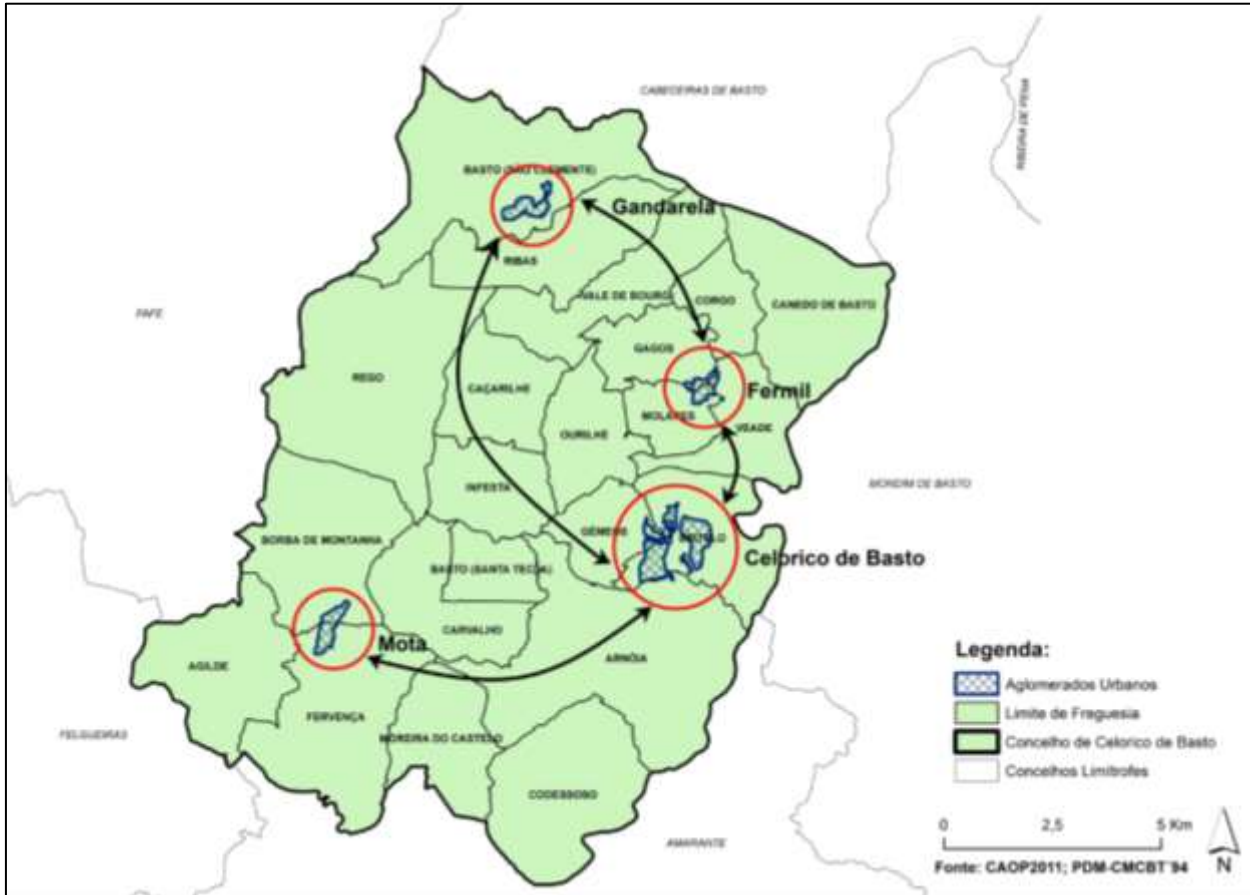
A Comissão de Acompanhamento, formalizada pelo Aviso n.º 19170/2010 de 28 de setembro, realizou duas reuniões plenárias, a 1.ª em 29 de julho de 2011 e a 2.ª em 30 de maio de 2012. A conferência de serviços realizou-se em 17 de outubro de 2013.

O novo PDM foi publicado em Diário da República n.º 141, II série, 24 de julho de 2014, com Aviso n.º 8539/2014.

O PDMCB, agora revisto, estabelece o **modelo de ocupação do território municipal**, através do enquadramento dos aspetos relacionados com a estrutura ecológica municipal, património cultural, infraestruturas urbanísticas, acessibilidades, demografia e traduz a estratégia de desenvolvimento e ordenamento local, que integra as opções de âmbito nacional e regional.



Mapa 1: Modelo de ocupação territorial do Concelho de Celorico de Basto



Fonte: PDMCB (2014)

Com o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão (RJIGT) - Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, conjugado com a Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e do Urbanismo (LBOTU) – Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, verteram-se orientações que preconizam um novo rumo para o ordenamento do território e urbanismo do país.

Os próximos PDM's só permitirão expansão urbana se demonstrada viabilidade financeira. O objetivo é contrariar o excesso de oferta urbanística, potenciada pelas primeiras versões dos PDM.

Com a limitação de expansão urbana importará também fazer um melhor uso do que já está construído. Para tal, a reabilitação e a regeneração urbana terão um papel preponderante.

A Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e do Urbanismo pretende agora também introduzir a compatibilização entre os planos municipais e os diferentes planos setoriais do Estado, quer nem sempre identificavam a mesma realidade. As orientações dos vários planos do Estado deverão ser traduzidas nos planos municipais.

Face a essas orientações e novas regras, o PDM de Celorico de Basto em vigor deverá “no prazo máximo de cinco anos após a entrada em vigor do presente decreto-lei” <sup>10</sup>, para além de incluir regras de classificação e qualificação previstas no Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio com a eliminação das categorias de solo urbanizável e solo urbano não programado, prevendo-se apenas a classificação do solo como rústico ou urbano, também:

- Limitar a expansão urbana, sendo para tal estabelecido um princípio de autossustentabilidade financeira do desenvolvimento urbanístico. Deverá ser estudada a necessidade e viabilidade de mercado e fundamentada a viabilidade económica, quer do setor público como do lado dos particulares. No caso dos planos essa viabilidade deverá ser comprovada com o reconhecimento dos meios técnicos e financeiros para a sua execução e a sua articulação com os documentos de planeamento municipal (PPI - Plano Plurianual de Investimentos);
- Privilegiar a reabilitação e a regeneração urbana com vista à reabilitação de edifícios e espaços com usos que já não fazem sentido no lugar em que estão e contribuindo para a rentabilização das infraestruturas existentes.
- Também a sustentabilidade ambiental aplicada ao espaço urbano, face ao período de regressão demográfica e crise económico-financeira que estamos a atravessar, fomentando a concentração e contrariando a dispersão dos últimos anos.

De seguida é apresentado um quadro de Instrumentos de Gestão Territorial e Documentos Estratégicos, que definem as grandes orientações de política nacional, regional e municipal, bem como os objetivos e metas de longo prazo, em matéria de ordenamento do território, ambiente e sustentabilidade e que se relacionam com o PDM.

---

<sup>10</sup> N.º 2 do artigo 199.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio

<b>Âmbito</b>	<b>INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL E DOCUMENTOS ESTRATÉGICOS</b>
<b>NACIONAL</b>	Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS)
	Programa Nacional de Reformas (PNR) 2016-2020
	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)
	Estratégia e Plano de Ação para a Empregabilidade Digital (2015-2020)
	Estratégia Turismo 2027
	Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas (IFRRU 2020)
	Plano Rodoviário Nacional (PRN)
	Programa Portugal Ciclável
	Plano Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios (PNDFCI)
	Plano Distrital de Defesa da Floresta contra Incêndios (PDDFCI)
<b>REGIONAL</b>	Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais (PENSAAR 2020)
	Plano Estratégico dos Resíduos Urbanos 2020 (PERSU 2020)
<b>REGIONAL</b>	Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte (PROT-N – ainda não foi publicado)
	Programa Regional de Ordenamento Florestal de Entre Douro e Minho (PROF EDM)
<b>MUNICIPAL</b>	Carta Educativa do concelho de Celorico de Basto (2015)
	Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (2016 – 2020)
	Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil (para aprovação)
	Plano de Operacional Municipal (2018)
	Relatório Ambiental da Avaliação Ambiental Estratégica do PDMCB (2013)
	PAMUS e PERU - Instrumentos de âmbito municipal, que embora não enquadrados na lista de IGT – Instrumentos de Gestão Territorial, definidos no RJGT, importam na avaliação do sistema municipal de planeamento

## 7. ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO



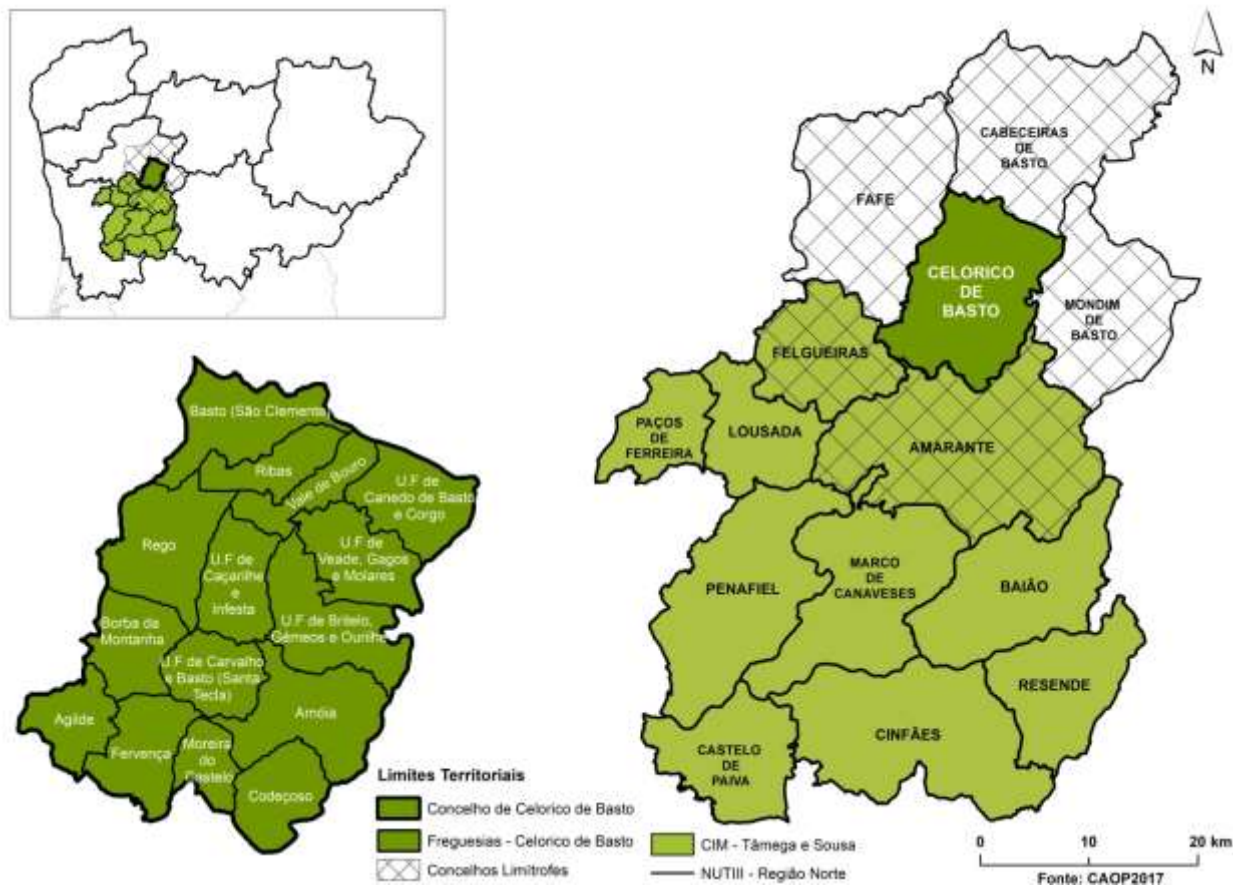
Figura 1: Modelo Digital de Terreno, Concelho de Celorico de Basto

O concelho de Celorico de Basto localiza-se no distrito de Braga, Região Norte (NUT II) e sub-Região Tâmega e Sousa (NUT III). Tem como concelhos limítrofes os municípios de Amarante (1), Felgueiras (1), Cabeceiras de Basto (2), Mondim de Basto (2) e Fafe (2).

(1) NUT III - Tâmega e Sousa      (2) NUT III – Ave

É subdividido em 22 freguesias, Agilde, Arnoia, Basto (Santa Tecla), Basto (São Clemente), Borba da Montanha, Britelo, Caçarilhe, Canedo de Basto, Carvalho, Codessoso, Corgo, Fervença, Gagos, Gémeos, Infesta, Molares, Moreira do Castelo, Ourilhe, Rego, Ribas, Vale de Bouro, Veade, distribuídos por 181km<sup>2</sup> de área total.

Nos termos da Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, que aprovou a Reorganização Administrativa do Território das Freguesias, passou a ser subdividido em 15 freguesias, Agilde, Arnoia, Borba da Montanha, UF de Britelo, Gémeos e Ourilhe, UF de Caçarilhe e Infesta, UF de Canedo de Basto e Corgo, UF de Carvalho e Basto (Santa Tecla), Codessoso, Fervença, Moreira do Castelo, Rego, Ribas, Basto (São Clemente), Vale de Bouro, UF de Veade, Gagos e Molares.



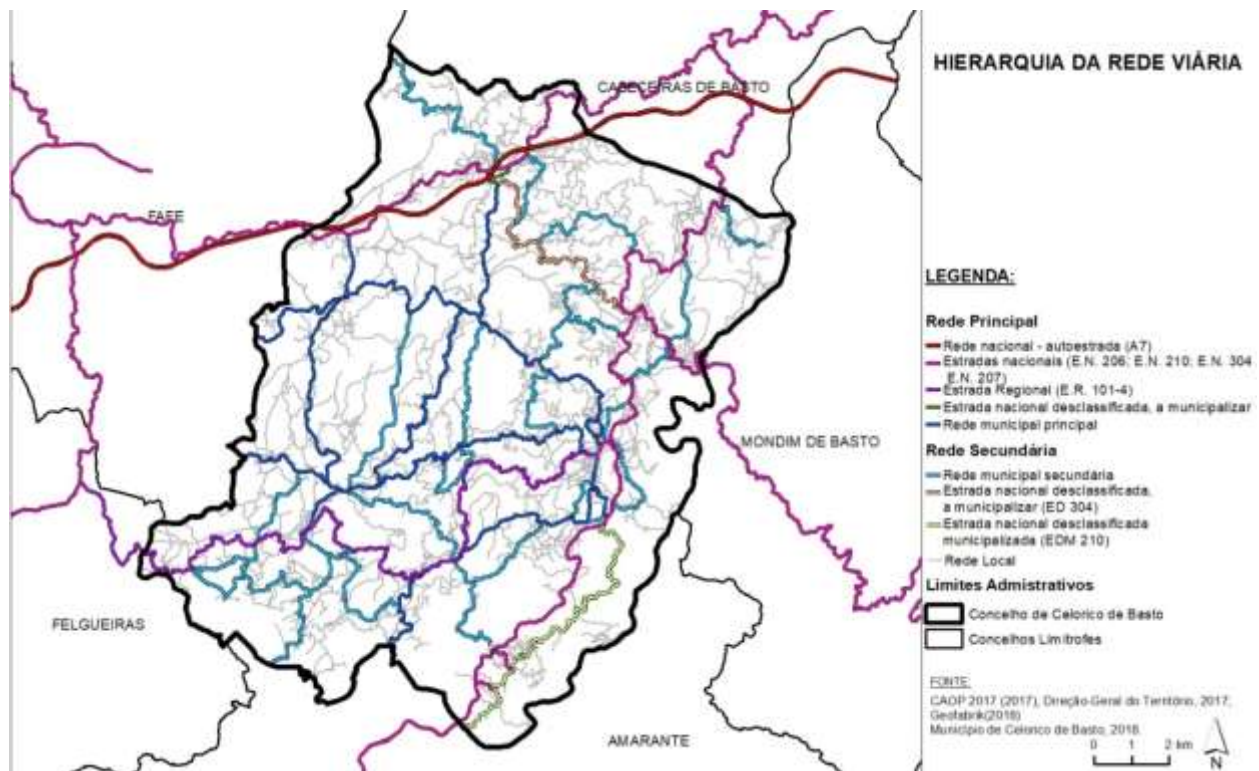
Mapa 2: Divisão territorial da região: NUT III e Municípios Limitrofes

O tráfego rodoviário de Celorico de Basto assenta essencialmente em três eixos principais: EN206, EN210 e ER101-4.

O traçado da EN 210 integra uma variante construída no início da década de 2000, com características de via rápida, faz a ligação entre a A4, junto a Amarante e a Vila de Celorico de Basto, estando em projeto o seu prolongamento para ligação ao Arco de Baúlhe e a Mondim.

No que se refere à rede nacional fundamental, o eixo A4/ IP4 (Porto - Amarante - Quintanilha) é de grande importância para a acessibilidade externa do concelho, dada a sua proximidade, embora não passe no território de Celorico de Basto, a sua ligação é feita facilmente através da Variante à EN 210 (cerca de 20 minutos desde a sede do concelho).

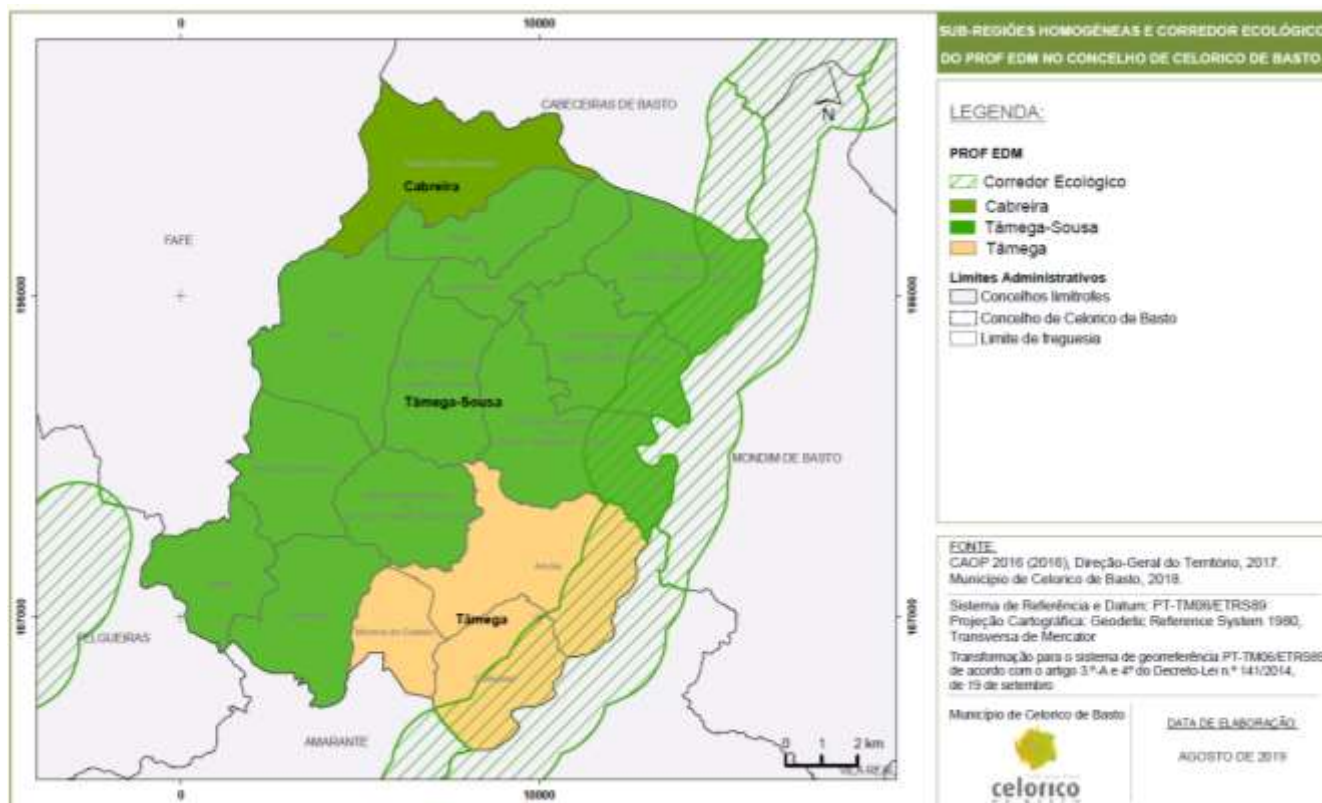
Fazendo uma análise às acessibilidades externas, a A7, inserida no IC5, é uma infraestrutura de grande potencial, contudo carece ainda de uma saída apropriada no concelho.



Mapa 3: Hierarquia da rede viária do concelho de Celorico de Basto

Em termos de recursos naturais, o concelho de Celorico de Basto insere-se em duas bacias hidrográficas: Ave e Tâmega. Ele é atravessado pelo rio Tâmega (afluente da margem direita do rio Douro) que representa o seu maior curso de água e que coincide com o limite administrativo adjacente ao município de Mondim de Basto e parcialmente o de Amarante. Os principais afluentes da sua bacia hidrográfica são o Rio Veade, Rio Freixieiro, Ribeira de Santa Natália e Ribeira de Petimão. Da bacia hidrográfica do Ave, o principal curso de água é o Rio Bugio que abrange uma pequena parte do Concelho.

Face à vasta área que ocupam no concelho, os recursos florestais representam um significativo recurso natural do ponto de vista ecológico e do ponto de vista económico. Esta importância é refletida na procura de um ordenamento florestal de uma forma sustentável, com a sua integração no Programa Regional de Ordenamento Florestal de Entre Douro e Minho (PROF EDM).



Mapa 4: Sub-Regiões Homogéneas e Corredor Ecológico do PROF EDM no Concelho de Celorico de Basto

## 8. AVALIAÇÃO DO ESTADO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO (FICHAS SÍNTESE DE INDICADORES)

A avaliação do estado do ordenamento do território não se esgota num único momento de avaliação. Pelo contrário, trata-se de uma tarefa complexa e multissetorial que necessita ser realizada por uma equipa multidisciplinar.

A metodologia adotada na realização periódica do REOT, neste capítulo, passará por construir uma matriz de indicadores de avaliação e monitorização e o seu enquadramento em 5 eixos estratégicos. Sobre estes, definir os domínios de análise e as suas áreas temáticas.



Figura 2: Cinco eixos do desenvolvimento sustentável

Fonte da figura: Adaptada de Olga Prada em Relatórios de Estado do Ordenamento do Território: Orientações metodológicas para a sua elaboração (2008).

### Estruturação dos Indicadores

Eixo	Domínio	Área temática
Socioeconómico	Condições Sociais	População
		Famílias
		Educação
		Saúde
		Segurança Social
		Grupos vulneráveis
		Emprego
	Atividades Económicas	Empresas e estabelecimentos
		Emprego por setores de atividade
Equipamentos e Infraestruturas	Equipamentos	Equipamentos coletivos: Ensino
		Equipamentos coletivos: Social
		Equipamentos coletivos: Desporto e juventude
		Equipamentos coletivos: Cultura
		Equipamentos coletivos: Saúde
		Equipamentos coletivos: Segurança e Proteção Civil
	Infraestruturas	Abastecimento de água
		Drenagem e tratamento de águas residuais
		Resíduos sólidos urbanos
		Rede elétrica
		Rede de fibra ótica



Espaço Urbano	Urbanismo	Património e reabilitação urbana
		Evolução urbanística
		Centralidade e consolidação da malha urbana
		Ocupação dos alojamentos e edifícios
Acessibilidades e Mobilidade	Infraestruturas viárias e Transportes	Rede viária
		Acessibilidade
		Transportes coletivos
		Transportes sustentáveis
Ambiente	Recursos naturais	Ocupação florestal
		Ocupação agrícola
		Espaços verdes
		Valores e condicionantes naturais
		Recursos hídricos
	Redes	Rede de abastecimento de água
		Rede de drenagem e tratamento de águas residuais
		Rede de resíduos sólidos urbanos
		Rede elétrica

A definição destes 5 eixos propõe auxiliar no reconhecimento da situação territorial concelhia, aliada às questões e desafios do desenvolvimento sustentável da atualidade.

No que diz respeito ao **Socioeconómico**, este permite a integração de 2 domínios relacionados com as condições sociais e as atividades económicas. As condições sociais reportam às preocupações de coesão social e de responsabilidade dos cidadãos. Importa definir estratégias de desenvolvimento social, assegurando a renovação das gerações. Para isso deverão ser melhorados os serviços de proximidade da população; reduzir a vulnerabilidade social, estabelecendo laços de coesão geracional e estimulando o conceito de vizinhança. O 2º domínio remete para o estímulo da diversificação económica e a criação de novos postos de trabalho. Ao nível das atividades turísticas, importa a sua promoção quer em espaço rural como urbano, associados à captação de produtos turísticos sustentáveis.

O eixo relativo aos **Equipamentos** e às **Infraestruturas** urbanas remete para preocupações relacionadas com a multifuncionalidade dos espaços urbanos e o acesso a serviços de proximidade. Importa tornar os espaços urbanos locais atrativos e seguros para se viver. Importa também garantir, quer ao nível dos equipamentos como das infraestruturas urbanas do concelho, a satisfação das necessidades básicas da população (saúde, educação, formação, desporto, justiça e segurança social) de modo a favorecer a qualidade de vida num quadro de coesão, equidade e justiça social.

Neste eixo, as infraestruturas urbanas remetem para uma análise do ponto de vista da sua quantificação, pelo que importa verificar a evolução da sua cobertura. O objetivo principal passa por assegurar serviços essenciais de redes (água, águas residuais, resíduos sólidos urbanos; elétrica e fibra ótica) com elevado nível de qualidade e sustentabilidade à generalidade da população do concelho.

O eixo do **Espaço Urbano** remete para preocupações de otimização da utilização dos solos, respeitando o meio ambiente. Importa assegurar a compactação do solo urbano, controlando a expansão dos perímetros urbanos e da construção dispersa. O modelo territorial definido no PDM reporta a essas preocupações, pelo que importa dar cumprimento a esse modelo.

Este eixo permite também fazer uma análise da evolução do parque edificado do concelho, reportando para a necessidade da importância de promover sempre que necessário à sua reabilitação e reconversão.

As **Acessibilidades** e **Mobilidade** permitem a integração dos temas relacionados com as infraestruturas viárias e os transportes, essenciais para o desenvolvimento sustentável. Pretende-se assegurar a mobilidade para todos, através de ordenamento consciencioso, reforçando a conectividade entre aglomerados urbanos e a rede extra concelhia. Importa favorecer a utilização dos transportes públicos ou outros meios de deslocação não poluentes e a utilização racional do automóvel, de forma a minimizar o impacto ambiental dos transportes. O futuro passará pela implementação de medidas inovadoras de mobilidade urbana sustentável.

O eixo **Ambiente** permite uma abordagem relativa à utilização dos recursos naturais disponíveis no concelho. Importa, portanto, comparar as atividades produtivas com as atividades relacionadas com a conservação da natureza. Nesse sentido algumas ações e preocupações deverão ser consideradas. Incentivar a utilização sensata e integrada dos recursos naturais e não renováveis, desde logo os recursos hídricos; a gestão dos povoamentos florestais (diminuir o risco de incêndio florestal, preservação da floresta autóctone e espécies de maior valor ambiental); a gestão de resíduos e políticas que estimulem a proteção e reutilização/ reciclagem; medidas de poupança de energia e a ocupação sustentável do solo com a consolidação dos espaços urbanos e da sua envolvente rural.

O tema das redes urbanas inseridas neste eixo remetem para uma análise do ponto de vista da sua qualidade, pelo que neste sentido deseja dar-se destaque na importância em assegurar que as várias redes e os serviços afetos ofereçam, conforme já referido, um elevado nível de qualidade e sustentabilidade à generalidade da população do concelho.

No âmbito do trabalho de monitorização a desenvolver, cada indicador será objeto de análise em fichas síntese, com a finalidade de registar a informação real e quantificada (representação gráfica) para efetuar a análise sumária dos conteúdos/ interpretação dos indicadores.

A análise dos indicadores reportará principalmente à escala concelhia e infraconcelhia. Quando necessário essa análise poderá ser alargada ao espaço geográfico de nível superior.

Quando os indicadores forem analisados à escala infraconcelhia, a análise poderá ser feita seguindo a subdivisão nas 22 freguesias do concelho, ou então seguindo a reorganização administrativa do concelho, nos termos da Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, que aprovou a reorganização administrativa do território das freguesias, com subdivisão em 15 freguesias. A seleção dependerá da informação disponibilizada, principalmente quando analisados dados do INE.

A análise dos indicadores terá como referência a data de aprovação da Revisão do PDMCB ou a data dos Censos mais próximos daquela. Quando necessário essa análise poderá, ela também ser alargada a outros horizontes temporais.

Definidos os indicadores e as metas a atingir ou atingidas, este documento permitirá informar sobre a conjuntura do concelho a todos os níveis.

## 8.1 SOCIOECONÓMICO



- 1.1.1.1 População Residente
- 1.1.1.2 População Residente por Grandes Grupos Etários
- 1.1.1.3 Evolução da População (Taxa de Crescimento Populacional)
- 1.1.1.4 Taxa de Natalidade
- 1.1.1.5 Taxa de Mortalidade
- 1.1.1.6 Índice de Envelhecimento
- 1.1.1.7 Densidade Populacional
- 1.1.1.8 Índice de Dependência Total
- 1.1.1.9 Índice de Dependência Jovem
- 1.1.1.10 Índice de Dependência Idosos
- 1.1.1.11 Taxa de Crescimento Natural
- 1.1.1.12 Poder de compra *per capita*
- 1.1.2.1 Evolução das Famílias
- 1.1.2.2 Dimensão Média das Famílias
- 1.1.2.3 Famílias unipessoais
- 1.1.3.1 Taxa de Analfabetismo
- 1.1.3.2 Qualificação Académica
- 1.1.3.3 Taxa de abandono escolar
- 1.1.4.1 Profissionais de Saúde (n.º médicos/1000hab e n.º enfermeiros/1000 hab)
- 1.1.4.2 N.º de médicos (medicina geral e familiar)
- 1.1.4.3 N.º de enfermeiros
- 1.1.5.1 N.º de pensionistas
- 1.1.6.1 População Residente com 65 ou + anos sozinha
- 1.1.6.2 Beneficiários do Rendimento Social de Inserção
- 1.1.7.1 População Ativa
- 1.1.7.2 População residente empregada (por grupos etários)
- 1.1.7.3 População inscrita no Centro de Emprego
- 1.1.7.4 Taxa de Desemprego
- 1.1.7.5 Nível de escolaridade da população empregada
- 1.2.1.1 N.º de empresas (por setor de atividade e escalão de pessoal ao serviço)
- 1.2.1.2 N.º de estabelecimentos
- 1.2.2.1 População empregada por setores de atividade, atividade económica e situação na profissão
- 1.2.3.1 Empreendimentos turísticos e Alojamento Local
- 1.2.3.2 Capacidade dos empreendimentos turísticos e Alojamento Local, por tipologia

## População Residente

Código 1.1.1.1

Tendência



**Eixo Socioeconómico**  
**Domínio** Condições sociais  
**Área temática** População

**Unidade de Análise** N.º/%  
**Periodicidade** Anual/ Decenal

### Descrição/ Metodologia

População Residente - Pessoas que, independentemente de no momento de observação – zero horas do dia de referência – estarem presentes ou ausentes numa determinada unidade de alojamento, aí habitam a maior parte do ano com a família ou detêm a totalidade ou a maior parte dos seus haveres.

Os dados relativos a NUTS estão de acordo com a versão 2013 da Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS).

### Fonte

INE (Censos, Anuários Estatísticos) / INE - Recenseamentos gerais da população e Estimativas Anuais da População Residente

### Objetivos e Metas

Definir estratégias de desenvolvimento social e assegurar a renovação das gerações.

### Documentos/ Metas de Referência Estratégica

Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS)

## DADOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA

Gráfico 1: Evolução da população residente, decenal, Celorico de Basto (1900 - 2011)

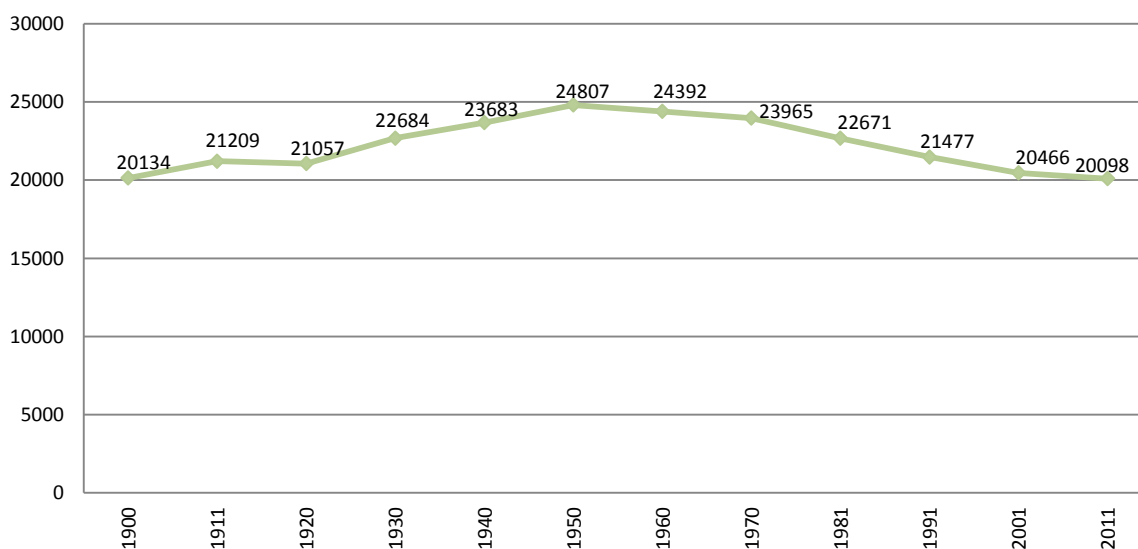
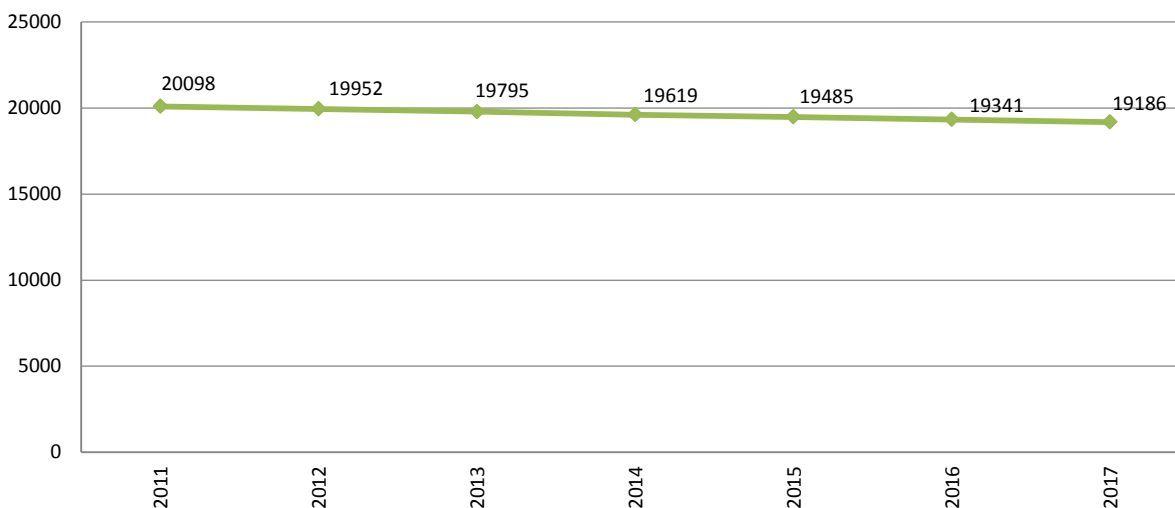


Gráfico 2: Evolução da população residente, por anos, Celorico de Basto (2011 - 2017)



**Quadro 1: População residente, nos concelhos limítrofes ao de Celorico de Basto, NUTIII – Tâmega e Sousa, NUT II – Norte e Portugal**

Unidade Territorial		População Residente					
		1991	2001	2011	2015**	2016**	2017**
Portugal		9.867.147	10.394.669	10.542.398	10.341.330	10.309.573	10.291.027
NUT II – Norte		3.472.715	3.696.333	3.687.224	3.603.778	3.584.575	3.576.205
NUT III – Tâmega e Sousa*		406.109	434.102	432.946	423.683	420.854	418.768
<b>Celorico de Basto (1)</b>		<b>21.477</b>	<b>20.466</b>	<b>20.098</b>	<b>19.485</b>	<b>19.341</b>	<b>19.186</b>
Concelhos limítrofes	Amarante (1)	56.092	59.638	56.264	54.432	53.947	53.614
	Felgueiras (1)	49.136	57.595	58.065	57.246	56.950	56.726
	Cabeceiras de Basto (2)	16.368	17.846	16.710	16.168	15.959	15.819
	Fafe (2)	47.862	52.757	50.633	49.351	48.906	48.577
	Mondim de Basto (2)	9.518	8.573	7.493	7.160	7.079	7.013

\*Dados de acordo com a versão 2013 da Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS).

\*\* INE, Estimativas Anuais da População Residente – Anual.

(1) Pertence à NUT III – Tâmega e Sousa

(2) Pertence à NUT III – Ave

**Quadro 2: População residente, por freguesias, Celorico de Basto**

Unidade Territorial	Área CAOP (km <sup>2</sup> )	População residente		
		1991	2001	2011
Agilde	9,01	1237	1294	1227
Arnoia	18,73	1901	1919	1702
Borba da Montanha	10,89	1235	1255	1294
Britelo	7,78	2422	2542	2561
Caçarilhe	5,95	484	455	466
Canedo de Basto	9,98	1061	1028	1010
Carvalho	6,82	905	838	789
Codessoso	10,70	586	503	444
Corgo	3,25	395	324	311
Fervença	12,05	1419	1410	1445
Gagos	4,41	658	632	628
Gêmeos	4,02	651	626	650
Infesta	5,53	433	316	292
Molares	3,07	646	518	621
Moreira do Castelo	6,14	662	615	627
Ourilhe	5,37	470	393	459
Rego	17,09	1124	1184	1241
Ribas	8,28	1299	1229	1068
Basto (Santa Tecla)	3,20	296	279	212
Basto (S. Clemente)	15,41	1890	1587	1524
Vale de Bouro	7,89	907	812	813
Veade	5,51	796	707	714
<b>Celorico de Basto</b>	<b>181,07</b>	<b>21.477</b>	<b>20.466</b>	<b>20.098</b>

**Quadro 3: População residente, por freguesias, de acordo com a Reorganização Administrativa do Território das Freguesias em 2013**

Unidade Territorial	Área CAOP (km <sup>2</sup> )	População residente		
		1991	2001	2011
Agilde	9,01	1237	1294	1227
Arnoia	18,73	1901	1919	1702
Borba da Montanha	10,89	1235	1255	1294
UF de Britelo, Gêmeos e Ourilhe	17,17	3543	3561	3670
UF de Caçarilhe e Infesta	11,48	917	771	758
UF de Canedo de Basto e Corgo	13,23	1456	1352	1321
UF de Carvalho e Basto (Sta. Tecla)	10,02	1201	1117	1001
Codessoso	10,70	586	503	444
Fervença	12,05	1419	1410	1445
Moreira do Castelo	6,14	662	615	627
Rego	17,09	1124	1184	1241
Ribas	8,28	1299	1229	1068
Basto (S. Clemente)	15,41	1890	1587	1524
Vale de Bouro	7,89	907	812	813
UF de Veade, Gagos e Molares	12,99	2100	1857	1963
<b>Celorico de Basto</b>	<b>181,07</b>	<b>21.477</b>	<b>20.466</b>	<b>20.098</b>

## ANÁLISE SUMÁRIA

No que respeita à população residente, de acordo com os dados definitivos do Recenseamento Geral da População de 2011 divulgados pelo INE, o concelho de Celorico de Basto apresentava 20.098 habitantes, dos quais 9.746 do sexo masculino (48,49%) e 10.352 do sexo feminino (51,01%). Este valor é sensivelmente igual ao registado em 1900, há cerca de 110 anos.

A evolução neste último século caracterizou-se por um ritmo de crescimento moderado até ao ano de 1950. A partir deste ano a população tem vindo a decrescer a um ritmo lento (cerca de 5%) mas constante. Para este decréscimo contribuíram os fortes surtos migratórios, nas décadas de 60 e 70, e a forte quebra da natalidade, nas décadas de 80 e 90.

Desde os dados dos últimos Censos 2011 e até 2017 (período intercensitário do INE) o INE avançou com valores a apontar para um decréscimo anual a variar entre os 0,68% e 0,89%.

Em 2017, a população residente em Celorico de Basto apresenta 19.186 habitantes. Este dado representa cerca de 4,58% da população residente na NUTS III - Tâmega e Sousa, constituída agora por 11 concelhos, sendo atualmente o quarto concelho que menos contribui para o peso da população a residir nesse espaço geográfico de ordem superior.

Numa análise da distribuição da população à escala infraconcelhia, com uma população de cerca de 20 mil habitantes, Celorico de Basto possui uma sede do concelho que absorve cerca de 12% da população, a única localidade com mais de 2.000 habitantes.

Considerando a Reorganização Administrativa do Território das Freguesias, a UF de Britelo, Gémeos e Ourilhe assume uma posição preponderante em termos de população residente, com 3.670 indivíduos, representando cerca de 18% do total da população residente, em 2011. Segue-se a UF de Veade, Gagos e Molares, com um total de 1.963 indivíduos residentes, representando cerca de 10% do total da população do concelho. As freguesias de Arnoia, Fervença e UF de Canedo de Basto e Corgo representam, respetivamente, 1.702, 1.524 e 1.321 indivíduos.

No seu conjunto, em 2011, estas 5 freguesias agregam cerca de 50% da população total do concelho.

As freguesias com menor população residente, em 2011, são Codessoso e Moreira do Castelo com respetivamente 444 e 627 habitantes.

## População Residente por Grandes Grupos Etários

Código 1.1.1.2

Tendência



**Eixo Socioeconómico**  
**Domínio** Condições sociais  
**Área temática** População

**Unidade de Análise** N.º/%  
**Periodicidade** Anual

### Descrição/ Metodologia

Grupo etário - Intervalo de idade, em anos, no qual o indivíduo se enquadra, de acordo com o momento de referência.

### Fonte

INE (Censos, Anuários Estatísticos) / INE - Recenseamentos gerais da população e Estimativas Anuais da População Residente

### Objetivos e Metas

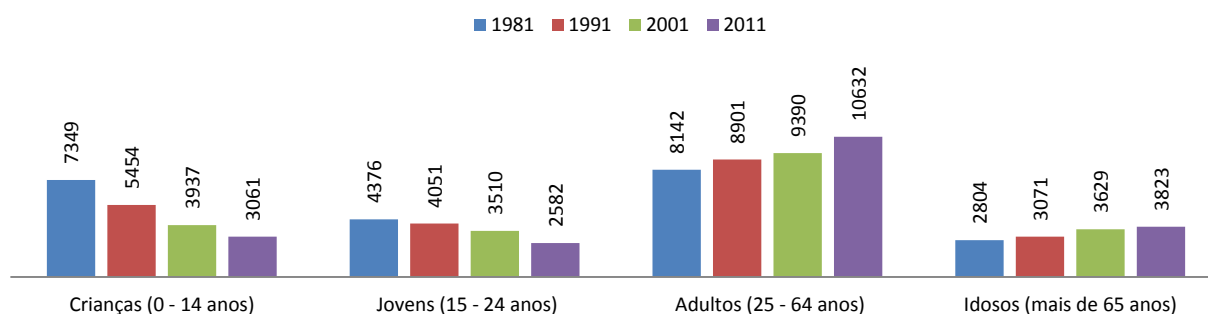
Definir estratégias de desenvolvimento social e assegurar a renovação das gerações.

### Documentos/ Metas de Referência Estratégica

Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS)

## DADOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA

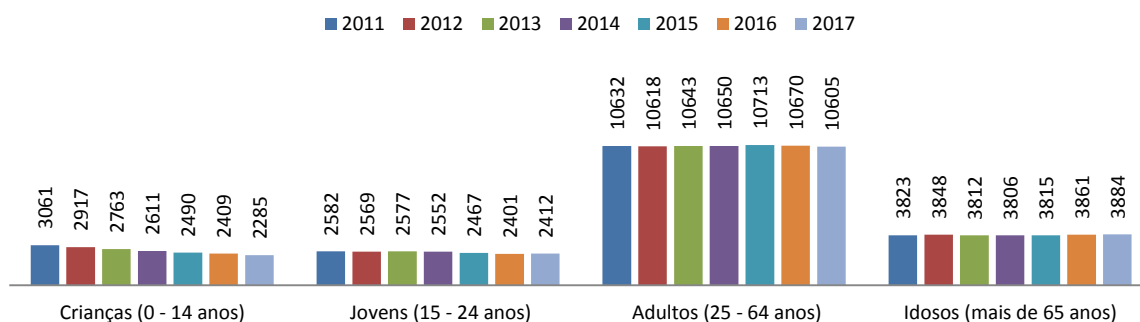
**Gráfico 3: Evolução do número de habitantes por ciclos de vida, decenal (1981-1991-2001-2011), Celorico de Basto**



**Quadro 4**

Grupo etário	1981		1991		2001		2011		Variação relativa da população residente (%)		
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	1981-1991	1991-2001	2001-2011
Crianças (0 - 14 anos)	7349	32,42%	5454	25,39%	3937	19,24%	3061	15,23%	-25,8	-27,8	-22,3
Jovens (15 - 24 anos)	4376	19,30%	4051	18,86%	3510	17,15%	2582	12,85%	-7,4	-13,4	-26,4
Adultos (25 - 64 anos)	8142	35,91%	8901	41,45%	9390	45,88%	10632	52,90%	9,3	5,5	13,2
Idosos (mais de 65 anos)	2804	12,37%	3071	14,30%	3629	17,73%	3823	19,02%	9,5	18,2	5,3

**Gráfico 4: Evolução do número de habitantes por ciclos de vida (2011 a 2017), por anos, Celorico de Basto**



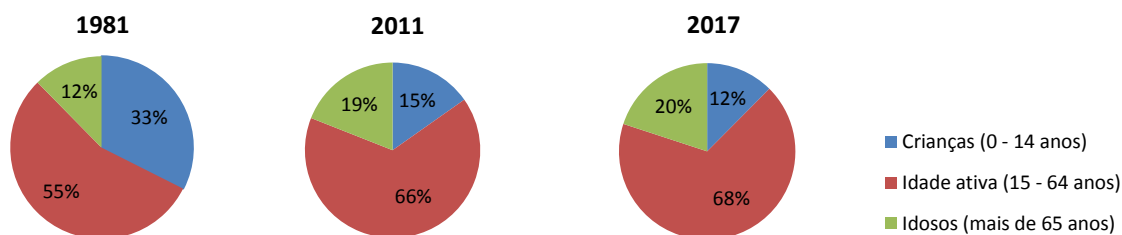
**Quadro 5**

Grupo etário	2011		2012		2013		2014		2015		2016		2017	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Crianças (0 - 14 anos)	3061	15,23%	2917	14,62%	2763	13,96%	2611	13,31%	2490	12,78%	2409	12,46%	2285	11,91%
Jovens (15 - 24 anos)	2582	12,85%	2569	12,88%	2577	13,02%	2552	13,01%	2467	12,66%	2401	12,41%	2412	12,57%
Adultos (25 - 64 anos)	10632	52,90%	10618	53,22%	10643	53,77%	10650	54,28%	10713	54,98%	10670	55,17%	10605	55,27%
Idosos (+ de 65 anos)	3823	19,02%	3848	19,28%	3812	19,26%	3806	19,40%	3815	19,58%	3861	19,96%	3884	20,24%

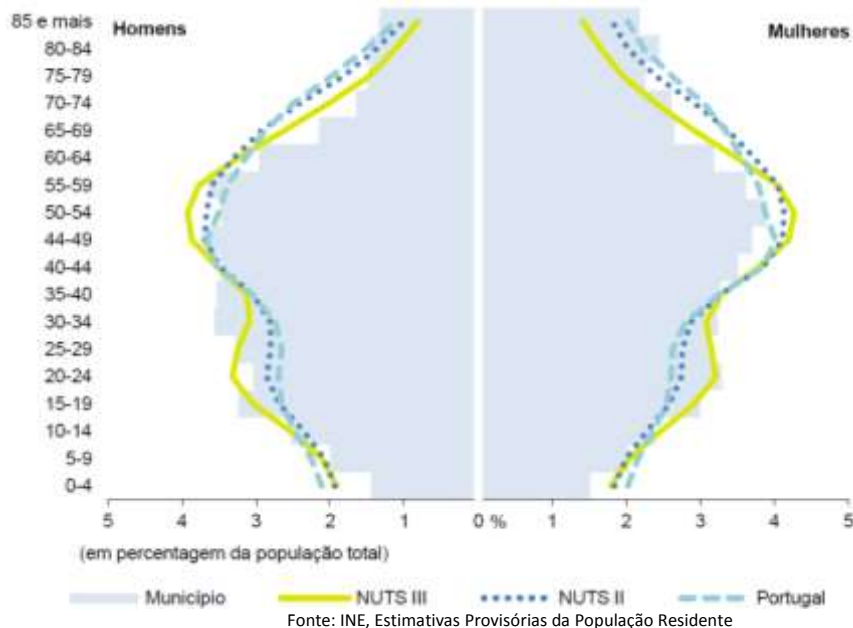
INE, Estimativas Anuais da População Residente – Anual.



**Gráfico 5: Estrutura etária da população, Celorico de Basto (1981-2011-2017)**



**Gráfico 6: Estrutura etária da população, 2017**



## ANÁLISE SUMÁRIA

O envelhecimento da população de Celorico de Basto tem-se vindo a acentuar de forma muito significativa, a par da redução do número de jovens. Para isso têm contribuído vários fatores como as alterações na dimensão e na composição da população residente, em consequência da descida da natalidade, do aumento da longevidade e mais recentemente, do impacto da emigração motivada pela forte crise económica que o país atravessa.

Os dados da população por grupos etários, entre 1981 e 2011, demonstram uma tendência contínua de diminuição nos grupos etários mais jovens, mais acentuada nas crianças (dos 0 aos 14 anos) e mais ligeira no grupo dos 15 aos 24. Pelo contrário, os grupos dos 25 aos 64 anos apresentam tendência de evolução positiva, assim como a população com mais de 65 anos, reflexo do aumento da esperança de vida da população.

Desde os dados dos últimos Censos 2011 e até 2017 (período intercensitário do INE) o INE avançou com valores a continuar a apontar para uma tendência de diminuição dos vários grupos etários, com um gradual decréscimo no grupo etários das crianças (0-14 anos). O peso deste grupo etário face à população total do concelho, em 2011 era de 15,23% face aos 11,91% em 2017.

A estrutura etária da população neste concelho e conforme o demonstra a pirâmide etária em 2017, tem acompanhado as tendências demográficas atuais, ou seja, existe um duplo envelhecimento demográfico: a base da pirâmide apresenta uma configuração estreita enquanto o seu topo se larga. O grupo etário dos jovens (0-14 anos) viu decrescer a sua importância e a classe da população idosa (com mais de 65 anos) tem vindo a aumentar. Também a população em idade ativa (idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos) tem sofrido um aumento, representando 68% da população total do concelho. Embora em termos absolutos se assista a um ligeiro crescimento, em termos relativos este grupo tem vindo a apresentar oscilações, diminuindo o seu peso face ao total da população.

No contexto dos 11 concelhos da NUTS III - Tâmega e Sousa, observa-se que, em 2017, o concelho de Celorico de Basto apresenta um peso da população residente com menos de 15 anos e da população com mais de 65 anos de 3,98% e 5,67% respetivamente.

## Evolução da População (Taxa de Crescimento Populacional)

Código 1.1.1.3

Tendência ▲

Eixo Socioeconómico  
Domínio Condições sociais  
Área temática População

Unidade de Análise N.º%%  
Periodicidade Anual

### Descrição/ Metodologia

Variação populacional observada num determinado período (%).

### Fonte

INE (Censos, Anuários Estatísticos) / INE - Recenseamentos gerais da população e Estimativas Anuais da População Residente

### Objetivos e Metas

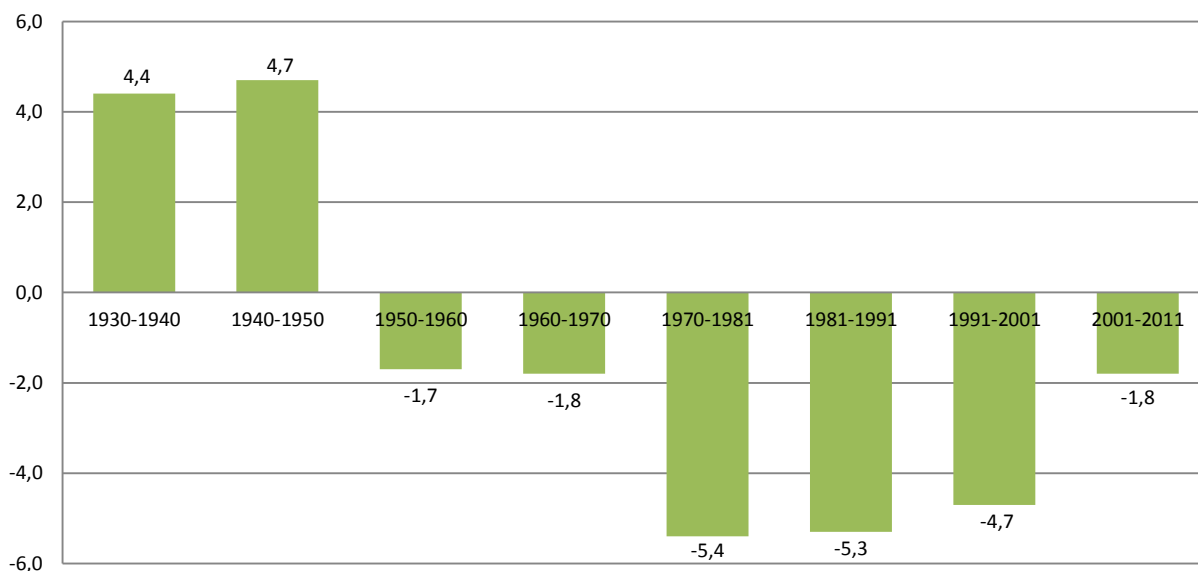
Definir estratégias de desenvolvimento social e assegurar a renovação das gerações.

### Documentos/ Metas de Referência Estratégica

Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS)

## DADOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA

Gráfico 7: Variação relativa da população residente, Celorico de Basto, por anos



Quadro 6: Variação relativa da população residente, nos concelhos limítrofes ao de Celorico de Basto, NUTIII – Tâmega e Sousa, NUT II – Norte e Portugal

Unidade Territorial	Variação relativa da população residente (%)	
	1991-2001	2001-2011
Portugal	5,0%	2,0%
NUT II – Norte	6,2%	0,1%
NUT III – Tâmega e Sousa*	6,9%	-0,3%
<b>Celorico de Basto (1)</b>	<b>-4,7%</b>	<b>-1,8%</b>
Concelhos limítrofes	Amarante (1)	6,3%
	Felgueiras (1)	17,2%
	Cabeceiras de Basto (2)	9,0%
	Fafe (2)	10,2%
	Mondim de Basto (2)	-9,9%

\*Dados de acordo com a versão 2013 da Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS)

(1) Pertence à NUT III – Tâmega e Sousa

(2) Pertence à NUT III – Ave

**Quadro 7: Variação relativa da população residente, por freguesias, Celorico de Basto (1991-2001-2011)**

Unidade territorial	População residente			Variação relativa da população residente (%)	
	1991	2001	2011	91-01	01-11
Agilde	1237	1294	1227	4,6%	-5,2%
Arnoia	1901	1919	1702	0,9%	-11,3%
Borba da Montanha	1235	1255	1294	1,6%	3,1%
Britelo	2422	2542	2561	5,0%	0,7%
Caçarilhe	484	455	466	-6,0%	2,4%
Canedo de Basto	1061	1028	1010	-3,1%	-1,8%
Carvalho	905	838	789	-7,4%	-5,8%
Codessoso	586	503	444	-14,2%	-11,7%
Corgo	395	324	311	-18,0%	-4,0%
Fervença	1419	1410	1445	-0,6%	2,5%
Gagos	658	632	628	-4,0%	-0,6%
Gémeos	651	626	650	-3,8%	3,8%
Infesta	433	316	292	-27,0%	-7,6%
Molares	646	518	621	-19,8%	19,9%
Moreira do Castelo	662	615	627	-7,1%	2,0%
Ourilhe	470	393	459	-16,4%	16,8%
Rego	1124	1184	1241	5,3%	4,8%
Ribas	1299	1229	1068	-5,4%	-13,1%
Basto (Santa Tecla)	296	279	212	-5,7%	-24,0%
Basto (S. Clemente)	1890	1587	1524	-16,0%	-4,0%
Vale de Bouro	907	812	813	-10,5%	0,1%
Veade	796	707	714	-11,2%	1,0%
<b>Celorico de Basto</b>	<b>21.477</b>	<b>20.466</b>	<b>20.098</b>	<b>-4,7%</b>	<b>-1,8%</b>

**Quadro 8: Variação relativa da população residente, por freguesias, de acordo com a Reorganização Administrativa do Território das Freguesias em 2013 (1991-2001-2011) Celorico de Basto**

Unidade territorial	População residente			Variação relativa da população residente (%)	
	1991	2001	2011	91-01	01-11
Agilde	1237	1294	1227	4,6%	-5,2%
Arnoia	1901	1919	1702	0,9%	-11,3%
Borba da Montanha	1235	1255	1294	1,6%	3,1%
Britelo, Gémeos e Ourilhe	3543	3561	3670	0,5%	3,1%
Caçarilhe e Infesta	917	771	758	-15,9%	1,7%
Canedo de Basto e Corgo	1456	1352	1321	-7,1%	-2,3%
Carvalho e Basto (Sta. Tecla)	1201	1117	1001	-7,0%	-10,4%
Codessoso	586	503	444	-14,2%	-11,7%
Fervença	1419	1410	1445	-0,6%	2,5%
Moreira do Castelo	662	615	627	-7,1%	2,0%
Rego	1124	1184	1241	5,3%	4,8%
Ribas	1299	1229	1068	-5,4%	-13,1%
Basto (S. Clemente)	1890	1587	1524	-16,0%	-4,0%
Vale de Bouro	907	812	813	-10,5%	0,1%
Veade, Gagos e Molares	2100	1857	1963	-11,6%	5,7%
<b>Celorico de Basto</b>	<b>21.477</b>	<b>20.466</b>	<b>20.098</b>	<b>-4,7%</b>	<b>-1,8%</b>

## ANÁLISE SUMÁRIA

Celorico de Basto manteve um crescimento de população residente considerável até à década de 1950. A partir de então a tendência de crescimento foi sempre negativa, sendo mais acentuada no período compreendido entre as décadas de 1970 e 2001, com variações negativas na ordem dos 5%.

De acordo com os resultados dos Censos 2011, na última década acentuou-se a tendência para o despovoamento dos municípios do interior. Celorico de Basto integra a classes de municípios cuja variação da população se situou no intervalo entre uma variação negativa de -2% e positiva de 2%, que o INE considera corresponder a uma situação de estabilidade demográfica. Esta variação representa, concretamente, uma redução de apenas 1,8% em relação a 2001, contrariando as estimativas dos últimos anos.

A estimativa anual da população de 2010 apontava para uma diminuição de 4,7%. Este é um facto positivo que representa uma travagem no decréscimo populacional que se tem verificado desde a década de 1950.

Comparando a evolução populacional de Celorico de Basto com os concelhos limítrofes no período 2001-2011, verifica-se que, com exceção de Felgueiras que apresenta um crescimento de 0,8%, todos os outros concelhos apresentam decréscimos mais acentuados do que Celorico de Basto. Entre 1991 e 2001 tinha-se verificado o inverso, destacando-se os valores negativos de Celorico e Mondim de Basto. A NUT III – Tâmega e Sousa, que no global e no período compreendido entre 1991 e 2001 teve um crescimento populacional de 6,9%, superior à média nacional, manteve um comportamento demográfico estável na última década. No período de 2001-2011 ocorreu um decréscimo da variação relativa da população residente de -0,3%.

No que se refere à variação da população residente por freguesia e considerando a Reorganização Administrativa do Território das Freguesias, verificam-se diferentes dinâmicas. Comparando a população residente nos anos 2001 e 2011 é possível verificar que a variação foi negativa em 7 freguesias e nas restantes 8 foi positiva. A UF de Veade, Gagos e Molares foi a que registou o maior crescimento de população residente, com uma variação positiva de 5,7% (mais 106 pessoas), seguida da freguesia do Rego, com uma variação positiva de 4,8% (mais 57 pessoas) e ainda as freguesias de Borba da Montanha e a UF de Britelo, Gémeos e Ourilhe, com uma variação positiva de 3,1%. As freguesias onde se assistiu a uma diminuição mais considerável dos residentes são Ribas, com uma variação negativa da densidade populacional de 13,1%, seguida das freguesias de Codessoso (-11,7%) e Arnóia (-11,3%).

## Taxa de Natalidade

Código 1.1.1.4

Tendência ▼

**Eixo Socioeconómico**  
**Domínio** Condições sociais  
**Área temática** População

**Unidade de Análise** ‰  
**Periodicidade** Anual

### Descrição/ Metodologia

A análise da taxa de natalidade permite obter uma perspetiva sobre a evolução da população, dados que estabelecem a relação entre nados vivos e a população residente.

Número de nados-vivos (a criança que nasce com vida) ocorrido durante um determinado período, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de nados-vivos por 1000 ( $10^3$ ) habitantes - permilagem ‰).

Os dados relativos a NUTS estão de acordo com a versão 2013 da Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS).

### Fonte

INE (Censos, Anuários Estatísticos) / INE - Recenseamentos gerais da população e Estimativas Anuais da População Residente

### Objetivos e Metas

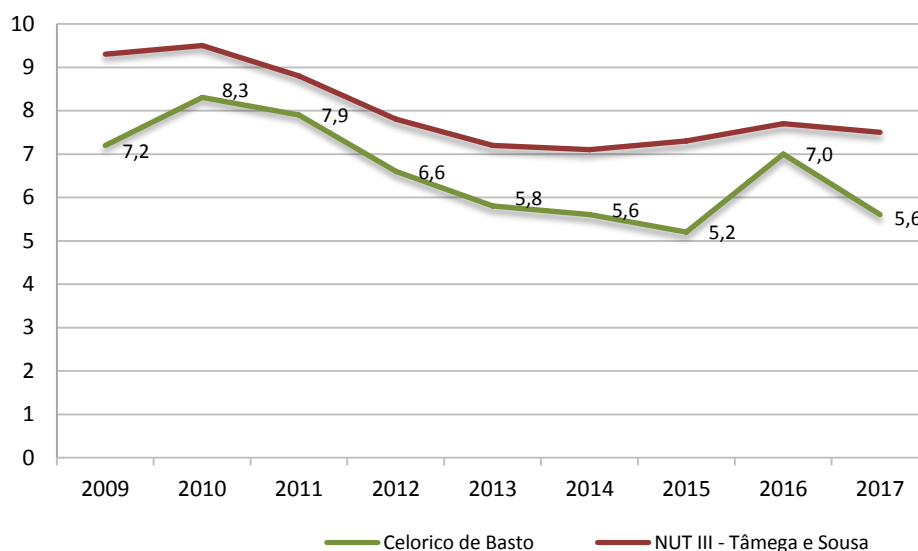
Definir estratégias de desenvolvimento social e assegurar a renovação das gerações.

### Documentos/ Metas de Referência Estratégica

Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS)

## DADOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA

Gráfico 8: Evolução da taxa bruta de natalidade (‰), por anos, NUTIII – Tâmega e Sousa e Celorico de Basto



Quadro 9

Ano	Unidade Territorial	
	Celorico de Basto	Tâmega e Sousa
2001	10,3	12,9
2009	7,2	9,3
2010	8,3	9,5
2011	7,9	8,8
2012	6,6	7,8
2013	5,8	7,2
2014	5,6	7,1
2015	5,2	7,3
2016	7,0	7,7
2017	5,6	7,0

Quadro 10: Evolução da taxa bruta de natalidade (‰), nos concelhos limítrofes ao de Celorico de Basto, NUTIII – Tâmega e Sousa, NUT II – Norte e Portugal.

Unidade Territorial	Taxa bruta de natalidade (‰)				Variação 2011-2017 (%)	
	2011	2015**	2016**	2017**		
Portugal	9,2	8,3	8,4	8,4	-8,70	
NUT II – Norte	8,5	7,5	7,8	7,7	-9,41	
NUT III – Tâmega e Sousa*	8,8	7,3	7,7	7,5	-14,77	
<b>Celorico de Basto (1)</b>	<b>7,9</b>	<b>5,2</b>	<b>7,0</b>	<b>5,6</b>	<b>-29,11</b>	
Concelhos limítrofes	Amarante (1)	8,2	6,6	6,5	6,4	-21,95
	Felgueiras (1)	8,6	8,0	8,3	8,3	-3,49
	Cabeceiras de Basto (2)	7,8	8,1	5,8	6,8	-12,82
	Fafe (2)	8,0	7,2	7,2	7,0	-12,50
	Mondim de Basto (2)	6,5	5,3	5,5	3,5	-46,15

\*Dados de acordo com a versão 2013 da Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS).

\*\* INE, Estimativas Anuais da População Residente – Anual.

(1) Pertence à NUT III – Tâmega e Sousa

(2) Pertence à NUT III – Ave

## ANÁLISE SUMÁRIA

A análise da taxa de natalidade permite obter uma perspetiva sobre a evolução da população.

No concelho de Celorico de Basto, a evolução da taxa de natalidade cresceu entre 2009 e 2010, atingindo um valor de 8,3 nascimentos por cada mil habitantes. A partir de 2010 e até ao ano de 2015 a tendência foi inversa com um decréscimo da taxa de natalidade, atingindo os 5,2 nascimentos por cada mil habitantes, valor mais baixo de sempre.

Em 2016 a taxa de natalidade voltou a crescer atingindo os 7,0 nascimentos por cada mil habitantes, mas em 2017 voltou a haver um decréscimo da taxa de natalidade, com 5,6 nascimentos por cada mil habitantes.

Ao longo dos anos em análise, a evolução da taxa de natalidade em Celorico de Basto acompanhou a tendência de evolução da taxa de natalidade da NUT III – Tâmega e Sousa, embora com taxas de crescimento mais baixas.

Da análise do ano 2015 face a 2011, verifica-se ao nível dos concelhos limítrofes ao concelho de Celorico de Basto, que apenas o concelho de Cabeceiras de Basto obteve um crescimento da taxa de natalidade, com 8,1%. A média geral do país foi também de decréscimo da taxa de natalidade, com 8,3%.

Comparando o ano 2016 face ao ano 2015, a tendência de aumento do número de nascimentos por cada mil habitantes foi positiva para todos os concelhos limítrofes, à exceção dos concelhos de Amarante e de Cabeceiras de Basto que apresentam um decréscimo com 6,5% e 5,8% respetivamente.

Comparando o ano 2017 face ao ano 2016, a média geral do país manteve-se constante. Não houve nenhuma tendência de aumento do número de nascimentos por cada mil habitantes no concelho de Celorico de Basto e nos concelhos limítrofes, à exceção do concelho de Cabeceiras de Basto com um aumento de 17,4% e do concelho de Felgueiras cujo número de nascimentos se manteve constante com 8,3 nascimentos por cada mil habitantes. O decréscimo mais acentuado ocorreu no concelho de Mondim de Basto (-36,36%) seguido do concelho de Celorico de Basto (-20%).

Face à tendência generalizada de decréscimo da taxa de natalidade, o cumprimento do objetivo de assegurar a renovação das gerações continua comprometido.

## Taxa de Mortalidade

Código 1.1.1.5

Tendência



**Eixo Socioeconómico**  
**Domínio** Condições sociais  
**Área temática** População

**Unidade de Análise** ‰  
**Periodicidade** Anual

### Descrição/ Metodologia

A análise da taxa de mortalidade permite obter uma perspetiva sobre a evolução da população, dados que estabelecem a relação entre óbitos e a população residente.

Número de óbitos observado durante um determinado período, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de óbitos por 1000 (10<sup>3</sup>) habitantes – permilagem ‰).

Os dados relativos a NUTS estão de acordo com a versão 2013 da Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS).

### Fonte

INE (Censos, Anuários Estatísticos) / INE - Recenseamentos gerais da população e Estimativas Anuais da População Residente

### Objetivos e Metas

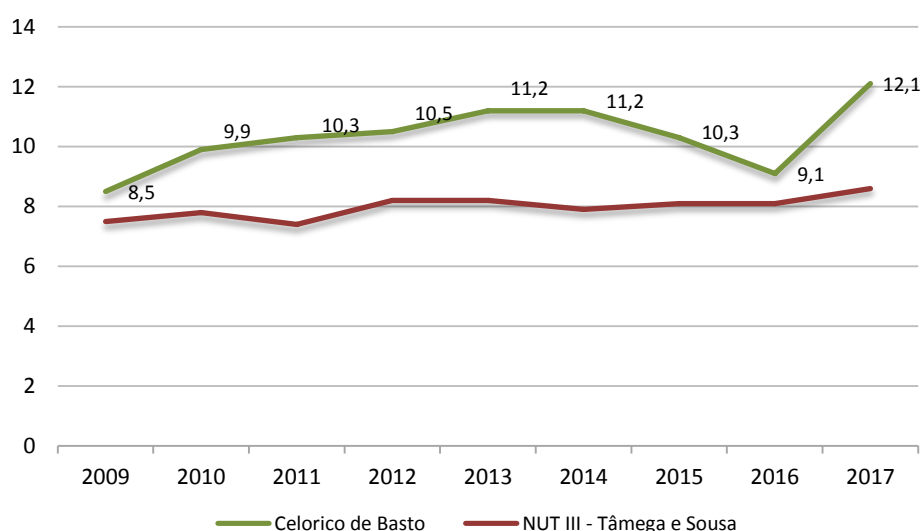
Definir estratégias de desenvolvimento social e assegurar a renovação das gerações.

### Documentos/ Metas de Referência Estratégica

Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS)

## DADOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA

Gráfico 9: Evolução da taxa bruta de mortalidade (‰), por anos, NUTIII – Tâmega e Sousa e Celorico de Basto



Quadro 11

Ano	Unidade Territorial	
	Celorico de Basto	Tâmega e Sousa
2001	10,6	7,8
2009	8,5	7,5
2010	9,9	7,8
2011	10,3	7,4
2012	10,5	8,2
2013	11,2	8,2
2014	11,2	7,9
2015	10,3	8,1
2016	9,1	8,1
2017	12,1	8,6

Quadro 12: Evolução da taxa bruta de mortalidade (‰), nos concelhos limítrofes ao de Celorico de Basto, NUTIII – Tâmega e Sousa, NUT II – Norte e Portugal.

Unidade Territorial	Taxa bruta de mortalidade (‰)				Variação 2011-2017 (%)	
	2011	2015**	2016**	2017**		
Portugal	9,7	10,5	10,7	10,7	10,31	
NUT II – Norte	8,6	9,3	9,5	9,6	11,63	
NUT III – Tâmega e Sousa*	7,4	8,1	8,1	8,6	16,22	
<b>Celorico de Basto (1)</b>	<b>10,3</b>	<b>10,3</b>	<b>9,1</b>	<b>12,1</b>	<b>17,48</b>	
Concelhos limítrofes	Amarante (1)	8,8	9,0	9,2	9,4	6,82
	Felgueiras (1)	6,1	7,1	6,5	7,3	19,67
	Cabeceiras de Basto (2)	11,0	9,5	12,1	12,1	10,00
	Fafe (2)	8,5	8,9	8,9	9,1	7,06
	Mondim de Basto (2)	12,9	12,6	12,1	12,1	-6,20

\*Dados de acordo com a versão 2013 da Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS).

\*\* INE, Estimativas Anuais da População Residente – Anual.

(1) Pertence à NUT III – Tâmega e Sousa

(2) Pertence à NUT III – Ave

## ANÁLISE SUMÁRIA

A análise da taxa de mortalidade permite obter uma perspetiva sobre a evolução da população.

No concelho de Celorico de Basto, a taxa de mortalidade cresceu entre 2009 e 2013, atingindo um valor de 11,2 óbitos por cada mil habitantes.

Os anos 2013 e 2014 mantiveram-se inalteráveis.

A partir de 2014 e até ao ano de 2016 a tendência foi inversa com um decréscimo da taxa de mortalidade, atingindo 9,1 óbitos por cada mil habitantes, mas em 2017 voltou a haver um aumento da taxa de mortalidade, com 12,1 óbitos por cada mil habitantes.

Ao longo dos anos em análise, a evolução da taxa de mortalidade em Celorico de Basto teve taxas de mortalidade mais altas que a tendência das taxas de mortalidade da NUT III – Tâmega e Sousa. Nesta última a variação das taxas de mortalidade foi mais constante centrando-se entre os 7,4‰ e os 8,6‰.

Da análise do ano 2015 face a 2011, verifica-se ao nível dos concelhos limítrofes ao concelho de Celorico de Basto, que apenas os concelhos de Mondim de Basto e Cabeceiras de Basto obtiveram um decréscimo da taxa de mortalidade, com 12,6 e 9,5 óbitos por mil habitantes, respetivamente. A média geral do país foi de crescimento da taxa de mortalidade, com 10,5 óbitos por cada mil habitantes.

Comparando o ano 2016 face ao ano 2015, a tendência de valores mais reduzidos do número de óbitos por cada mil habitantes foi positiva para os concelhos limítrofes de Felgueiras com 6,5‰ e Mondim de Basto com 12,1‰, à exceção dos concelhos de Amarante e de Cabeceiras de Basto que apresentam um aumento da taxa de mortalidade de 9,2‰ e 12,1‰ respetivamente.

Comparando o ano 2017 face ao ano 2016, a média geral do país manteve-se constante. O número de óbitos por cada mil habitantes aumentou no concelho de Celorico de Basto e nos concelhos limítrofes, incluindo também a NUT III – Tâmega e Sousa, à exceção dos concelhos de Cabeceiras de Basto e Mondim de Basto, cujo número de óbitos se manteve constante com 12,1 óbitos por cada mil habitantes em ambos os concelhos. O aumento mais acentuado ocorreu no concelho de Celorico de Basto com uma variação de 32,97% seguindo-se Felgueiras com uma variação de 12,31%.

Face aos valores da taxa de natalidade de 5,6‰ conjugada com uma taxa de mortalidade de 12,1‰, em 2017 a taxa de crescimento natural registada no concelho de Celorico de Basto mantém-se negativa.



**Eixo Socioeconómico**  
**Domínio** Condições sociais  
**Área temática** População

**Unidade de Análise** %  
**Periodicidade** Anual

**Descrição/ Metodologia**

Relação entre a população idosa e a população jovem, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos (expressa habitualmente por 100 (10<sup>^</sup>2) pessoas dos 0 aos 14 anos).

O índice de envelhecimento é o número de pessoas com 65 e mais anos por cada 100 pessoas menores de 15 anos. Um valor inferior a 100 significa que há menos idosos do que jovens.

**Fonte**

INE (Censos, Anuários Estatísticos) / INE - Recenseamentos gerais da população e Estimativas Anuais da População Residente

**Objetivos e Metas**

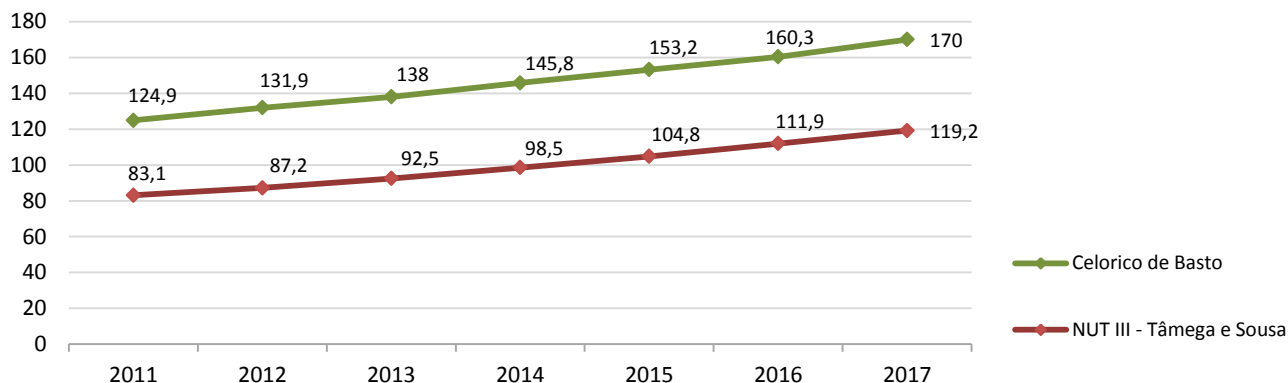
Definir estratégias de desenvolvimento social e assegurar a renovação das gerações.

**Documentos/ Metas de Referência Estratégica**

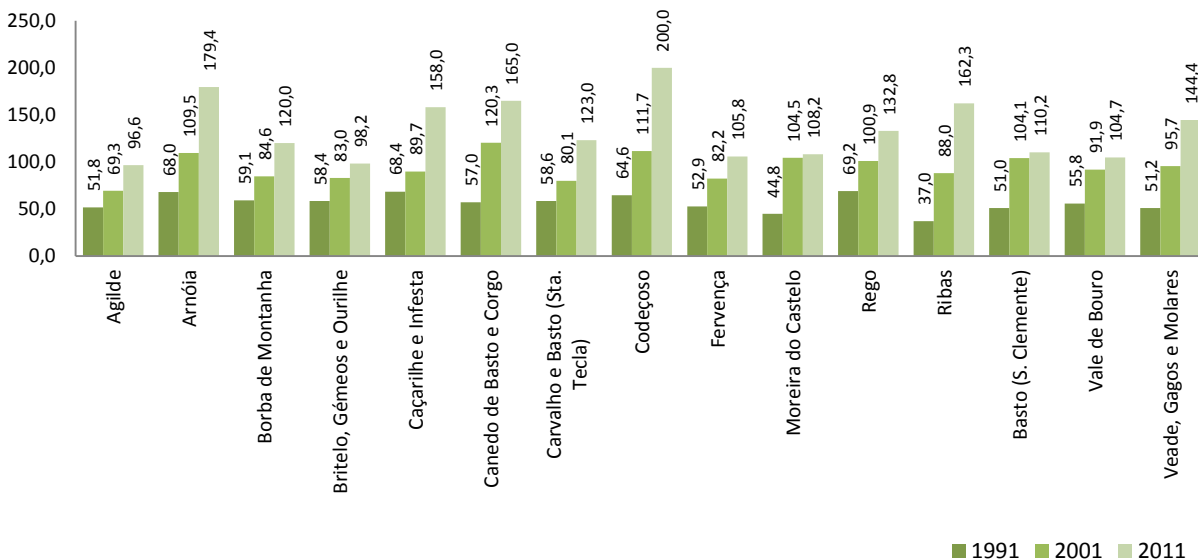
Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS)

**DADOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA**

**Gráfico 10: Índice de envelhecimento, Celorico de Basto e NUT III – Tâmega e Sousa (2011 a 2016)**



**Gráfico 11: Índice de envelhecimento, por freguesias, de acordo com a Reorganização Administrativa do Território das Freguesias em 2013 (1991-2001-2011) Celorico de Basto**



**Quadro 13: Índice de envelhecimento, por freguesias (1991-2001-2011) Celorico de Basto**

Unidade Territorial	Índice envelhecimento (%)			Variação	
	1991	2001	2011	1991-2001 (%)	2001-2011 (%)
Agilde	51,8	69,3	96,6	33,78	39,41
Arnoia	68,0	109,5	179,4	61,15	63,84
Borba da Montanha	59,1	84,6	120,0	43,18	41,77
Britelo	60,7	87,9	102,4	44,68	16,57
Caçarilhe	59,6	70,4	165,5	18,15	135,12
Canedo de Basto	55,5	112,6	168,4	102,89	49,57
Carvalho	63,1	79,6	120,2	26,12	51,01
Codessoso	64,6	111,7	200,0	72,96	79,05
Corgo	61,3	146,2	155,0	138,34	6,05
Fervença	52,9	82,2	105,8	55,41	28,70
Gagos	48,5	82,6	139,7	70,23	69,22
Gêmeos	60,4	79,5	87,4	31,75	9,87
Infesta	79,6	120,9	148,9	51,82	23,16
Molares	45,6	102,2	142,3	124,12	39,27
Moreira do Castelo	44,8	104,5	108,2	133,22	3,48
Ourilhe	46,0	63,9	92,8	38,86	45,14
Rego	69,2	100,9	132,8	45,82	31,60
Ribas	37,0	88,0	162,3	137,64	84,42
Basto (Santa Tecla)	48,0	81,5	134,4	69,87	64,80
Basto (S. Clemente)	51,0	104,1	110,2	103,97	5,85
Vale de Bouro	55,8	91,9	104,7	64,64	13,89
Veade	58,5	102,5	150,0	75,11	46,37
<b>Celorico de Basto</b>	<b>56,3</b>	<b>92,2</b>	<b>124,9</b>	<b>63,70</b>	<b>35,49</b>

**Quadro 14: Índice de envelhecimento, por freguesias, de acordo com a Reorganização Administrativa do Território das Freguesias em 2013 (1991-2001-2011) Celorico de Basto**

Unidade Territorial	Índice envelhecimento (%)			Variação	
	1991	2001	2011	1991-2001 (%)	2001-2011 (%)
Agilde	51,8	69,3	96,6	33,78	39,41
Arnoia	68,0	109,5	179,4	61,15	63,84
Borba da Montanha	59,1	84,6	120,0	43,18	41,77
Britelo, Gêmeos e Ourilhe	58,4	83,0	98,2	42,00	18,35
Caçarilhe e Infesta	68,4	89,7	158,0	31,08	76,11
Canedo de Basto e Corgo	57,0	120,3	165,0	111,10	37,17
Carvalho e Basto (Sta. Tecla)	58,6	80,1	123,0	36,75	53,57
Codessoso	64,6	111,7	200,0	72,96	79,05
Fervença	52,9	82,2	105,8	55,41	28,70
Moreira do Castelo	44,8	104,5	108,2	133,22	3,48
Rego	69,2	100,9	132,8	45,82	31,60
Ribas	37,0	88,0	162,3	137,64	84,42
Basto (S. Clemente)	51,0	104,1	110,2	103,97	5,85
Vale de Bouro	55,8	91,9	104,7	64,64	13,89
Veade, Gagos e Molares	51,2	95,7	144,4	86,76	50,95
<b>Celorico de Basto</b>	<b>56,3</b>	<b>92,2</b>	<b>124,9</b>	<b>63,70</b>	<b>35,49</b>

**Quadro 15: Índice de envelhecimento nos concelhos limítrofes ao de Celorico de Basto, NUTIII – Tâmega e Sousa, NUT II – Norte e Portugal.**

Unidade Territorial	Índice de envelhecimento							
	2011	2012	2013	2014	2015	2016**	2017**	
Portugal	127,6	131,1	136,0	141,3	146,5	150,9	155,4	
NUT II – Norte	114,1	118,9	125,3	132,2	139,5	146,4	153,3	
NUT III – Tâmega e Sousa*	83,1	87,2	92,5	98,5	104,8	111,9	119,2	
<b>Celorico de Basto (1)</b>	<b>124,9</b>	<b>131,9</b>	<b>138,0</b>	<b>145,8</b>	<b>153,2</b>	<b>160,3</b>	<b>170,0</b>	
Concelhos limítrofes	Amarante (1)	100,3	105,7	110,8	117,6	124,5	132,7	142,5
	Felgueiras (1)	73,2	78,3	84,3	91,3	97,2	104,0	111,2
	Cabeceiras de Basto (2)	116,8	118,8	121,7	126,7	130,8	135,7	142,4
	Fafe (2)	104,7	110,0	117,1	124,5	131,9	141,1	150,6
	Mondim de Basto (2)	146,3	153,4	159,4	171,4	180,3	207,1	192,1

\*Dados de acordo com a versão 2013 da Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS).

\*\* INE, Estimativas Anuais da População Residente – Anual.

(1) Pertence à NUT III – Tâmega e Sousa

(2) Pertence à NUT III – Ave

## ANÁLISE SUMÁRIA

Num contexto de envelhecimento progressivo da população nacional, a análise deste indicador é fundamental no sentido de perceber a importância da população idosa na sociedade. Sendo uma realidade transversal a todo o país, o crescimento da população nas camadas com mais de 65 anos na estrutura etária tem reflexos na evolução do índice de envelhecimento.

O concelho de Celorico de Basto apresenta uma evolução do índice de envelhecimento num crescendo em linha reta, registando em 2017 um número de 170 idosos por cada 100 crianças ou jovens com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos, ou seja, um índice superior aos dados de referência dos dados censitários de 2001 e 2011, que era de 92,2% e 124,9%, respetivamente.

A evolução do índice de envelhecimento em Celorico de Basto vem acompanhando a tendência do índice de envelhecimento da NUT III – Tâmega e Sousa, embora com índices mais elevados. Nesta última a variação do índice de envelhecimento variou entre os 83,1% em 2011 e os 119,2% em 2017.

Comparando com os dados dos concelhos limítrofes ao concelho de Celorico de Basto, no período compreendido entre 2011 e 2017, a população de Celorico de Basto apresenta um índice de envelhecimento relativamente elevado, sendo mesmo o segundo mais elevado, logo depois do concelho de Mondim de Basto (192,10). Também a média geral do país foi em 2017 de cerca de 155 idosos por cada 100 crianças ou jovens com idades até aos 14 anos.

Da análise dos valores do índice de envelhecimento, por freguesias do concelho, nos anos 1991, 2001 e 2011, neles se constata que em todas as freguesias se assistiu a um aumento deste indicador ao longo dos 3 momentos censitários. Os aumentos mais acentuados, em 2011, destacam-se nas freguesias (de acordo com a Reorganização Administrativa do Território das Freguesias em 2013) de Codessos; Arnóia; UF de Canedo de Basto e Corgo e Corgo, com respetivamente índices de envelhecimento de 200%; 179,4%; 165,9% e 162,3%. Apenas as freguesias de Agilde e UF de Britelo, Gémeos e Ourilhe são as freguesias menos envelhecidas do concelho. Estas freguesias possuem um índice de envelhecimento inferior a 100%, onde existem menos idosos que jovens, com respetivamente 96,6% e 98,2%.

**Densidade Populacional**

Código 1.1.1.7

Tendência



**Eixo** Socioeconómico  
**Domínio** Condições sociais  
**Área temática** População

**Unidade de Análise** hab/km<sup>2</sup>  
**Periodicidade** Anual

**Descrição/ Metodologia**

Densidade Populacional - Intensidade do povoamento expressa pela relação entre o número de habitantes de uma área territorial determinada e a superfície desse território (habitualmente expressa em número de habitantes por quilómetro quadrado). (metainformação – INE)

(\*1) Entre 1960 e 2001, os valores apresentados são calculados com base na superfície de Portugal em 2001: 92.151,8 km<sup>2</sup> (Carta Administrativa Oficial de Portugal, 2001).

(\*2) Em 2011, os valores apresentados são calculados com base na superfície de Portugal em 2011: 92.212,5 km<sup>2</sup> (Carta Administrativa Oficial de Portugal, 2011).

Os dados relativos a NUTS estão de acordo com a versão 2013 da Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS).

**Fonte**

INE (Censos, Anuários Estatísticos) / INE - Recenseamentos gerais da população e Estimativas Anuais da População Residente

**Objetivos e Metas**

Definir estratégias de desenvolvimento social e assegurar a renovação das gerações.

**Documentos/ Metas de Referência Estratégica**

Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS)

**DADOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA**

**Quadro 16: Densidade populacional, por freguesias, de acordo com a Reorganização Administrativa do Território das Freguesias em 2013 (1991-2001-2011)**

Unidade Territorial	Área CAOP (km <sup>2</sup> )	Densidade populacional (hab/km <sup>2</sup> ) *		
		1991	2001	2011
Agilde	9,01	137,3	143,6	136,2
Arnoia	18,73	101,5	102,5	90,9
Borba da Montanha	10,89	113,4	115,2	118,8
Britelo, Gémeos e Ourilhe	17,17	206,3	207,4	213,7
Caçarilhe e Infesta	11,48	79,9	67,2	66,0
Canedo de Basto e Corgo	13,23	110,1	102,2	99,8
Carvalho e Basto (Sta. Tecla)	10,02	119,9	111,5	99,9
Codessoso	10,70	54,8	47,0	41,5
Fervença	12,05	117,8	117,0	119,9
Moreira do Castelo	6,14	107,8	100,2	102,1
Rego	17,09	65,8	69,3	72,6
Ribas	8,28	156,9	148,4	129,0
Basto (S. Clemente)	15,41	122,6	103,0	98,9
Vale de Bouro	7,89	115,0	102,9	103,0
Veade, Gagos e Molares	12,99	161,7	143,0	151,1
<b>Celorico de Basto</b>	<b>181,07</b>	<b>118,6</b>	<b>113,0</b>	<b>111,0</b>
<b>Portugal</b>	(*1) 92.151,8 (*2) 92.212,5	<b>107,1</b>	<b>112,4</b>	<b>114,6</b>
<b>NUT II – Norte</b>	<b>21.280,5</b>	<b>163,2</b>	<b>173,3</b>	<b>173,4</b>
<b>NUT III – Tâmega e Sousa (*3)</b>	<b>1.832,0</b>	<b>221,7</b>	<b>237,0</b>	<b>236,3</b>

(\*1) Entre 1960 e 2001, os valores apresentados são calculados com base na superfície de Portugal em 2001: 92.151,8 km<sup>2</sup> (Carta Administrativa Oficial de Portugal, 2001).

(\*2) Em 2011, os valores apresentados são calculados com base na superfície de Portugal em 2011: 92.212,5 km<sup>2</sup> (Carta Administrativa Oficial de Portugal, 2011).

(\*3) Dados de acordo com a versão 2013 da Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS).

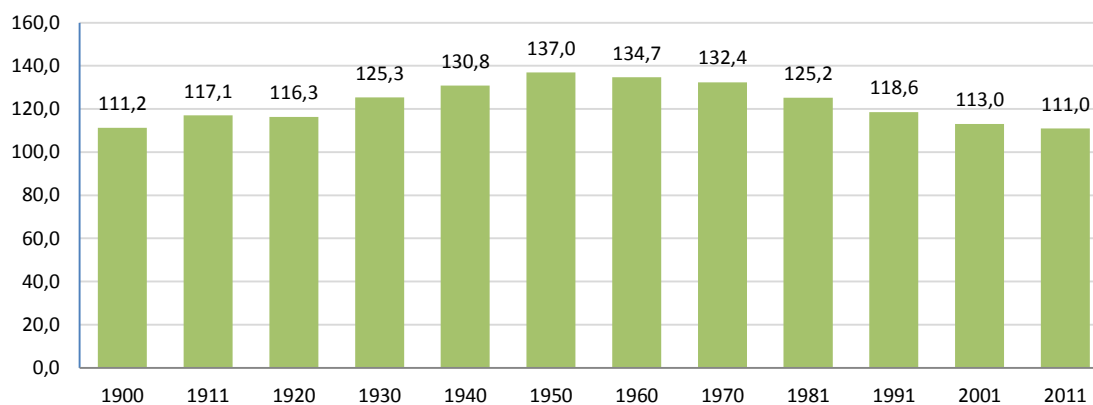
**Quadro 17: Densidade populacional, por freguesias (1991-2001-2011) Celorico de Basto**

Unidade Territorial	Área CAOP (km <sup>2</sup> )	Densidade populacional (hab/km <sup>2</sup> ) *		
		1991	2001	2011
Agilde	9,01	137,3	143,6	136,2
Arnoia	18,73	101,5	102,5	90,9
Borba da Montanha	10,89	113,4	115,2	118,8
Britelo	7,78	311,3	326,7	329,2
Caçarilhe	5,95	81,3	76,5	78,3
Canedo de Basto	9,98	106,3	103,0	101,2
Carvalho	6,82	132,7	122,9	115,7
Codessoso	10,70	54,8	47,0	41,5
Corgo	3,25	121,5	99,7	95,7
Fervença	12,05	117,8	117,0	119,9
Gagos	4,41	149,2	143,3	142,4
Gêmeos	4,02	161,9	155,7	161,7
Infesta	5,53	78,3	57,1	52,8
Molares	3,07	210,4	168,7	202,3
Moreira do Castelo	6,14	107,8	100,2	102,1
Ourilhe	5,37	87,5	73,2	85,5
Rego	17,09	65,8	69,3	72,6
Ribas	8,28	156,9	148,4	129,0
Basto (Santa Tecla)	3,20	92,5	87,2	66,3
Basto (S. Clemente)	15,41	122,6	103,0	98,9
Vale de Bouro	7,89	115,0	102,9	103,0
Veade	5,51	144,5	128,3	129,6
<b>Celorico de Basto</b>	<b>181,07</b>	<b>118,6</b>	<b>113,0</b>	<b>111,0</b>
<b>Portugal</b>	(*1) 92.151,8 (*2) 92.212,5	107,1	112,4	114,6
<b>NUT II – Norte</b>	<b>21.280,5</b>	<b>163,2</b>	<b>173,3</b>	<b>173,4</b>
<b>NUT III – Tâmega e Sousa (*3)</b>	<b>1.832,0</b>	<b>221,7</b>	<b>237,0</b>	<b>236,3</b>

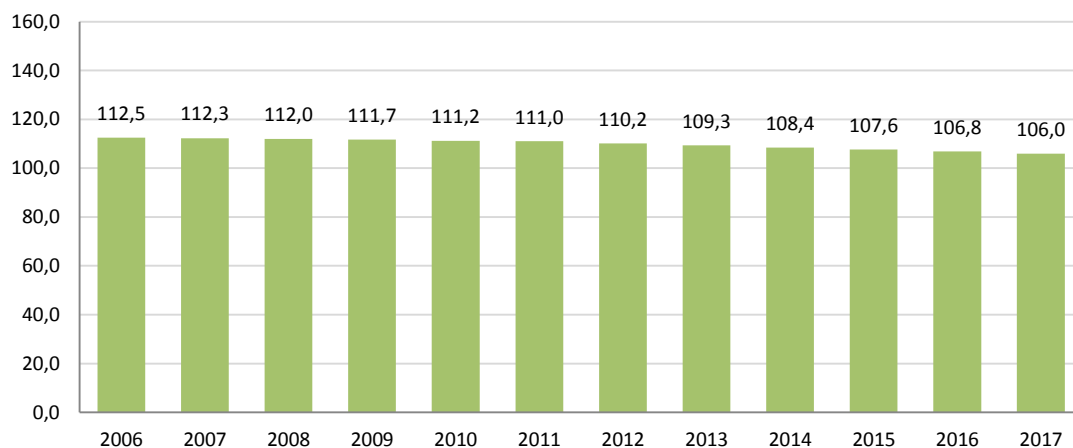
(\*1) Entre 1960 e 2001, os valores apresentados são calculados com base na superfície de Portugal em 2001: 92.151,8 km<sup>2</sup> (Carta Administrativa Oficial de Portugal, 2001).

(\*2) Em 2011, os valores apresentados são calculados com base na superfície de Portugal em 2011: 92.212,5 km<sup>2</sup> (Carta Administrativa Oficial de Portugal, 2011).

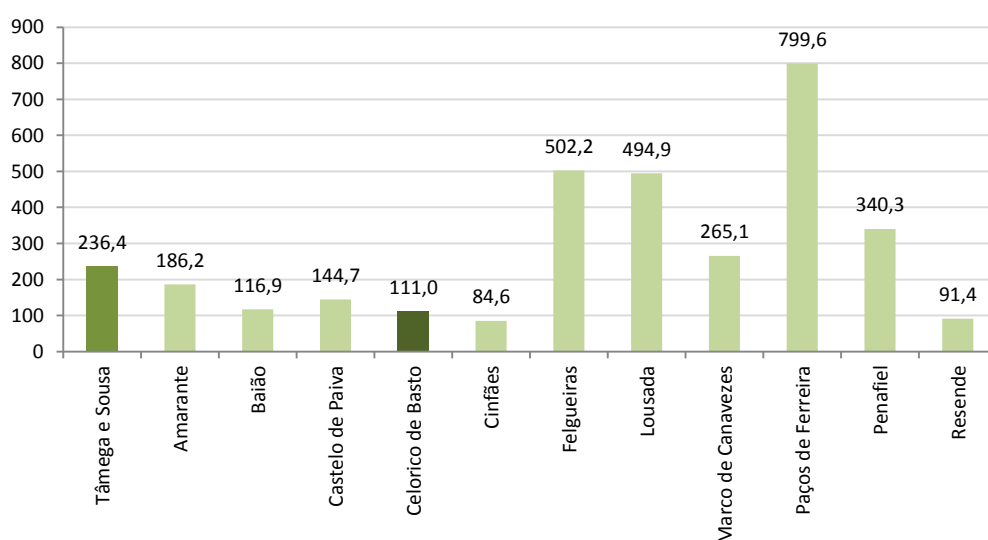
(\*3) Dados de acordo com a versão 2013 da Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS).

**Gráfico 12: Densidade populacional (hab/km<sup>2</sup>), decenal, Celorico de Basto (1900 – 2011)**

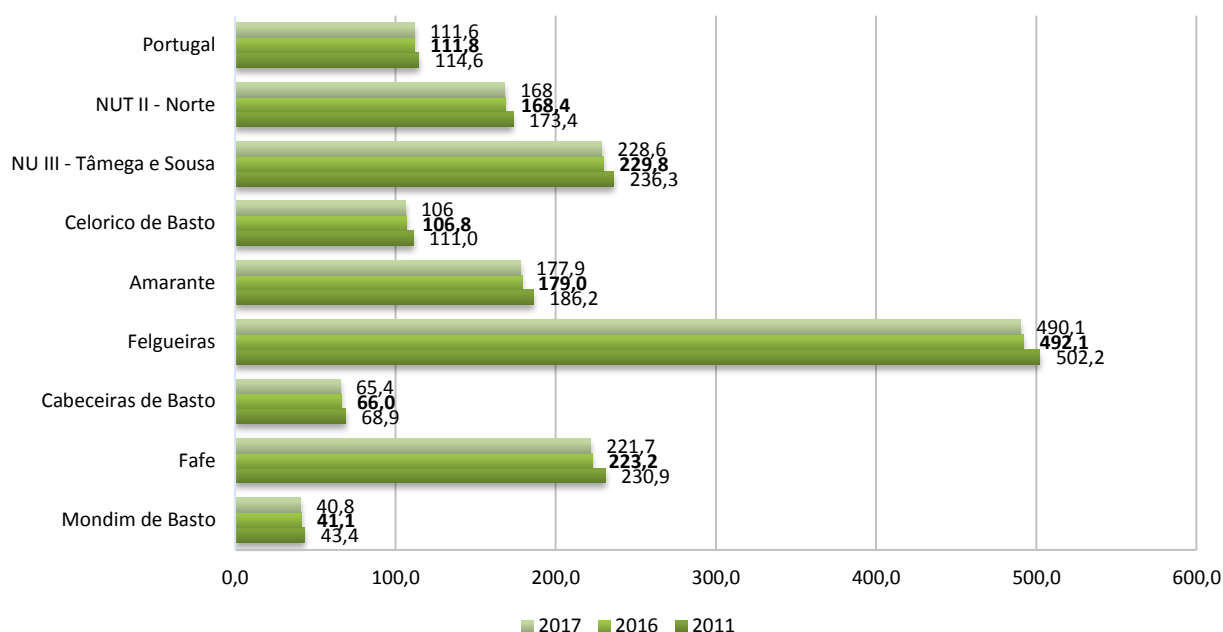
**Gráfico 13: Densidade populacional (hab/km<sup>2</sup>), por anos, Celorico de Basto (2006 – 2017)**



**Gráfico 14: Densidade populacional (hab/km<sup>2</sup>), NUT III - Tâmega e Sousa, 2011**



**Gráfico 15: Densidade populacional (hab/km<sup>2</sup>), nos concelhos limítrofes ao de Celorico de Basto, NUTIII – Tâmega e Sousa, NUT II – Norte e Portugal (2011-2016)**



## ANÁLISE SUMÁRIA

Assim como a variação da população, também a densidade populacional regista nos 3 momentos censitários, um decréscimo, consequência direta e natural da diminuição da população observada em indicador anterior.

A densidade populacional do concelho de Celorico de Basto apresenta um decréscimo anual, registando em 2017 um valor de 106,0 hab/km<sup>2</sup>. Esta tendência de decréscimo advém dos anos 50.

Em 2011, Celorico de Basto apresentava uma densidade populacional, face aos concelhos da NUT-III Tâmega e Sousa, das mais baixas (111 hab/km<sup>2</sup>), superior apenas aos concelhos de Resende e Cinfães, com respetivamente 91,4 e 84,6 habitantes por Km<sup>2</sup>. No seio da NUT-III Tâmega e Sousa ganha destaque a densidade populacional registada no concelho de Paços de Ferreira (799,6hab/km<sup>2</sup>), bem como em Felgueiras (502,2hab/km<sup>2</sup>) e Lousada (494,9hab/km<sup>2</sup>).

Comparando com os dados mais recentes disponibilizados, dos concelhos limítrofes ao concelho de Celorico de Basto, no ano de 2017, os valores da densidade populacional de Celorico de Basto (106,0 hab/km<sup>2</sup>) situam-se acima dos valores dos concelhos com características mais rurais, registando-se em Mondim de Basto e Cabeceiras de Basto, com respetivamente 40,8 e 65,4 habitantes por Km<sup>2</sup> e situam-se abaixo dos concelhos com características marcadamente urbanas, registando-se em Amarante, Fafe e Felgueiras, com respetivamente 177,9; 221,7 e 490,10 habitantes por Km<sup>2</sup>.

À escala infraconcelhia e reportando ao ano 2011, os valores evidenciam diferenças significativas. As freguesias com densidades populacionais mais elevadas são (de acordo com a Reorganização Administrativa do Território das Freguesias em 2013) as UF de Britelo, Gémeos e Ourilhe, a UF de Veade, Gagos e molares e Agilde, com respetivamente 213,7, 151,1 e 136,2 habitantes por Km<sup>2</sup>. As duas primeiras justificadas por serem duas centralidades urbanas do concelho onde se apresenta uma maior densidade de funções urbanas.

Por outro lado, os valores mais reduzidos registam-se nas freguesias de Codessoso, UF de Caçarilhe e Infesta e Rego.

**Índice de Dependência Total**

Código 1.1.1.8

Tendência



**Eixo** Socioeconómico  
**Domínio** Condições sociais  
**Área temática** População

**Unidade de Análise** %  
**Periodicidade** Anual

**Descrição/ Metodologia**

Relação entre a população jovem e idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos conjuntamente com as pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 (10<sup>2</sup>) pessoas com 15-64 anos).

O índice de dependência total é o número de menores de 15 anos e de pessoas com 65 e mais anos por cada 100 pessoas em idade ativa, ou seja, com 15 a 64 anos. Um valor inferior a 100 significa que há menos jovens e idosos do que pessoas em idade ativa.

**Fonte**

INE (Censos, Anuários Estatísticos) / INE - Recenseamentos gerais da população e Estimativas Anuais da População Residente

**Objetivos e Metas**

Definir estratégias de desenvolvimento social e assegurar a renovação das gerações.

**Documentos/ Metas de Referência Estratégica**

Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS)

**DADOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA****Quadro 18: Índice de dependência total, Celorico de Basto, por anos**

Ano	Índice dependência total
	Celorico de Basto
1981	81,1
1991	65,8
2001	58,7
2011	52,1
2012	51,3
2013	49,7
2014	48,6
2015	47,8
2016	48,0
2017	47,4

**Quadro 19: Índice de dependência total nos concelhos limítrofes ao de Celorico de Basto, NUTIII – Tâmega e Sousa, NUT II – Norte e Portugal.**

Unidade Territorial	Índice de dependência total							
	2011	2012	2013	2014	2015	2016**	2017**	
Portugal	51,4	51,9	52,5	53,0	53,4	54,1	54,7	
NUT II – Norte	46,9	47,0	47,5	47,9	48,2	48,9	49,4	
NUT III – Tâmega e Sousa*	44,1	43,6	43,3	43,0	42,6	42,9	43,0	
<b>Celorico de Basto (1)</b>	<b>52,1</b>	<b>51,3</b>	<b>49,7</b>	<b>48,6</b>	<b>47,8</b>	<b>48,0</b>	<b>47,4</b>	
Concelhos limítrofes	Amarante (1)	45,6	45,1	45,0	44,9	44,6	42,9	45,0
	Felgueiras (1)	40,7	40,1	39,9	39,5	39,2	39,5	39,9
	Cabeceiras de Basto (2)	53,5	51,9	50,7	49,5	49,1	48,9	48,5
	Fafe (2)	45,0	44,9	45,1	45,2	45,1	45,6	46,0
	Mondim de Basto (2)	55,0	53,6	52,4	50,7	49,8	49,3	48,1

\*Dados de acordo com a versão 2013 da Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS).

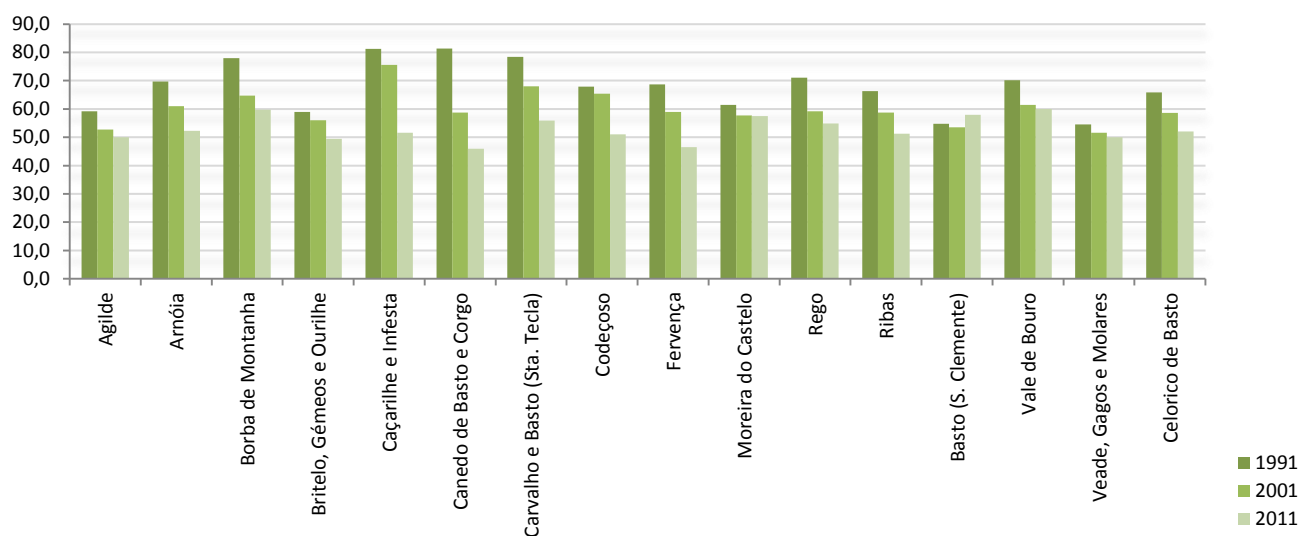
\*\* INE, Estimativas Anuais da População Residente – Anual.

(1) Pertence à NUT III – Tâmega e Sousa

(2) Pertence à NUT III – Ave



**Gráfico 16: Índice de dependência total, por freguesias, de acordo com a Reorganização Administrativa do Território das Freguesias em 2013 (1991-2001-2011)**



**Quadro 20: Índice de dependência total, por freguesias (1991-2001-2011)**

Unidade Territorial	Índice dependência total (%)		
	1991	2001	2011
Agilde	59,2	52,8	50,0
Arnoia	69,7	61,0	52,2
Borba da Montanha	78,0	64,7	59,8
Britelo	56,7	53,2	48,1
Caçarilhe	81,3	67,9	45,6
Canedo de Basto	83,2	56,7	45,1
Carvalho	72,4	66,3	56,2
Codessoso	67,9	65,5	51,0
Corgo	76,3	65,3	48,8
Fervença	68,7	59,0	46,6
Gagos	60,5	46,0	38,6
Gémeos	64,4	60,9	52,2
Infesta	81,2	88,1	62,2
Molaes	49,5	57,0	60,9
Moreira do Castelo	61,5	57,7	57,5
Ourilhe	64,3	67,9	53,5
Rego	71,1	59,1	54,9
Ribas	66,3	58,8	51,3
Basto (Santa Tecla)	100,0	73,3	54,7
Basto (S. Clemente)	54,8	53,5	57,9
Vale de Bouro	70,2	61,4	60,0
Veade	54,0	53,0	52,2
<b>Celorico de Basto</b>	<b>65,8</b>	<b>58,7</b>	<b>52,1</b>

**Quadro 21: Índice de dependência total, por freguesias, de acordo com a Reorganização Administrativa do Território das Freguesias em 2013 (1991-2001-2011)**

Unidade Territorial	Índice dependência total (%)		
	1991	2001	2011
Agilde	59,2	52,8	50,0
Arnoia	69,7	61,0	52,2
Borba da Montanha	78,0	64,7	59,8
Britelo, Gémeos e Ourilhe	59,0	56,0	49,5
Caçarilhe e Infesta	81,2	75,6	51,6
Canedo de Basto e Corgo	81,3	58,7	46,0
Carvalho e Basto (Sta. Tecla)	78,5	68,0	55,9
Codessoso	67,9	65,5	51,0
Fervença	68,7	59,0	46,6
Moreira do Castelo	61,5	57,7	57,5
Rego	71,1	59,1	54,9
Ribas	66,3	58,8	51,3
Basto (S. Clemente)	54,8	53,5	57,9
Vale de Bouro	70,2	61,4	60,0
Veade, Gagos e Molaes	54,5	51,6	50,1
<b>Celorico de Basto</b>	<b>65,8</b>	<b>58,7</b>	<b>52,1</b>

## ANÁLISE SUMÁRIA

O concelho de Celorico de Basto apresenta uma evolução do índice de dependência total a decrescer anualmente, registando em 2017 um valor de 47,4%, ou seja, um índice inferior aos dados de referência dos dados censitários de 2001 e 2011, que eram de 58,7% e 52,1%, respetivamente.

Comparando com os dados mais recentes disponibilizados, dos concelhos limítrofes ao concelho de Celorico de Basto, no ano de 2017, a população de Celorico de Basto apresenta um índice de dependência total inferior aos concelhos de Mondim de Basto e de Cabeceiras de Basto com 48,1% e 48,5% respetivamente e superior aos restantes concelhos limítrofes.

Também a média geral do país apresenta uma estrutura da população idosa mais elevada, registando assim um índice de dependência total, em 2017, de 54,7%. A média geral da NUT II – Norte do país apresenta um índice de dependência total de 49,4%, valor próximo dos dados do índice de dependência total do concelho de Celorico de Basto.

Da análise dos valores do índice de dependência total, por freguesias do concelho, nos anos 1991, 2001 e 2011, neles se constata que em todas as freguesias se assistiu a um decréscimo deste indicador ao longo dos 3 momentos censitários, à exceção da freguesia de Basto (S. Clemente) cujos valores decresceram em 2001 e voltaram a aumentar em 2011.

Os aumentos mais acentuados, em 2011, destacam-se nas freguesias (de acordo com a Reorganização Administrativa do Território das Freguesias em 2013) de Vale de Bouro, Borba da Montanha e Basto (S. Clemente), com respetivamente índices de dependência total de 60%, 59,8% e 57,9%. As freguesias com o mais baixo índice de dependência são UF de Canedo de Basto e Corgo, Fervença e UF de Britelo, Gémeos e Ourilhe com respetivamente 46% e 46,6% e 49,5%.

**Índice de Dependência Jovem**

Código 1.1.1.9

Tendência



**Eixo** Socioeconómico  
**Domínio** Condições sociais  
**Área temática** População

**Unidade de Análise** %  
**Periodicidade** Anual

**Descrição/ Metodologia**

Relação entre a população jovem e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 (10<sup>2</sup>) pessoas com 15-64 anos).

O índice de dependência de jovens é o número de menores de 15 anos por cada 100 pessoas em idade ativa, ou seja, com 15 a 64 anos. Um valor inferior a 100 significa que há menos jovens do que pessoas em idade ativa.

**Fonte**

INE (Censos, Anuários Estatísticos) / INE - Recenseamentos gerais da população e Estimativas Anuais da População Residente

**Objetivos e Metas**

Definir estratégias de desenvolvimento social e assegurar a renovação das gerações.

**Documentos/ Metas de Referência Estratégica**

Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS)

**DADOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA****Quadro 22: Índice de dependência jovem, Celorico de Basto, por anos**

Ano	Índice dependência jovem
	Celorico de Basto
1981	58,7
1991	42,1
2001	30,5
2011	23,2
2012	22,1
2013	20,9
2014	19,8
2015	18,9
2016	18,4
2017	17,6

**Quadro 23: Índice de dependência jovem nos concelhos limítrofes ao de Celorico de Basto, NUTIII – Tâmega e Sousa, NUT II – Norte e Portugal.**

Unidade Territorial	Índice de dependência jovem							
	2011	2012	2013	2014	2015	2016**	2017**	
Portugal	22,6	22,5	22,3	22,0	21,7	21,6	21,4	
NUT II – Norte	21,9	21,5	21,1	20,6	20,1	19,8	19,5	
NUT III – Tâmega e Sousa*	24,1	23,3	22,5	21,7	20,8	20,2	19,6	
<b>Celorico de Basto (1)</b>	<b>23,2</b>	<b>22,1</b>	<b>20,9</b>	<b>19,8</b>	<b>18,9</b>	<b>18,4</b>	<b>17,6</b>	
Concelhos limítrofes	Amarante (1)	22,8	21,9	21,3	20,6	19,9	19,3	18,6
	Felgueiras (1)	23,5	22,5	21,6	20,7	19,9	19,4	18,9
	Cabeceiras de Basto (2)	24,7	23,7	22,9	21,8	21,3	20,7	20,0
	Fafe (2)	22,0	21,4	20,8	20,1	19,5	18,9	18,4
	Mondim de Basto (2)	22,3	21,1	20,2	18,7	17,8	16,9	15,7

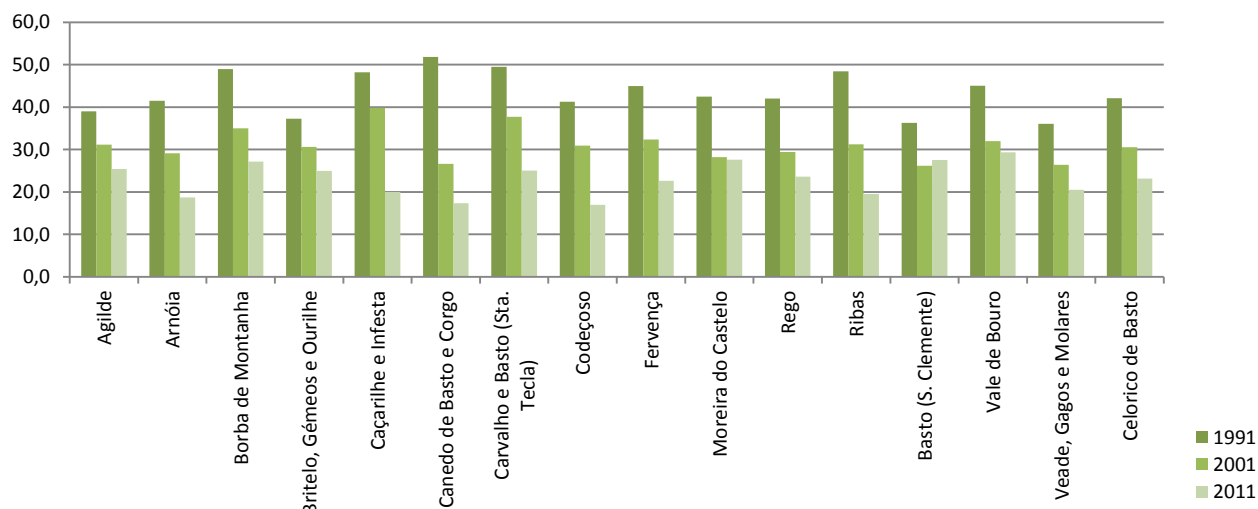
\*Dados de acordo com a versão 2013 da Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS).

\*\* INE, Estimativas Anuais da População Residente – Anual.

(1) Pertence à NUT III – Tâmega e Sousa

(2) Pertence à NUT III – Ave

**Gráfico 17: Índice de dependência jovem, por freguesias, de acordo com a Reorganização Administrativa do Território das Freguesias em 2013 (1991-2001-2011)**



**Quadro 24: Índice de dependência jovem, por freguesias (1991-2001-2011)**

Unidade Territorial	Índice dependência jovem (%)		
	1991	2001	2011
Agilde	39,0	31,2	25,4
Arnoia	41,5	29,1	18,7
Borba da Montanha	49,0	35,0	27,2
Britelo	35,3	28,3	23,8
Caçarilhe	50,9	39,9	17,2
Canedo de Basto	53,5	26,7	16,8
Carvalho	44,4	36,9	25,5
Codessoso	41,3	30,9	17,0
Corgo	47,3	26,5	19,1
Fervença	44,9	32,4	22,6
Gagos	40,7	25,2	16,1
Gémeos	40,2	33,9	27,9
Infesta	45,2	39,9	25,0
Molares	34,0	28,2	25,1
Moreira do Castelo	42,4	28,2	27,6
Ourilhe	44,1	41,5	27,8
Rego	42,0	29,4	23,6
Ribas	48,4	31,3	19,5
Basto (Santa Tecla)	67,6	40,4	23,4
Basto (S. Clemente)	36,3	26,2	27,6
Vale de Bouro	45,0	32,0	29,3
Veade	34,0	26,2	20,9
<b>Celorico de Basto</b>	<b>42,1</b>	<b>30,5</b>	<b>23,2</b>

**Quadro 25: Índice de dependência jovem, por freguesias, de acordo com a Reorganização Administrativa do Território das Freguesias em 2013 (1991-2001-2011)**

Unidade Territorial	Índice dependência jovem (%)		
	1991	2001	2011
Agilde	39,0	31,2	25,4
Arnoia	41,5	29,1	18,7
Borba da Montanha	49,0	35,0	27,2
Britelo, Gémeos e Ourilhe			
Caçarilhe e Infesta	37,3	30,6	25,0
Caçarilhe e Infesta	48,2	39,9	20,0
Canedo de Basto e Corgo			
Canedo de Basto e Corgo	51,8	26,6	17,3
Carvalho e Basto (Sta. Tecla)			
Carvalho e Basto (Sta. Tecla)	49,5	37,7	25,1
Codessoso	41,3	30,9	17,0
Fervença	44,9	32,4	22,6
Moreira do Castelo	42,4	28,2	27,6
Rego	42,0	29,4	23,6
Ribas	48,4	31,3	19,5
Basto (S. Clemente)	36,3	26,2	27,6
Vale de Bouro	45,0	32,0	29,3
Veade, Gagos e Molares			
Veade, Gagos e Molares	36,1	26,4	20,5
<b>Celorico de Basto</b>	<b>42,1</b>	<b>30,5</b>	<b>23,2</b>

## ANÁLISE SUMÁRIA

O concelho de Celorico de Basto apresenta uma evolução do índice de dependência jovem a decrescer anualmente, registando em 2017 um valor de 17,6%, ou seja, um índice inferior aos dados de referência dos dados censitários de 2001 e 2011, que eram de 30,5% e 23,2%, respetivamente.

Esta situação reflete uma estrutura etária da população jovem, na qual os menores de 15 anos tem vindo a decrescer.

Comparando com os dados mais recentes disponibilizados, dos concelhos limítrofes ao concelho de Celorico de Basto, no ano de 2017, a população de Celorico de Basto apresenta dos índices de dependência jovem mais baixos com 17,6%, sendo inferior aos concelhos de Amarante; Felgueiras; Cabeceiras de Basto e Fafe com 18,6%; 18,9%; 20,0% e 18,4% respetivamente e superior apenas ao concelho de Mondim de Basto com 15,7%.

Também a média geral do país apresenta uma estrutura de dependência da população jovem superior ao índice de dependência jovem concelhio, registando um índice de dependência jovem, em 2017, de 21,4%. A média geral da NUT II – Norte do país apresenta um índice de dependência jovem de 19,5%, valor próximo dos dados do índice de dependência jovem do concelho de Celorico de Basto.

Da análise dos valores do índice de dependência jovem, por freguesias do concelho, nos anos 1991, 2001 e 2011, neles se constata que em todas as freguesias se assistiu a um decréscimo deste indicador ao longo dos 3 momentos censitários, à exceção da freguesia de Basto (S. Clemente) cujos valores decresceram em 2001 e voltaram a aumentar em 2011.

Os índices de dependência da população jovem mais elevados, em 2011, destacam-se nas freguesias (de acordo com a Reorganização Administrativa do Território das Freguesias em 2013) de Vale de Bouro; Moreira do Castelo; Basto (S. Clemente); Borba da Montanha e Agilde com respetivamente 29,3%, 27,6% e 27,2% e 25,4%. As freguesias com o mais baixo índice de dependência dos jovens são Codessoso e UF de Canedo de Basto e Corgo com respetivamente 17% e 17,3%.

**Índice de Dependência Idosos**

Código 1.1.1.10

Tendência



**Eixo** Socioeconómico  
**Domínio** Condições sociais  
**Área temática** População

**Unidade de Análise** %  
**Periodicidade** Anual

**Descrição/ Metodologia**

Relação entre a população idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 (10<sup>^2</sup>) pessoas com 15-64 anos).

O índice de dependência de idosos é o número de pessoas com 65 e mais anos por cada 100 pessoas em idade ativa, ou seja, com 15 a 64 anos. Um valor inferior a 100 significa que há menos idosos do que pessoas em idade ativa.

**Fonte**

INE (Censos, Anuários Estatísticos) / INE - Recenseamentos gerais da população e Estimativas Anuais da População Residente

**Objetivos e Metas**

Definir estratégias de desenvolvimento social e assegurar a renovação das gerações.

**Documentos/ Metas de Referência Estratégica**

Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS)

**DADOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA****Quadro 26: Índice de dependência de idosos, Celorico de Basto, por anos**

Ano	Índice dependência de idosos
	Celorico de Basto
1981	22,4
1991	23,7
2001	28,1
2011	28,9
2012	29,2
2013	28,8
2014	28,8
2015	28,9
2016	29,5
2017	29,8

**Quadro 27: Índice de dependência de idosos nos concelhos limítrofes ao de Celorico de Basto, NUTIII – Tâmega e Sousa, NUT II – Norte e Portugal.**

Unidade Territorial	Índice de dependência de idosos							
	2011	2012	2013	2014	2015	2016**	2017**	
Portugal	28,8	29,4	30,3	31,1	31,8	32,5	33,3	
NUT II – Norte	25,0	25,5	26,4	27,3	28,1	29,1	29,9	
NUT III – Tâmega e Sousa*	20,0	20,3	20,8	21,3	21,8	22,6	23,4	
<b>Celorico de Basto (1)</b>	<b>28,9</b>	<b>29,2</b>	<b>28,8</b>	<b>28,8</b>	<b>28,9</b>	<b>29,5</b>	<b>29,5</b>	
Concelhos limítrofes	Amarante (1)	22,8	23,2	23,6	24,3	24,7	25,6	26,4
	Felgueiras (1)	17,2	17,6	18,2	18,9	19,3	20,2	21,0
	Cabeceiras de Basto (2)	28,8	28,2	27,8	27,7	27,8	28,1	28,5
	Fafe (2)	23,0	23,5	24,3	25,0	25,7	26,7	27,7
	Mondim de Basto (2)	32,7	32,4	32,2	32,0	32,0	32,4	32,5

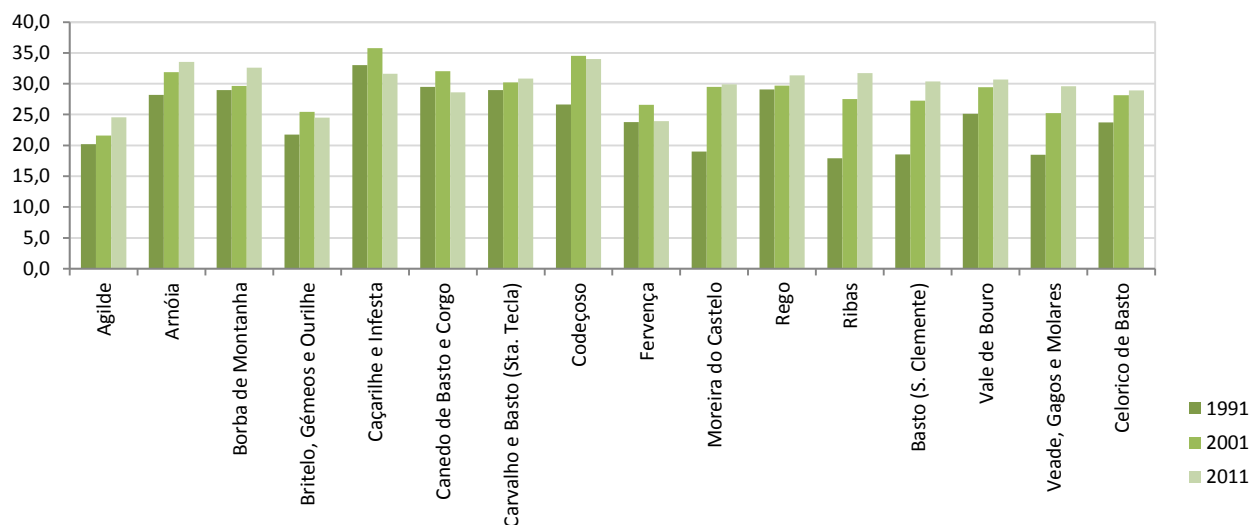
\*Dados de acordo com a versão 2013 da Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS).

\*\* INE, Estimativas Anuais da População Residente – Anual.

(1) Pertence à NUT III – Tâmega e Sousa

(2) Pertence à NUT III – Ave

**Gráfico 18: Índice de dependência de idosos, por freguesias, de acordo com a Reorganização Administrativa do Território das Freguesias em 2013 (1991-2001-2011)**



**Quadro 28: Índice de dependência de idosos, por freguesias (1991-2001-2011)**

Unidade Territorial	Índice dependência de idosos (%)		
	1991	2001	2011
Agilde	20,2	21,6	24,6
Arnoia	28,2	31,9	33,5
Borba da Montanha	29,0	29,7	32,6
Britelo	21,4	24,9	24,3
Caçarilhe	30,3	28,0	28,4
Canedo de Basto	29,7	30,0	28,3
Carvalho	28,0	29,4	30,7
Codessososo	26,6	34,5	34,0
Corgo	29,0	38,8	29,7
Fervença	23,8	26,6	23,9
Gagos	19,8	20,8	22,5
Gémeos	24,2	27,0	24,4
Infesta	36,0	48,2	37,2
Molaes	15,5	28,8	35,8
Moreira do Castelo	19,0	29,5	29,9
Ourilhe	20,3	26,5	25,8
Rego	29,1	29,7	31,3
Ribas	17,9	27,5	31,7
Basto (Santa Tecla)	32,4	32,9	31,4
Basto (S. Clemente)	18,5	27,3	30,4
Vale de Bouro	25,1	29,4	30,7
Veade	19,9	26,8	31,3
<b>Celorico de Basto</b>	<b>23,7</b>	<b>28,1</b>	<b>28,9</b>

**Quadro 29: Índice de dependência de idosos, por freguesias, de acordo com a Reorganização Administrativa do Território das Freguesias em 2013 (1991-2001-2011)**

Unidade Territorial	Índice dependência de idosos (%)		
	1991	2001	2011
Agilde	20,2	21,6	24,6
Arnoia	28,2	31,9	33,5
Borba da Montanha	29,0	29,7	32,6
Britelo, Gémeos e Ourilhe	21,8	25,4	24,5
Caçarilhe e Infesta	33,0	35,8	31,6
Canedo de Basto e Corgo	29,5	32,0	28,6
Carvalho e Basto (Sta. Tecla)	29,0	30,2	30,8
Codessososo	26,6	34,5	34,0
Fervença	23,8	26,6	23,9
Moreira do Castelo	19,0	29,5	29,9
Rego	29,1	29,7	31,3
Ribas	17,9	27,5	31,7
Basto (S. Clemente)	18,5	27,3	30,4
Vale de Bouro	25,1	29,4	30,7
Veade, Gagos e Molaes	18,5	25,2	29,6
<b>Celorico de Basto</b>	<b>23,7</b>	<b>28,1</b>	<b>28,9</b>

## ANÁLISE SUMÁRIA

O concelho de Celorico de Basto apresenta uma evolução do índice de dependência de idosos a aumentar anualmente, registando em 2017 um valor de 29,8%, ou seja, um índice superior aos dados de referência dos dados censitários de 2001 e 2011, que eram de 28,1% e 28,9%, respetivamente.

A exceção reside em 2013 em que o valor decresce ligeiramente face a 2012, passando de 29,2% para 28,8%. Este valor mantém-se inalterável em 2014.

Esta evolução no sentido ascendente resulta do crescimento da população com idade superior a 65 anos.

Comparando com os dados mais recentes disponibilizados, dos concelhos limítrofes ao concelho de Celorico de Basto, no ano de 2017, a população de Celorico de Basto apresenta dos índices de dependência de idosos mais altos com 29,8%, sendo superior aos concelhos de Amarante; Felgueiras; Cabeceiras de Basto e Fafe com 26,4%; 21,0%; 28,5% e 27,7% respetivamente e inferior apenas ao concelho de Mondim de Basto com 32,5%.

Também a média geral do país apresenta uma estrutura de dependência da população idosa superior ao índice de dependência da população idosa concelhia, registando um índice em 2017, de 33,3%. Nesse ano, a média geral da NUT II – Norte do país apresenta um índice de dependência de idosos de 23,4%.

Da análise dos valores do índice de dependência de idosos, por freguesias do concelho, nos anos 1991, 2001 e 2011, neles se constata que em todas as freguesias se assistiu a um crescimento deste indicador ao longo dos 3 momentos censitários, à exceção das freguesias de Codessoso, Fervença, UF de Britelo, Gémeos e Ourilhe e UF de Canedo de Basto e Corgo, cujos valores cresceram em 2001 e voltaram a decrescer em 2011.

Os índices de dependência da população idosa mais elevados, em 2011, destacam-se nas freguesias (de acordo com a Reorganização Administrativa do Território das Freguesias em 2013) de Codessoso; Arnóia e Borba da Montanha com respetivamente 34%, 33,5% e 32,6%. As freguesias com o mais baixo índice de dependência de idosos são Fervença, UF de Britelo, Gémeos e Ourilhe e Agilde e com respetivamente 23,9%, 24,5% e 24,6%.



## Taxa de Crescimento Natural

Código 1.1.1.11

Tendência ▼

**Eixo Socioeconómico**  
**Domínio** Condições sociais  
**Área temática** População

**Unidade de Análise** ‰  
**Periodicidade** Anual

### Descrição/ Metodologia

O crescimento natural é a diferença entre os nascimentos e mortes, ou seja, entre a taxa de natalidade e a taxa de mortalidade, geralmente ele é expresso em permilagem  
 Saldo natural observado durante um determinado período, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa por 100 (10<sup>2</sup>) ou 1000 (10<sup>3</sup>) habitantes).

### Fonte

INE (Censos, Anuários Estatísticos) / INE - Recenseamentos gerais da população e Estimativas Anuais da População Residente

### Objetivos e Metas

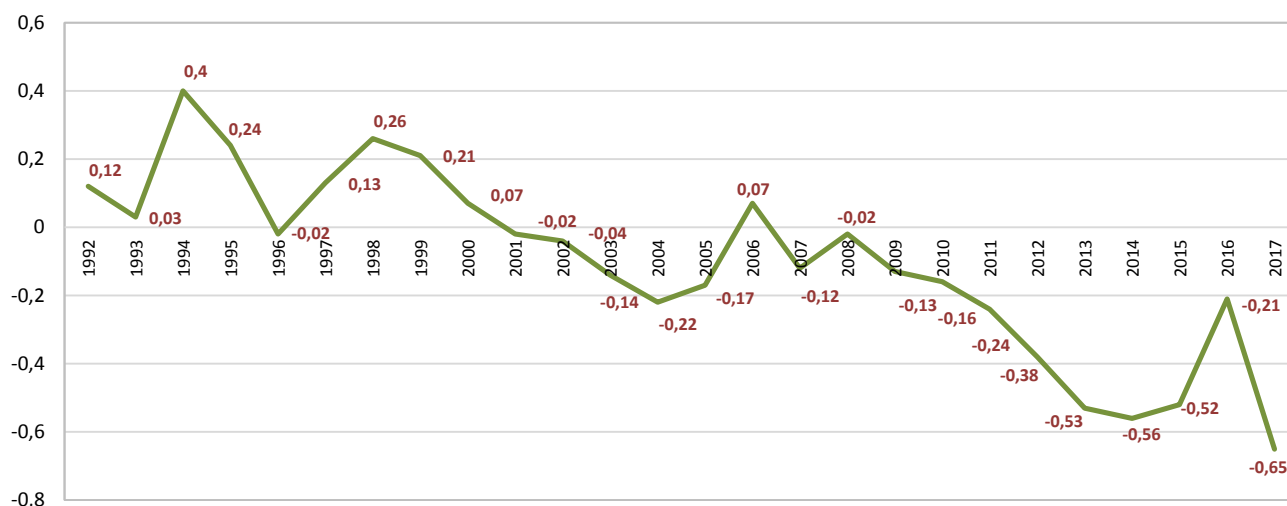
Definir estratégias de desenvolvimento social e assegurar a renovação das gerações.

### Documentos/ Metas de Referência Estratégica

Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS)

## DADOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA

Gráfico 19: Taxa de crescimento natural, por anos, Celorico de Basto



Quadro 30: Taxa de crescimento natural (‰) nos concelhos limítrofes ao de Celorico de Basto, NUTIII – Tâmega e Sousa, NUT II – Norte e Portugal

Unidade Territorial	Taxa de crescimento natural							
	2011	2012	2013	2014	2015	2016**	2017**	
Portugal	-0,06	-0,17	-0,23	-0,22	-0,22	-0,23	-0,23	
NUT II – Norte	0	-0,12	-0,17	-0,17	-0,17	-0,17	-0,19	
NUT III – Tâmega e Sousa*	0,14	-0,03	-0,10	-0,08	-0,08	-0,04	-0,11	
<b>Celorico de Basto (1)</b>	<b>-0,24</b>	<b>-0,38</b>	<b>-0,53</b>	<b>-0,56</b>	<b>-0,52</b>	<b>-0,21</b>	<b>-0,65</b>	
Concelhos limítrofes	Amarante (1)	-0,06	-0,15	-0,33	-0,19	-0,24	-0,27	-0,29
	Felgueiras (1)	0,25	0,12	0,10	0,05	0,09	0,19	0,10
	Cabeceiras de Basto (2)	-0,31	-0,38	-0,53	-0,35	-0,14	-0,63	-0,53
	Fafe (2)	-0,05	-0,20	-0,18	-0,28	-0,17	-0,17	-0,21
	Mondim de Basto (2)	-0,64	-0,46	-0,83	-0,73	-0,74	-0,66	-0,85

\*Dados de acordo com a versão 2013 da Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS).

\*\* INE, Estimativas Anuais da População Residente – Anual.

(1) Pertence à NUT III – Tâmega e Sousa

(2) Pertence à NUT III – Ave

## ANÁLISE SUMÁRIA

No concelho de Celorico de Basto, a taxa de crescimento natural tem sofrido oscilações ao longo dos tempos, sendo que esta foi sendo positiva, ou seja, o número de nascimentos foi sendo maior que o número de óbitos, entre os anos de 1992 a 2000.

Desde então até aos dias de hoje (à exceção do ano 2006) a taxa de crescimento natural tem sido negativa, ou seja, o número de nascimentos tem sido menor que o número de óbitos.

No ano 2016 verifica-se, contudo que esta taxa de crescimento natural tem vindo a anular-se, com valores da taxa de natalidade de 7,0‰ conjugada com uma taxa de mortalidade de 9,1‰.

Em 2017, a taxa de crescimento natural volta a sofrer um agravamento acentuado, sendo mesmo a taxa de crescimento natural mais negativa dos períodos em análise (-0,65), com valores da taxa de natalidade de 5,6‰ conjugada com uma taxa de mortalidade de 12,1‰.

Dos concelhos limítrofes ao concelho de Celorico de Basto verifica-se que no período em análise compreendido entre 2011 e 2017 todos os concelhos obtiveram uma taxa de crescimento natural negativa, à exceção do concelho de Felgueiras. A média geral do país e do Norte do país também tem sido negativa.

**Poder de compra per capita**

Código 1.1.1.12

Tendência ▲

**Eixo Socioeconómico**  
**Domínio** Condições sociais  
**Área temática** População

**Unidade de Análise** %  
**Periodicidade** Bianual

**Descrição/ Metodologia**

Avaliar o poder de compra do concelho de Celorico de Basto.

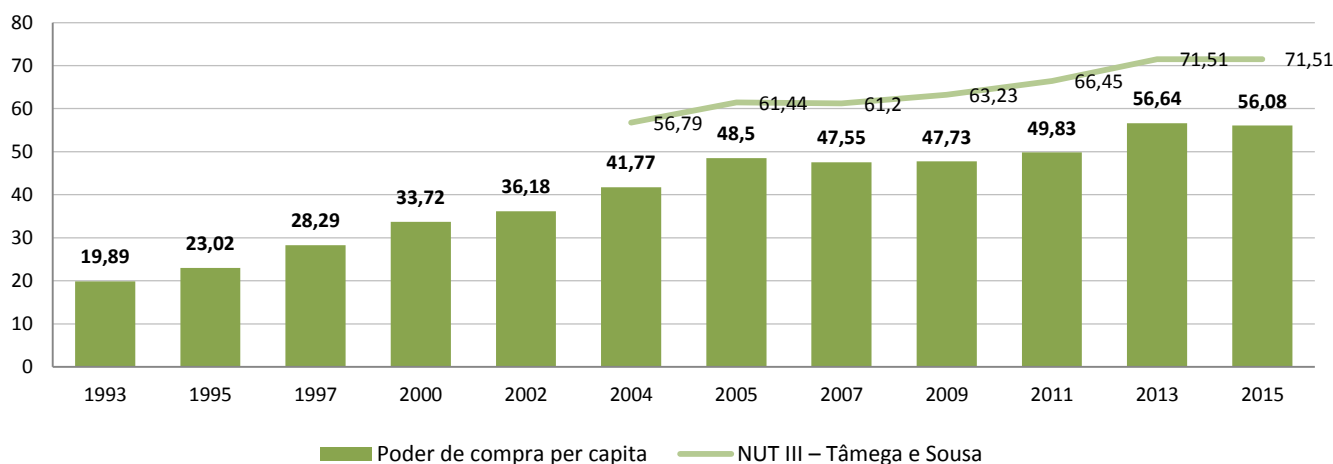
O Indicador *per Capita* (IpC) do poder de compra é um número índice que compara o poder de compra manifestado nas diferentes unidades territoriais, em termos per capita, com o poder de compra médio do país, ao qual foi atribuído o valor 100. Define-se como a posição relativa dos municípios sob o ponto de vista do poder de compra, a partir de um conjunto de indicadores de um leque de 16 (ano 2015) variáveis, por recurso a um modelo de análise fatorial.

**Fonte**

INE (Censos, Anuários Estatísticos)

**Objetivos e Metas****Documentos/ Metas de Referência Estratégica**

Estudos sobre o poder de compra concelhio (EPPC 2015)

**DADOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA****Gráfico 20: Evolução do poder de compra per capita, bianual, Celorico de Basto (1993-2015)****Quadro 31: Evolução do poder de compra per capita nos concelhos limítrofes ao de Celorico de Basto, NUTIII – Tâmega e Sousa, NUT II – Norte e Portugal**

Unidade Territorial	Poder de compra per capita												
	1993	1995	1997	2000	2002	2004	2005	2007	2009	2011	2013	2015	
Portugal	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	
NUT II – Norte	81,72	81,87	83,17	85,96	85,58	83,90	85,45	86,24	87,64	89,22	92,03	92,09	
NUT III – Tâmega e Sousa*						56,79	61,44	61,20	63,23	66,45	71,51	72,30	
Celorico de Basto (1)	<b>19,89</b>	<b>23,02</b>	<b>28,29</b>	<b>33,72</b>	<b>36,18</b>	<b>41,77</b>	<b>48,50</b>	<b>47,55</b>	<b>47,73</b>	<b>49,83</b>	<b>56,64</b>	<b>56,08</b>	
Concelhos limítrofes	Amarante (1)	39,35	44,29	50,26	53,54	57,99	58,44	60,97	61,55	63,53	69,09	73,18	71,98
	Felgueiras (1)	49,51	49,26	57,60	69,22	60,02	63,65	80,86	66,34	66,96	73,63	80,30	81,91
	Cabeceiras de Basto (2)	28,09	33,90	39,64	43,80	44,89	50,18	52,88	51,83	53,12	57,46	65,74	65,16
	Fafe (2)	52,38	52	51,32	53,59	60,33	60,76	64,24	63,73	64,79	69,71	75,21	74,75
	Mondim de Basto (2)	24,53	28,96	34,89	39,21	44,83	50,98	50,31	49,26	49,63	57,23	61,39	58,76

\*Dados de acordo com a versão 2013 da Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS).

(1) Pertence à NUT III – Tâmega e Sousa

(2) Pertence à NUT III – Ave

## ANÁLISE SUMÁRIA

O poder de compra *per capita* é um indicador que tenta dar resposta à questão: onde há, em média, por pessoa, maior ou menor bem-estar material. Neste indicador podemos encontrar dados referentes ao período bianual compreendido entre os anos 1993 a 2015 para a região Norte (NUT II), para o concelho de Celorico de Basto e para os seus concelhos limítrofes. Para a região do Tâmega e Sousa (NUT III) apenas estão disponíveis os dados a partir de 2004.

Numa primeira análise, verifica-se que os valores referentes ao poder de compra *per capita* na região Norte (NUTII) tem vindo a registar um aumento gradual. No ano de 1995 era de 81,87%; 2005 cerca de 85% e no ano de 2015 atingiu os 92,09 %. No que concerne aos valores da região do Tâmega e Sousa (NUT III), de uma forma geral ao longo do período em análise registou-se sempre um aumento gradual, sendo no ano de 2005 o poder de compra *per capita* de 61,44% e tendo atingido os 72,30% no ano de 2015.

Nesta fase importa refletir sobre aos dados referentes ao município de Celorico de Basto. Estes seguem uma tendência crescente, assim como os dados referentes à NUT II e III. Neste município, no ano 1993 o poder de compra era de 19,89%, tendo aumentado no ano de 2005 para 48,50%. Os últimos dados referentes aos anos de 2013 e 2015 fixaram-se em cerca 56%.

Comparando poder de compra *per capita* do concelho Celorico de Basto com os concelhos limítrofes, verifica-se que de uma forma em geral, no período em análise, os valores mais positivos encontram-se no Município de Felgueiras e Fafe e que os valores mais reduzidos encontram-se no município de Mondim de Basto e Celorico de Basto.

## Evolução das Famílias

Código 1.1.2.1

Tendência ▲

**Eixo Socioeconómico**  
**Domínio** Condições sociais  
**Área temática** Famílias

**Unidade de Análise** N.º / %  
**Periodicidade** Decenal

### Descrição/ Metodologia

N.º de Famílias clássicas, por Local de residência.

Famílias Clássicas - Conjunto de pessoas que residem no mesmo alojamento e que têm relações de parentesco (de direito ou de facto) entre si, podendo ocupar a totalidade ou parte do alojamento. Considera-se também como família clássica qualquer pessoa independente que ocupe uma parte ou a totalidade de uma unidade de alojamento.

### Fonte

INE (Censos, Anuários Estatísticos) / INE - Recenseamentos gerais da população e Estimativas Anuais da População Residente

### Objetivos e Metas

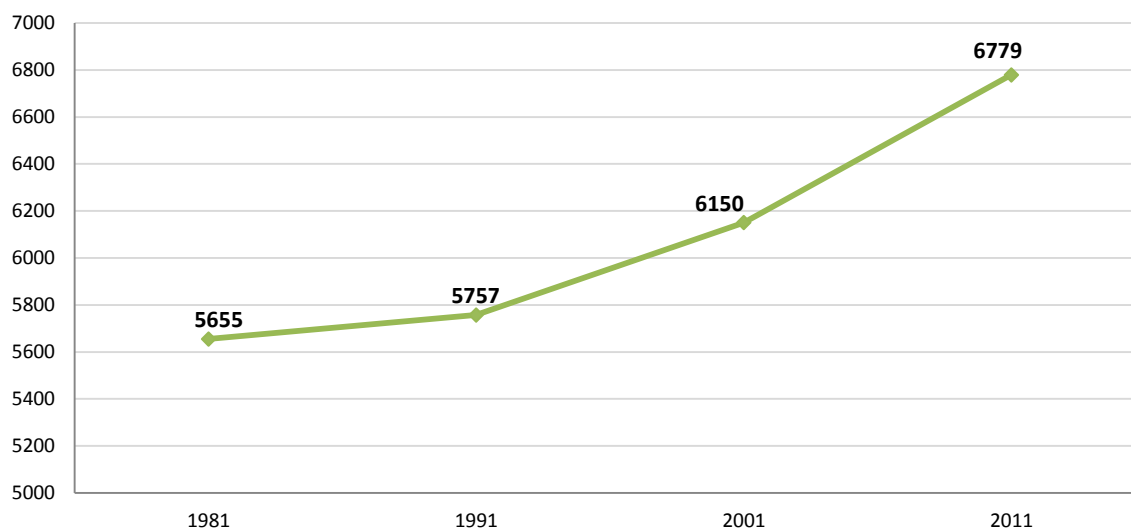
Definir estratégias de desenvolvimento social e assegurar a renovação das gerações.

### Documentos/ Metas de Referência Estratégica

Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS)

## DADOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA

Gráfico 21: Evolução do número de famílias, Celorico de Basto (1981-1991-2001-2011)



Quadro 32: Evolução do número de famílias nos concelhos limítrofes ao de Celorico de Basto, NUTIII – Tâmega, NUT II – Norte e Portugal.

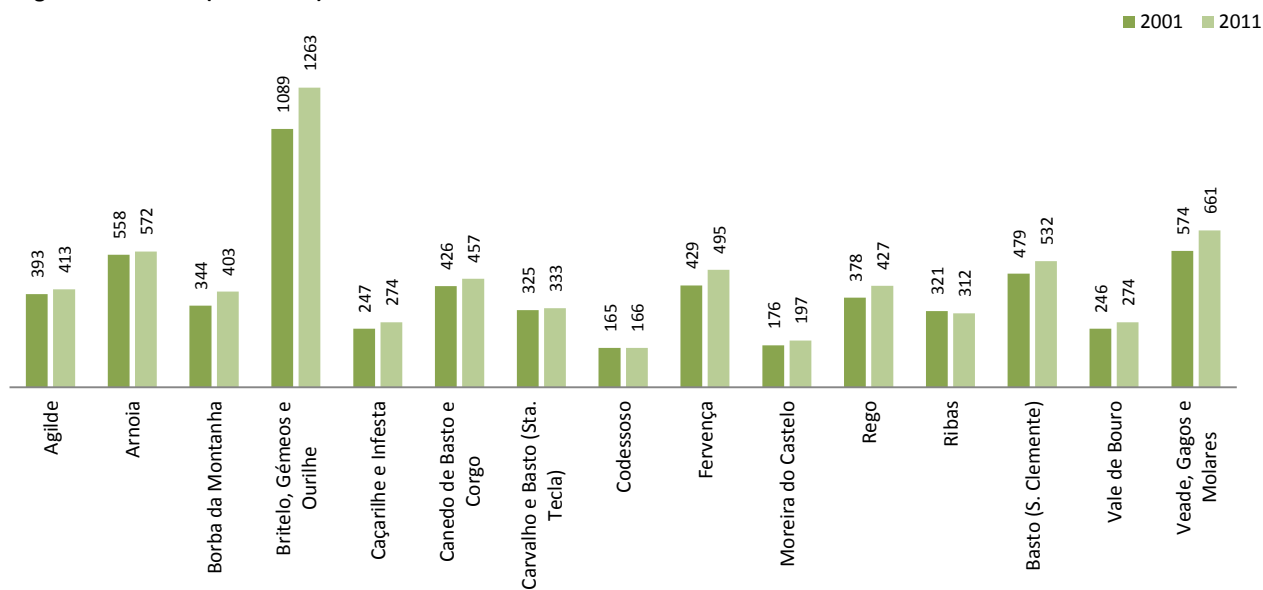
Unidade Territorial	Evolução das famílias		Variação (%)	
	2001	2011	2001-2011	
Portugal	3650757	4043726	10,76	
NUT II – Norte	1210631	1330892	9,93	
NUT III – Tâmega*	167397	182728	9,16	
<b>Celorico de Basto (1)</b>	<b>6150</b>	<b>6779</b>	<b>10,23</b>	
Concelhos limítrofes	Amarante (1)	18415	19410	5,40
	Felgueiras (1)	17391	19002	9,26
	Cabeceiras de Basto (2)	5436	5622	3,42
	Fafe (2)	16670	17722	6,31
	Mondim de Basto (2)	2608	2592	-0,61

\* Dados de acordo com a versão 2002 da Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS).

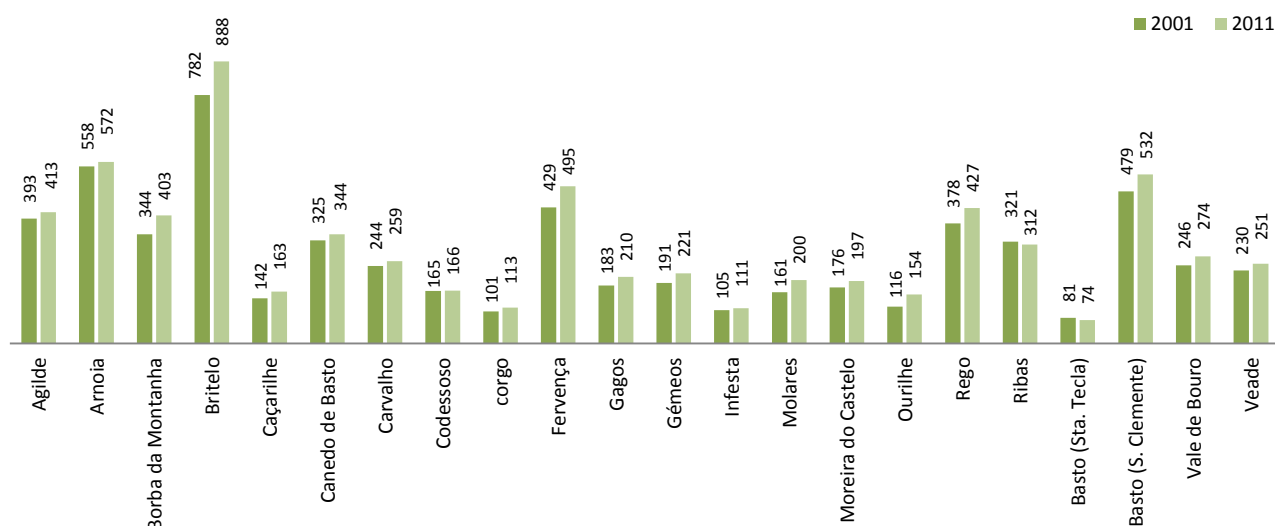
(1) Pertence à NUT III – Tâmega e Sousa

(2) Pertence à NUT III – Ave

**Gráfico 22: Evolução do número de famílias, por freguesias, de acordo com a Reorganização Administrativa do Território das Freguesias em 2013 (2001-2011)**



**Gráfico 23: Evolução do número de famílias, por freguesias (2001-2011)**



## ANÁLISE SUMÁRIA

Não obstante, a diminuição do número de indivíduos residentes no Concelho de Celorico de Basto, nas últimas duas décadas verificou-se um aumento do número de famílias, correspondente a uma variação positiva entre 2001 e 2011 de 10,23%, ou seja, um aumento significativo de 629 famílias. Esta variação vai de encontro à média geral do país (10,76%).

Dos concelhos limítrofes ao concelho de Celorico de Basto verifica-se que na última década censitária todos os concelhos tiveram um aumento do número de famílias, à exceção de Mondim de Basto. Celorico de Basto foi mesmo o concelho que teve uma maior variação positiva, seguido de Felgueiras com uma variação positiva de 9,26%.

Numa análise ao n.º de famílias à escala infraconcelhia e considerando a Reorganização Administrativa do Território das Freguesias, verifica-se que no período em análise compreendido entre 2001 e 2011 todas as freguesias do concelho de Celorico de Basto obtiveram um aumento do número de famílias, com especial destaque para UF de Britelo, Gémeos e Ourilhe cujo n.º de famílias representa cerca de 19%.

## Dimensão Média das Famílias

Código 1.1.2.2

Tendência



**Eixo Socioeconómico**  
**Domínio** Condições sociais  
**Área temática** Famílias

**Unidade de Análise** N.º/%  
**Periodicidade** Decenal

### Descrição/ Metodologia

Quociente entre o número de pessoas residentes em famílias clássicas e o número de famílias clássicas residentes. A dimensão média da família é o número de pessoas que cada família tem em média.

### Fonte

INE (Censos, Anuários Estatísticos) / INE - Recenseamentos gerais da população e Estimativas Anuais da População Residente

### Objetivos e Metas

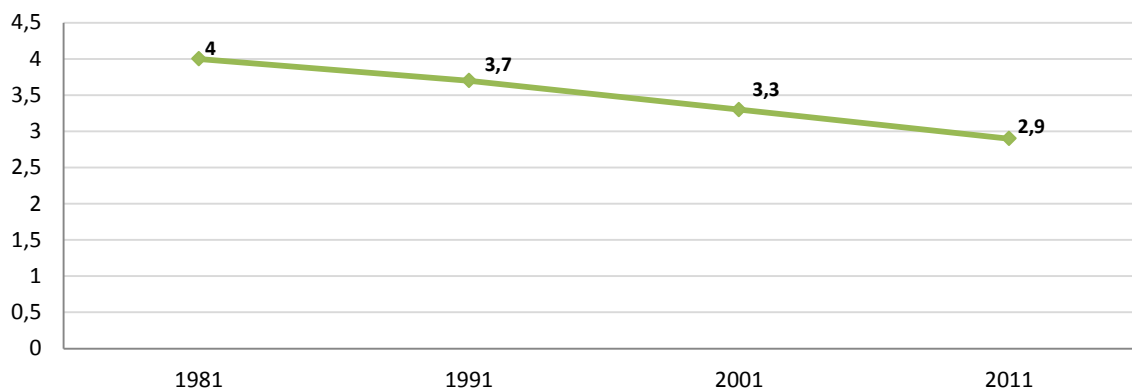
Definir estratégias de desenvolvimento social e assegurar a renovação das gerações.

### Documentos/ Metas de Referência Estratégica

Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS)

## DADOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA

Gráfico 24: Dimensão média das famílias, Celorico de Basto (1981-1991-2001-2011)



Quadro 33: Dimensão média das famílias nos concelhos limítrofes ao de Celorico de Basto, NUTIII – Tâmega, NUT II – Norte e Portugal.

Unidade Territorial	Dimensão média das famílias		Variação (%)	
	2001	2011	2001-2011	
Portugal	2,8	2,6	-7,86	
NUT II – Norte	3,0	2,8	-8,33	
NUT III – Tâmega*	3,3	3,0	-9,09	
<b>Celorico de Basto (1)</b>	<b>3,3</b>	<b>2,9</b>	<b>-11,21</b>	
Concelhos limítrofes	Amarante (1)	3,2	2,9	-10,00
	Felgueiras (1)	3,3	3,0	-7,88
	Cabeceiras de Basto (2)	3,3	3,0	-10,61
	Fafe (2)	3,1	2,8	-8,71
	Mondim de Basto (2)	3,2	2,8	-11,25

\* Dados de acordo com a versão 2002 da Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS).

(1) Pertence à NUT III – Tâmega e Sousa

(2) Pertence à NUT III – Ave

## ANÁLISE SUMÁRIA

Conforme referido no indicador da evolução do n.º de famílias, o número de famílias tem vindo a aumentar, mas as famílias são cada vez mais pequenas. Os dados dos Censos reforçam esta análise. Se em 1981 a dimensão média das famílias era de 4, decorridos 40 anos, a dimensão média é de 2,9, ou seja, ou seja, a maioria dos agregados familiares tem apenas um filho.

Dos concelhos limítrofes ao concelho de Celorico de Basto verifica-se que na última década censitária todos os concelhos tiveram uma diminuição da dimensão média das famílias, à semelhança da média do país. O número médio de pessoas por família é de 3 pessoas.

## Famílias Unipessoais

Código 1.1.2.3

Tendência ▲

**Eixo** Socioeconómico  
**Domínio** Condições sociais  
**Área temática** Famílias

**Unidade de Análise** %  
**Periodicidade** Decenal

### Descrição/ Metodologia

Proporção de famílias clássicas unipessoais (%) por Local de residência (à data dos Censos 2011).

Família clássica - Conjunto de pessoas que residem no mesmo alojamento e que têm relações de parentesco (de direito ou de facto) entre si, podendo ocupar a totalidade ou parte do alojamento. Considera-se também como família clássica qualquer pessoa independente que ocupe uma parte ou a totalidade de uma unidade de alojamento.

Famílias unipessoais – Qualquer pessoa que resida sozinha, podendo ocupar a totalidade ou parte do alojamento.

### Fonte

INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2011

### Objetivos e Metas

Definir estratégias de desenvolvimento social e assegurar a renovação das gerações.

### Documentos/ Metas de Referência Estratégica

Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS)

## DADOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA

**Quadro 34: Proporção de famílias clássicas unipessoais nos concelhos limítrofes ao de Celorico de Basto, NUTIII – Tâmega, NUT II – Norte e Portugal.**

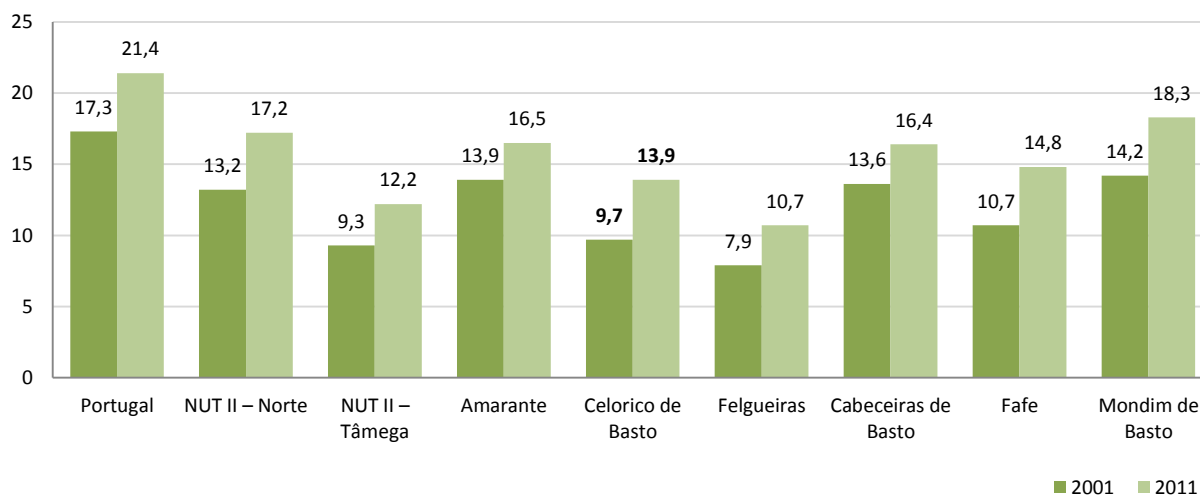
Unidade Territorial	Famílias unipessoais (%)		
	2001	2011	
Portugal	17,3	21,4	
NUT II – Norte	13,2	17,2	
NUT III – Tâmega*	9,3	12,2	
<b>Celorico de Basto (1)</b>	<b>13,9</b>	<b>16,5</b>	
Concelhos limítrofes	Amarante (1)	9,7	13,9
	Felgueiras (1)	7,9	10,7
	Cabeceiras de Basto (2)	13,6	16,4
	Fafe (2)	10,7	14,8
	Mondim de Basto (2)	14,2	18,3

\* Dados de acordo com a versão 2002 da Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS).

(1) Pertence à NUT III – Tâmega e Sousa

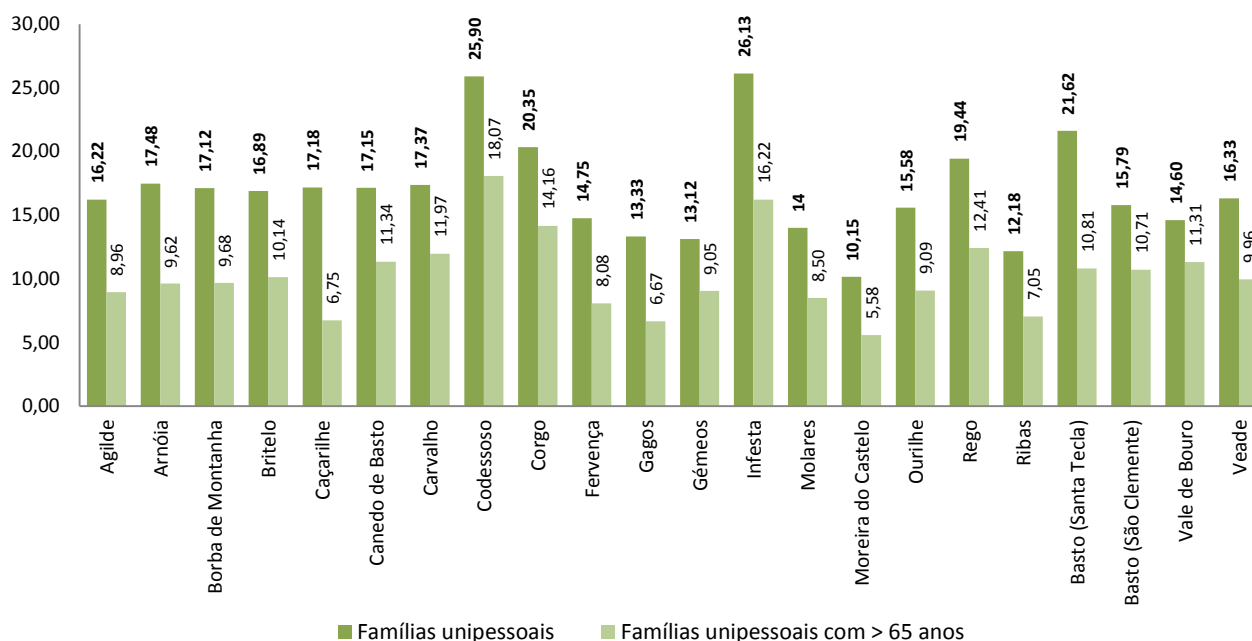
(2) Pertence à NUT III – Ave

**Gráfico 25: Proporção de famílias clássicas unipessoais nos concelhos limítrofes ao de Celorico de Basto, NUTIII – Tâmega, NUT II – Norte e Portugal (%)**





**Gráfico 26: Proporção de famílias clássicas unipessoais e de famílias clássicas unipessoais com > 65 anos, por freguesias, no concelho de Celorico de Basto, em 2011 (%)**



## ANÁLISE SUMÁRIA

A evolução do número de famílias unipessoais vem sendo uma tendência persistente ao longo do tempo, que resulta, em grande parte, de transformações socioculturais profundas.

No caso do concelho de Celorico de Basto, a sua proporção passou de 13,9% para 16,5%, entre 2001 e 2011, traduzindo um aumento de quase 264 agregados deste tipo de família.

Dos concelhos limítrofes ao concelho de Celorico de Basto verifica-se que na última década censitária todos os concelhos tiveram um aumento do número de famílias unipessoais.

A proporção de famílias unipessoais em Celorico de Basto, em 2011, aproxima-se da média do Norte do País (17,2%), mas é inferior à registada em Portugal (21,4%).

Numa análise à proporção de famílias unipessoais à escala infraconcelhia, verifica-se que, em 2011, as freguesias do concelho de Celorico de Basto mais envelhecidas são as que registam uma forte presença de famílias unipessoais, o que sugere que é sobretudo nas faixas etárias da população com mais de 65 anos que se concentram os agregados com este perfil. De facto, da análise do gráfico verifica-se que em todas as freguesias do concelho a proporção de famílias unipessoais com mais de 65 anos é o dobro ou mais da proporção das famílias unipessoais, à exceção da freguesia de Caçarilhe.

As freguesias com maior proporção de famílias unipessoais são Infesta e Codessoso, com respetivamente, 26,13% e 25,90%, contrariamente a Moreira do Castelo, freguesia com menor proporção de famílias unipessoais (10,15%).

**Taxa de Analfabetismo**

Código 1.1.3.1

Tendência



**Eixo Socioeconómico**  
**Domínio** Condições sociais  
**Área temática** Educação

**Unidade de Análise** %  
**Periodicidade** Decenal

**Descrição/ Metodologia**

Avaliar a percentagem de população analfabeta.

Analfabeto - Indivíduo com 10 ou mais anos que não sabe ler nem escrever, isto é, incapaz de ler e compreender uma frase escrita ou de escrever uma frase completa.

**Fonte**

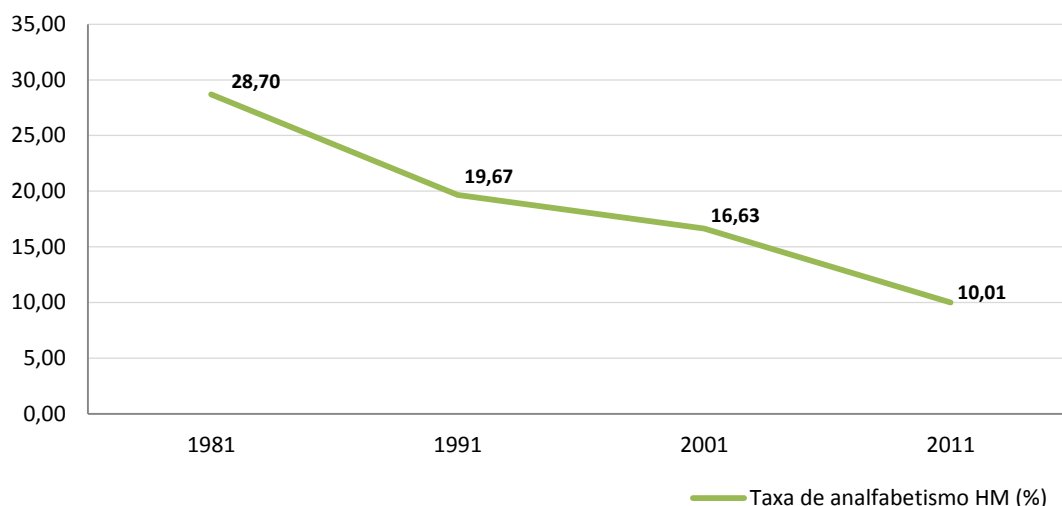
INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2011

**Objetivos e Metas**

Definir estratégias de desenvolvimento social e assegurar a renovação das gerações.

**Documentos/ Metas de Referência Estratégica**

Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS)

**DADOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA****Gráfico 27: Taxa de analfabetismo HM (%), Celorico de Basto (1981-1991-2001-2011)****Quadro 35: Taxa de analfabetismo nos concelhos limítrofes ao de Celorico de Basto, NUTIII – Tâmega, NUT II – Norte e Portugal.**

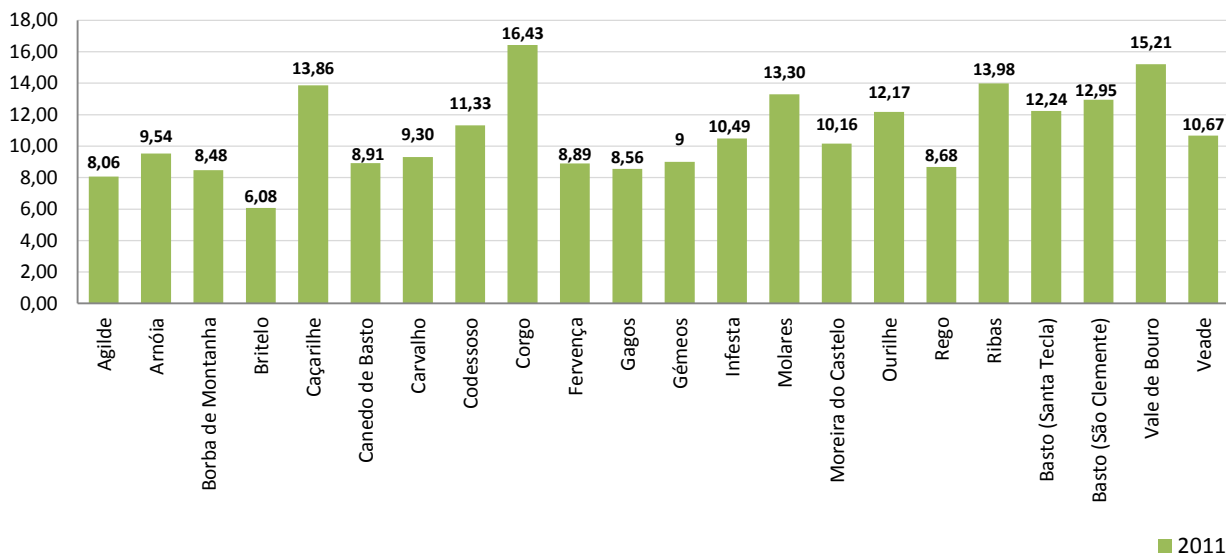
Unidade Territorial	Taxa analfabetismo (%)			Variação (%)		
	1991	2001	2011	1991-2001	2001-2011	
Portugal	11,01	9,03	5,22	-17,98	-42,19	
NUT II – Norte	9,94	8,34	5,00	-16,10	-40,05	
NUT III – Tâmega*	12,29	10,20	6,22	-17,01	-39,02	
<b>Celorico de Basto (1)</b>	<b>19,67</b>	<b>16,63</b>	<b>10,01</b>	<b>-15,46</b>	<b>-39,81</b>	
Concelhos limítrofes	Amarante (1)	14,68	11,09	7,24	-24,46	-34,72
	Felgueiras (1)	9,92	8,49	5,05	-14,42	-40,52
	Cabeceiras de Basto (2)	20,36	16,04	10,13	-21,22	-36,85
	Fafe (2)	12,30	9,88	6,19	-19,67	-37,35
	Mondim de Basto (2)	19,49	17,57	10,80	-9,85	-38,53

\* Dados de acordo com a versão 2002 da Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS).

(1) Pertence à NUT III – Tâmega e Sousa

(2) Pertence à NUT III – Ave

**Gráfico 28: Taxa de analfabetismo HM (%), por freguesias, no concelho de Celorico de Basto, em 2011 (%)**



### ANÁLISE SUMÁRIA

Segundo os dados dos Censos, a taxa de analfabetismo tem decrescido, sendo que esta diminuição se deve a dois fatores principais. Por um lado, a uma maior escolarização da população jovem e por outro lado à substituição progressiva da camada mais idosa da população (possui maior índice de analfabetos).

Comparando a taxa de analfabetismo de Celorico de Basto com os concelhos limítrofes nos períodos 1991-2001 e 2001-2011, verifica-se que a variação decenal é negativa em todos os concelhos, ou seja, a taxa de analfabetismo tem decrescido em todos os concelhos em análise, mas Celorico de Basto continua a ter uma taxa de analfabetismo acima dos concelhos de Amarante, Felgueiras e Fafe, de 10,01%. Assim como possui também uma taxa de analfabetismo que em 2011 ainda é o dobro da média de Portugal (5,22%).

A variação relativa da taxa de analfabetismo em Celorico de Basto para os períodos 1991-2001 e 2001-2011 é de -15,46% e de -39,81%, respetivamente.

No que se refere à taxa de analfabetismo por freguesias, verifica-se que em 2011 as freguesias com maior taxa de analfabetismo eram as freguesias do Corgo, Vale de Bouro, Ribas e Caçarilhe, com respetivamente, 16,43%, 15,21%, 13,98% e 13,86%. A Freguesia com menor taxa de analfabetos era Britelo, com 6,08%.

## Qualificação académica (População residente por nível de instrução e por nível de ensino)

Código 1.1.3.2

Tendência ▲

Eixo Socioeconómico  
 Domínio Condições sociais  
 Área temática Educação

Unidade de Análise N.º / %  
 Periodicidade Decenal

### descrição/ Metodologia

Avaliar a qualificação académica (o mais alto grau de instrução completo) da população residente.

Nível de escolaridade - Nível ou grau de ensino mais elevado que o indivíduo concluiu ou para o qual obteve equivalência, e em relação ao qual tem direito ao respetivo certificado ou diploma.

Nível de instrução - Grau de ensino mais elevado atingido pelo indivíduo (completo, incompleto, frequência).

Nível de ensino - Refere-se a cada um dos três níveis sequenciais que constituem o sistema de ensino: ensino básico, ensino secundário e ensino superior.

### Fonte

INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2011

### Objetivos e Metas

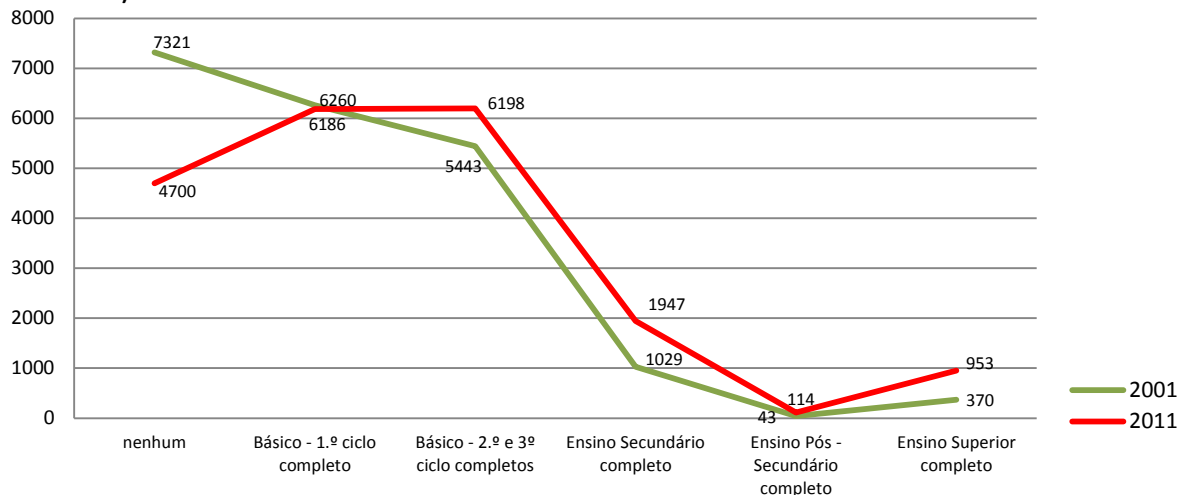
Definir estratégias de desenvolvimento social e assegurar a renovação das gerações.

### Documentos/ Metas de Referência Estratégica

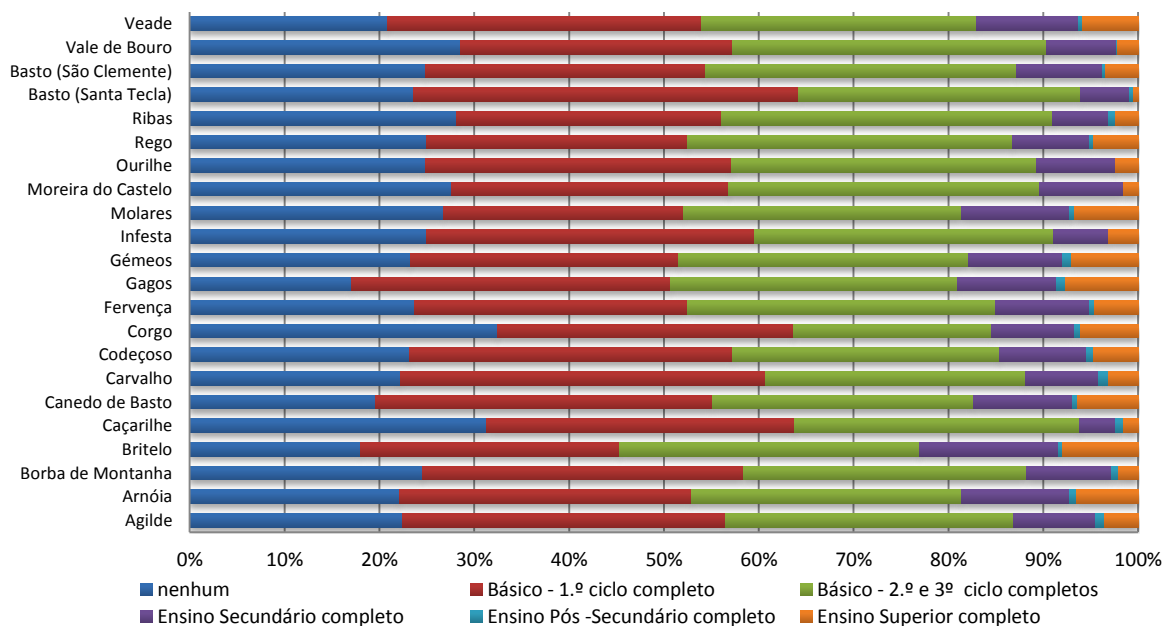
Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS)

## DADOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA

**Gráfico 29: População residente HM (N.º) por nível de instrução mais elevado completo, no concelho de Celorico de Basto (2001 e 2011)**



**Gráfico 30: População residente HM (%) por nível de instrução, por freguesia, no concelho de Celorico de Basto, em 2011**



**Quadro 36: Proporção da população residente HM por nível de ensino (%) por Local de residência nos concelhos limítrofes ao de Celorico de Basto, NUTIII – Tâmega, NUT II – Norte e Portugal, em 2011**

Unidade Territorial	População residente por nível de ensino (%)			
	Com pelos menos o 3º ciclo do ensino básico completo	Com pelo menos o ensino secundário completo	Com ensino superior completo	
Portugal	49,60	31,69	15,11	
NUT II – Norte	45,26	27,90	13,12	
NUT III – Tâmega*	36,41	18,87	6,97	
<b>Celorico de Basto (1)</b>	<b>35,01</b>	<b>18,51</b>	<b>6,12</b>	
Concelhos limítrofes	Amarante (1)	39,64	22,33	9,37
	Felgueiras (1)	37,52	19,46	6,57
	Cabeceiras de Basto (2)	37,59	20,24	7,83
	Fafe (2)	37,16	21,13	9,30
	Mondim de Basto (2)	32,73	17,57	6,29

\* Dados de acordo com a versão 2002 da Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS).

(1) Pertence à NUT III – Tâmega e Sousa

(2) Pertence à NUT III – Ave

## ANÁLISE SUMÁRIA

Segundo os dados dos Censos nos períodos compreendidos entre 2001 e 2011, a população residente por nível de instrução (seis classes de níveis de instrução) permite avaliar que a qualificação académica sofreu uma evolução positiva. Desde logo a assistiu-se a um declínio da população residente que não possui nenhum nível de escolaridade e que não sabe ler nem escrever (menos 2621), assim como um declínio do número de indivíduos com o 1º ciclo completo (menos 74 pessoas).

Nos restantes níveis assistiu-se a um aumento de população. O maior aumento registou-se na população com o ensino secundário completo, com um aumento de 5% para 10% em 2011. O número de pessoas com o 2º e 3º ciclo completos também aumentou de 27%, em 2001, para 31% em 2011. De salientar que o número de indivíduos com o ensino superior completo aumentou, havendo em Celorico de Basto, em 2011, mais 583 licenciados que em 2001.

A análise ao gráfico da população residente por nível de instrução, em 2011, representa o peso percentual de cada nível de instrução para cada uma das freguesias do concelho.

Apesar da diminuição verifica-se que em todas as freguesias, à exceção de Britelo, Canedo de Basto e Gagos, há mais de 20% da população que não sabe ler nem escrever/ analfabeta. A percentagem máxima regista-se em Caçarilhe e no Corgo, com 31,33% e 32,48% respetivamente.

Se em 2001 o nível de instrução, representado pelo 1º ciclo do ensino básico (IPC), era o segundo com maior peso concelhio logo após o referido anteriormente, em 2011, este nível de instrução iguala-se ao 2º e 3º ciclos, com 6186 indivíduos do 1º ciclo do ensino básico e 6198 indivíduos do 2º e 3º ciclo.

A maior percentagem de indivíduos com o ensino secundário completo regista-se em Britelo com 14,68% e a menor percentagem (3,86%) regista-se em Caçarilhe.

Em 2011, a percentagem de indivíduos com o curso superior completo aumentou consideravelmente face aos dados dos censos 2001. Britelo (7,97%), Gagos (7,64%), Gémeos (7,08%) e Molares (6,76%) são as freguesias onde reside o máximo de população com o curso superior completo. Em Basto (Sta. Tecla) e Caçarilhe esta percentagem é de apenas 0,47% e 1,50% respetivamente.

Comparando a proporção de população residente por nível de ensino, em Celorico de Basto, em 2011, com os concelhos limítrofes, constata-se que Celorico de Basto possui, ao nível de ensino dos indivíduos com pelo menos o 3º ciclo do ensino básico completo e dos indivíduos com pelo menos o ensino secundário completo, uma taxa inferior a todos os concelhos, à exceção do concelho de Mondim de Basto. Assim como ao nível dos indivíduos com ensino superior completo, Celorico de Basto possui uma taxa inferior a todos os concelhos limítrofes (6,12%).

Em síntese o maior peso da população de Celorico de Basto recai sobre uma população que possui com pelo menos o 3º ciclo do ensino básico completo (35,01%), logo seguida dos indivíduos com pelo menos o ensino secundário completo (18,51%).

## Taxa de Abandono Escolar

Código 1.1.3.3

Tendência



**Eixo Socioeconómico**  
**Domínio** Condições sociais  
**Área temática** Educação

**Unidade de Análise** %  
**Periodicidade** Decenal

### Descrição/ Metodologia

Abandono escolar - saída do sistema de ensino antes da conclusão da escolaridade obrigatória, dentro dos limites etários previstos na lei. Fórmula – (População residente com idade entre 10 e 15 anos que abandonou a escola sem concluir o 9º ano/ População residente com idade entre 10 e 15 anos) \*100

### Fonte

INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2011

### Objetivos e Metas

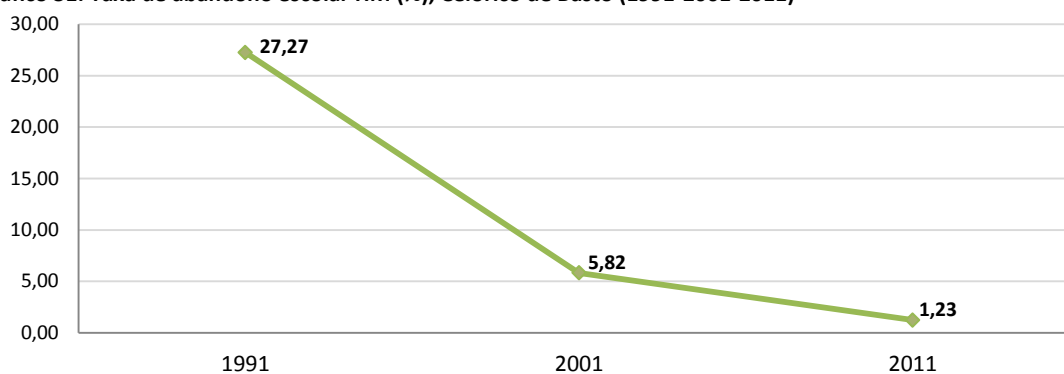
Definir estratégias de desenvolvimento social e assegurar a renovação das gerações.

### Documentos/ Metas de Referência Estratégica

Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS)

## DADOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA

**Gráfico 31: Taxa de abandono escolar HM (%), Celorico de Basto (1991-2001-2011)**



**Quadro 37: Taxa de abandono escolar HM (%) nos concelhos limítrofes ao de Celorico de Basto, NUTIII – Tâmega, NUT II – Norte e Portugal, em 2011**

Unidade Territorial	Taxa abandono escolar (%)			
	1991	2001	2011	
Portugal	12,60	2,79	1,70	
NUT II – Norte	18,24	3,49	1,53	
NUT III – Tâmega*	n.d	n.d	1,60	
<b>Celorico de Basto (1)</b>	<b>27,27</b>	<b>5,82</b>	<b>1,23</b>	
Concelhos limítrofes	Amarante (1)	26,38	4,88	1,30
	Felgueiras (1)	32,25	4,50	1,85
	Cabeceiras de Basto (2)	24,60	4,62	1,41
	Fafe (2)	25,82	3,92	1,97
	Mondim de Basto (2)	26,42	9,53	1,57

\* Dados de acordo com a versão 2002 da Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS).

(1) Pertence à NUT III – Tâmega e Sousa (2) Pertence à NUT III – Ave n.d – Dados não disponibilizados

## ANÁLISE SUMÁRIA

Segundo os dados dos Censos nos períodos compreendidos entre 1991 e 2011, o número de indivíduos que abandona a escola sem concluir a escolaridade obrigatória tem decrescido consideravelmente, atingindo em 2011 uma taxa de abandono escolar de 1,23%.

Comparando a taxa de abandono escolar de Celorico de Basto com os concelhos limítrofes nos períodos 1991-2001 e 2001-2011, verifica-se que a variação decenal é negativa em todos os concelhos, ou seja, a taxa de abandono escolar tem decrescido em todos os concelhos em análise. Celorico de Basto tem mesmo a menor taxa de abandono escolar (1,23%) dentro dos concelhos limítrofes e face à média de Portugal (1,70%).

## Profissionais de Saúde (N.º médicos/1000hab e n.º enfermeiros/1000hab)

Código 1.1.4.1

Tendência ▲

Eixo Socioeconómico  
Domínio Condições sociais  
Área temática Saúde

Unidade de Análise N.º  
Periodicidade Anual; decenal

### Descrição/ Metodologia

Avaliar os recursos humanos disponíveis no município na área da saúde - N.º médicos/1000hab e n.º enfermeiros/1000hab nos centros de saúde.

Fonte INE, Estatísticas do pessoal de saúde

### Objetivos e Metas

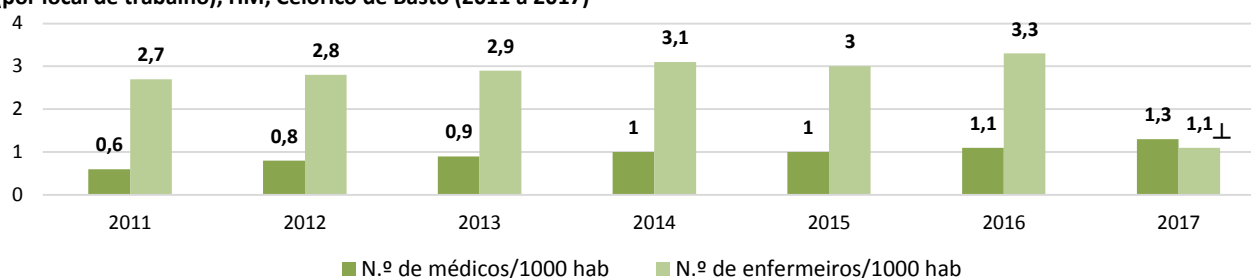
Definir estratégias de desenvolvimento social e melhorar os serviços de proximidade de população.

### Documentos/ Metas de Referência Estratégica

Programa Nacional de Reformas (PNR) 2016-2020 e Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS)

## DADOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA

Gráfico 32: Total de n.º de médicos por 1000 habitantes (por local de residência) e n.º de enfermeiros por 1000 habitantes (por local de trabalho), HM, Celorico de Basto (2011 a 2017)



Quadro 38: Total n.º de médicos por 1000 habitantes (por local de residência) e n.º de enfermeiros por 1000 habitantes (por local de trabalho) HM, nos concelhos limítrofes ao de Celorico de Basto, NUTIII – Tâmega e Sousa, NUT II – Norte e Portugal

Unidade Territorial	N.º de médicos/1000 hab							N.º de enfermeiros/1000 hab							
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
Portugal	4,1	4,2	4,3	4,5	4,7	4,9	5,0	6,1	6,2	6,3	6,4	6,5	6,7	7,0 ↓	
NUT II – Norte	3,8	3,9	4,1	4,3	4,5	4,8	5,0	6,1	6,2	6,3	6,3	6,5	6,7	6,6 ↓	
NUT III – Tâmega e Sousa*	1	1,1	1,2	1,2	1,4	1,5	1,7	3,9	4	4	4,2	4,2	4,5	2,0 ↓	
Celorico de Basto (1)	0,6	0,8	0,9	1	1	1,1	1,3	2,7	2,8	2,9	3,1	3	3,3	1,1 ↓	
Concelhos limítrofes	Amarante (1)	1,4	1,5	1,7	1,7	1,9	2,1	2,3	5,7	5,5	5,4	5,2	5,4	5,4	2,8 ↓
	Felgueiras (1)	0,9	1	1,1	1,1	1,3	1,5	1,8	3,7	3,8	3,7	3,6	3,8	3,8	0,8 ↓
	Cabeceiras de Basto (2)	1,4	1,5	1,7	1,9	2	2,3	2,3	3,2	3,5	3,5	4	4,1	4,1	1,6 ↓
	Fafe (2)	1,5	1,8	1,9	2,1	2,4	2,7	3	5,1	5	5,2	5,3	5,5	5,5	1,9 ↓
	Mondim de Basto (2)	0,9	0,9	1,1	1,1	1,1	1,3	1,3	5,8	5,4	5,5	5,9	5,9	5,9	2,0 ↓

\*Dados de acordo com a versão 2013 da Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS).

(1) Pertence à NUT III – Tâmega e Sousa (2) Pertence à NUT III – Ave ↓: Quebra de série/comparabilidade

## ANÁLISE SUMÁRIA

No concelho de Celorico de Basto e segundo os dados dos últimos Censos 2011 até 2017 (período intercensitário do INE) o INE avançou com valores a apontar para um aumento anual do n.º de médicos por mil habitantes a variar entre os 0,6 e os 1,3 médicos/1000 hab. Também o n.º de enfermeiros por mil habitantes aumentou anualmente com uma variação entre os 2,7 e 3,3 enfermeiros/1000 hab. Os dados apresentados de 2017 irão carecer futuramente de atualização, porque nesse ano, a Ordem dos Enfermeiros solicitou a todos os associados que procedessem à atualização da informação sobre local de trabalho, de modo a evitar situações de informação em falta, substituída pelo local de residência para fins estatísticos. Deste procedimento de atualização resultaram diferenças relevantes no número de enfermeiros de alguns municípios e NUTS III em 2017 face ao ano anterior, como se pode verificar nos dados apresentados reportados a esse ano.

Comparando os valores compreendidos entre 2011 e 2016 com os valores dos concelhos limítrofes, pode-se verificar que quer ao nível do n.º de médicos como enfermeiros, Celorico de Basto é o concelho que menos médicos e enfermeiros, por 1000/hab, possui. Também em 2017, Celorico de Basto apresenta o menor n.º de médicos. Comparando com a média de Portugal, Celorico de Basto possuía em 2016 metade do n.º de enfermeiros/1000 hab e possuía cerca de ¼ do n.º de médicos da média nacional. Numa análise comparativa com a NUT III – Tâmega e Sousa, em 2017, os valores de Celorico de Basto já se aproximam mais, com 1,7 médicos/1000 hab face aos 1,3 médicos/1000 hab do concelho e em 2016, com 4,5 enfermeiros/ 1000 hab face aos 3,3 enfermeiros/1000 hab do concelho de Celorico de Basto.

**N.º de médicos (medicina geral e familiar)**

Código 1.1.4.2

Tendência ▲

**Eixo Socioeconómico**  
**Domínio** Condições sociais  
**Área temática** Saúde

**Unidade de Análise** N.º  
**Periodicidade** Anual; Decenal

**Descrição/ Metodologia**

Avaliar os recursos humanos disponíveis no município na área da saúde, nomeadamente o n.º de médicos e médicos com a especialidade de medicina geral e familiar.

Médicas/os (N.º) por Local de residência (NUTS - 2013).

Médicas/os especialistas (N.º) – medicina geral e familiar - por Local de residência (NUTS – 2013)

**Fonte**

INE, Estatísticas do pessoal de saúde

**Objetivos e Metas**

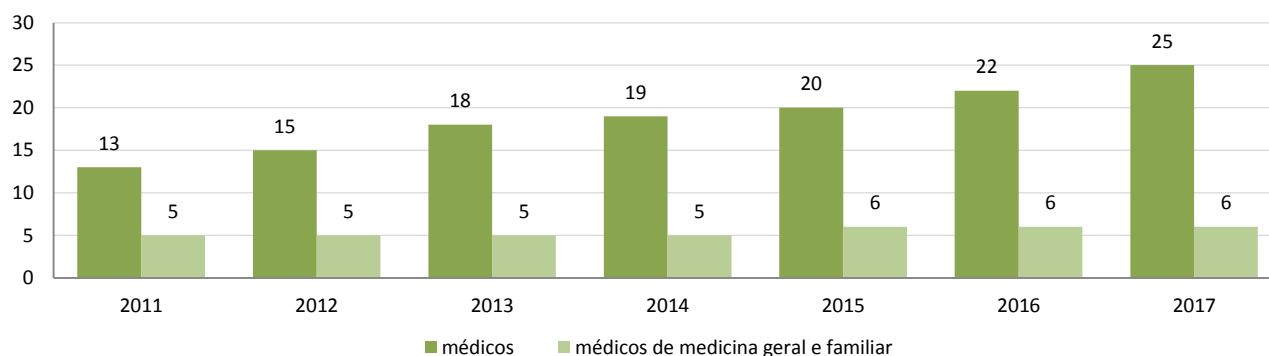
Definir estratégias de desenvolvimento social e melhorar os serviços de proximidade de população.

**Documentos/ Metas de Referência Estratégica**

Programa Nacional de Reformas (PNR) 2016-2020 e Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS)

**DADOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA**

**Gráfico 33: Total de N.º de médicos e médicos de medicina geral e familiar, HM, por local de residência, Celorico de Basto (2011 a 2017)**



**Quadro 39: Total de N.º de médicos e médicos de medicina geral e familiar, HM, por local de residência nos concelhos limítrofes ao de Celorico de Basto, NUTIII – Tâmega e Sousa, NUT II – Norte e Portugal**

Unidade Territorial	N.º de médicos							N.º de médicos de medicina geral e familiar							
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
<b>Portugal</b>	42796	43863	45289	46739	48487	50239	51937	5410	5684	5943	6136	6372	6530	6848	
<b>NUT II – Norte</b>	14193	14439	15119	15617	16356	17045	17730	1888	1969	2081	2176	2265	2330	2443	
<b>NUT III – Tâmega e Sousa*</b>	431	458	498	527	576	630	693	94	99	107	113	122	125	131	
<b>Celorico de Basto (1)</b>	<b>13</b>	<b>15</b>	<b>18</b>	<b>19</b>	<b>20</b>	<b>22</b>	<b>25</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>6</b>	<b>6</b>	
Concelhos limítrofes	Amarante (1)	78	86	92	93	112	112	122	18	18	18	18	18	18	20
	Felgueiras (1)	50	56	61	66	86	86	101	11	12	12	15	15	15	15
	Cabeceiras de Basto (2)	23	25	28	31	36	36	37	3	3	3	5	5	7	7
	Fafe (2)	75	89	96	105	131	131	147	14	14	15	17	17	20	22
	Mondim de Basto (2)	7	7	8	8	9	9	9	3	3	3	3	3	3	3

\*Dados de acordo com a versão 2013 da Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS).

(1) Pertence à NUT III – Tâmega e Sousa (2) Pertence à NUT III – Ave ↓: Quebra de série/comparabilidade

**ANÁLISE SUMÁRIA**

No concelho de Celorico de Basto e segundo os dados dos últimos Censos 2011 até 2017 (período intercensitário do INE) o INE avançou com valores a apontar para um aumento anual do n.º de médicos a variar entre os 13 e os 25 médicos. Desses médicos entre 5 a 6 são médicos de medicina geral e familiar.

Comparando o n.º de médicos em Celorico de Basto com os médicos nos concelhos limítrofes nos períodos 2011-2017, verifica-se que o n.º de médicos aumentou anualmente em todos os concelhos limítrofes. Os médicos de medicina geral e familiar ou foram sofrendo um ligeiro aumento como em Amarante e Fafe ou mantiveram-se estáveis como em Felgueiras (15) e Mondim de Basto (3).



**N.º de enfermeiros**

Código 1.1.4.3

Tendência ▲

**Eixo** Socioeconómico  
**Domínio** Condições sociais  
**Área temática** Saúde

**Unidade de Análise** N.º  
**Periodicidade** Anual; Decenal

**Descrição/ Metodologia**

Avaliar os recursos humanos disponíveis no município na área da saúde, nomeadamente o n.º de enfermeiros.

Enfermeiras/os (N.º) por Local de trabalho (NUTS – 2013).

Enfermeira/ o - Profissional de saúde que programa, executa e avalia cuidados gerais de enfermagem, requeridos pelo estado de saúde do indivíduo, família e comunidade, no âmbito da patologia, prevenção, tratamento e reabilitação da doença e do tipo de intervenção do serviço.

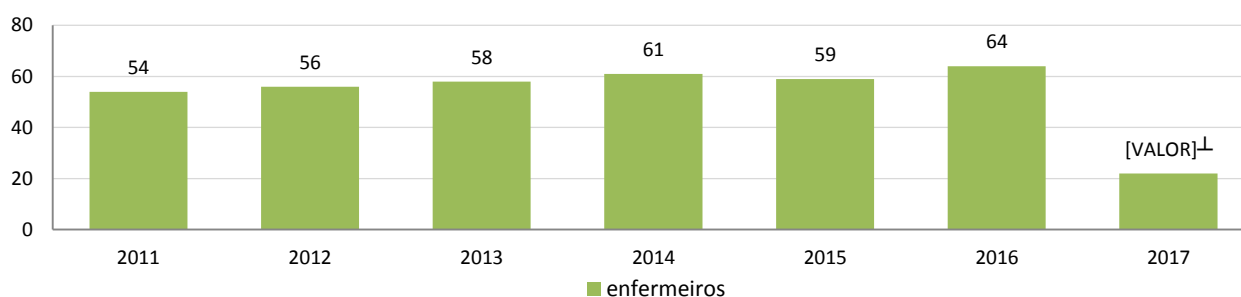
**Fonte** INE, Estatísticas do pessoal de saúde

**Objetivos e Metas**

Definir estratégias de desenvolvimento social e melhorar os serviços de proximidade de população.

**Documentos/ Metas de Referência Estratégica**

Programa Nacional de Reformas (PNR) 2016-2020 e Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS)

**DADOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA****Gráfico 34: Total de N.º de enfermeiros, HM, por local de trabalho, Celorico de Basto (2011 a 2017)****Quadro 40: Total de N.º de enfermeiros HM, por local de trabalho nos concelhos limítrofes ao de Celorico de Basto, NUTIII – Tâmega e Sousa, NUT II – Norte e Portugal**

Unidade Territorial	N.º de enfermeiros						
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Portugal	64478	65404	65809	66340	67730	69486	71578 ↓
NUT II – Norte	22447	22690	22803	22895	23336	24008	23532 ↓
NUT III – Tâmega e Sousa*	1676	1701	1718	1770	1790	1885	845 ↓
Celorico de Basto (1)	<b>54</b>	<b>56</b>	<b>58</b>	<b>61</b>	<b>59</b>	<b>64</b>	<b>22</b> ↓
Concelhos limítrofes	Amarante (1)	318	304	300	293	282	290 ↓
	Felgueiras (1)	213	219	212	213	206	219 ↓
	Cabeceiras de Basto (2)	53	58	57	63	64	65 ↓
	Fafe (2)	260	249	258	263	264	270 ↓
	Mondim de Basto (2)	43	40	40	42	42	42 ↓

\*Dados de acordo com a versão 2013 da Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS).

(1) Pertence à NUT III – Tâmega e Sousa (2) Pertence à NUT III – Ave ↓: Quebra de série/comparabilidade

**ANÁLISE SUMÁRIA**

No concelho de Celorico de Basto e segundo os dados dos últimos Censos 2011 até 2016 (período intercensitário do INE) o INE avançou com valores a apontar para um aumento anual do n.º de enfermeiros a variar entre os 54 e os 62 enfermeiros. Apenas no período 2014-2015 houve um ligeiro decréscimo com menos 2 enfermeiros. No entanto no período 2015-2016 houve um reforço com mais 5 enfermeiros.

De salientar que os dados apresentados de 2017 irão carecer futuramente de atualização, porque nesse ano, a Ordem dos Enfermeiros solicitou a todos os associados que procedessem à atualização da informação sobre local de trabalho, de modo a evitar situações de informação em falta, substituída pelo local de residência para fins estatísticos. Deste procedimento de atualização resultaram diferenças relevantes no número de enfermeiros de alguns municípios e NUTS III em 2017 face ao ano anterior, como se pode verificar nos dados apresentados reportados a esse ano para o concelho. Comparando o n.º de enfermeiros em Celorico de Basto com os enfermeiros nos concelhos limítrofes, nos períodos 2011-2016, verifica-se que o n.º de enfermeiros sofreu variações em todos os concelhos limítrofes. Contudo todos eles obtiveram um reforço do n.º de enfermeiros em 2016, à exceção de Mondim de Basto que manteve o n.º de enfermeiros. Em Portugal, no Norte do país e na NUT III – Tâmega e Sousa o n.º de enfermeiros foi sempre aumentando, no período em análise 2011-2016.

## N.º de pensionistas (segurança social e caixa geral de aposentações)

Código 1.1.5.1

Tendência



Eixo Socioeconómico

Domínio Condições sociais

Área temática Segurança Social

Unidade de Análise N.º

Periodicidade Anual

### Descrição/ Metodologia

Pensionistas da segurança social (SS), por Local de residência (NUTS - 2013) e da caixa geral de aposentações (CGA) (Dados Pordata)

Pensionista - Titular de uma prestação pecuniária nas eventualidades de invalidez, velhice, doença profissional ou morte.

A informação relativa aos pensionistas da segurança social reporta a dados do INE. A informação relativa aos pensionistas da caixa geral de aposentações reporta a dados da Pordata e apenas existem dados a partir do ano 2009.

### Fonte

INE, Anual - Instituto de Informática.

Pordata.

### Objetivos e Metas

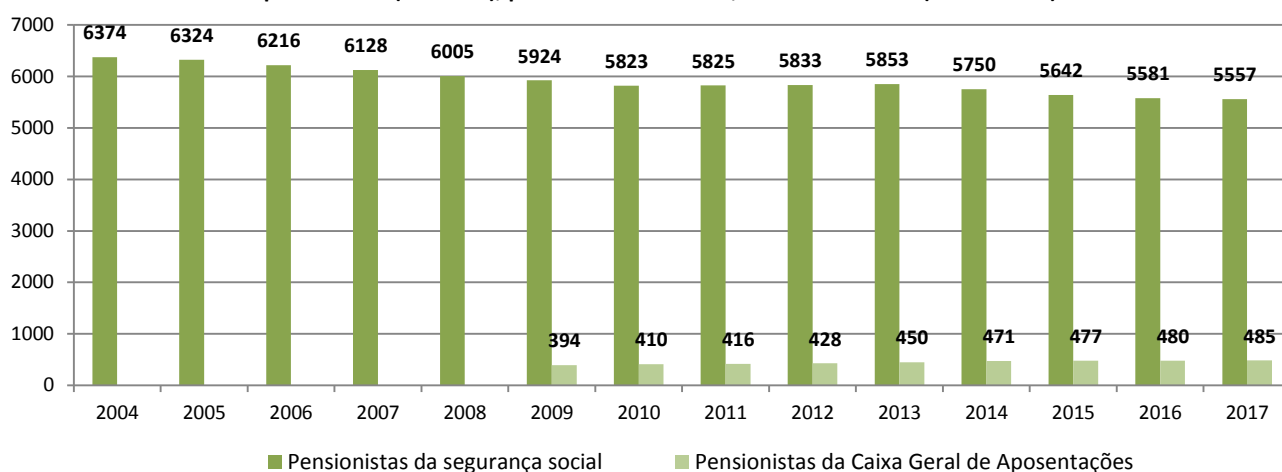
Objetivo de sustentabilidade - Reduzir a vulnerabilidade social, estabelecendo os laços de coesão geracional e estimulando o conceito de vizinhança.

### Documentos/ Metas de Referência Estratégica

Programa Nacional de Reformas (PNR) 2016-2020 e Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS)

## DADOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA

Gráfico 35: Total de N.º de pensionistas (SS e CGA), por local de residência, Celorico de Basto (2011 a 2017)



Quadro 41: Total de N.º de pensionistas (SS e CGA), nos concelhos limítrofes ao de Celorico de Basto, NUTIII – Tâmega e Sousa, NUT II – Norte e Portugal

Unidade Territorial	Pensionistas da Segurança Social							Pensionistas da Caixa Geral de Aposentações							
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
<b>Portugal</b>	2979787	3024309	3038268	3024590	3034627	3032304	3026397	591777	603267	613896	639979	646193	642630	645713	
<b>NUT II – Norte</b>	989853	1008553	1018027	1018172	1025328	1027511	1029861	139753	143192	146711	152072	153899	153281	153250	
<b>NUT III – Tâmega e Sousa*</b>	98057	99790	100702	100712	101417	101780	102253	9922	10194	10428	10821	11005	10982	11024	
<b>Celorico de Basto (1)</b>	<b>5825</b>	<b>5833</b>	<b>5853</b>	<b>5750</b>	<b>5642</b>	<b>5581</b>	<b>5557</b>	<b>416</b>	<b>428</b>	<b>450</b>	<b>471</b>	<b>477</b>	<b>480</b>	<b>485</b>	
Concelhos limítrofes	Amarante (1)	13036	13233	13323	13318	13349	13314	13365	1849	1878	1915	1963	1982	1951	1954
	Felgueiras (1)	12554	13000	13209	13304	13435	13471	13487	922	946	964	992	1016	1019	1022
	Cabeceiras de Basto (2)	4793	4853	4861	4782	4738	4685	4668	573	593	608	624	643	644	650
	Fafe (2)	14233	14610	14844	15011	15128	15195	15215	1265	1313	1357	1389	1417	1419	1430
	Mondim de Basto (2)	2346	2333	2365	2336	2323	2303	2282	431	431	432	433	439	433	436

\*Dados de acordo com a versão 2013 da Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS).

(1) Pertence à NUT III – Tâmega e Sousa (2) Pertence à NUT III – Ave

**Quadro 42: Percentagem do n.º do total de pensionistas (SS e CGA), face à população residente, nos concelhos limítrofes ao de Celorico de Basto, NUTIII – Tâmega e Sousa, NUT II – Norte e Portugal, (2011 - 2017)**

Unidade Territorial	Percentagem face à população residente (%)														
	Pensionistas da Segurança Social							Pensionistas da Caixa Geral de Aposentações							
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
<b>Portugal</b>	28,26	28,84	29,14	29,15	29,34	29,41	29,41	5,61	5,75	5,89	6,17	6,25	6,23	6,27	
<b>NUT II – Norte</b>	26,85	27,51	27,94	28,11	28,45	28,66	28,80	3,79	3,91	4,03	4,20	4,27	4,28	4,29	
<b>NUT III – Tâmega e Sousa*</b>	22,65	23,17	23,53	23,66	23,94	24,18	24,42	2,29	2,37	2,44	2,54	2,60	2,61	2,63	
<b>Celorico de Basto (1)</b>	<b>28,98</b>	<b>29,24</b>	<b>29,57</b>	<b>29,31</b>	<b>28,96</b>	<b>28,86</b>	<b>28,96</b>	<b>2,07</b>	<b>2,15</b>	<b>2,27</b>	<b>2,40</b>	<b>2,45</b>	<b>2,48</b>	<b>2,53</b>	
Concelhos limítrofes	Amarante (1)	23,17	23,77	24,15	24,31	24,52	24,68	24,93	3,29	3,37	3,47	3,58	3,64	3,62	3,64
	Felgueiras (1)	21,62	22,45	22,90	23,17	23,47	23,65	23,78	1,59	1,63	1,67	1,73	1,77	1,79	1,80
	Cabeceiras de Basto (2)	28,68	29,38	29,71	29,45	29,30	29,36	29,51	3,43	3,59	3,72	3,84	3,98	4,04	4,11
	Fafe (2)	28,11	29,08	29,72	30,28	30,65	31,07	31,32	2,50	2,61	2,72	2,80	2,87	2,90	2,94
	Mondim de Basto (2)	31,31	31,52	32,34	32,31	32,44	32,53	32,54	5,75	5,82	5,91	5,99	6,13	6,12	6,22

\*Dados de acordo com a versão 2013 da Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS).

(1) Pertence à NUT III – Tâmega e Sousa (2) Pertence à NUT III – Ave

## ANÁLISE SUMÁRIA

Os pensionistas são um grupo muito vulnerável, principalmente quando atingidos pelos impactos negativos de crises económicas e sociais.

No ano 2017 registou-se um total de 6.042 pessoas beneficiárias de pensões (SS + CGA) no concelho de Celorico de Basto, o que corresponde a 31,49% da população residente, sendo inferior à percentagem nacional que era de 35,68% e superior à NUT III – Tâmega e Sousa que era de 27,05%.

Dos anos em análise para o concelho de Celorico de Basto, verifica-se que entre os anos 2004 e 2010, o n.º de pensionistas da segurança social tem decrescido atingindo um total de 5.823 indivíduos em 2010 (menos 551 pensionistas). Entre 2010 e 2013, o n.º de pensionistas da segurança social voltou a aumentar ligeiramente (mais 30 pensionistas). Desde 2013 e até 2017, o n.º de pensionistas da segurança social voltou a decrescer, com um total de 5.557 indivíduos a beneficiar de pensões da segurança social (por invalidez, velhice, doença profissional ou morte).

Da análise dos pensionistas da caixa geral de aposentações, e com base nos dados disponibilizados a partir de 2009, constata-se que o seu número tem vindo a aumentar ligeiramente a cada ano. Em 2009 contabilizavam-se 394 pensionistas da caixa geral de aposentações, face a 485 pensionistas em 2017.

Comparando o n.º de pensionistas da segurança social do concelho Celorico de Basto com os concelhos limítrofes, verifica-se que embora o n.º de pensionistas possa ter aumentado em alguns concelhos como Amarante, Fafe e Felgueiras e possa ter decrescido noutros concelhos como Mondim de Basto e Cabeceiras de Basto, a percentagem de pensionistas face à população residente de cada concelho tem vindo a aumentar em todos os concelhos, incluindo o Concelho de Celorico de Basto.

Comparando o n.º de pensionistas da caixa geral de aposentações do concelho Celorico de Basto com os concelhos limítrofes, o seu número tem aumentado anualmente, à exceção do ano 2016 face ao ano 2015, em que nos concelhos de Amarante e de Mondim de Basto se assistiu a um ligeiro decréscimo. Nestes dois concelhos também se assistiu a um ligeiro decréscimo da percentagem de pensionistas da caixa geral de aposentações face à sua população residente.

Analisando a média de Portugal e a média dos concelhos que compõem as NUT II e NUT III, os dados indicam igualmente uma tendência de aumento da percentagem de beneficiários de pensões da segurança social face à população residente, embora se verifique menos pensionistas em Portugal no período 2015-2016 (menos 2323 indivíduos) e no período 2016-2017 (menos 5907 indivíduos) e um aumento do n.º de pensionistas na NUT II e NUT III, com respetivamente mais 2183 e 363 indivíduos (2015-2016) e mais 2350 e 473 indivíduos (2016-2017).

Da análise do número de pensionistas da caixa geral de aposentações e analisando a média de Portugal e a média dos concelhos que compõem as NUT II e NUT III, os dados indicam uma tendência de aumento desde 2011 até 2017. Apenas no período 2015-2016 o número de pensionistas decresceu na média de Portugal.

## População Residente com 65 ou + anos sozinha

Código 1.1.6.1

Tendência ▲

Eixo Socioeconómico

Domínio Condições sociais

Área temática Grupos vulneráveis

Unidade de Análise %

Periodicidade Decenal

### Descrição/ Metodologia

Proporção de famílias clássicas unipessoais de pessoas com 65 ou mais anos de idade (%).

### Fonte

INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2011 e séries históricas.

### Objetivos e Metas

Objetivo de sustentabilidade - Reduzir a vulnerabilidade social, estabelecendo os laços de coesão geracional e estimulando o conceito de vizinhança.

### Documentos/ Metas de Referência Estratégica

Programa Nacional de Reformas (PNR) 2016-2020 e Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS)

## DADOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA

Gráfico 36: Proporção de famílias clássicas unipessoais de pessoas com 65 ou mais anos de idade (%), nos concelhos limítrofes ao de Celorico de Basto, NUTIII – Tâmega, NUT II – Norte e Portugal

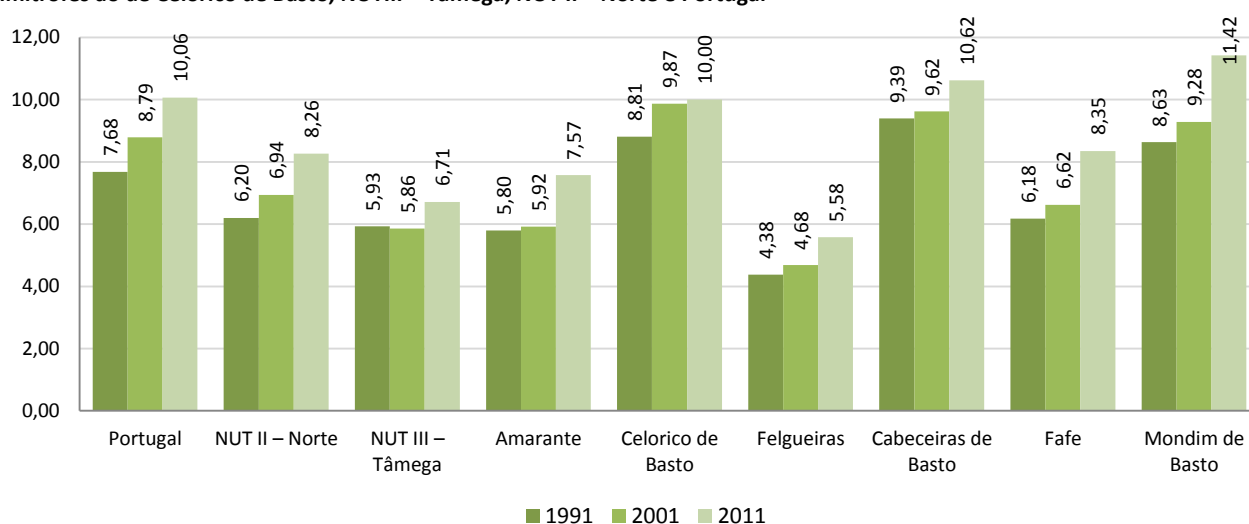
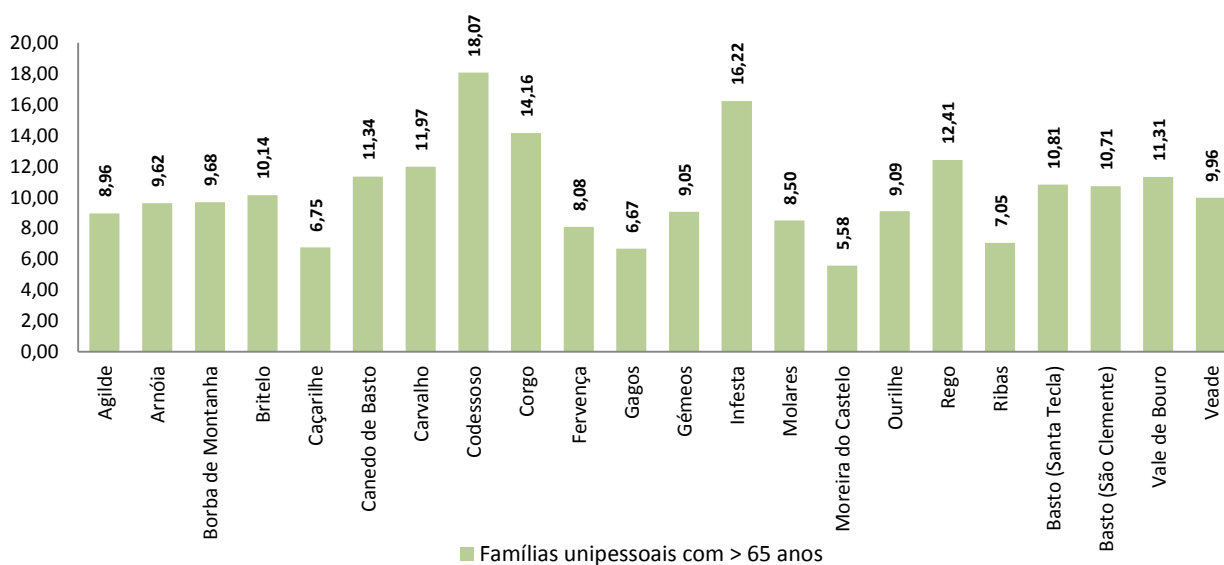


Gráfico 37: Proporção de famílias clássicas unipessoais e de famílias clássicas unipessoais com > 65 anos, por freguesias, no concelho de Celorico de Basto, em 2011 (%)



## ANÁLISE SUMÁRIA

A vulnerabilidade social na população idosa está associada à solidão.

O aumento das famílias clássicas unipessoais de indivíduos com 65 ou mais anos no espaço de duas décadas é um dos traços importantes na evolução das famílias no concelho de Celorico de Basto.

Neste concelho, cerca de 10% da população com 65 anos ou mais anos vive sozinha. Esse valor tem vindo a aumentar desde os dados dos censos de 1991 e 2001, com 8,81% e 9,87% respetivamente, tendência que acompanha a própria trajetória de envelhecimento da população.

Comparando a proporção da população com 65 anos ou mais anos que vive sozinha do concelho Celorico de Basto com os concelhos limítrofes, nos 3 momentos censitários (1991-2001-2011), verifica-se uma tendência de aumento em todos os concelhos limítrofes. Sendo que nos concelhos de Amarante e Felgueiras essa proporção é inferior, variando entre os 4,38% e os 7,57%, e nos restantes concelhos limítrofes essa proporção varia entre os 6,18% e os 11,42%.

Analisando a média de Portugal e a média dos concelhos que compõem as NUT II e NUT III, os dados indicam igualmente uma tendência de aumento do n.º de pessoas com 65 anos ou mais anos que vive sozinha.

Da análise da proporção da população com 65 anos ou mais anos que vive sozinha, por freguesias do concelho, em 2011, verifica-se que as freguesias de Codessoso, Infesta e Corgo são as que possuem maior percentagem com 18,07%, 16,22% e 14,16%, respetivamente.

As freguesias onde existe menos pessoas com 65 anos ou mais anos que vivem sozinhas são Moreira do Castelo, Gagos e Caçarilhe com uma proporção de 5,58%, 6,67% e 6,75% respetivamente.



Eixo Socioeconómico

Domínio Condições sociais

Área temática Grupos vulneráveis

Unidade de Análise N.º

Periodicidade Anual

**Descrição/ Metodologia**

Beneficiárias/os do rendimento social de inserção, da segurança social (N.º) por Local de residência (NUTS - 2013).

Rendimentos social de inserção - Prestação incluída no subsistema de solidariedade e num programa de inserção, de modo a conferir às pessoas e aos seus agregados familiares apoios adaptados à sua situação pessoal, que contribuam para a satisfação das suas necessidades essenciais e que favoreçam a progressiva inserção laboral, social e comunitária.

**Fonte**

INE, Anual - Instituto de Informática.

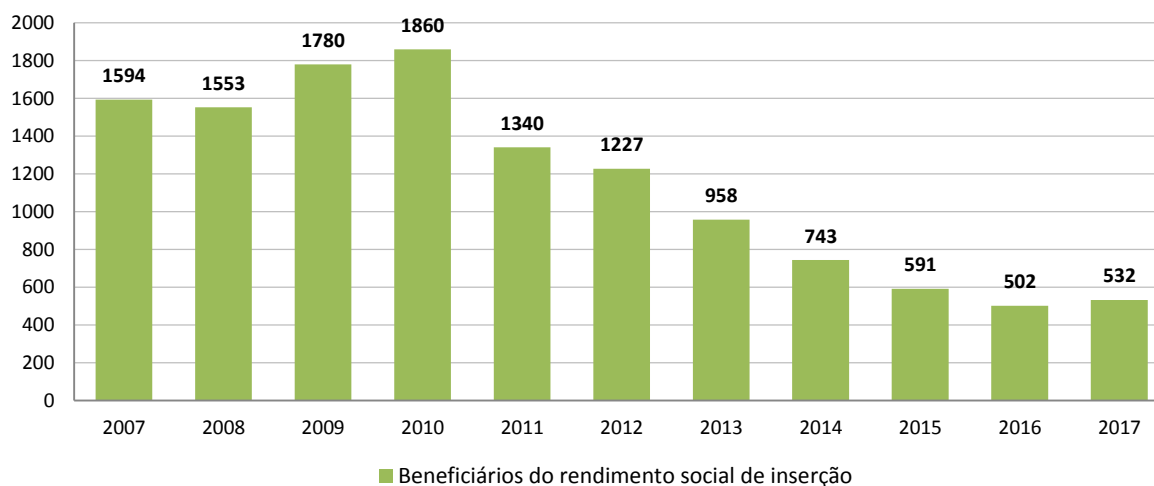
Município de Celorico de Basto (USSS)

**Objetivos e Metas**

Objetivo de sustentabilidade - Reduzir a vulnerabilidade social.

**Documentos/ Metas de Referência Estratégica**

Programa Nacional de Reformas (PNR) 2016-2020 e Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS)

**DADOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA****Gráfico 38: Total de N.º de beneficiários do rendimento social de inserção, por local de residência, Celorico de Basto (2007 a 2017)****Quadro 43: Total de N.º de beneficiários do rendimento social de inserção, nos concelhos limítrofes ao de Celorico de Basto, NUTIII – Tâmega, NUT II – Norte e Portugal**

Unidade Territorial	Beneficiários do rendimento social de inserção							
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
<b>Portugal</b>	448290	421201	360355	320811	295704	287534	288194	
<b>NUT II – Norte</b>	190797	168824	139236	123103	114049	112391	113559	
<b>NUT III – Tâmega e Sousa*</b>	26287	22914	17495	15331	14226	13904	14542	
<b>Celorico de Basto (1)</b>	<b>1340</b>	<b>1227</b>	<b>958</b>	<b>743</b>	<b>591</b>	<b>502</b>	<b>532</b>	
Concelhos limítrofes	Amarante (1)	2593	2209	1856	1570	1525	1562	1791
	Felgueiras (1)	1504	1278	833	733	696	694	844
	Cabeceiras de Basto (2)	1097	1009	806	654	553	470	456
	Fafe (2)	2016	1799	1269	974	760	634	590
	Mondim de Basto (2)	470	458	305	322	300	276	237

\*Dados de acordo com a versão 2013 da Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS).

(1) Pertence à NUT III – Tâmega e Sousa (2) Pertence à NUT III – Ave

**Quadro 44: Percentagem do n.º do total de beneficiários do rendimento social de inserção, face à população residente, nos concelhos limítrofes ao de Celorico de Basto, NUTIII – Tâmega, NUT II – Norte e Portugal (2011 – 2017)**

Unidade Territorial		Percentagem face à população residente (%)						
		2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Portugal		4,25	4,02	3,46	3,09	2,86	2,79	2,80
NUT II – Norte		5,17	4,60	3,82	3,40	3,16	3,14	3,14
NUT III – Tâmega e Sousa*		6,07	5,32	4,09	3,60	3,36	3,30	3,47
Celorico de Basto (1)		<b>6,67</b>	<b>6,15</b>	<b>4,84</b>	<b>3,79</b>	<b>3,03</b>	<b>2,60</b>	<b>2,77</b>
Concelhos limítrofes	Amarante (1)	4,61	3,97	3,36	2,87	2,80	2,90	3,34
	Felgueiras (1)	2,59	2,21	1,44	1,28	1,22	1,22	1,49
	Cabeceiras de Basto (2)	6,56	6,11	4,93	4,03	3,42	2,95	2,88
	Fafe (2)	3,98	3,58	2,54	1,96	1,54	1,30	1,21
	Mondim de Basto (2)	6,27	6,19	4,17	4,45	4,19	3,90	3,38

## ANÁLISE SUMÁRIA

O rendimento social de inserção (RSI) é o montante pecuniário que a segurança social atribui mensalmente às famílias mais carenciadas para apoiar a sua subsistência e progressiva inserção na comunidade e no mercado de trabalho. Ele é um indicador marcante para a caracterização socioeconómica do concelho de Celorico de Basto e está associado a situações de vulnerabilidade social.

Em 2017, população residente do concelho apresentava 532 beneficiários do rendimento social de inserção, a que corresponde 2,77% da população residente.

Dos anos em análise, verifica-se que o ano 2010 é o que apresenta maior número de beneficiários (1860 indivíduos) que corresponde a 9,22% da população residente. Desde então e até 2016, esse valor tem vindo a decrescer consideravelmente, passando para 502 indivíduos em 2016, ou seja, menos 1358 pessoas beneficiaram do rendimento social de inserção. Em 2017 assiste-se a um ligeiro aumento do n.º de beneficiários (532).

Esta diminuição progressiva do número de beneficiários deve-se às alterações das regras para aceder ao RSI, tanto ao nível legislativo, como ao nível administrativo. Desde então todos os beneficiários tiveram de passar por um processo de reavaliação.

Para o processo de RSI, entre as muitas alterações que surgiram, passaram a ficar de fora os agregados familiares onde havia bens móveis e imóveis elevados, como contas bancárias, terrenos, casas ou carros. Passou a ser também obrigatória a inscrição no centro de emprego ou apresentação de baixa médica nos casos de incapacidade, e no processo de reavaliação da prestação passou a ser também exigida a apresentação de muitos documentos, comprovativos da situação fiscal, da composição do agregado familiar, entre outros.

Comparando os beneficiários do rendimento social de inserção do concelho Celorico de Basto com os concelhos limítrofes, no período compreendido entre 2011 em 2017, verifica-se que a tendência de decréscimo do seu n.º ocorreu em todos os concelhos limítrofes, à exceção de Amarante em que no período 2015-2016 houve um ligeiro crescimento de 0,10% e no período 2016-2017 verifica-se também um crescimento do seu n.º de beneficiários nos concelhos de Amarante e Felgueiras.

Analisando a média de Portugal e a média dos concelhos que compõem as NUT II e NUT III, os dados indicam igualmente um decréscimo do n.º de beneficiários do rendimento social de inserção no período compreendido entre 2011 em 2016, exectuando-se um ligeiro aumento do n.º de beneficiários em 2017, à semelhança do concelho de Celorico de Basto.

Esta tendência para a diminuição do número de beneficiários do rendimento social de inserção em todas as unidades territoriais é resultado dessa alteração legislativa.

## População Ativa

Código 1.1.7.1

Tendência ▲

**Eixo Socioeconómico**  
**Domínio** Condições sociais  
**Área temática** Emprego

**Unidade de Análise** N.º  
**Periodicidade** Decenal

### Descrição/ Metodologia

Avaliar a mão-de-obra disponível.

Conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituíam a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (empregados e desempregados).

Os ativos são a mão-de-obra disponível para trabalhar, incluindo-se na população ativa os trabalhadores que estão empregados e desempregados.

### Fonte

INE, Recenseamento da população e habitação

### Objetivos e Metas

Objetivos de sustentabilidade - Estimular a diversificação económica e a criação de novos postos de trabalho.

### Documentos/ Metas de Referência Estratégica

Programa Nacional de Reformas (PNR) 2016-2020

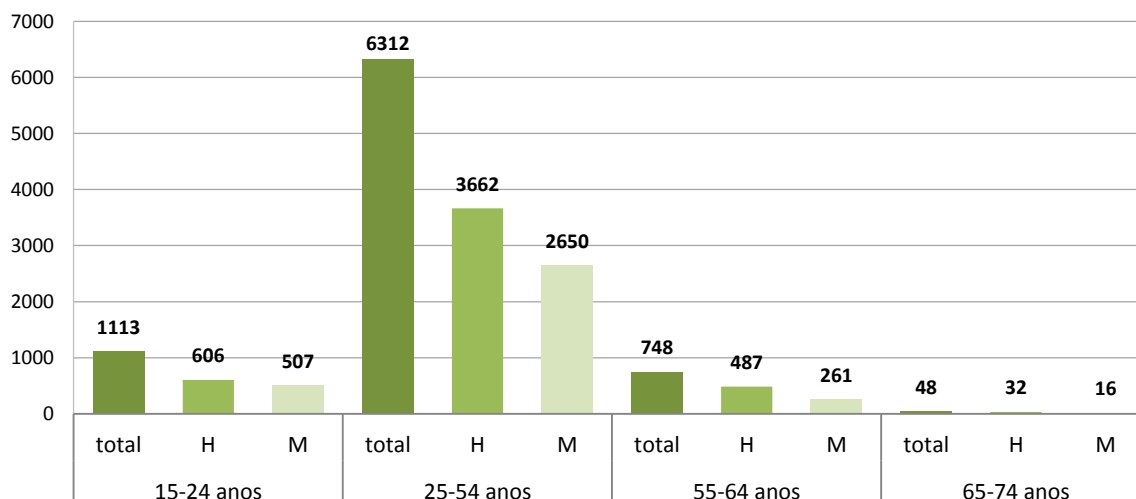
Estratégia e Plano de Ação para a Empregabilidade Digital (2015-2020)

## DADOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA

**Quadro 45: População ativa, Celorico de Basto (2001 e 2011)**

Ano	Celorico de Basto	
	População ativa	Percentagem face à população residente
2001	8059	39,38 %
2011	8227	40,93 %

**Gráfico 39: População ativa por grupos etários, Celorico de Basto - 2011**





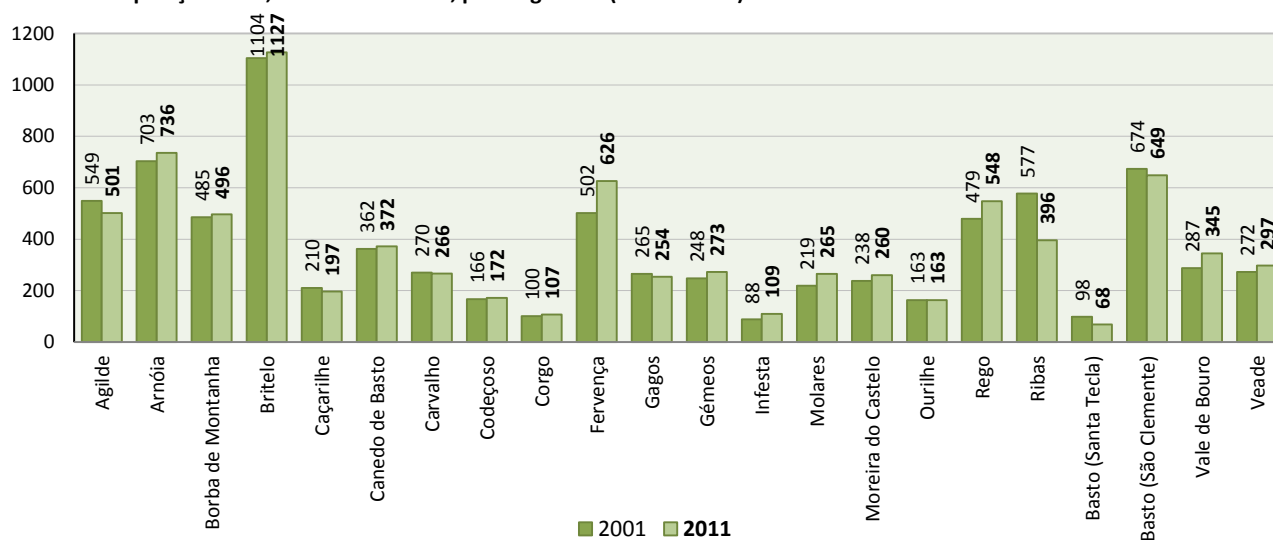
**Quadro 46: População ativa, nos concelhos limítrofes ao de Celorico de Basto, NUTIII – Tâmega, NUT II – Norte e Portugal (2001 e 2011)**

Unidade Territorial	População ativa				
	2001	Percentagem face à população residente - 2001	2011	Percentagem face à população residente - 2011	
<b>Portugal</b>	4.990.208	48,01	5.023.367	47,65	
<b>NUT II – Norte</b>	1.775.015	48,02	1.756.065	47,63	
<b>NUT III – Tâmega</b>	253.359	45,85	256.397	46,55	
<b>Celorico de Basto (1)</b>	<b>8.059</b>	<b>39,38</b>	<b>8.227</b>	<b>40,93</b>	
Concelhos limítrofes	Amarante (1)	25.709	43,11	25.104	44,62
	Felgueiras (1)	28.859	50,11	29.795	51,31
	Cabeceiras de Basto (2)	6.946	38,92	6.758	40,44
	Fafe (2)	25.045	47,47	23.345	46,11
	Mondim de Basto (2)	3.073	35,85	2.729	36,42

\*Dados de acordo com a versão 2013 da Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS).

(1) Pertence à NUT III – Tâmega e Sousa (2) Pertence à NUT III – Ave

**Gráfico 40: População ativa, Celorico de Basto, por freguesias (2001 e 2011)**



## ANÁLISE SUMÁRIA

A população ativa no concelho de Celorico de Basto aumentou ligeiramente em 10 anos, no período compreendido entre 2001 e 2011, de 8059 indivíduos para 8227 indivíduos e com uma percentagem face à população residente praticamente inalterável, de 39,38% e 40,93% respetivamente.

Numa análise à taxa da população ativa por grandes grupos etários em Celorico de Basto, em 2011, verifica-se que a população ativa disponível para trabalhar é maior na população dos 25 aos 54 anos (6312 indivíduos) seguida da população dos 15 aos 24 anos (1113 indivíduos). A população ativa dos 55 aos 64 anos possui 748 indivíduos disponíveis para trabalhar.

Em todos os grupos etários em análise existe um número maior de homens, ativos, com disponibilidade para trabalhar.

Comparando a população ativa do concelho Celorico de Basto com os concelhos limítrofes, no período compreendido entre 2001 em 2011, verifica-se que a população ativa decresceu em Amarante, Cabeceiras de Basto, Fafe e Mondim de Basto. Apenas aumentou em Felgueiras.

Analisando a média de Portugal e a média dos concelhos que compõem a NUT III – Tâmega, os dados indicam um aumento da população ativa. Pelo contrário à média da NUT II – Norte indica um ligeiro decréscimo.

No que se refere à população ativa por freguesias, verifica-se que no período compreendido entre 2001 em 2011, aumentou em todas as freguesias, à exceção das freguesias de Agilde; Caçarilhe, Carvalho; Gagos; Ribas; Basto (Santa Tecla) e Basto (São Clemente).

**População residente empregada (por grupos etários)**

Código 1.1.7.2

Tendência



**Eixo Socioeconómico**  
**Domínio** Condições sociais  
**Área temática** Emprego

**Unidade de Análise** N.º / %  
**Periodicidade** Decenal

**Descrição/ Metodologia**

Avaliar a percentagem da população empregada, por local de residência, sexo e grupo etário.

Empregado - Indivíduo com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, se encontrava numa das seguintes situações: 1) tinha efetuado trabalho de pelo menos uma hora, mediante pagamento de uma remuneração ou com vista a um benefício ou ganho familiar em dinheiro ou em géneros; 2) tinha uma ligação formal a um emprego mas não estava ao serviço; 3) tinha uma empresa, mas não estava temporariamente a trabalhar por uma razão específica; 4) estava em situação de pré-reforma, mas a trabalhar.

**Fonte**

INE, Recenseamento da população e habitação

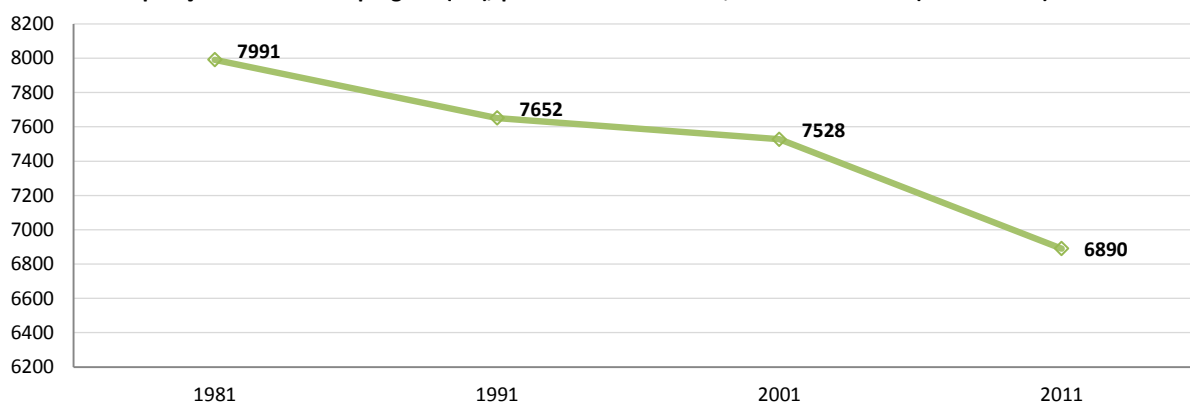
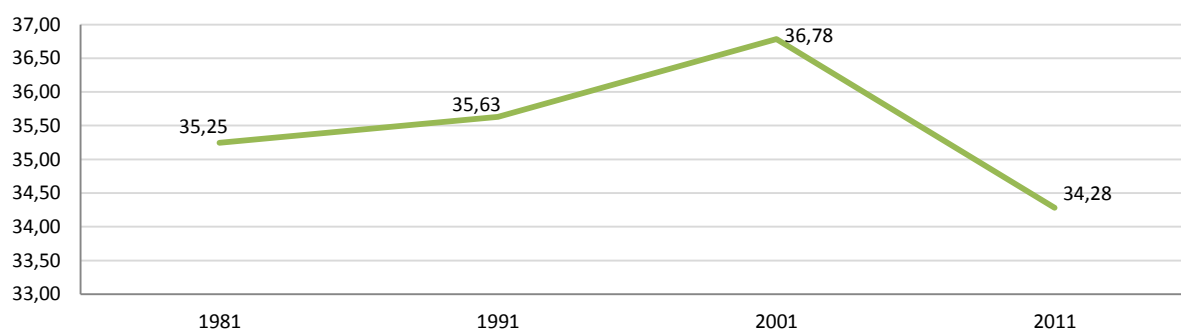
**Objetivos e Metas**

Objetivos de sustentabilidade - Estimular a diversificação económica e a criação de novos postos de trabalho.

**Documentos/ Metas de Referência Estratégica**

Programa Nacional de Reformas (PNR) 2016-2020

Estratégia e Plano de Ação para a Empregabilidade Digital (2015-2020)

**DADOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA****Gráfico 41: População residente empregada (n.º), por local de residência, Celorico de Basto (1981 a 2011)****Gráfico 42: Percentagem da população residente empregada face à população residente, por local de residência, Celorico de Basto (1981 a 2011)****Quadro 47:**

Ano	Celorico de Basto	
	População residente empregada	Percentagem face à população residente
1960	8099	33,20 %
1981	7991	35,25 %
1991	7652	35,63 %
2001	7528	36,78 %
2011	6890	34,28 %

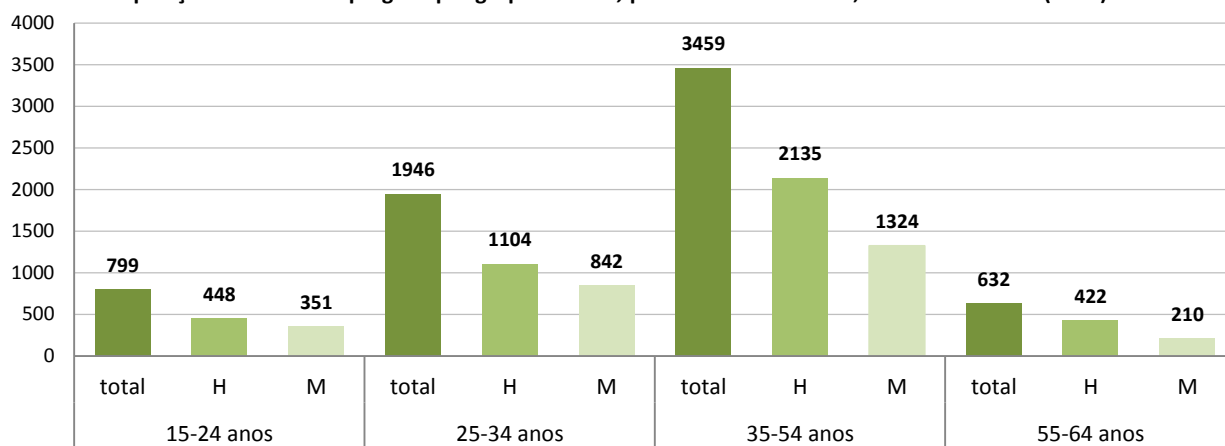
**Quadro 48: População residente empregada e percentagem da população residente empregada face à população, por local de residência, nos concelhos limítrofes ao de Celorico de Basto, NUTIII – Tâmega, NUT II – Norte e Portugal (2011)**

Unidade Territorial	População residente empregada	Percentagem face à população residente
Portugal	4.361.187	41,37 %
NUT II – Norte	1.501.883	40,73 %
NUT III – Tâmega*	219.649	39,88 %
Celorico de Basto (1)	<b>6.890</b>	<b>34,28 %</b>
Concelhos limítrofes	Amarante (1)	21.590
	Felgueiras (1)	26.716
	Cabeceiras de Basto (2)	5.742
	Fafe (2)	19.880
	Mondim de Basto (2)	2.326

\*Dados de acordo com a versão 2013 da Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS).

(1) Pertence à NUT III – Tâmega e Sousa (2) Pertence à NUT III – Ave

**Gráfico 43: População residente empregada por grupos etários, por local de residência, Celorico de Basto (2011)**



## ANÁLISE SUMÁRIA

A população residente empregada no concelho de Celorico de Basto tem diminuindo ao longo dos anos censitários de 1981 a 2011, com 7991 indivíduos em 1981 e 6890 indivíduos em 2011. Esta diminuição da população empregada, mais acentuada ao longo dos anos de 2001 e 2011 (menos 638 indivíduos), deveu-se a um período cuja conjuntura económica condicionou o crescimento do emprego (crise financeira de 2008) e deveu-se também com o fenómeno do envelhecimento da população.

Comparando os valores da população empregada face à percentagem da população residente, pode-se verificar que no período compreendido entre 1981 e 2001, embora a população empregada tenha decrescido, a sua percentagem face à população residente aumentou de 35,25% em 1981 para 36,78% em 2001. Conforme referido, em 2011 a população empregada decresceu de forma mais acentuada acompanhada pelo decréscimo da sua percentagem face à população residente (34,28%).

Comparando a população residente empregada e a sua percentagem face à população residente no concelho de Celorico de Basto com os concelhos limítrofes, em 2011, verifica-se que depois do concelho de Mondim de Basto, Celorico é o concelho com menor percentagem da população residente empregada. Felgueiras, Fafe e Amarante são os concelhos da população residente empregada com maior percentagem face à população residente no concelho, com respetivamente, 46,01%, 39,26% e 38,37%.

Numa análise à população empregada por grandes grupos etários em Celorico de Basto, em 2011, verifica-se que a população empregada se concentra especialmente no grupo etários dos 35 aos 54 anos (3459 indivíduos) seguida da população dos 25 aos 34 anos (1946 indivíduos). A população residente empregada dos 15 aos 24 anos possui 799 indivíduos disponíveis para trabalhar e a população residente empregada dos 55 aos 64 anos concentra 632 indivíduos. Em todos os grupos etários em análise, os homens empregados em Celorico de Basto são em maior número.

**População inscrita no Centro de Emprego**

Código 1.1.7.3

Tendência



**Eixo Socioeconómico**  
**Domínio** Condições sociais  
**Área temática** Emprego

**Unidade de Análise** N.º  
**Periodicidade** Decenal

**Descrição/ Metodologia**

Número total de população inscrita, em determinada data, no Centro de Emprego do concelho de Celorico de Basto.

No cálculo anual deste indicador efetuar-se-á a média de todos os meses e a média anual.

O desempregado "inscrito" é o desempregado registado nos centros de emprego do Instituto de Emprego e Formação Profissional.

Trata-se de um candidato inscrito num Centro de Emprego que não tem trabalho, procura um emprego como trabalhador por conta de outrem, está imediatamente disponível e tem capacidade de trabalho.

**Fonte**

<https://www.iefp.pt/estatisticas>

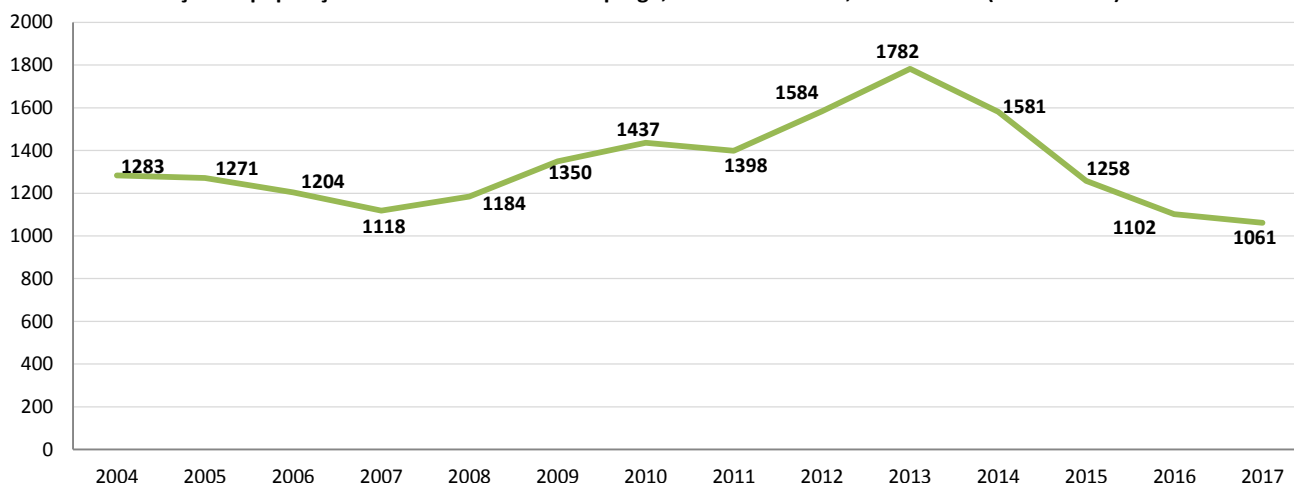
**Objetivos e Metas**

Objetivos de sustentabilidade - Estimular a diversificação económica e a criação de novos postos de trabalho.

**Documentos/ Metas de Referência Estratégica**

Programa Nacional de Reformas (PNR) 2016-2020

Estratégia e Plano de Ação para a Empregabilidade Digital (2015-2020))

**DADOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA****Gráfico 44: Evolução da população inscrita no Centro de Emprego, Celorico de Basto, média anual (2004 a 2017)****Quadro 49: Percentagem de pessoas inscritas no centro de emprego face à população, por local de residência, Celorico de Basto (2009-2017)**

Ano	Celorico de Basto	
	Média mensal	Percentagem de pessoas inscritas no centro de emprego face à população residente
2009	1.350	6,66 %
2010	1.437	7,12 %
2011	1.398	6,96 %
2012	1.584	7,94 %
2013	1.782	9,00 %
2014	1.581	8,06 %
2015	1.258	6,45 %
2016	1.102	5,70 %
2017	1.061	5,53 %

## ANÁLISE SUMÁRIA

A média mensal da população do concelho de Celorico de Basto inscrita no centro de Emprego, em 2017, é de 1.061 indivíduos.

Analisando o período compreendido entre 2004 e 2017, verifica-se que tem havido oscilações, com um decréscimo no período compreendido entre 2004 e 2007. No período compreendido entre 2007 e 2013 o n.º de pessoas inscritas no centro de emprego cresceu, atingindo os 1.782 indivíduos, o que corresponde a 9% da população residente do concelho. Nesse intervalo, ocorreu um ligeiro decréscimo da população inscrita no centro de emprego, mais propriamente no período entre 2010 e 2011.

A partir de 2013 a população inscrita no centro de emprego tem vindo a decrescer significativamente, passando dos 9% da população residente do concelho, com 1.782 inscritos, para 5,53% da população residente com 1.061 inscritos no centro de emprego.

Embora os dados da informação relativa à população inscrita no centro de emprego por cada mês não estejam refletidos nesta ficha indicador, a evolução da população inscrita no centro de emprego por cada mês consultada no IEPF apresenta-se constante, indicando que não existem períodos sazonais na procura de emprego em Celorico de Basto.

## Taxa de Desemprego

Código 1.1.7.4

Tendência



**Eixo Socioeconómico**  
**Domínio** Condições sociais  
**Área temática** Emprego

**Unidade de Análise** N.º  
**Periodicidade** Decenal

### Descrição/ Metodologia

Avaliar o peso da população desempregada sobre o total da população ativa.

A taxa de desemprego representa o número de desempregados por cada 100 ativos. Os ativos são a mão-de-obra disponível para trabalhar, incluindo-se na população ativa os trabalhadores que estão empregados e desempregados.

### Fonte

INE, Recenseamento da população e habitação

### Objetivos e Metas

Objetivos de sustentabilidade - Estimular a diversificação económica e a criação de novos postos de trabalho.

### Documentos/ Metas de Referência Estratégica

Programa Nacional de Reformas (PNR) 2016-2020

Estratégia e Plano de Ação para a Empregabilidade Digital (2015-2020)

## DADOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA

Gráfico 45: Taxa de desemprego (%) por local de residência, Celorico de Basto (2001 e 2011)

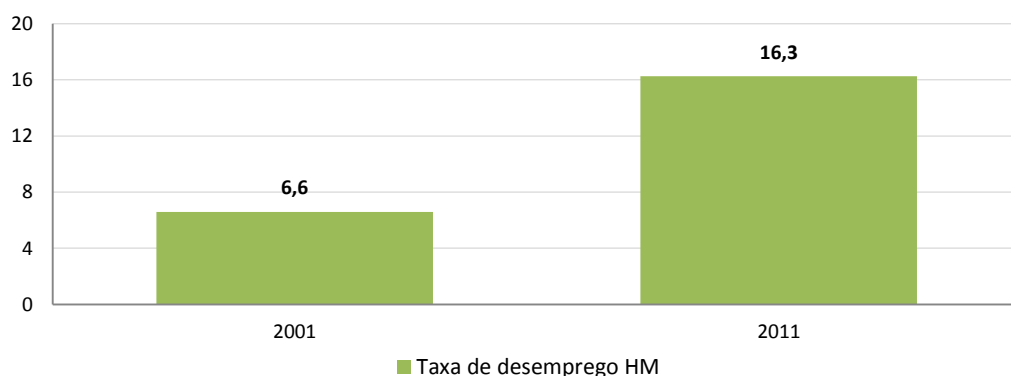
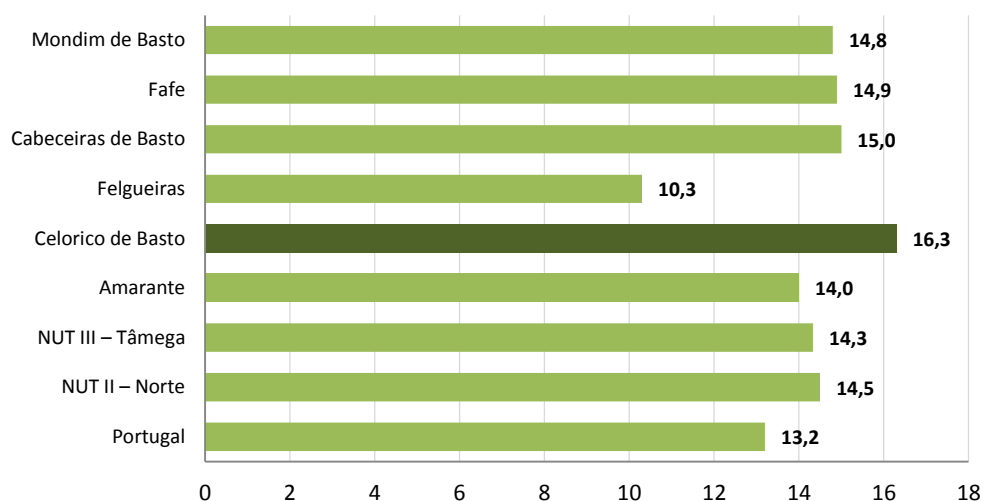
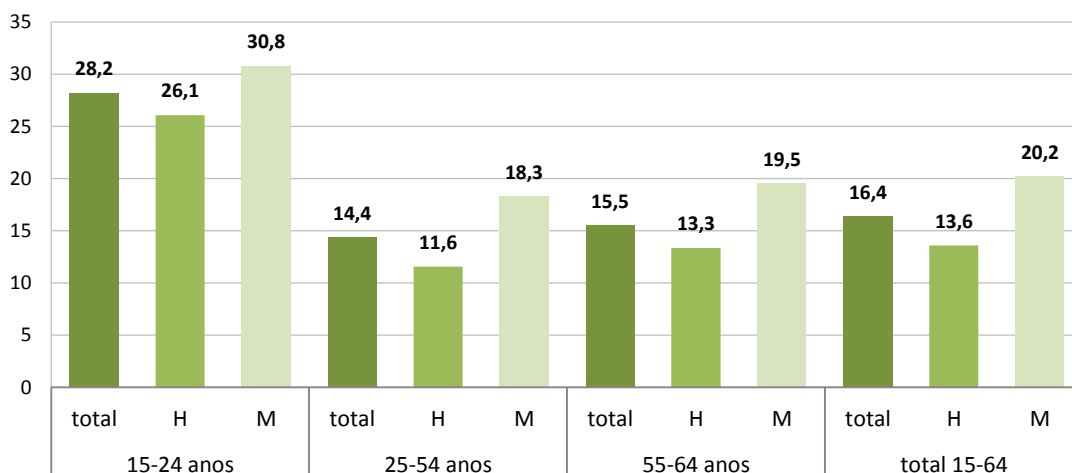


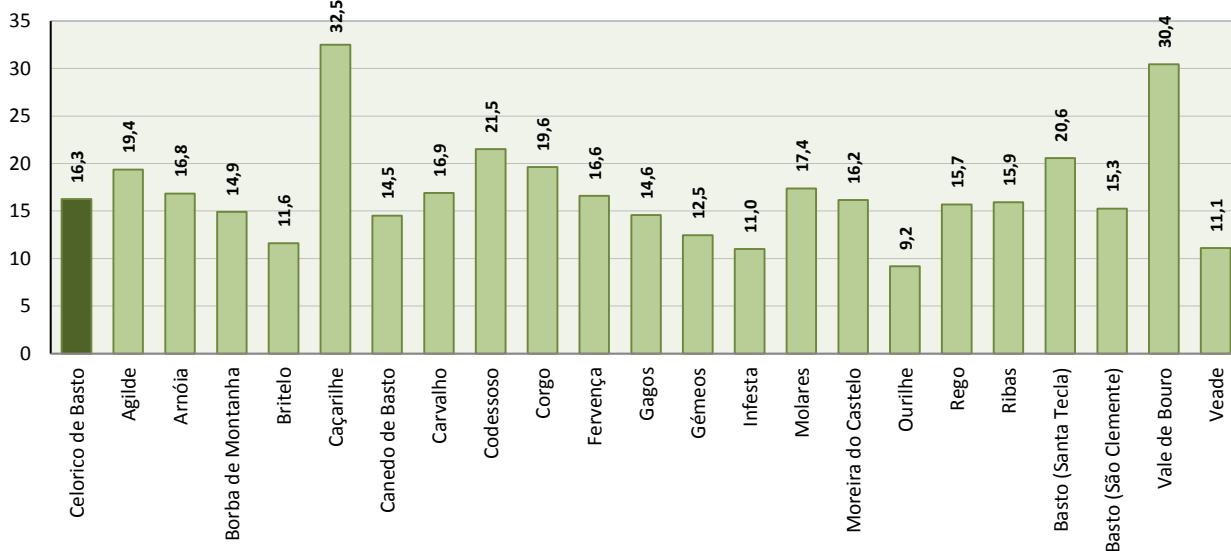
Gráfico 46: Taxa de desemprego (%) por local de residência, nos concelhos limítrofes ao de Celorico de Basto, NUTIII – Tâmega, NUT II – Norte e Portugal (2011)



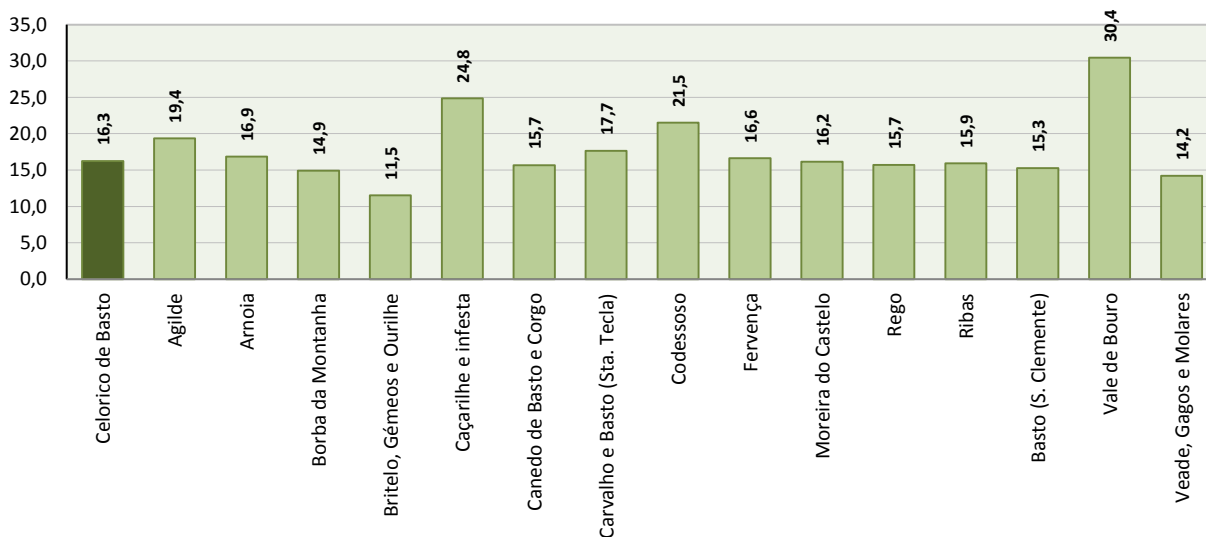
**Gráfico 47: Taxa de desemprego (%) por grupos etários, por local de residência, Celorico de Basto – 2011**



**Gráfico 48: Taxa de desemprego (%) por local de residência, Celorico de Basto, por freguesias (2011)**



**Gráfico 49: Taxa de desemprego (%) por local de residência, Celorico de Basto, por freguesias, de acordo com a Reorganização Administrativa do Território das Freguesias em 2013 (2011)**



## ANÁLISE SUMÁRIA

Em 2011, os dados dos censos apresentavam para o Concelho de Celorico de Basto uma taxa de desemprego que atingia os 16,3% da população ativa no concelho, valor superior ao observado no recenseamento de 2001 que registava 6,6%. Estes valores são o reflexo das condições económicas que o país atravessava e continua a atravessar ainda em certa parte, condicionando a evolução do emprego (crise financeira de 2008).

Comparando a taxa de desemprego do concelho Celorico de Basto com os concelhos limítrofes, em 2011, verifica-se que este concelho apresenta a taxa de desemprego mais elevada (16,3%) ultrapassando também a taxa de desemprego da média de Portugal (13,2%) e da NUT III – Tâmega (14,3%).

Numa análise à taxa de desemprego em Celorico de Basto, por grupos etários, em 2011, verifica-se que a taxa de desemprego é maior na população mais jovem dos 15 aos 24 anos (28,2%), seguida da população dos 55 aos 64 anos (15,5%). A população ativa desempregada dos 25 aos 54 anos possui uma taxa de desemprego de 14,4%. Em todos os grupos etários em análise, as mulheres são as que possuem uma percentagem maior em situação de desemprego.

No que se refere à taxa de desemprego por freguesias e considerando a Reorganização Administrativa do Território das Freguesias, verifica-se que em 2011 as freguesias com maior taxa de desemprego eram as freguesias do Vale de Bouro (30,4%), UF de Caçarilhe Infesta (24,8%) e Codessoso (21,5%). Pelo contrário, a freguesia com menor taxa de desemprego era a UF de Britelo, Gémeos e Ourilhe com 11,5%.



## Nível de escolaridade da população empregada

Código 1.1.7.5

Tendência ▲

**Eixo Socioeconómico**  
**Domínio** Condições sociais  
**Área temática** Emprego

**Unidade de Análise** N.º  
**Periodicidade** Decenal

### Descrição/ Metodologia

Avaliar o nível de escolaridade da população empregada no concelho de Celorico de Basto.

### Fonte

INE, Recenseamento da população e habitação

### Objetivos e Metas

Objetivos de sustentabilidade - Estimular a diversificação económica e a criação de novos postos de trabalho.

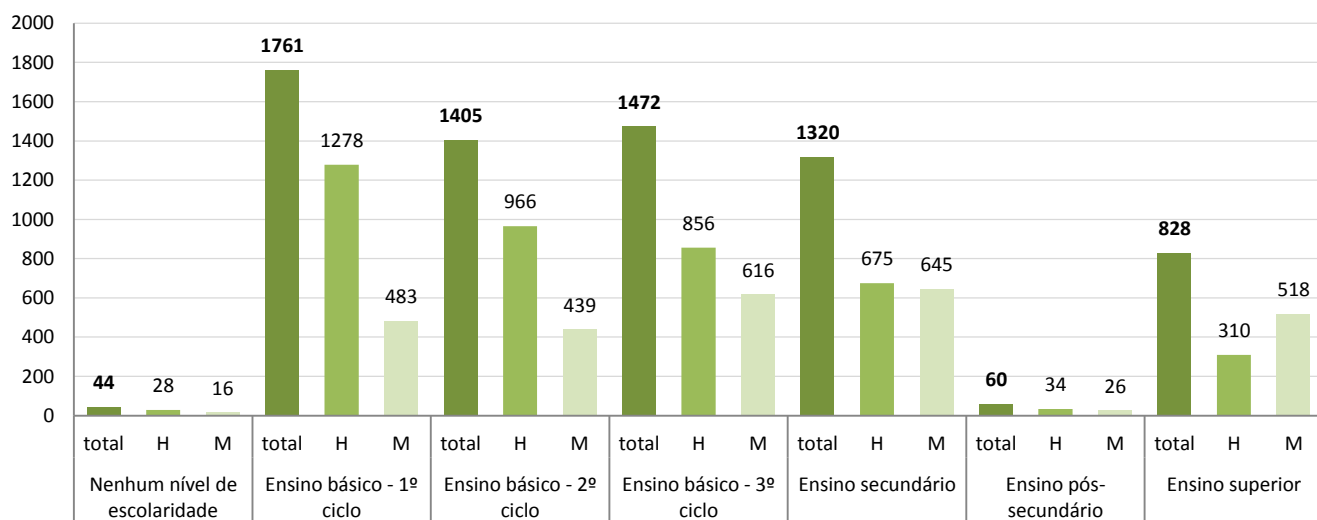
### Documentos/ Metas de Referência Estratégica

Programa Nacional de Reformas (PNR) 2016-2020

Estratégia e Plano de Ação para a Empregabilidade Digital (2015-2020)

## DADOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA

Gráfico 50: Nível de escolaridade da população empregada (N.º) por sexos, por local de residência, Celorico de Basto – 2011



Dados de acordo com a versão 2002 da Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS).

Quadro 50: Nível de escolaridade da população empregada (N.º), nos concelhos limítrofes ao de Celorico de Basto, NUTIII – Tâmega, NUT II – Norte e Portugal (2011)

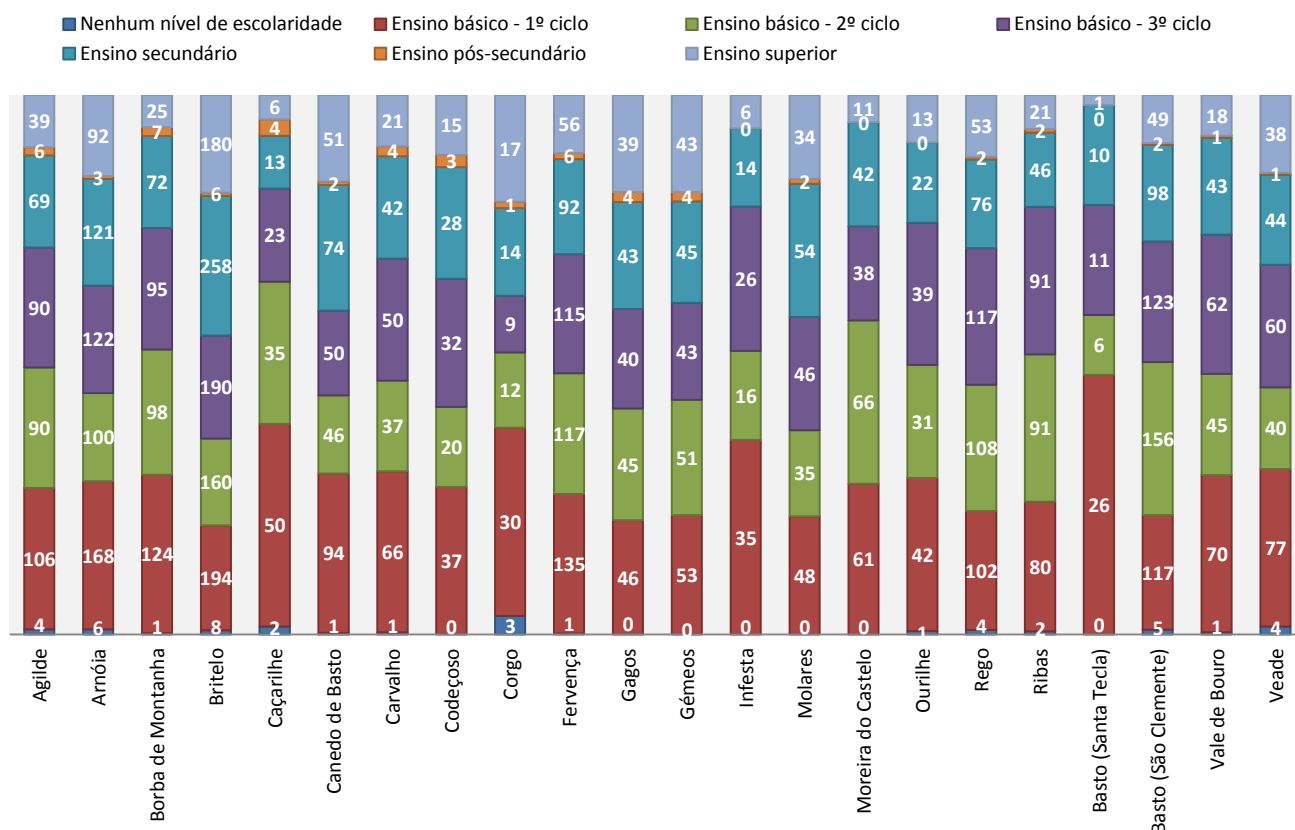
Unidade Territorial	Nível de escolaridade da população empregada							
	Nenhum nível de escolaridade	Ensino básico - 1º ciclo	Ensino básico - 2º ciclo	Ensino básico - 3º ciclo	Ensino secundário	Ensino pós-secundário	Ensino superior	
Portugal	45428	729651	519818	812027	1070989	60442	1122832	
NUT II – Norte	13175	288215	235001	290047	323956	17697	333792	
NUT III – Tâmega*	2345	58439	45656	46618	39000	1916	25675	
Celorico de Basto (1)	<b>44</b>	<b>1761</b>	<b>1405</b>	<b>1472</b>	<b>1320</b>	<b>60</b>	<b>828</b>	
Concelhos limítrofes	Amarante (1)	219	6032	3257	4320	4062	222	3478
	Felgueiras (1)	259	7716	5415	5942	4573	206	2605
	Cabeceiras de Basto (2)	65	1260	1230	1159	1146	65	817
	Fafe (2)	147	4114	4811	3984	3582	148	3094
	Mondim de Basto (2)	22	632	434	414	478	36	310

\*Dados de acordo com a versão 2002 da Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS).

(1) Pertence à NUT III – Tâmega e Sousa

(2) Pertence à NUT III – Ave

**Gráfico 51: Nível de escolaridade da população empregada (N.º), por local de residência, Celorico de Basto, por freguesias - 2011**



### ANÁLISE SUMÁRIA

Em 2011, os dados dos censos apresentavam para o Concelho de Celorico de Basto uma população com níveis de escolaridade a indicar que o maior número de pessoas empregadas possui o 1º ciclo do ensino básico (1761 indivíduos), logo seguida de pessoas empregadas com o 3º ciclo do ensino básico (1472 indivíduos). O número de indivíduos empregados com o ensino superior é de 828, sendo que, ao contrário dos restantes níveis de escolaridade em que existem mais homens empregados, existem mais mulheres empregadas com o ensino superior.

Comparando o nível de escolaridade da população empregada do concelho Celorico de Basto com os concelhos limítrofes, em 2011, verifica-se que em todos os concelhos o maior número de pessoas empregadas possui o 1º ciclo do ensino básico, à exceção de Fafe em que o maior número de pessoas empregadas possui o 2º ciclo do ensino básico.

Comparando com a média de Portugal e com a média dos concelhos que compõem a NUT II - Norte, os dados são diferentes e indicam que o maior número de pessoas empregadas possui o ensino secundário.

A análise ao gráfico do nível de instrução da população empregada por freguesias, em 2011, representa o peso percentual de cada nível de instrução da população para cada uma das freguesias do concelho.

Verifica-se que em todas as freguesias, o nível de instrução da população empregada com o 1º ciclo do ensino básico é o que predomina, sendo mais acentuado nas freguesias de Basto (Santa Tecla), Caçarilhe, Corgo e Infesta. Britelo é a freguesia onde o predomínio do nível de instrução da população empregada com o 1º ciclo do ensino básico é o mais baixo. Em contrapartida, Britelo é a freguesia que possui mais peso percentual do nível da instrução da população empregada com o ensino secundário. Também é em Britelo, acompanhada das freguesias do Corgo, Gagos e Gémeos que o peso percentual do nível de instrução da população empregada com o ensino superior é o mais elevado.

**N.º de empresas (por setor de atividade e escalão do pessoal ao serviço)**

Código 1.2.1.1

Tendência ▲

Eixo Socioeconómico

Domínio Atividades económicas

Área temática Empresas e estabelecimentos

Unidade de Análise N.º

Periodicidade Anual

**Descrição/ Metodologia**

Empresas (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual.

Empresa - Entidade jurídica (pessoa singular ou coletiva) correspondente a uma unidade organizacional de produção de bens e/ou serviços, usufruindo de uma certa autonomia de decisão, nomeadamente quanto à afetação dos seus recursos correntes. Uma empresa pode exercer uma ou várias atividades, em um ou em vários locais.

**Fonte**

INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE)

**Objetivos e Metas**

Objetivos de sustentabilidade - Estimular a diversificação económica e a criação de novos postos de trabalho.

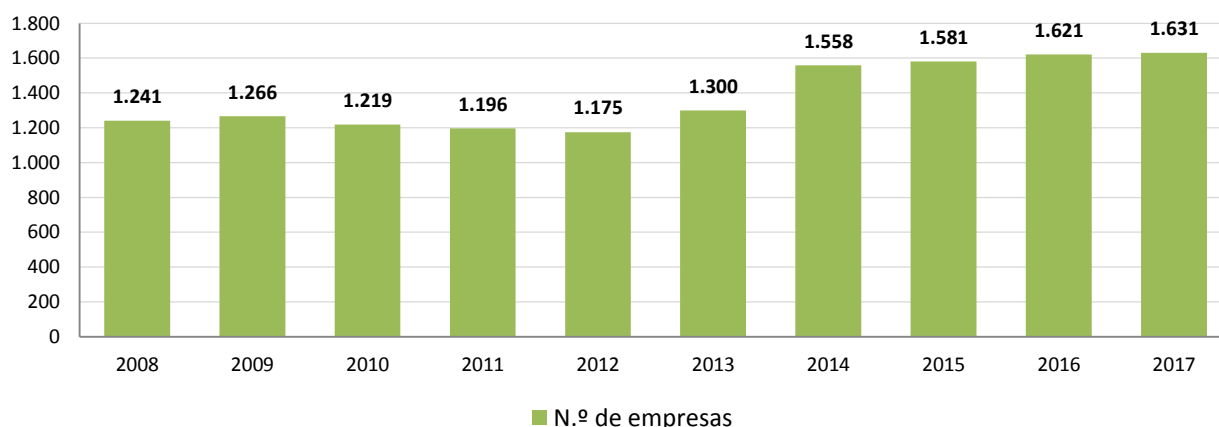
**Documentos/ Metas de Referência Estratégica**

Programa Nacional de Reformas (PNR) 2016-2020

Estratégia e Plano de Ação para a Empregabilidade Digital (2015-2020)

**DADOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA**

**Gráfico 52: Evolução do n.º de empresas, por localização geográfica, Celorico de Basto (2008 - 2017)**



**Quadro 51: Evolução do n.º de empresas, por localização geográfica, nos concelhos limítrofes ao de Celorico de Basto, NUTIII – Tâmega, NUT II – Norte e Portugal (2008 - 2017)**

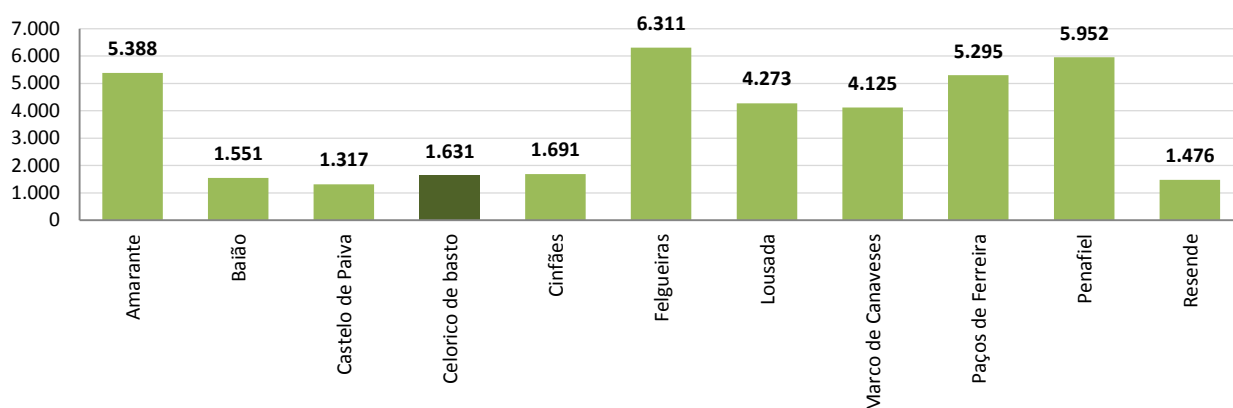
Unidade Territorial	N.º de empresas										Variação 2011-2017	
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017		
<b>Portugal</b>	1.235.989	1.199.843	1.145.390	1.113.559	1.065.173	1.098.409	1.128.258	1.163.082	1.196.102	1.242.693	11,60	
<b>NUT II – Norte</b>	388.722	379.271	366.595	361.159	348.819	374.475	386.677	396.653	405.518	418.082	15,76	
<b>NUT III – Tâmega e Sousa*</b>	35.107	34.469	33.525	33.462	32.666	34.622	35.739	36.911	37.531	39.010	16,58	
<b>Celorico de Basto (1)</b>	<b>1.241</b>	<b>1.266</b>	<b>1.219</b>	<b>1.196</b>	<b>1.175</b>	<b>1.300</b>	<b>1.558</b>	<b>1.581</b>	<b>1.621</b>	<b>1.631</b>	<b>36,37</b>	
Concelhos limítrofes	Amarante (1)	4.966	4.878	4.699	4.657	4.454	4.780	4.981	5.075	5.186	5.388	15,70
	Felgueiras (1)	5.403	5.210	5.067	5.181	5.206	5.668	5.825	5.982	6.081	6.311	21,81
	Cabeceiras de Basto (2)	1.271	1.286	1.213	1.217	1.193	1.366	1.404	1.432	1.488	1.530	25,72
	Fafe (2)	4.782	4.604	4.396	4.294	4.183	4.223	4.370	4.583	4.673	4.815	12,13
	Mondim de Basto (2)	493	490	474	473	450	572	660	675	668	702	48,41

\*Dados de acordo com a versão 2013 da Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS).

(1) Pertence à NUT III – Tâmega e Sousa

(2) Pertence à NUT III – Ave

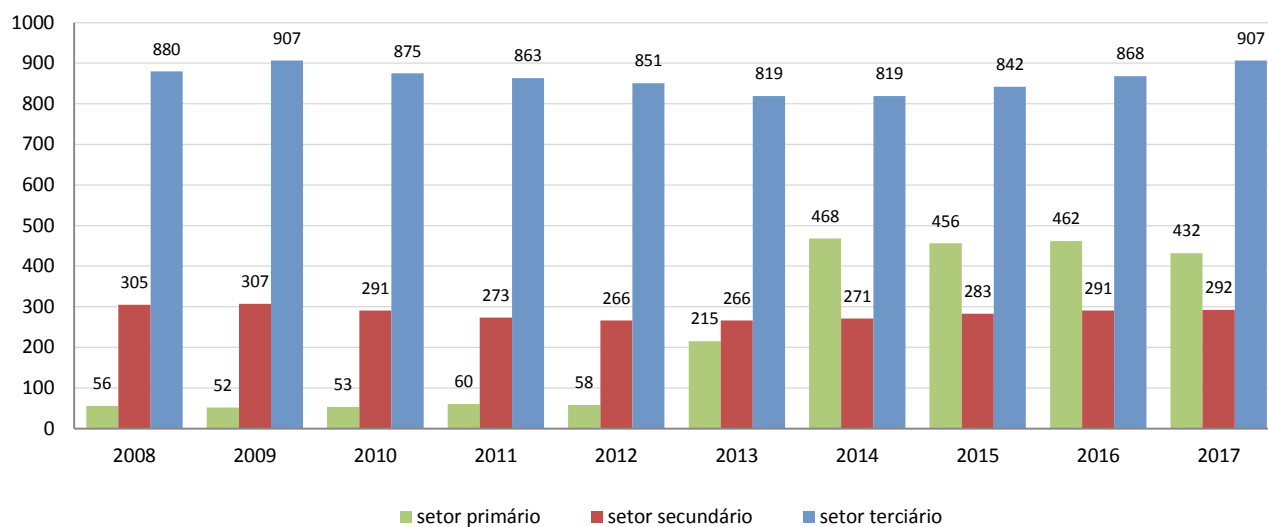
Gráfico 53: Evolução do n.º de empresas, por localização geográfica, Nut III – Tâmega e Sousa (2017)



Quadro 52: N.º de empresas e escalão de pessoal ao serviço, por localização geográfica, Nut III – Tâmega e Sousa (2017)

Unidade Territorial	N.º de empresas e escalão de pessoal ao serviço (2017)				
	Total	Pequenas e médias empresas (PME)			Grandes 250 e mais pessoas
		menos de 10 pessoas	10 - 49 pessoas	50 -249 pessoas	
<b>NUT III – Tâmega e Sousa</b>	39010	36541	2062	396	11
Amarante	5388	5140	216	32	0
Baião	1551	1492	51	8	0
Castelo de Paiva	1317	1264	44	9	0
<b>Celorico de Basto</b>	<b>1631</b>	<b>1573</b>	<b>52</b>	<b>5</b>	<b>1</b>
Cinfães	1691	1630	52	9	0
Felgueiras	6311	5759	430	120	2
Lousada	4273	3941	280	51	1
Marco de Canaveses	4125	3800	270	54	1
Paços de Ferreira	5295	4885	357	50	3
Penafiel	5952	5599	292	58	3
Resende	1476	1458	18	0	0

Gráfico 54: Evolução do n.º de empresas por setor de atividade, Celorico de Basto (2008 - 2017)



**Quadro 53: Evolução do n.º de empresas por setor de atividade e classificação da atividade económica (Divisão - CAE Rev. 3), Celorico de Basto (2008 - 2017)**

Setor de atividade	Atividade económica (CAE Rev. 3)	N.º de empresas								
		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	% 2017
<b>Primário</b>	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	53	60	58	215	468	456	462	432	26,49
<b>Secundário</b>	Indústrias extrativas	1	0	0	0	0	0	0	0	0
	Indústrias transformadoras	117	110	110	111	120	124	121	122	7,48
	Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	2	2	4	3	2	3	6	6	0,37
	Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	4	4	4	3	2	2	2	2	0,12
	Construção	167	157	148	149	147	154	162	162	9,93
<b>Terciário</b>	Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	321	312	315	306	305	300	300	309	18,95
	Transportes e armazenagem	48	47	47	49	46	45	47	49	3,00
	Alojamento, restauração e similares	120	118	118	114	115	124	126	129	7,91
	Atividades de informação e de comunicação	3	4	4	7	6	5	6	6	0,37
	Atividades imobiliárias	26	21	21	17	16	19	22	22	1,35
	Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	82	88	85	76	81	84	90	96	5,89
	Atividades administrativas e dos serviços de apoio	73	72	79	77	78	81	86	88	5,40
	Educação	88	74	59	64	48	48	45	45	2,76
	Atividades de saúde humana e apoio social	65	73	67	55	62	67	75	82	5,03
	Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	2	6	5	3	8	10	9	10	0,61
Outras atividades de serviços	47	48	51	51	54	59	62	71	4,35	

**Quadro 54: Evolução do n.º de empresas por setor de atividade - primário e secundário e classificação da atividade económica e sua desagregação (Divisão - CAE Rev. 3), Celorico de Basto (2008 - 2017)**

Setor de atividade	Atividade económica (CAE Rev. 3)	N.º de empresas								
		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	% 2017
<b>Primário</b>	<b>Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca</b>	<b>53</b>	<b>60</b>	<b>58</b>	<b>215</b>	<b>468</b>	<b>456</b>	<b>462</b>	<b>432</b>	<b>26,49</b>
	Agricultura, produção animal, caça e atividades dos serviços relacionados	43	49	49	202	446	446	448	418	25,63
	Silvicultura e exploração florestal	10	11	9	13	10	10	14	14	0,86
<b>Secundário</b>	<b>Indústrias extrativas</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
	<b>Indústrias transformadoras</b>	<b>117</b>	<b>110</b>	<b>110</b>	<b>111</b>	<b>120</b>	<b>124</b>	<b>121</b>	<b>122</b>	<b>7,48</b>
	Indústrias alimentares	8	9	8	9	10	10	9	8	0,49
	Indústria das bebidas	8	7	8	6	10	10	11	11	0,67
	Fabricação de têxteis	4	4	3	3	3	3	3	3	0,18
	Indústria do vestuário	31	27	25	26	27	27	25	26	1,59
	Indústria do couro e dos produtos do couro	6	6	7	10	14	14	14	15	0,92
	Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras, exceto mobiliário; Fabricação de obras de cestaria e de espartaria	17	18	17	19	19	19	19	18	1,10
	Impressão e reprodução de suportes gravados	1	1	2	2	1	1	2	2	0,12
	Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais, exceto produtos farmacêuticos	3	2	2	2	3	3	3	3	0,18
	Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas	1	0	0	0	0	0	0	0	0
	Fabricação de outros produtos minerais não metálicos	9	7	6	6	8	8	6	8	0,49
	Indústrias metalúrgicas de base	0	1	2	2	2	2	2	2	0,12
	Fabricação de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos	24	24	25	21	20	20	20	18	1,10
	Fabricação de máquinas e de equipamentos, n.e.	1	0	1	1	1	1	1	1	0,06
	Fabrico de mobiliário e de colchões	2	2	2	2	2	2	2	2	0,12
	Outras indústrias transformadoras	1	1	1	1	1	1	2	3	0,18
	Reparação, manutenção e instalação de máquinas e equipamentos	1	1	1	1	3	3	2	2	0,12
	<b>Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>4</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>6</b>	<b>6</b>	<b>0,37</b>
	<b>Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>0,12</b>
<b>Construção</b>	<b>167</b>	<b>157</b>	<b>148</b>	<b>149</b>	<b>147</b>	<b>154</b>	<b>162</b>	<b>162</b>	<b>9,93</b>	

## ANÁLISE SUMÁRIA

Numa análise à estrutura empresarial do concelho de Celorico de Basto, nos últimos dados censitários (2011), contabilizou-se um total de 1.196 empresas. Os últimos dados disponibilizados em 2017 contabilizavam 1.631 empresas, com um crescimento de 36,37% relativamente ao ano de 2011, verificado sobretudo no setor terciário.

Segundo o Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE) essas 1.631 empresas, sediadas em 2017 no concelho de Celorico de Basto, corresponde uma densidade de empresas de 9,0 empresas por km<sup>2</sup>.

Dos anos em análise, desde 2008 que o setor terciário mantém a sua posição dominante, concentrando um número de empresas sediadas no concelho que variam entre as 880 empresas em 2008 e as 907 empresas em 2017.

O Setor primário tem vindo a aumentar, ultrapassando, a partir de 2014, o setor secundário. Este setor concentrava, em 2014, 30% das empresas e em 2015, 28,85% das empresas sediadas no concelho. Entre 2015 e 2016 o número de empresas neste setor manteve-se estável. Em 2017 sofreu um decréscimo de 30 empresas, face ao ano 2016. Entre 2008 e 2012 manteve-se estável, com o número de empresas a variar entre as 56 e as 60.

O setor secundário representa aquele que mantém um número mais estável de empresas, variando entre as 305 em 2008 e as 292 empresas em 2017.

Os últimos dados disponibilizados em 2017 face ao ano 2011 (Censos) mostram no concelho de Celorico de Basto um aumento de 36,37%.

Comparando o número de empresas do concelho de Celorico de Basto com os concelhos limítrofes, a tendência verificada é de um aumento anual generalizado do número de empresas. Os últimos dados disponibilizados em 2017 relativamente ao ano de 2011 (censos), mostram um aumento do número de empresas, mais acentuado nos concelhos de Mondim de Basto (aumento de 48,41%) seguido de Cabeceiras de Basto (25,72%) e Felgueiras (21,81%). Amarante e Fafe possuem um aumento mais ténue do n.º de empresas, na ordem dos 15,70% e 12,13% respetivamente. De realçar que esse facto não significa que tenha havido uma desaceleração da economia dos concelhos, pois também entram outros fatores como por exemplo o fator da produtividade económica.

Celorico de Basto contribui com cerca de 4,18% das empresas sediadas na NUT III – Tâmega e Sousa, acompanhado por concelhos com uma economia mais rural como Baião (3,98%), Castelo de Paiva (3,38%), Cinfães (4,33%) e Resende (3,78%). Os concelhos mais industrializados da NUT III contribuem com um peso mais expressivo. São eles, Felgueiras (16,18%), Penafiel (15,26%), Amarante (13,81%) e Paços de Ferreira (13,57%).

As empresas em Celorico de Basto, em 2017, possuem praticamente todas menos de 10 funcionários (96,44%) sendo entendidas como pequenas empresas do tipo familiar. Apenas 52 empresas (3,19%) possuem entre 10 e 49 funcionários. Residualmente 5 empresas (0,31%) possuem entre 50 e 249 pessoas e 1 empresa apenas possui mais de 250 funcionários.

Observando o número de empresas por classificação da atividade económica (CAE Rev. 3), em 2017, verifica-se que 26,49% (432 empresas) do total das empresas com sede no concelho de Celorico de Basto estão classificadas com a atividade “Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca”. Este aumento acentuado iniciou-se em 2013 e tem vindo a aumentar até 2015. A partir de 2015 esse valor tem vindo a estabilizar (2016) e mesmo sofrer um decréscimo (2017). Neste setor primário, 25,63% são relativos a empresas ligadas à “agricultura, produção animal, caça e atividades dos serviços relacionados”. Apenas 0,86% dizem respeito a empresas ligadas à “Silvicultura e exploração florestal”

Seguem-se as empresas com atividade “Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos” com 18,95% do total de empresas (309 empresas), as empresas com atividade “construção” com 9,93% (162 empresas); as empresas com as atividades “indústrias transformadoras” e “Alojamento, restauração e similares” que representam 7,48% do total de empresas (122 empresas).

Em síntese, assiste-se no concelho de Celorico de Basto a um aumento do número de empresas, sendo a sua economia marcadamente rural. Este indicador, acompanhado pela dinâmica económica do concelho, releva-se importante para a definição de estratégias de desenvolvimento do território do município.

## N.º de estabelecimentos

Código 1.2.1.2

Tendência ▲

Eixo Socioeconómico

Domínio Atividades económicas

Área temática Empresas e estabelecimentos

Unidade de Análise N.º

Periodicidade Anual

### Descrição/ Metodologia

Estabelecimentos (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Atividade económica (CAE Rev. 3).

Estabelecimento - empresa ou parte de uma empresa (fábrica, oficina, mina, armazém, loja, entreposto, etc.) situada num local topograficamente identificado. Nesse local ou a partir dele exercem-se atividades económicas para as quais, regra geral, uma ou várias pessoas trabalham (eventualmente a tempo parcial), por conta de uma mesma empresa.

### Fonte

INE, Sistema de contas integradas das empresas

### Objetivos e Metas

Avaliar se as sedes das empresas constituídas se mantêm no concelho.

Objetivos de sustentabilidade - Estimular a diversificação económica e a criação de novos postos de trabalho.

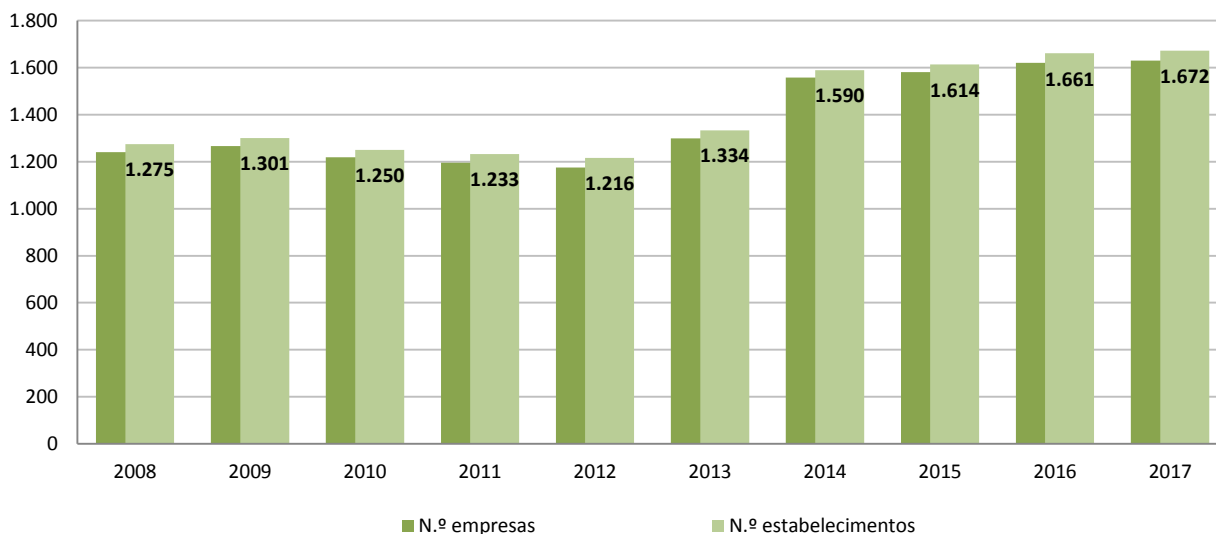
### Documentos/ Metas de Referência Estratégica

Programa Nacional de Reformas (PNR) 2016-2020

Estratégia e Plano de Ação para a Empregabilidade Digital (2015-2020)

## DADOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA

Gráfico 55: Evolução do n.º de estabelecimentos, por localização geográfica, Celorico de Basto (2008 - 2017)



## ANÁLISE SUMÁRIA

A análise do indicador do n.º de estabelecimentos instalados no concelho de Celorico de Basto permite avaliar se as sedes das empresas constituídas se mantêm no concelho.

Pela análise do gráfico com a evolução do n.º de estabelecimentos, no período compreendido entre 2008 e 2017, verifica-se que o n.º de estabelecimentos vem acompanhando proporcionalmente o n.º de empresas, pelo que esta evolução revela que as sedes das empresas se mantêm no concelho. Podemos também concluir que existem empresas com mais que um estabelecimento instalado no concelho.

## População empregada por setores de atividade (inclui População empregada por situação na profissão)

Código 1.2.2.1

Tendência

Eixo Socioeconómico

Domínio Atividades económicas

Área temática Emprego por setores de atividade

unidade de Análise N.º / %

Periodicidade Decenal

### Descrição/ Metodologia

Avaliar a população empregada no concelho de Celorico de Basto por setores de atividade.

### Fonte

INE, Recenseamento da população e habitação

### Objetivos e Metas

Objetivos de sustentabilidade - Estimular a diversão económica e a criação de novos postos de trabalho.

### Documentos/ Metas de Referência Estratégica

Programa Nacional de Reformas (PNR) 2016-2020

Estratégia e Plano de Ação para a Empregabilidade Digital (2015-2020)

## DADOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA

Gráfico 56: População empregada por setores de atividade, por local de residência, Celorico de Basto (1960 a 2011)

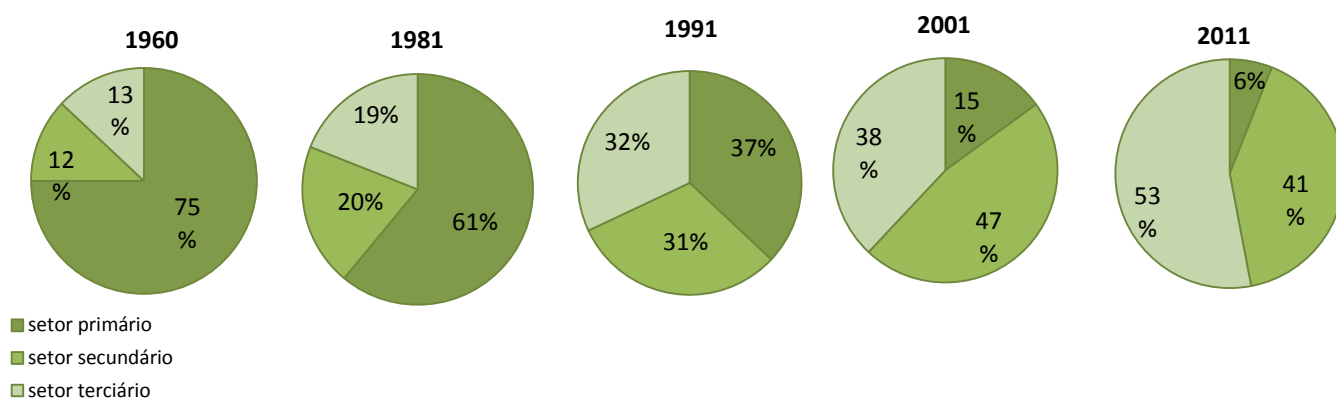
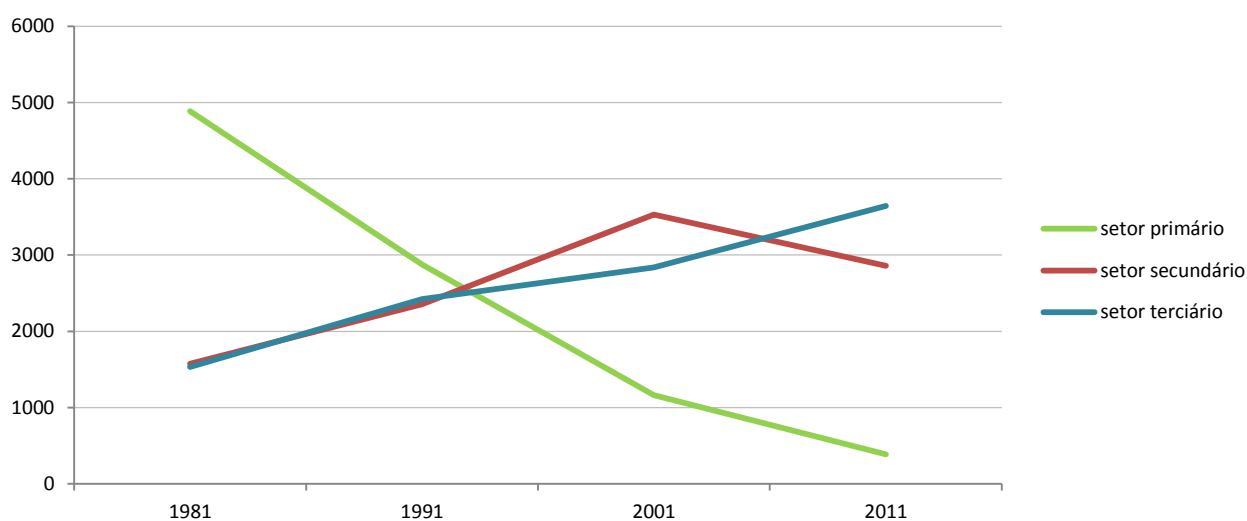


Gráfico 57: Evolução da população empregada por setores de atividade, por local de residência, Celorico de Basto (1981 a 2011)





**Quadro 55: População empregada por setores de atividade, por local de residência, nos concelhos limítrofes ao de Celorico de Basto, NUT III – Tâmega e Sousa, NUT II – Norte e Portugal (2001 e 2011)**

Unidade Territorial	População empregada por setores de atividade						
	2001			2011			
	Primário (%)	Secundário (%)	Terciário (%)	Primário (%)	Secundário (%)	Terciário (%)	
Portugal	5,0	35,1	59,9	3,1	26,5	70,4	
NUT II – Norte	4,8	45,7	49,5	2,9	35,5	61,6	
NUT III – Tâmega e Sousa*	5,0	59,8	35,2	2,5	51,1	46,4	
Celorico de Basto (1)	<b>15,4</b>	<b>46,9</b>	<b>37,7</b>	<b>5,6</b>	<b>41,5</b>	<b>52,9</b>	
Concelhos limítrofes	Amarante (1)	4,9	51,8	43,3	2,8	44,0	53,2
	Felgueiras (1)	3,1	70,1	26,8	1,6	60,1	38,3
	Cabeceiras de Basto (2)	12,6	44,2	43,2	7,3	35,4	57,3
	Fafe (2)	3,8	60,2	36,0	1,3	49,6	49,1
	Mondim de Basto (2)	21,1	34,5	44,4	9,0	29,9	61,1

\*Dados de acordo com a versão 2013 da Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS).

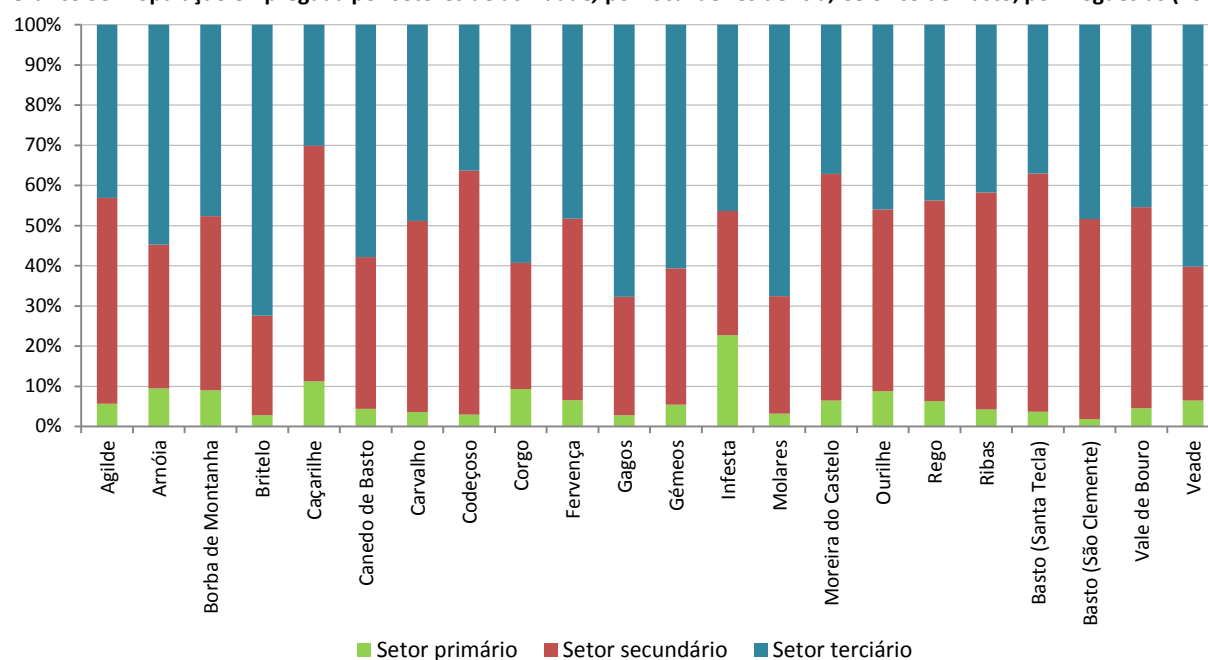
(1) Pertence à NUT III – Tâmega e Sousa

(2) Pertence à NUT III – Ave

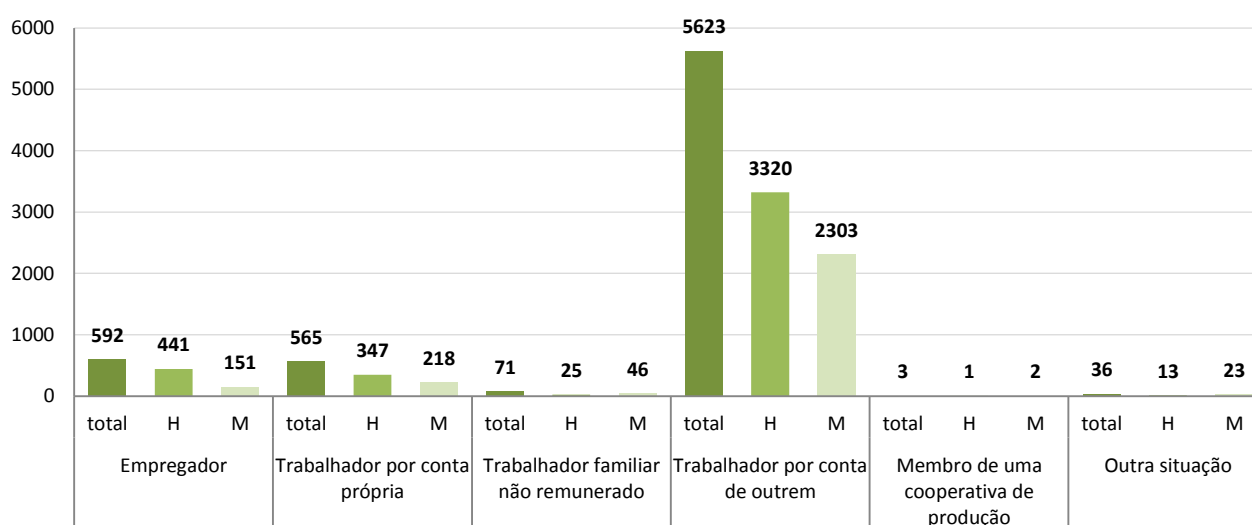
**Quadro 56: População empregada por setor de atividade e por atividade económica (Divisão - CAE Rev. 3), Celorico de Basto (2011)**

Setor de atividade	Atividade económica (CAE Rev. 3)	N.º pessoas empregadas 2011	% de pessoas empregadas 2011
<b>Primário</b>	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	388	5,63
<b>Secundário</b>	Indústrias extrativas	32	0,46
	Indústrias transformadoras	1031	14,96
	Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	42	0,61
	Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	57	0,83
	Construção	1696	24,62
<b>Terciário</b>	Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	861	12,50
	Transportes e armazenagem	177	2,57
	Alojamento, restauração e similares	339	4,92
	Atividades de informação e de comunicação	29	0,42
	Atividades financeiras e de seguros	68	0,99
	Atividades imobiliárias	14	0,20
	Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	162	2,35
	Atividades administrativas e dos serviços de apoio	225	3,27
	Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória	581	8,43
	Educação	460	6,68
	Atividades de saúde humana e apoio social	423	6,14
	Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	22	0,32
	Outras atividades de serviços	97	1,41
	Atividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico e atividades de produção das famílias para uso próprio	185	2,69
	Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	1	0,01
<b>Total</b>		<b>6890</b>	<b>100</b>

**Gráfico 58: População empregada por setores de atividade, por local de residência, Celorico de Basto, por freguesias (2011)**



**Gráfico 59: População empregada por situação na profissão HM, por local de residência, Celorico de Basto (2011)**



### ANÁLISE SUMÁRIA

A caracterização das atividades económicas visa sobretudo conhecer o comportamento da população ativa por sectores de atividade e a sua evolução, no sentido de determinar a importância de cada um dos setores no desenvolvimento concelhio.

Em termos de empregabilidade por setor de atividade, até 1981, a população do concelho de Celorico de Basto dedicava-se essencialmente a atividades económicas ligadas ao setor primário (agricultura, silvicultura). A agricultura desde sempre foi encarada como uma atividade de subsistência e complementar das famílias.

Em 1991 embora o setor primário predominasse no tecido económico do concelho, empregando aproximadamente 37% da população residente em idade ativa, sofreu um decréscimo acentuado face a 1981, na ordem dos 24%. O setor terciário era responsável por 32% e o setor secundário por 31%.

Em 2001 a tendência é de aumento para os setores secundário (mais 16%) e terciário (mais 6%) à custa do primário com 15% apenas de pessoas empregada neste setor.

Em 2011 a população empregada no setor primário continua a decrescer com apenas 6%. A população empregada no setor terciário, pelo contrário, continua a aumentar registando 53%. O setor secundário também teve um decréscimo ligeiro de 6% do número de população empregada.

Comparando a percentagem da população empregada por setores de atividade do concelho de Celorico de Basto com os concelhos limítrofes, no período compreendido entre os anos 2001 e 2011, a tendência generalizada verificada é do decréscimo da população empregada no setor primário e secundário e um aumento da população empregada no setor terciário. A mesma tendência é verificada em Portugal e nas NUT II e III.

No que respeita à população empregada por atividade económica, verifica-se que é o setor da “construção” que tem uma maior representatividade, empregando uma maior proporção de indivíduos (24,62% da população empregada, o que corresponde a 1.696 habitantes). Segue-se o setor das “ indústrias transformadoras” com 14,96% (1.031 habitantes); o setor do “Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos” com 12,50% (861 habitantes), o setor “administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória” com 8,43% (581 habitantes), o setor “educação” com 6,68% (460 habitantes) e o setor das “atividades de saúde humana e apoio social” com 6,14% (423 habitantes).

O setor primário ao nível da “agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” surge em 7.º lugar com 5,63% (388 habitantes).

A análise ao gráfico da população empregada por setores de atividade por freguesias, em 2011, representa o peso percentual da população empregada por setores de atividade para cada uma das freguesias do concelho.

O peso percentual maior do setor primário (agricultura) acontece nas freguesias de Infesta e Caçarilhe, com respetivamente, 22,68% e 11,28%.

No setor terciário o peso percentual da população empregada é maior nas freguesias de Britelo (72,39%), Gagos (67,74%) e Molaes (67,58%). Em contrapartida é menor na freguesia de Caçarilhe (30%).

Relativamente ao peso percentual da população empregada no setor secundário as freguesias onde este é maior são em Codessoso (60,74%); Basto (Santa Tecla) 59,26% e Caçarilhe (58,65%). O peso percentual da população empregada é menor nas freguesias de Britelo (24,80%); Molaes (29,22%); Gagos (29,49%) e Infesta (30,93%).

Como se pode constatar pela análise do gráfico relativo à população empregada no concelho de Celorico de Basto face à sua situação na profissão, cerca de 82% (5623 indivíduos) da população ativa é trabalhador por conta de outrem. Apenas 8, 20% (565 indivíduos) é trabalhador por conta própria.



Eixo Socioeconómico

Domínio Atividades económicas

Área temática Turismo

Unidade de Análise N.º

Periodicidade Anual

Atualizado: 31-12-2017

**Descrição/ Metodologia**

Empreendimentos Turísticos são estabelecimentos que se destinam a prestar serviços de alojamento, mediante remuneração, dispondo, para o seu funcionamento, de um adequado conjunto de estruturas, equipamentos e serviços complementares. (n.º 1 do artigo 2º do DL 186/2015 de 7 de setembro)

A instalação de Alojamento Local, embora proporcione alojamento temporário com fins lucrativos, não reúne os requisitos para ser considerado empreendimento turístico. (alínea b) do n.º 2 do artigo 2º do DL 186/2015 de 7 de setembro)

**Fonte**

Município de Celorico de Basto (DPSSC e DGU)

Turismo de Portugal, I.P. (<https://rnt.turismodeportugal.pt/RNT/ConsultaRegisto.aspx>)**Objetivos e Metas**

Objetivos de sustentabilidade – Promover a atividade turística em espaço rural e urbano e a captação de produtos turísticos sustentáveis e ainda a criação de postos de trabalho.

**Documentos/ Metas de Referência Estratégica**

Estratégia Turismo 2027

Desafios para uma estratégia a 10 anos deste documento estratégico: Pessoas - Promover o emprego, a qualificação e valorização das pessoas e o aumento dos rendimentos dos profissionais do turismo; coesão - alargar a atividade turística a todo o território e promover o turismo como fator de coesão social; crescimento em valor - ritmo de crescimento mais acelerado em receitas vs dormidas; turismo todo o ano - alargar a atividade turística a todo o ano, para que o turismo seja sustentável; acessibilidades - garantir a competitividade das acessibilidades ao destino Portugal e promover a mobilidade dentro do território; procura - atingir os mercados que melhor respondem aos desafios de crescer em valor e que permitem alargar o turismo a todo o ano e em todo o território; inovação - estimular a inovação e empreendedorismo; sustentabilidade - assegurar a preservação e a valorização económica sustentável do património cultural e natural e da identidade local, enquanto ativo estratégico, bem como a compatibilização desta atividade com a permanência da comunidade local; simplificação - simplificar a legislação e tornar mais ágil a administração; investimento - garantir recursos financeiros e dinamizar o investimento.

**DADOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA****Quadro 57: Alojamento turístico, nas várias tipologias, Celorico de Basto, 2017**

Tipo de empreendimento turístico		N.º de unidade (empreendimento turístico)	N.º de Unidades Alojamento (UA) - quartos	N.º de Unidades Alojamento para mobilidade reduzida	N.º de camas*
Estabelecimento hoteleiro	Hotel	1	42	2	84
Turismo de Habitação		3	27	2	53
Turismo em espaço rural	Casa de Campo	5	33	11	69
	Agro turismo	1	5	0	10
Parque de campismo e caravanismo		1	3***	0	366**

\* Para único efeito da exploração turística e com exceção dos parques de campismo e caravanismo, a capacidade dos empreendimentos é determinada pelo correspondente número de camas fixas instaladas nas UA.

\*\*366 utentes - capacidade é determinada pela área útil destinada a cada utilizador.

\*\*\* Parque de campismo possui 3 bungalows.

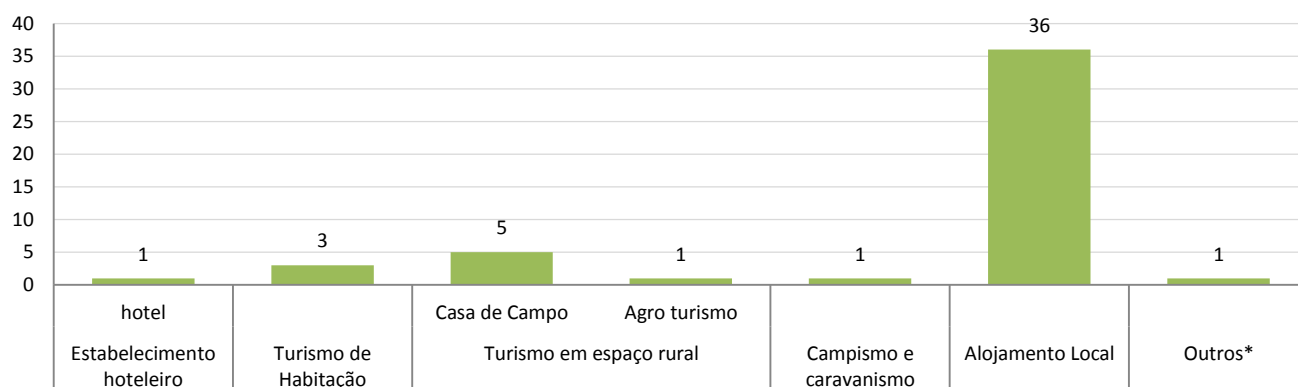
**Quadro 58: Alojamento em Pousada de Juventude, Celorico de Basto, 2017**

Pousada de Juventude (estação de Celorico de Basto)	N.º de Unidade Alojamento (UA) - quartos	N.º de camas	N.º de utentes	Modalidade
Estação de Celorico de Basto	2	4	6	Apartamento
Pousada de Juventude de Celorico de Basto	2	28	28	Quartos múltiplos (camaratas)

**Quadro 59: Número de Estabelecimentos de Alojamento Local, Celorico de Basto, por anos – data de abertura ao público, 2012 – 2017**

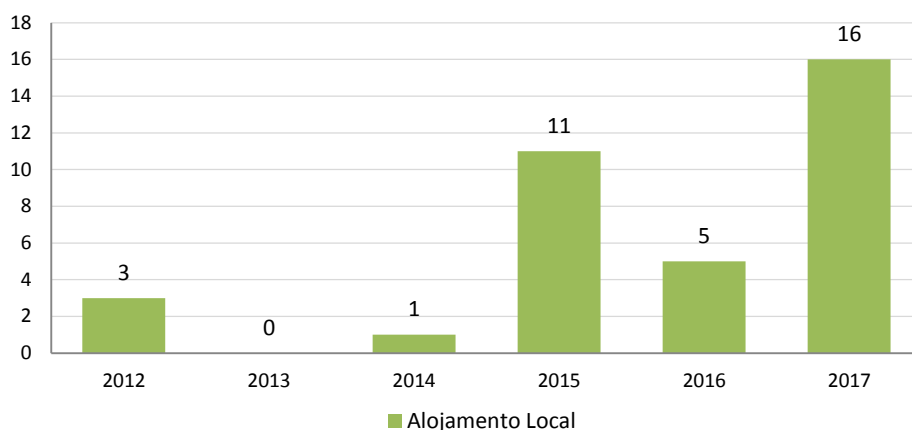
Data abertura ao público	Alojamento Local				Modalidade
	N.º de unidades	N.º de quartos	N.º de camas	N.º de utentes	
2012	3	14	19	28	Moradia
2013	0	0	0	0	Moradia
2014	1	3	5	8	Moradia
2015	11	37	52	81	Moradia – 10/ Estabelecimento de hospedagem - 1
2016	5	17	19	37	Moradia
2017	16	62	83	132	Moradia – 15/ Estabelecimento de hospedagem - 1
<b>Total</b>	<b>36</b>	<b>133</b>	<b>178</b>	<b>286</b>	

**Gráfico 60: Número de alojamentos turísticos, nas várias tipologias, Celorico de Basto, (2017)**



\* Pousada de juventude

**Gráfico 61: Número de Estabelecimentos de Alojamento Local, Celorico de Basto, por anos – data de abertura ao público, 2012 – 2017**



**Quadro 60**

AL por anos	Evolução do N.º de unidades
2012	3
2013	3
2014	4
2015	15
2016	20
2017	36

## ANÁLISE SUMÁRIA

A oferta de alojamento turístico no concelho de Celorico de Basto tem vindo a aumentar, particularmente com o crescimento dos estabelecimentos na natureza de alojamento local.

Em 2017, existia 1 estabelecimento hoteleiro, 3 empreendimentos de turismo de habitação, 6 empreendimentos de turismo no espaço rural e 1 parque de campismo e de caravanismo, totalizando 11 empreendimentos turísticos. O concelho dispõe ainda de uma pousada de juventude.

Conforme referido, o n.º de estabelecimentos de alojamento local tem crescido, atingindo 36 unidades abertas ao público em 2017, sendo que, só em 2015 e 2017 foram abertas 11 e 15 unidades, respetivamente (72% do total de unidades).

## Capacidade dos empreendimentos turísticos e Alojamento local, por tipologia

Código 1.2.3.2

Tendência



Eixo Socioeconómico  
Domínio Atividades económicas  
Área temática Turismo

Unidade de Análise N.º de camas  
Periodicidade Anual

Atualizado: 31-12-2017

### Descrição/ Metodologia

Avaliar a capacidade de alojamento por tipologia.

Registo do n.º de camas por tipo de alojamento - Para único efeito da exploração turística e com exceção dos parques de campismo e caravanismo, a capacidade dos empreendimentos é determinada pelo correspondente número de camas fixas instaladas nas UA.

### Fonte

Município de Celorico de Basto (DPSSC e DGU)

Turismo de Portugal, I.P. (<https://rnt.turismodeportugal.pt/RNT/ConsultaRegisto.aspx>)

### Objetivos e Metas

Objetivos de sustentabilidade – Promover a atividade turística em espaço rural e urbano e a captação de produtos turísticos sustentáveis e ainda a criação de postos de trabalho.

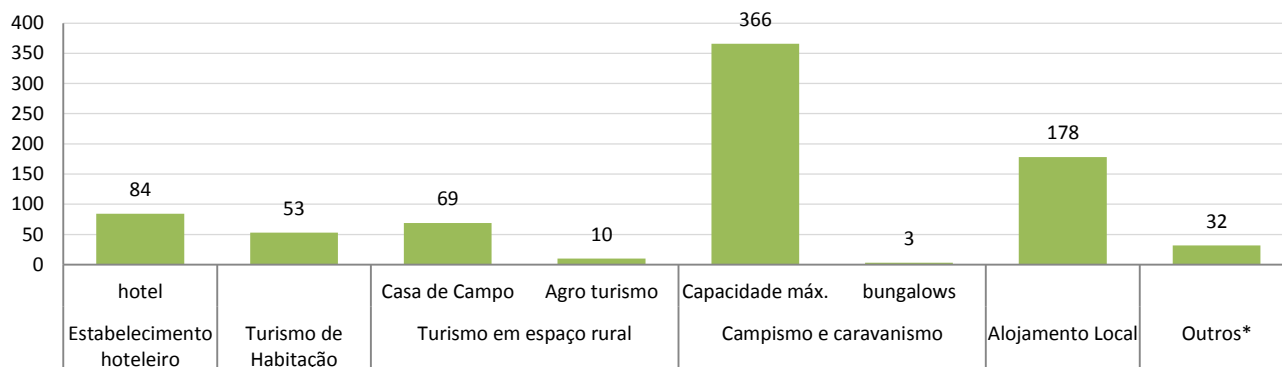
### Documentos/ Metas de Referência Estratégica

Estratégia Turismo 2027.

Metas estratégicas – ver indicador anterior – código 1.2.3.1

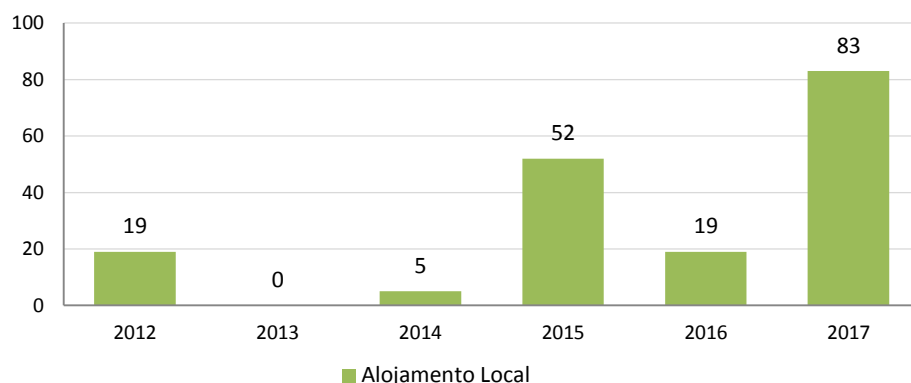
## DADOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA

Gráfico 62: Capacidade dos alojamentos turísticos, nas várias tipologias, Celorico de Basto (2017)



\* Pousada de juventude

Gráfico 63: Capacidade dos estabelecimentos de Alojamento Local, Celorico de Basto, por anos (2012 - 2017)



Quadro 61

AL por anos	Evolução do N.º de camas
2012	19
2013	19
2014	24
2015	76
2016	95
2017	178

## ANÁLISE SUMÁRIA

A capacidade de alojamento turístico é, em 2017, de 760 camas disponíveis, distribuídas pelos 47 estabelecimentos hoteleiros existentes no concelho.

Cerca de 28% (216 camas) é assegurado pelo hotel, Turismo de Habitação e Turismo em Espaço Rural. O parque de campismo representa cerca de 46% da capacidade hoteleira. Por fim o alojamento local representa 22,4% da capacidade hoteleira, com 178 camas.

Se o n.º de estabelecimentos de alojamento local tem crescido, também o seu n.º de camas tem aumentado, de forma mais acentuada a partir do ano 2015 com 76 camas disponíveis até atingir as 178 camas em 2017.

## 8.2 EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS



- 2.1.1.1 N.º de estabelecimentos de ensino
- 2.1.1.2 N.º de alunos nos estabelecimentos de ensino
- 2.1.1.3 N.º de alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE)
- 2.1.2.1 Equipamentos sociais por valências
- 2.1.2.2 Utentes dos Equipamentos Sociais por valências
- 2.1.3.1 N.º de instalações desportivas
- 2.1.3.2 N.º de Parques Infantis
- 2.1.4.1 N.º de Equipamentos Culturais
- 2.1.4.2 Capacidade das salas de cinema, teatro e auditórios
- 2.1.5.1 N.º de Unidades de Saúde
- 2.1.5.2 N.º de Farmácias
- 2.1.6.1 N.º de equipamentos dos Agentes de Segurança e Proteção Civil
  
- 2.2.1.1 Evolução da rede pública de abastecimento de água
- 2.2.2.1 Evolução da rede de drenagem e tratamento de águas residuais
- 2.2.3.1 N.º de ecopontos
- 2.2.4.1 Rede elétrica
- 2.2.5.1 Rede de fibra ótica

**N.º de estabelecimentos de ensino****Código 2.1.1.1****Tendência****Eixo** Equipamentos e Infraestruturas**Domínio** Equipamentos**Área temática** Equipamentos coletivos - Ensino**Unidade de Análise** N.º**Periodicidade** Anual**Descrição/ Metodologia**

N.º de estabelecimentos de ensino no concelho de Celorico de Basto, por nível de ensino: Educação Pré-escolar (Jardins de Infância - JI), 1.º Ciclo Ensino Básico (EB1), 2.º/3.º Ciclo Ensino Básico e Ensino Secundário (EB e EB/S).

Foram considerados apenas os estabelecimentos do serviço público de educação, embora exista um único equipamento de educação da rede privada (Jardim de Infância da Santa Casa da Misericórdia de Arnóia)

**Fonte**

Município de Celorico de Basto (GEEd)

**Objetivos e Metas**

Objetivo de sustentabilidade – Garantir a multifuncionalidade dos espaços urbanos e o acesso a serviços de proximidade.

**Documentos de Referência****DADOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA****Quadro 62: Evolução do n.º de estabelecimentos de ensino, Celorico de Basto (ano letivo 2009/2010 a 2018/2019)**

Ano	JI				EB1				EB			EB/S	Sec Prof			
	TEM	TEG	TECB	Total	TEM	TEG	TECB	Total	TEM	TEG	TECB	TECB	Total	Esc	Prof	Fermil
2009/2010	7	4	4	15	5	6	7	18	1	1	0	1	3	1		
2010/2011	7	4	4	15	5	4	3	12	1	1	0	1	3	1		
2011/2012	7	4	4	15	1	4	2	7	1	1	0	1	3	1		
2012/2013	7	4	4	15	1	4	2	7	1	1	0	1	3	1		
2013/2014	7	4	4	15	1	2	2	5	1	1	0	1	3	1		
2014/2015	7	4	4	15	1	2	2	5	1	1	0	1	3	1		
2015/2016	7	4	4	15	1	2	2	5	1	1	0	1	3	1		
2016/2017	7	4	4	15	1	1	2	4	1	1	0	1	3	1		
2017/2018	7	4	4	15	1	1	2	4	1	1	0	1	3	1		
2018/2019	7	4	4	15	1	1	2	4	1	1	0	1	3	1		



**TEM** - Território educativo da Mota; **TEG** - Território educativo de Gandarela; **TECB** - Território educativo de Celorico de Basto.

**ANÁLISE SUMÁRIA**

Desde 1 de agosto de 2010 que o território educativo do concelho encontra-se organizado num único agrupamento de escolas: Agrupamento de Escolas de Celorico de Basto. Esta organização educativa resultou de um processo de reordenamento e teve como princípio a integração das escolas dos anteriores agrupamentos da Mota, da Gandarela e de Celorico de Basto.

Com base nos dados fornecidos pelo Gabinete de Educação do Município, no ano letivo 2018/2019 funcionam no concelho os seguintes estabelecimentos de ensino público:

- 15 Estabelecimentos de educação pré-escolar (4 JI integrados nos centros escolares);
- 4 Estabelecimentos do 1.º ciclo, designados de “centros escolares”;
- 3 Estabelecimentos do 2.º e 3.º ciclo e do ensino secundário;
- 1 Estabelecimento do ensino secundário na vertente profissional.

Desde o período letivo 2009/2010, em análise, que todos os estabelecimentos de ensino têm mantido o mesmo número. Embora o n.º de Jardins-de-infância se mantenha o mesmo desde 2009, quatro deles foram integrados com o 1.º CEB (Escolas Básicas – “centros escolares”). Apenas os estabelecimentos do 1.º ciclo sofreram alterações significativas, mais acentuadas entre 2009/2010 e 2010/2011. Este decréscimo, resultado do fecho das “escolas primárias” distribuídas pelo território concelhio, reflete a aposta do Município na requalificação da rede escolar do ensino pré-escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico, com a construção de 4 novos centros escolares distribuídos pelos 4 principais centros urbanos do concelho (Centros Escolares da Vila de Celorico de Basto; de Fermil; de Gandarela e da Mota). A sua construção deveu-se a uma melhor adequação que este tipo de espaços oferece aos alunos, face às exigências atuais do ensino.





Eixo Equipamentos e Infraestruturas

Domínio Equipamentos

Área temática Equipamentos coletivos - Ensino

Unidade de Análise N.º

Periodicidade Anual

**Descrição/ Metodologia**

Evolução do n.º de alunos nos estabelecimentos de ensino do concelho de Celorico de Basto.

Foram considerados o n.º de alunos dos estabelecimentos do serviço público de educação e o n.º de alunos da Santa Casa da Misericórdia de Arnóia (Jardim de Infância)

**Fonte**

Município de Celorico de Basto (GEd)

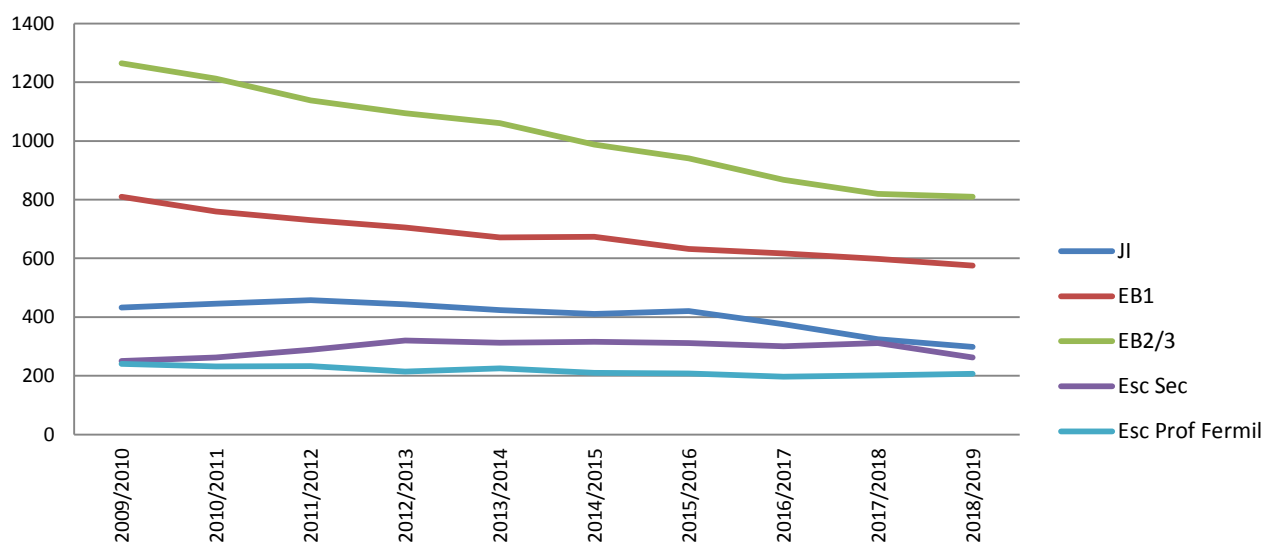
**Objetivos e Metas**

Objetivo de sustentabilidade – Garantir a multifuncionalidade dos espaços urbanos e o acesso a serviços de proximidade.

**Documentos de Referência****DADOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA****Quadro 63: Evolução do n.º de alunos em cada estabelecimento de ensino, Celorico de Basto (ano letivo 2009/2010 a 2018/2019)**

Ano	JI						EB1				EB 2/3				Secund			Total n.º alunos
	TEM	TEG	TECB	Total	SCMA	Total + SCMA	TEM	TEG	TECB	Total	TEM	TEG	TECB	Total	EB/S CB	Escola Prof	Fermil	
2009/2010	139	98	171	408	25	433	233	215	362	810	352	328	584	1264	250	241	2998	
2010/2011	138	99	184	421	25	446	213	200	347	760	323	316	573	1212	263	232	2913	
2011/2012	131	105	197	433	25	458	188	188	354	730	294	292	552	1138	289	233	2848	
2012/2013	128	103	187	418	25	443	183	175	347	705	266	281	547	1094	320	215	2777	
2013/2014	119	107	173	399	25	424	174	151	346	671	239	264	558	1061	313	225	2694	
2014/2015	122	79	185	386	25	411	180	155	339	674	222	239	527	988	316	210	2599	
2015/2016	124	91	181	396	25	421	161	136	335	632	217	225	499	941	312	208	2514	
2016/2017	113	80	158	351	25	376	146	139	332	617	204	191	473	868	301	197	2359	
2017/2018	87	74	139	300	25	325	150	135	313	598	192	177	451	820	312	201	2256	
2018/2019	81	55	137	273	25	298	141	126	308	575	182	199	429	810	263	207	2153	

TEM - Território educativo da Mota; TEG - Território educativo de Gandarela; TECB - Território educativo de Celorico de Basto; SCMA – Santa Casa da Misericórdia de Arnóia.

**Gráfico 64: Evolução do total de n.º de alunos do total de estabelecimentos de ensino, agrupados por tipologias, Celorico de Basto (ano letivo 2009/2010 a 2018/2019)**

## ANÁLISE SUMÁRIA

Com base nos dados fornecidos pelo Gabinete de Educação do Município, no ano letivo 2018/2019 frequentavam os estabelecimentos de ensino do concelho de Celorico de Basto 2153 alunos.

O Território Educativo de Celorico de Basto possui todos os anos letivos, o número mais elevado de alunos, face aos Territórios Educativos da Mota e de Gandarela. No último ano letivo em análise o TECB possuía 1369 alunos, face ao TEM com 404 alunos e ao TEG com 380 alunos.

Desde 2009/2010 até ao presente ano letivo que o n.º de alunos tem vindo a decrescer, com variação entre os 2,23% e 3,53%, excetuando-se o período 2017/2016 face a 2015/2016 cujo decréscimo foi mais acentuado, de 6,17% (menos 155 alunos) e dos períodos 2017/2018 face a 2016/2017 e 2018/2019 face a 2017/2018, cujo decréscimo foi de 4,37% (menos 103 alunos).

O decréscimo do número de alunos a frequentar os estabelecimentos de ensino é mais evidente nas escolas com o 2/3 ciclo de ensino, com 1264 alunos no ano letivo 2009/2010 e 810 alunos no ano letivo 2018/2019, ou seja, menos 454 alunos.

Também o número de alunos a frequentar os estabelecimentos de ensino nas escolas com o 1º ciclo do ensino básico tem decrescido, embora de uma forma menos acentuada, com 810 alunos no ano letivo 2009/2010 face a 575 alunos no ano letivo 2018/2019, ou seja, menos 235 alunos.

A evolução do número de crianças do pré-escolar revelou uma tendência de aumento entre os anos 2009/2010 e 2011/2012. Desde então a tendência tem sido de decréscimo, com 458 crianças em 2011/2012 e 298 crianças no período escolar 2018/2019 (menos 160 crianças). O decréscimo de crianças do pré-escolar acentuou-se mais a partir do ano letivo 2015/2016 com variações a rondar os -8,30% (2017/2018 - 2018/2019), os -10,7% (2015/2016 - 2016/2017) e os -13,56% (2016/2017 - 2017/2018).

A frequência do número de alunos no ensino secundário e no secundário do profissional tem-se mantido mais estável.

## Nº de alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE)

Código 2.1.1.3

Tendência

Eixo Equipamentos e Infraestruturas  
 Domínio Equipamentos  
 Área temática Equipamentos coletivos - Ensino

Unidade de Análise N.º  
 Periodicidade Anual

### Descrição/ Metodologia

Evolução do n.º de alunos com necessidades educativas especiais no ensino regular das instituições educativas do concelho de Celorico de Basto.

### Fonte

Município de Celorico de Basto (GEd)

### Objetivos e Metas

Objetivo de sustentabilidade – Garantir a multifuncionalidade dos espaços urbanos e o acesso a serviços de proximidade.

### Documentos de Referência

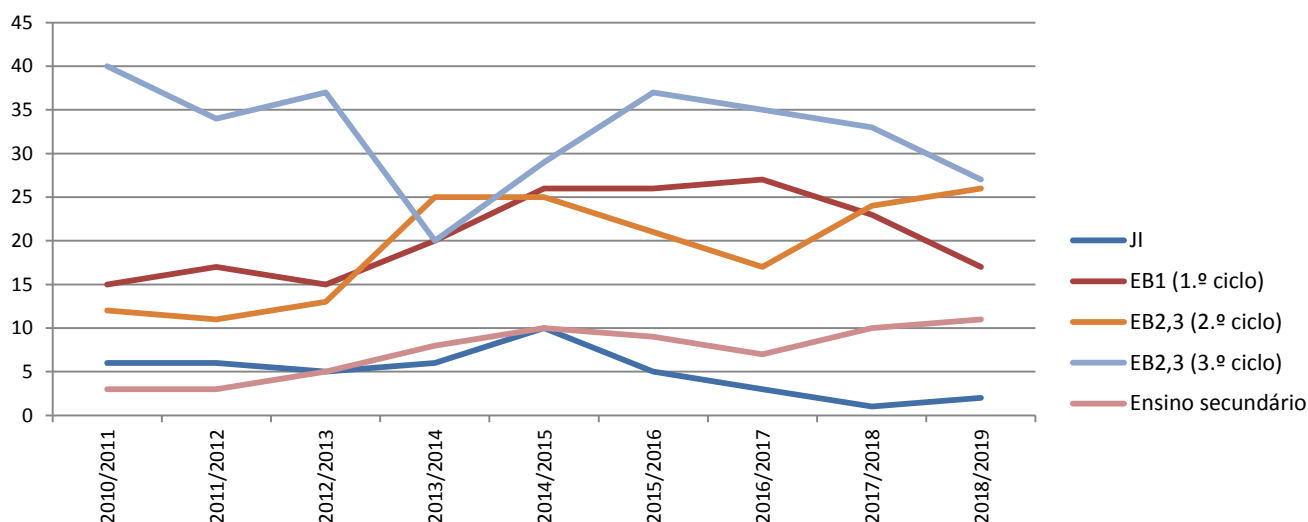
## DADOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA

Quadro 64: Evolução do n.º de alunos com necessidades especiais educativas, Celorico de Basto (ano letivo 2010/2011 a 2018/2019)

	Jardim de Infância				EB1 (1.º ciclo)				EB2,3 (2.º ciclo)				EB2,3 (3.º ciclo)				Ensino secundário				Total alunos com NEE
	TECB	TEG	TEM	Total	TECB	TEG	TEM	Total	TECB	TEG	TEM	Total	TECB	TEG	TEM	Total	TECB	TEG	TEM	Total	
2010/2011	2	3	1	6	6	7	2	15	4	6	2	12	18	16	6	40	3	N.A.	N.A.	3	76
2011/2012	1	5	0	6	6	9	2	17	5	4	2	11	15	15	4	34	3	N.A.	N.A.	3	71
2012/2013	2	3	0	5	6	7	2	15	5	6	2	13	16	15	6	37	5	N.A.	N.A.	5	75
2013/2014	3	3	0	6	8	9	3	20	13	9	3	25	9	8	3	20	8	N.A.	N.A.	8	79
2014/2015	5	4	1	10	8	12	6	26	10	9	6	25	14	12	3	29	10	N.A.	N.A.	10	100
2015/2016	2	2	1	5	9	13	4	26	11	6	4	21	14	14	9	37	9	N.A.	N.A.	9	98
2016/2017	2	1	0	3	9	13	5	27	6	6	5	17	15	12	8	35	7	N.A.	N.A.	7	89
2017/2018	0	0	1	1	12	7	4	23	8	13	3	24	14	8	11	33	10	N.A.	N.A.	10	91
2018/2019	0	0	2	2	9	7	1	17	12	9	5	26	12	8	7	27	11	N.A.	N.A.	11	83

TECB - Território educativo de Celorico de Basto; TEG - Território educativo de Gandarela; TEM - Território educativo da Mota

Gráfico 65: Evolução do total de n.º de alunos com necessidades especiais educativas, por tipo de estabelecimento de ensino, Celorico de Basto (ano letivo 2010/2011 a 2018/2019)



## ANÁLISE SUMÁRIA

As escolas do concelho acolhem atualmente alunos com necessidades educativas especiais (NEE). Para apoiar o transporte destes alunos, o concelho dispõe de um veículo adaptado à sua deslocação, apto para transportar pessoas em cadeiras de rodas.

Com base nos dados fornecidos pelo Gabinete de Educação do Município, no ano letivo 2018/2019 frequentavam os estabelecimentos de ensino do concelho de Celorico de Basto 83 alunos com NEE.

Entre o ano letivo 2010/2011 e 2011/2012, o n.º de alunos com NEE decresceu, de 76 para 71. A partir desse ano e até ao ano letivo 2014/2015 a frequência do n.º de alunos aumentou no concelho, atingindo os 100 alunos com NEE. Desde então esse número tem vindo a decrescer ligeiramente, sendo que no ano letivo 2018/2019 frequentavam os estabelecimentos de ensino 83 alunos com NEE.

Na análise da evolução do total do n.º de alunos com NEE a frequentar os estabelecimentos de ensino do território concelhio verifica-se que a frequência do maior número de alunos destaca-se no 3º ciclo em todos os anos letivos (29 a 40 alunos), à exceção do ano 2013/2014, onde se observa uma frequência escolar mais baixa (20 alunos com NEE).

A evolução dos alunos do 1º ciclo mostra uma distribuição crescente até ao ano letivo 2016/2017. A frequência mais elevada foi registada nesse ano letivo com 27 alunos com NEE. Face a esse ano, os anos letivos 2017/2018 e 2018/2019 registaram um decréscimo de 4 e 10 alunos respetivamente.

A frequência no 2º ciclo é a que apresenta maiores variações, oscilando entre os 11 e os 26 alunos com NEE.

Os alunos com NEE do ensino pré-escolar e do ensino secundário e revelam frequência escolar mais baixa, no primeiro entre 1 e 10 alunos, e no segundo, entre 3 e 11 alunos.

## Equipamentos Sociais por valências

Código 2.1.2.1

Tendência



Eixo Equipamentos e Infraestruturas

Domínio Equipamentos

Área temática Equipamentos coletivos - Social

Unidade de Análise N.º

Periodicidade Anual

**Descrição/ Metodologia**

Evolução do número de equipamentos sociais, por valência, para dar resposta social à população (crianças e jovens; idosos; pessoas com deficiência ou incapacidade e famílias e comunidade).

**Fonte**

Município de Celorico de Basto (USSS)

**Objetivos e Metas**

Objetivo de sustentabilidade – Garantir a multifuncionalidade dos espaços urbanos e o acesso a serviços de proximidade.

**Documentos de Referência****DADOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA****Quadro 65: Evolução do n.º de equipamentos sociais, Celorico de Basto (2010 e 2017)**

Equipamentos sociais – 2010												
Nome da instituição	Valências Freguesia	Crianças					Idosos		Família e Comunidade			
		C	PE	CATL	LIJ	CAT	ERPI	SAD	CC	SAAS	AS	RSI
Santa Casa da Misericórdia S. Bento de Arnóia	Arnóia	X	X				X	X				
Centro Comunitário Bento XVI	Borba da Montanha	X					X	X				
Associação de Solidariedade Social de Basto	Gémeos	X		X				X	X	X	X	X
Centro Social Paroquial Stº André de Molares	Molares			X			X	X				
Centro Social Paroquial Divino Salvador de Ribas	Ribas	X		X	X	X	X	X				
Centro Social da Paróquia de S. Bartolomeu do Rego	Rego							X				
Associação Estrela D'Amizade	Carvalho							X				
Associação de Sta. Maria Borba da Montanha	Borba da Montanha							X				
Centro Social e Paroquial de Gagos	Gagos									X		X

Equipamentos sociais – 2017																
Nome da instituição	Valências Freguesia	Crianças					Idosos		Deficiência			Família e Comunidade				
		C	PE	CATL	Lar	CAT	ERPI	SAD	CAO	LR	RA	CC	SAAS	AS	RSI	UCC
Santa Casa da Misericórdia S. Bento de Arnóia	Arnóia	X	X				X	X								X
Centro Comunitário Bento XVI	Borba da Montanha	X					X	X								
Associação de Solidariedade Social de Basto	Gémeos	X		X				X	X	X	X	X	X	X	X	
Centro Social Paroquial Stº André de Molares	Molares			X			X	X								
Centro Social Paroquial Divino Salvador de Ribas	Ribas	X		X	X	X	X	X								
Centro Social da Paróquia de S. Bartolomeu do Rego	Rego							X								
Associação Estrela D'Amizade	Carvalho							X								
Associação de Sta. Maria Borba da Montanha	Borba da Montanha							X								
Associação de Solidariedade Sto. André de Codessoso	Codessoso						X	X								
Centro Social e Paroquial de Gagos	Gagos												X		X	
Câmara Municipal - SAAS	Britelo												X	X		

**LEGENDA:** C – Creche; PE – Pré escolar; CATL – Centro de Atividades de Tempos Livres; LIJ – Lar de Infância e Juventude; CAT – Centro de Acolhimento Temporário; ERPI – Estrutura Residencial para Pessoas Idosas; SAD – Serviço de Apoio Domiciliário; CC – Centro Comunitário; CAO – Centro de Atividades Ocupacionais; LR – Lar Residencial; RA – Residência Autónoma; SAAS – Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social; AS – Ação Social; RSI – Rendimento Social de Inserção; UCC – Unidade de Cuidados Continuados.

**Quadro 66: Evolução do n.º de equipamentos sociais, Celorico de Basto, por anos (2010 e 2017)**

Evolução dos equipamentos sociais															
Ano	Crianças					Idosos		Deficiência			Família e Comunidade				
	C	PE	CATL	LIJ/ Lar	CAT	ERPI	SAD	CAO	LR	RA	CC	SAAS	AS	RSI	UCC
2010	4	1	3	1	1	4	8	0	0	0	1	2	1	2	0
2017	4	1	3	1	1	5	9	1	1	1	1	3	2	2	1

#### ANÁLISE SUMÁRIA

De acordo com os dados disponibilizados pela Unidade de Serviços Sociais e de Saúde do Município, nos anos 2010 (dados da carta social de Celorico de Basto) e 2017, existiam ao nível das respostas sociais dirigidas a crianças e jovens, 4 creches que visam o apoio à primeira infância (crianças até aos 3 anos de idade); 3 Centros de atividades de tempos livres, 1 lar de infância e juventude e 1 centro de acolhimento temporário.

Das valências destinadas a dar respostas sociais à população idosa, a Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI), o Centro de Dia e o Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) para idosos consistem nas respostas sociais com maior representatividade no âmbito da RSES (Rede de Equipamentos e Serviços) dirigidas às Pessoas Idosas.

No concelho de Celorico de Basto no ano de 2010 a oferta era de 4 ERPI e 8 SAD, passando para 5 ERPI e 9 SAD em 2017. O aumento destas valências de apoio à população idosa é muito importante, contudo continua a ser insuficiente, uma vez que existe uma crescente procura por este tipo de serviços.

As respostas sociais direcionadas às pessoas com deficiência ou incapacidade têm por objetivo a promoção da autonomia, a participação e a inclusão social dessas pessoas. O Centro de Atividades Ocupacionais (CAO), o Lar Residencial (LR), a Residência Autónoma (RA) e o Serviço de Apoio Domiciliário para Pessoas com Deficiência constituem as respostas dirigidas a este grupo-alvo com maior representatividade. No concelho de Celorico de Basto estão disponíveis os serviços de CAO, Lar Residencial e Residência Autónoma.

As respostas sociais dirigidas à Família e Comunidade têm como objetivo o apoio a pessoas e famílias que se encontrem em situação de vulnerabilidade, exclusão ou de marginalização social, quer através do apoio e acompanhamento social, quer através da minimização de situações de carência, podendo compreender um conjunto de ações integradas com vista à inserção social.

No concelho de Celorico de Basto existe em funcionamento um Centro Comunitário que desenvolve um conjunto de ações de carácter social e educativo junto das populações mais carenciadas do concelho. Esta associação elege como alvo prioritário da sua ação, a família e a comunidade sem perder de vista a situação particular e específica de cada pessoa. Tem como princípio essencial a organização de respostas integradas, numa função de carácter preventivo e de minimização dos efeitos de exclusão social.

Atualmente, o concelho dispõe também 3 equipas de Atendimento e Acompanhamento Social que resultam de protocolos com a Segurança Social e que atuam no acompanhamento de famílias beneficiárias de Rendimento Social e Inserção e Ação Social, cobrindo a totalidade do concelho.

Em relação à valência de UCC esta é uma resposta de saúde. Recebe apoios da segurança social ao nível da comparticipação, mas as vagas e o encaminhamento é gerido pela ARS.

Comparando os 2 períodos em análise, observa-se um crescimento da oferta direcionada para a população idosa, mantendo-se constante a oferta de equipamentos de apoio social a crianças e jovens, fruto do aumento do peso da população mais idosa face à descida da taxa de natalidade. Conforme verificado no indicador do n.º de utentes dos equipamentos sociais, embora a oferta de equipamentos de apoio social a crianças e jovens se mantenha a mesma, existe um menor n.º de utilizadores (menos 55 utilizadores em 2017, face ao ano de 2010).

Verifica-se ainda que face à oferta direcionada às pessoas com deficiência ou incapacidade, no ano de 2010 não existia no concelho nenhum equipamento de apoio às pessoas com deficiência, tendo estas que se deslocar para estabelecimentos maioritariamente nos concelhos vizinhos de Amarante e Fafe. Com a construção do edifício da Associação de Solidariedade Social de Basto passaram a funcionar no concelho as valências referidas anteriormente, garantindo inclusive o transporte para os seus utentes. Atualmente este estabelecimento está ocupado na sua totalidade.



Eixo Equipamentos e Infraestruturas

Domínio Equipamentos

Área temática Equipamentos coletivos - Social

Unidade de Análise N.º

Periodicidade Anual

**Descrição/ Metodologia**

N.º de utentes a frequentar estabelecimentos sociais, por valência, para dar resposta social à população (crianças e jovens; idosos; pessoas com deficiência ou incapacidade e famílias e comunidade).

**Fonte**

Município de Celorico de Basto (USSS)

**Objetivos e Metas**

Objetivo de sustentabilidade – Garantir a multifuncionalidade dos espaços urbanos e o acesso a serviços de proximidade.

**Documentos de Referência****DADOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA****Quadro 67: N.º de utentes dos equipamentos sociais, Celorico de Basto (2010 e 2017)**

	Valência	Instituição	Localização	Área geográfica de abrangência	2010		2017	
					Acordos	Utentes	Acordos	Utentes
Infância e Juventude	Creche	Santa Casa da Misericórdia de Arnóia	Britelo	Concelhia	35	35	35	35
	Creche	Centro Comunitário Bento XVI	Borba da Montanha	Borba da Montanha; Fervença; Agilde; Infesta, Basto S. Tecla; Moreira do Castelo; Carvalho	33	12	26	26
	Creche	Associação de Solidariedade Social de Basto	Gémeos	Concelhia	30	30	30	30
	Creche	Centro Social Paroquial Divino Salvador de Ribas	Ribas	Concelhia	33	33	33	25
	PE	Santa Casa da Misericórdia de Arnóia	Britelo	Concelhia	25	25	25	25
	CATL	Associação de Solidariedade Social de Basto	Gémeos	Concelhia	40	40	39	39
	CATL	Centro Social Paroquial Divino Salvador de Ribas	Ribas	Ribas; Basto S. Clemente	66	66	30	30
	CATL	Centro Social Paroquial S.to André de Molares	Molares	Molares; Gagos; Vale de Bouro; Ourilhe; Britelo; Veade; Corgo; Canedo de Basto	40	40	36	40
	LIJ	Centro Social Paroquial Divino Salvador de Ribas	Ribas	Concelhia e Supraconcelhia	15	15	15	5
	CAT	Centro Social Paroquial Divino Salvador de Ribas	Ribas	Concelhia e Supraconcelhia	20	20	20	6
Pessoas idosas	ERPI	Santa Casa da Misericórdia de Arnóia	Arnóia	Concelhia e Supraconcelhia	59	59	59	59
	ERPI	Centro Comunitário Bento XVI	Borba da Montanha	Concelhia e Supraconcelhia	36	36	36	52
	ERPI	Centro Social Paroquial S.to André de Molares	Molares	Concelhia e Supraconcelhia	15	22	19	31
	ERPI	Centro Social Paroquial Divino Salvador de Ribas	Ribas	Concelhia e Supraconcelhia	55	55	55	55
	ERPI	Associação de Solidariedade Santo André de Codeçoso	Codeçoso	Concelhia e Supraconcelhia	0	0	33	40
	SAD	Santa Casa da Misericórdia de Arnóia	Arnóia	Arnóia; Britelo; Moreira do Castelo; Fervença; Carvalho;	18	18	18	18
	SAD	Centro Comunitário Bento XVI	Borba da Montanha	Fervença; Borba da Montanha; Agilde; Infesta; Basto S. Tecla; Carvalho; Moreira do Castelo	30	30	30	30
	SAD	Associação de Solidariedade Social de Basto	Gémeos	Gémeos; Britelo	30	30	30	30
	SAD	Centro Social Paroquial S.to André de Molares	Molares	Molares; Gagos; Vale de Bouro; Ourilhe; Britelo; Veade; Corgo; Canedo de Basto	50	50	50	50
	SAD	Centro Social Paroquial Divino Salvador de Ribas	Ribas	Ribas; Basto S. Clemente	16	40	16	30

	<b>SAD</b>	Centro Social e Paroquial de São Bartolomeu do Rego	Rego	Rego; Caçarilhe; Regadas (Fafe)	45	45	45	45
	<b>SAD</b>	Associação Estrela D' amizade	Carvalho	Carvalho; Infesta; Basto S. Tecla	20	20	20	20
	<b>SAD</b>	Associação de Solidariedade de Santa Maria de Borba	Borba da Montanha	Fervença; Borba da Montanha; Agilde; Infesta; Basto S. Tecla; Carvalho; Moreira do Castelo	41	41	41	41
	<b>SAD</b>	Associação de Solidariedade Santo André de Codeçoso	Codeçoso	Codeçoso	0	0	20	20
<b>Deficiência</b>	<b>CAO</b>	Associação de Solidariedade Social de Basto	Gémeos	Concelhia e Supraconcelhia	0	0	30	30
	<b>LR</b>	Associação de Solidariedade Social de Basto	Gémeos	Concelhia e Supraconcelhia	0	0	12	12
	<b>RA</b>	Associação de Solidariedade Social de Basto	Gémeos	Concelhia e Supraconcelhia	0	0	5	5
					<b>Nº de indivíduos</b>		<b>Nº de indivíduos</b>	
<b>Família e Comunidade</b>	<b>CC</b>	Associação de Solidariedade Social de Basto	Gémeos	Concelhia	429		324	
	<b>SAAS</b>	Associação de Solidariedade Social de Basto	Gémeos	<b>Ação Social</b> (Britelo; Gémeos; Arnóia; Codessoso; Caçarilhe; Ourilhe; Infesta) <b>RSI</b> (Britelo, Ourilhe, Gémeos)	329		225	
	<b>SAAS</b>	Câmara Municipal	Britelo	<b>Ação Social</b> (Agilde, Fervença, Moreira do Castelo; Borba da Montanha; Rego; Carvalho; Basto S. Tecla; Ribas; Basto S. Clemente; Vale de Bouro; Gagos; Veade; Canedo de Basto; Molares; Corgo)	0		294	
	<b>SAAS</b>	Centro Social e Paroquial de Gagos	Gagos	<b>RSI</b> (Molares; Veade; Vale de Bouro; Corgo; Ribas; Canedo de Basto; Gagos; Basto S. Clemente; Carvalho; Basto S. Tecla; Rego; Agilde; Fervença; Infesta; Moreira do Castelo; Borba da Montanha; Arnóia; Codeçoso; Caçarilhe)	1531		343	
	<b>UCC</b>	Santa Casa da Misericórdia de Arnóia	Arnóia	Concelhia e Supraconcelhia	0		23	

**LEGENDA:** **C** – Creche; **PE** – Pré escolar; **CATL** – Centro de Atividades de Tempos Livres; **LIJ** – Lar de Infância e Juventude; **CAT** – Centro de Acolhimento Temporário; **ERPI** – Estrutura Residencial para Pessoas Idosas; **SAD** – Serviço de Apoio Domiciliário; **CC** – Centro Comunitário; **CAO** – Centro de Atividades Ocupacionais; **LR** – Lar Residencial; **RA** – Residência Autónoma; **SAAS** – Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social; **AS** – Ação Social; **RSI** – Rendimento Social de Inserção; **UCC** – Unidade de Cuidados Continuados.

**Quadro 68: Evolução do n.º de utentes dos equipamentos sociais, Celorico de Basto, por anos (2010 e 2017)**

Evolução do n.º de utentes dos equipamentos sociais													
Ano	Crianças					Idosos		Deficiência			Família e Comunidade		
	C	PE	CATL	LIJ/Lar	CAT	ERPI	SAD	CAO	LR	RA	CC	SAAS	UCC
2010	110	25	146	15	20	172	274	0	0	0	429	1860	0
2017	116	25	109	5	6	237	284	30	12	5	324	862	23

#### ANÁLISE SUMÁRIA

Em 2010, Registaram-se 762 utentes a frequentar a diversas valências dos equipamentos sociais para a população jovem, idosos e pessoas com deficiência ou incapacidade, face aos 829 utentes a frequentar essas diversas valências em 2017. Esse acréscimo deve-se ao aumento do n.º de equipamentos de apoio social a idosos e consequente aumento do n.º de utentes (446 utentes em 2010 face a 521 utentes em 2017) e ao surgimento de um equipamento de apoio para pessoas com deficiência ou incapacidade (47 utentes).

Da análise do n.º de utentes a frequentar estabelecimentos para crianças e jovens, verifica-se que embora a oferta deste tipo de equipamentos se mantenha a mesma, existe um menor n.º de utilizadores, com 316 utentes em



2010 face a 261 utentes em 2017, o que corresponde a menos 55 utilizadores, assim como um menor número de acordos em 2017, comparativamente a 2010.

Enquanto a resposta Creche tenha apresentado um ligeiro aumento (mais 6 utilizadores), a oferta disponível de CATL decresceu possivelmente com o alargamento do horário escolar (menos 36 utilizadores). Por outro lado, as respostas de LIJ e CAT apresentam-se constantes no número de acordos, mas verifica-se uma redução da taxa de ocupação, com menos 10 e 14 utentes respetivamente.

No que diz respeito à área de abrangência das valências de Creche e CATL, os clientes não têm como referência principal apenas os locais de residência, mas também o local de trabalho dos pais, com maior incidência nas instituições da sede do concelho.

No que diz respeito às respostas sociais dirigidas à Família e Comunidade registaram-se, em 2010, 2289 indivíduos a beneficiarem das ofertas sociais que estes estabelecimentos oferecem, face aos 1209 indivíduos, em 2017.

**N.º de Instalações Desportivas**

Código 2.1.3.1

Tendência ▲

Eixo Equipamentos e Infraestruturas

Domínio Equipamentos

Área temática Equipamentos coletivos – Desporto e juventude

Unidade de Análise N.º

Periodicidade Anual

**Descrição/ Metodologia**

Evolução do n.º total de instalações desportivas, desagregadas por tipologia e freguesia.

**Fonte**

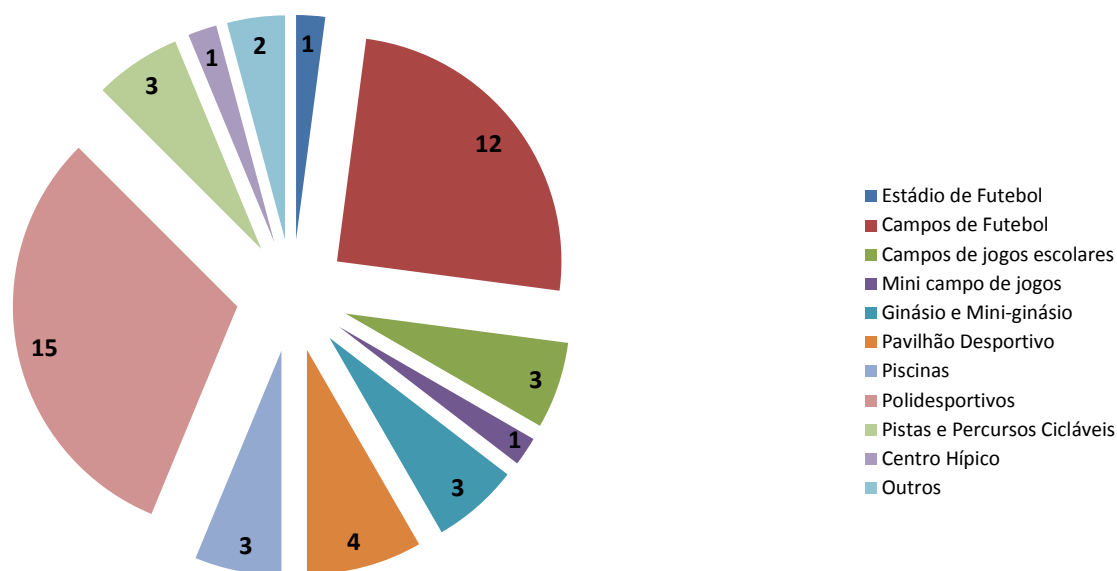
Município de Celorico de Basto

**Objetivos e Metas**

Objetivo de sustentabilidade – Tornar os espaços urbanos locais atrativos para se viver.

**Documentos de Referência****DADOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA**

Gráfico 66: N.º de instalações desportivas por tipologia, 2017, Celorico de Basto.



Quadro 69: N.º de instalações desportivas, por hierarquia urbana e por freguesia, 2017, Celorico de Basto.

N.º de instalações desportivas			
Hierarquia Urbana	Freguesia	N.º	N.º Total
Vila de Celorico de Basto	Britelo	5	12
	Gémeos	7	
Centro Urbano de Fermil	Gagos	1	3
	Molares	1	
	Veade	1	
Centro Urbano de Gandarela	Basto (S. Clemente)	2	4
	Ribas	2	
Centro Urbano da Mota	Borba da Montanha	1	3
	Ferverça	2	
Restantes aglomerados	Agilde	2	2
	Arnoia	2	2
	Borba da Montanha	2	2
	Caçarilhe	1	1
	Canedo de Basto	1	1
	Carvalho	1	1
	Codessoso	2	2
	Corgo	0	0
	Gagos	1	1

	Infesta	1	1
	Molares	2	2
	Moreira do Castelo	1	1
	Ourilhe	1	1
	Rego	2	2
	Ribas	1	1
	Basto /Santa Tecla)	0	0
	Vale de Bouro	3	3
	Veade	3	3

## ANÁLISE SUMÁRIA

No concelho de Celorico de Basto, em 2017, registou-se 48 instalações desportivas em boas condições de funcionamento. Alguns equipamentos desportivos existentes no concelho, nomeadamente campos de futebol, possuem estrutura física, contudo estão desativados porque não possuem os requisitos mínimos para poderem funcionar, daí não estarem quantificados no presente indicador.

Atualmente destacam-se alguns equipamentos desportivos de base como polidesportivos (15), seguindo-se os campos de futebol (12) e o grupo de equipamentos inseridos na tipologia de Pavilhões desportivos e Ginásios/mini-ginásios, num total de 7.

Numa análise da sua distribuição pelas freguesias, apenas as freguesias de Corgo e Basto (Santa Tecla) não possuem instalações desportivas.

Os equipamentos desportivos distribuem-se por todo o território do concelho, com particular destaque para a vila de Celorico de Basto com 12 equipamentos distribuídos por várias tipologias; o centro urbano de Gandarela com 4 equipamentos e os centros urbanos de Fermil e da Mota com 3 equipamentos cada.

Em grande parte, o número de instalações desportivas distribuídas pelo concelho é consonante com a alta ou baixa pressão demográfica destas unidades territoriais.

**N.º de Parques Infantis**

**Código 2.1.3.2**

**Tendência**



**Eixo** Equipamentos e Infraestruturas

**Domínio** Equipamentos

**Área temática** Equipamentos coletivos – Desporto e juventude

**Unidade de Análise** N.º

**Periodicidade** Anual

**Descrição/ Metodologia**

Evolução do n.º total de Parques Infantis existentes no concelho.

**Fonte**

Município de Celorico de Basto

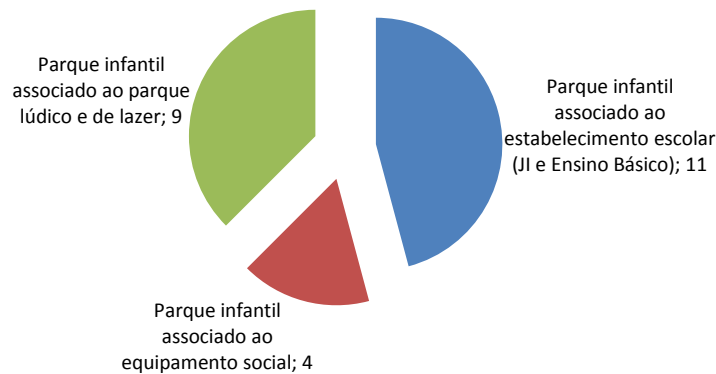
**Objetivos e Metas**

Objetivo de sustentabilidade – Tornar os espaços urbanos locais atrativos para se viver.

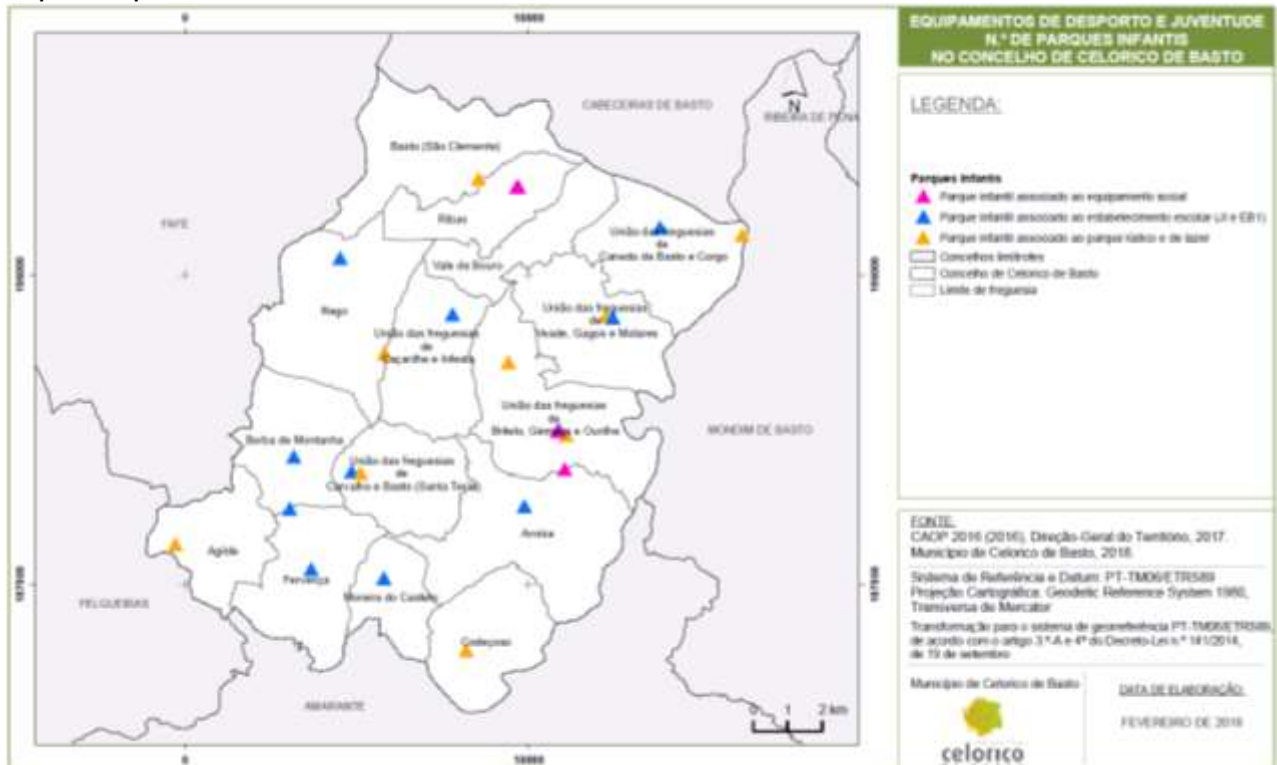
**Documentos de Referência**

## DADOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA

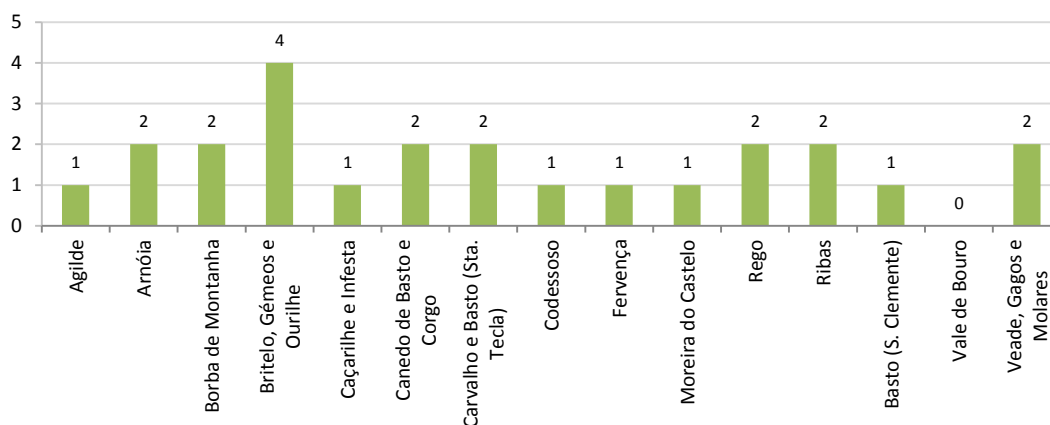
**Gráfico 67: N.º de parques infantis, 2017, Celorico de Basto.**



**Mapa 5: Parques Infantis existentes no concelho de Celorico de Basto**



**Gráfico 68: N.º de Parques Infantis por Freguesia, no concelho de Celorico de Basto**



### ANÁLISE SUMÁRIA

No concelho de Celorico de Basto, em 2017, existem 24 parques infantis. Desses, 8 são propriedade da Câmara Municipal, 2 são propriedade de Juntas de Freguesia, 4 são propriedade de associações de solidariedade e 10 estão a cargo do agrupamento de escolas de Celorico de Basto.

Dos 24 parques infantis existentes, 9 fazem parte dos parques lúdicos e de lazer do concelho, 11 estão integrados em estabelecimentos escolares (JI e Ensino básico) e 4 estão associados a equipamentos sociais do concelho.

Numa análise da sua distribuição pelas freguesias, apenas a freguesia de Vale de Bouro não possui parque infantil. A UF de Britelo, Gémeos e Ourilhe apresenta o número de parques infantis mais elevado, o que em certa parte, acompanha a própria dinâmica demográfica.

A vila de Fermil possui 2 parques infantis e a vila de Gandarela e o aglomerado urbano da Mota apresentam 1 parque infantil cada.

**N.º de Equipamentos Culturais****Código 2.1.4.1****Tendência**

**Eixo** Equipamentos e Infraestruturas  
**Domínio** Equipamentos  
**Área temática** Equipamentos coletivos – Cultura

**Unidade de Análise** N.º  
**Periodicidade** Anual

**Descrição/ Metodologia**

Avaliar a oferta de equipamentos culturais no concelho.

**Fonte**

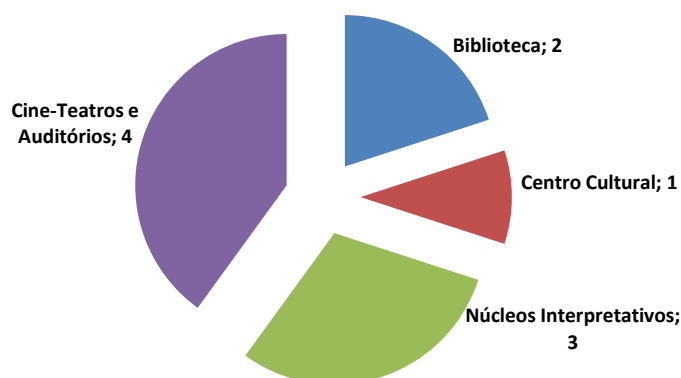
Município de Celorico de Basto

**Objetivos e Metas**

Objetivo de sustentabilidade – Tornar os espaços urbanos locais atrativos para se viver.

**Documentos de Referência****DADOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA****Quadro 70: Equipamentos Culturais, 2017, Celorico de Basto.**

Celorico de Basto	
Equipamentos culturais	Localização
Biblioteca Municipal de Celorico de Basto Prof. Doutor Marcelo Rebelo de Sousa	UF de Britelo, Gémeos e Ourilhe
Fórum Gandarela	Basto (S. Clemente)
Centro Cultural Prof. Doutor Marcelo Rebelo de Sousa	UF de Britelo, Gémeos e Ourilhe
Núcleos Museológicos da Biblioteca Municipal	UF de Britelo, Gémeos e Ourilhe
Centro Interpretativo do Castelo de Arnoia	Arnoia
Núcleo Museológico do Planalto da Lameira	Rego
Auditório do Centro Cultural Prof. Doutor Marcelo Rebelo de Sousa	UF de Britelo, Gémeos e Ourilhe
Cine-Teatro dos Bombeiros Voluntários Celoricenses	UF de Britelo, Gémeos e Ourilhe
Auditório da Quinta do Prado	UF de Britelo, Gémeos e Ourilhe
Auditório da Escola Profissional de Fermil de Basto	UF de Veade, Gagos e Molares

**Gráfico 69: Tipologia dos Equipamentos Culturais, 2017, Celorico de Basto.****ANÁLISE SUMÁRIA**

À data de 2017, registam-se 10 equipamentos públicos qualificados de equipamentos culturais.

Destes, 6 equipamentos culturais localizam-se na Vila de Celorico de Basto. O Fórum Gandarela localiza-se no Centro urbano de Gandarela. De 3 núcleos interpretativos existentes no concelho, 1 localiza-se na Vila de Celorico de Basto, outro na freguesia de Rego e o terceiro na freguesia de Arnoia, na aldeia do Castelo, designada de “Villa de Basto”.

**Capacidade das salas de cinema, teatro e auditórios****Código 2.1.4.2****Tendência****Eixo** Povoamento**Domínio** Equipamentos**Área temática** Equipamentos coletivos – Cultura**Unidade de Análise** N.º de pessoas**Periodicidade** Anual**Descrição/ Metodologia**

Avaliar a capacidade das salas de cinema, teatro e auditórios do concelho.

**Fonte**

Município de Celorico de Basto

**Objetivos e Metas**

Objetivo de sustentabilidade – Tornar os espaços urbanos locais atrativos para se viver.

**Documentos de Referência****DADOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA****Quadro 71: Capacidade das salas de cinema, teatro e auditórios, 2017, Celorico de Basto.**

Celorico de Basto	
Equipamentos culturais	Capacidade da sala
Auditório do Centro Cultural Prof. Doutor Marcelo Rebelo de Sousa	162
Cine-Teatro dos Bombeiros Voluntários Celoricenses	290
Auditório da Quinta do Prado	80
Auditório da Escola Profissional de Fermil de Basto	100
<b>Total</b>	<b>632</b>

**ANÁLISE SUMÁRIA**

À data de 2017, existe um auditório integrado no edifício dos Bombeiros Voluntários Celoricenses, situado no centro da Vila de Celorico de Basto, com condições para exibição de cinema e teatro e capacidade para 290 pessoas.

Os restantes 3 auditórios com uma capacidade para 332 pessoas, juntamente com o auditório dos Bombeiros Voluntários Celoricenses, são espaços flexíveis, vocacionados para responder às mais variadas solicitações. Atualmente funcionam como espaços de eventos culturais, pedagógicos, etc., com palestras, apresentações, teatros e outras atividades culturais.

**N.º de Unidades de Saúde****Código 2.1.5.1****Tendência****Eixo** Equipamentos e Infraestruturas**Domínio** Equipamentos**Área temática** Equipamentos coletivos – Saúde**unidade de Análise** N.º**Periodicidade** Anual**Descrição/ Metodologia**

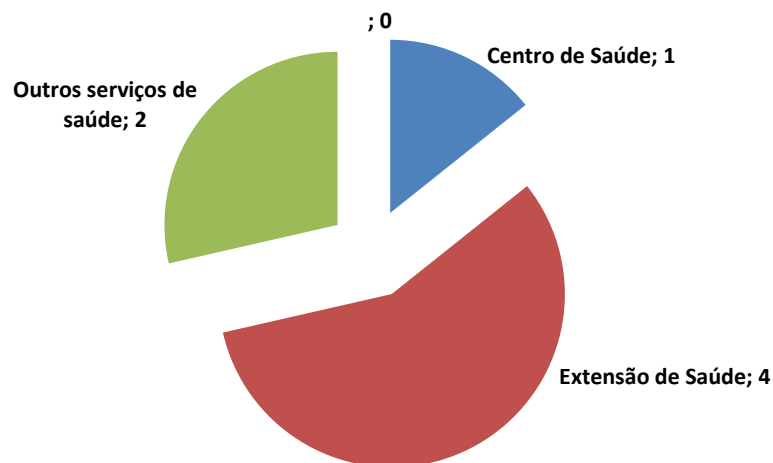
Avaliar o n.º de Unidades de Saúde no concelho.

**Fonte**Município de Celorico de Basto/ Registo dos prestadores de cuidados de saúde através do recurso à base de dados do sítio: <https://www.sns.gov.pt/sns/pesquisa-prestadores/>**Objetivos e Metas**

Objetivo de sustentabilidade – Garantir a multifuncionalidade dos espaços urbanos e o acesso a serviços de proximidade.

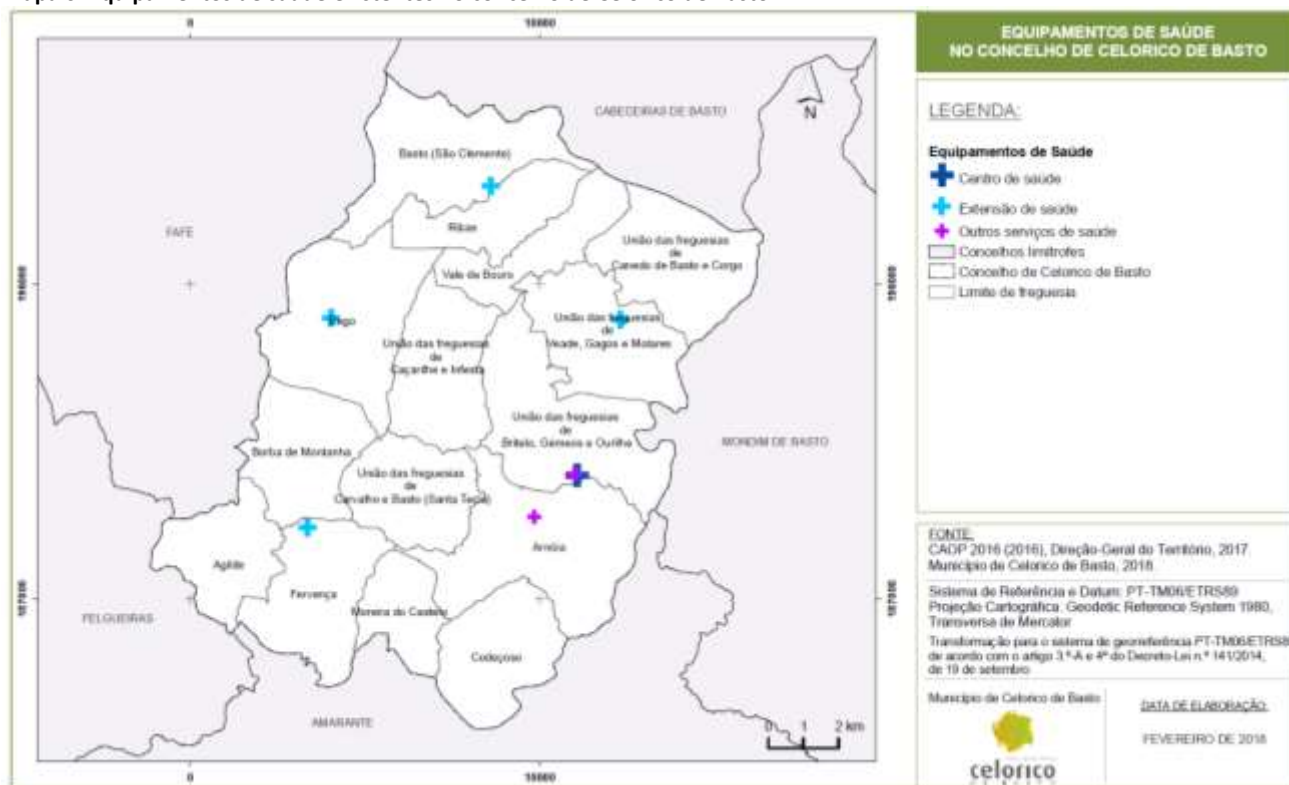
**Documentos de Referência****DADOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA****Quadro 72: Equipamentos de Saúde, 2017, Celorico de Basto.**

Celorico de Basto	
Equipamentos de Saúde	Tipo
Centro de saúde de Celorico de Basto	Centro de Saúde
Extensão de Saúde Fervença (CS Celorico de Basto)	Extensão de Saúde
Extensão de Saúde Gandarela (CS Celorico de Basto)	Extensão de Saúde
Extensão de Saúde Fermil (CS Celorico de Basto)	Extensão de Saúde
Extensão de Saúde Rego (CS Celorico de Basto)	Extensão de Saúde
Unidade de medicina física de Celorico de Basto da Santa Casa da Misericórdia de São Bento de Arnoia	Serviço local de medicina física e reabilitação (Fisioterapia)
Unidade de Cuidados Continuados da Santa Casa da Misericórdia	Unidade de Cuidados Continuados

**Gráfico 70: Equipamentos de Saúde, 2017, Celorico de Basto.**



Mapa 6: Equipamentos de saúde existentes no concelho de Celorico de Basto



## ANÁLISE SUMÁRIA

À data de 2017 o concelho de Celorico de Basto dispõe de 7 equipamentos ligados à Saúde. Destaca-se a existência de 1 Centro de Saúde sediado na Vila de Celorico de Basto. Associado a este, existem 4 extensões do Centro de Saúde repartidas 3 delas pelos centros urbanos de Fermil, Gandarela e Mota e a 4ª na freguesia de Rego. Existe ainda 1 unidade de medicina física e reabilitação localizada na vila de Celorico de Basto e 1 unidade de cuidados continuados inserida nas instalações da Santa Casa da Misericórdia de S. Bento de Arnoia.

**N.º de Farmácias****Código 2.1.5.2****Tendência**

**Eixo** Equipamentos e Infraestruturas  
**Domínio** Equipamentos  
**Área temática** Equipamentos coletivos – Saúde

**Unidade de Análise** N.º  
**Periodicidade** Anual

**Descrição/ Metodologia**

Avaliar o n.º de Farmácias no concelho.

**Fonte**

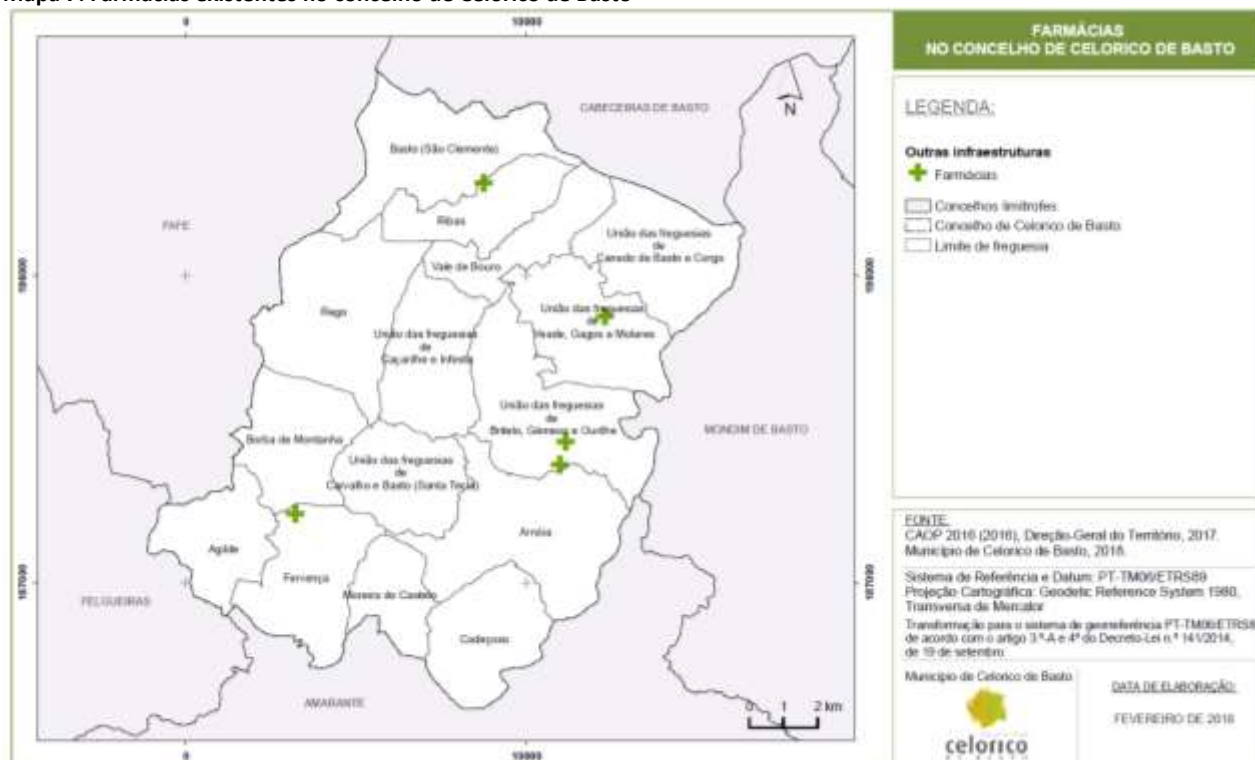
Município de Celorico de Basto/ Registo do n.º de farmácias através do recurso à base de dados do sítio: [www.farmaciasportuguesas.pt](http://www.farmaciasportuguesas.pt)

**Objetivos e Metas**

Objetivo de sustentabilidade – Garantir a multifuncionalidade dos espaços urbanos e o acesso a serviços de proximidade.

**Documentos de Referência****DADOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA****Quadro 73: Farmácias, 2017, Celorico de Basto.**

Celorico de Basto	
Farmácia	Localização
Farmácia Alves Dias	UF de Britelo, Gémeos e Ourilhe
Farmácia Neves Ferreira	UF de Britelo, Gémeos e Ourilhe
Farmácia Couto Oliveira	Ribas
Farmácia Confiança	UF de Veade, Gagos e Molares
Farmácia de Fervença	Fervença

**Mapa 7: Farmácias existentes no concelho de Celorico de Basto****ANÁLISE SUMÁRIA**

À data de 2017 existem no concelho de Celorico de Basto 5 farmácias. Em termos de distribuição espacial, elas encontram-se distribuídas pelos 4 pólos urbanos do concelho. Duas localizam-se na Vila de Celorico de Basto e as restantes 3 situam-se repartidas pelos centros urbanos de Fermil, Gandarela e Mota.

## N.º de Equipamentos dos Agentes de Segurança e Proteção Civil

Código 2.1.6.1

Tendência

Eixo Equipamentos e Infraestruturas

Domínio Equipamentos

Área temática Equipamentos coletivos – Segurança e Proteção Civil

Unidade de Análise N.º

Periodicidade Anual

### Descrição/ Metodologia

Avaliar o n.º de equipamentos e agentes de Segurança e Proteção Civil no concelho de Celorico de Basto e a importância que assumem perante uma situação de acidente grave ou catástrofe.

### Fonte

Município de Celorico de Basto

### Objetivos e Metas

Objetivo de sustentabilidade – Tornar os espaços urbanos locais seguros para se viver.

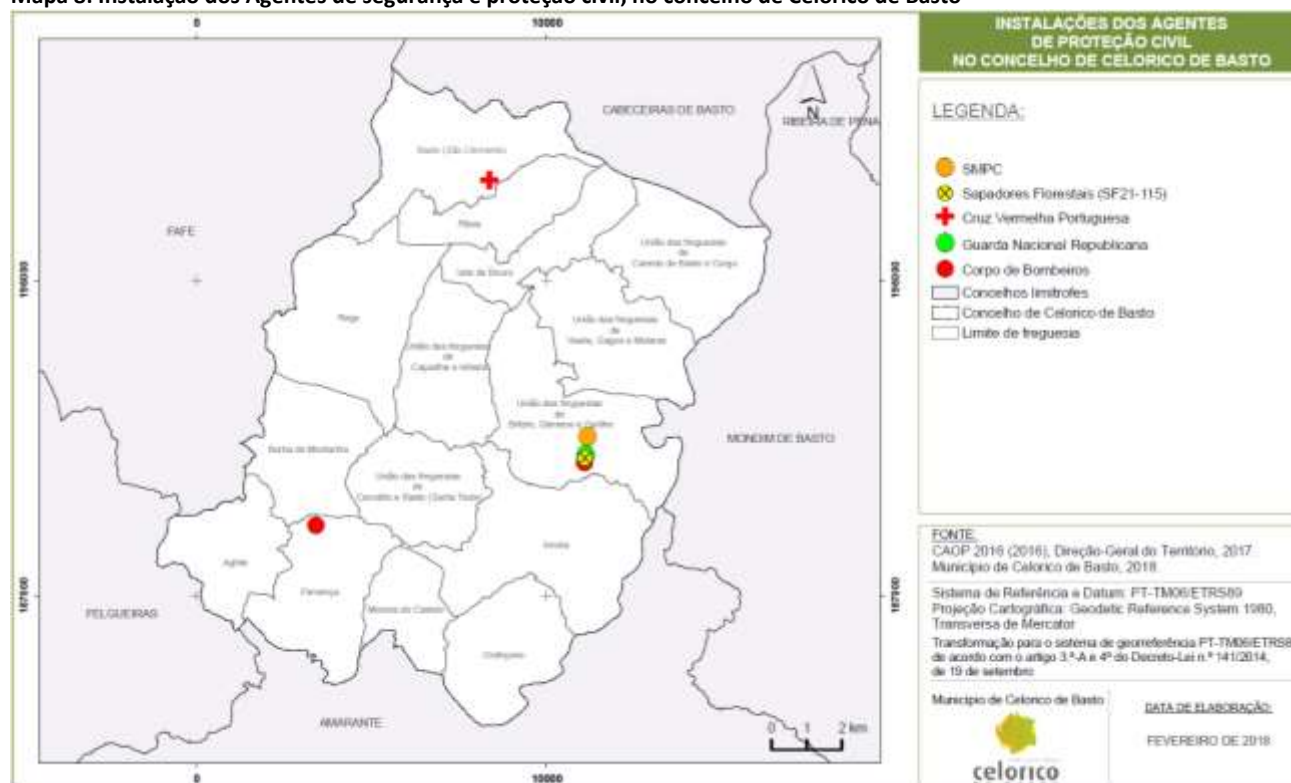
### Documentos de Referência

## DADOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA

Quadro 74: Equipamentos de Segurança e Proteção Civil, 2017, Celorico de Basto

Celorico de Basto	
Segurança e Proteção Civil	Localização
Bombeiros Voluntários de Celorico de Basto	UF de Britelo, Gémeos e Ourilhe
Bombeiros Voluntários de Celorico de Basto - Secção da Mota	Fervença
Cruz Vermelha Portuguesa - Gandarela	Basto (S. Clemente)
Posto Territorial da GNR de Celorico de Basto	UF de Britelo, Gémeos e Ourilhe
Câmara Municipal de Celorico de Basto – Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC)	UF de Britelo, Gémeos e Ourilhe
Sapadores Florestais SF21-115 (COOPERBASTO – Cooperativa Agrícola de Basto, CRL)	UF de Britelo, Gémeos e Ourilhe

Mapa 8: Instalação dos Agentes de segurança e proteção civil, no concelho de Celorico de Basto



## ANÁLISE SUMÁRIA

À data de 2017, verifica-se a existência de uma corporação de bombeiros voluntários – Corpo de Bombeiros Voluntários Celoricenses, cuja sede e quartel se localiza na União das Freguesias de Britelo, Gémeos e Ourilhe, verificando-se, ainda, a existência da Secção da Mota (freguesia de Fervença).

A GNR (Guarda Nacional Republicana) exerce as suas atribuições principalmente em áreas rurais ou aglomerados populacionais com menos de 10.000 habitantes pelo que existe no concelho de Celorico de Basto um posto territorial da GNR, sediado na União das Freguesias de Britelo, Gémeos e Ourilhe.

A delegação da CVP sediada na freguesia de Basto (São Clemente), instituição humanitária não-governamental de carácter voluntário e de interesse público, sem fins lucrativos, tem como missão prestar assistência humanitária e social.

O serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC) de Celorico de Basto encontra-se sediado no edifício da Câmara Municipal.

Os equipamentos de saúde também desempenham um papel importante numa situação de emergência. Relativamente a Celorico de Basto existe um Centro de Saúde (Centro de Saúde de Celorico de Basto) e quatro extensões de Saúde (Extensão de Saúde de Gandarela, Extensão de Saúde do Rego, Extensão de Saúde de Fermil e Extensão de Saúde de Fervença) - ver localização em ficha com código 2.1.5.1. (n.º de unidades de saúde).



**Eixo** Equipamentos e Infraestruturas  
**Domínio** Infraestruturas  
**Área temática** Abastecimento de Água

**Unidade de Análise** N.º  
**Periodicidade** Anual

**Descrição/ Metodologia**

Avaliar a evolução da rede pública de abastecimento de água – rede existente e rede proposta - integradas no Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Norte de Portugal para o concelho de Celorico de Basto.

**Fonte**

Município de Celorico de Basto (DOM)  
 AdNorte – Águas do Norte

**Objetivos e Metas**

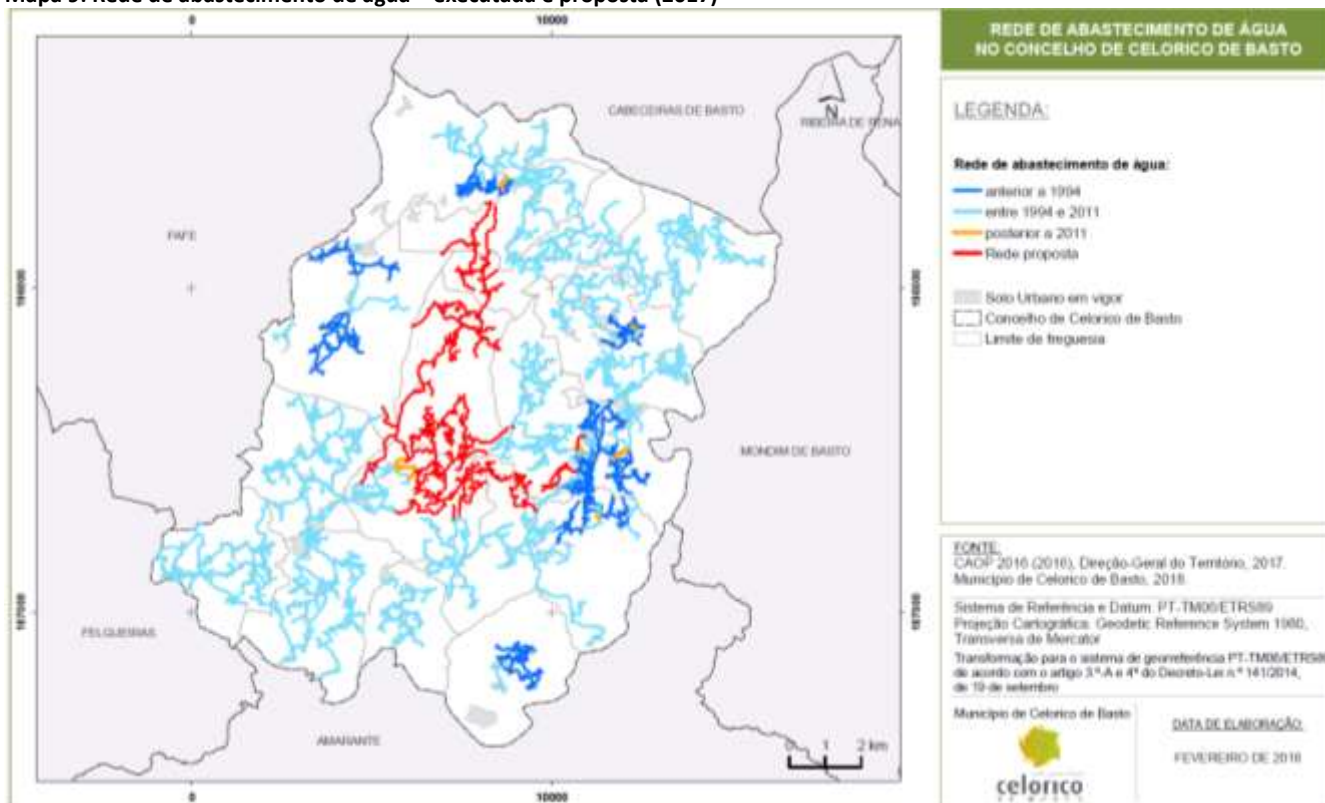
Objetivo de sustentabilidade – Assegurar serviços de abastecimento de água potável com elevado nível de qualidade e sustentabilidade à generalidade da população do concelho.

**Documentos/ Metas de Referência Estratégica**

Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais (PENSAAR 2020)

**DADOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA**

**Mapa 9: Rede de abastecimento de água – executada e proposta (2017)**

**ANÁLISE SUMÁRIA**

A rede de abastecimento de água foi uma prioridade nos investimentos do município, nas duas últimas décadas. À data de entrada em vigor do PDM, em 1994, a rede de abastecimento de água servia apenas a sede do concelho e zonas envolventes (lugares de Venda Nova; Crespos; Britelo e Cruz, na freguesia de Britelo e Cruz de Baixo, Covetas e S. Sebastião, na freguesia de Arnóia), as zonas urbanas de Gandarela e de Fermil e ainda os lugares da Lameira e Vila Boa na freguesia do Rego. O sistema de Codessoso estava então já construído e entraria em funcionamento pouco depois.

Atualmente estão em funcionamento 30 sistemas de abastecimento de água que servem a maior parte dos aglomerados populacionais de 19 das 22 freguesias do concelho. As áreas servidas pela rede de abastecimento de água são aquelas que concentram a maioria da população.

Falta executar os sistemas de Infesta e Santa Tecla, para os quais já existe projeto, e falta ainda servir a freguesia de Caçarilhe e a parte poente das freguesias de Ribas e S. Clemente.

Desde 2011 têm sido executadas pontualmente algumas redes de abastecimento de água pelo Município e outras ainda por empreitada nas freguesias de Britelo, S. Clemente, Carvalho e Veade. Algumas foram realizadas no âmbito da construção de equipamentos públicos com os respetivos arruamentos de acesso.

Após a conclusão de todas as obras previstas, apontadas para 2021, prevê-se uma taxa de cobertura de aproximadamente 92%.

Eixo Equipamentos e Infraestruturas

Domínio Infraestruturas

Área temática Drenagem e tratamento de águas residuais

Unidade de Análise N.º

Periodicidade Anual

**Descrição/ Metodologia**

Avaliar a evolução da rede de drenagem de água residuais – rede existente e rede proposta - integradas no Sistema Multimunicipal de Saneamento do Norte de Portugal para o concelho de Celorico de Basto.

Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) - Conjunto de instalações e dispositivos onde são realizados processos de tratamento artificiais das águas residuais (aplicados antes do destino final de águas residuais) com a finalidade de acelerar os processos naturais de depuração de forma controlada.

**Fonte**

Município de Celorico de Basto (DOM)

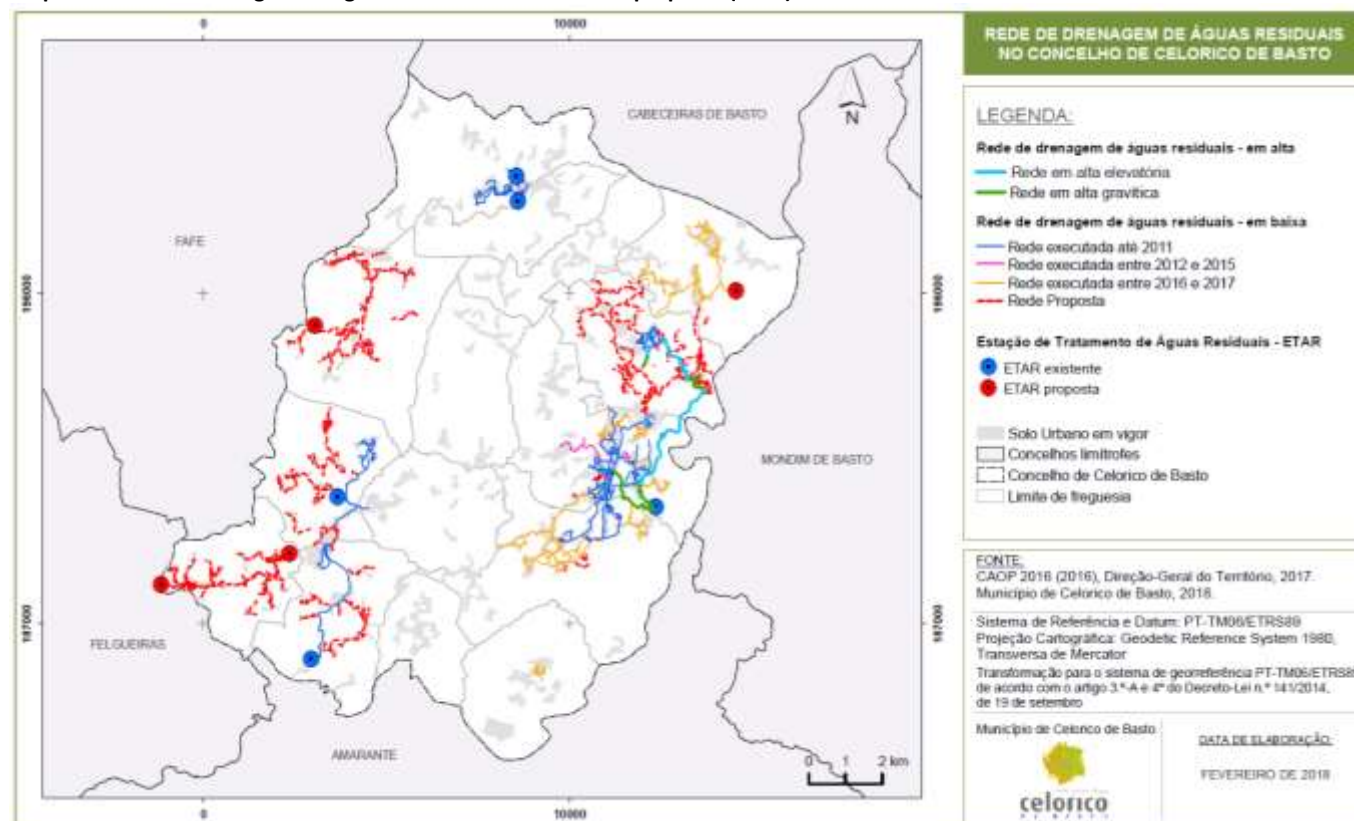
AdNorte – Águas do Norte

**Objetivos e Metas**

Objetivo de sustentabilidade – Assegurar serviços de abastecimento de drenagem e tratamento de águas residuais com elevado nível de qualidade e sustentabilidade à generalidade da população do concelho.

**Documentos/ Metas de Referência Estratégica**

Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais (PENSAAR 2020)

**DADOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA****Mapa 10: Rede de drenagem de águas residuais – executada e proposta (2017)****Quadro 75: Estações de tratamento de águas residuais no Concelho de Celorico de Basto, (2011-2016)**

Ano	ETAR (n.º)
2011	6
2012	6
2013	6
2014	6
2015	6
2016	5

## ANÁLISE SUMÁRIA

Na década de 1980 (conforme os dados dos censos 81) o concelho não dispunha de qualquer rede pública de saneamento. Os sistemas particulares serviam então 37% da população.

No início da década de 1990, estavam em funcionamento as redes da Vila de Celorico de Basto e de Fermil e estavam a iniciar-se as obras da rede da Gandarela.

Em 2011, apenas a freguesia de Britelo tinha uma cobertura quase total dos espaços urbanos. Oito freguesias tinham uma cobertura parcial: Arnóia e Gémeos, nas áreas incluídas ou próximas da sede do Concelho, S. Clemente, na Vila da Gandarela; Gagos, Molaes e Veade, na Vila de Fermil e ainda Borba e Fervença que possuem sistemas autónomos ligados a ETAR compactas. Gémeos e Carvalho tinham uma cobertura residual, que abrangia apenas as zonas de S. Silvestre (Celorico) e da Zona Industrial de Carvalho, respetivamente. As restantes 11 freguesias não possuíam rede de drenagem de águas residuais.

Entre 2012 e 2015 foram executadas algumas redes em baixa pelo Município e outras ainda por empreitada nas freguesias de Britelo, Gémeos e S. Clemente. Algumas foram realizadas no âmbito da construção de equipamentos públicos com os respetivos arruamentos de acesso.

Em 2016 e 2017, os sistemas de rede de drenagem de águas residuais foram entregues à entidade atualmente designada de Águas do Norte (AdNorte). Os sistemas executados a partir de então são da sua competência. Neste período foram executadas redes nas freguesias de Canedo de Basto, Britelo, Arnóia e Codessoso.

Celorico de Basto possui uma rede em alta elaborada pelas AdNorte, que vem ligar à ETAR de Mosqueiros na freguesia de Britelo, recentemente renovada. Esta rede em alta veio permitir que o sistema de Fermil/Veade possa drenar na ETAR de Mosqueiros. Futuramente esta rede irá servir os sistemas propostos naquela área.

Em relação à rede proposta para o concelho, esta irá abranger vários sistemas distribuídos pelas freguesias do Rego, Borba, Agilde, Fervença, Veade e Gagos.

Estima-se que em 2021 a taxa de cobertura da rede de saneamento de águas residuais atinja cerca de 50%.

Atualmente o concelho possui 5 estações de tratamento de águas residuais (ETAR compacta de Borba, Fervença e Mosqueiros em Britelo e Fossa Séptica compacta de Gandarela e S. Clemente). A ETAR de Fermil existente até 2015 foi desativada passando a funcionar como Estação Elevatória.



**N.º de Ecopontos**

Código 2.2.3.1

Tendência

**Eixo** Equipamentos e Infraestruturas  
**Domínio** Infraestruturas  
**Área temática** Resíduos sólidos urbanos

**Unidade de Análise** N.º  
**Periodicidade** Anual

**Descrição/ Metodologia**

Evolução do N.º de ecopontos distribuídos pelo concelho.

**Fonte**

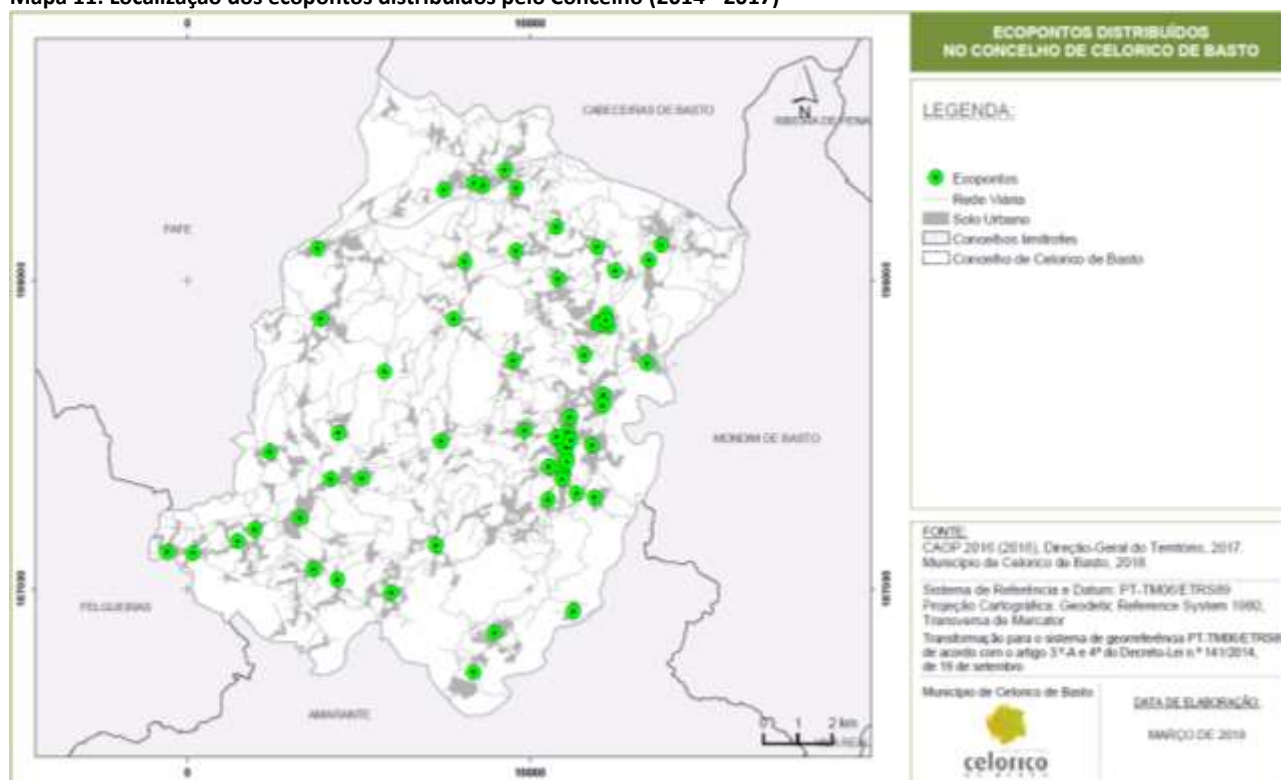
Município de Celorico de Basto (DARN). Resinorte.

**Objetivos e Metas**

Objetivo de sustentabilidade – Garantir a recolha e gestão dos resíduos Sólidos Urbanos.

**Documentos de Referência**

Plano Estratégico dos Resíduos Urbanos 2020 (PERSU 2020)

**DADOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA****Mapa 11: Localização dos ecopontos distribuídos pelo Concelho (2014 - 2017)****Quadro 76: N.º de ecopontos distribuídos pelo Concelho, por anos (2014 – 2017)**

Ano	N.º de ecopontos
2014	56
2015	56
2016	56
2017	X

X – Dados não disponíveis.

**ANÁLISE SUMÁRIA**

Desde 2014, data de início de análise do presente indicador, existem 56 ecopontos (papelão, embalão e vidro) distribuídos pelo concelho de Celorico de Basto. Em 2015 e 2016 este valor manteve-se inalterável.

Os ecopontos estão estrategicamente instalados nos principais aglomerados urbanos do concelho, principalmente nos quatro principais centros urbanos concelhios e nas centralidades das freguesias.

A evolução do presente indicador não foi objeto de apresentação de dados em 2017, pelo facto de não estarem ainda disponibilizados.

## Rede elétrica

Código 2.2.4.1

Tendência ▲

Eixo Equipamentos e Infraestruturas  
Domínio Infraestruturas  
Área temática Rede elétrica

Unidade de Análise Km/ %  
Periodicidade Anual

### Descrição/ Metodologia

Avaliar a rede elétrica – Localização das linhas, subestações e centros electroprodutores de potência superior a 20 MVA e localização da rede elétrica existente aérea (linhas de 60kv e 15kv) e subterrânea (linhas de 15kv) do concelho de Celorico de Basto.

### Fonte

Município de Celorico de Basto.  
REN  
EDP Distribuição S.A.

### Objetivos e Metas

Objetivo de sustentabilidade – Assegurar a rede de distribuição de energia elétrica com elevado nível de qualidade e sustentabilidade à generalidade da população do concelho. Contribuir também para uma valorização paisagística do território concelhio com a substituição de redes aéreas por redes subterrâneas.

### Documentos de Referência

## DADOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA

Figura 3: Extrato do Mapa da Rede Nacional de Transporte de Eletricidade, 2016



Fonte: REN

### Legenda:



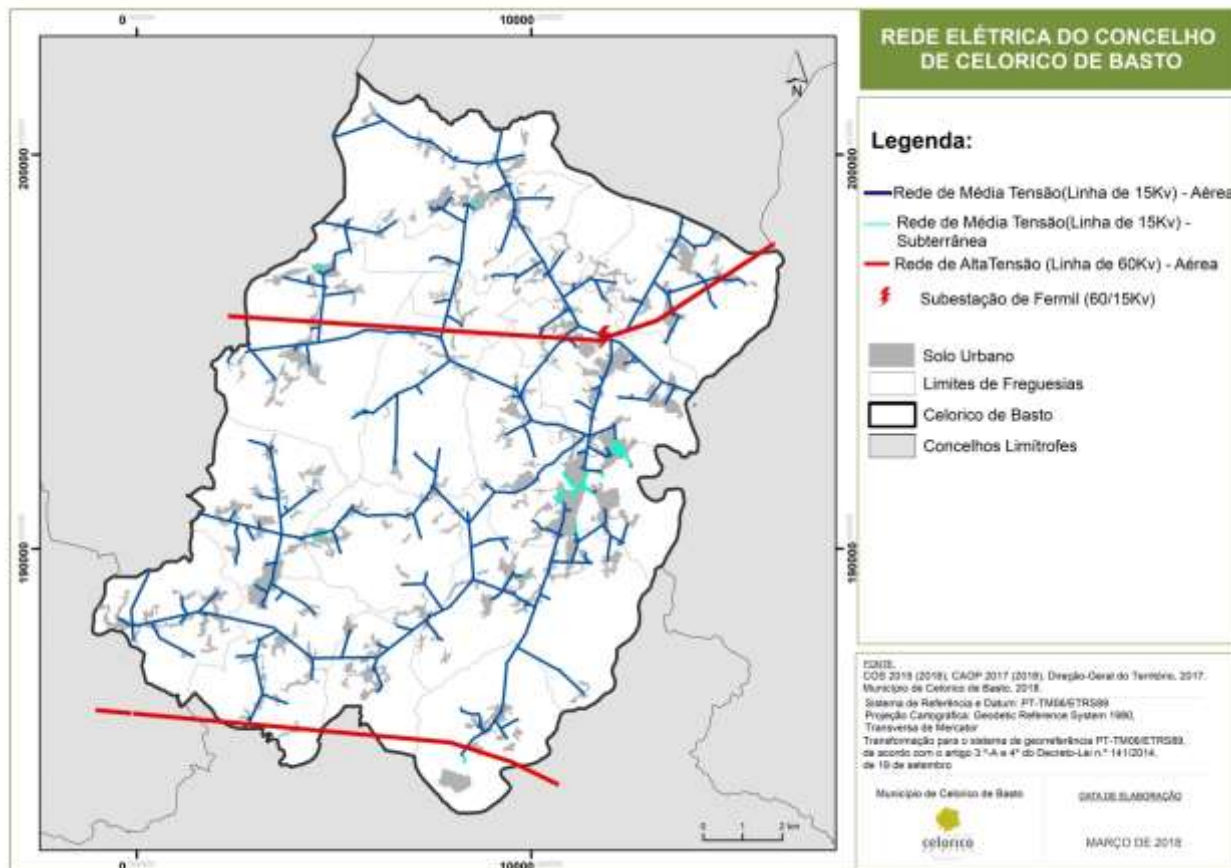
Quadro 77: Linhas de Alta e Média Tensão (km)

Ano	Linha Alta Tensão		Linha Média Tensão	
	Km	%	Km	%
2018	24,89	100	170,43	100

Quadro 78: linhas de Média Tensão – Aérea e Subterrânea (km)

Ano	Linha Média Tensão			
	Aérea		Subterrânea	
	Km	%	Km	%
2018	160,83	94,37	9,60	5,63

**Mapa 12: Rede elétrica de 15kv e 60kv do Concelho de Celorico de Basto (atualizado a 20-11-2018)**



## ANÁLISE SUMÁRIA

Em termos de rede elétrica, no que se refere à REN – Rede elétrica Nacional, S.A., foi consultada a página da internet <http://www.centrodeinformacao.ren.pt/PT/INFORMACAOTECNICA/Paginas/MapaRNT.aspx> para verificação da existência de linhas de muito alta tensão (igual ou superior a 110Kv) e verificar a possibilidade de travessias e/ou localização de linhas, subestações e centros electroprodutores de potência superior a 20 MVA. Constatou-se que no Mapa da Rede Nacional de Transporte de eletricidade (2016) está representada uma linha aérea programada, no âmbito do aproveitamento hidroelétrico do Fridão, que coincide, grosso modo, com o limite nascente do concelho.

Em termos de instalações elétricas, foi solicitada informação ao operador EDP Distribuição, que reportou a rede elétrica de 15 e 60kv, assim como a distribuição das subestações. As infraestruturas existentes no concelho são as seguintes:

- Subestação de Fermil, relação de transformação AT/MT 60/15Kv, potência instalada 20,0 MVA.
- Linhas de alta tensão, com 60Kv:
  - LN60 1147 Fermil – Bragada, Ribeira de Pena;
  - LN60 1150 Fermil – Lomba da Seixa, Montalegre;
  - LN60 1063 Amarante – Felgueiras (passa na zona sul do concelho)

A Câmara Municipal de Celorico de Basto e a EDP têm vindo a substituir linhas aéreas de média tensão por linhas subterrâneas, principalmente na área urbana da vila de Celorico de Basto. Esta intervenção resulta de um protocolo de cooperação entre o Município e a EDP – Distribuição – Energia, S.A. cujo objetivo é melhorar a rede de distribuição de energia elétrica do concelho.

As linhas de alta tensão em território concelhio correspondem a 24,89Km e as linhas de média tensão a 170,43Km. Face aos 170,43Km de linhas de média tensão, 160,83Km são aéreas (94,37% do total de linhas de MT). As intervenções subterrâneas realizadas em cerca de 9,60km do espaço concelhio, com vista ao enterramento de linhas elétricas aéreas e conseqüente desmantelamento de postes elétricos, representam 5,63% do total de linhas de média tensão, contribuindo para uma mais-valia técnica nos espaços urbanos e contribuindo também para uma forte valorização paisagística do território concelhio.

## Rede de Fibra ótica

Código 2.2.5.1

Tendência



**Eixo** Equipamentos e Infraestruturas  
**Domínio** Infraestruturas  
**Área temática** Rede de fibra ótica

**Unidade de Análise** N.º  
**Periodicidade** Anual

### Descrição/ Metodologia

Localizar a distribuição da rede de fibra ótica existente no concelho.

### Fonte

Município de Celorico de Basto.  
RZ mapa – Serviço de Engenharia (2011)  
Dstelecom norte, s.a.

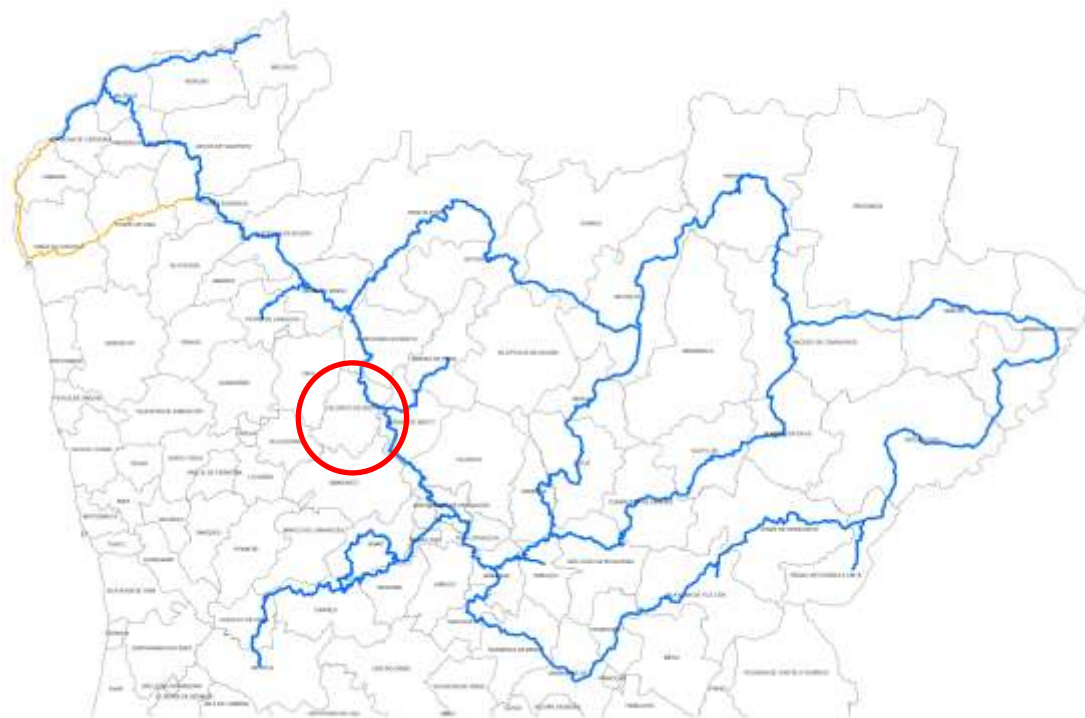
### Objetivos e Metas

Objetivo de sustentabilidade – Entender a inclusão digital como uma nova participação efetiva das pessoas na sociedade e consequentemente a obtenção do que se pode chamar de sociedade sustentável.

### Documentos de Referência

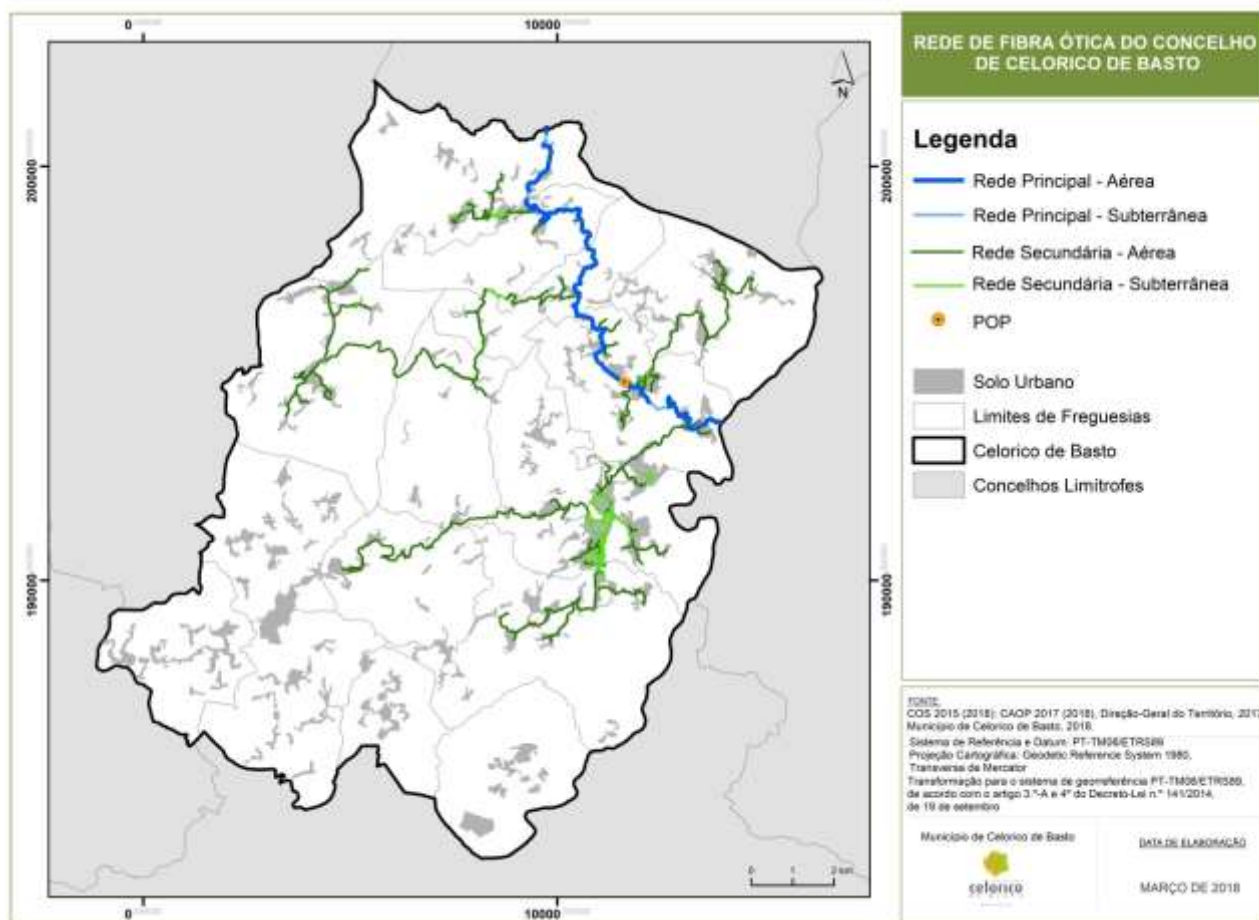
## DADOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA

Figura 4: Rede principal de fibra ótica (backbone) que atravessa o quadrante nordeste do concelho de Celorico de Basto, no âmbito da Rede de Nova Geração (RNG), com cobertura num total de 44 concelhos



(Fonte: <https://norte.dstelecom.pt/rede/mapa-da-rede>)

Mapa 13: Localização da rede de fibra ótica no concelho de Celorico de Basto (2018)



## ANÁLISE SUMÁRIA

Numa nova era da informação nota-se o surgimento de um novo tipo de exclusão social, a exclusão digital que leva ao conseqüente analfabetismo digital. As pessoas são privadas por algum motivo de instrumentos básicos da tecnologia.

Ao nível da rede de fibra ótica no concelho de Celorico de Basto, a sua primeira fase foi instalada no ano de 2008, no âmbito do projeto Tâmega Digital, abrangendo o centro da sede do concelho e a ligação à zona industrial de Crespos.

Foi iniciado mais recentemente, com o apoio da União Europeia, o programa Redes de Nova Geração (RNG) para as zonas rurais do Norte, cujo traçado abrange o concelho de Celorico de Basto. Este programa tem por objetivo promover a adoção massiva de acessos de elevado débito à internet e desenvolvimento de aplicações avançadas e ligar toda a rede pública de hospitais e centros de saúde, instituições de ensino, museus, bibliotecas e serviços de justiça.

No âmbito da RNG foi já executada a rede principal (backbone) que atravessa o quadrante nordeste do concelho no sentido norte-sul, passando por Gandarela e Fermil, onde se localiza o ponto de distribuição de sinal (POP) e ligando aos concelhos de Trás-os-Montes. Esta rede desenvolve-se numa extensão de 15km, sendo 13,98km aérea e 1,02km em conduta subterrânea.

Em relação à rede secundária executada (rede de acesso), atualmente ela serve 10 das atuais 15 freguesias do concelho.

A instalação dos equipamentos ativos da rede e a ligação da fibra ótica até à entrada dos edifícios, nos vários aglomerados populacionais, está a ser feita pelas várias operadoras de telecomunicações de fibra ótica que operam em Portugal.

## 8.3 ESPAÇO URBANO



- 3.1.1.1 Património Imóvel Classificado e em Vias de Classificação
- 3.1.1.2 Imóveis a recuperar/ recuperados nas Áreas de Reabilitação Urbana (ARU)
- 3.1.1.3 Salvaguarda das intervenções no património e na envolvente ao património classificado e ao património arquitetónico e arqueológico inventariado
- 3.1.2.1 Processos de operações urbanísticas por classificação do solo – Urbano (urbanizado e urbanizável) e Rural
- 3.1.2.2 Processos de operações urbanísticas em UOPG
- 3.1.2.3 Processos de operações urbanísticas em solo urbanizável
- 3.1.2.4 Unidades de Execução
- 3.1.2.5 Alvarás de Loteamento
- 3.1.2.6 Processos de operações urbanísticas por categoria de solo
- 3.1.2.7 Processos de construção e reabilitação (ampliação, alteração e reconstrução)
- 3.1.2.8 Obras licenciadas e concluídas
- 3.1.2.9 Edifícios licenciados e concluídos (moradias e apartamentos) para construção nova e habitação familiar
- 3.1.2.10 Fogos licenciados e fogos concluídos para construção nova e habitação familiar
- 3.1.3.1 Licenciamento de construções (incluindo novos equipamentos) nos 4 principais centros urbanos e por freguesias do concelho
- 3.1.3.2 Licenciamento de novas unidades industriais em Espaços de Atividades Económicas e fora desses espaços
- 3.3.10.1 Alojamentos e taxa de Crescimento dos Alojamentos
- 3.3.10.2 Forma de ocupação de alojamentos familiares
- 3.3.10.3 Edifícios e Taxa de Crescimento dos Edifícios

**Eixo** Espaço Urbano  
**Domínio** Urbanismo  
**Área temática** Património e Reabilitação Urbana

**Unidade de Análise** N.º  
**Periodicidade** Anual

**Descrição/ Metodologia**

Avaliar o n.º de imóveis classificados e em vias de classificação.

**Fonte**

Município de Celorico de Basto/ Direção-Geral do Património Cultural (DGPC)

**Objetivos e Metas**

Objetivo de sustentabilidade – Conservar e valorizar o património cultural, promovendo sempre que necessário à sua reabilitação ou reconversão.

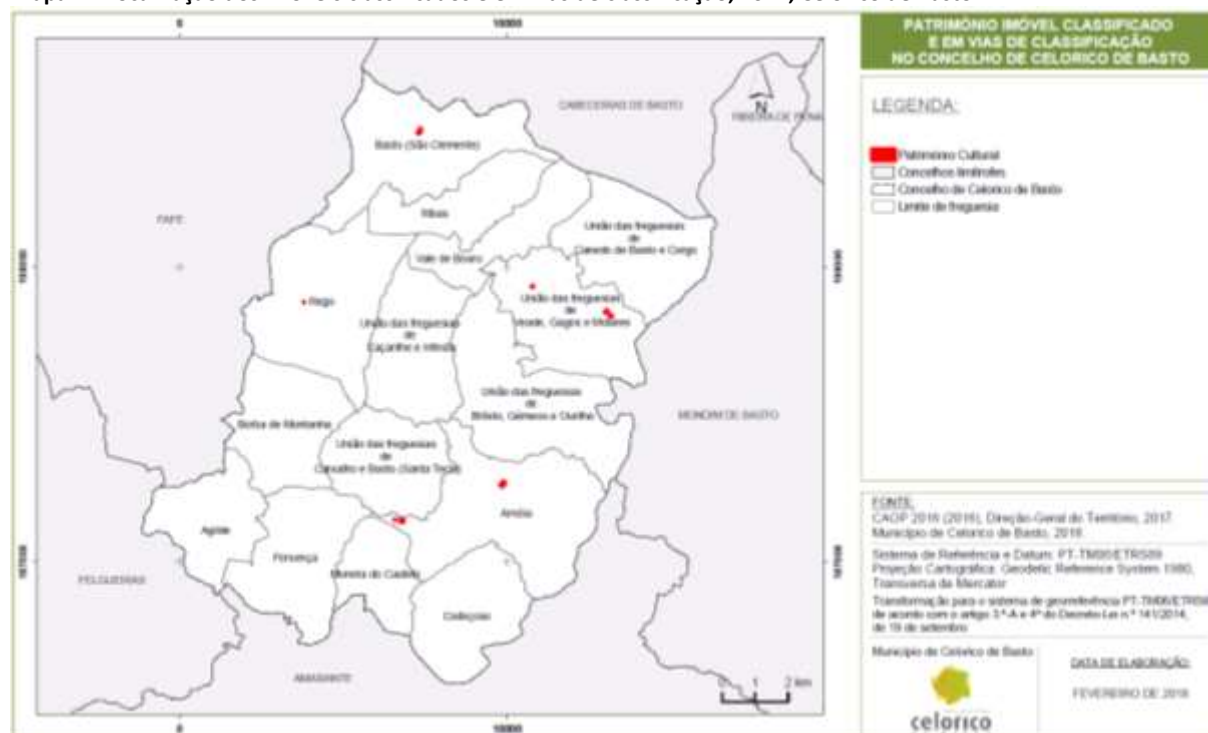
**Documentos/ Metas de Referência Estratégica**

**DADOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA**

**Quadro 79: Património imóvel classificado e em vias de classificação, 2017, Celorico de Basto.**

Celorico de Basto			
Imóveis Classificados e em Vias de Classificação	Categoria/ tipologia	Categoria de proteção	Localização
Castelo de Arnoia	Arquitetura Militar/ Castelo	MN - Monumento Nacional	Arnoia
Estela de Vila Boa	Arqueologia/ Estela	IIP - Imóvel de Interesse Público	Rego
Casa do Outeiro	Arquitetura Civil/ Casa	IIP - Imóvel de Interesse Público	UF de Veade, Gagos e Molares
Casa da Boavista, incluindo o jardim e os elementos decorativos que este contém	Arquitetura Civil/ Solar	IIP - Imóvel de Interesse Público	UF de Veade, Gagos e Molares
Pelourinho de Castelo	Arquitetura Civil/ Pelourinho	IIP - Imóvel de Interesse Público	Arnoia
Solar do Souto e jardins	Arquitetura Civil/ Solar	MIP - Monumento de Interesse Público	Basto (S. Clemente)
Casa da Cruz	Arquitetura Civil/ Solar	Em Vias de Classificação (IIM - Imóvel de Interesse Municipal)	UF de Veade, Gagos e Molares
Igreja e Convento de Arnoia	Arquitetura Religiosa/ Convento	Em Vias de Classificação (com Despacho de Abertura)	Arnoia

**Mapa 14: localização dos imóveis classificados e em vias de classificação, 2017, Celorico de Basto.**



## ANÁLISE SUMÁRIA

Em 2017, o concelho possui 6 bens imóveis classificados. Um classificado como Monumento Nacional (MN), 4 como Imóveis de Interesse Público (IIP) e 1 como Monumento de Interesse Público (MIP). Possui ainda 2 imóveis em vias de classificação.

Espacialmente, na freguesia de Arnoia situam-se 2 imóveis classificados (1 MN – Castelo de Arnoia e 1 IIP – Pelourinho do Castelo) e 1 imóvel em vias de classificação – Igreja e Convento de Arnoia. Na União das Freguesias de Veade, Gagos e Molares situam-se 2 imóveis classificados (IIP – Casa do Outeiro e Casa da Boavista) e 1 imóvel em vias de classificação (IIM – Casa da Cruz). Na freguesia do Rego e de Basto (S. Clemente) situam-se, respetivamente, 1 Imóvel de Interesse Público (IIP – Estela de Vila Boa) e 1 Monumento de Interesse Público (MIP – Solar do Souto e Jardins).



## Imóveis a recuperar/ recuperados nas Áreas de Reabilitação Urbana (ARU)

Código 3.1.1.2

Tendência ▲

Eixo Espaço Urbano  
Domínio Urbanismo

Unidade de Análise N.º  
Periodicidade Anual

Área temática Património e Reabilitação Urbana

Identificar o n.º de imóveis a recuperar / recuperados nas áreas de reabilitação urbana (ARU) do concelho de Celorico de Basto, utilizando complementarmente 2 metodologias:

- Contabilização das licenças emitidas relativas a obras de reconstrução, alteração e ampliação, correspondentes à definição de reabilitação de edifício que consta no regime jurídico da urbanização e da edificação;
- Identificação de intenções de reabilitação e de intervenções concluídas a partir de requerimentos recebidos e documentos emitidos, designadamente: pareceres de enquadramento no âmbito do IFRRU 2020, vistorias ao estado de conservação de edifícios e certidões para efeito de concessão de benefícios fiscais.

### Fonte

Município de Celorico de Basto (DPSSC e DGU)

### Objetivos e Metas

Objetivo de sustentabilidade – Conservar e valorizar o parque edificado, promovendo sempre que necessário à sua reabilitação ou reconversão.

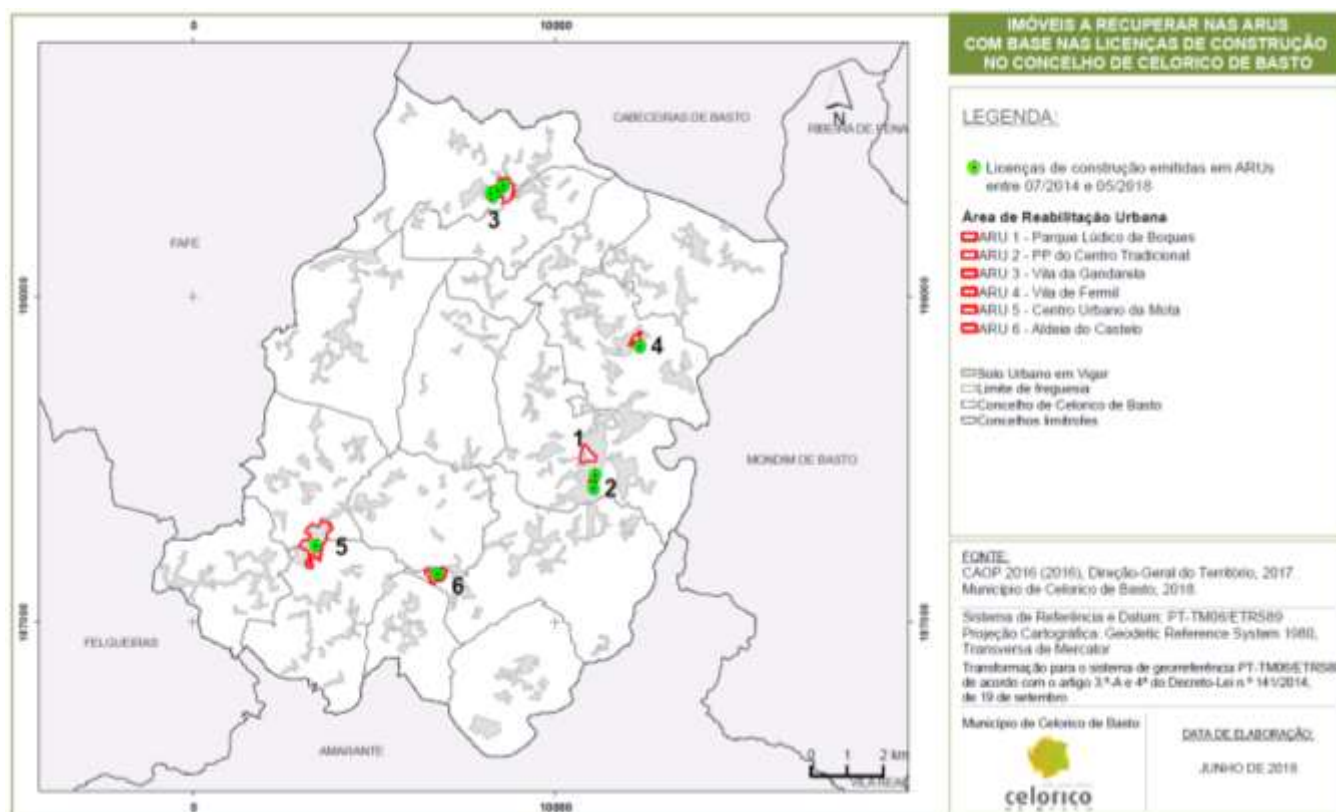
### Documentos/ Metas de Referência Estratégica

PARU - Plano de Ação de Regeneração Urbana, elaborado em 2016 (Geoatributo).

IFRRU 2020 - Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbana - Trata-se de um programa de financiamento reembolsável que conjuga fundos comunitários e crédito bancário, exclusivo para intervenções em ARU.

## DADOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA

Mapa 15: Localização do parque edificado a recuperar nas ARUs com base nas licenças de construção emitidas, Celorico de Basto (07/2014 – 05/2018)



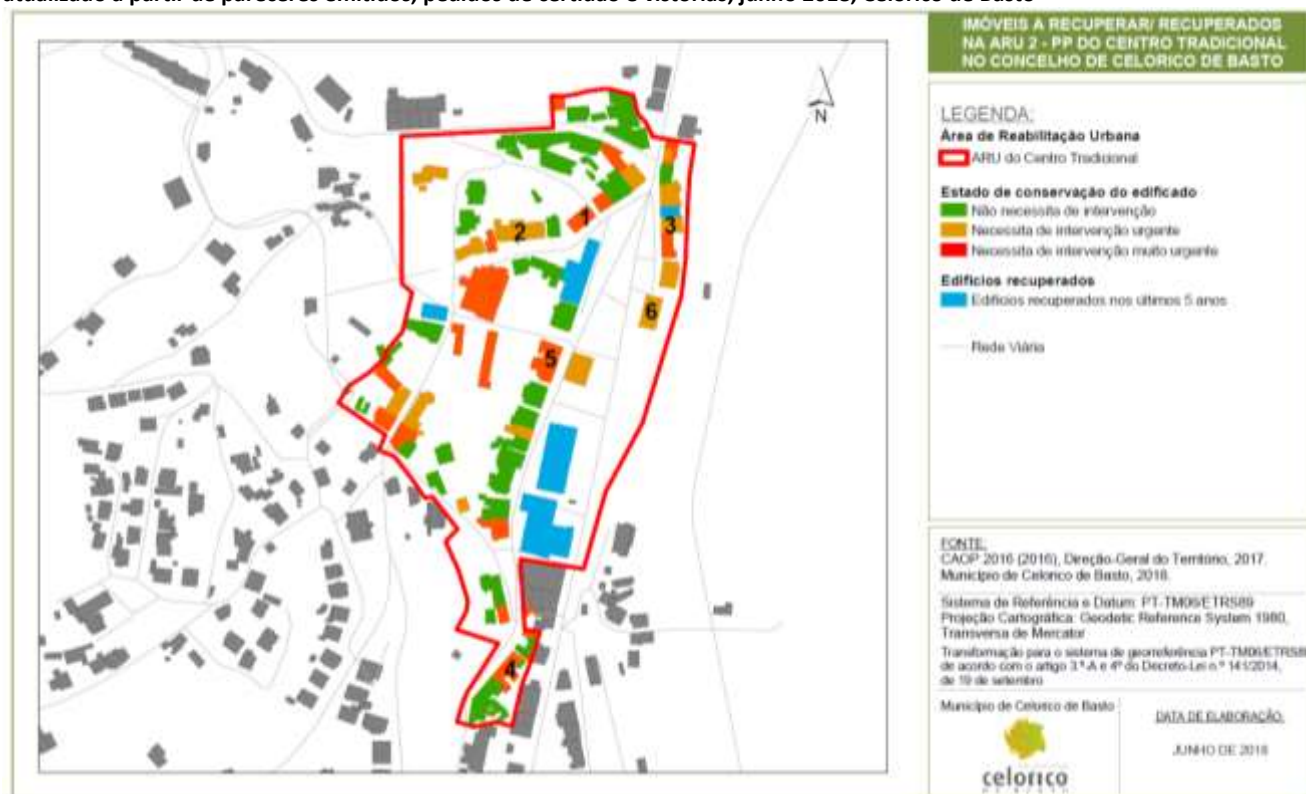
**Quadro 80: N.º de licenças Emitidas em Áreas de Reabilitação Urbana**

Tipo de obra		N.º de licenças Emitidas em Áreas de Reabilitação Urbana						Total
		ARU 1	ARU 2	ARU 3	ARU 4	ARU 5	ARU 6	
Reabilitação	Ampliação	-	-	1	-	1	-	2
	Alteração	-	-	-	-	-	-	0
	Reconstrução	-	2	3	1	-	2 (*)	8

ARU 1 – Parque Lúdico de Boques; ARU 2 – ARU do Plano de Pormenor do Centro Tradicional; ARU 3 – Vila da Gandarela; ARU 4 – Vila de Fermil; ARU 5 – Centro Urbano da Mota; ARU 6 – Aldeia do Castelo – Antiga Villa de Basto.

(\*) Um licenciamento de reconstrução de habitação foi instruído com base nas regras de edificabilidade do PDM/94.

**Mapa 16: Localização dos imóveis a recuperar/recuperados na ARU 2 - PP do Centro Tradicional, com base no PARU, atualizado a partir de pareceres emitidos, pedidos de certidão e vistorias, junho 2018, Celorico de Basto**



**Quadro 81: Parque edificado a recuperar/ recuperado nas ARUs, a partir de pareceres e pedidos de certidão, junho 2018, Celorico de Basto.**

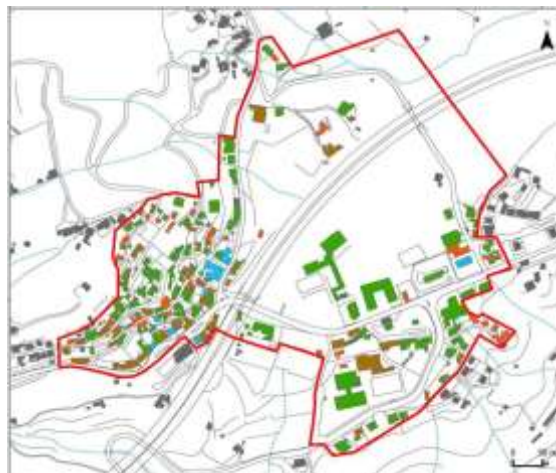
N.º de identificação	Localização	Estado de conservação do edifício	FASE em que se encontra				Reabilitação concluída
			Intenção (pedido parecer/ esclarecimento)	Projeto em análise	Obra em execução		
1	ARU do Centro Tradicional	Necessita de intervenção muito urgente	✓	✓	✓		
2	ARU do Centro Tradicional	Necessita de intervenção urgente	✓				
3	ARU do Centro Tradicional	Necessita de intervenção urgente	✓	Isento de licenciamento			
4	ARU do Centro Tradicional	Necessita de intervenção muito urgente	✓	✓	✓		
5	ARU do Centro Tradicional	Necessita de intervenção muito urgente	✓				
6	ARU do Centro Tradicional	Necessita de intervenção urgente	✓				

Mapa 17: Estado de conservação do edificado e edifícios recuperados nas ARU, de acordo com o PARU, junho 2016, Celorico de Basto.

ARU 1 - Parque Lúdico de Boques



ARU 3 – Vila da Gandarela



ARU 4 – Vila de Fermil



ARU 5 – Centro Urbano da Mota



ARU 6 – Aldeia do Castelo – Antiga Villa de Basto



**Legenda:**

Estado de conservação do edificado	
	Não necessita de intervenção
	Necessita de intervenção urgente
	Necessita de intervenção muito urgente
Edifícios Recuperados	
	Edifícios recuperados nos últimos 5 anos

**Quadro 82: Imóveis recuperados nas ARU no período 2011-2016, de acordo com o PARU (plano de ação de regeneração urbana)**

Edifícios recuperados	ARU 1	ARU 2	ARU 3	ARU 4	ARU 5	ARU 6	Total
N.º total de edifícios	-	7	10	2	3	5	27
Equipamentos	-	6	4	-	1	1	12

#### ANÁLISE SUMÁRIA

A reabilitação do edificado nas áreas de reabilitação urbana, designadamente do edificado privado, mostra-se ainda muito incipiente. Com efeito, na totalidade das ARU foram emitidas, desde a entrada em vigor do atual PDM, apenas 8 licenças relativas a obras de reconstrução e 2 a obras de ampliação.

Analisando os mapas integrados PARU relativos ao estado de conservação do edificado, é possível identificar os edifícios recuperados no período de 2011 a 2016, no total de 27, a maioria situados no centro de Celorico de Basto e na Gandarela. Destaca-se a quantidade de equipamentos de utilização coletiva (6 no centro tradicional, 4 na Gandarela, 1 na Mota e 1 no Castelo), o que reflete o peso significativo do investimento público.

Ainda de acordo com o PARU, a percentagem de edifícios que necessitam de intervenção nas diversas ARU varia entre os 32% em Boques e na Mota, 38% na Gandarela, 42% em Fermil, 44% no centro tradicional de Celorico de Basto e 74% no Castelo.

De acordo com a informação mais recente (junho 2018), que se refere apenas à ARU do Centro Tradicional da sede do concelho, estão a decorrer duas obras de reconstrução integral de edifícios, havendo mais 4 casos de promotores que manifestaram interesse na reabilitação. Esta ainda prevista nesta ARU a reabilitação de mais 2 equipamentos públicos.

Os incentivos à reabilitação urbana existentes têm sido muito pouco aproveitados: até ao momento apenas foram emitidos 2 pareceres de enquadramento para candidatura ao IFRRU 2020 e efetuada uma vistoria ao estado de conservação de edifício, para futura obtenção de benefícios fiscais. Para além destes casos, os serviços de Planeamento fizeram o atendimento personalizado de vários interessados, para esclarecimentos relacionados com os benefícios fiscais previstos na lei e a candidatura a financiamento pelo IFRRU 2020.

**Salvaguarda das intervenções no património e na envolvente ao património classificado e ao património arquitetónico e arqueológico inventariado**

Código 3.1.1.3

Tendência



Eixo Espaço Urbano

Domínio Urbanismo

Área temática Património e Reabilitação Urbana

Unidade de Análise N.º

Periodicidade Anual

**Descrição/ Metodologia**

Identificar o n.º de pareceres emitidos com base em relatórios de salvaguarda do património arquitetónico e arqueológico do concelho.

Identificar as intervenções do património arquitetónico de nível valorativo V1 e V2. Inclui o património classificado e em vias de classificação.

**Fonte**

Município de Celorico de Basto (DPSSC e DGU)

**Objetivos e Metas**

Objetivo de sustentabilidade – Promover e qualificar os elementos arquitetónicos e arqueológicos

**Documentos/ Metas de Referência Estratégica****DADOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA****Quadro 83: N.º de pareceres emitidos com base em relatório de salvaguarda, Celorico de Basto - 07/2014 a 05/2018.**

Ano	Pareceres emitidos com base em relatório de salvaguarda		
	Património arquitetónico	Património arqueológico	Observações
07/2014	0	0	
2015	4	1	
2016	9	1	1 Relatório do património arquitetónico incide na Casa da Granja, enquanto elemento patrimonial (V2) a intervir para manter a sua traça original.
2017	9	1	
05/2018	6	0	
<b>TOTAL</b>	<b>28</b>	<b>3</b>	

**Quadro 84: Património arquitetónico preservado (V1 e V2), Celorico de Basto - 07/2014 a 05/2018.**

Património arquitetónico preservado (V1 e V2)			
Designação	Código	Nível valorativo	Fim a que se destina
Povoação do Castelo ou “Villa de Basto”	ARN25	V2	Conjunto inserido na ARU do Castelo, com a recuperação de alguns imóveis para habitação ou turismo
Conjunto de Vila Nova de Freixo	BRI12	V2	Conjunto inserido na ARU do Centro Tradicional, com a recuperação de alguns imóveis para habitação
Estação de Celorico de Basto	BRI22	V2	Funciona atualmente como pousada de juventude
Casa de Arnoia	ARN08	V2	Recuperação para atividade turística
Casa de Mosqueiros	BRI18	V2	Recuperação para atividade turística
Casa da Granja	RIB08	V2	Recuperação para atividade turística
Casa da Boavista	VEA07	V1	Imóvel classificado na categoria de proteção IIP (Imóvel de Interesse Público) com projeto aprovado, com vista à atividade turística

## ANÁLISE SUMÁRIA

Com a inventariação do património arquitetónico e arqueológico e a criação de áreas de salvaguarda dos elementos patrimoniais (alargamento das áreas de salvaguarda dos elementos de maior valor), tem havido uma maior preocupação na análise dos projetos submetidos (apresentação de relatórios de salvaguarda) e consequente preocupação na qualidade dos projetos. Este fator leva a uma melhoria do enquadramento urbano e paisagístico na envolvente do elemento patrimonial e consequente preservação do património concelhio.

Desde o PDM revisto em 2014, ao nível do património arquitetónico foram emitidos pelo município 28 pareceres com base num relatório de salvaguarda subscrito por técnico habilitado contendo informação técnica de apreciação e cujas intervenções se inserem na área de salvaguarda do elemento patrimonial, com vista a validação por parte do município. A justificação deverá ter por base o facto de o projeto apresentado não prejudicar nem diminuir o valor histórico/ patrimonial do elemento e da sua envolvente.

Ao nível do património arqueológico, e com o mesmo suporte do património arquitetónico, foram emitidos pelo município 3 pareceres com base num relatório de salvaguarda subscrito por arqueólogo habilitado contendo informação técnica de apreciação e cujas intervenções se inserem na área de salvaguarda do elemento patrimonial. Um desses pareceres foi objeto de prévia avaliação/ escavação arqueológica de diagnóstico, sendo comunicada essa sondagem e posteriormente autorizada pela entidade competente (DGPC).

Com vista à preservação do património arquitetónico do concelho, dos imóveis inventariados como V1 (de superior interesse) e V2 (de interesse relevante), desde 2014, têm sido recuperados vários imóveis no conjunto da designada Povoação do Castelo ou “Villa de Basto” – ARN25 (conjunto inserido na ARU do Castelo) e têm sido também recuperados imóveis no Conjunto de Vila Nova de Freixo – BRI12.

Dois imóveis que compõem a Estação de Celorico de Basto – BRI22 também foram recuperados funcionando atualmente como pousada de juventude.

Três imóveis/ solares foram recuperados com vista à atividade turística. São eles a Casa de Arnoia – ARN08, a Casa de Mosqueiros – BRI18 e a Casa da Granja – RIB08.

Existe ainda um imóvel classificado na categoria de proteção IIP (Imóvel de Interesse Público) com projeto aprovado, com vista à atividade turística, designado de Casa da Boavista – VEA07.

## Processos de operações urbanísticas por classificação do solo – Urbano (urbanizado e urbanizável) e Rural

Código 3.1.2.1

Tendência

Eixo Espaço Urbano

Domínio Urbanismo

Área temática Centralidade e consolidação da malha urbana

Unidade de Análise N.º / %

Periodicidade Anual

### Descrição/ Metodologia

Identificar o número de operações urbanísticas, cujas licenças foram emitidas com alvará de construção (Fase em que o requerente está habilitado legalmente a iniciar a obra para o qual instruiu o processo) com base no PDM em vigor, por classes básicas do solo no território do concelho.

### Fonte

Município de Celorico de Basto (DGU)

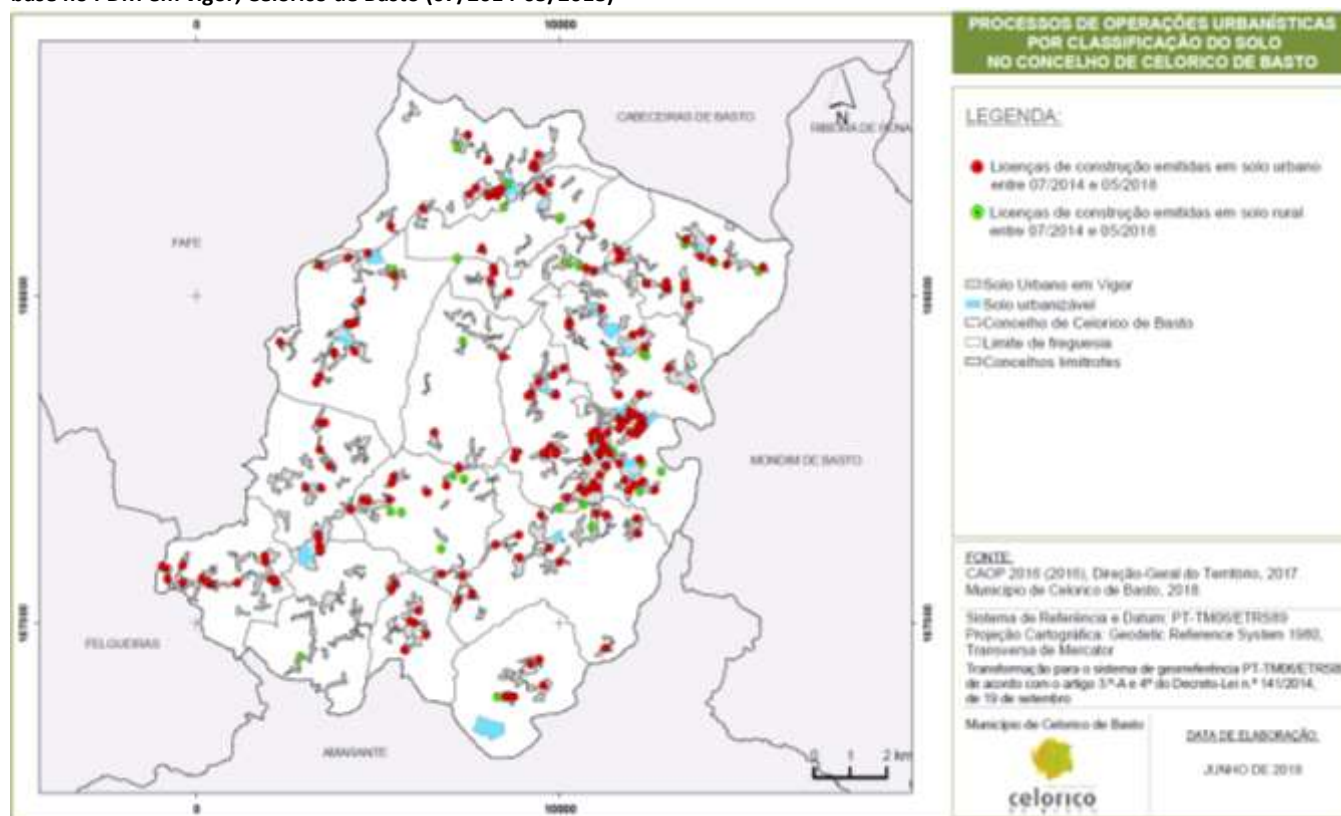
### Objetivos e Metas

Objetivo de sustentabilidade – Dar cumprimento ao modelo territorial definido no PDM

### Documentos/ Metas de Referência Estratégica

## DADOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA

Mapa 18: Distribuição do n.º de licenças emitidas de operações urbanísticas por classificação do solo – Urbano e Rural, com base no PDM em vigor, Celorico de Basto (07/2014-05/2018)



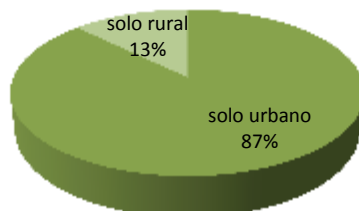
**Quadro 85: N.º de licenças emitidas de operações urbanísticas por classificação do solo – Urbano e Rural, com base no PDM em vigor, Celorico de Basto (07/2014 – 05/2018)**

Ano	PDM - Classes do solo			
	Urbano		Rural	TOTAL
	N.º de licenças emitidas Urbanizado	N.º de licenças emitidas Urbanizável	N.º de licenças emitidas	
07/2014	12	0	1	13
2015	57	2	4	63
2016	56	1	8	65
2017	49	2	13	64
05/2018	26	1	4	31
<b>Total</b>	<b>200</b>	<b>6</b>	<b>30</b>	<b>236</b>

**Quadro 86: Percentagem a que corresponde o n.º de licenças emitidas de operações urbanísticas por classificação do solo – Urbano e Rural, com base no PDM em vigor, Celorico de Basto (07/2014 – 05/2018)**

Classes do solo		N.º de licenças emitidas Percentagem a que corresponde	
Solo urbano	Urbanizado	84,75%	<b>87,29%</b>
	Urbanizável	2,54%	
Solo rural			<b>12,71%</b>

**Gráfico 71**



## ANÁLISE SUMÁRIA

O território concelhio reparte-se por duas classes básicas de solo estabelecidas na lei: solo urbano e solo rural.

Da análise das duas classes de solo definidas no PDM atual, decorridos quatro anos, verifica-se que existe um claro predomínio de licenças de construção emitidas em solo urbano. Foram emitidas no total 236 licenças, das quais 206 em solo urbano, o que representa 87,29% do total de licenças emitidas no território concelhio.

As licenças emitidas em solo rural representam um total de 30, o que corresponde a 12,71%.

Na classe de solo urbano e ao nível do espaço programado para o PDM atual, observou-se o registo de 6 licenças de construção integradas em solo urbanizável.

Da distribuição dos alvarás de construção por anos, com base no PDM, verifica-se um certo equilíbrio na dinâmica construtiva do concelho. Os anos de 2015 a 2017 rondaram o mesmo número de licenças de construção emitidas, com respetivamente, 63, 65 e 64 alvarás.

Uma vez que se procedeu à revisão e ao período de suspensão do PDM desde o inquérito público até à entrada em vigor do novo PDM, o ano de 2014 foi um período de transição, registando-se apenas a emissão de 13 licenças de construção com base no PDM em vigor.

Até final de maio de 2018 registavam-se 31 alvarás de licenças de construção.



**Processos de operações urbanísticas em UOPG****Código 3.1.2.2****Tendência****Eixo** Espaço Urbano**Domínio** Urbanismo**Área temática** Evolução Urbanística**Unidade de Análise** N.º**Periodicidade** Anual**Descrição/ Metodologia**

Avaliar a evolução do número de alvarás de licenciamento inseridos em Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG). Estas UOPG estão identificadas na planta de ordenamento – Salvaguardas e execução do Plano e foram tornadas necessárias pela dinâmica de evolução territorial e urbanística que apresentam e/ou pelas exigências de preservação e qualificação dos valores patrimoniais que nelas se localizam.

**Fonte**

Município de Celorico de Basto (DPSSC e DGU)

**Objetivos e Metas**

Objetivo estratégico – Dar cumprimento ao modelo territorial definido no PDM

**Documentos de Referência****DADOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA****Quadro 87: N.º de processos de operações urbanísticas em UOPG, Celorico de Basto (2014-2017)**

	UOPG		
	Designação	N.º pedidos de licenciamento	Fase em que se encontra
2014		0	
2015		0	
2016		0	
2017	UOPG 1 – Quinta de Agra	1	Projeto de arquitetura aprovado (junho/2017)

**ANÁLISE SUMÁRIA**

Foram identificadas pelo município e delimitadas no Plano Diretor Municipal a UOPG 1 – Polo de serviços de Crespos; UOPG 2 – Zona Industrial de Crespos; UOPG 3 – Zona Industrial da Lameira; UOPG 4 – Zona Empresarial de Codessos e UOPG 5 – Quinta de Agra.

Quatro incidem na criação/ ampliação de zonas industriais e uma incide na criação de um espaço de ocupação turística, que para além de alojamento turístico pode integrar instalações desportivas e espaços de animação e recreio.

Nos períodos em análise, decorridos quatro anos, registou-se uma operação urbanística em área delimitada no PDM como UOPG 5 – Quinta de Agra. Este pedido de licenciamento corresponde à aprovação de um projeto de arquitetura, que abrange uma parte da UOPG.

## Processos de operações urbanísticas em solo urbanizável.

Código 3.1.2.3

Tendência

Eixo Espaço Urbano

Domínio Urbanismo

Área temática Evolução Urbanística

Unidade de Análise N.º

Periodicidade Anual

### Descrição/ Metodologia

Avaliar a evolução do número de operações urbanísticas, cujas licenças foram emitidas com alvará de construção (Fase em que o requerente está habilitado legalmente a iniciar a obra para o qual instruiu o processo) com base no PDM em vigor, inseridos em Solo urbanizável.

As áreas em solo urbanizável estão identificadas na planta de ordenamento – Salvaguardas e execução do Plano e foram tornadas necessárias pela dinâmica de evolução territorial e urbanística que apresentam. A delimitação deste tipo de espaços tendeu a ser adequada à procura atual por parte da população e também uma expansão programada junto de áreas centrais de freguesias que não se encontravam definidas e que se justificam pelo facto de aí se terem desenvolvido serviços, equipamentos e áreas habitacionais.

### Fonte

Município de Celorico de Basto (DPSSC e DGU)

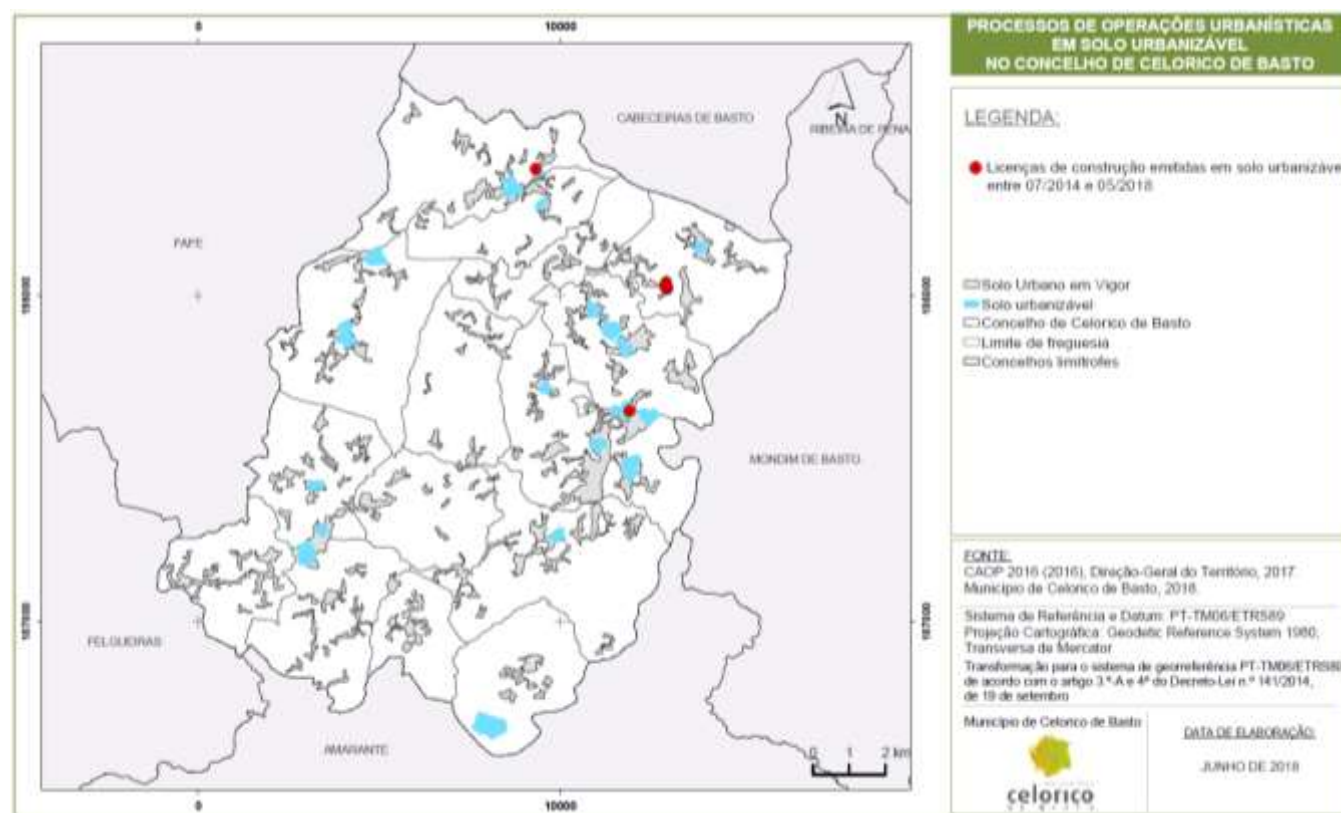
### Objetivos e Metas

Objetivo estratégico – Dar cumprimento ao modelo territorial definido no PDM.

### Documentos de Referência

## DADOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA

Mapa 19: Distribuição do n.º de licenças emitidas de operações urbanísticas em Solo urbanizável, Celorico de Basto (07/2014-05/2018)



**Quadro 88: N.º de licenças emitidas de operações urbanísticas em Solo urbanizável, por anos, Celorico de Basto (07/2014-05/2018)**

Ano	Solo Urbanizável			
	N.º licenças emitidas	Tipo de operação urbanística	Operação de loteamento	Categoria de espaço
07/2014	0			
2015	2	Construção nova - habitação	Inserido em Loteamento	Espaços residenciais
		Construção nova - indústria		Espaços residenciais
2016	1	Construção nova - habitação	Inserido em Loteamento	Espaços residenciais
2017	2	Construção nova - habitação		Espaços residenciais
		Construção nova – garagem (*)		Espaços de atividades económicas
05/2018	1	Construção nova - habitação	Inserido em Loteamento	Espaços residenciais
<b>Total</b>	<b>6</b>			

(\*) Operação urbanística inserida numa construção existente no Parque empresarial de Basto – Pólo de serviços e armazéns de Crespos.

#### ANÁLISE SUMÁRIA

A área total de solo urbanizável no concelho de Celorico de Basto corresponde a 170,49 ha. Desta área, 73,13 ha representam áreas destinadas a espaços de atividades económicas, o que corresponde a 42,89% e os restantes 57,11% representam áreas destinadas a espaços centrais (26,88ha) e espaços residenciais (70,48ha).

Dentro da classe de solo urbano e ao nível do espaço programado para o PDM atual, observou-se o registo de 6 licenças de construção integradas em solo urbanizável. Quatro licenças, delimitadas em espaço residencial, correspondem a processos de construção nova para habitação, sendo que 3 delas estão inseridas numa operação de loteamento que se localiza na UF de Canedo de Basto e Corgo.

Foi também emitida uma licença em espaço urbanizável para a localização de uma unidade industrial, na categoria de espaço residencial.

Existe ainda um alvará emitido em espaços de atividades económicas, destinado à construção de uma garagem, a localizar junto de uma habitação existente, inserida no Pólo de serviços e armazéns de Crespos e integrada em solo urbanizável.

Da análise do mapa verifica-se que as licenças emitidas em solo urbanizável incidem nas freguesias de S. Clemente (1), UF de Veade, Gagos e Molares (1) e UF de Canedo de Basto e Corgo (4).

**Unidades de Execução****Código 3.1.2.4****Tendência**

**Eixo** Espaço Urbano  
**Domínio** Urbanismo  
**Área temática** Evolução Urbanística

**Unidade de Análise** N.º  
**Periodicidade** Anual

**Descrição/ Metodologia**

Avaliar as Unidades de Execução delimitadas em coerência com as orientações e prioridades de concretização do plano.

**Fonte**

Município de Celorico de Basto (DPSSC e DGU)

**Objetivos e Metas**

Objetivo estratégico – Dar cumprimento ao modelo territorial definido no PDM.

**Documentos de Referência****DADOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA****Quadro 89: N.º de Unidades de Execução, Celorico de Basto (2014-2018)**

Unidade de Execução - UE	Freguesia	Área de incidência		Área (ha)	Ano	Taxa de concretização
		PDM	PU da Vila			
UE de Grupilheiras/ Agra	UF Britelo, Gémeos e Ourilhe	Solo urbanizável	SUOPG 2	4,53	2016	100%
UE na vila da Gandarela	Basto (S. Clemente)	Solo urbanizável	X	2,61	2018	100%
UE da Lama	Basto (S. Clemente)	Solo urbanizável	X	1,30	2018	100%
<b>Total</b>				<b>8,44</b>		

X – não aplicável

**ANÁLISE SUMÁRIA**

Durante a vigência do atual PDM, são três, o número de áreas abrangidas por Unidades de Execução, enquanto instrumentos de execução do plano e cujos procedimentos foram desenvolvidos pela Câmara Municipal, sendo a área de intervenção total de 8,44 ha.

Em 2016 foi aprovada a delimitação da UE de Grupilheiras/ Agra com 4,53 ha, o que corresponde a 64% da área total da UOPG (7,10 ha) designada de Subunidade Operativa - SUOPG 2, delimitada em sede do Plano de Urbanização da Vila de Celorico de Basto. Esta UE corresponde à execução de uma ligação viária entre a Igreja de S. Pedro de Britelo e a Quinta de Agra e o aproveitamento urbanístico e edificatório das áreas contíguas a esse arruamento.

Esta UE, entretanto, delimitada para o local originou uma operação de reparcelamento com um total de 43 lotes.

Também a delimitação da UE na vila da Gandarela foi aprovada pela Câmara Municipal, em 2018. Trata-se de uma área já servida por arruamento, sendo que os terrenos abrangidos são todos, propriedade da Câmara Municipal. Com a delimitação da UE, esta área de solo urbanizável visa a execução e o aproveitamento urbanístico e edificatório, em coerência com as orientações para o Plano de Pormenor da Gandarela.

Esta UE, entretanto, delimitada para o local originou uma operação de loteamento com um total de 16 lotes.

A Unidade de Execução da Lama é da iniciativa de um particular, pelo que coube à Câmara Municipal se pronunciar sobre o seu acolhimento. Com a delimitação desta UE, que abrange a totalidade do prédio do particular, pretende-se a implantação de um pavilhão industrial. A sua execução abrange parte do polígono de solo urbanizável. A outra parte já se encontra urbanizada e construída com a implantação de um pavilhão industrial.

**Alvarás de Loteamento****Código 3.1.2.5****Tendência****Eixo** Espaço Urbano**Domínio** Urbanismo**Área temática** Evolução Urbanística**Unidade de Análise** N.º**Periodicidade** Anual**Descrição/ Metodologia**

Avaliar o n.º de alvarás de loteamentos - por anos, n.º de lotes e área de incidência - em coerência com o modelo territorial definido no PDM.

**Fonte**

Município de Celorico de Basto (DGU)

**Objetivos e Metas**

Objetivo estratégico – Dar cumprimento ao modelo territorial definido no PDM.

**Documentos de Referência****DADOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA****Quadro 90: N.º de Alvarás de Loteamento, Celorico de Basto (2014-2018)**

Alvará de Loteamento	Freguesia	Designação	Área de incidência		N.º lotes	Ano	iniciativa
			PDM	PU da Vila			
1/2017*	UF Britelo, Gémeos e Ourilhe	Operação de reparcelamento	Solo urbanizável	SUOPG 2	43	2017	Pública
1/2018	Basto (S. Clemente)	Loteamento da Gandarela	Solo urbanizável	X	16	2018	Pública
<b>Total</b>					<b>59</b>		

X – não aplicável

(\*) Designação atribuída “Operação de reparcelamento n.º 1/2017”

**ANÁLISE SUMÁRIA**

Durante o período objeto de análise deste documento, foram realizadas 2 operações de loteamento. Conforme referido no indicador com Código 2.3.11.4, ambas as operações resultaram de 2 Unidades de Execução desenvolvidas por iniciativa da Câmara Municipal.

A emissão do alvará de loteamento da Gandarela deu origem a 16 lotes e da emissão da certidão da operação de reparcelamento resultaram 43 lotes.

**Processos de operações urbanísticas por categoria de solo**

Código 3.1.2.7

Tendência

Eixo Espaço Urbano

Domínio Urbanismo

Área temática Evolução Urbanística

unidade de Análise N.º

Periodicidade Anual

**Descrição/ Metodologia**

Avaliar a evolução do número de operações urbanísticas, cujas licenças foram emitidas com alvará de construção (Fase em que o requerente está habilitado legalmente a iniciar a obra para o qual instruiu o processo) com base no PDM em vigor, por categoria de solo urbano e rural.

Estas categorias de solo estão identificadas na planta de ordenamento – Qualificação Funcional do Solo.

**Fonte**

Município de Celorico de Basto (DGU)

**Objetivos e Metas**

Objetivo estratégico – Dar cumprimento ao modelo territorial definido no PDM

**Documentos de Referência****DADOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA****Quadro 91: N.º de licenças emitidas de operações urbanísticas por categoria de solo, Celorico de Basto (07/2014 - 05/2018)**

Classe de solo	Qualificação do solo		N.º licenças emitidas		Porcentagem a que corresponde (%)	
	Categoria	Subcategoria				
Urbano	Espaços centrais	Área central principal	38	10	16,10	4,24
		Área central complementar		28		11,86
	Espaços residenciais		70	29,66		
	Espaços urbanos de baixa densidade		85	36,02		
	Espaços de atividades económicas		13	5,51		
	Espaços afetos a equipamentos		0	0		
Espaços verdes		0	0			
Rural	Aglomerados rurais		1	0,42		
	Espaços de ocupação turística		0	0		
	Espaços de infraestruturas		0	0		
	Espaços afetos à exploração de recursos geológicos		0	0		
	Espaços de uso múltiplo agrícola e florestal		20	8,48		
	Espaços agrícolas		8	3,39		
	Espaços florestais		1	0,42		
	Espaços naturais		0	0		
	<b>Total</b>		<b>236</b>	<b>100</b>		

**ANÁLISE SUMÁRIA**

Com base no PDM atual, foram emitidas no total 236 licenças, das quais 206 em solo urbano, o que representa 87,29% do total de licenças emitidas no território concelhio.

Na análise das várias categorias de solo definidas no PDM em vigor, decorridos quatro anos, verifica-se que existe um predomínio de licenças de construção emitidas em solo urbano, na categoria de espaços urbanos de baixa densidade (36,02%) e espaços residenciais (29,66%), o que representa cerca de 2/3 do total de licenças emitidas (155 licenças de um total de 236).

Também em solo urbano, mas na categoria de espaços centrais, foram emitidos 38 alvarás de construção, o que corresponde a 16,10% do total de licenças emitidas.

Nos espaços de atividades económicas, no período em análise, foram emitidas 13 licenças de construção (5,51%).

As licenças emitidas em solo rural representam um total de 30, o que corresponde a 12,71%.

Analisando as categorias de espaço nesta classe de solo, verifica-se o predomínio de licenças emitidas nos espaços de uso múltiplo agrícola e florestal (8,48%) e nos espaços agrícolas (3,29%) o que perfaz um total de 28 licenças das 30 emitidas em solo rural. As duas licenças em falta correspondem a 1 emitida na categoria de aglomerados rurais e outra na categoria de espaços florestais.

**Processos de construção e reabilitação (ampliação, alteração e reconstrução)**

Código 3.1.2.7

Tendência

Eixo Espaço Urbano

Domínio Urbanismo

Área temática Evolução Urbanística

Unidade de Análise N.º / %

Periodicidade Anual

**Descrição/ Metodologia**

Avaliar a evolução do número de processos de operações urbanísticas, por tipologia, cujas licenças foram emitidas com alvará de construção (Fase em que o requerente está habilitado legalmente a iniciar a obra para o qual instruiu o processo) c/ base PDM/2014.

**Fonte**

Município de Celorico de Basto (DGU)

**Objetivos e Metas**

Objetivo estratégico – Aumentar e valorizar o parque edificado, promovendo sempre que necessário à sua reabilitação ou reconversão.

**Documentos de Referência****DADOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA****Quadro 92: N.º licenças emitidas por tipologia das operações urbanísticas e por categoria de solo, Celorico de Basto (07/2014 - 05/2018)**

Classe de solo	Qualificação do solo		N.º licenças emitidas	Tipo de operação urbanística	
	Categoria	Subcategoria			
Urbano	Espaços centrais	Área central principal	5	Construção nova - habitação	
			3	Reconstrução - habitação	
			1	Ampliação - habitação	
			1	Construção nova – serviços (empreendimento turístico)	
		Área central complementar	13	Construção nova - habitação	
			6	Reconstrução - habitação	
			2	Ampliação - habitação	
			2	Construção nova – Garagem/Arrumos	
			2	Construção nova – comércio e serviços	
			1	Reconstrução – comércio e serviços	
			1	Reconstrução – serviços (equipamento da CVP)	
			1	Ampliação - serviços	
			Espaços residenciais	33	Construção nova - habitação
				11	Reconstrução - habitação
	9	Ampliação - habitação			
	8	Construção nova – Garagem/Arrumos			
	1	Ampliação – Garagem/Arrumos			
	3	Construção nova – Indústria			
	3	Construção nova – serviços (3 equipamentos religiosos)			
	1	Ampliação – Indústria			
	1	Ampliação – comércio e serviços			
	Espaços urbanos de baixa densidade	53		Construção nova - habitação	
		6		Reconstrução - habitação	
		9		Ampliação - habitação	
		9	Construção nova – Garagem/Arrumos		
		1	Reconstrução – Garagem/Arrumos		
		3	Ampliação – Garagem/Arrumos		
		2	Construção nova - serviços		
		2	Ampliação – comércio e serviços		
		Espaços de atividades económicas	8	Construção nova – Indústria	
			4	Construção nova – comércio, serviços e indústria	
	1		Construção nova – Garagem/Arrumos (*)		
	0		0		
Rural	Espaços afetos a equipamentos		0		
	Espaços verdes		0		
	Aglomerados rurais		1	Construção nova - habitação	
	Espaços de ocupação turística		0		
	Espaços de infraestruturas		0		
	Espaços afetos expl recur geológicos		0		
Espaços de uso múltiplo agrícola e florestal		10	Construção nova - habitação		
		3	Reconstrução - habitação		

		6	Construção nova – Garagem/Arrumos (4 arrumos agrícolas + 2 arrumos)
		1	Ampliação – Garagem/Arrumos
Espaços agrícolas		1	Construção nova - habitação
		2	Reconstrução - habitação
		2	Ampliação - habitação
		3	Construção nova – Garagem/Arrumos (2 estufas + 1 adega)
		1	Construção nova – Serviços (empreendimento turístico)
	Espaços florestais		
	Espaços naturais	0	
	<b>Total</b>	<b>236</b>	

(\*) Operação urbanística inserida numa construção existente no Parque empresarial de Basto – Pólo de serviços e armazéns de Crespos.

**Quadro 93: N.º/ % de licenças emitidas por tipologia das operações urbanísticas, Celorico de Basto (07/2014 - 05/2018)**

Tipo de operação urbanística	Licenças emitidas				Total	
	Urbano		Rural		N.º	%
	N.º	%	N.º	%		
Construção nova - Habitação	104	44,07	12	5,08	<b>116</b>	49,15
Reconstrução - Habitação	26	11,02	5	2,12	<b>31</b>	13,14
Ampliação- Habitação	21	8,90	2	0,85	<b>23</b>	9,75
Construção Nova - Garagem/Arrumos	20	8,47	9	3,81	<b>29</b>	12,29
Reconstrução – Garagem/Arrumos	1	0,42	0	0	<b>1</b>	0,42
Ampliação – Garagem/Arrumos	4	1,69	1	0,42	<b>5</b>	2,12
Construção nova - serviços	6	2,54	1	0,42	<b>7</b>	2,97
Construção nova – comércio e serviços	2	0,85	0	0	<b>2</b>	0,85
Construção nova – Indústria	11	4,66	0	0	<b>11</b>	4,66
Construção nova – comércio, serviços e indústria	4	1,69	0	0	<b>4</b>	1,69
Ampliação – Indústria	1	0,42	0	0	<b>1</b>	0,42
Reconstrução – comércio	1	0,42	0	0	<b>1</b>	0,42
Reconstrução – comércio e serviços	1	0,42	0	0	<b>1</b>	0,42
Ampliação – Serviços	1	0,42	0	0	<b>1</b>	0,42
Ampliação – comércio e serviços	3	1,27	0	0	<b>3</b>	1,27
<b>Total</b>	<b>206</b>	<b>87,29</b>	<b>30</b>	<b>12,71</b>	<b>236</b>	<b>100</b>

## ANÁLISE SUMÁRIA

Decorridos 4 anos desde a vigência do atual PDM, do total de alvarás de licença emitidos (236), 116 licenças referem-se a construções novas destinadas a habitação, ou seja, foram emitidas cerca de metade do n.º de licenças (49,15%), sendo que elas se localizam praticamente todas em solo urbano (104). Apenas 12 licenças para construção nova destinadas a habitação foram emitidas em solo rural, com 10 licenças na categoria de espaços de uso múltiplo agrícola e florestal, 1 licença em aglomerados rurais e 1 licença em espaços agrícolas.

Os alvarás de licença emitidos para reconstrução de habitação (31 licenças) e ampliação de habitação (23 licenças), representam respetivamente 13,14% e 9,95%, sendo que também predominam em solo urbano. Em solo rural foram emitidas 5 licenças para reconstrução e 2 licenças para ampliação de habitação.

Os alvarás de licença para a construção nova de garagens, arrumos, incluindo dependências agrícolas (29 licenças) representam 12,29% do total de licenças emitidas. Em solo urbano foram emitidas 20 licenças e em solo rural foram emitidas 9 licenças de construção. Estas últimas destinam-se principalmente à construção de edifícios de apoio à atividade agrícola (adegas, arrumos agrícolas, estufas de grande dimensão, etc.). Para além das 2 estufas identificadas na tabela, foram emitidas mais 4 licenças em solo rural e 2 licenças em solo urbano, situação que denuncia uma elevada aposta no concelho, neste tipo de agricultura.

Os alvarás emitidos para a construção de novas indústrias representam 4,66%, ou seja, 11 unidades industriais estão habilitadas para serem construídas nos espaços de atividades económicas delimitados para esse efeito. Embora o atual PDM tenha apostado no aumento de solo urbano para o desenvolvimento de atividades económicas, foram emitidas 3 licenças para novas atividades industriais na categoria de espaço residencial (1 destas 3 licenças em espaço programado - urbanizável). Foi também emitida 1 licença para ampliação de uma indústria localizada em espaço residencial.

As regras de ocupação do solo e edificabilidade da construção nas classes de solo urbano e rural vieram dar resposta ao modelo territorial definido no PDM para o concelho, uma vez que os dados baseados nas licenças de construção emitidas, demonstram que cada vez mais se está a deixar de construir em solo rural.



**Obras Licenciadas e concluídas****Código 3.1.2.8****Tendência****Eixo** Espaço Urbano**Domínio** Urbanismo**Área temática** Evolução Urbanística**Unidade de Análise** N.º**Periodicidade** Anual**Descrição/ Metodologia**

Avaliar a evolução de processos de obras (entrada do processo e obras concluídas).

De realçar que o n.º de processos em análise corresponde a processos de licenciamento cuja instrução pode ter sido feita com base, nas regras de ocupação do espaço e de edificabilidade da construção, quer do PDM/94 como do PDM em vigor, contrariamente à análise feita com os dados do município onde foram considerados apenas os licenciamentos do PDM em vigor.

Em termos metodológicos, para o cálculo do presente indicador, os edifícios licenciados correspondem às obras de edificação (construção nova, ampliação, alteração, reconstrução). Excluem-se as obras de demolição.

Consideram-se ainda obras de reabilitação, as obras de ampliação, alteração e reconstrução.

Licença de obras - Autorização concedida pelas Câmaras Municipais ao abrigo de legislação específica, para execução de Obras (construções novas, ampliações, transformações, restaurações e demolições de edifícios).

Obra concluída - Obra que reúne condições físicas para ser habitada ou utilizada independentemente de ter sido ou não concedida a licença ou autorização de utilização.

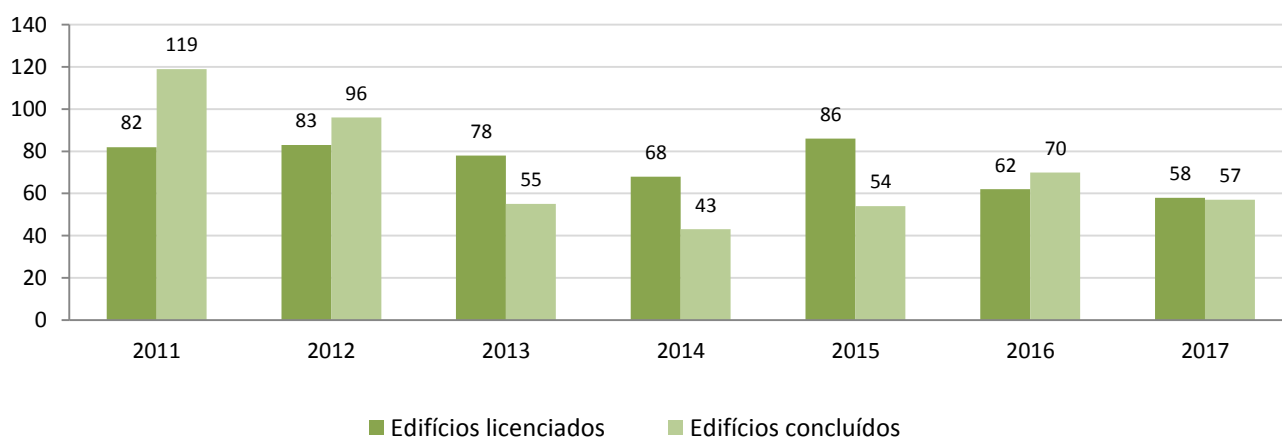
**Fonte**

INE, Estatísticas das obras concluídas.

INE, Inquérito aos projetos de obras de edificação e de demolição de edifícios.

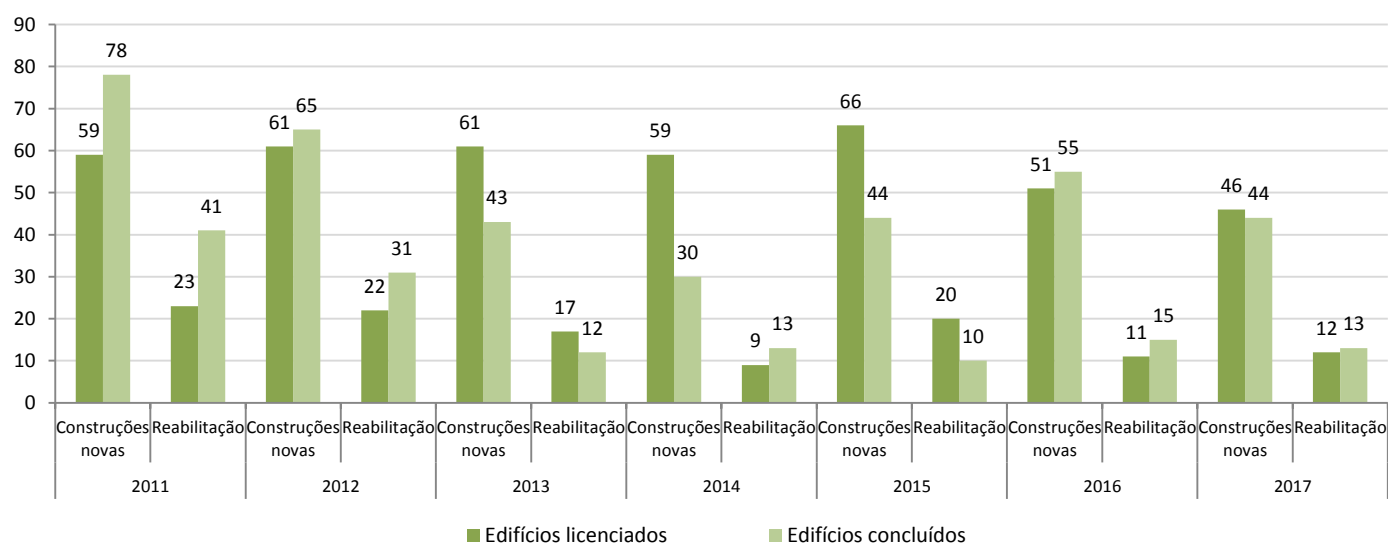
**Objetivos e Metas**

Objetivo estratégico – Aumentar e valorizar o parque edificado, promovendo sempre que necessário à sua reabilitação ou reconversão.

**Documentos de Referência****DADOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA****Gráfico 72: Obras licenciadas e obras concluídas, Celorico de Basto (2011-2017)****Quadro 94 – Variação dos edifícios licenciados e concluídos, Celorico de Basto (2011-2017)**

	Variação relativa dos edifícios (%)	
	Licenciados	Concluídos
2011-2012	1,22	-19,33
2012-2013	-6,02	-42,71
2013-2014	-12,82	-21,82
2014-2015	26,47	25,58
2015-2016	-27,91	29,63
2016-2017	-6,45	-18,57

**Gráfico 73: Obras licenciadas e obras concluídas, por tipo de obra, Celorico de Basto, (2011-2017)**



**Quadro 95: Obras licenciadas e obras concluídas, por tipo de obra, Celorico de Basto, (2011-2017)**

Tipo de obra	Edifícios licenciados (%)							Edifícios concluídos (%)							
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
Construção nova	71,95	73,49	78,21	86,76	76,74	82,26	79,31	65,55	67,71	78,18	69,77	81,48	78,57	77,19	
Reabilitação	Ampliação	17,07	14,46	14,10	2,94	4,65	4,84	10,34	19,33	14,58	12,73	27,91	9,26	5,71	10,53
	Alteração	3,66	2,41	1,28	0,00	2,33	1,61	0,00	6,72	6,25	3,64	0,00	0,00	2,86	0,00
	Reconstrução	7,32	9,64	6,41	10,29	16,28	11,29	10,34	8,40	11,46	5,45	2,33	9,26	12,86	12,28

#### ANÁLISE SUMÁRIA

Com base nos dados do INE, o total de licenças emitidas durante os anos 2011 a 2017 foi estável, com algumas oscilações, sendo que o ano 2017 é o que apresenta menor número de emissões de licenças.

Em contrapartida o ano 2016 foi o que obteve uma variação maior de obras concluídas face a 2015, com um aumento de 29,63%.

As obras concluídas decresceram de 2011 a 2014, começando a aumentar a partir de 2015. Em 2017 volta a haver um decréscimo de obras concluídas, 57 face a 70 obras concluídas em 2016, com uma variação de -18,57%.

A maioria dos alvarás de licenças emitidas corresponde a situações de construções novas, variando entre 71,95% e 86,76% do total de edifícios licenciados. Seguindo-se dentro das obras de reabilitação, as obras de ampliação (variação entre 2,94% e 17,07%) e de reconstrução (variação entre 6,41% e 16,28%).

Em relação aos edifícios concluídos, também a maioria corresponde a situações de construções novas, variando entre os 65,55% e os 81,48%. Seguindo-se dentro das obras de reabilitação, as obras de ampliação (variação entre 5,71% e 27,91%) e de reconstrução (variação entre 2,33% e 12,86%).

## Edifícios licenciados e concluídos (moradias e apartamentos) para construção nova e habitação familiar.

Código 3.1.2.9

Tendência

Eixo Espaço Urbano

Domínio Urbanismo

Área temática Evolução Urbanística

Unidade de Análise N.º / %

Periodicidade Anual

### Descrição/ Metodologia

Avaliar o n.º de edifícios licenciados (moradias e apartamentos) para construção nova e habitação familiar.

De realçar que o n.º de licenças emitidas e o n.º de edifícios concluídos, em análise, corresponde a processos de licenciamento cuja instrução pode ter sido feita com base, nas regras de ocupação do espaço e de edificabilidade da construção, quer do PDM/94 como do PDM em vigor, contrariamente à análise feita com os dados do município onde foram considerados apenas os licenciamentos do PDM em vigor.

Construção nova - Edificação inteiramente nova ainda que no terreno sobre que foi erguida já tenha sido efetuada outra construção.

Moradia - Edifício de habitação familiar, em que a maior parte da sua área útil é ocupada com um ou dois fogos, todos com entrada principal a dar, geralmente, para uma rua ou para um terreno circundante ao edifício.

Edifício de apartamentos - Edifício de habitação familiar, em que a maior parte da sua área útil é ocupada por apartamentos.

### Fonte

INE, Inquérito aos projetos de obras de edificação e de demolição de edifícios.

### Objetivos e Metas

Objetivo estratégico – Aumentar e valorizar o parque edificado, promovendo sempre que necessário à sua reabilitação ou reconversão.

### Documentos de Referência

## DADOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA

Gráfico 74: Edifícios licenciados (moradias e apartamentos) para construção nova e habitação familiar, Celorico de Basto (2011-2017)

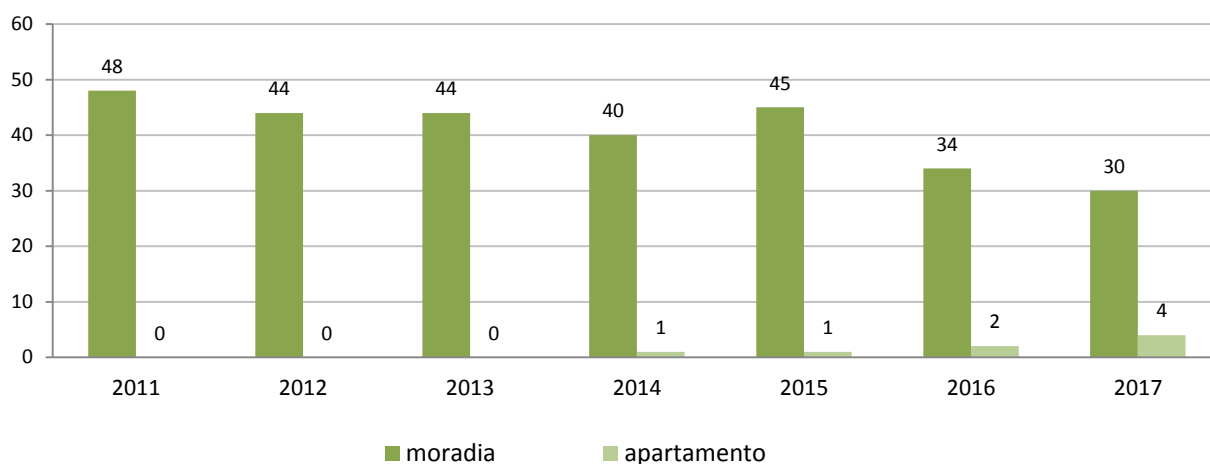
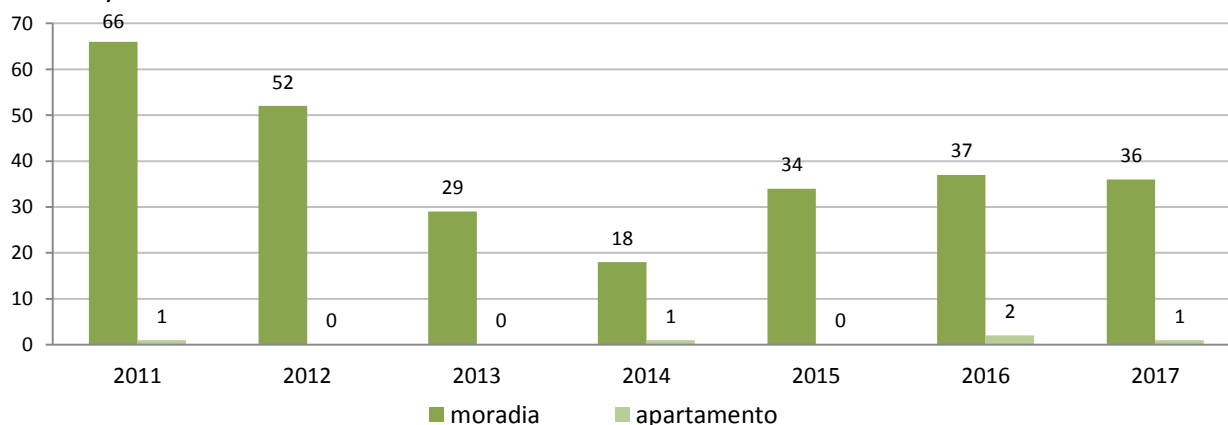


Gráfico 75: Edifícios concluídos (moradias e apartamentos), para construção nova e habitação familiar, Celorico de Basto (2011-2017)



**Quadro 96: Variação relativa dos edifícios licenciados e concluídos (moradias e apartamentos) para construção nova e habitação familiar (%), Celorico de Basto (2011-2017)**

	Variação relativa dos edifícios (moradias + apartamentos) para construção nova e habitação familiar (%)	
	Licenciados	Concluídos
2011-2012	-8,33	-22,39
2012-2013	0,00	-44,23
2013-2014	-6,82	-34,48
2014-2015	12,20	78,95
2015-2016	-21,74	14,71
2016-2017	-5,56	-5,13

## ANÁLISE SUMÁRIA

Com base nos dados do INE, o n.º de edifícios (moradias) licenciados para construção nova foi estável entre 2011 e 2015, com valores a rondar as 40 e as 48 licenças. Desde então o n.º de licenças emitidas tem vindo a decrescer atingindo em 2016 e 2017, 34 e 30 licenças emitidas, respetivamente.

O número de edifícios licenciados para apartamentos, nos períodos em análise, era inexistente até 2013. Desde esse ano, tem vindo a aumentar atingindo em 2017, 4 licenças emitidas para a construção de edifícios de apartamentos.

O n.º de edifícios concluídos para construção nova teve um decréscimo acentuado entre 2011 e 2014, começando a aumentar a partir de 2015. Em 2011, o n.º de edifícios concluídos correspondia a 67, sendo que face a 2012 teve uma variação negativa de 22,39%, com menos 15 edifícios concluídos. A maior variação negativa ocorreu no período compreendido entre 2012 e 2013, com menos 23 edifícios concluídos, o que corresponde a -44,23%. Em contrapartida, a maior variação positiva ocorreu no período compreendido entre 2014 e 2015, com mais 15 edifícios concluídos, o que corresponde a 78,95%.

A partir de 2014 o n.º de edifícios concluídos teve um pequeno aumento, tendo estabilizado nos 37 edifícios em 2017.

Os edifícios licenciados e concluídos para construção nova correspondem quase na sua totalidade a moradias.

Nos 7 anos em análise, foram licenciadas 285 moradias face a 8 apartamentos e foram concluídos, nesse mesmo período, 272 moradias e 5 edifícios de apartamentos.

## Fogos licenciados e concluídos para construção nova e habitação familiar.

Código 3.1.2.10

Tendência

Eixo Espaço Urbano

Domínio Urbanismo

Área temática Evolução Urbanística

Unidade de Análise N.º / %

Periodicidade Anual

### Descrição/ Metodologia

Avaliar o nº de fogos licenciados e concluídos para construção nova e habitação familiar.

Construção nova - Edificação inteiramente nova ainda que no terreno sobre que foi erguida já tenha sido efetuada outra construção.

Fogo - Parte ou totalidade de um edifício dotada de acesso independente e constituída por um ou mais compartimentos destinados à habitação e por espaços privativos complementares.

Nota: Em relação a fogos concluídos para construção nova e familiar, não existem dados do INE aplicados à freguesia, apenas ao concelho.

### Fonte

INE, Inquérito aos projetos de obras de edificação e de demolição de edifícios.

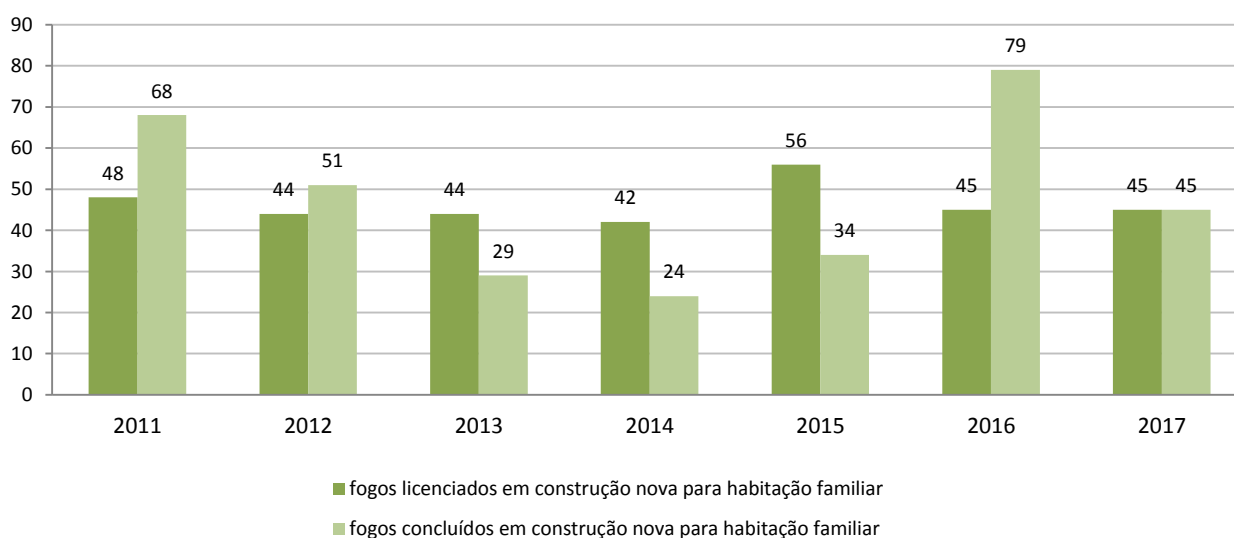
### Objetivos e Metas

Objetivo estratégico – Aumentar e valorizar o parque edificado, promovendo sempre que necessário à sua reabilitação ou reconversão.

### Documentos de Referência

## DADOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA

Gráfico 76: Fogos licenciados e concluídos, para construção nova e habitação familiar, Celorico de Basto (2011-2017)



Quadro 97: Variação relativa dos fogos licenciados e concluídos, para construção nova e habitação familiar (%), Celorico de Basto (2011-2017)

	Variação relativa dos fogos para construção nova e habitação familiar (%)	
	Licenciados	Concluídos
2011-2012	-8,33	-25,00
2012-2013	0,00	-43,14
2013-2014	-4,55	-17,24
2014-2015	33,33	41,67
2015-2016	-19,64	132,35
2016-2017	0,00	-43,04

**Quadro 98: Fogos licenciados e concluídos, para construção nova e habitação familiar, Celorico de Basto (2014-2017) com os dados reportados aquando da Reorganização Administrativa do Território das Freguesias em 2013.**

Unidade Territorial	Fogos licenciados para construção nova e habitação familiar							
	2014		2015		2016		2017	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Agilde	2	4,76	3	5,36	0	0,00	1	2,22
Arnoia	2	4,76	6	10,71	3	6,67	3	6,67
Borba da Montanha	2	4,76	1	1,79	4	8,89	4	8,89
Britelo, Gémeos e Ourilhe	10	23,81	23	41,07	19	42,22	17	37,78
Caçarilhe e Infesta	3	7,14	1	1,79	0	0,00	0	0,00
Canedo de Basto e Corgo	6	14,29	4	7,14	4	8,89	4	8,89
Carvalho e Basto (Sta. Tecla)	4	9,52	1	1,79	1	2,22	1	2,22
Codessoso	1	2,38	0	0,00	1	2,22	1	2,22
Fervença	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	2,22
Moreira do Castelo	0	0,00	1	1,79	1	2,22	2	4,44
Rego	3	7,14	7	12,50	0	0,00	3	6,67
Ribas	4	9,52	3	5,36	5	11,11	1	2,22
Basto (S. Clemente)	2	4,76	4	7,14	1	2,22	2	4,44
Vale de Bouro	0	0,00	1	1,79	2	4,44	2	4,44
Veade, Gagos e Molares	3	7,14	1	1,79	4	8,89	3	6,67
<b>Celorico de Basto</b>	<b>42</b>	<b>100</b>	<b>56</b>	<b>100</b>	<b>45</b>	<b>100</b>	<b>45</b>	<b>100</b>

## ANÁLISE SUMÁRIA

Com base nos dados do INE, o n.º de fogos licenciados (para habitação nova e familiar), à semelhança do n.º de edifícios licenciados, foi estável entre 2011 e 2017, com valores a rondar os 42 e 48 fogos. Em 2015 o n.º de fogos licenciados foi ligeiramente superior (56 fogos). A maior variação negativa ocorreu no período compreendido entre 2015 e 2016, com menos 11 edifícios licenciados (-19,64%). A maior variação positiva ocorreu o período compreendido entre 2014 e 2015, com mais 10 edifícios licenciados (33,33%), de um total de 34 fogos licenciados em 2015 face a 24 fogos licenciados em 2014.

Em contrapartida e à semelhança do n.º de edifícios concluídos, o n.º de fogos concluídos (para habitação nova e familiar), teve um decréscimo acentuado entre 2011 e 2014, começando a aumentar a partir de 2015. A maior variação negativa ocorreu no período compreendido entre 2012 e 2013, com menos 22 edifícios concluídos, o que corresponde a -43,14%.

A partir de 2014 o n.º de fogos concluídos começou a aumentar, sendo que o período 2015-2016 foi o que obteve uma variação positiva maior (132,35%), com mais 45 fogos, de um total de 79 fogos concluídos em 2016, face aos 34 fogos concluídos em 2015.

Em 2017 volta a haver um decréscimo do n.º de fogos concluídos para habitação familiar, com menos 34 fogos concluídos, o que representa uma variação negativa de 43%, de um total de 79 fogos concluídos em 2016 face a 45 fogos concluídos em 2017.

Importa salientar que na distribuição dos fogos por freguesias, observa-se que a sede do concelho (UF de Britelo, Gémeos e Ourilhe) é a que absorve um maior número de novos fogos licenciados para habitação nova e familiar, sendo que nos anos 2015 e 2016 esse número correspondeu a quase metade do total de fogos licenciados do concelho, com 41,07% e 42,22% respetivamente. Em 2017, essa percentagem face ao total do concelho descreceu ligeiramente, com 37,78%.

Nos 4 anos em análise, freguesias como Arnoia, Rego, Ribas, Borba da Montanha, UF de Canedo de Basto e Corgo conseguem ter uma maior dinâmica construtiva com um número de fogos licenciados entre os 4,76% e os 14,29%, logo depois da sede do Concelho.

As freguesias com menor dinâmica construtiva apresentam um menor número de novos fogos licenciados para habitação familiar. Como exemplo temos Fervença (1 fogo licenciado); Codessoso (3 fogos licenciados); UF de Caçarilhe Infesta e Moreira do Castelo (4 fogos licenciados) e Vale de Bouro (5 fogos licenciados).

**Licenciamento de construções (incluindo novos equipamentos) nos 4 principais centros urbanos e por freguesias do Concelho**

Código 3.1.3.1

Tendência

Eixo Espaço Urbano  
Domínio Urbanismo  
Área temática Centralidade e consolidação da malha urbana

Unidade de Análise N.º / %  
Periodicidade Anual

**Descrição/ Metodologia**

Identificar o número de operações urbanísticas, incluindo novos equipamentos, cujas licenças foram emitidas com alvará de construção (Fase em que o requerente está habilitado legalmente a iniciar a obra para o qual instruiu o processo) com base no PDM em vigor, nos quatro principais centros urbanos e por freguesias do Concelho.

**Fonte**

Município de Celorico de Basto (DPSSC e DGU)

**Objetivos e Metas**

Objetivo de sustentabilidade – Assegurar a compactação do solo urbano (controlo da expansão dos perímetros urbanos e da construção dispersa)

**Documentos/ Metas de Referência Estratégica**

**DADOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA**

**Figura 5: Distribuição do n.º de licenças emitidas de construções e novos equipamentos nos 4 principais centros urbanos, Celorico de Basto (07/2014 – 05/2018)**

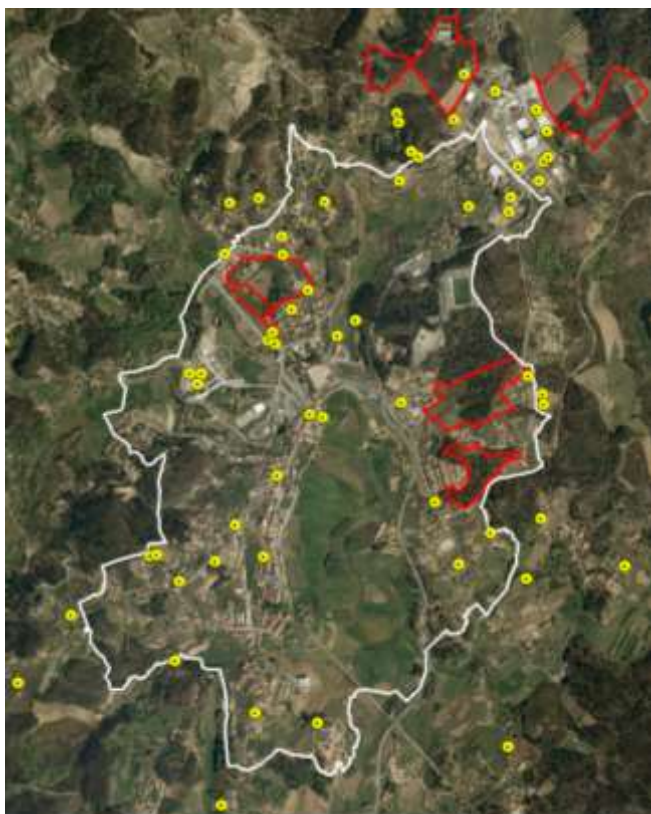


Centro Urbano de Fermil

Centro Urbano da Mota



Centro Urbano de Gandarela



Centro Urbano da Vila de Celorico de Basto

Legenda:

- Licenças de construção emitidas entre 07/2014 e 05/2018
- PU da Vila e áreas a disciplinar por PU
- ▭ Solo urbanizável

**Quadro 99: N.º de licenças emitidas de construções e novos equipamentos nos 4 principais centros urbanos, Celorico de Basto (07/2014 – 05/2018)**

Ano	N.º de licenças emitidas nos 4 Principais centros urbanos							
	Novas construções				Novos equipamentos			
	Vila	Fermil	Gandarela	Mota	Vila	Fermil	Gandarela	Mota
07/2014	4	-	1	-	-	-	-	-
2015	12	2	5	1	1(*1)	-	1(*2)	-
2016	13	2	5	2	-	-	-	-
2017	17	1	2	1	-	-	-	-
05/2018	10	1	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>56</b>	<b>6</b>	<b>13</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>

(\*1) – Equipamento hoteleiro (\*2) – Equipamento de segurança e proteção civil – CVP

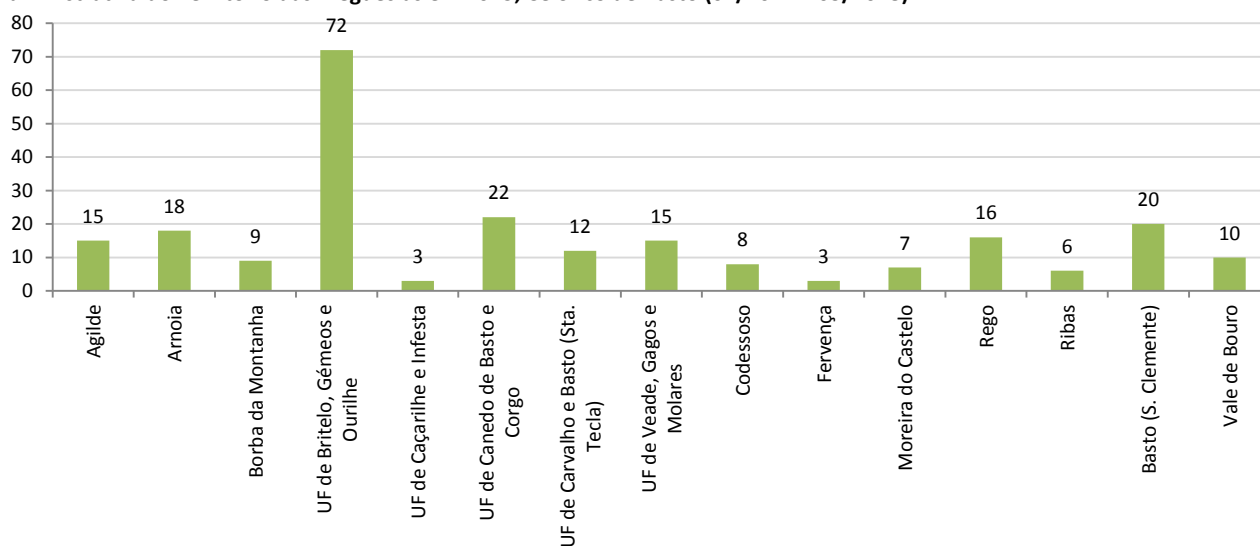
**Quadro 100: N.º de licenças emitidas de construções e novos equipamentos, por freguesia, de acordo com a Reorganização Administrativa do Território das Freguesias em 2013, Celorico de Basto (07/2014 – 05/2018)**

Unidade Territorial	N.º de licenças emitidas				Novos equipamentos
	Solo urbano	Solo rural	Total (N.º)	Total (%)	
Agilde	15	-	15	6,36	
Arnoia	16	2	18	7,63	
Borba da Montanha	9	-	9	3,81	1 Equipamento religioso
UF de Britelo, Gémeos e Ourilhe	66	6	72	30,51	
UF de Caçarilhe e Infesta	2	1	3	1,27	
UF de Canedo de Basto e Corgo	19	3	22	9,32	
UF de Carvalho e Basto (Sta. Tecla)	7	5	12	5,08	



UF de Veade, Gagos e Molares	13	2	15	6,36	1 Equipamento religioso (Molares)
Codessoso	7	1	8	3,39	1 Equipamento religioso
Fervença	2	1	3	1,27	
Moreira do Castelo	7	-	7	2,97	
Rego	13	3	16	6,78	
Ribas	5	1	6	2,54	
Basto (S. Clemente)	17	3	20	8,47	
Vale de Bouro	8	2	10	4,24	
<b>Celorico de Basto</b>	<b>206</b>	<b>30</b>	<b>236</b>	<b>100</b>	

**Gráfico 77: N.º de licenças emitidas de construções e novos equipamentos, por freguesia, de acordo com a Reorganização Administrativa do Território das Freguesias em 2013, Celorico de Basto (07/2014 – 05/2018)**



## ANÁLISE SUMÁRIA

Da análise das licenças de construção emitidas nos 4 principais centros urbanos do concelho, decorridos quatro anos, verifica-se que a dinâmica construtiva foi muito diferente entre eles. A procura construtiva foi mais elevada na sede do concelho com 56 alvarás emitidos. Segue-se maior procura na vila de Gandarela com 16 licenças emitidas. Na vila de Fermil e no aglomerado da Mota o n.º de licenças emitidas foi mais residual, com 6 e 4 licenças, respetivamente.

No total, 34,32% das licenças emitidas (81) estão concentradas nestes 4 principais centros urbanos.

Da distribuição dos alvarás de construção emitidos pelas freguesias do concelho, a UF de Britelo, Gémeos e Ourilhe concentrou o maior número de licenças (72) o que representa 30,51% do total de licenças emitidas. As freguesias que menor n.º de licenças reuniu foram as freguesias de Fervença (3) e a UF de Caçarilhe e Infesta (3), seguido de Ribas (6), Moreira do Castelo (7), Codessoso (8) e Borba da Montanha (9).

As restantes freguesias do concelho situaram-se entre as 10 e as 22 licenças de construção emitidas

A dinâmica construtiva do concelho traduz o cumprimento do objetivo estratégico do PDM de definir um modelo territorial que considere a realidade do território, abrangendo as dimensões da ocupação e gestão do território, da mobilidade e do acesso aos serviços de proximidade de qualidade, com a definição de uma hierarquia urbana, que atenda aos serviços prestados e que se pretende vir prestar em cada um dos aglomerados urbanos.

**Licenciamento de novas Unidades Industriais em Espaços de Atividades Económicas e fora desses espaços.**

**Código 3.1.3.2**

**Tendência**

**Eixo** Espaço Urbano  
**Domínio** Urbanismo

**Unidade de Análise** N.º / %  
**Periodicidade** Anual

**Área temática** Centralidade e consolidação da malha urbana

**Descrição/ Metodologia**

Identificar o número de novas unidades industriais existentes no concelho em áreas classificadas no PDM em vigor como Espaços de Atividades Económicas e o número de novas unidades industriais fora desses espaços, cujas licenças foram emitidas com alvará de construção (Fase em que o requerente está habilitado legalmente a iniciar a obra para o qual instruiu o processo).

**Fonte**

Município de Celorico de Basto (DPSSC e DGU)

**Objetivos e Metas**

Objetivo de sustentabilidade – Dinamizar o emprego e os espaços empresariais do concelho de modo a incrementar medidas mais sustentáveis.

**Documentos/ Metas de Referência Estratégica**

**DADOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA**

**Quadro 101: N.º de licenças emitidas de unidades industriais nos Espaços de Atividades Económicas (EAE) propostos no PDM, Celorico de Basto (07/2014 – 05/2018)**

Tipo de obra	Unidades industriais licenciadas (n.º) em EAE						Localização
	07/2014	2015	2016	2017	05/2018	total	
Construção nova	1	4	3	1	2	11	7 Licenças – ZI de Crespos - CBT 1 Licença – Polo serviços/armaze Crespos 2 Licenças – ZI de Carvalho 1 Licença – ZI da Lameira
Reabilitação	Ampliação	-	-	-	-	-	
	Alteração	-	-	-	-	-	
	Reconstrução	-	-	-	-	-	

**Quadro 102: N.º de licenças emitidas de unidades industriais fora dos EAE propostos no PDM, Celorico de Basto (07/2014 – 05/2018)**

Tipo de obra	Unidades industriais licenciadas (n.º) fora das EAE						Cat espaço
	07/2014	2015	2016	2017	05/2018	total	
Construção nova	-	1	-	2	-	3	Espaços residenciais
Reabilitação	Ampliação	-	-	-	1	-	1 Espaços residenciais
	Alteração	-	-	-	-	-	
	Reconstrução	-	-	-	-	-	

**Quadro 103: Taxa de ocupação dos espaços de Atividades Económicas propostos no PDM, Celorico de Basto (05/2018)**

Espaços de atividades económicas			
Designação	Total de lotes	Lotes construídos	Taxa de execução
Zona Industrial de Crespos – Celorico de Basto	49	31	63%
Polo de Serviços e Armazéns de Crespos	37	8	22%
Zona Industrial de Carvalho	42	19	45%
Zona Industrial da Lameira	17	11	65%
Parque empresarial de Fermil	0	0	0%
Parque empresarial de Codessoso	0	0	0%
<b>Total</b>	<b>145</b>	<b>69</b>	<b>48%</b>

## ANÁLISE SUMÁRIA

Apesar de estarem previstas no PDM revisto 6 áreas empresariais na estrutura urbana do concelho, apenas 4 continuam a manter condições de acolher novas unidades empresariais. A proposta dos parques empresariais de Fermil e Codessoso, ainda não foram sujeitas a intervenções que visem disponibilizar espaços com infraestruturas adequadas, destinadas à instalação de atividades empresariais.

Nesses 4 espaços de atividades económicas, no período em análise, foram emitidos 11 alvarás para a construção de novas indústrias.

O Parque empresarial de Basto, composto pela zona Industrial de Crespos e pelo pólo de serviços e armazéns de Crespos, foi o que acolheu mais licenças. No total foram emitidos 7 alvarás de licença de construção para a ZI de Crespos e 1 licença de construção para a localização de uma indústria no pólo de serviços e armazéns de Crespos. Para a zona Industrial de Carvalho foram emitidas 2 licenças de construção, enquanto na zona industrial da Lameira foi emitida 1 licença de construção.

Embora o atual PDM tenha apostado no aumento de solo urbano para o desenvolvimento de atividades económicas, foram emitidas 3 licenças para novas atividades industriais na categoria de espaço residencial (1 destas 3 licenças em espaço programado - urbanizável). Foi também emitida 1 licença para ampliação de uma indústria localizada em espaço residencial.

Em termos de taxa de ocupação dos espaços de atividades económicas, a Zona Industrial da Lameira representa o espaço com maior taxa de ocupação (65%) com apenas 6 lotes por ocupar de um total de 17 lotes, seguido da Zona Industrial de Crespos (63%) com 18 lotes por ocupar de um total de 49 lotes. A zona Industrial de Carvalho ainda possui 23 lotes para ocupar de um total de 42 lotes. O Pólo de serviços e armazéns de Crespos representa o espaço industrial com menor taxa de ocupação (22%). De um total de 37 lotes, ainda estão por ocupar 29 lotes.

Apesar de haver maior dinamismo no setor industrial, este concelho continua a possuir características marcadamente rurais.

Eixo Espaço Urbano

Domínio Urbanismo

Área temática Ocupação dos alojamentos e Edifícios

Unidade de Análise N.º

Periodicidade Anual/ Decenal

**Descrição/ Metodologia**

Avaliar a evolução dos alojamentos familiares clássicos (Parque habitacional - N.º) por Localização geográfica.

De acordo com o conceito do INE, os alojamentos são o local distinto e independente que, pelo modo como foi construído, reconstruído, ampliado, transformado ou está a ser utilizado, se destina a habitação com a condição de não estar a ser utilizado totalmente para outros fins no momento de referência: por distinto entende-se que é cercado por paredes de tipo clássico ou de outro tipo, é coberto e permite que uma pessoa ou um grupo de pessoas possa dormir, preparar refeições ou abrigar-se das intempéries separado de outros membros da coletividade; por independente entende-se que os seus ocupantes não têm que atravessar outros alojamentos para entrar ou sair do alojamento onde habitam.

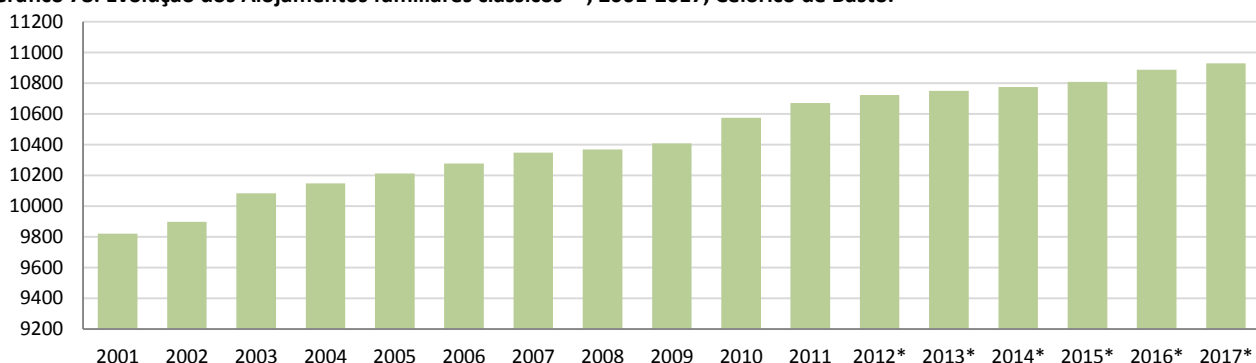
Os alojamentos familiares clássicos são constituídos por uma divisão ou conjunto de divisões e seus anexos num edifício de carácter permanente ou numa parte estruturalmente distinta do edifício, devendo ter uma entrada independente que dê acesso direto ou através de um jardim ou terreno a uma via ou a uma passagem comum no interior do edifício (escada, corredor ou galeria, entre outros).

**Fonte**

INE, Estatísticas das obras concluídas e INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2001 e 2011

**Objetivos e Metas**

Objetivo de sustentabilidade – Assegurar a compactação do solo urbano (controlo da expansão dos perímetros urbanos e da construção dispersa)

**Documentos de Referência****DADOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA****Gráfico 78: Evolução dos Alojamentos familiares clássicos\*\*, 2001-2017, Celorico de Basto.**

\* A partir de 2012 (inclusive), os valores apresentados são estimativas. Estas são apuradas adicionando ao parque habitacional recenseado o saldo resultante do edificado e demolido, apurado no inquérito aos projetos de obras de edificação e demolição de edifícios e sua conclusão e utilização. Cada operação censitária permite determinar o erro da estimativa, o qual é retropolado para o período intercensitário a que respeita.

\*\* Valores de acordo com dados do INE, Estatísticas das obras concluídas.

**Quadro 104: Evolução dos Alojamentos familiares clássicos\*\* nos concelhos limítrofes ao de Celorico de Basto, NUTIII – Tâmega e Sousa, NUT II – Norte e Portugal (2011-2017)**

Unidade Territorial	Alojamentos familiares clássicos**							
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
Portugal	5.879.099	5.898.672	5.911.281	5.919.299	5.926.030	5.933.114	5.942.131	
NUT II – Norte	1.853.489	1.860.902	1.865.795	1.869.007	1.871.693	1.874.488	1.877.834	
NUT III – Tâmega e Sousa*	196.199	197.249	197.896	198.360	198.751	199.201	199.710	
<b>Celorico de Basto (1)</b>	<b>10.633</b>	<b>10.722</b>	<b>10.750</b>	<b>10.775</b>	<b>10.807</b>	<b>10.887</b>	<b>10.929</b>	
Concelhos limítrofes	Amarante (1)	28.373	28.501	28.593	28.642	28.698	28.752	28.832
	Felgueiras (1)	24.347	24.446	24.501	24.536	24.559	24.582	24.619
	Cabeceiras de Basto (2)	9.370	9.432	9.479	9.496	9.547	9.586	9.625
	Fafe (2)	25.349	25.480	25.633	25.708	25.753	25.808	25.870
	Mondim de Basto (2)	4.536	4.562	4.580	4.587	4.598	4.603	4.608

\*Dados de acordo com a versão 2013 da Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS).

\*\* Valores de acordo com dados do INE, Estatísticas das obras concluídas

(1) Pertence à NUT III – Tâmega e Sousa (2) Pertence à NUT III – Ave

**Quadro 105: Alojamentos e variação relativa dos alojamentos\*, por freguesias, Celorico de Basto (2001-2011)**

Unidade territorial	Alojamentos* (N.º)		Variação relativa dos alojamentos (%)
	2001	2011	2001-2011
Agilde	544	611	12,32
Arnoia	882	1.012	14,74
Borba da Montanha	507	570	12,43
Britelo	1.088	1.284	18,01
Caçarilhe	266	265	-0,38
Canedo de Basto	489	510	4,29
Carvalho	437	419	-4,12
Codessoso	256	261	1,95
Corgo	169	209	23,67
Fervença	652	765	17,33
Gagos	298	316	6,04
Gémeos	300	321	7,00
Infesta	184	186	1,09
Molares	264	295	11,74
Moreira do Castelo	260	269	3,46
Ourilhe	230	269	16,96
Rego	640	737	15,16
Ribas	452	483	6,86
Basto (Santa Tecla)	179	167	-6,70
Basto (S. Clemente)	827	837	1,21
Vale de Bouro	426	445	4,46
Veade	347	402	15,85
<b>Celorico de Basto</b>	<b>9.697</b>	<b>10.633</b>	<b>9,65</b>

\* Valores de acordo com dados do INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2001 e 2011

**Quadro 106: Alojamentos e variação relativa dos alojamentos\*, por freguesias, de acordo com a Reorganização Administrativa do Território das Freguesias em 2013 (2001-2011) Celorico de Basto**

Unidade territorial	Alojamentos* (N.º)		Variação relativa dos alojamentos (%)
	2001	2011	2001-2011
Agilde	544	611	12,32
Arnoia	880	1.010	14,77
Borba da Montanha	507	568	12,03
Britelo, Gémeos e Ourilhe	1.617	1.871	15,71
Caçarilhe e Infesta	450	451	0,22
Canedo de Basto e Corgo	658	718	9,12
Carvalho e Basto (Sta. Tecla)	616	586	-4,87
Codessoso	256	261	1,95
Fervença	652	765	17,33
Moreira do Castelo	260	269	3,46
Rego	640	737	15,16
Ribas	449	480	6,90
Basto (S. Clemente)	827	837	1,21
Vale de Bouro	426	445	4,46
Veade, Gagos e Molares	906	1.010	11,48
<b>Celorico de Basto</b>	<b>9.697</b>	<b>10.633</b>	<b>9,65</b>

\* Valores de acordo com dados do INE, Recenseamento da população e habitação – Censos 2001 e 2011

## ANÁLISE SUMÁRIA

De acordo com as estimativas do INE, entre 2001 e 2017 os alojamentos (familiares clássicos) no concelho de Celorico de Basto, foram aumentando gradualmente e foram sofrendo uma variação anual quase sempre abaixo de 1%.

Em 2011, de acordo com os dados definitivos do Recenseamento, Celorico de Basto contava com 10.633 alojamentos, com um crescimento de 936 alojamentos face ao resultado de 2001, o que representa um crescimento de 9,65%, quando comparado com os alojamentos existentes em 2001 (9.697). Este valor correspondia a 5,42% do total de alojamentos da região onde se insere (NUT III – Tâmega e Sousa).

Numa análise à escala da freguesia, Britelo e Arnoia destacam-se como as freguesias que apresentam um maior n.º de alojamentos. Corgo, Infesta e Basto (Santa Tecla) são as freguesias com menor n.º de alojamentos.

A variação do n.º de alojamentos, no período censitário de 2001 e 2011, no espaço infra concelhio regista um maior crescimento de alojamentos nas freguesias do Corgo, Britelo, Fervença, Ourilhe, Veade e Rego (crescimento registado entre 15% e 23%).

De salientar que o crescimento do número de alojamentos nas freguesias de Britelo, Fervença, Corgo e Veade, são fruto do crescimento demográfico e estão associados a alguma pressão urbanística, justificados pelas centralidades urbanas do concelho, nomeadamente, Britelo e sua inserção na Vila de Celorico de Basto; Corgo e Veade e sua inserção no centro urbano de Fermil e Fervença e sua inserção no centro urbano da Mota.

Por outro lado, Basto (Santa Tecla), Carvalho e Caçarilhe apresentam-se como as freguesias onde decresceu o n.º de alojamentos (valores entre -0,38% e -6,70%).

Numa última análise pode-se constatar que o número de alojamentos tem aumentado à medida que a população residente decresce. Por um lado, a dimensão média das famílias diminui e por outro, com base nos dados do indicador da “forma de ocupação dos alojamentos” o número de alojamentos ocupados com uso sazonal ou secundário e os alojamentos vagos representam cerca de um terço do total de alojamentos.

**Forma de ocupação dos alojamentos familiares****Código 3.3.10.2****Tendência****Eixo** Espaço Urbano**Domínio** Urbanismo**Área temática** Ocupação dos alojamentos e Edifícios**Unidade de Análise** N.º / %**Periodicidade** Decenal**Descrição/ Metodologia**

Avaliar o parque habitacional em termos de forma de ocupação dos alojamentos familiares (residência habitual, alojamentos vagos e alojamentos de uso sazonal/ secundário)

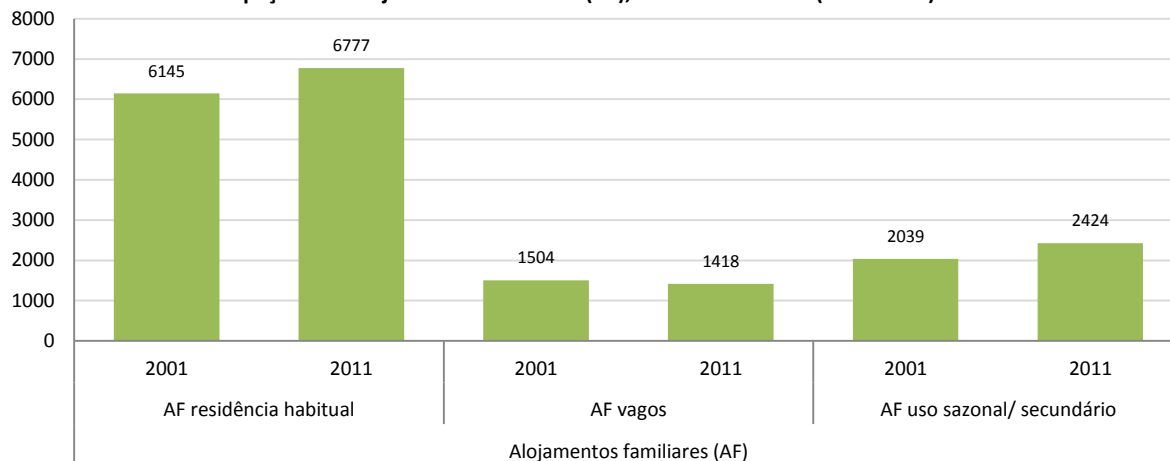
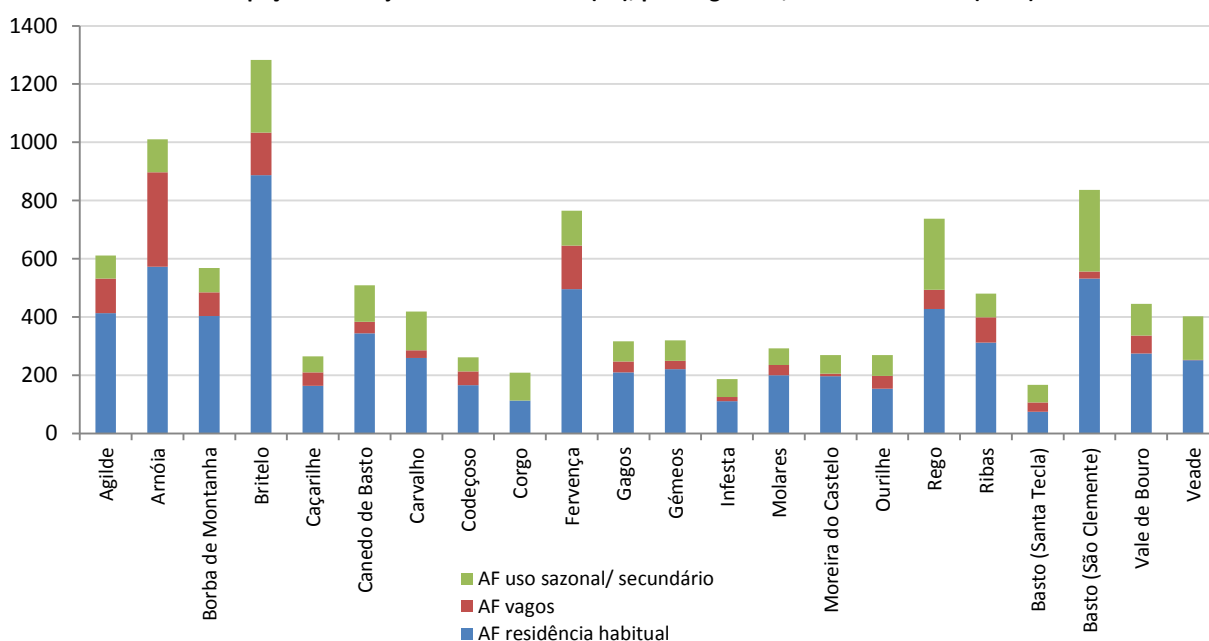
**Alojamento familiar** - Alojamento que, normalmente, se destina a alojar apenas uma família e não é totalmente utilizado para outros fins no momento de referência.

**Fonte**

INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2011

**Objetivos e Metas**

Objetivo de sustentabilidade – Assegurar a compactação do solo urbano (controlo da expansão dos perímetros urbanos e da construção dispersa)

**Documentos de Referência****DADOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA****Gráfico 79: Forma de ocupação dos Alojamentos familiares (AF), Celorico de Basto (2001-2011)****Gráfico 80: Forma de ocupação dos Alojamentos familiares (AF), por freguesias, Celorico de Basto (2011)**

**Quadro 107: Forma de ocupação dos Alojamentos familiares (AF), por freguesias, Celorico de Basto (2011)**

Unidade territorial	Alojamentos familiares (AF)	AF residência habitual		AF vagos		AF uso sazonal/ secundário		AF residência habitual	AF vagos	AF uso sazonal/ secundário
	2011	2011		2011		2011		Variação (2001-2011) *		
	Nº	Nº	%	Nº	%	Nº	%	%	%	%
Agilde	611	413	67,59	119	19,48	79	12,93	5,09	43,37	16,18
Arnoia	1010	572	56,63	325	32,18	113	11,19	2,69	177,78	-45,15
Borba da Montanha	568	403	70,95	81	14,26	84	14,79	17,15	2,53	0,00
Britelo	1283	887	69,13	146	11,38	250	19,49	13,43	22,69	34,41
Caçarilhe	265	163	61,51	47	17,74	55	20,75	14,79	-17,54	-17,91
Canedo de Basto	509	344	67,58	39	7,66	126	24,75	6,17	-42,65	29,90
Carvalho	419	259	61,81	26	6,21	134	31,98	6,15	-79,84	109,38
Codessoso	261	166	63,60	47	18,01	48	18,39	1,84	46,88	-21,31
Corgo	209	113	54,07	0	0,00	96	45,93	11,88	-100,00	81,13
Fervença	765	495	64,71	150	19,61	120	15,69	15,38	7,91	42,86
Gagos	316	210	66,46	37	11,71	69	21,84	14,75	2,78	-12,66
Gémeos	319	221	69,28	28	8,78	70	21,94	15,71	-50,00	32,08
Infesta	186	111	59,68	14	7,53	61	32,80	5,71	-76,27	205,00
Molares	292	200	68,49	35	11,99	57	19,52	25,00	191,67	-35,96
Moreira do Castelo	269	196	72,86	9	3,35	64	23,79	11,36	-77,50	45,45
Ourilhe	269	154	57,25	43	15,99	72	26,77	32,76	-18,87	18,03
Rego	737	427	57,94	66	8,96	244	33,11	12,96	46,67	12,44
Ribas	480	312	65,00	87	18,13	81	16,88	-2,80	107,14	-5,81
Basto (Santa Tecla)	167	74	44,31	32	19,16	61	36,53	-8,64	-47,54	64,86
Basto (S. Clemente)	837	532	63,56	24	2,87	281	33,57	11,06	-88,73	108,15
Vale de Bouro	445	274	61,57	62	13,93	109	24,49	11,38	675,00	-36,63
Veade	402	251	62,44	1	0,25	150	37,31	9,13	-97,56	97,37
<b>Celorico de Basto</b>	<b>10619</b>	<b>6777</b>	<b>63,82</b>	<b>1418</b>	<b>13,35</b>	<b>2424</b>	<b>22,83</b>	<b>10,28</b>	<b>-5,72</b>	<b>18,88</b>

\* Não estão identificados os valores de 2001, contudo calculou-se a variação relativa de 2001 face ao ano 2011, para as respetivas formas de ocupação dos alojamentos familiares.

#### ANÁLISE SUMÁRIA

Em 2011, de 10.619 Alojamentos familiares (AF), 6.777 destinaram-se a residência habitual, 1.418 estavam vagos e 2.424 eram alojamentos familiares de uso sazonal/ secundário. Estes valores revelam que o número de alojamentos ocupados com uso sazonal/ secundário e os alojamentos vagos representam cerca de um terço do total de alojamentos (36,18%), indicador de um território com características rurais.

Face a 2001, estas formas de ocupação variaram, tendo ocorrido um aumento de 10,28% nos AF destinados a residência habitual e um aumento de 18,88% nos AF de uso sazonal/ secundário. Nos AF vagos ocorreu um decréscimo de 5,72%.

Existe uma proporcionalidade dos AF face ao crescimento demográfico e à dimensão territorial das freguesias, ou seja, freguesias maiores possuem maior número de AF, como exemplo temos as freguesias de Britelo, Arnoia, Basto (S. Clemente), Fervença e Rego. As freguesias mais pequenas em crescimento demográfico e à dimensão territorial possuem menos AF, como por exemplo as freguesias de Infesta, Corgo e Basto (Santa Tecla).

No geral e comparando os dados dos AF de 2001 face a 2011, os AF com residência habitual sofreram todos, um aumento, à exceção das freguesias de Ribas e Basto (Santa Tecla).

Já o n.º de AF vagos sofreu uma grande queda em metade do total de freguesias do concelho, sendo elas Carvalho, Canedo de Basto, Caçarilhe, Corgo, Gémeos, Infesta, Moreira do Castelo, Ourilhe, Basto (Santa Tecla), Basto (S. Clemente) e Veade.

O n.º de AF com uso sazonal/ secundário cresceu consideravelmente em freguesias como Infesta, Carvalho e Basto (S. Clemente), respetivamente 205%, 109% e 108%. Em freguesias como Arnoia, Gémeos, Molares e Vale de Bouro, os AF com uso sazonal/ secundário decresceram entre 32% e 45%.





Eixo Espaço Urbano

Domínio Urbanismo

Área temática Ocupação dos alojamentos e Edifícios

Unidade de Análise N.º / %

Periodicidade Decenal

**Descrição/ Metodologia**

Avaliar o n.º de edifícios por localização geográfica.

Avaliar a variação ocorrida nos edifícios num determinado território e período.

Edifício é uma construção permanente, dotada de acesso independente, coberta e limitada por paredes exteriores ou paredes-meias que vão das fundações à cobertura e destinada à utilização humana ou a outros fins.**Fonte**

INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2011

**Objetivos e Metas**

Objetivo de sustentabilidade – Assegurar a compactação do solo urbano (controlo da expansão dos perímetros urbanos e da construção dispersa)

**Documentos de Referência****DADOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA****Quadro 108: Evolução edifícios nos concelhos limítrofes ao de Celorico de Basto, NUTIII – Tâmega, NUT II – Norte e Portugal (2011-2016)**

Unidade Territorial	Edifícios				
	2001	2011	Variação 2001-2011		
	N.º	N.º	N.º	%	
Portugal	3.160.041	3.544.389	384.348	12,16	
NUT II – Norte	1.100.327	1.209.911	109.584	9,96	
NUT III – Tâmega*	173.068	197.914	24.846	14,36	
<b>Celorico de Basto (1)</b>	<b>9.104</b>	<b>9.972</b>	<b>868</b>	<b>9,53</b>	
Concelhos limítrofes	Amarante (1)	20.353	22.889	2.536	12,46
	Felgueiras (1)	15.490	17.929	2.439	15,75
	Cabeceiras de Basto (2)	7.720	8.470	750	9,72
	Fafe (2)	17.918	19.791	1.873	10,45
	Mondim de Basto (2)	3.554	4.066	512	14,41

\*Dados de acordo com a versão 2002 da Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS).

(1) Pertence à NUT III – Tâmega e Sousa (2) Pertence à NUT III – Ave

**Quadro 109: Edifícios e variação relativa dos edifícios, por freguesias, Celorico de Basto (2001-2011)**

Unidade territorial	Edifícios		Variação relativa dos edifícios (%)
	2001	2011	2001-2011
Agilde	492	595	20,93
Arnoia	854	985	15,34
Borba da Montanha	495	553	11,72
Britelo	928	1071	15,41
Caçarilhe	248	258	4,03
Canedo de Basto	454	506	11,45
Carvalho	433	402	-7,16
Codessoso	244	256	4,92
Corgo	167	205	22,75
Fervença	618	671	8,58
Gagos	281	299	6,41
Gêmeos	281	273	-2,85
Infesta	181	184	1,66

Molares	226	262	15,93
Moreira do Castelo	257	267	3,89
Ourilhe	224	264	17,86
Rego	615	719	16,91
Ribas	426	461	8,22
Basto (Santa Tecla)	179	167	-6,70
Basto (S. Clemente)	767	755	-1,56
Vale de Bouro	416	440	5,77
Veade	318	379	19,18
<b>Celorico de Basto</b>	<b>9.104</b>	<b>9.972</b>	<b>9,53</b>

\* Valores de acordo com dados do INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2001 e 2011

**Quadro 110: Edifícios e variação relativa dos edifícios\*, por freguesias, de acordo com a Reorganização Administrativa do Território das Freguesias em 2013 (2001-2011) Celorico de Basto**

Unidade territorial	Edifícios		Variação relativa dos edifícios (%)
	2001	2011	2001-2011
Agilde	492	595	20,93
Arnoia	854	985	15,34
Borba da Montanha	495	553	11,72
Britelo, Gémeos e Ourilhe	1433	1608	12,21
Caçarilhe e Infesta	429	442	3,03
Canedo de Basto e Corgo	621	711	14,49
Carvalho e Basto (Sta. Tecla)	612	569	-7,03
Codessoso	244	256	4,92
Fervença	618	671	8,58
Moreira do Castelo	257	267	3,89
Rego	615	719	16,91
Ribas	426	461	8,22
Basto (S. Clemente)	767	755	-1,56
Vale de Bouro	416	440	5,77
Veade, Gagos e Molares	825	940	13,94
<b>Celorico de Basto</b>	<b>9.104</b>	<b>9.972</b>	<b>9,53</b>

\* Valores de acordo com dados do INE, Recenseamento da população e habitação – Censos 2001 e 2011

## ANÁLISE SUMÁRIA

Em 2011, de acordo com os dados definitivos do Recenseamento, o concelho de Celorico de Basto registava um total de 9.972 edifícios. Esse valor é superior ao registado em 2001 (9.104 edifícios), ou seja, houve um crescimento do número de edifícios de 9,53%. Este valor também correspondia a cerca de 5,0% do total de edifícios da região onde se insere (NUT III – Tâmega).

Neste período 2001-2011, o ritmo de construção de edifícios de Celorico de Basto foi inferior ao ritmo médio da região onde se insere (NUT III – Tâmega) com 14,36%, e ao ritmo médio de Portugal (12,16%). Também foi inferior ao ritmo médio dos concelhos limítrofes.

Numa análise à escala infraconcelhia, em 2011, as freguesias de Britelo, Arnóia, Basto (S. Clemente) e Rego concentram mais edifícios, respetivamente com 1.071, 985, 755 e 719 edifícios. Numa situação inversa, Basto (sta. Tecla) e Infesta possuem o menor número de edifícios, com respetivamente 167 e 184 edifícios.

No que diz respeito ao crescimento dos edifícios por freguesias, entre 2001 e 2011, verifica-se que as freguesias com um crescimento mais significativo foram Corgo (22,75%), Agilde (20,93%) e Veade (19,18%). O inverso verifica-se nas freguesias de Carvalho, Basto (Sta. Tecla) e Gémeos, com uma evolução negativa do número de edifícios, com menos 7,16%, 6,70% e 2,85% respetivamente.

## 8.4 ACESSIBILIDADES E MOBILIDADE



- 4.1.1.1 Rede Viária Construída
- 4.1.1.2 Rede Viária Proposta
- 4.1.2.1 Movimentos Pendulares
- 4.1.3.1 Cobertura espacial da rede de transporte público interconcelhia
- 4.1.3.2 Cobertura espacial da rede de transporte público e escolar
- 4.1.3.3 Cobertura espacial da rede de paragens de transporte público
- 4.1.3.4 Cobertura espacial dos serviços de transporte de passageiros em táxi
- 4.1.4.1 Extensão de Rede de Ecopistas
- 4.1.4.2 Implementação de medidas inovadoras de mobilidade urbana sustentável

**Rede Viária Construída**

Código 4.1.1.1

Tendência -----

**Eixo** Acessibilidades e Mobilidade  
**Domínio** Infraestruturas Viárias e Transportes  
**Área temática** Rede Viária

**Unidade de Análise** N.º /m/  
**Periodicidade** Anual

**Descrição/ Metodologia**

N.º de infraestruturas da rede viária nacional e municipal, existentes no concelho e os metros lineares de rede viária construída por tipologia de hierarquia viária.

**Fonte**

Município de Celorico de Basto

**Objetivos e Metas**

Desenvolver conhecimento sobre o ecossistema da mobilidade e dos transportes.

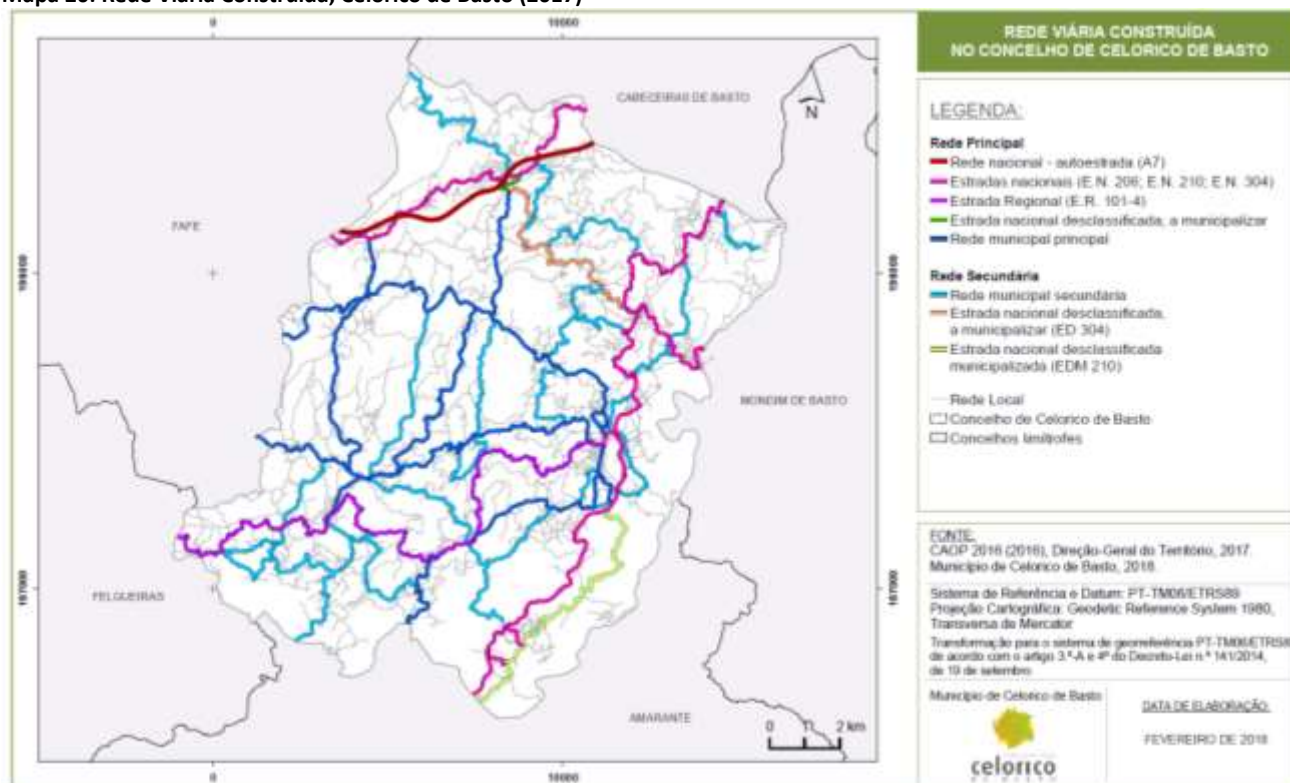
Objetivo de sustentabilidade – Reforçar a conectividade entre aglomerados urbanos e a rede extra concelhaia.

**Documentos/ Metas de Referência Estratégica**

Plano Rodoviário Nacional (PRN)

**DADOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA****Quadro 111: Extensão da Rede Viária construída (m/l), Celorico de Basto (2017)**

Rede viária construída	Celorico de Basto			
	Nome	Extensão (m/l)		
Rede Principal	Autoestrada - A7	8.022,32		
	Estradas nacionais	E.N. 206	10.210,11	39.576,90
		E.N. 210	25.069,15	
		E.N. 304	4.297,64	
	Estrada regional	E. R. 101-4	22.248,18	
	Estradas municipais principais	E.M.	57.279,06	
Estrada nacional desclassificada, a municipalizar		1.139,21		
Rede Secundária	Estradas municipais secundárias	E.M.	81.316,73	
	Estrada nacional desclassificada, municipalizada	EDM 210	10.494,83	
	Estrada nacional desclassificada, a municipalizar	ED 304	8.079,13	

**Mapa 20: Rede Viária Construída, Celorico de Basto (2017)**

## ANÁLISE SUMÁRIA

Em 2017, no concelho de Celorico de Basto, existem dentro da **rede viária principal**, as seguintes vias de carácter supramunicipal que atualmente atravessam o território de Celorico de Basto:

a) Rede nacional complementar:

- Autoestrada A7, entre Guimarães e Vila Pouca de Aguiar, integrada no IC5 (Póvoa de Varzim – Miranda do Douro), atravessa o quadrante noroeste do concelho, mas não possuiu nó de acesso no território do Município, os mais próximos são em Fafe e Arco de Baúlhe (Cabeceiras de Basto).

b) Rede nacional - Outras estradas:

- E.N. 206, liga Fafe à Vila de Arco de Baúlhe, atravessa a zona norte do concelho passando pela Lameira e Gandarela.

- E.N. 210, percorre a parte nascente do concelho num eixo norte-sul, ligando os concelhos de Amarante e Cabeceiras de Basto e passando pela Vila de Celorico e por Fermil, integrando a variante uma variante construída no início da década de 2000, com características de via rápida, faz a ligação entre a A4, junto a Amarante, e a Vila de Celorico de Basto;

- E.N. 304, tem início em Fermil, na EN 210, e liga ao concelho de Mondim de Basto. (não inclui o troço desclassificado entre a Gandarela e Fermil).

c) Rede regional:

- E.R. 101-4, tem início na Vila de Celorico de Basto ligando à cidade da Lixa e concelhos de Felgueiras e Fafe, serve a zona sul do concelho, passando pelo Castelo, Mota e Agilde.

As vias municipais existentes que foram integradas na rede principal são aquelas que constituem a alternativa às estradas nacionais na ligação da sede do concelho com as centralidades de nível 2 (Gandarela, Fermil e Mota) e com os concelhos vizinhos. Estas são, concretamente, as seguintes:

- Eixo de Celorico ao Rego, passando por Ourilhe e Caçarilhe e ligando a Fafe, constituído pela EM 616-1, CM 1733 e EM 615;

- Ligação composta pela EM 618 e EM 617, de Celorico ao sul do concelho de Fafe (dando daí acesso a Felgueiras), passando por Gémeos, Carvalho e Borba;

- EM 616, entre a Gandarela e a Mota, cruzando os dois eixos anteriores em Caçarilhe e Carvalho, respetivamente;

- Ligação constituída pela EM 619, entre Celorico e a povoação do Castelo, Arnoia, onde intersesta a ER 101-4, e EM 518, que passa por Moreira do Castelo e liga à Variante, já no concelho de Amarante;

- Troço desclassificado da EN 210 que atravessa o centro da sede do concelho, entre o início da ER 101-4 e a Variante, que se optou por integrar neste nível para manter a continuidade da rede principal, na ligação com a EM 619.

A **rede secundária** é constituída pelas vias de articulação da rede principal com os principais aglomerados e áreas geradoras de fluxos no interior do concelho e pelas vias complementares de ligação aos concelhos limítrofes, e na qual se integram, entre outras, as estradas nacionais desclassificadas.

Neste nível estão incluídos os troços de estradas municipais não incluídos na rede principal, as estradas nacionais desclassificadas (municipalizadas e a municipalizar), com exceção do troço referido na rede principal, e os caminhos municipais, classificados ou não, que constituem ligações importantes entre as localidades do concelho (ver mapa).

As estradas nacionais desclassificadas, para se distinguirem das estradas do atual Plano Rodoviário Nacional, são identificadas da seguinte forma:

- EDM 210 - estrada nacional desclassificada municipalizada (antiga EN 210 entre Amarante e Celorico)

- ED 304 - estrada nacional desclassificada a municipalizar (anterior EN 304 entre Gandarela e Fermil)

A **rede local** é constituída pelas restantes vias, de distribuição local, e pelos arruamentos urbanos quando não incorporados nos níveis anteriores.

Numa distribuição por hierarquia da rede viária existente, foram construídos 128.265,67 m/l de rede principal e 99.890,69 m/l de rede secundária.

**Rede Viária Proposta****Código 4.1.1.2****Tendência ----**

**Eixo** Acessibilidades e Mobilidade  
**Domínio** Infraestruturas Viárias e Transportes  
**Área temática** Rede Viária

**Unidade de Análise** N.º /m/l  
**Periodicidade** Anual

**Descrição/ Metodologia**

N.º de infraestruturas da rede viária nacional, municipal e local, relevantes, propostas no concelho e os metros lineares de rede viária proposta por tipologia de hierarquia viária.

**Fonte**

Município de Celorico de Basto

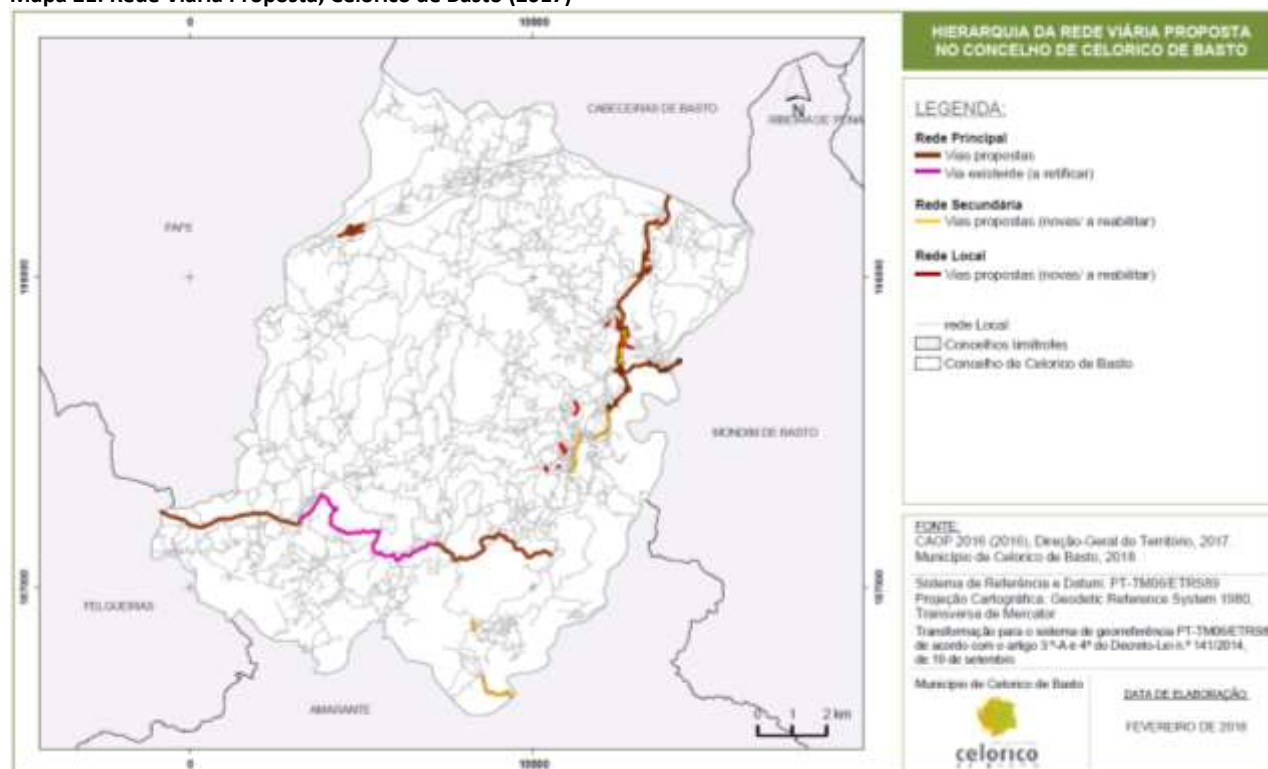
**Objetivos e Metas**

Desenvolver conhecimento sobre o ecossistema da mobilidade e dos transportes.

Objetivo de sustentabilidade – Reforçar a conectividade entre aglomerados urbanos e a rede extra concelhia.

**Documentos/ Metas de Referência Estratégica****DADOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA****Quadro 112: Extensão da Rede Viária Proposta (m/l), Celorico de Basto (2017)**

Rede viária proposta	Celorico de Basto	
	Nome	Extensão (m/l)
Rede Principal	VP 1 – Variante à EN 2010 (ou Variante do Tâmega)	7.602,58
	VP 2 – Nó da Lameira	890,00
	VP 3 – Variante à ER 101-4	4.305,72
	VP4 – Variante à ER 101-4	4.699,37
	VP 5 – Ligação a Mondim de Basto (variante à EN 210) <b>(em execução)</b>	1.989,54
	Via existente a retificar (ER 101-4 da Mota ao Castelo)	6.734,93
Rede Secundária	VP 6 – Ligação entre Codessos e Fridão (nova)	1.474,07
	VP 7 – Circular de Veade (reabilitar)	1.322,58
	VP 8 – Alameda da Veiga (nova)	1.276,18
	VP 9 – Arruamento Agra-Britelto <b>(64% executado em 2017)</b>	1.170,93
Rede Local	Nova	2.171,78
	A reabilitar	385,63

**Mapa 21: Rede Viária Proposta, Celorico de Basto (2017)**

## ANÁLISE SUMÁRIA

As propostas de intervenção na rede viária principal contidas no PDM (Relatório do Plano, capítulo VIII - Acessibilidades e capítulo XIII – Programação e execução do PDM de Celorico de Basto) têm como promotor, na sua maioria, o Instituto de Mobilidade e Transportes (IMT) e a EDP sendo que esta última se reporta às propostas contidas na obra da barragem de Fridão. Do conjunto destas obras, apenas a Ligação a Mondim de Basto está em execução.

O município incluiu nas plantas de ordenamento do PDM essas vias, de forma a salvaguardar a faixa necessária à sua concretização futura. O conjunto destas propostas carece de avaliação profunda na revisão do PDM.

São integradas nas propostas do PDM em vigor e na **rede viária principal**:

- VP 1 - Variante à EN 210 (ou Variante do Tâmega) entre o lugar de Crespos (Britelo) e o limite nordeste do concelho (Canedo). A continuação desta via, que irá ligar ao nó da A7 em Arco de Baúlhe, está prevista no PDM de Cabeceiras de Basto, publicado em 2008. Recorda-se que esta ligação decorre de um protocolo celebrado com o Estado em 1989, como compensação pelo encerramento da Linha do Tâmega.

Foi celebrado em 03.03.2017 um protocolo para a execução da Variante entre Lordelo e Canedo/ Corgo entre a Câmara Municipal e as Estradas de Portugal tendo sido homologado pelo secretário de Estado.

- VP 2 - Nó da Lameira, de ligação à A7, fundamental para ligação da rede viária municipal à rede nacional e internacional de autoestradas.

- VP 3 e VP4 - Variantes à ER 101-4 para substituir o atual traçado, incluindo a Variante Poente, entre o aglomerado da Mota e o concelho de Felgueiras, e a Variante Nascente, entre o lugar do Castelo e a Variante do Tâmega (nova EN 210) no lugar de Casal de Nino, a sul da sede do concelho. É ainda proposto a retificação do traçado da ER 101-4 entre o Castelo e a Mota. Embora seja uma via existente, como estabelece uma ligação importante extra concelhia e virá fazer a ligação aos dois troços VP3 e VP4, o seu enquadramento na rede viária proposta é relevante. Com a reformulação do traçado da ER101-4 (substituição do traçado + retificação de troço do traçado) estão reunidas as condições de um traçado com um significativo encurtamento da distância e um traçado menos perigoso que o atual, pois atualmente esta Estrada Regional possui muitas curvas perigosas e em dias de chuva e geada ela torna-se ainda mais perigosa. Presentemente existe apenas um estudo preliminar desta ligação.

Nas vias propostas incluem-se aquelas cuja execução será promovida pela EDP no âmbito das medidas compensatórias pela construção da barragem de Fridão.

- VP 5 - Ligação a Mondim de Basto (variante à EN 210), incluída na rede principal. Este projeto, em fase de execução, concretiza uma parte do traçado da Variante do Tâmega, adaptando-o às condições decorrentes da barragem, entre a zona industrial de Celorico de Basto e Veade, e a ligação de Veade a Mondim, incluindo a construção de uma nova ponte sobre o Tâmega, dado que a atual e o troço final da EN 304 ficarão submersos.

São integradas nas propostas da **rede viária secundária**:

- VP 6 - Ligação entre Codessoso e Fridão, no concelho de Amarante, passando pelo coroamento da barragem.

- VP 7 - Circular de Veade, que consiste na substituição das ligações cortadas pelo plano de água da barragem, incluindo a construção de uma ponte pedonal de ligação à igreja de Veade

A ligação a Mondim de Basto terá nível hierárquico de estrada nacional, as restantes serão integradas no domínio municipal e na rede viária secundária.

São ainda integradas nas propostas da rede secundária, 2 vias programadas no Plano de Urbanização da Vila de Celorico de Basto (PU) que farão a articulação com a rede principal: a Alameda da Veiga (VP 8), que constitui uma alternativa ao principal eixo viário, e o arruamento Agra-Britelos (VP 9), que liga a zona nascente da vila (junto à Igreja) com o futuro nó da variante junto à zona industrial de Crespos. Entretanto foi já executado 64% deste arruamento em 2017, no âmbito de uma candidatura do PAMUS (Plano Municipal de Mobilidade Urbana Sustentável) designada por Promoção da Mobilidade Urbana Sustentável da Vila de Celorico de Basto - Arruamento Agra – Britelo.

No que se refere a propostas para a **rede local**, estão programadas mais algumas vias na sede do concelho, no âmbito do PU e a reabilitação de arruamentos do centro urbano de Fermil, estes integrados no Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU).

Numa distribuição por hierarquia da rede viária proposta, é proposto construir 26.222,14 m/l de rede principal e 2.598,76 m/l de rede secundária. De rede local a executar, é proposto uma extensão de 2.557,41 m/l.

Até ao momento (2017) Apenas foi executado 1.170,93 m/l de extensão de rede secundária, com a construção do arruamento de Agra – Britelo.

**Movimentos Pendulares**

Código 4.1.2.1

Tendência ----

**Eixo** Acessibilidades e Mobilidade  
**Domínio** Infraestruturas Viárias e Transportes  
**Área temática** Acessibilidade

**Unidade de Análise** N.º / %  
**Periodicidade** Decenal

**Descrição/ Metodologia**

Avaliar os movimentos quotidianos (diários), entre o local de residência e o local de trabalho ou estudo, efetuados pela população residente e que vivam no seu alojamento a maior parte do ano.

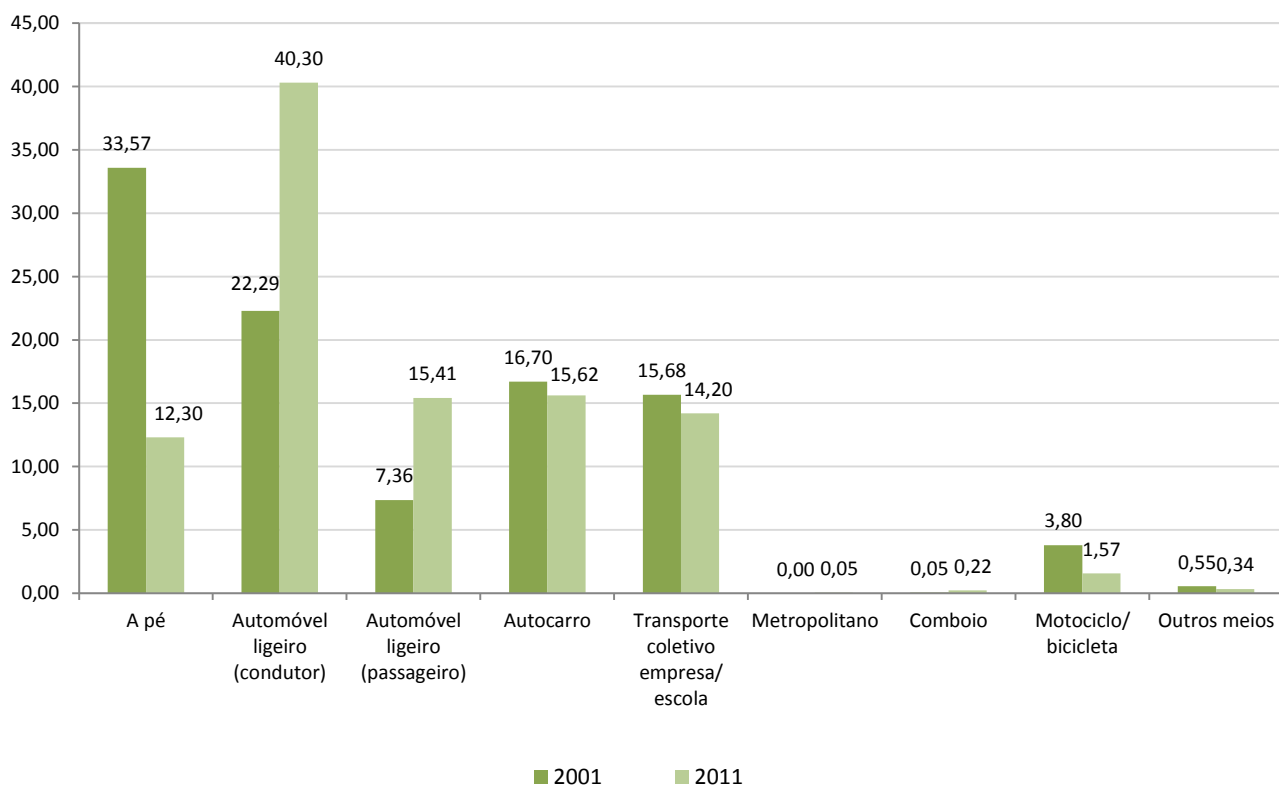
**Fonte**

INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2001 e Censos 2011

**Objetivos e Metas**

Desenvolver conhecimento sobre o ecossistema da mobilidade e dos transportes.

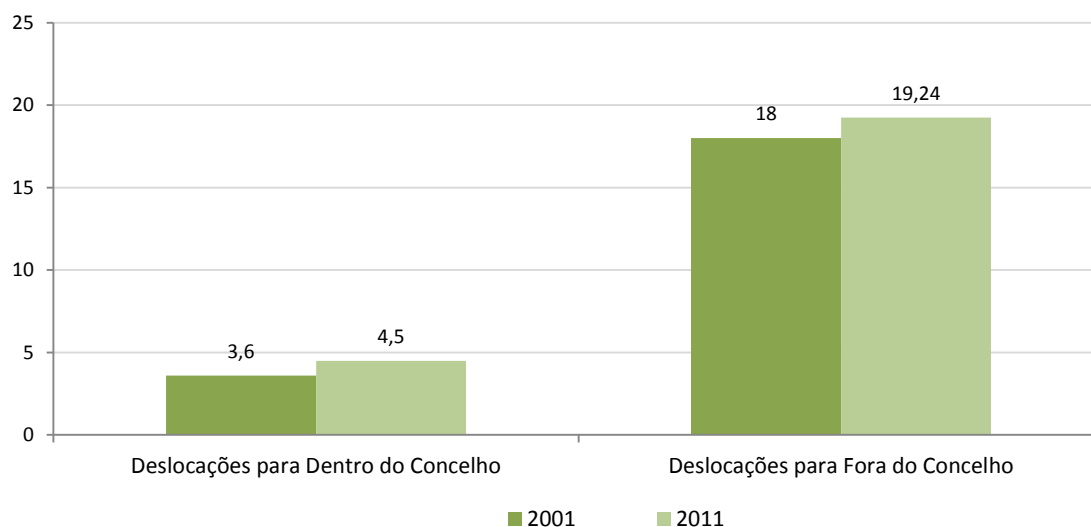
Objetivo de sustentabilidade – Reforçar a conectividade entre aglomerados urbanos e a rede extra concelhia.

**Documentos/ Metas de Referência Estratégica****DADOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA****Gráfico 81: Meio de transporte mais utilizado nos movimentos pendulares (%) em Celorico de Basto (2001 – 2011)****Quadro 113: Proporção da população residente que utiliza mais que um meio de transporte nas deslocações pendulares. (2011)**

Ano	Tipo de população	%
2011	População residente empregada	7,42
	População residente estudante	9,45



**Gráfico 82: Deslocações da população residente para fora e para dentro (%), para trabalhar ou estudar, no concelho de Celorico de Basto (2001-2011)**



#### ANÁLISE SUMÁRIA

Os principais meios de transporte utilizados pela população residente (ativa e população estudante) nas deslocações pendulares, no concelho de Celorico de Basto são os transportes coletivos (autocarros e transporte coletivo escolar); o transporte individual (automóvel ligeiro como condutor e como passageiro) e o modo pedonal de deslocação. Apenas uma pequena parte da população utiliza o comboio, o metro, a bicicleta ou o motociclo como meio de transporte. O comboio é um meio de transporte pouco utilizado, devido ao facto de não existir, presentemente, nenhuma linha de caminho de ferro a servir o concelho.

Dentro destes existe ainda uma faixa da população residente que utiliza mais que um meio de transporte nas deslocações pendulares. Em 2011, a população residente empregada que utilizava mais que um meio de transporte correspondia a 7,42% da população residente, enquanto que a população residente estudante correspondia a 9,45%.

Se compararmos o meio de transporte utilizado nas deslocações pelos habitantes no concelho, no ano 2001 comparativamente com o ano 2011, verifica-se que as deslocações a pé têm vindo a decrescer, em detrimento do uso do automóvel ligeiro. O uso do automóvel ligeiro quase que duplicou, com uma percentagem de condutores de automóveis de 22,29% em 2001, face a 40,30% em 2011.

Também as deslocações feitas em automóvel ligeiro (como passageiro) duplicaram, com 7,36% em 2001 face a 15,41% em 2011.

O transporte coletivo também sofreu uma ligeira queda.

Os movimentos pendulares da população residente (ativa e população estudante) evidenciam que a evolução da deslocação diária, entre a residência e o local de trabalho ou estudo, efetuada pela população em direção a Celorico de Basto tem sido crescente, registando-se em 2001, 3,6% de entradas e em 2011, 4,5% de entradas.

Os movimentos da população que reside em Celorico de Basto para ir trabalhar ou estudar noutro concelho também tem sido crescente, passando de 18% da população para 19,24% da população.

As deslocações para fora do concelho também evidenciam percentagens superiores às observadas para dentro do concelho, ou seja, é maior o número de pessoas residentes que trabalham ou estudam fora.

## Cobertura espacial da rede de transporte público interconcelhia

Código 4.1.3.1

Tendência

Eixo Acessibilidades e Mobilidade  
Domínio Infraestruturas Viárias e Transportes  
Área temática Transportes coletivos

Unidade de Análise N.º  
Periodicidade Anual

### Descrição/ Metodologia

Avaliar a cobertura espacial das redes interurbanas de transporte público de passageiros.

### Fonte

Município de Celorico de Basto

### Objetivos e Metas

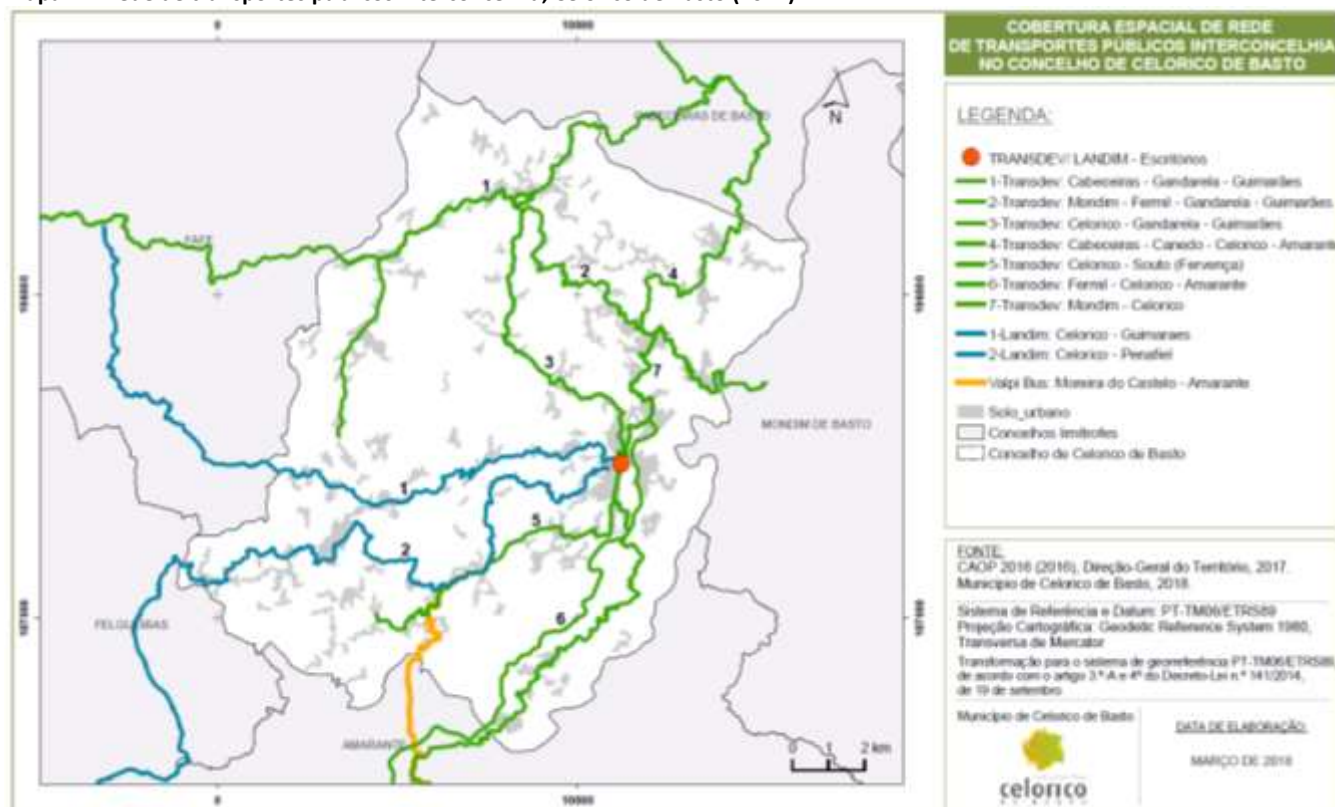
Desenvolver conhecimento sobre o ecossistema da mobilidade e dos transportes.

Objetivo de sustentabilidade – Favorecer a utilização dos transportes públicos ou outros meios de deslocação não poluentes.

Documentos/ Metas de Referência Estratégica

## DADOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA

Mapa 22: Rede de transportes públicos interconcelhia, Celorico de Basto (2017)



## ANÁLISE SUMÁRIA

Em 2017, o município de Celorico de Basto não dispõe de um serviço urbano municipal de transporte. O transporte público coletivo de passageiros no município é efetuado nas linhas interurbanas exploradas pelas empresas privadas Auto Viação Landim, Lda., pela empresa Transdev (antiga Auto Mondinense, Lda.) e a Valpi Bus-Alberto Pinto & Filhos Transportes Rodoviários.

As linhas interurbanas que servem a população neste município servem os itinerários realizados dentro e para fora do município.

As carreiras de transporte público não acompanharam a evolução da rede viária ocorrida na última década. Os percursos continuam a ser feitos principalmente pelas estradas nacionais antigas, atravessando zonas menos povoadas, como é o caso das ligações Celorico-Castelo pela ER101-4, Celorico-Amarante pela EDM 210 e Gandarela-Fermil pela ED 304, não aproveitando as melhorias da rede viária municipal nem a nova EN 210 (Variante do Tâmega).

## Cobertura espacial da rede de transporte público e escolar (intraconcelhia)

Código 4.1.3.2

Tendência

Eixo Acessibilidades e Mobilidade  
Domínio Infraestruturas Viárias e Transportes  
Área temática Transportes coletivos

Unidade de Análise N.º  
Periodicidade Anual

### Descrição/ Metodologia

Avaliar a cobertura espacial das redes de transporte público de passageiros e escolar e contabilizar o n.º de alunos que utilizam os transportes públicos e escolar para se deslocaram para os estabelecimentos de ensino do concelho.

Com base no plano de transportes do município, foram recolhidos os trajetos percorridos por todas as entidades a operar no concelho (cobertura espacial da rede de transporte público e escolar).

### Fonte

Município de Celorico de Basto

### Objetivos e Metas

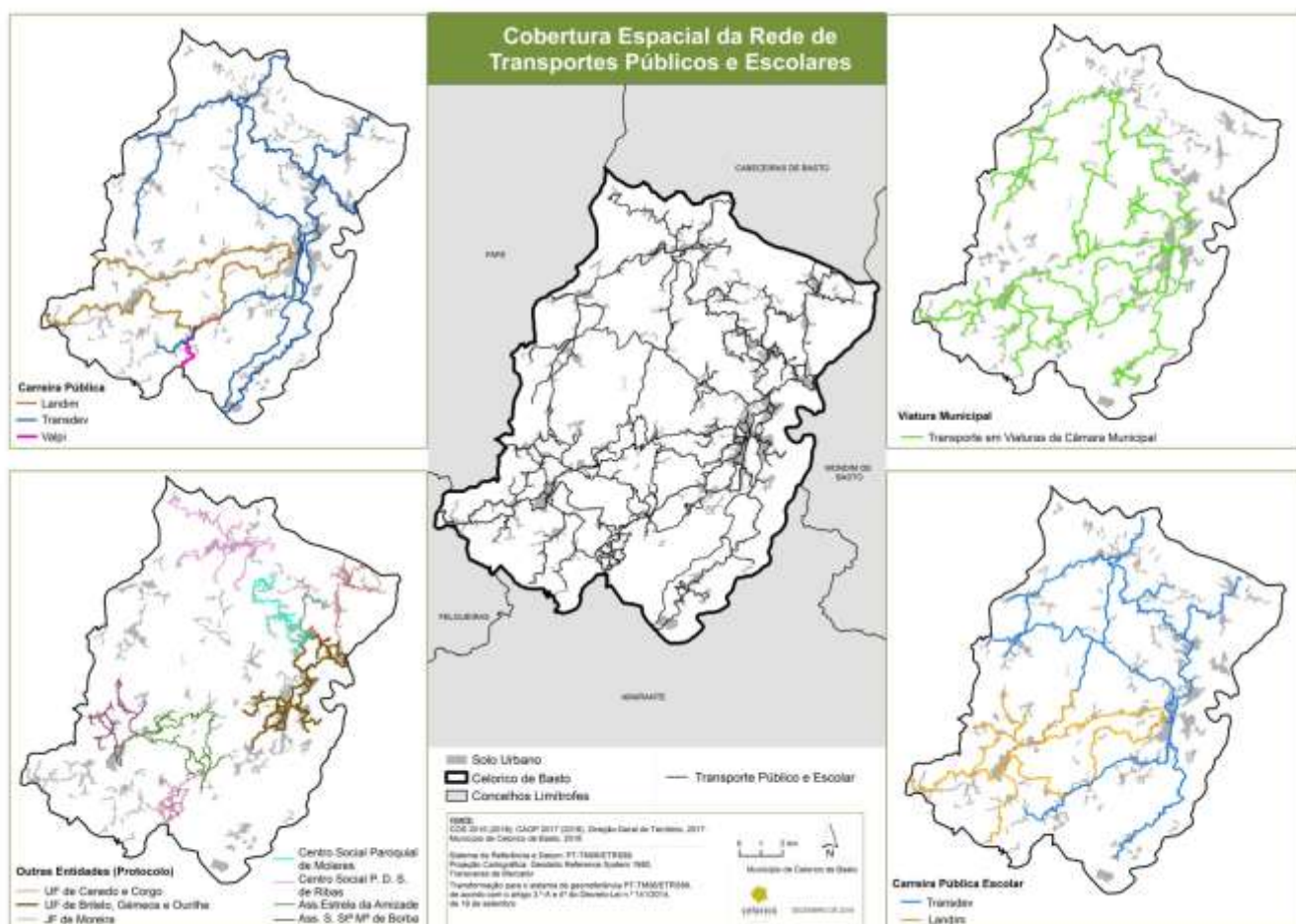
Desenvolver conhecimento sobre o ecossistema da mobilidade e dos transportes.

Objetivo de sustentabilidade – Favorecer a utilização dos transportes públicos ou outros meios de deslocação não poluentes, ao mesmo tempo que oferecer um serviço de proximidade à população escolar.

### Documentos/ Metas de Referência Estratégica

## DADOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA

Mapa 23: Rede de transporte público e escolar, Celorico de Basto (Ano letivo 2018/2019)



**Quadro 114: N.º de alunos do concelho que utilizam os transportes públicos e escolares para se deslocarem para os estabelecimentos de ensino – ano letivo 2018/2019.**

Serviço		Celorico de Basto		%
		N.º de alunos		
	Câmara Municipal	256	256	16,27
Carreira Pública	Landim	293	938	59,63
	Transdev	645		
Protocolos	Associação Social de Santa Maria de Borba	55	379	24,10
	Junta de Freguesia de Moreira do Castelo	7		
	Centro Social Paroquial Divido Salvador de Ribas	123		
	UF de Britelo, Gémeos e Ourilhe	100		
	UF de Canedo de Basto e Corgo	50		
	Centro Social e Paroquial de Molares	26		
	Associação Estrela da Amizade	18		
		N.º de alunos		%
Total do n.º de alunos a frequentar os estabelecimentos de ensino do concelho		2128		100
Total do n.º de alunos que utilizam os transportes públicos e escolares		1573		<b>73,92</b>

#### ANÁLISE SUMÁRIA

O Município de Celorico de Basto, conforme já referido em indicador anterior, não dispõe de um serviço urbano municipal de transporte, mas possui uma cobertura espacial da rede de transporte público e escolar muito abrangente e eficaz.

Para além do transporte público coletivo de passageiros, efetuado nas linhas interurbanas exploradas pelas empresas privadas, a carreira pública também efetua o transporte escolar, com participação do município, complementando assim a rede de itinerários principais realizados dentro e para fora do concelho pelos operadores privados. A Câmara Municipal tem vindo a privilegiar o transporte escolar em carreira pública, no entanto, as dificuldades na definição do Plano de Transportes Escolares prendem-se, precisamente, com a rede de transportes públicos do concelho que não se coaduna com a tipologia de transporte para alunos do Pré-Escolar e 1.º Ciclo, nomeadamente, alunos que habitam em locais mais isolados.

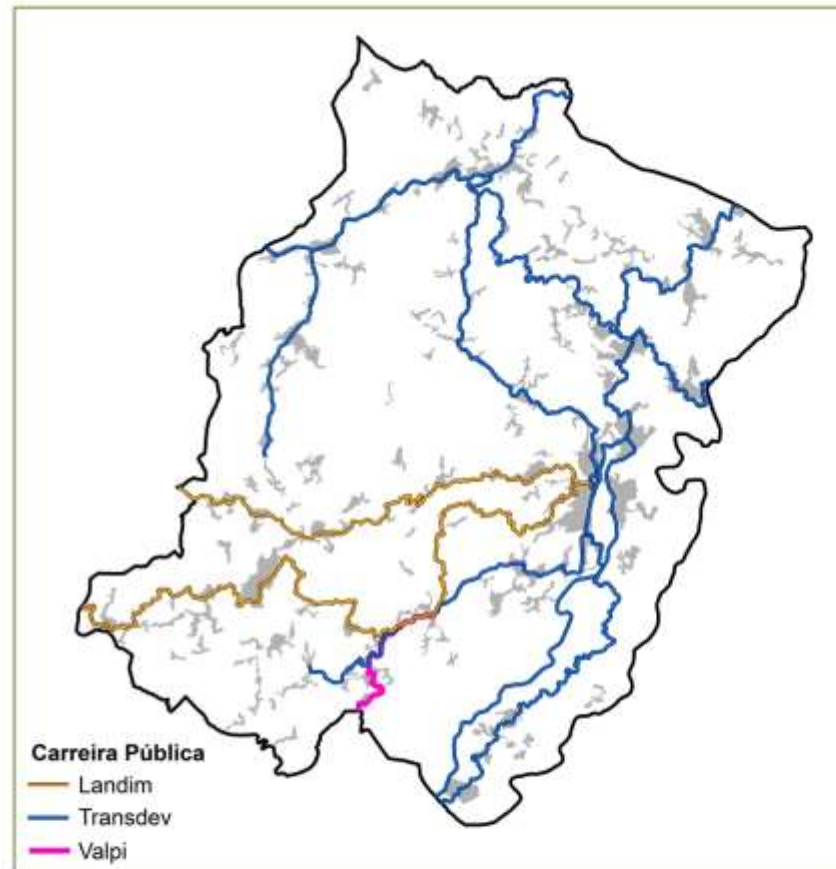
Com o propósito de garantir uma rede de transporte escolar que responda às necessidades relacionadas com os horários e veículos e com vista à procura de soluções mais ajustadas à realidade local, o transporte de alunos é também efetuado com recurso às viaturas municipais e por um conjunto de entidades locais (protocolos com entidades de âmbito local, IPSS e Juntas de Freguesia). Estas viaturas que funcionam como complemento à carreira pública, realizam circuitos destinados aos alunos que residem em zonas não servidas pela carreira pública. Os circuitos tanto agregam alunos de determinado lugar para o estabelecimento de ensino, como fazem a ligação até a um ponto de passagem da carreira pública.

Os dados do n.º de alunos que utilizam os transportes públicos reportam ao ano letivo 2018/2019. Foram contabilizados, com base nos dados fornecidos pelo Gabinete de Educação do Município, 1573 alunos transportados, o que corresponde a 73,92% do total de alunos que frequentam os estabelecimentos de ensino do concelho.

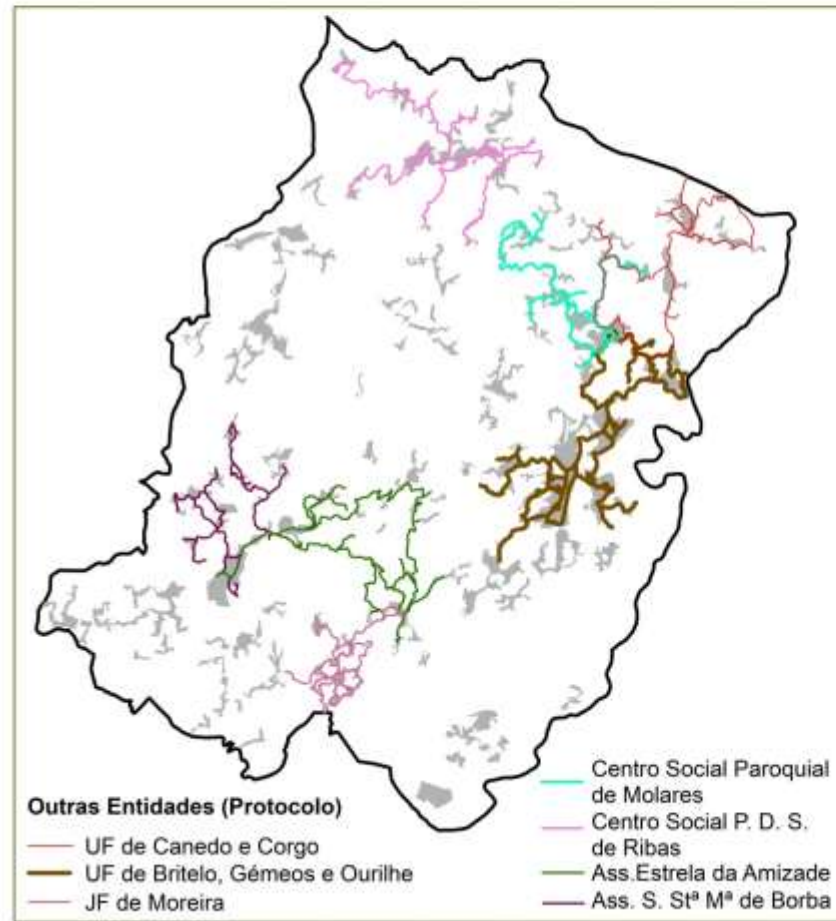
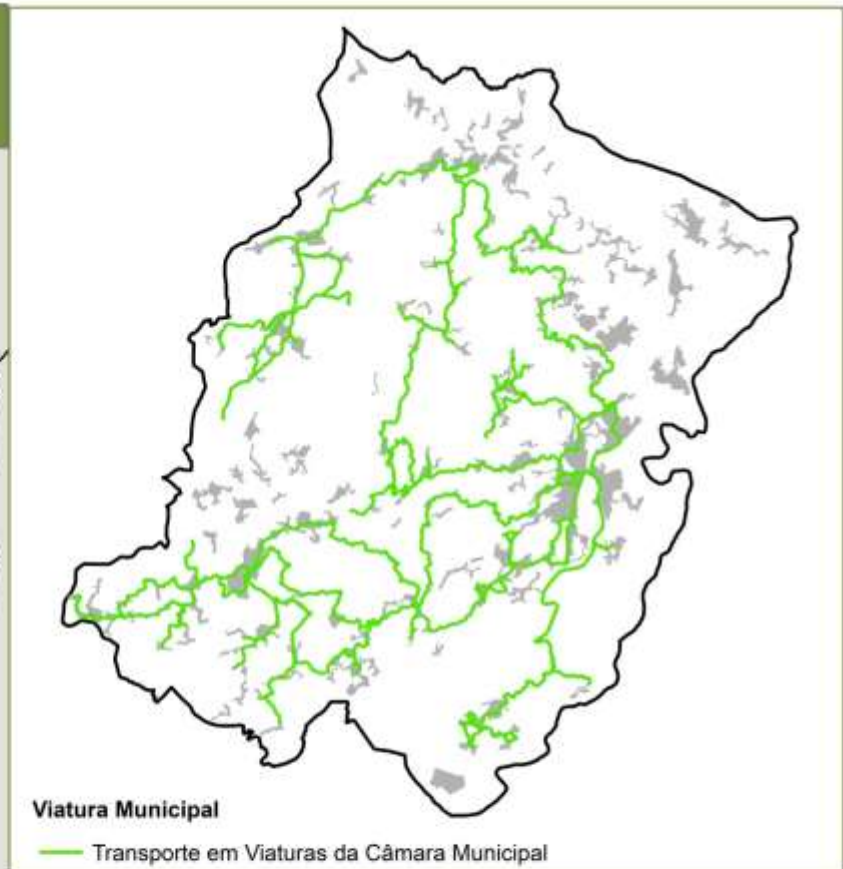
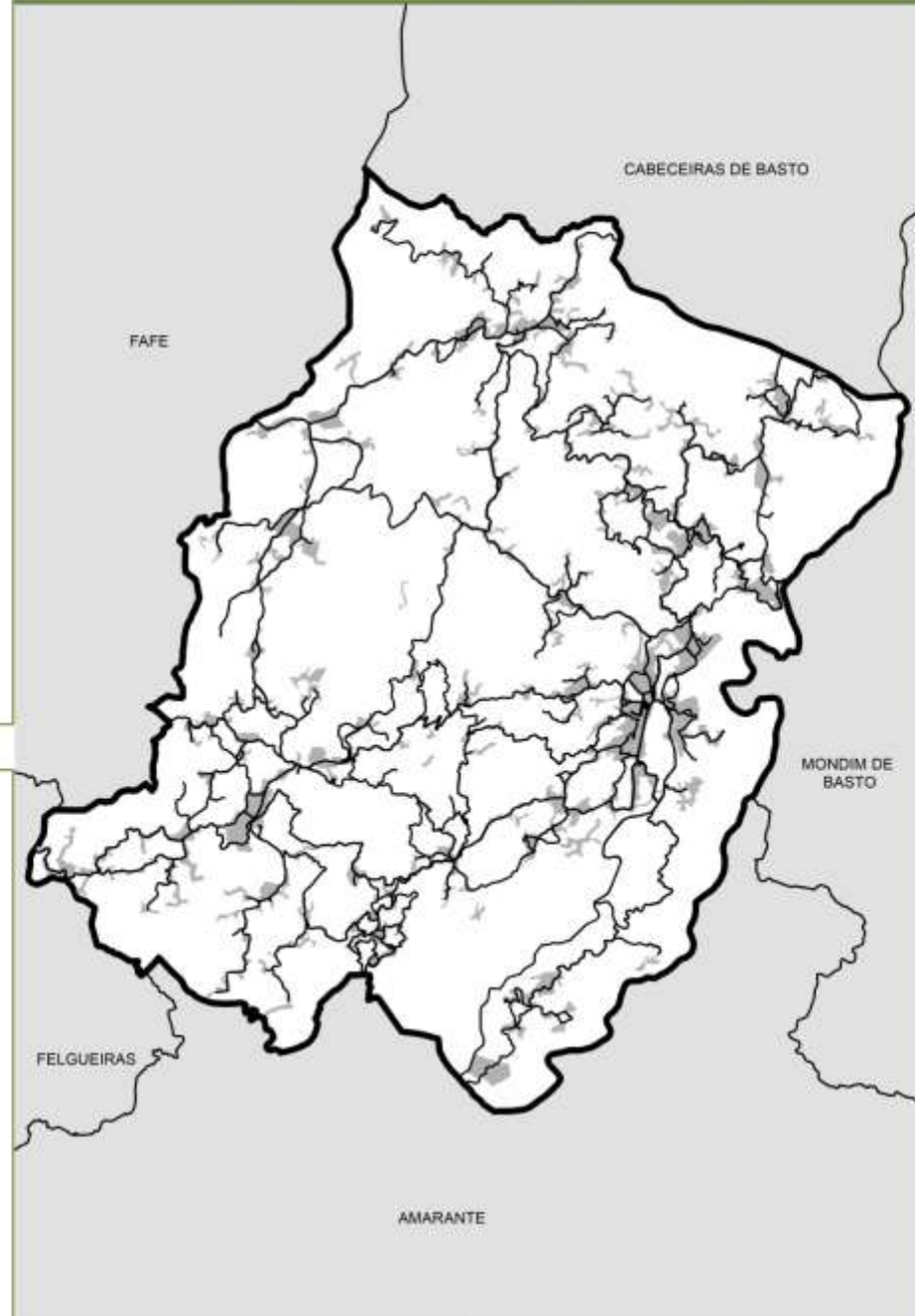
Destes, 938 alunos (59,63% do total de alunos transportados) são transportados pelas empresas privadas de transporte público e escolar que operam no concelho. Segue-se 379 alunos (24,10%) transportados pelas várias entidades locais com protocolos realizados com o Município. Finalmente 256 alunos (16,27%) são transportados em viaturas municipais de transporte coletivo.

Assim sendo, é de enfatizar a grande importância que o serviço de transporte público e escolar têm no município, uma vez que os seus principais utilizadores são a população em idade escolar e idosa, uma faixa considerável, considerada a mais vulnerável no que diz respeito a dificuldade de deslocação. E é esta faixa que não tem um fácil acesso ao modo de transporte privado/pessoal.

Por último, reforçar que a valorização deste serviço deve ser sempre e cada vez mais ponderada permitindo gerar uma eficácia adequada às necessidades dos municípios.



## Cobertura Espacial da Rede de Transportes Públicos e Escolares



Solo Urbano  
 Celorico de Basto  
 Concelhos Limítrofes

— Transporte Público e Escolar

**FONTE:**  
 COS 2015 (2018); CAOP 2017 (2018), Direção-Geral do Território, 2017, Município de Celorico de Basto, 2018.

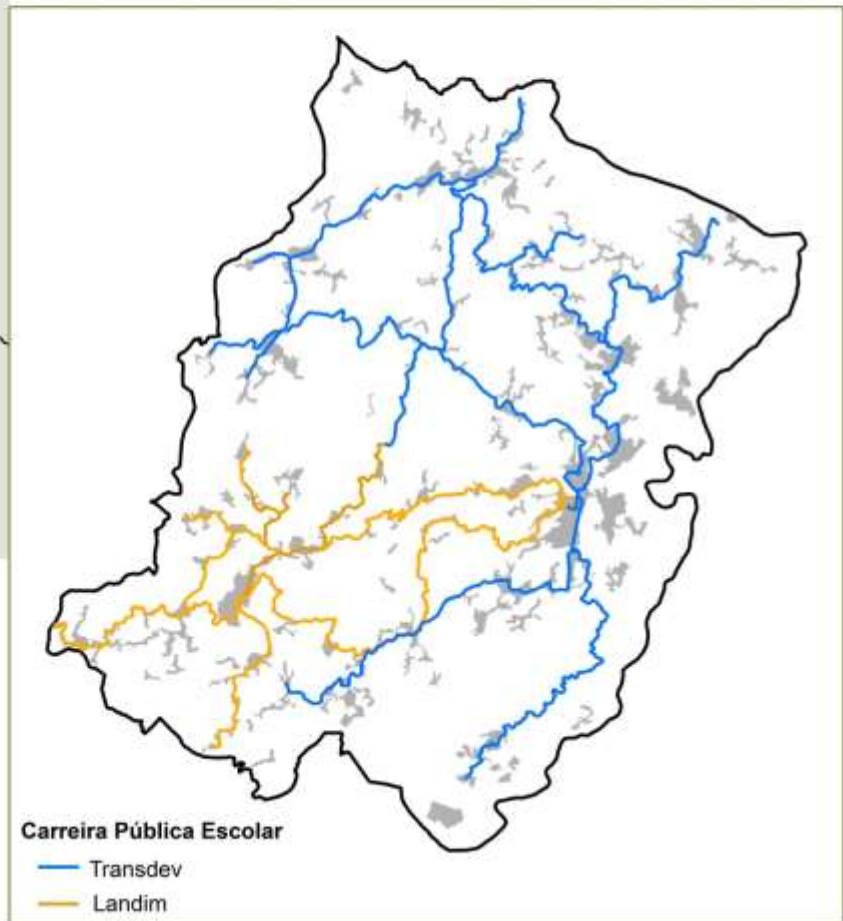
Sistema de Referência e Datum: PT-TM06/ETRS89  
 Projeção Cartográfica: Geodetic Reference System 1980, Transversa de Mercator

Transformação para o sistema de georreferência PT-TM06/ETRS89, de acordo com o artigo 3.º-A e 4º do Decreto-Lei n.º 141/2014, de 19 de setembro

0 1 2 km

Município de Celorico de Basto

**celorico** DEZEMBRO DE 2018



## Cobertura espacial da rede de paragens de transporte público

Código 4.1.3.3

Tendência

Eixo Acessibilidades e Mobilidade

Domínio Infraestruturas Viárias e Transportes

Área temática Transportes coletivos

Unidade de Análise N.º / %

Periodicidade Anual

### Descrição/ Metodologia

Avaliar o n.º de paragens de autocarro ao longo das redes interurbanas de transportes públicos de passageiros no concelho de Celorico de Basto.

Analisar a tipologia de cada paragem de autocarro, assim como os elementos que as compõem.

### Fonte

Município de Celorico de Basto

Proasolutions – Plano de soluções integradas de acessibilidade para todos. Volume V – Plano de Atuação nos transportes.

### Objetivos e Metas

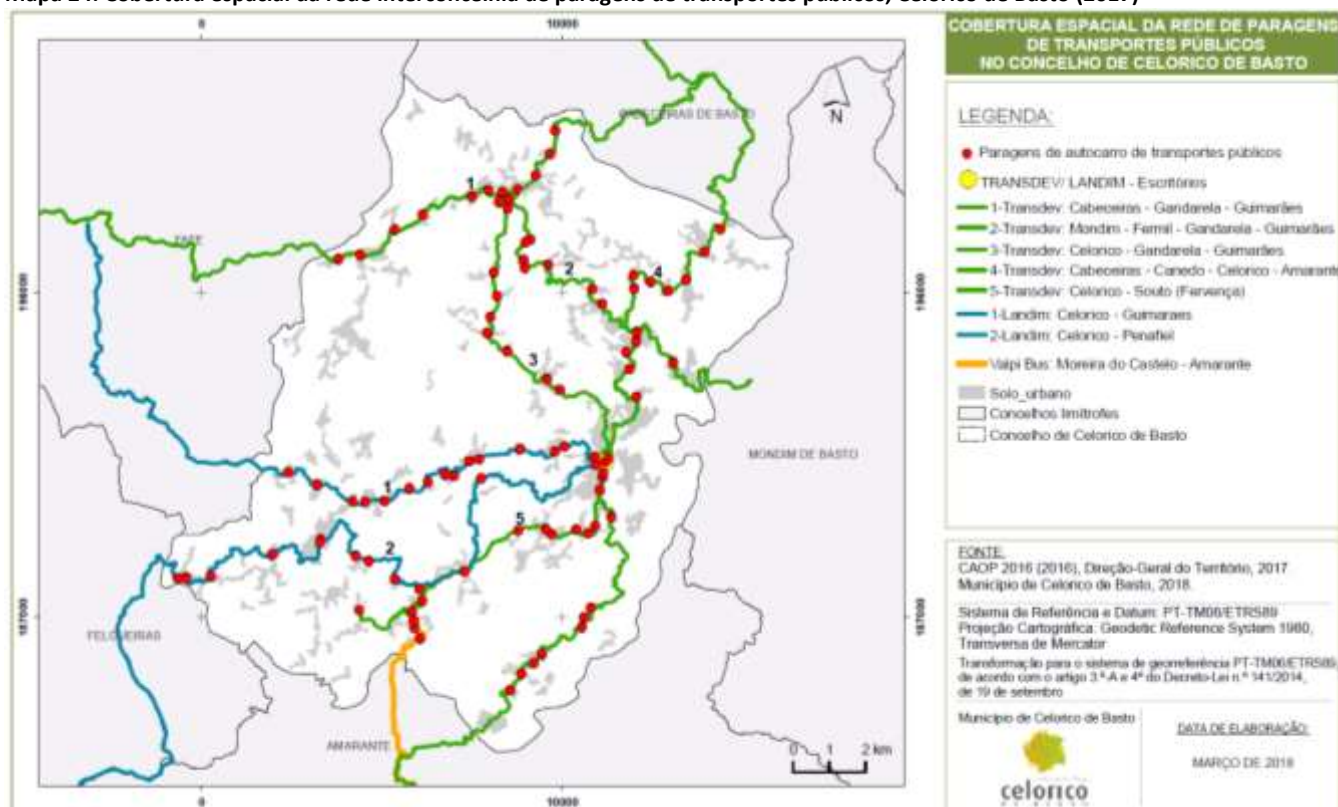
Desenvolver conhecimento sobre o ecossistema da mobilidade e dos transportes.

Objetivo de sustentabilidade – Favorecer a utilização dos transportes públicos ou outros meios de deslocação não poluentes.

### Documentos/ Metas de Referência Estratégica

## DADOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA

Mapa 24: Cobertura espacial da rede interconcelhia de paragens de transportes públicos, Celorico de Basto (2017)



Quadro 115: Tipologia das paragens de autocarro ao longo das redes interconcelhias de transportes públicos de passageiros (2018)

Paragens de autocarro ao longo das redes interurbanas de transportes públicos de passageiros		
tipologia	paragens (N.º)	paragens (%)
Paragem no passeio em zona urbanizada	18	9,83
Paragem no passeio em zona não urbanizada	2	1,1
Paragem sem passeio em zona urbanizada	23	12,57
Paragem sem passeio em zona não urbanizada	140	76,50

**Quadro 116: Elementos das paragens de autocarro ao longo das redes interconcelhias de transportes públicos de passageiros (2018)**

Elementos das paragens de autocarro ao longo das redes interurbanas de transportes públicos de passageiros		
tipologia	paragens (N.º)	paragens (%)
Sem elementos	95	51,91
Com sinalização vertical	8	4,37
Abrigo de passageiros não adaptado (modelo 1*)	16	8,74
Abrigo de passageiros não adaptado (modelo 2*)	41	22,40
Abrigo de passageiros não adaptado (modelo 1) e sinalização vertical	8	4,37
Abrigo de passageiros não adaptado (modelo 2) e sinalização vertical	14	7,65
Abrigo não adaptado (modelo 2) – instalado na central de camionagem de Gandarela	1	0,56

\*Modelo 1 - Abrigos com cabines pré-fabricadas (modulares). Modelo 2 – Abrigos construídos em bloco ou cimento.

## ANÁLISE SUMÁRIA

Em 2017, o município de Celorico de Basto dispõe de um total de 183 paragens de autocarro ao longo das redes interurbanas de transportes públicos de passageiros.

Favorecer a utilização dos transportes públicos passa também por oferecer uma boa qualidade do serviço. Entre Outras coisas o bom funcionamento da rede de transportes públicos passa por oferecer, para além de uma boa cobertura da rede de paragens, uma boa envolvente das paragens e uma boa zona de embarque nos autocarros. Uma condição essencial para aceder a uma paragem é que esta se encontre numa envolvente urbanizável e acessível.

A maior parte das paragens de transporte interurbano analisadas estão localizadas em envolventes não urbanizadas. Muitas delas localizam-se junto às estradas e em pontos de estrada onde não existe sequer espaço para que as pessoas aguardem pelo autocarro de forma segura.

Outros dos problemas recorrentes é a carência de percursos para aceder às paragens com o mínimo de segurança possível. O acesso é feito pela própria estrada ou por percursos não urbanizados, sem passeios.

Das 183 paragens de autocarro em análise, 142 (77,1%) são paragens em zonas não urbanizadas e 41 (22,4%) são paragens em zonas urbanizadas. Destas apenas 10,93% possuem passeio, tendo as pessoas que recorrer ao uso da estrada quando não existem passeios.

Normalmente uma paragem é identificada por um abrigo de passageiros e/ou por um poste de paragem. O desenho destes elementos requer uma série de funções para o qual foram concebidos.

Das 183 paragens de autocarro em análise 51,91% não possui elementos que identifiquem as paragens de autocarro. Apenas 16,39% das paragens possuem sinalização vertical que as identificam, associadas ou não com os abrigos de passageiros.

Do total de elementos de paragens de autocarros, 43,72% possui abrigo de passageiros.

Foram considerados 2 modelos distintos de abrigos de passageiros:

- O modelo 1, com cabines pré-fabricadas, que reúne as melhores características de acessibilidade, muito embora ele não possa considerar-se acessível devido a várias deficiências. Deste modelo, em 80 abrigos existentes nas paragens de autocarro em estudo, existem 24 abrigos.
- O modelo 2 apresenta uma construção em bloco ou cimento. Este modelo de abrigo também não se considera acessível. Existe 56 abrigos deste modelo.

## Cobertura espacial dos serviços de transporte de passageiros em táxi

Código 4.1.3.4

Tendência

Eixo Acessibilidades e Mobilidade  
Domínio Infraestruturas Viárias e Transportes  
Área temática Transportes coletivos

Unidade de Análise N.º  
Periodicidade Anual

### Descrição/ Metodologia

Avaliar a cobertura espacial dos serviços de transporte de passageiros em táxi no concelho de Celorico de Basto.

### Fonte

Município de Celorico de Basto

### Objetivos e Metas

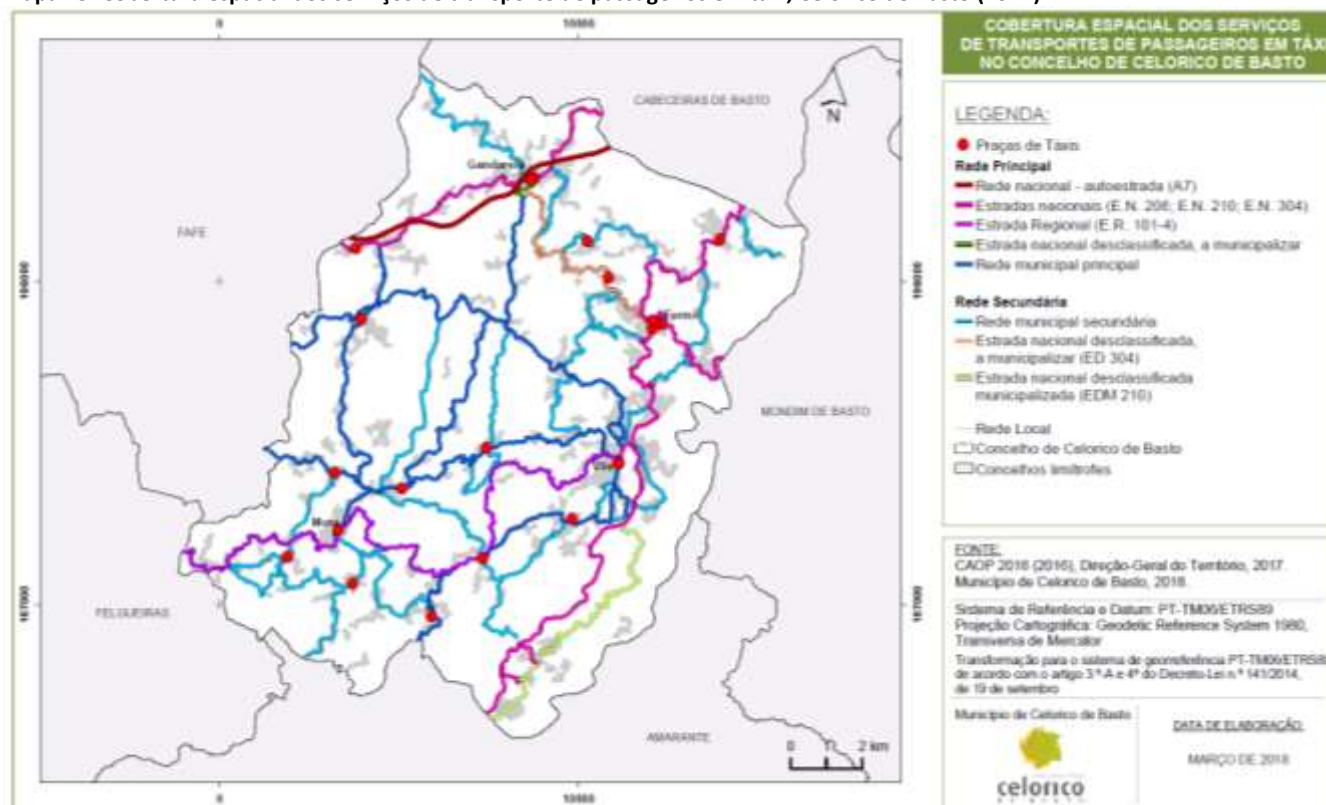
Desenvolver conhecimento sobre o ecossistema da mobilidade e dos transportes.

Objetivo de sustentabilidade – Favorecer a utilização dos transportes públicos ou outros meios de deslocação não poluentes.

Documentos/ Metas de Referência Estratégica

## DADOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA

Mapa 25: Cobertura espacial dos serviços de transporte de passageiros em táxi, Celorico de Basto (2017)



Quadro 117: N.º de táxis licenciados nos principais aglomerados urbanos do concelho (2017)

Serviço de transporte de passageiros nos principais aglomerados urbanos do concelho	
Centros urbanos	N.º de táxis licenciados
Vila de Celorico de Basto	8
Centro urbano de Fermil	4
Centro urbano de Gandarela	4
Centro urbano da Mota	1



## ANÁLISE SUMÁRIA

À data de 2017 o município de Celorico de Basto dispõe de 30 táxis licenciados, localizados principalmente ao longo da rede viária principal do Concelho.

A cobertura espacial destes serviços de transporte de passageiros em táxi não abrange todo território do concelho. Destacam-se os 4 principais aglomerados do concelho, com 8 táxis licenciados no centro urbano da Vila de Celorico de Basto, 4 licenças de táxis emitidas nos centros urbanos da Vila de Fermil e da Gandarela e apenas 1 táxi licenciado no centro urbano da Mota – Fervença.

**Extensão de Rede de Ecopistas**

Código 4.1.4.1

Tendência ▲

**Eixo** Acessibilidades e Mobilidade  
**Domínio** Infraestruturas Viárias e Transportes  
**Área temática** Transportes Sustentáveis

**Unidade de Análise** N.º /Km  
**Periodicidade** Anual

**Descrição/ Metodologia**

N.º e extensão das ecopistas de lazer e urbanas existentes no concelho.

**Fonte**

Município de Celorico de Basto

**Objetivos e Metas**

Desenvolver conhecimento sobre o ecossistema da mobilidade e dos transportes.

Objetivo de sustentabilidade – Favorecer a utilização dos transportes públicos ou outros meios de deslocação não poluentes.

No caso da Ciclovia Urbana de Agra (PAMUS) - Promover uma mobilidade ambiental e energeticamente mais sustentável, num quadro mais amplo de descarbonização das atividades sociais e económicas e de promoção da coesão económica e social e de garantia de equidade territorial no acesso às infraestruturas, equipamentos coletivos e serviços de interesse geral.

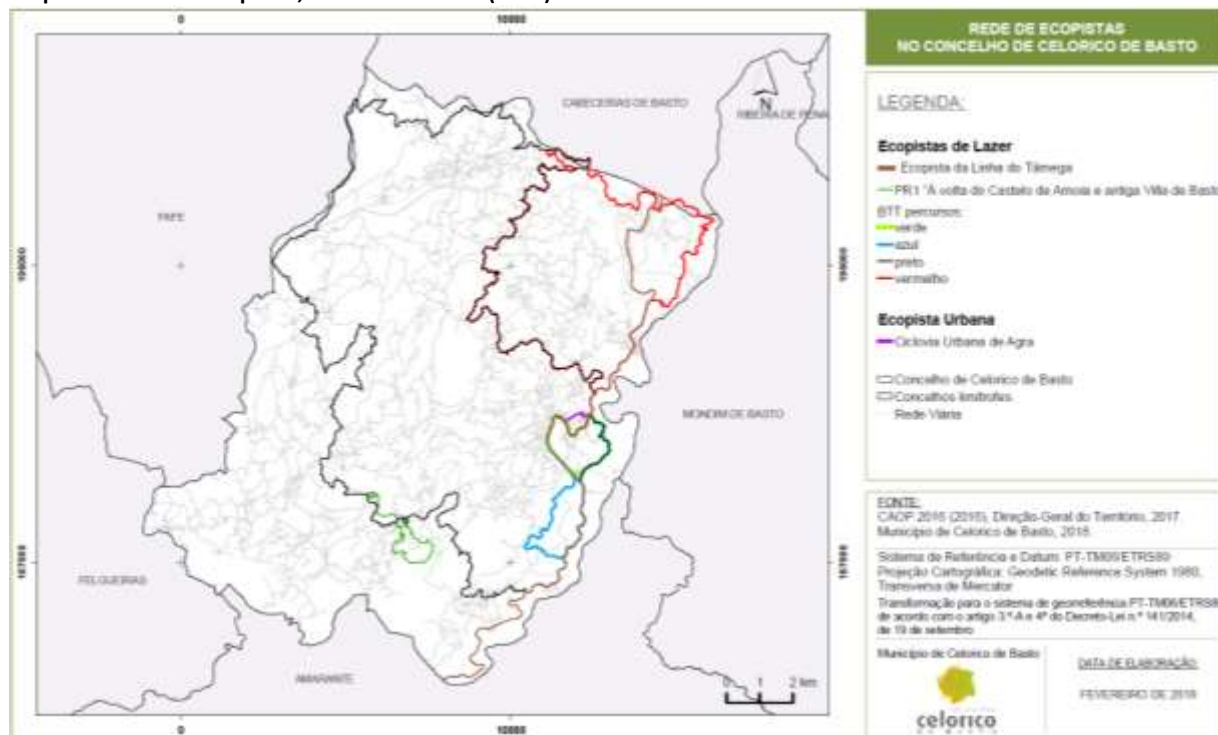
**Documentos/ Metas de Referência Estratégica**

Programa Portugal Ciclável

**DADOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA****Quadro 118: Extensão de Redes de Ecopistas (Km), Celorico de Basto (2010-2017)**

Celorico de Basto			
Nome	Ano	Ecopista (Km)	
		Lazer	Urbana
PR1 "À volta do Castelo de Arnoia e antiga Villa de Basto"	2010	11,00	
Ecopista da linha do Tâmega	2013	24,00	
Percurso BTT	2017	17,18	
	2017	83,99	
	2017	7,11	
	2017	41,78	
Ciclovia Urbana de Agra	2017		0,53
<b>Total</b>		<b>185,06</b>	<b>0,53</b>

Celorico de Basto		
Ano	Ecopista (Km)	
	Lazer	Urbana
2010	11,00	0
2011	11,00	0
2012	11,00	0
2013	35,00	0
2014	35,00	0
2015	35,00	0
2016	35,00	0
2017	185,06	0,53

**Mapa 26: Redes de Ecopistas, Celorico de Basto (2017)**

## ANÁLISE SUMÁRIA

Em 2017, no concelho de Celorico de Basto, existem 3 tipos de ecopistas de lazer, numa extensão total de 185,06 km:

- A ecopista do Tâmega que se inclui na Rede Europeia de Vias Verdes. Trata-se de uma ecopista de nível supramunicipal, uma vez que liga Amarante a Cabeceiras de Basto;
- O PR1- “À volta do Castelo de Arnoia e antiga Villa de Basto” cujo percurso pedestre de pequena rota, circular, se desenvolve em dois anéis. A partida e chegada acontece na aldeia do Castelo, antiga Villa de Basto que foi sede do concelho de Celorico de Basto até ao ano de 1719;
- Por fim 4 percursos de BTT que se desenvolvem pelo concelho perfazendo um total de 150,06 km.

No concelho existe apenas um pequeno troço de ciclovia em meio urbano, com uma extensão total de 0,53 Km, na UF de Britelo, Gémeos e Ourilhe, executada em 2017, no âmbito de uma candidatura do PAMUS (Plano Municipal de Mobilidade Urbana Sustentável) designada por Promoção da Mobilidade Urbana Sustentável da Vila de Celorico de Basto - Arruamento Agra – Britelo. Trata-se de um troço que visa garantir uma nova ligação desde a igreja até à Quinta de Agra. Esta rede complementar vem também reforçar a ligação do principal acesso à vila (nó de Britelo) a uma nova zona de expansão da vila, junto de um dos principais equipamentos públicos construídos recentemente – o estádio municipal.

Dado a tipologia do território de um concelho como Celorico de Basto (território rural), a promoção do uso de transportes sustentáveis constitui um grande desafio. Importará no futuro rever a oferta de uma rede de transportes públicos regulares, frequentes e confortáveis, com boas ligações. Importará também incentivar a uma utilização racional do automóvel particular ao mesmo tempo que promover uma mobilidade ambiental mais sustentável com recurso à rede de ecopistas.

## Implementação de medidas inovadoras de mobilidade urbana sustentável

Código 4.1.4.2

Tendência ▲

Eixo Acessibilidades e Mobilidade

Domínio Infraestruturas Viárias e Transportes

Área temática Transportes Sustentáveis

Unidade de Análise N.º

Periodicidade Anual

### Descrição/ Metodologia

Propostas de medidas inovadoras de mobilidade urbana sustentável de nível intermunicipal com potencial para serem adotadas no concelho de Celorico de Basto. Trata-se de meras propostas e não constituem presentemente qualquer tipo de obrigação.

### Fonte

Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa e Município de Celorico de Basto

Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável do Tâmega e Sousa (PAMUS-TS) – Relatório Final de 31 de março de 2016. (Strategy XXI).

### Objetivos e Metas

Desenvolver conhecimento sobre o ecossistema da mobilidade e dos transportes.

Objetivo de sustentabilidade – Promover uma mobilidade ambiental e energeticamente mais sustentável, num quadro mais amplo de descarbonização das atividades sociais e económicas e de promoção da coesão económica e social e de garantia de equidade territorial no acesso às infraestruturas, equipamentos coletivos e serviços de interesse geral.

### Documentos/ Metas de Referência Estratégica

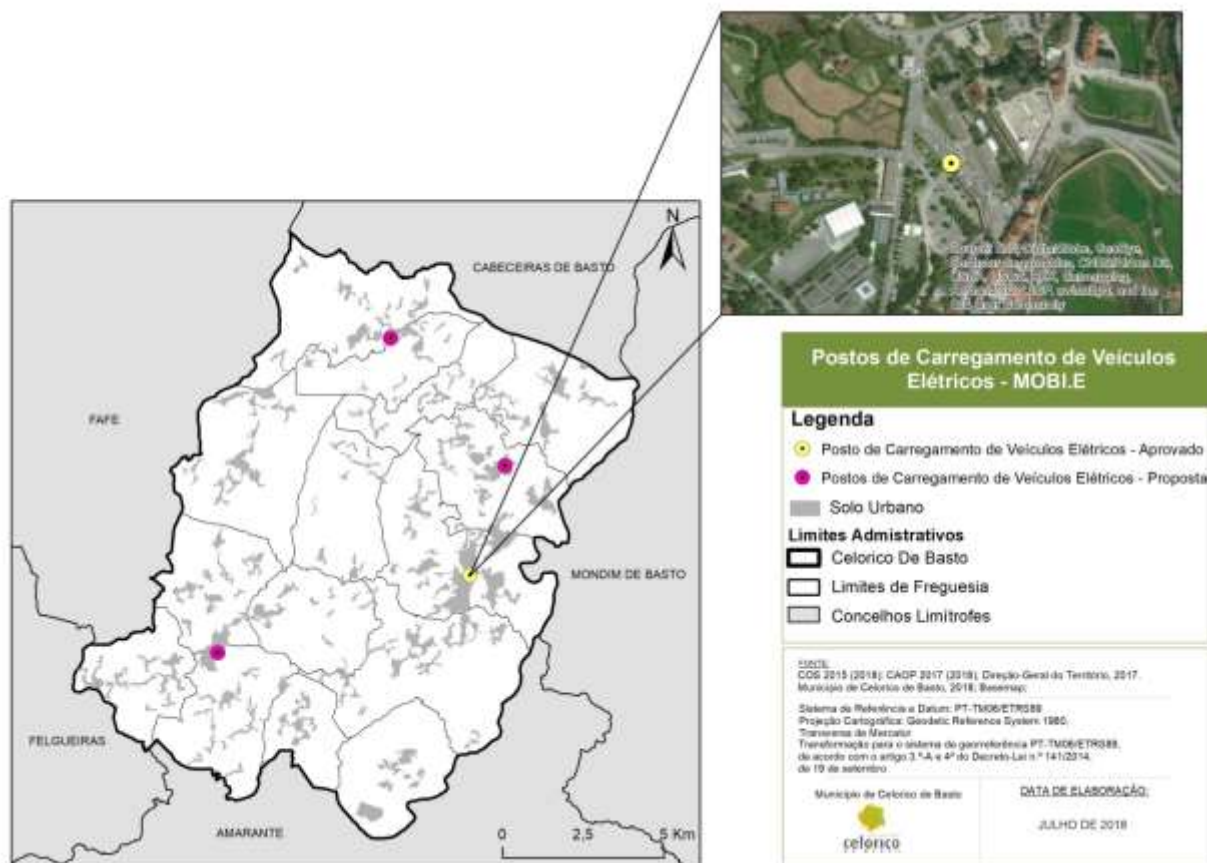
Programa Portugal Ciclável

## DADOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA

### Quadro 119: Medidas inovadoras de mobilidade urbana sustentável, Celorico de Basto (2016)

Propostas de nível Intermunicipal	
1	Bilhética Integrada - criação e implementação de bilhete único
2	Sistema de Transporte Flexível / Transporte a Pedido
3	Sistemas de Informação em Tempo Real
4	Rede carregamento veículos elétricos (não elegível no PAMUS, mas sim via POSEUR)

### Mapa 27: Instalação de Postos de Carregamento de Veículos Elétricos no concelho de Celorico de Basto (2018)



## ANÁLISE SUMÁRIA

Estas propostas inserem-se no âmbito do PAMUS-TS com vista ao reconhecimento da importância de promover medidas inovadoras de mobilidade mais sustentável.

Uma mobilidade mais segura e sustentável passará no futuro, pelo recurso às novas tecnologias inteligentes, em especial, os sistemas de transporte inteligentes (ITS) e às tecnologias de informação e comunicação (TIC) associadas aos sistemas de transporte.

A título informativo o PAMUS-TS insere um conjunto de tipologias de investimento previstas:

*1 - O incremento dos modos suaves (bicicleta e pedonal), através da construção de ciclovias ou vias pedonais (excluindo as que tenham fins de lazer como objetivo principal), podendo exigir a eliminação de pontos de acumulação de acidentes que envolvem peões e ciclistas;*

*2 - O reforço da integração multimodal para os transportes urbanos públicos coletivos de passageiros através da melhoria das soluções de bilhética integrada;*

*3 - A melhoria da rede de interfaces de transportes urbanos públicos coletivos, tendo em especial atenção a qualidade do serviço prestado, as suas acessibilidades aos peões e bicicletas, a sua organização funcional e a sua inserção urbana no território, tendo em vista o reforço da utilização do transporte público e dos referidos modos suaves não motorizados;*

*4 - A estruturação de corredores urbanos de procura elevada, nomeadamente, priorizando o acesso à infraestrutura por parte dos transportes públicos e dos modos suaves, criando nomeadamente corredores específicos “em sítio próprio”;*

*5 - A adoção de sistemas de informação aos utilizadores em tempo real;*

*6 - Apoio ao desenvolvimento e aquisição de equipamento para sistemas de gestão e informação para soluções inovadoras e experimentais de transporte adequadas à articulação entre os territórios urbanos e os territórios de baixa densidade populacional, incluindo para as soluções flexíveis de transporte com utilização de formas de energia menos poluentes.*

Uma das medidas de mobilidade urbana sustentável apontada neste indicador está numa fase inicial de implementação no concelho de Celorico de Basto. Trata-se da instalação de um posto de carregamento de veículos elétricos, a localizar-se na Praça Cardeal D. António Ribeiro na Vila de Celorico de Basto, justificando-se aqui a sua implementação por ser considerada uma das artérias principais da Vila, bem como, estar dotada dos pré-requisitos essenciais à instalação da infraestrutura.

Foram ainda propostos outros 3 postos de carregamento de veículos elétricos para os 3 núcleos urbanos do concelho, mais precisamente, nos centros urbanos de Fermil, Gandarela e Mota.

De facto, a mobilidade elétrica é considerada, nos dias de hoje, um importante contributo para a mobilidade sustentável e para o aumento da eficiência energética no transporte.

Dando cumprimento à resolução de Conselho de Ministros nº 49/2016, deve-se expandir a Rede Piloto De Carregamento de Veículos Elétricos a todos os concelhos do país, através da implementação de um posto de carregamento de veículos elétricos. Esta infraestrutura, financiada pelo PO SEUR e pelo Fundo Ambiental, visa proporcionar ao município, condições de acessibilidade geradoras de conforto e segurança aos utilizadores de veículos, não limitando, assim, esta tecnologia aos grandes centros urbanos.

## 8.5 AMBIENTE



- 5.1.1.1 Percentagem de área do concelho com Coberto Florestal
- 5.1.1.2 Área Florestal Ardida e o n.º de Incêndios
- 5.1.1.3 Área florestal com plano de Gestão Florestal (ZIFs)
- 5.1.2.1 Superfície Agrícola Utilizada (SAU)
- 5.1.2.2 Taxa de Abandono Agrícola
- 5.1.2.3 N.º de Explorações Agrícolas e sua estrutura
- 5.1.2.4 N.º de Explorações Agrícolas e Superfície Agrícola Utilizada (SAU), por classes de SAU.
- 5.1.2.5 Projetos financiados por fundos comunitários – Projetos no setor agrícola e de turismo rural.
- 5.1.2.6 Áreas de solo rural reconvertidas em plantação de vinha
- 5.1.2.7 Áreas de solo rural reconvertidas em plantação de Pequenos Frutos, Aromáticas e Cogumelos em estufa
- 5.1.2.8 N.º de Explorações Pecuárias e sua classificação (classes REAP e espécie pecuária)
- 5.1.3.1 Espaços Verdes Públicos e Áreas de Recreio e Lazer
- 5.1.3.2 Capacitação de Espaços Verdes Públicos
- 5.1.3.3 Receitas e Despesas do Município na proteção e gestão do Ambiente
- 5.1.4.1 Reserva Ecológica Nacional (REN)
- 5.1.4.2 Reserva Agrícola Nacional (RAN)
- 5.1.5.1 Projetos e ações desenvolvidos no ordenamento das margens dos cursos de água
- 5.2.6.1 População servida por sistemas públicos de abastecimento de água
- 5.2.6.2 Volume de água distribuída
- 5.2.6.3 Volume de água distribuída por habitante (m3/hab)
- 5.2.6.4 Qualidade da água para consumo humano
- 5.2.7.1 Volume de águas residuais drenadas (m3 de água drenada anualmente) e estações de tratamento de águas residuais
- 5.2.7.2 Águas residuais drenadas por habitante
- 5.2.8.1 Recilha de resíduos
- 5.2.8.2 Capacitação diária dos resíduos por habitante
- 5.2.9.1 Medidas de poupança de energia da iluminação pública

## Percentagem de área do concelho com Coberto Florestal (por espécie)

Código 5.1.1.1

Tendência

Eixo Ambiente

Domínio Recursos Naturais

Área temática Ocupação florestal

Unidade de Análise N.º (ha)

Periodicidade Anual

### Descrição/ Metodologia

Identificar a distribuição das espécies florestais no concelho de Celorico de Basto.

### Fonte

Município de Celorico de Basto (GTF)

### Objetivos e Metas

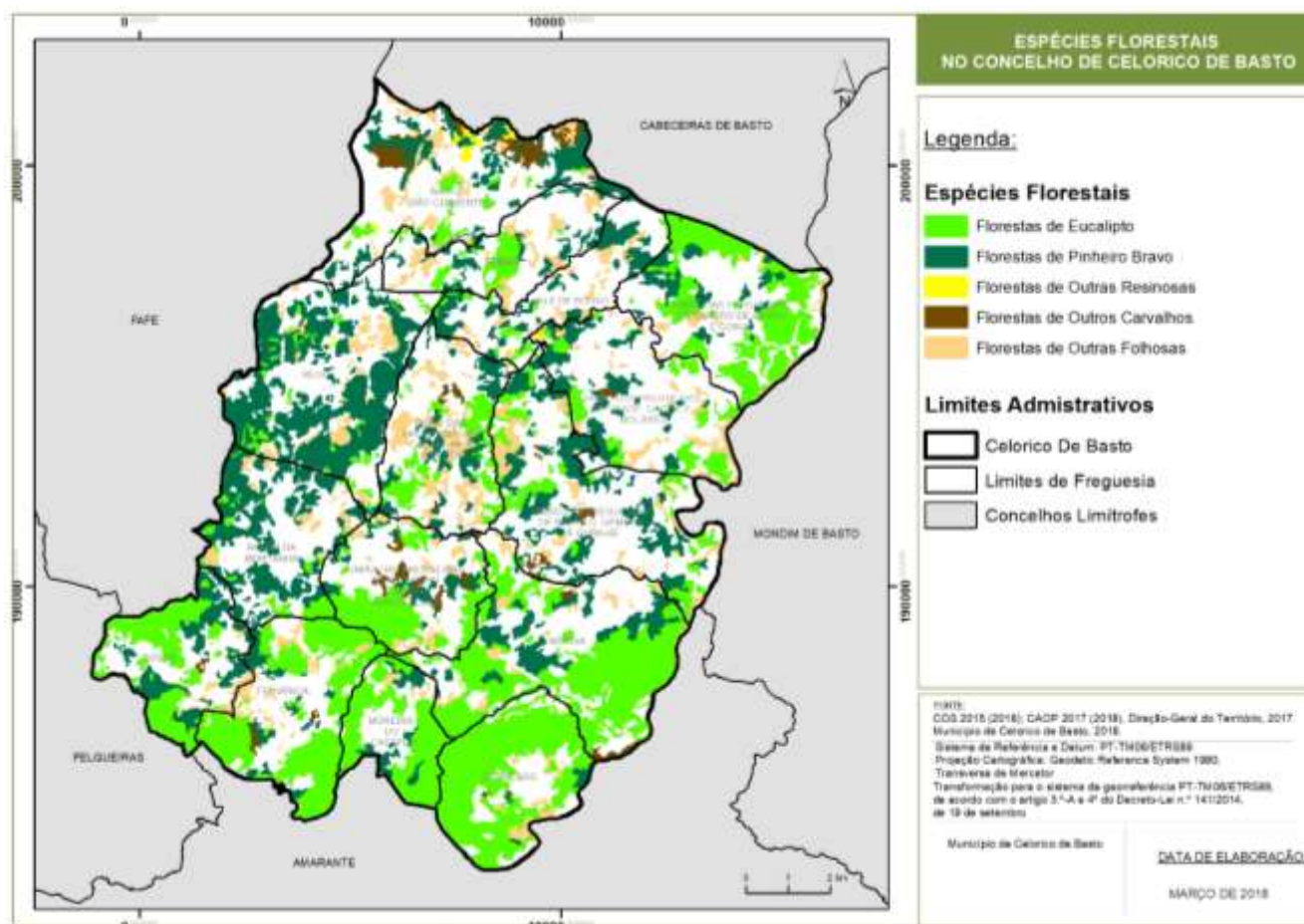
Objetivo de sustentabilidade – Assegurar a preservação da floresta autóctone e promover a arborização com espécies mais resistentes aos incêndios e de maior valor ambiental.

### Documentos/ Metas de Referência Estratégica

- Plano Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios (PNDFCI)
- Plano Distrital de Defesa da Floresta contra Incêndios (PDDFCI)
- Programa Regional do Ordenamento Florestal de Entre Douro e Minho (PROF EDM)

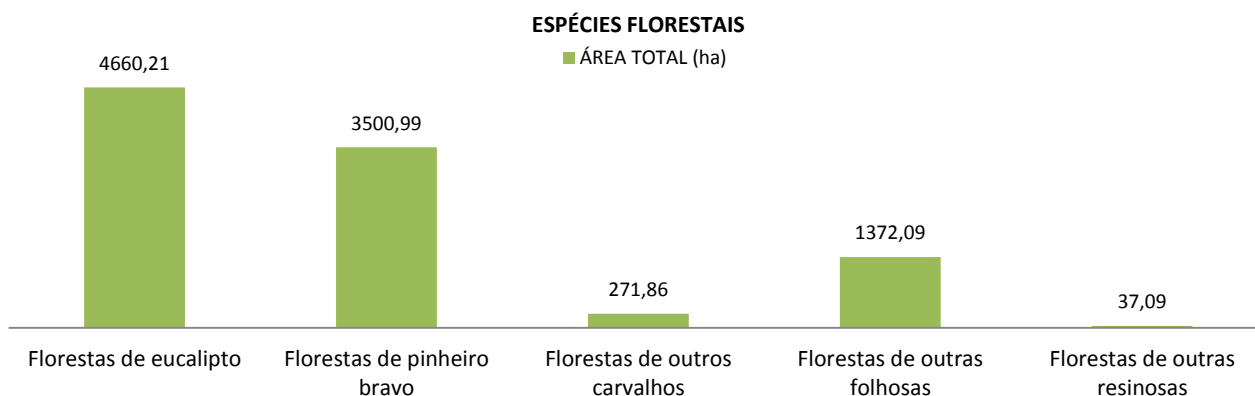
## DADOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA

Mapa 28: Povoamentos florestais, Celorico de Basto, (Carta de Ocupação do Solo 2015)



**Quadro 120: Distribuição da área ocupada, por tipo de espécie florestal, Celorico de Basto, (Carta de Ocupação do Solo 2015)**

Unidades territoriais	Florestas de Eucaliptos	Florestas de Pinheiro Bravo	Florestas de Outros Carvalhos	Florestas de Outras Folhosas	Florestas de Outras Resinosas
Agilde	334,51	206,22	5,88	43,17	0
Arnoia	869,40	238,50	22,88	79,03	0
Borba da Montanha	84,15	434,37	0	60,05	0
Britelo, Gémeos e Ourilhe	200,46	398,94	24,65	139,16	1,17
Caçarilhe e infesta	178,00	183,00	19,36	191,24	0
Canedo de Basto e Corgo	530,32	126,39	0	53,38	0
Carvalho e Basto (Sta. Tecla)	312,90	100,37	53,69	65,80	0
Codessoso	729,97	20,38	4,10	51,60	0
Fervença	608,55	85,58	15,32	86,33	0
Moreira do Castelo	345,60	66,81	0	17,24	0
Rego	83,00	834,00	0	128,67	2,46
Ribas	97,27	111,70	0	116,82	0
Basto (S. Clemente)	75,87	306,36	117,92	140,30	30,18
Vale de Bouro	43,45	188,97	0	79,10	0,04
Veade, Gagos e Molares	166,76	199,40	8,06	120,20	3,24
<b>Celorico de Basto</b>	<b>4660,21</b>	<b>3500,99</b>	<b>271,86</b>	<b>1372,09</b>	<b>37,09</b>

**Gráfico 83: Distribuição da área ocupada, por tipo de espécie florestal, Celorico de Basto, (Carta de Ocupação do Solo 2015)****ANÁLISE SUMÁRIA**

De acordo com os dados disponibilizados na Carta de Ocupação do Uso do Solo (COS) de Portugal Continental/2015, podemos verificar que cerca de 54,35% (9842 ha) da área do Território do Concelho era coberta por povoamentos florestais. No que concerne às espécies florestais presentes no território vamos direcionar esta análise às seguintes espécies, florestas de eucalipto; pinheiro bravo; outras folhosas; outras resinosas e de outros carvalhos.

Na distribuição das espécies florestais pelo território do concelho pode-se verificar que predominam os povoamentos florestais de eucalipto com 4660,21 ha, que corresponde a 47,35% da área total correspondente à floresta e 25,73% da área total concelho. Com alguma expressão podemos encontrar também as florestas de pinheiro bravo com cerca de 3500,99 ha correspondendo a 35,57% da área total correspondente à floresta. As restantes espécies florestais que podemos encontrar em Celorico de Basto são os povoamentos florestais de outras folhosas (1372,09 ha) (13,9%), os povoamentos referentes às florestas de outros carvalhos (271,86 ha) (2,8%) e por último e consequentemente com menor expressão os povoamentos florestais de outras resinosas (37,09 ha) (0,4%).

Através de uma cuidada análise, freguesia a freguesia, é possível obter as seguintes conclusões acerca das florestas de eucalipto e de pinheiro bravo que, para além de serem as espécies com mais hectares plantados, estão presentes nas 15 freguesias, mas com significância diferente. Vejamos, na distribuição por freguesia, as florestas de eucalipto são superiores, em termos de área, às florestas pinheiro bravo nas freguesias de Arnóia (869,40 ha); Codessoso (729,97 ha); Fervença (608,55 ha); UF de Canedo de Basto e Corgo (530,32 ha); Moreira do Castelo (345,60 ha); Agilde (334,51 ha) e UF de Carvalho e Basto (Santa Tecla) (312,90 ha). Tais situações devem-se em



alguns casos a políticas de reflorestação implementadas que favoreceram a plantação de Eucaliptos e em outros casos, ao facto de terem existido incêndios florestais que destruíram grandes áreas de pinhal, substituindo-as por uma floresta de produção, de monocultura intensiva de eucalipto, instalada pela indústria da pasta de papel.

O oposto regista-se nas restantes freguesias do concelho, onde dominam as florestas de pinheiro bravo, isto, comparativamente com o eucalipto, com destaque para as freguesias do Rego (884 ha); Borba da Montanha (434,35 ha) e UF de Britelo, Gémeos e Ourilhe (398,94 ha).

No que diz respeito às florestas de outras folhosas, estes povoamentos florestais destacam-se nas freguesias de UF de Caçarilhe e Infesta (191,24 ha); Basto (São Clemente) (140,30 ha) e UF Britelo, Gémeos e Ourilhe (139,16 ha).

As florestas de outros carvalhos

Quanto às florestas de outros carvalhos são residuais ou até mesmo inexistentes em algumas freguesias como Borba da Montanha, Moreira do Castelo, Rego, Ribas, UF de Canedo de Basto e Corgo e Vale de Bouro. Excetua-se a freguesias de Basto (S. Clemente) (112,92 ha), onde a presença de outros carvalhos é superior aos eucaliptos e a UF de Carvalho e Basto (Santa Tecla) (53,69 ha).

Por último, as florestas de outras resinosas que correspondem a cerca de 0,4% dos povoamentos florestais, ainda que bastante reduzidas podemos encontrar com maior relevância plantações destas na freguesia de Basto (São Clemente) (30,18 ha).

## Área Florestal Ardida e o n.º de incêndios

Código 5.1.1.2

Tendência ▲

Eixo Ambiente

Domínio Recursos Naturais

Área temática Ocupação florestal

Unidade de Análise N.º (ha)

Periodicidade Anual

### Descrição/ Metodologia

Identificar o n.º de incêndios florestais e da área ardida florestal no concelho de Celorico de Basto.

### Fonte

Município de Celorico de Basto (GTF)

### Objetivos e Metas

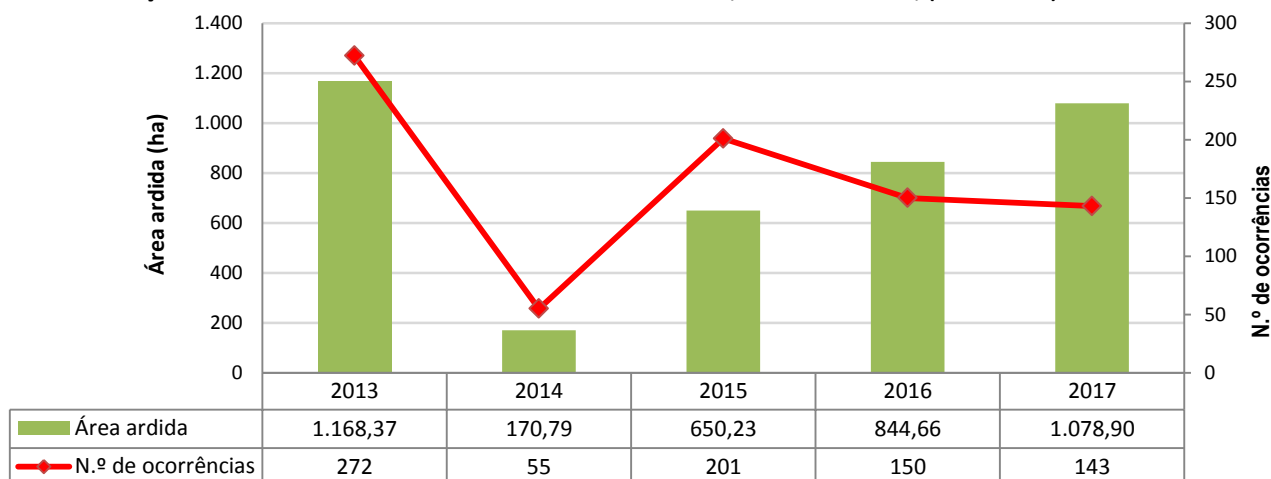
Objetivo de sustentabilidade – Diminuir o risco de incêndio florestal.

### Documentos/ Metas de Referência Estratégica

- Plano Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios (PNDFCI); - Plano Distrital de Defesa da Floresta contra Incêndios (PDDFCI)
- Programa Regional do Ordenamento Florestal de Entre Douro e Minho (PROF EDM)

## DADOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA

Gráfico 84: Evolução do n.º de incêndios florestais e da área ardida florestal, Celorico de Basto, (2013 - 2017)



Quadro 121: Evolução do n.º de incêndios florestais e da área ardida florestal, Celorico de Basto, (2013 - 2017)

Ano	Variação da área ardida (%)	Variação do n.º de ocorrências (%)
2013-2014	-85,38	79,78
2014-2015	280,72	265,45
2015-2016	29,90	-25,37
2016-2017	27,73	-4,67

## ANÁLISE SUMÁRIA

De acordo com os dados disponibilizados pelo Gabinete Técnico Florestal do Município, no ano de 2017 registaram-se 143 fogos florestais, correspondendo a 1.078,90 ha de área florestal ardida.

Analisando a evolução anual das áreas ardidas no concelho, verifica-se no período 2013-2014 um decréscimo de 85%, com menos 997,58 ha de área florestal ardida. Em termos de n.º de ocorrências, o valor também acompanhou esse decréscimo de área ardida, passando de 272 para apenas 55 ocorrências (menos 217).

Aliás, dos anos em análise, o ano 2014 foi o mais favorecido quer em área ardida, com apenas 170,79 ha, como em n.º de incêndios florestais (55 ocorrências).

Desde 2014 a área ardida tem vindo a aumentar anualmente, sendo que a maior variação ocorreu no período 2014-2015 com mais 280% de área ardida em 2015 face a 2014. Também a maior variação do n.º de ocorrências ocorreu no período 2014-2015 com mais 265% de ocorrências em 2015 face a 2014.

Nos períodos 2015-2015 e 2016-2017 verifica-se que embora a superfície de área ardida tenha aumentado, o n.º de ocorrências tem vindo a diminuir com menos 25% de ocorrências no ano 2016 face a 2015 e menos 4% de ocorrências no ano 2017 face a 2016. Significa isso que, embora o n.º de incêndios florestais tenha sido menor, atingiram grandes proporções, incendiando áreas mais vastas.

Com vista a contrariar esta tendência ascendente do n.º de incêndios são muitas as orientações e iniciativas que têm sido desenvolvidas a nível concelhio, com base no PMDFCI elaborado em 2016, de acordo com as orientações do guia técnico do ICNF:

- Têm sido realizadas algumas iniciativas e elaboradas algumas candidaturas para limpeza das faixas de gestão combustível ao longo da rede viária inserida nas ZIFs.
- Foi elaborada uma candidatura na Serra de Peneira – Basto (S. Clemente) - com vista à recuperação da área ardida. Foi proposta a sua reflorestação com espécies folhosas (carvalhos e bétulas).
- Cabe ao GTF do município fazer anualmente o levantamento das áreas ardidas do concelho. Este levantamento permite um maior rigor na delimitação destas áreas.
- Têm sido realizadas ações de formação de sensibilização/ esclarecimento junto das populações, ao nível das freguesias, para a realização das faixas de combustível à volta das edificações e a realização de queima de sobrantes de exploração em segurança.
- Foram iniciadas ações de beneficiação da rede viária florestal existente, com recurso a máquinas municipais, para um maior combate aos incêndios florestais.
- Foi construído um ponto de água (represa de água) e beneficiados os existentes. Estas infraestruturas são importantes na medida em que ajudam no abastecimento dos meios aéreos e terrestres, para o combate aos grandes incêndios florestais.
- Anualmente tem sido também elaborado o Plano Operacional Municipal (POM) que deve ser elaborado até dia 16 de abril de cada ano, de acordo com a legislação vigente. Este documento permite a sua utilização durante os períodos críticos e possui a indicação de todos os meios e agentes disponíveis para atuar na ocorrência dos incêndios florestais.

## Área florestal com plano de Gestão Florestal (ZIFs)

Código 5.1.1.3

Tendência ▲

Eixo Ambiente

Domínio Recursos Naturais

Área temática Ocupação florestal

Unidade de Análise N.º (ha)/ %

Periodicidade Anual

### Descrição/ Metodologia

Identificar o n.º de Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) existentes no concelho de Celorico de Basto.

Uma ZIF é uma área territorial contínua e delimitada, constituída maioritariamente por espaços florestais, submetida a um Plano de Gestão Florestal (PGF) e que cumpre o estabelecido nos Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios, e administrada por uma única entidade, que se denomina Entidade Gestora da ZIF.

### Fonte

Município de Celorico de Basto (GTF)

### Objetivos e Metas

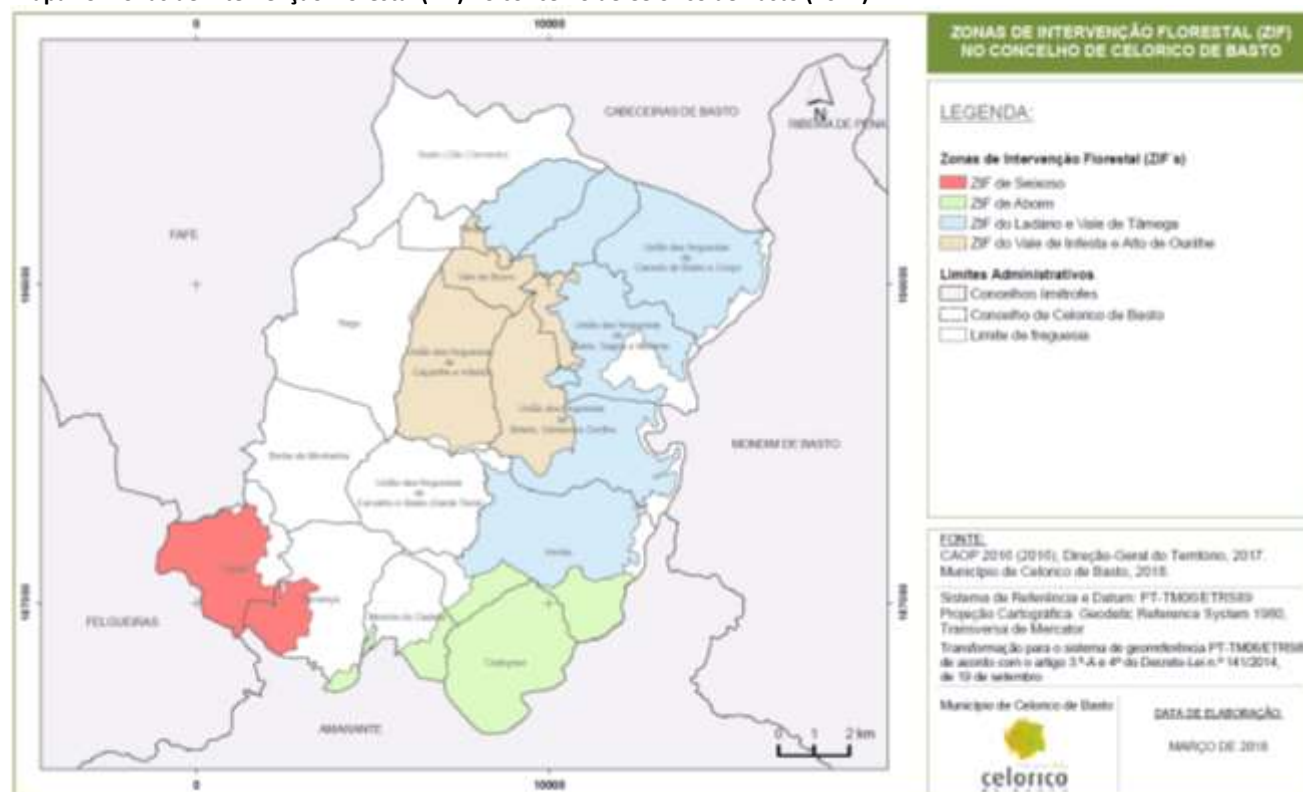
Objetivo de sustentabilidade – Incentivar a gestão ativa dos povoamentos florestais.

### Documentos/ Metas de Referência Estratégica

- Plano Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios (PNDFCI)
- Plano Distrital de Defesa da Floresta contra Incêndios (PDDFCI)
- Programa Regional do Ordenamento Florestal de Entre Douro e Minho (PROF EDM)

## DADOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA

Mapa 29: Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) no concelho de Celorico de Basto (2017)



Quadro 122: Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) no concelho de Celorico de Basto (2017)

Denominação das ZIF's	Ano de Constituição	Área no Concelho de Celorico de Basto (ha)	Percentagem face à área total do Concelho de Celorico de Basto (%)
ZIF de Seixoso	2010	975	5,38
ZIF de Aboim	2010	1.755	9,70
ZIF do Vale de Infesta e Alto de Ourilhe	2011	2.461	13,59
ZIF do Ladário e Vale do Tâmega	2017	5.016	27,70
<b>Total</b>		<b>10.207</b>	<b>56,37</b>

## ANÁLISE SUMÁRIA

As Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) são uma oportunidade de potenciar o aumento da produção florestal e dos produtos derivados.

No concelho de Celorico de Basto foram constituídas em 2010 duas ZIF's nos concelhos vizinhos, mas que abrangem parte do concelho de Celorico de Basto. A ZIF de Aboim com uma área total no concelho de Celorico de Basto de 1.755 ha abrange as freguesias de Arnoia; Codessoso; Fervença e Moreira do Castelo e a ZIF de Seixoso com uma área total de 975 ha que abrange as freguesias de Agilde e Fervença.

Foi também constituída em 2011, uma ZIF denominada de ZIF do Vale de Infesta e Alto de Ourilhe, que possui atualmente uma área total de 2.461 ha e que abrange as freguesias de Ribas; Vale de Bouro; UF de Veade, gagos e Molares; UF de Caçarilhe e Infesta e UF de Britelo, gémeos e Ourilhe. Esta ZIF tinha inicialmente 1.577 ha, conforme delimitação da planta anexa ao Despacho n.º 2098 de 28 de janeiro de 2011, englobando vários prédios das referidas freguesias.

Recentemente foi constituída (2017) uma nova ZIF denominada de ZIF do Ladário e Vale do Tâmega, com 5.016 ha e que abrange as freguesias de Ribas; Vale de Bouro; UF de Corgo e Canedo de Basto; UF de Veade, gagos e Molares; UF de Britelo, gémeos e Ourilhe e Arnóia.

No total as ZIF's ocupam 10.207 ha, ou seja, representam 56,37% da área total do concelho de Celorico De Basto.

Com vista à proteção e valorização da floresta nessas áreas de ZIF's têm sido realizadas algumas iniciativas, com base nas orientações dos documentos estratégicos de valorização e proteção das áreas florestais. Uma delas prende-se com a elaboração de algumas candidaturas para limpeza das faixas de gestão de combustível ao longo da rede viária inserida nessas ZIF's.

## Superfície Agrícola Utilizada (SAU)

Código 5.1.2.1

Tendência



Eixo Ambiente

Domínio Recursos Naturais

Área temática Ocupação agrícola

Unidade de Análise N.º (ha)/ %

Periodicidade Decenal

### Descrição/ Metodologia

Avaliar a evolução da área, em hectares, da Superfície Agrícola Utilizada no concelho.

A SAU corresponde à superfície da exploração que inclui: terras aráveis (limpa e sob-coberto de matas e florestas), horta familiar, culturas permanentes e pastagens permanentes.

### Fonte

INE, Recenseamento Agrícola

### Objetivos e Metas

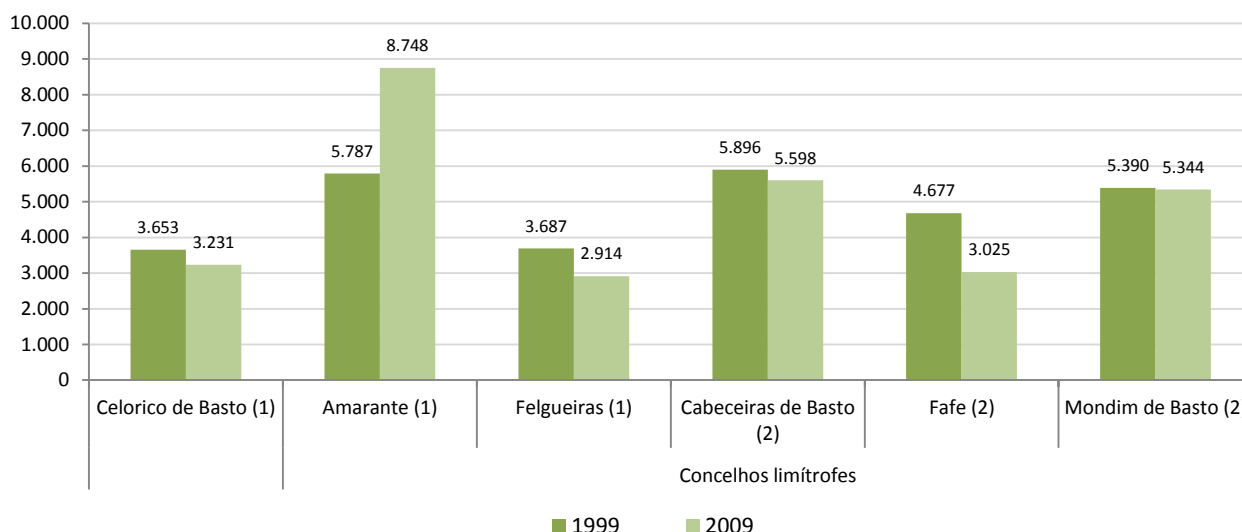
Objetivo de sustentabilidade – Valorizar os espaços rurais e incentivar a utilização sensata dos recursos naturais e não renováveis, como solo e água.

### Documentos/ Metas de Referência Estratégica

A proposta do Plano Regional de Ordenamento do Território da Região Norte (PROT-N) defende a “Superfície Agrícola Utilizada - SAU garantindo a sua integração na RAN das áreas agrícolas, produtivas com capacidade de uso elevada e muito elevada, com aptidão para uso agrícola genérico, aptidão agrícola condicionada a um uso específico e beneficiadas por investimentos produtivos, as áreas agrícolas relevantes definidas no Modelo Territorial e as que assumam relevância em termos de economia local.”

## DADOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA

Gráfico 85: Superfície Agrícola Utilizada (ha), Celorico de Basto e nos concelhos limítrofes (1999-2009)



Quadro 123: Superfície Agrícola Utilizada (ha) e % face à superfície do concelho, Celorico de Basto e nos concelhos limítrofes (1999-2009)

Unidade Territorial	Superfície agrícola utilizada (ha)				
	1999		2009		
	N.º (ha)	% face à superfície do concelho	N.º (ha)	% face à superfície do concelho	
Celorico de Basto (1)	3.653	20,17%	3.231	17,84%	
Concelhos limítrofes	Amarante (1)	5.787	19,20%	8.748	29,03%
	Felgueiras (1)	3.687	31,86%	2.914	25,18%
	Cabeceiras de Basto (2)	5.896	24,38%	5.598	23,15%
	Fafe (2)	4.677	21,35%	3.025	13,81%
	Mondim de Basto (2)	5.390	31,32%	5.344	31,06%

**Quadro 124: Variação relativa da Superfície Agrícola Utilizada (%) Celorico de Basto (1989-1999-2009)**

	Variação relativa da Superfície Agrícola Utilizada (%)
1989-1999	-28,74
1999-2009	-11,55

#### ANÁLISE SUMÁRIA

Com base nos dados dos três últimos recenseamentos agrícolas de Portugal, verifica-se que tem a SAU tem sofrido um declínio, mais acentuado no período entre 1989 e 1999 (-28,74%) face ao período de 1999 e 2009 (11,5%).

Em termos percentuais, a SAU correspondia no ano 1999 a 20,17% da área total do concelho, com 3.653 ha e em 2009 correspondia a 11,55% da área total do concelho, observando-se um ligeiro decréscimo, com a SAU a ocupar 3.231 ha.

Face aos concelhos limítrofes, em 2009, Celorico de Basto é o quinto concelho que registava a maior percentagem de Superfície Agrícola Utilizada, face à superfície total do concelho, sendo superado pelos concelhos de Mondim de Basto, Amarante, Felgueiras e Cabeceiras de Basto.

Em termos absolutos, Celorico de Basto é o quarto concelho que, em 2009, registava o valor mais elevado de SAU, sendo superado pelos concelhos de Amarante, Cabeceiras de Basto e Mondim de Basto.

Estes valores reforçam o declínio da atividade agrícola no concelho de Celorico de Basto, nos períodos em análise.

**Taxa de Abandono Agrícola**

Código 5.1.2.2

Tendência



Eixo Ambiente

Domínio Recursos Naturais

Área temática Ocupação agrícola

Unidade de Análise N.º (ha)/ %

Periodicidade Decenal

**Descrição/ Metodologia**

Taxa de abandono agrícola corresponde à Superfície agrícola não utilizada (SANU)/Superfície Agrícola (SA) x 100

SANU é a superfície da exploração anteriormente utilizada como superfície agrícola, mas que já o não é por razões económicas, sociais ou outras. Não entra em rotações culturais. Pode voltar a ser utilizada com auxílio dos meios geralmente disponíveis na exploração.Superfície Agrícola corresponde à soma da superfície agrícola utilizada (SAU), da superfície das matas e florestas sem culturas sob-coberto, da superfície agrícola não utilizada e das outras superfícies da exploração.**Fonte**

INE, Recenseamento Agrícola

**Objetivos e Metas**

Objetivo de sustentabilidade – Valorizar os espaços rurais e incentivar a utilização sensata dos recursos naturais e não renováveis, como solo e água.

**Documentos/ Metas de Referência Estratégica****DADOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA****Quadro 125: Taxa de Abandono Agrícola (%), Celorico de Basto (1989-1999-2009)**

Celorico de Basto		1989		1999		2009	
Superfície agrícola total	SAU	2.705	7.658	1.779	4.921	1.438	3.719
	Matas e florestas sem culturas sob-coberto	2.110		1.248		781	
	SANU	132		138		68	
	Outras superfícies	2.711		1.756		1.432	
Taxa de abandono agrícola		1,72%		2,80%		1,83%	

**ANÁLISE SUMÁRIA**

Com base nos dados do Recenseamento Agrícola, a taxa de abandono agrícola sofreu um aumento em 1999, com 2,8%, face a 1989, com 1,72%. Porém os dados do último Recenseamento Agrícola, em 2009, revelam novamente um decréscimo da taxa de abandono agrícola de 1,83%.

Estes valores continuam a evidenciar um certo declínio da atividade agrícola no concelho, especialmente no Vale de Infesta onde predominam parcelas muito pequenas que dificultam a agricultura.





Eixo Ambiente

Domínio Recursos Naturais

Área temática Ocupação agrícola

Unidade de Análise N.º (ha)/ %

Periodicidade Decenal

**Descrição/ Metodologia**

Avaliar o n.º de explorações agrícolas no concelho e a sua estrutura (forma de exploração e natureza jurídica).

Exploração agrícola - Unidade técnico-económica que utiliza fatores de produção comuns, tais como: mão-de-obra, máquinas, instalações, terrenos, entre outros, e que deve satisfazer obrigatoriamente as quatro condições seguintes: 1. produzir produtos agrícolas ou manter em boas condições agrícolas e ambientais as terras que já não são utilizadas para fins produtivos; 2. atingir ou ultrapassar uma certa dimensão (área, número de animais); 3. estar submetida a uma gestão única; 4. estar localizada num local bem determinado e identificável.

Forma de exploração - Forma jurídica pela qual o produtor dispõe da terra, determinando a relação existente entre o(s) proprietário(s) das superfícies de exploração e o responsável económico e jurídico de exploração (o produtor), que tem dela a fruição.

**Fonte**

INE, Recenseamento Agrícola

**Objetivos e Metas**

Objetivo de sustentabilidade – Valorizar os espaços rurais e incentivar a utilização sensata dos recursos naturais e não renováveis, como solo e água.

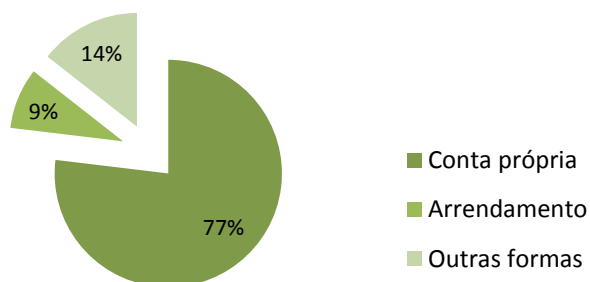
**Documentos/ Metas de Referência Estratégica****DADOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA****Quadro 126: N.º de explorações agrícolas e sua natureza jurídica, Celorico de Basto (1989-1999-2009)**

ANO	Celorico de Basto		
	N.º de explorações	Natureza jurídica	
		tipo	N.º
1989	2.723	Produtor singular	2.717
		Sociedades	5
		Baldios	0
		Outras formas da natureza jurídica do produtor	1
1999	1.785	Produtor singular	1.764
		Sociedades	20
		Baldios	0
		Outras formas da natureza jurídica do produtor	1
2009	1.442	Produtor singular	1.423
		Sociedades	14
		Baldios	0
		Outras formas da natureza jurídica do produtor	5

**Quadro 127: Variação relativa do n.º de explorações agrícolas (%), Celorico de Basto (1989-1999-2009)**

	Variação do n.º de explorações agrícolas (%)
1989-1999	-34,45
1999-2009	-19,22

**Gráfico 86: Formas de exploração, Celorico de Basto (2009)**



#### **ANÁLISE SUMÁRIA**

Com base nos dados do Recenseamento Agrícola, o n.º de explorações agrícolas tem vindo a decrescer, tendo registado um decréscimo em 2009 face a 1999, de 19,22%, contando com 1.442 explorações agrícolas.

Na sua estrutura e no que respeita a natureza jurídica dos produtores agrícolas, o tipo com maior representatividade no concelho é a do produtor singular. Isto significa que a atividade agrícola em Celorico de Basto continua a ser praticada por uma pessoa singular.

Em termos percentuais, em 2009, a forma de exploração dominante é a conta própria, ou seja, a superfície agrícola utilizada da exploração que é propriedade do produtor, com 77%. A esta forma de exploração segue-se o arrendamento, com 9%, seguido de outras formas de exploração com 14%.

Uma vez mais, estes valores reforçam a evidência de um certo declínio da atividade agrícola no concelho no período em análise.

**N.º de Explorações Agrícolas e Superfície Agrícola Utilizada (SAU), por classes de SAU.**

Código 5.1.2.4

Tendência ▼

Eixo Ambiente

Domínio Recursos Naturais

Área temática Ocupação agrícola

Unidade de Análise N.º (ha)/ %

Periodicidade Decenal

**Descrição/ Metodologia**

Avaliar o n.º de explorações agrícolas e da superfície agrícola utilizada no concelho, pelas classes de superfície agrícola utilizada.

**Fonte**

INE, Recenseamento Agrícola

**Objetivos e Metas**

Objetivo de sustentabilidade – Valorizar os espaços rurais e incentivar a utilização sensata dos recursos naturais e não renováveis, como solo e água.

**Documentos/ Metas de Referência Estratégica**

**DADOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA**

**Quadro 128: N.º de explorações agrícolas e SAU, por classes de SAU, Celorico de Basto (1989-1999-2009)**

Classes de SAU	Explorações				SAU				Explorações				SAU											
	1989								1999								2009							
	N.º	%	ha	%	N.º	%	ha	%	N.º	%	ha	%	N.º	%	ha	%								
<1ha	805	29,76	382	7,53	538	30,24	301	8,36	320	22,25	199	6,16												
1ha a <5ha	1.753	64,81	3.654	72,01	1.126	63,29	2.236	62,08	1.013	70,45	2.082	64,44												
5ha a <20ha	145	5,36	1.038	20,46	107	6,01	857	23,79	99	6,88	800	24,76												
20ha a <50ha	2	0,07	X	X	7	0,39	208	5,77	6	0,42	150	4,64												
> = 50ha	0	0,00	0	0,00	1	0,06	X	X	0	0,00	0	0,00												
<b>Total</b>	<b>2.723</b>	<b>100</b>	<b>5.126</b>	<b>100</b>	<b>1.785</b>	<b>100</b>	<b>3.653</b>	<b>100</b>	<b>1.442</b>	<b>100</b>	<b>3.231</b>	<b>100</b>												

X – dado confidencial

**Quadro 129: SAU média por exploração (ha), Celorico de Basto (1989-1999-2009)**

	SAU média por exploração		
	ha/ exploração		
	1989	1999	2009
<b>Celorico de Basto</b>	1,88	2,05	2,24

**Quadro 130: Variação relativa do n.º de explorações agrícolas e de SAU (%) por classes de SAU, Celorico de Basto (1989-1999-2009)**

Classes de SAU	Variação 1989-1999		Variação 1999-2009	
	N.º explorações (%)	SAU (%)	N.º explorações (%)	SAU (%)
<1ha	-33,17	-21,20	-40,52	-33,89
1ha a <5ha	-35,77	-38,81	-10,04	-6,89
5ha a <20ha	-26,21	-17,44	-7,48	-6,65
20ha a <50ha	250,00	X	-14,29	-27,88
> = 50ha	100,00	X	-100,00	X
<b>Total</b>	<b>-34,45</b>	<b>-28,74</b>	<b>-19,22</b>	<b>-11,55</b>

## ANÁLISE SUMÁRIA

Com base nos dados do Recenseamento Agrícola, o n.º de explorações agrícolas tem vindo a decrescer, assim como a Superfície Agrícola Utilizada (SAU), mais acentuado, em ambos os casos, no período entre 1989 e 1999 face ao período de 1999 e 2009.

Numa análise às suas classes de SAU, verifica-se o predomínio das explorações agrícolas com áreas entre 1ha e <5ha, nos 3 períodos (1989, 1999 e 2009) com 1753, 1126 e 1013 unidades, o que corresponde a 64,81%, 63,29% e 70,45%, respetivamente, do total das classes de SAU no concelho.

Segue-se as explorações agrícolas com áreas com <1ha, nos 3 períodos censitários, com 805, 538 e 320 unidades, o que corresponde a 29,76%, 30,24% e 22,25%, respetivamente, do total das classes de SAU do concelho.

Em síntese mais de 90% das explorações agrícolas do concelho de Celorico de Basto possuem áreas até os 5ha. As explorações com áreas acima de 5ha são residuais.

Relativamente à Superfície agrícola utilizada no concelho, à semelhança do n.º de explorações agrícolas, também se verifica o predomínio de SAU com áreas entre 1ha e <5ha nos 3 períodos 1989, 1999 e 2009, com percentagens de 72,01%, 62,08% e 64,44%, respetivamente.

Segue-se a SAU com áreas entre 5ha e <20ha nos 3 períodos censitários, com percentagens de 20,46%, 23,79% e 24,76%, respetivamente.

O abandono agrícola por um número considerável de produtores não se refletiu tanto na SAU, que entre 1999-2009 teve um decréscimo de 11,55% (17, 84% da superfície concelhia) face aos 19,22% entre 1989-1999 (20, 17% da superfície concelhia).

Em síntese, em 2009 mais de 85% (89,2%) da Superfície agrícola utilizada no concelho é gerida por unidades produtivas com 1ha a 20ha, que representam 77% do n.º de explorações agrícolas e que, por oposição, as de muito pequena dimensão (1 hectare ou menos), apesar de corresponderem a 22,19% do total de explorações agrícolas, apenas exploram 6,16% da SAU.

**Projetos financiados por fundos comunitários – Projetos no setor agrícola e de turismo rural.**

**Código 5.1.2.5**

**Tendência**

**Eixo Ambiente**  
**Domínio Recursos Naturais**  
**Área temática Ocupação agrícola**

**Unidade de Análise N.º**  
**Periodicidade Anual**

**Descrição/ Metodologia**

Levantar o n.º de projetos submetidos e financiados PRODER, no âmbito das suas diferentes medidas o n.º de projetos PDR2020 no âmbito das suas diferentes medidas/operações.  
 Tratam-se de projetos cujo financiamento se destina ao setor agrícola e na área de turismo rural.

**Fonte**

<http://www.proder.pt/conteudo7be8.html?menuid=2244> (consultado a 31.01.2018)  
<http://www.pdr-2020.pt/O-PDR2020/Arquitetura>

**Objetivos e Metas**

Objetivo de sustentabilidade – Valorizar os espaços rurais e incentivar a utilização sensata dos recursos naturais e não renováveis, como solo e água.

**Documentos/ Metas de Referência Estratégica**

**DADOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA**

**Quadro 131: Quadro Projetos financiados PRODER, no âmbito das suas diferentes medidas (2013-2014-2015)**

Ano	Subprograma		Medida/ Ação		Investimento Total	Pagamento aos beneficiários	
	Nome	N.º de projetos	Nome	N.º de projetos		FEADER	OE
2013	Promoção da Competitividade	29	Modernização e Capacitação das Empresas	2	1.913.954,00	770.043	256.680
			Investimentos de pequena dimensão	19			
			Instalação de Jovens Agricultores	8			
2014	Promoção da Competitividade	8	Investimentos de pequena dimensão	2	594.234	283.749	71.848
			Instalação de Jovens Agricultores	6			
	Dinamização das Zonas Rurais	8	Criação e desenvolvimento de microempresas	1			
			Conservação e Valorização do Património Rural	6			
			Serviços básicos para a população rural	1			

**Quadro 132: Quadro Projetos financiados PDR2020, no âmbito das suas diferentes medidas/ operações (2015-2016-2017)**

Ano	Medida		Operação		Despesas elegíveis totais atribuídas à operação	Fundo aprovado	Taxa de cofinanciamento da UE
	Nome	N.º de projetos	Nome	N.º de projetos			
2015	Não existe nenhum projeto aprovado/ contratado em Celorico de Basto, no âmbito do programa de desenvolvimento rural PDR2020						
2016	Valorização da Produção Agrícola	14	Investimento na Exploração Agrícola	1	413.541,78	163.604,41	0,85%
			Pequenos Investimentos nas Explorações Agrícolas	11			
			Investimentos na Transformação e Comercialização de Produtos Agrícolas	2			
2017	Inovação	1	Grupos Operacionais	1	444.121,96	298.076,28	0,90%
	Valorização da Produção Agrícola	4	Jovens Agricultores	1			
			Pequenos Investimentos nas Explorações Agrícolas	3			
	Proteção e Reabilitação de Povoamentos Florestais	2	Prevenção da Floresta contra Agentes Bióticos e Abióticos	1			
			Restabelecimento da Floresta Afetada por Agentes Bióticos e Abióticos ou por Acontecimentos Catastróficos	1			

## ANÁLISE SUMÁRIA

Consultada a informação disponível no *site* do PRODER, e tomando como período de análise a partir do ano 2013, verifica-se que de 2013 a 2014 foram aprovados no total 45 candidaturas, respetivamente 29, 16. Estas candidaturas, para investimento no concelho, incidiram no subprograma “Promoção da competitividade” com 37 candidaturas e no subprograma “Dinamização das Zonas Rurais” com 8 candidaturas.

Quanto às medidas, a escolha incidiu sobre os “investimentos de pequena dimensão” com 21 candidaturas e sobre a “instalação de jovens agricultores” com 14 candidaturas. A medida “conservação e valorização do património rural” reuniu 6 candidaturas.

A informação disponível, com o novo quadro comunitário de apoio, no *site* PDR2020, e tomando como período de análise 2015 a 2017, verifica-se que neste período foram aprovadas no total 21 candidaturas, respetivamente 0, 14 e 7. Estas candidaturas incidiram na Medida “Valorização da produção agrícola” com 18 candidaturas, na medida “Proteção e reabilitação de povoamentos florestais” com 2 candidaturas e na medida “Inovação” com 1 candidatura.

Quanto às operações, a escolha incidiu sobre os “Pequenos investimentos nas explorações agrícolas” com 14 candidaturas, sobre “Investimentos na transformação e comercialização de produtos agrícolas” com 2 candidaturas e com apenas 1 candidatura cada “Investimento na exploração agrícola”; “Grupos operacionais”; “Jovens agricultores”; “Prevenção da floresta contra agentes bióticos e abióticos ou por acontecimentos catastróficos” e “restabelecimento da floresta afetada por agentes bióticos e abióticos ou por acontecimentos catastróficos”.

As candidaturas apresentadas enquadram-se no âmbito dos quadros comunitários de apoio ProDeR 2007-2013 e PDR2020.

## Áreas de solo rural reconvertidas em plantação de vinha

Código 5.1.2.6

Tendência ▲

Eixo Ambiente

Domínio Recursos Naturais

Área temática Ocupação agrícola

Unidade de Análise N.º (ha)/ %

Periodicidade Anual

### Descrição/ Metodologia

Identificar as áreas de solo rural do concelho destinadas à plantação de vinha.

### Fonte

Município de Celorico de Basto

### Objetivos e Metas

Objetivo de sustentabilidade – Valorizar os espaços rurais e incentivar a utilização sensata dos recursos naturais e não renováveis, como solo e água.

Documentos/ Metas de Referência Estratégica

## DADOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA

Figura 6: Exemplo de uma área de solo rural reconvertida em plantação de vinha e sua evolução no concelho de Celorico de Basto (2002-2012)

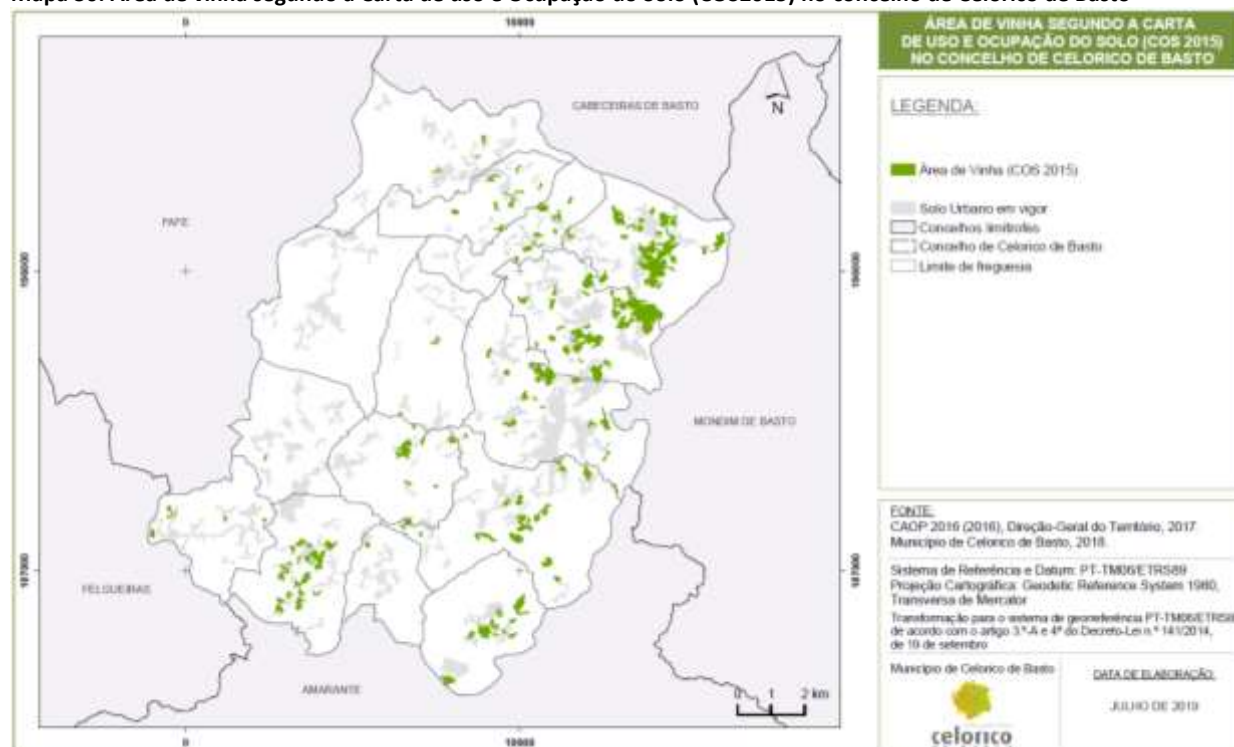


Extrato do ortofotomapa 2002



Extrato do ortofotomapa 2012

Mapa 30: Área de vinha segundo a Carta de uso e Ocupação do Solo (COS2015) no concelho de Celorico de Basto



**Quadro 133: Quadro resumo do tipo de produção (vinha), incluindo a área das produções, por freguesia, no concelho de Celorico de Basto**

Ano	Tipo de produção	Freguesia	Área (ha)	Percentagem (%)
COS* 2015	Vinha	Agilde	9,78	1,42
		Arnóia	71,80	10,44
		Borba da Montanha	1,54	0,22
		UF de Britelo, Gémeos e Ourilhe	44,55	6,48
		UF de Caçarilhe e Infesta	4,24	0,62
		UF de Canedo de Basto e Corgo	178,06	25,88
		UF de Carvalho e Basto (Sta. Tecla)	30,13	4,38
		Codessoso	50,14	7,29
		Fervença	71,94	10,46
		Moreira do Castelo	1,84	0,27
		Rego	0,00	0,00
		Ribas	22,97	3,34
		Basto (S. Clemente)	6,30	0,92
		Vale de Bouro	25,22	3,67
		UF de Veade, Gagos e Molares	169,38	24,62
		<b>Celorico de Basto</b>	<b>687,90</b>	<b>100,00</b>

\* Carta de uso e Ocupação do Solo

#### ANÁLISE SUMÁRIA

A produção de Vinha em Celorico de Basto veio assumir nos últimos anos um papel preponderante na agricultura deste concelho.

E é principalmente ao longo do Vale do Tâmega (Molares, Corgo, Veade e Canedo de Basto) que a produção de vinha se tem expandido mais.

Segundo a Carta de uso e Ocupação do Solo (COS 2015) a UF de Canedo de Basto e Corgo e a UF de Veade, Gagos e Molares possuem a maior mancha de vinha do Concelho com 178,06ha e 169,38ha, respetivamente. Esta área representa, no seu conjunto, cerca de 50% do total de vinha do concelho.

Seguem-se as freguesias de Fervença e de Arnóia, com 71,94ha e 71,80ha de plantação de vinha, respetivamente.

Nas freguesias do Rego, Borba da Montanha, UF de Caçarilhe e Infesta e Moreira do Castelo, verifica-se a não existência ou uma área de vinha muito pouco significativa, representado para cada uma delas menos de 1% do total de vinha do concelho.



## Áreas de solo rural reconvertidas em plantação de Pequenos Frutos, Aromáticas e Cogumelos em estufa

Código 5.1.2.7

Tendência

Eixo Ambiente

Domínio Recursos Naturais

Área temática Ocupação agrícola

Unidade de Análise N.º (ha)/ %

Periodicidade Anual

### Descrição/ Metodologia

Identificar as áreas de solo rural do concelho destinadas à plantação de Pequenos Frutos (mirtilos, framboesas, groselhas e amoras), Aromáticas e Cogumelos em estufa.

### Fonte

Município de Celorico de Basto

DRAP Norte – Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte (2014)

### Objetivos e Metas

Objetivo de sustentabilidade – Valorizar os espaços rurais e incentivar a utilização sensata dos recursos naturais e não renováveis, como solo e água.

### Documentos/ Metas de Referência Estratégica

## DADOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA

Figura 7: Exemplo de uma área de solo rural reconvertida em plantação de aromáticas e sua evolução no concelho de Celorico de Basto (2002-2012-2015)



Extrato do ortofotomapa 2002



Extrato do ortofotomapa 2012



Extrato do GoogleEarth (Imagem de 2015)

Figura 8: Exemplo de uma área de solo rural reconvertida em plantação de pequenos frutos (mirtilos) e sua evolução no concelho de Celorico de Basto (2002-2012)



Extrato do ortofotomapa 2012



Extrato do GoogleEarth (Imagem de 2015)

Quadro 134: Quadro resumo do tipo de produção e do nº de produtores incluindo a área das produções, no concelho de Celorico de Basto

Ano	Tipo de produção	N.º de produtores	Área (ha)
2013	Pequenos frutos	11	15,64

## ANÁLISE SUMÁRIA

Em Portugal não existia a tradição do cultivo de espécies designadas por pequenos frutos, nem plantação de ervas aromáticas e cogumelos em estufa.

Com a criação de financiamentos destinados ao setor agrícola, verifica-se que o n.º de pedidos de projetos nestes setores tem vindo a aumentar anualmente. Conforme já verificado em indicador anterior a escolha das medidas no concelho de Celorico de Basto tem incidido principalmente sobre os “investimentos de pequena dimensão” e sobre a “instalação de jovens agricultores”.

À data de elaboração do presente relatório não foi possível obter total informação necessária sobre o n.º de hectares de plantação de pequenos frutos, de ervas aromáticas e cogumelos em estufa, em solo rural no concelho.

Dos dados possíveis recolhidos pode-se constatar que em 2013 existiam 11 produtores de pequenos frutos, sendo essencialmente produtores de mirtilos. Estas plantações ocupavam 15,64 ha.

**N.º de explorações pecuárias e sua classificação**

Código 5.1.2.8

Tendência

Eixo Ambiente

Domínio Recursos Naturais

Área temática Ocupação agrícola

Unidade de Análise N.º / %

Periodicidade Anual

**Descrição/ Metodologia**

Avaliar o n.º de explorações pecuárias (contabilizadas aquando do RERA), no concelho e a sua classificação (classes REAP – Regime Especial da Atividade Pecuária e espécie pecuária).

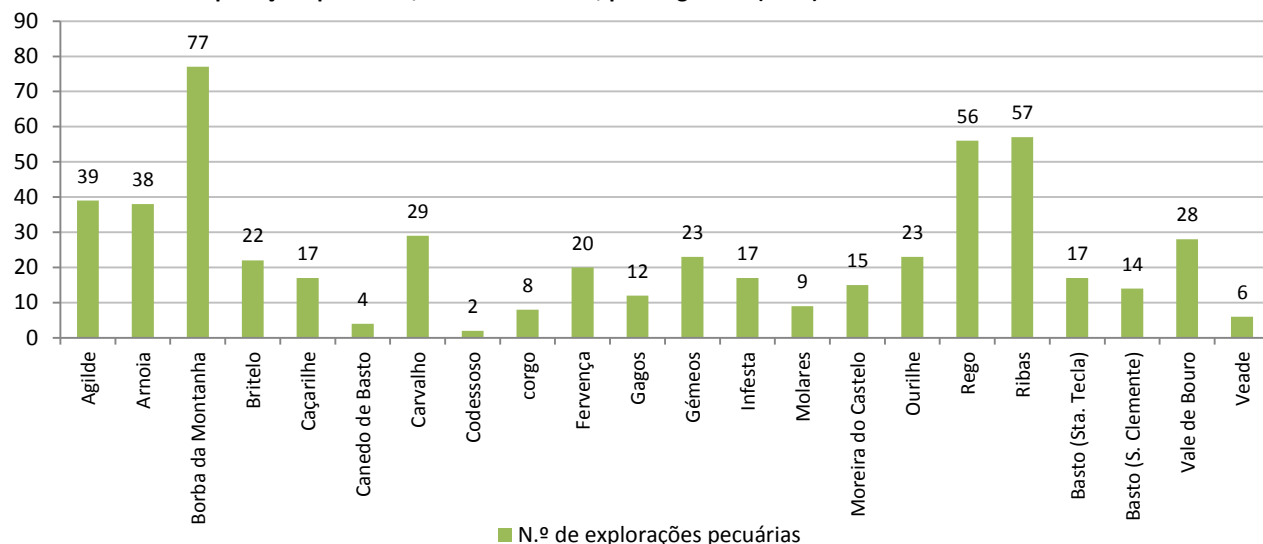
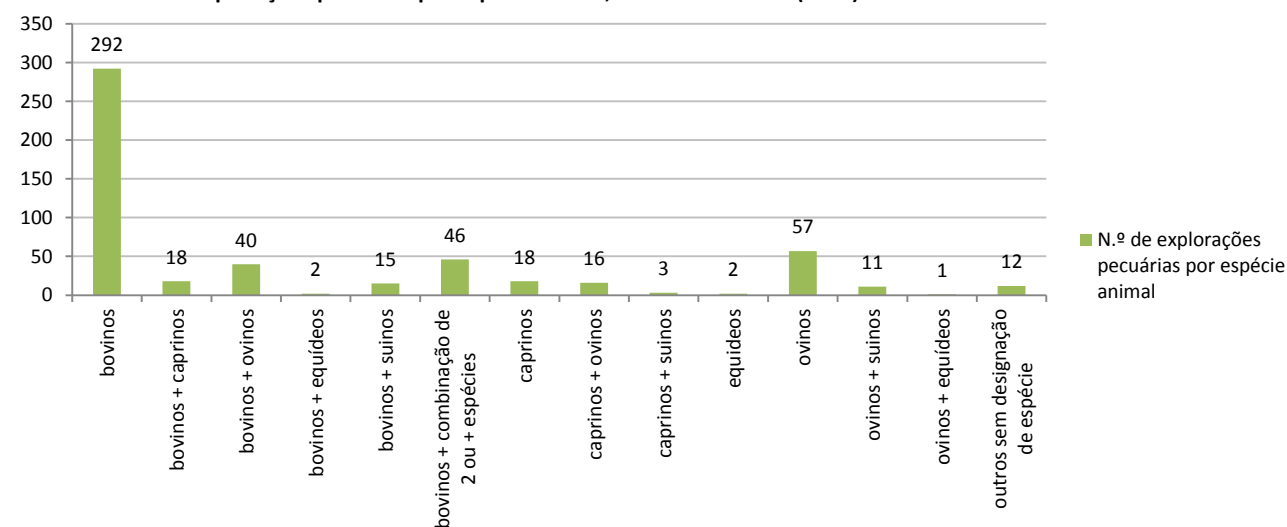
Classes REAP: Classe 1 - Mais de 260 Cabeças Normais (CN); Classe 2: Mais de 15 CN, até 260 CN (explorações intensivas) ou Mais de 15 CN, sem limite (explorações extensivas); Classe 3: Até 15 CN, independentemente da espécie pecuária; Detenção caseira: sem necessidade de licenciamento (para lazer e/ou autoconsumo) - até 3 CN no total, com o limite de 2 CN por espécie pecuária.

**Fonte**

Município de Celorico de Basto

**Objetivos e Metas**

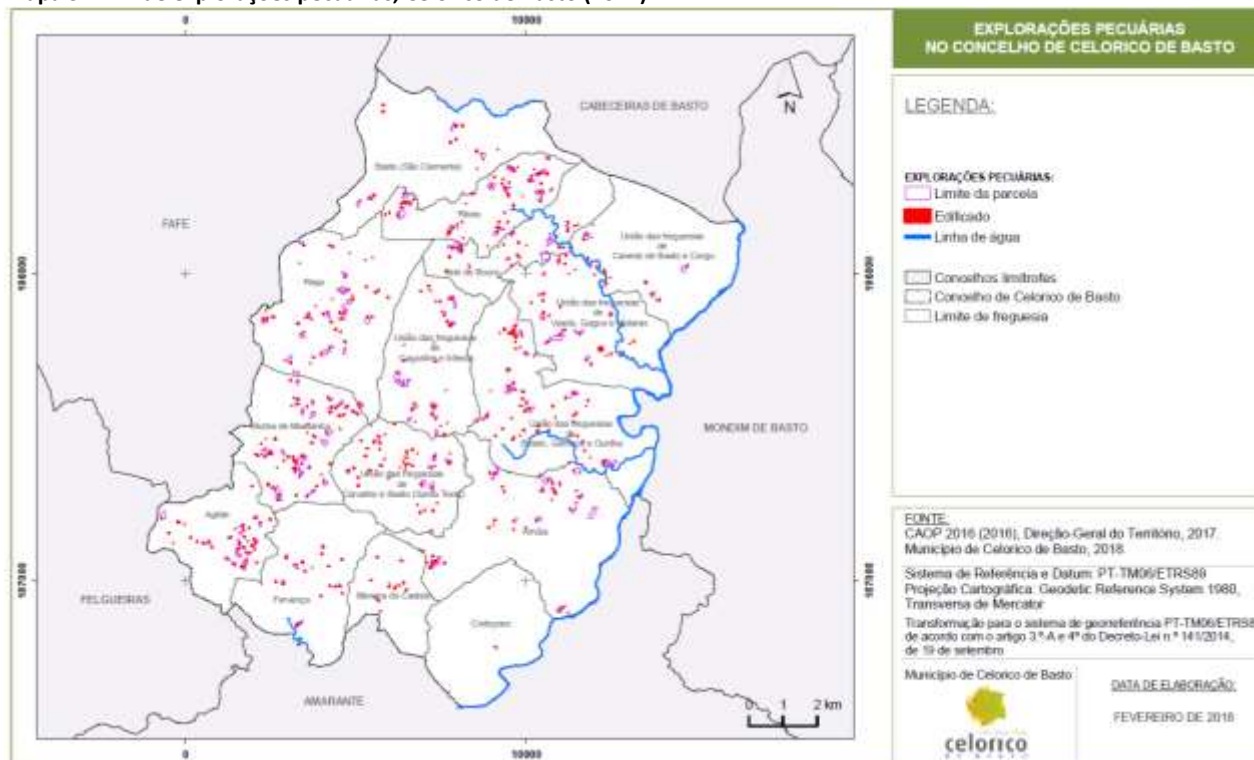
Objetivo de sustentabilidade – Valorizar os espaços rurais e incentivar a utilização sensata dos recursos naturais e não renováveis, como solo e água.

**Documentos/ Metas de Referência Estratégica****DADOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA****Gráfico 87: N.º de explorações pecuárias, Celorico de Basto, por freguesias (2017)****Gráfico 88: N.º de explorações pecuárias por espécie animal, Celorico de Basto (2017)**

**Quadro 135: Classes REAP (%), Celorico de Basto (2017)**

CLASSES REAP (%)	
Classe 2	1,88%
Classe 3	98,12%

**Mapa 31: N.º de explorações pecuárias, Celorico de Basto (2017)**



### ANÁLISE SUMÁRIA

Este indicador surge com base nos dados contabilizados pelo gabinete de SIG, aquando do RERA (Regime Extraordinário da Regularização de Atividades Económicas) com vista à regularização da atividade pecuária. O âmbito de aplicação deste diploma abrangia três tipos de situações: a) Estabelecimentos que não dispõem, de qualquer título de exploração ou de exercício; b) Estabelecimentos que dispõem de título de exploração ou de exercício, desatualizado face às atividades desenvolvidas atualmente; c) Estabelecimentos que dispõem de título válido, mas cuja alteração e ampliação não é compatível com os instrumentos de gestão territorial ou com servidões e restrições de utilidade pública.

Com base nos documentos constantes nos pedidos de regularização da atividade pecuária foram contabilizados até finais de 2017, um total de 533 explorações pecuárias e 544 estábulos, o que significa que algumas explorações possuem mais que um estábulo.

Ao nível da freguesia, as freguesias com maior predomínio de explorações agrícolas são Borba da Montanha com 77 explorações pecuárias, Ribas com 57 e Rego com 56. As freguesias com menor número de explorações pecuárias são Molares com 9; Corgo com 8; Veade com 6; Canedo de Basto com 4 e por último Codessoso com 2 explorações pecuárias. Estes dados traduzem as formas de relevo do concelho. De facto, o predomínio das explorações pecuárias surge nas zonas planálticas do concelho (Borba, Agilde, Rego, Ribas), onde a agricultura está mais focada na criação de gado. O Vale do Tâmega (Molares, Corgo, Veade e Canedo de Basto) traduz um menor número de explorações pecuárias. Neste vale a vinha veio assumir um papel preponderante.

Numa análise ao mapa ressalva-se também junto das zonas de veigas, ao longo do rio Freixieiro e o rio Veade, uma mancha mais acentuada com explorações pecuárias.

No vale de Infesta o abandono da agricultura também tem sido uma realidade ao longo dos anos, predomina uma agricultura mista com culturas permanentes anuais associadas à criação de gado essencialmente para autoconsumo.

A classe da exploração tem em consideração a dimensão do efetivo pecuário ou a capacidade da instalação inerente ao seu exercício. Das 533 explorações pecuárias analisadas, 1,88% tem classe 2 de exploração e 98,12% tem classe 3 de exploração. Significa isto que uma maioria são explorações pecuárias que possuem no máximo até 15 Cabeças Normais (CN), independentemente da espécie pecuária. Efetivamente, neste concelho, grande parte das unidades de explorações é do tipo familiar, ao praticar a pequena pecuária como atividade complementar à agricultura. Em muitas destas famílias a posse dos animais tem por objetivo o lazer ou o autoconsumo do seu detentor.

No que respeita as espécies pecuárias instaladas nas explorações, a instalação de bovinos é a que prevalece com 292 explorações que acomodam esta espécie, o que corresponde a 54,78%, ou seja, cerca de metade das explorações dedicam-se à criação de espécies bovinas. Segue-se a criação de ovinos em 57 explorações, o que corresponde a 10,69%. A espécie caprina é acolhida em 18 explorações, o que corresponde a 2,38%.



Eixo Ambiente

Domínio Recursos Naturais

Área temática Espaços verdes

Unidade de Análise N.º/ ha

Periodicidade Anual

**Descrição/ Metodologia**

Evolução das áreas destinadas a espaços verdes de utilização pública, incluindo as áreas de recreio e de lazer.

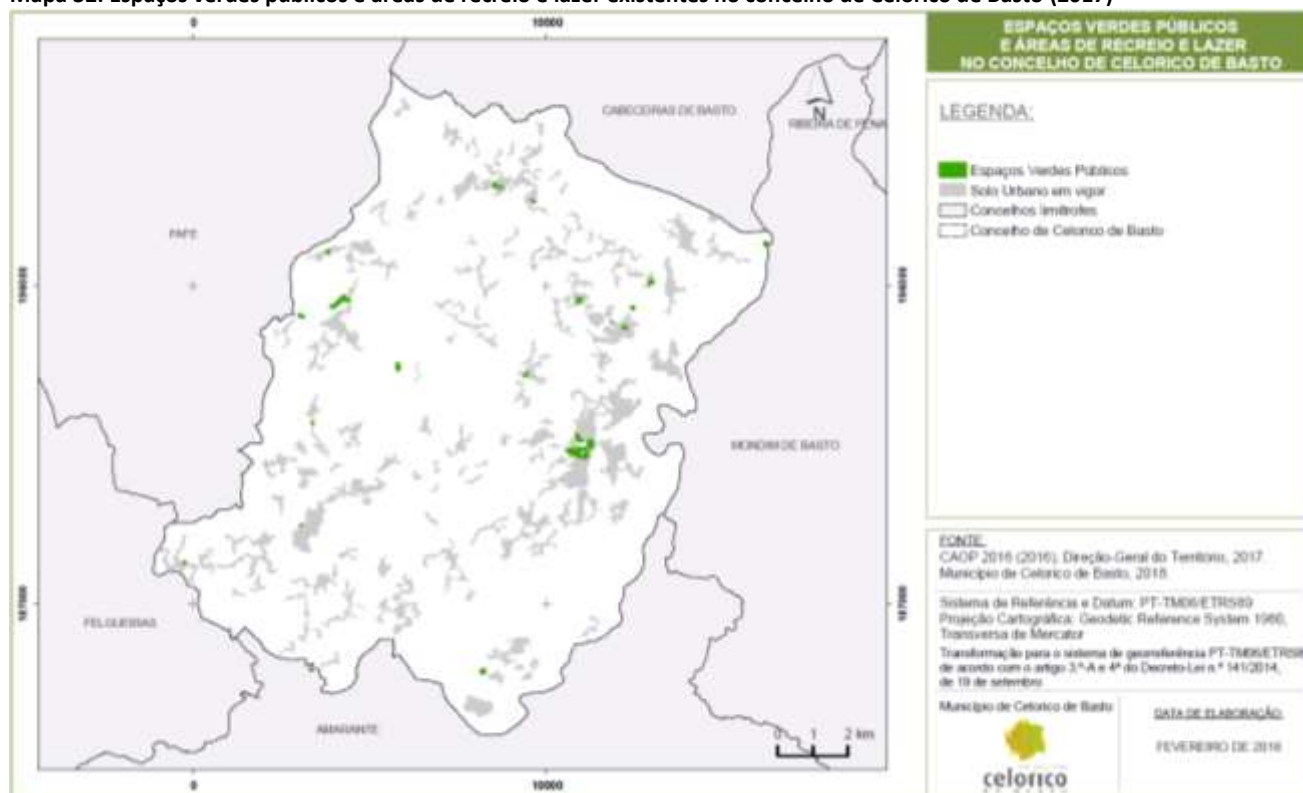
Esta avaliação reporta a áreas executadas por entidades públicas, como, Câmara Municipal e outras entidades como Juntas de Freguesia e Comissões Fabriqueiras.

**Fonte**

Município de Celorico de Basto

**Objetivos e Metas**

Objetivo de sustentabilidade – Garantir a multifuncionalidade dos espaços urbanos e o acesso a serviços de proximidade.

**Documentos/ Metas de Referência Estratégica****DADOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA****Mapa 32: Espaços verdes públicos e áreas de recreio e lazer existentes no concelho de Celorico de Basto (2017)****ANÁLISE SUMÁRIA**

Em 2017, em termos de espaços verdes de utilização pública e áreas de recreio e lazer, o concelho possui cerca de 27ha de área de espaços verdes públicos.

## Capitação dos Espaços Verdes Públicos e Áreas de Recreio e Lazer

Código 5.1.3.2

Tendência

Eixo Ambiente

Domínio Recursos Naturais

Área temática Espaços verdes

Unidade de Análise m<sup>2</sup>/hab

Periodicidade Anual

### Descrição/ Metodologia

Relação entre a área verde de utilização pública existente no município e a população residente.

Área total de espaços verdes públicos/total de população residente.

À data foi considerado para cálculo da capitação dos espaços verdes públicos, o total de população residente em 2016. Em 2016, os espaços verdes públicos mantêm-se iguais a 2017.

### Fonte

Município de Celorico de Basto

INE (Censos, Anuários Estatísticos) / INE - Recenseamentos gerais da população e Estimativas Anuais da População Residente

### Objetivos e Metas

Objetivo de sustentabilidade – Garantir a multifuncionalidade dos espaços urbanos e o acesso a serviços de proximidade.

### Documentos de Referência

## DADOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA

Quadro 136: Capitação dos espaços verdes públicos e áreas de recreio e lazer existentes no concelho de Celorico de Basto (2017)

Ano	Área total de espaços verdes públicos (m <sup>2</sup> )	População residente em 2016	Capitação (m <sup>2</sup> /hab)
2016	269.066,62m <sup>2</sup>	19341	<b>13,91m<sup>2</sup>/hab</b>

## ANÁLISE SUMÁRIA

Em 2017, em termos de capitação de espaços verdes públicos, o concelho de Celorico de Basto apresenta cerca de 13,91m<sup>2</sup>/ha.

À data de hoje, ainda não é possível traduzir se houve melhoria ou não da capitação de espaços verdes, dado a ausência de dados comparativos.

## Receitas e Despesas do Município na proteção e gestão do Ambiente

Código 5.1.3.3

Tendência

Eixo Ambiente

Domínio Recursos Naturais

Área temática Espaços verdes

Unidade de Análise € (milhares)

Periodicidade Anual

### Descrição/ Metodologia

Valor das receitas e despesas do Município, em matéria de proteção e gestão do Ambiente nos seus vários domínios.

### Fonte

Município de Celorico de Basto - Gabinete de economia e gestão

INE, Estatísticas dos municípios em ambiente

### Objetivos e Metas

Objetivo de sustentabilidade – Promover uma política integrada de proteção e gestão do Ambiente, que estimule a proteção e reutilização/ reciclagem.

### Documentos/ Metas de Referência Estratégica

## DADOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA

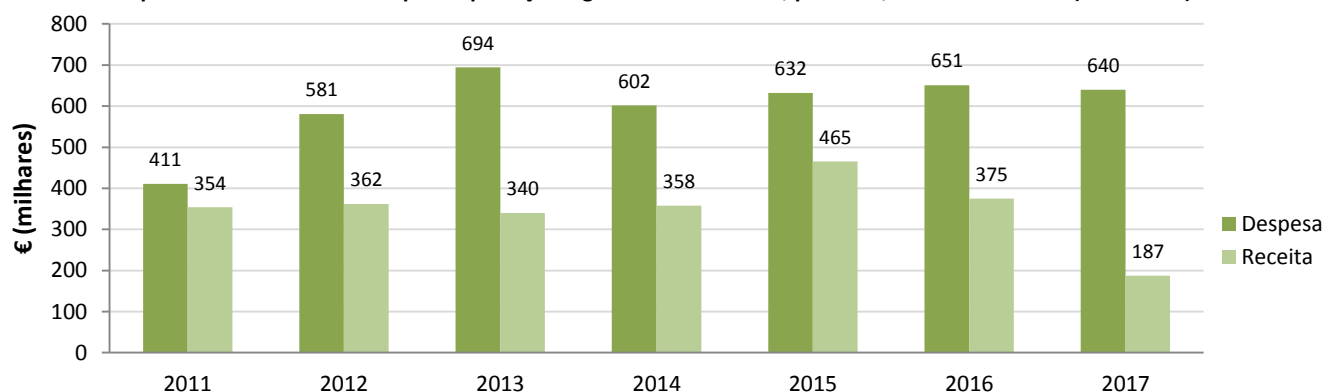
Quadro 137: Despesas do Município na proteção e gestão do Ambiente, nos vários domínios, Celorico de Basto (2011-2017)

Ano	Domínio de Ambiente			Total €
	Gestão de resíduos €	Proteção da biodiversidade e paisagem €	Proteção contra ruídos e vibrações €	
2011	330.935	80.273	0	411.208
2012	519.022	61.673	0	580.695
2013	630.799	62.732	0	693.531
2014	481.940	120.319	0	602.259
2015	510.016	122.010	0	632.026
2016	522.653	128.066	0	650.719
2017	515.222	124.763	0	639.985

Quadro 138: Receitas do Município na proteção e gestão do Ambiente, nos vários domínios, Celorico de Basto (2011-2017)

Ano	Domínio de Ambiente			Total €
	Gestão de resíduos €	Proteção da biodiversidade e paisagem €	Proteção contra ruídos e vibrações €	
2011	331.816	21.053	823	353.692
2012	296.220	63.876	1.547	361.643
2013	312.683	26.302	961	339.946
2014	323.561	32.838	1.226	357.625
2015	450.228	13.442	1.350	465.020
2016	332.252	41.603	864	374.719
2017	169.332	16.433	916	186.681

Gráfico 89: Despesas e receitas do Município na proteção e gestão do Ambiente, por anos, Celorico de Basto (2011-2017)





## ANÁLISE SUMÁRIA

Em 2017, o investimento do município em matéria de proteção e gestão do Ambiente nos seus vários domínios correspondeu a 639.985€, designadamente na gestão de resíduos com cerca de 80% e na proteção da biodiversidade e paisagem com cerca de 20%.

As receitas do município na proteção e gestão do Ambiente representaram 186.681€. Cerca de 90,7% correspondeu a receitas na gestão de resíduos, 9% em receitas na proteção da biodiversidade e paisagem e menos de 1% em receitas na proteção contra ruídos e vibrações.

As despesas com a gestão de resíduos reportam a valores tidos com empresas cuja atividade principal é a prestação de serviços de ambiente nas áreas da recolha, tratamento e transporte de resíduos, sendo elas a SUMA, com a recolha e gestão de resíduos sólidos urbanos e a RESINORTE, na recolha e tratamento dos resíduos seletivos e indiferenciados.

As despesas com a proteção da biodiversidade e paisagem reportam a valores tidos na prevenção e combate a incêndios florestais com sapadores florestais e no repovoamento e sinalização das zonas de caça.

No que diz respeito às receitas obtidas pelo município, na gestão de resíduos os valores dizem respeito às taxas com resíduos, cobradas aos utilizadores. Esse valor cobrado é proporcional ao consumo de água.

As receitas obtidas com a proteção da biodiversidade e paisagem dizem respeito a taxas e uma verba recebida do Fundo Florestal Permanente.

Existe ainda uma receita com a proteção contra ruídos e vibrações que reporta a uma taxa de ruído cobrada pelo município, mediante solicitação do munícipe, quando este pretende exercer alguma forma de ruído a título excecional e após as 22h.

Entre 2011 e 2017, o investimento do município no domínio do ambiente incidiu essencialmente na gestão de resíduos correspondendo entre 80% e 91% da despesa total na gestão e proteção ambiental. O restante investimento incidiu na proteção da biodiversidade e paisagem.

Em termos de receitas do município com a gestão e proteção do ambiente, no período compreendido entre 2011 e 2017, a gestão de resíduos absorveu entre 82% e 97% do total da despesa na gestão e proteção ambiental, sendo que o ano 2017 foi aquele em que se obteve menor receita, com 169.332€ (7,64% do total de receitas na gestão de resíduos, para os períodos em análise) e o ano 2015 foi aquele em que se obteve maior receita, com 450.228€ (20,32% do total de receitas na gestão de resíduos, para os períodos em análise). A despesa na proteção da biodiversidade e paisagem andou entre os cerca de 3% e 17%, sendo que o ano 2012 foi aquele em que se obteve maior receita, com 63.876€ e o ano 2015 foi aquele em que se obteve menor receita, com 13.442€. As receitas na proteção contra ruídos e vibrações são residuais, correspondendo a menos de 1% do total de receitas do município.

Em síntese, no município de Celorico de Basto cerca de 80% da despesa na proteção do ambiente vem sido aplicada anualmente no domínio “gestão de resíduos”. Essa despesa deve ser entendida como um investimento que o município faz na proteção ambiental.

De facto, a média dos municípios do país continuam a concentrar cerca de 74,4% do total da despesa com atividades de recolha e transporte até às instalações de tratamento de resíduos, varredura e limpeza urbana.

Ressalve-se também que desde 2014 o município tem vindo a aumentar a sua despesa com a proteção da biodiversidade e paisagem, porque o governo destinou à ANPC parte da sua despesa na área do ambiente, no apoio aos municípios na prevenção e combate aos incêndios florestais.

De reter ainda que os dados das Estatísticas do Ambiente 2017 referem que quase metade da despesa (43,0%) das administrações públicas foi aplicada na “gestão de resíduos” (em 2016 esta despesa foi de 46,3%) e quase um terço na “proteção da biodiversidade e paisagem” (31,7%). Seguindo-se a “proteção e recuperação dos solos, de águas subterrâneas e superficiais” (12,8%).

## Reserva Ecológica Nacional (REN)

Código 5.1.4.1

Tendência ▲

Eixo Ambiente

Domínio Recursos Naturais

Área temática Valores e Condicionantes Naturais

Unidade de Análise ha/ %

Periodicidade Decenal

### Descrição/ Metodologia

Avaliar a evolução da Reserva Ecológica Nacional do município de Celorico de Basto nos seus vários sistemas.

### Fonte

Município de Celorico de Basto.

Delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Celorico de Basto, aprovada e publicada em DR, 1ª série, n.º 225/2014 de 20 de novembro.

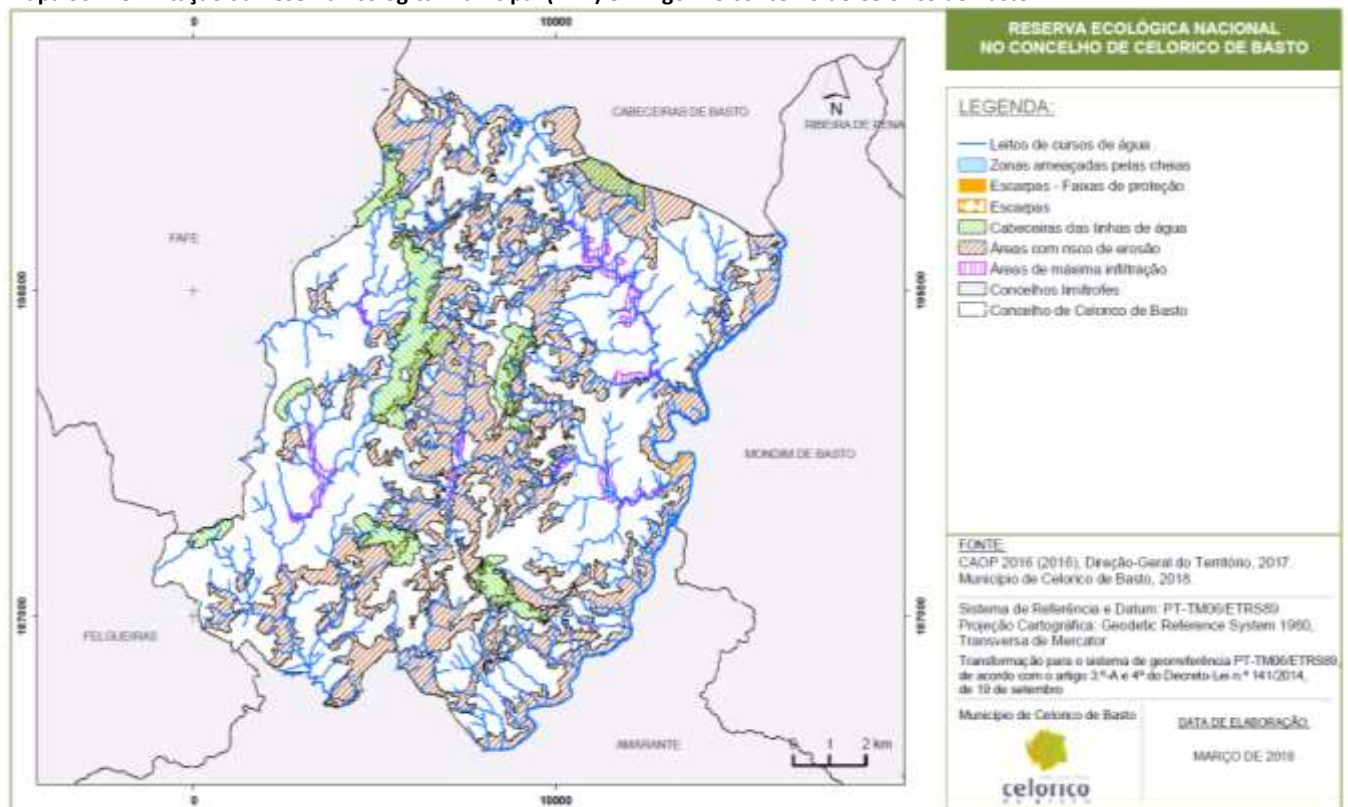
### Objetivos e Metas

Objetivo de sustentabilidade – Incentivar a utilização sensata dos recursos naturais e não renováveis, desde logo o solo e a água e no geral contribuir para a ocupação e o uso sustentáveis do território.

### Documentos/ Metas de Referência Estratégica

## DADOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA

Mapa 33: Delimitação da Reserva Ecológica Municipal (REN) em vigor no concelho de Celorico de Basto



**Quadro 139: Resumo comparativo da Reserva Ecológica Municipal (REN) em vigor com a REN aquando do PDM 1994, no concelho de Celorico de Basto**

Condicionantes Naturais				
Sistemas da REN	PDM 1994 (ha)	PDM 2014 (ha)	Varição (ha)	Varição (%)
Zonas ameaçadas pelas cheias	----	30	30	----
Cabeceiras das linhas de água	3182	1246	-1936	-61
Áreas de máxima infiltração	346	360	14	4
Áreas com risco de erosão	3468	6042	2574	74
Escarpas	29	10	-19	-66
Escarpas – faixas de proteção	----	7	7	----
Leitos dos cursos de água	----	46604 ml	----	----
Área total do concelho	6417	7267	850	13

### ANÁLISE SUMÁRIA

A Reserva Ecológica Nacional (REN) é uma estrutura biofísica que integra as áreas que pelo seu valor e sensibilidade ecológicos ou pela exposição e suscetibilidade perante riscos naturais são objeto de proteção especial.

Atualmente a área de REN do concelho de Celorico de Basto é de 7267ha, a qual representa 40% da área do concelho. Comparativamente com a carta da REN publicada em pela Resolução do Conselho de Ministros 177/96, de 22 de Outubro (alvo de Declaração de Retificação n.º 63-B/2008) de 21 de outubro) constata-se um aumento de 850ha (13%) resultante da revisão da delimitação da REN efetuada pela CCDR-N associada ao processo de revisão do PDM.

Na REN em vigor verifica-se que foram introduzidos dois novos sistemas (zonas ameaçadas pelas cheias e faixa de proteção a escarpas) e que ocorreu um aumento de todos os sistemas, à exceção dos sistemas de cabeceiras de linhas de água e escarpas.

A adoção de um novo modelo de ordenamento do território, subjacente à revisão dos princípios estratégicos de desenvolvimento para o concelho, teve expressão na realização de correções, acertos, ajustamentos e algumas expansões com vista a garantir condições de inversão do fenómeno de dispersão urbana que o concelho vinha a atravessar e ainda com vista a contribuir para uma ocupação e um uso mais sustentáveis do território.

**Reserva Agrícola Nacional (RAN)**

Código 5.1.4.2

Tendência ▲

Eixo Ambiente

Domínio Recursos Naturais

Área temática Valores e Condicionantes Naturais

Unidade de Análise ha/ %

Periodicidade Decenal

**Descrição/ Metodologia**

Avaliar a evolução da Reserva Agrícola Nacional do município de Celorico de Basto.

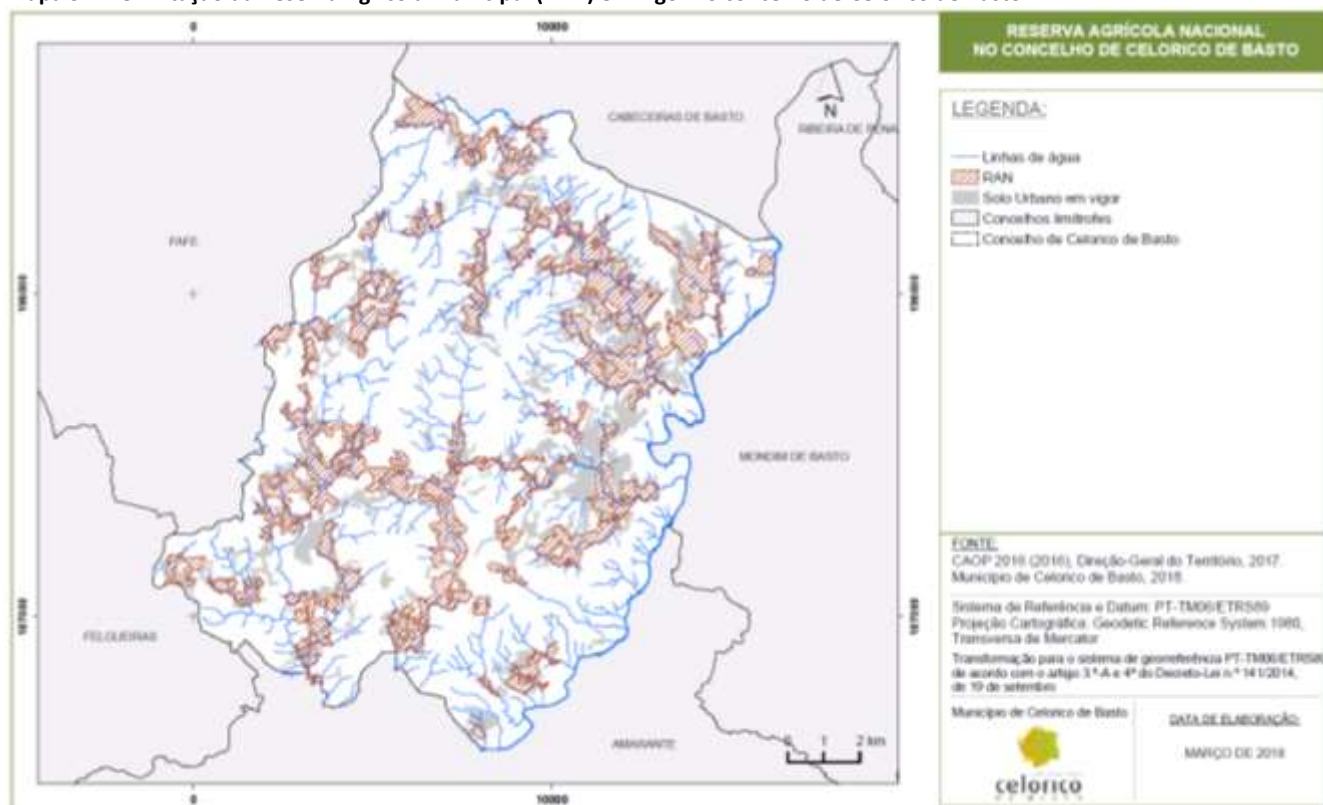
**Fonte**

Município de Celorico de Basto.

Delimitação da RAN final aprovada em 25 de maio de 2012 pela Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte.

**Objetivos e Metas**

Objetivo de sustentabilidade – Incentivar a utilização sensata dos recursos naturais e não renováveis, desde logo o solo e a água e no geral contribuir para a ocupação e o uso sustentáveis do território.

**Documentos/ Metas de Referência Estratégica****DADOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA****Mapa 34: Delimitação da Reserva Agrícola Municipal (RAN) em vigor no concelho de Celorico de Basto****Quadro 140: Resumo comparativo da Reserva Agrícola Municipal (RAN) em vigor com a RAN aquando do PDM 1994, no concelho de Celorico de Basto**

Condicionantes Naturais	PDM 1994 (ha)	PDM 2014 (ha)	Variação (ha)	Variação (%)
Área de RAN	2553	3296	743	29,10

Percentagem da área total do concelho	PDM 1994	PDM 2014
Área de RAN	14,10 %	18,20 %

## ANÁLISE SUMÁRIA

A Reserva Agrícola Nacional (RAN) é o conjunto das áreas que apresentam maior aptidão para a atividade agrícola. A RAN tem por objetivo proteger os solos que apresentam essa qualidade, restringindo a sua utilização para outros fins

Os objetivos da sua redelimitação resultam da importância de repor a real dimensão da componente agrícola no concelho, contribuindo para um melhor ordenamento do território e assegurando que estes valores naturais sejam preservados, permitindo uma diversidade e sustentabilidade de recursos.

Atualmente a área de RAN do concelho de Celorico de Basto é de 3296ha, a qual representa 18,20% da área do concelho. Comparativamente com a carta da RAN publicada em pela Portaria n.º 3/93 de 2 de janeiro de 1993, ao abrigo do disposto no artigo 5º do Decreto-Lei n.º 196/89, de 14 de junho, constata-se um aumento de 743ha (19,10%) resultante da revisão da delimitação da RAN final, elaborada no âmbito do processo de revisão do PDM. Esta proposta de revisão foi aprovada em 25 de maio de 2012 pela Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte, tendo sido validada a respetiva cartografia em 24 de Setembro de 2012.

## Projetos e ações desenvolvidos no ordenamento das margens dos cursos de água

Código 5.1.5.1

Tendência



Eixo Ambiente

Domínio Recursos Naturais

Área temática Recursos Hídricos

Unidade de Análise n.º/ m

Periodicidade Anual

### Descrição/ Metodologia

Identificar os projetos e ações desenvolvidos pelo Município em matéria de requalificação das margens dos cursos de água do concelho.

### Fonte

Município de Celorico de Basto.

Delimitação da RAN final aprovada em 25 de maio de 2012 pela Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte.

### Objetivos e Metas

Objetivo de sustentabilidade – Preservar e valorizar os recursos hídricos.

### Documentos/ Metas de Referência Estratégica

## DADOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA

### Quadro 141: Projetos e ações desenvolvidos no ordenamento das margens dos cursos de água, no concelho de Celorico de Basto

Projetos/ ações	Extensão (m)	Fase em que se encontra	Ano
Regadio de Britelo	2696	Projeto aprovado	2018
Regadio de Carrazedo	1263	Projeto aprovado	2018
Regadio de Bouças	652	Projeto aprovado	2018
Concessão de Pesca Desportiva do Rio Freixieiro	4800	Intervenção executada	2017

## ANÁLISE SUMÁRIA

A requalificação dos recursos hídricos permite melhorar aspetos negativos que certas margens dos cursos de água apresentam.

O município desenvolveu projetos/ ações de reabilitação que visaram a atuação e requalificação sobre recursos hídricos:

Foram aprovados 3 regadios inseridos numa candidatura cujo objetivo passa pela beneficiação e limpeza destes canais de água obtidos a partir do rio Freixieiro (ribeira pertencente à sub-bacia do Tâmega). São eles o regadio de Britelo, Carrazedo e Bouças, numa extensão de 2696m, 1263m e 652m, respetivamente. Estas intervenções para além de melhorar as condições de exploração das terras vêm também preservar e valorizar os cursos de água.

Foi também criada a Concessão de Pesca Desportiva do Rio Freixieiro, com Despacho N.º 15975 VCD\_SCBS/351/2014 – do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF).

Esta intervenção, numa extensão de 4,8 km e com uma área de concessão de 2,88ha, permitiu a limpeza das margens do rio Freixieiro. Essa limpeza teve prévia autorização da APA.

Para além de possibilitar uma atividade desportiva ao ar livre, esta intervenção permitiu preservar e valorizar os recursos hídricos.

## População servida por sistemas públicos de abastecimento de água

Código 5.2.6.1

Tendência



Eixo Ambiente

Domínio Redes

Área temática Rede de abastecimento de Água

Unidade de Análise N.º/ %

Periodicidade Anual

### Descrição/ Metodologia

Avaliar a população residente do concelho de Celorico de Basto que é servida por sistemas públicos de abastecimento de água. O abastecimento da água potável em quantidade e qualidade adequada é essencial para garantir a qualidade de vida das populações. Exprime-se em percentagem da população

### Fonte

INE, Inventário nacional de sistemas de abastecimento de água e de águas residuais, período de referência dos dados: 2009.

### Objetivos e Metas

Objetivo de sustentabilidade – Assegurar serviços de abastecimento de água potável com elevado nível de qualidade e sustentabilidade à generalidade da população do concelho.

### Documentos/ Metas de Referência Estratégica

Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais (PENSAAR 2020)

## DADOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA

Quadro 142: População total servida por sistemas públicos de abastecimento de água (2009)

Unidade Territorial	População total servida por sistemas públicos de abastecimento de água	
	%	
Continente	96	
Norte	92	
Tâmega	80	
Celorico de Basto	75	

Quadro 143: População total servida por sistemas públicos de abastecimento de água, no Concelho de Celorico de Basto, (2009)

Ano	População total servida por sistemas públicos de abastecimento de água	
	n.º hab	%
2009	*	75
2021 - Previsão	17.300	92

\* Dado não disponível.

## ANÁLISE SUMÁRIA

De acordo com os dados mais recentes disponibilizados pelo INE referentes a 2009, a população servida por sistemas de abastecimento de água no concelho de Celorico de Basto é 75%, o que representa um valor bastante razoável, embora inferior ao NUT III do Tâmega e aos do Continente e da Região Norte.

Neste momento a cobertura será já superior, dado que em janeiro de 2011 entrou em funcionamento a rede de abastecimento de Gémeos.

Após a conclusão de todas as obras previstas, apontadas para 2021, prevê-se que a população total servida seja de cerca de 17.300 habitantes, o que corresponde a uma taxa de cobertura de aproximadamente 92%.

## Volume de água distribuída (m3 de água distribuída anualmente)

Código 5.2.6.2

Tendência

Eixo Ambiente

Domínio Redes

Área temática Rede de abastecimento de Água

Unidade de Análise N.º (m3)

Periodicidade Anual

### Descrição/ Metodologia

Determinar o volume de água distribuída nas redes públicas de abastecimento de água.

O volume de água inclui a água exportada, e é fornecido a consumidores registados, à própria entidade gestora e a outros, implícita ou explicitamente autorizados, para uso doméstico, comercial e industrial, durante o período de referência. O consumo pode ser faturado ou não faturado, medido ou não medido, de acordo com a prática local.

### Fonte

INE, ERSAR, ERSARA, DREM, Sistemas públicos urbanos de serviços de águas / vertente física e de funcionamento.

### Objetivos e Metas

Objetivo de sustentabilidade – Assegurar serviços de abastecimento de água potável com elevado nível de qualidade e sustentabilidade à generalidade da população do concelho.

### Documentos/ Metas de Referência Estratégica

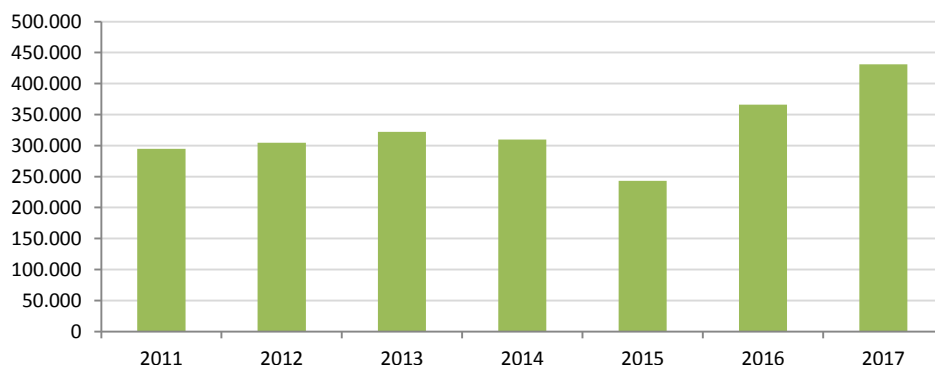
Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais (PENSAAR 2020)

## DADOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA

**Quadro 144: Volume de água distribuída nas redes públicas de abastecimento de água, no Concelho de Celorico de Basto, (2011-2015)**

Ano	Volume distribuído (m3/ano)
2011	294.817
2012	304.351
2013	322.060
2014	309.838
2015	243.019
2016	366.220
2017	431.154

**Gráfico 90: Volume de água distribuída nas redes públicas de abastecimento de água, no Concelho de Celorico de Basto, (2011-2017)**



Nota: Inclui dados de entidades gestoras em alta e em baixa. O INE procedeu a estimativas nos casos em que não foram reportados e/ou desagregados dados por municípios.

Metodologia: Nas situações de ausência de resposta, foi contemplada a repartição do total de água distribuída por EG, utilizando como aproximação os valores de consumo autorizado.

## ANÁLISE SUMÁRIA

De acordo com os dados mais recentes disponibilizados pelo INE referentes ao período 2011 a 2017, o volume de água distribuída nas redes públicas de abastecimento de água, no concelho de Celorico de Basto cresceu entre os anos 2011 e 2013, correspondendo a 294.817m3, 304.351m3 e 322.060m3, respetivamente.

A partir de 2013 voltou a decrescer, tendo mesmo sido o ano 2015 o mais baixo, face aos anos em análise, atingindo um volume de água mínimo de 243.019m3/ ano.

Nos anos 2016 e 2017, o volume de água distribuída nas redes públicas de abastecimento de água voltou a aumentar, correspondendo a 366.220m3 e 431.154m3, respetivamente.



**Volume de água distribuída por habitante (m3/hab)**

Código 5.2.6.3

Tendência

Eixo Ambiente

Domínio Redes

Área temática Rede de abastecimento de Água

Unidade de Análise N.º (m3)

Periodicidade Anual

**Descrição/ Metodologia**

Relação entre o total de água consumida da rede pública de abastecimento de água e a população residente, para o ano em causa.

**Fonte**

INE, ERSAR, ERSARA, DREM, Sistemas públicos urbanos de serviços de águas / vertente física e de funcionamento.

**Objetivos e Metas**

Objetivo de sustentabilidade – Assegurar serviços de abastecimento de água potável com elevado nível de qualidade e sustentabilidade à generalidade da população do concelho.

**Documentos/ Metas de Referência Estratégica**

Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais (PENSAAR 2020)

**DADOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA****Quadro 145: Volume de água distribuída por habitante (m3/hab), no Concelho de Celorico de Basto, (2011-2017)**

Ano	M3 de água distribuída por habitante (m3/hab)
2011	14,7
2012	15,3
2013	16,3
2014	15,8
2015	12,5
2016	18,9
2017	22,4

**ANÁLISE SUMÁRIA**

De acordo com os dados mais recentes disponibilizados pelo INE referentes ao período 2011 a 2017, foi distribuído por cada habitante em Celorico de Basto entre 12,5 a 22,4m3/hab de água por ano.

Durante 2011 e 2012, foi distribuído por cada habitante cerca de 15m3 de água por ano. Nos anos 2013 e 2014, o valor registado é ligeiramente superior ao registado nos 2 anos anteriores, com uma distribuição de cerca de 16m3/hab de água por ano.

O ano 2015 revelou um volume de água distribuído de 12m3/hab, reduzindo substancialmente o seu volume de água distribuída por habitante, tendo sido o ano com uma evolução positiva deste indicador.

Nos anos 2016 e 2017, o volume de água distribuída por habitante voltou a aumentar, correspondendo a 18,9m3/hab e 22,4m3/hab, respetivamente.

**Qualidade da água para consumo humano**

Código 5.2.6.4

Tendência

Eixo Ambiente

Domínio Redes

Área temática Rede de abastecimento de Água

Unidade de Análise %

Periodicidade Anual

**Descrição/ Metodologia**

Avaliar o estado qualitativo da água para consumo humano na torneira do consumidor, a partir dos dados disponibilizados pelas entidades gestoras - em baixa.

Esta medida visa responder às regras impostas pelo Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, onde é calculado o indicador “Água Segura” correspondente à percentagem de água controlada e de boa qualidade, sendo esta o produto da percentagem de análises realizadas pela percentagem de análises em cumprimento dos valores paramétricos fixados na legislação, para os parâmetros sujeitos a controlo de rotina 1 (CR1), controlo de rotina 2 (CR2) e controlo de inspeção (CI), tal como definido no Anexo II do referido Decreto-Lei.

**Fonte**

ERSAR – Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP)

**Objetivos e Metas**

Objetivo de sustentabilidade – Assegurar serviços de abastecimento de água potável com elevado nível de qualidade e sustentabilidade à generalidade da população do concelho.

**Documentos de Referência**

Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais (PENSAAR 2020)




**DADOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA****Quadro 146: Qualidade da água para consumo humano, no Concelho de Celorico de Basto, por anos.**

Ano	Qualidade da água para consumo humano		
	Água Segura Celorico de Basto %	Escala de classificação usada pela ERSAR	Água Segura Média Portugal Continental %
2009	98,36		**
2010	99,23		**
2011	98,27		97,92
2012	96,36		98,20
2013	96,85		98,18
2014	96,46		98,41
2015	97,31		98,65
2016	97,73		98,69
2017	99,58		98,72

\*\* Dados não disponíveis.

Tabela com a escala de três níveis de classificação usada pela ERSAR neste tipo de análise:

**Água Segura (%)**

	≥ 99%
	<99% e ≥ 95%
	<95%

## ANÁLISE SUMÁRIA

Toda a água servida pelos sistemas públicos de abastecimento é sujeita a processos de verificação de qualidade. As ações de controlo de “Água Segura”, ou seja, de água controlada e de boa qualidade, são realizadas pelas Entidades Gestoras dos sistemas de abastecimento sob a supervisão da Entidade Reguladora de Águas e Resíduos (ERSAR).

Os dados apresentados reportam até ao ano de 2017.

O concelho de Celorico de Basto apresenta, no geral, índices de água segura próximos de 100%. Verifica-se, contudo, que tem havido pequenas oscilações, dentro da margem do nível de classificação <99% e ≥95% da tabela utilizada pela ERSAR.

Celorico de Basto apresenta desde 2012 uma percentagem de “água segura” inferior à média nacional e superior a 95%.

Em 2017 a qualidade da água em Celorico de Basto é superior à média de Portugal Continental, atingindo um índice de água segura de 99,58%, na escala de classificação da ERSAR.

**Volume de águas residuais drenadas (m3 de água drenada anualmente) e estações de tratamento de águas residuais**

Código 5.2.7.1

Tendência

Eixo Ambiente

Domínio Redes

Área temática Rede de drenagem e tratamento de águas residuais

Unidade de Análise N.º (m3)

Periodicidade Anual

**Descrição/ Metodologia**

Evolução anual do volume de águas residuais drenadas. Permite avaliar o volume de águas residuais drenadas nas estações de tratamento de águas residuais (ETAR).

**Fonte**

INE, ERSAR, ERSARA, DREM, Sistemas públicos urbanos de serviços de águas / vertente física e de funcionamento.

**Objetivos e Metas**

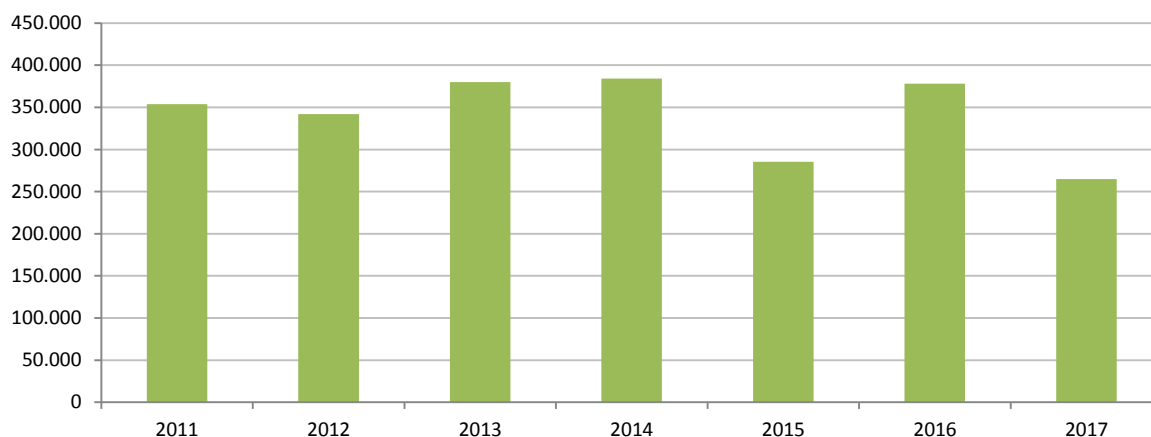
Objetivo de sustentabilidade – Assegurar serviços de abastecimento de drenagem e tratamento de águas residuais com elevado nível de qualidade e sustentabilidade à generalidade da população do concelho.

**Documentos/ Metas de Referência Estratégica**

Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais (PENSAAR 2020)

**DADOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA****Quadro 147: Volume de águas residuais drenadas no Concelho de Celorico de Basto, (2011-2017)**

Ano	Águas residuais drenadas (m3/ano)
2011	353.933
2012	341.990
2013	380.050
2014	384.248
2015	285.459
2016	377.891
2017	264.941

**Gráfico 91: Volume de águas residuais drenadas, no Concelho de Celorico de Basto, (2011-2017)****ANÁLISE SUMÁRIA**

De acordo com os dados mais recentes disponibilizados pelo INE referentes ao período 2011 a 2017, o volume de água residual drenada cresceu entre os anos 2012 e 2014, correspondendo a 341.990m<sup>3</sup>, 380.050m<sup>3</sup> e 384.248m<sup>3</sup>, respetivamente.

Em 2015 diminuiu, atingindo um volume de água residual drenada de 285.459m<sup>3</sup>/ano.

No ano 2016 o volume de água residual drenada voltou a aumentar, correspondendo a 377.891m<sup>3</sup>, contudo em 2017 o seu valor voltou a diminuir, tendo mesmo sido esse ano o mais baixo, face aos anos em análise, atingindo um volume de água residual drenada mínima de 264.941m<sup>3</sup>/ano.

## Águas residuais drenadas por habitante

Código 5.2.7.2

Tendência

Eixo Ambiente

Domínio Redes

Área temática Rede de drenagem e tratamento de águas residuais

Unidade de Análise N.º (m<sup>3</sup>/hab)

Periodicidade Anual

### Descrição/ Metodologia

Evolução anual do volume de águas residuais drenadas por habitante, anual, no concelho de Celorico de Basto.

### Fonte

INE, ERSAR, ERSARA, DREM, Sistemas públicos urbanos de serviços de águas / vertente física e de funcionamento.

### Objetivos e Metas

Objetivo de sustentabilidade – Assegurar serviços de abastecimento de drenagem e tratamento de águas residuais com elevado nível de qualidade e sustentabilidade à generalidade da população do concelho.

### Documentos/ Metas de Referência Estratégica

Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais (PENSAAR 2020)

## DADOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA

Quadro 148: Volume de águas residuais drenadas por habitante no Concelho de Celorico de Basto, (2011-2017)

Ano	Águas residuais drenadas por habitante (m <sup>3</sup> /hab)
2011	17,6
2012	17,1
2013	19,2
2014	19,6
2015	14,7
2016	19,5
2017	13,8

## ANÁLISE SUMÁRIA

De acordo com os dados mais recentes disponibilizados pelo INE referentes ao período 2011 a 2017, o volume de águas residuais drenadas por cada habitante em Celorico de Basto variou entre os 13,8 e 19,6m<sup>3</sup>/hab de água por ano.

O volume de água residual drenada por habitante cresceu entre os anos 2012 e 2014, correspondendo a 17,1m<sup>3</sup>/hab, 19,2m<sup>3</sup>/hab e 19,6m<sup>3</sup>/hab, respetivamente.

O ano 2015 revelou um volume de água residual drenada por habitante de 14,7m<sup>3</sup>/hab, mas em 2016, o volume de água residual drenada por habitante voltou a aumentar, correspondendo mesmo a um dos valores mais altos, face aos anos em análise, com 19,5m<sup>3</sup>/hab.

No ano 2017, o volume de água residual drenada por habitante voltou a baixar, tendo mesmo sido esse ano o mais baixo face aos anos em análise, correspondendo a 13,8m<sup>3</sup>/hab.

**Recolha de Resíduos**

Código 5.2.8.1

Tendência



Eixo Ambiente

Domínio Redes

Área temática Rede de resíduos sólidos urbanos

Unidade de Análise Kg

Periodicidade Anual

**Descrição/ Metodologia**Determinar o volume de resíduos recolhidos no concelho, distinguindo por indiferenciados e seletivos.**Fonte**

Município de Celorico de Basto (DARN)

Resinorte.

**Objetivos e Metas**

Objetivo de sustentabilidade – Garantir a recolha e gestão dos resíduos Sólidos Urbanos.

**Documentos/ Metas de Referência Estratégica**

Plano Estratégico dos Resíduos Urbanos 2020 (PERSU 2020)

**DADOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA****Quadro 149: Resíduos urbanos (indiferenciados e seletivos) recolhidos no Concelho, por anos.**

Ano	Resíduos urbanos - total Kg/ ano	Resíduos Indiferenciados		Resíduos Seletivos	
		Kg/ ano	%	Kg/ ano	%
2013	4.513.699	4.089.700	90,61	423.999	10,37
2014	4.740.559	4.336.540	91,48	404.019	9,32
2015	4.739.112	4.370.580	92,22	368.532	8,43
2016	4.871.376	4.475.640	91,88	395.736	8,84
2017	5.028.039	4.601.740	91,52	426.299	9,26

**Quadro 150: Resíduos seletivos recolhidos no Concelho, pela Resinorte e pela Câmara Municipal, por anos.**

Ano	Resíduos Seletivos							
	Seletivos (Resinorte)			Seletivos (Câmara Municipal)				
	Vidro Kg/ ano	Papel Kg/ ano	Embalagens Kg/ ano	Vidro Kg/ ano	Papel Kg/ ano	Roupa Kg/ ano	Óleo alimentar usado Kg/ ano	Velas usadas Kg/ ano
2013	182.440	137.564	50.504	0	8.100	31.975	4.413	9.003
2014	155.940	139.106	50.303	25.700	0	28.460	4.510	0
2015	164.500	143.500	41.600	0	0	16.260	2.672	0
2016	162.300	154.100	52.400	0	0	26.936	0	0
2017	182.570	162.246	58.644	0	0	22.839	0	0

**ANÁLISE SUMÁRIA**

Desde 2013, data de início de análise do presente indicador, o volume do total de resíduos urbanos recolhidos no concelho tem vindo a aumentar anualmente.

Quanto à recolha de resíduos sólidos urbanos em 2017, a mesma correspondeu a 5.028.039 kg, dos quais 91,52% dizem respeito a resíduos indiferenciados e 9,26% correspondem a resíduos seletivos.

No que diz respeito à recolha de resíduos seletivos produzidos no concelho a ser enviada para tratamento/ reciclagem e valorização de resíduos, tem havido recolha de 8,43 a 10,37%. Destes resíduos seletivos a maior recolha incide no vidro, seguido do papel, das embalagens e por último a recolha de roupa.

## Capitação diária dos resíduos por habitante

Código 5.2.8.2

Tendência



Eixo Ambiente

Domínio Redes

Área temática Rede de resíduos sólidos urbanos

Unidade de Análise Kg/ habitante/ dia

Periodicidade Anual

### Descrição/ Metodologia

Determinar a capitação diária do volume de resíduos recolhidos no concelho, distinguindo por indiferenciados e seletivos, pela população residente.

### Fonte

Município de Celorico de Basto (DARN)

Resinorte.

### Objetivos e Metas

Objetivo de sustentabilidade – Garantir a recolha e gestão dos resíduos Sólidos Urbanos.

### Documentos/ Metas de Referência Estratégica

Plano Estratégico dos Resíduos Urbanos 2020 (PERSU 2020)

- Até 31 de dezembro de 2016 alcançar uma redução mínima da produção de resíduos por habitante de 7,6% em peso relativamente ao valor verificado em 2012. (Com base na meta assumida no PPRU (produção por habitante/ano). Despacho n.º 3227/2010, de 22 de fevereiro do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território).

- Até 31 de dezembro de 2020 alcançar uma redução mínima da produção de resíduos por habitante de 10% em peso relativamente ao valor verificado em 2012. (456 kg/(hab./ano), ou seja, a produção de resíduos urbanos em Portugal não deve ultrapassar 410 kg/(hab.ano) nesse ano.

- Preparação para Reutilização e Reciclagem: até 31 de dezembro de 2020, um aumento mínimo global para 50% em peso relativamente à preparação para a reutilização e a reciclagem de resíduos urbanos, incluindo o papel, o cartão, o plástico, o vidro, o metal, a madeira e os resíduos urbanos biodegradáveis.

Quantidade de resíduos produzidos (Nacional) - kg/(hab.ano):

456 kg/(hab.ano) – Valor de referência 2012

421kg/(hab.ano) (2016)

410kg/(hab.ano) (2020)

## DADOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA

**Quadro 151: Capitação dos resíduos urbanos (indiferenciados e seletivos) por habitante, recolhidos no Concelho, por anos.**

Ano	Resíduos urbanos		Indiferenciados		Seletivos	
	Kg/ ano	Kg/hab/dia	Kg/ ano	Kg/hab/dia	Kg/ ano	Kg/hab/dia
2013	4.513.699	<b>0,62</b>	4.089.700	<b>0,57</b>	423.999	<b>0,06</b>
2014	4.740.559	<b>0,66</b>	4.336.540	<b>0,61</b>	404.019	<b>0,06</b>
2015	4.739.112	<b>0,67</b>	4.370.580	<b>0,61</b>	368.532	<b>0,05</b>
2016	4.871.376	<b>0,69</b>	4.475.640	<b>0,63</b>	395.736	<b>0,06</b>
2017	5.028.039	<b>0,71*</b>	4.601.740	<b>0,65</b>	426.299	<b>0,06</b>

\* Para contabilizar este dado foi considerada a população residente em 2016, face à inexistência de valor de 2017.

## ANÁLISE SUMÁRIA

Desde 2013, data de início de análise do presente indicador, o crescimento da capitação diária de resíduos urbanos por habitante tem sido uma constante, com uma recolha de 0,62 kg/hab./dia em 2013 e uma recolha de 0,71 kg/hab./dia em 2017. Estes valores contrariam a meta nacional de reduzir anualmente a produção de resíduos urbanos.

No entanto, de acordo com as metas nacionais, em que a produção de resíduos urbanos em Portugal, até 2020 não deverá ultrapassar os 410 kg/hab./ano, verifica-se que esse valor até 2017 é bem inferior no território concelhio recolhendo-se nesse ano 259 kg/hab./ano.

Por tipologia de resíduos recolhidos, em 2017, verifica-se que 0,65 kg/hab./dia correspondem a resíduos indiferenciados e que 0,06 kg/hab./dia correspondem a recolha seletiva.



Eixo Ambiente

Domínio Redes

Área temática Rede elétrica

Unidade de Análise N.º / %

Periodicidade Anual

**Descrição/ Metodologia**

Medidas de poupança de energia da iluminação pública com a instalação/ substituição de luminárias de vapor de mercúrio e/ou obsoletas por luminárias LED, distribuídas pelas várias freguesias do concelho.

**Fonte**

Município de Celorico de Basto.

EDP Distribuição.

**Objetivos e Metas**

Objetivo de sustentabilidade – Implementar medidas de poupança de energia ao nível da iluminação pública.

**Documentos de Referência****DADOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA****Quadro 152: N.º de luminárias LED distribuídas pelo Concelho, por anos (2016-2017)**

Ano	Instalação/ substituição de luminárias LED		
	N.º de luminárias PIP	N.º de luminárias PIP com lâmpada LED	Luminárias PIP com lâmpada LED (%)
2016	9.171	64	0,70%
2017	9.469	145	1,53%
<b>Total do concelho</b>	<b>9.469</b>	<b>209</b>	<b>2,21%</b>
Previsão para 2018		368	
Previsão para 2019		418	

**ANÁLISE SUMÁRIA**

No que diz respeito à iluminação pública está em vigor uma campanha que está a ser desenvolvida pela EDP Distribuição, que visa adotar medidas de poupança de energia da iluminação pública (e cumulativamente a redução das emissões de dióxido de carbono - CO<sub>2</sub>) com a instalação/ substituição de luminárias de vapor de mercúrio e/ou obsoletas por luminárias LED, distribuídas pelas várias freguesias do concelho.

Em 2016 e 2017 foram instaladas 64 e 145 luminárias LED distribuídas por algumas freguesias, o que corresponde a 0,70% e 1,53%, respetivamente, do total de luminárias públicas instaladas no concelho.

Embora represente um valor residual, até final de 2017 o concelho está coberto com 209 luminárias LED, o que representa 2,21% de iluminação pública total com a utilização desse tipo de lâmpadas.

A poupança de energia na iluminação pública traduziu-se na substituição de lâmpadas de vapor de mercúrio de 50w/70w que foram sendo substituídas por lâmpadas LED de 16w/29W e algumas residuais de 40W.

A EDP Distribuição apresenta algumas previsões para os próximos dois anos. Durante o ano de 2018 está previsto a substituição de 368 luminárias de vapor de mercúrio por luminárias LED. Em 2019 a previsão de substituição desse tipo de luminárias é de 418 luminárias LED.



## 9. AVALIAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE PLANEAMENTO

A Avaliação do Sistema Municipal de Planeamento vem dar conta da análise no cumprimento dos objetivos e da execução dos instrumentos de gestão territorial em vigor no Concelho.

### 9.1 – PLANO DIRETOR MUNICIPAL

Decorridos quatro anos desde a publicação em Diário da República do novo PDMCB, publicado em Diário da República com Aviso n.º 8539, de 24 de julho de 2014, ocorreram algumas transformações com alguns efeitos produzidos no PDM e no território concelhio, propriamente dito.

Ao nível do Plano Diretor Municipal ocorreram os seguintes procedimentos:

#### - Correção material da REN de Celorico de Basto

Foi dado início ao procedimento da correção material da REN de Celorico de Basto, incidente no “leito de curso de água” da delimitação da REN, que atravessa a instalação de tratamento de resíduos Sólidos da RESINORTE, S.A, localizado na freguesia de Codessos, deste concelho, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 122º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio e nos termos do disposto no artigo 19º do Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 239/2012, de 2 de novembro. De acordo com os referidos regimes jurídicos, as correções materiais de delimitação da REN são admissíveis para efeitos de correções de erros materiais, patentes e manifestos, na representação cartográfica, o que corresponde ao presente caso. A proposta de correção material do leito de curso de água teve em consideração que o seu traçado foi alterado aquando do licenciamento da Unidade de Confinamento de Celorico de Basto (Aterro Sanitário de Codessos) da Resinorte, com o parecer favorável da Direção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território emitido em 28/05/2001, não tendo sido corretamente transposto para a REN publicada pela Portaria n.º 242/2014, de 20 de novembro.

A proposta de correção material de REN para o município obteve parecer favorável da Agência Portuguesa do Ambiente, I.P./ Administração Regional Hidrográfica do Norte, tendo a CCDD-N aprovado esta correção material, em 5 de janeiro de 2018.

A correção material da REN foi publicada em Diário da República n.º 66, II série, 04 de abril de 2018, Aviso n.º 4391/2018.

#### - Alteração ao Regulamento

No âmbito da análise de processos que deram entrada nos serviços de Gestão Urbanísticas na vigência do atual PDM, verificou-se que o Regulamento contém algumas disposições que causam dúvidas de interpretação ou dificuldades de aplicação na prática do controlo prévio de operações urbanísticas, sem que isso traga nenhuma vantagem para o interesse público e o ordenamento de território.

Face a esta situação, os serviços técnicos municipais, no sentido de facilitar a execução do plano sem desvirtuar os objetivos que estiveram na origem das disposições em causa, propuseram a introdução de algumas alterações pontuais no Regulamento que sucintamente dizem respeito a:

- a) Clarificação da redação em casos que suscitam dúvidas de interpretação;
- b) Eliminação de disposições que não são aplicáveis por inexistência de áreas que lhe correspondam;
- c) Alteração ou eliminação de disposições que impõem limites que causam entraves à gestão urbanística superiores aos benefícios que pretendiam assegurar.

A alteração do plano foi publicada no Aviso n.º 6052/2019 de 3 de abril.

#### **- 1ª Alteração por adaptação**

A 1.ª alteração por adaptação do PDM foi deliberada pela Câmara Municipal em 30-11-2017 e transmitida à Assembleia Municipal em 22-12-2017, tendo sido publicada no Aviso n.º 3661/2018 de 21 de março.

Esta alteração por adaptação teve por objetivo a atualização das condicionantes relativas à floresta, decorrente da aprovação do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI), por despacho de 09-09-2016, do Vogal do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF).

Foi alterada e republicada a **Planta de Condicionantes - Florestas** com a representação das áreas de perigosidade de incêndio das classes alta e muito alta, conforme constam do PMDFCI, bem como os povoamentos florestais percorridos por incêndios, relativos aos anos de 2007 a 2016, de acordo com os dados publicados pelo ICNF.

#### **- Implementação do GEOPORTAL do município**

Procedeu-se à transcrição digital georreferenciada de todo o conteúdo documental do PDM e de outros planos municipais de ordenamento do território para serem disponibilizados no sítio eletrónico do município: <http://www.mun-celoricodebasto.pt/pt/geoportal>.

Com as aplicações *Consulta dos Planos Municipais de Ordenamento do Território* (PMOT's) e *Emissão de Plantas de Localização*, pretende-se dar, não só o cumprimento da Lei n.º 56/2007 de 31 de Agosto, mas também a otimização de todo o processo de gestão e decisão.

O Plano Diretor Municipal estabeleceu os seus objetivos e as principais linhas orientadoras de acordo com o descrito no artigo 1º do regulamento – Objetivo e âmbito e o descrito no artigo 7º do regulamento – Interesses públicos estratégicos.

Para a sua concretização estabeleceu-se o **modelo de ocupação do território municipal**, através do enquadramento dos aspetos relacionados com a estrutura ecológica municipal, património cultural, infraestruturas urbanísticas, acessibilidades, demografia e definiu-se a estratégia de desenvolvimento e ordenamento local, que integra as opções de âmbito nacional e regional.

Os pontos seguintes pretendem fazer essa avaliação e a sua conseqüente concretização:

- **Avaliação da concretização dos objetivos estratégicos;**
- **Avaliação da execução do Plano;**
- **Programação da execução do Plano;**
- **Avaliação ambiental (avaliar a evolução dos indicadores ambientais presentes no processo de AAE e os objetivos de sustentabilidade definidos no Relatório Ambiental);**

### **9.1.1 – AVALIAÇÃO DA CONCRETIZAÇÃO DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS**

Foi identificado, com a Revisão do PDM, um conjunto de questões que resumem os “Fundamentos e objetivos para a Revisão do PDM”:

- a. Articulação dos quatro aglomerados urbanos – Vilas de Celorico de Basto, Gandarela e Fermil, e igualmente o centro da Mota – com o concelho, nomeadamente na afirmação dessas áreas e respetivas ligações necessárias e afirmação de um tecido urbano com soluções urbanísticas adequadas em cada caso;*
- b. Necessidade, reforço e redimensionamento das redes básicas de infraestruturas;*
- c. Reforço e redimensionamento do quadro de equipamentos públicos;*
- d. Metodologia e novas exigências relativas ao equilíbrio natural, nomeadamente nos recursos naturais;*
- e. As tendências do investimento privado aumentaram implicando uma transformação da conjuntura o que provocou uma alteração e flutuações no que respeita à localização de novas atividades.*

De forma a complementar esses fundamentos, o documento “Objetivos Estratégicos para a Revisão do PDMCB” refere um conjunto de objetivos agrupados em cinco vetores centrais de desenvolvimento.

Pretende-se neste ponto avaliar a concretização destes objetivos estratégicos do PDMCB.

**Quadro 153: Objetivos Estratégicos do PDMCB de Celorico de Basto**

VETOR		OBJETIVOS ESTRATÉGICOS do PDMCB de Celorico de Basto
TERRITORIAL	CONCRETIZAÇÃO I OT1	Definir um modelo territorial que considere a realidade do território e da sua envolvente, por forma a garantir uma evolução territorial harmoniosa, abrangendo as dimensões da ocupação e gestão do território, da mobilidade e do acesso aos serviços coletivos de qualidade, com a necessária definição de uma hierarquia urbana que atenda aos serviços prestados e que se pretende vir prestar em cada um dos aglomerados urbanos.
		O modelo territorial que está definido para o concelho de Celorico de Basto mantém-se acertado, pela dimensão urbana e pela localização de novos serviços. A realidade territorial responde pelo modelo implementado.
	CONCRETIZAÇÃO I OT2	Definir um conjunto de áreas a serem submetidas a planos de ordem inferior e respetivos termos para sua execução garantindo a coerência das soluções urbanísticas a implantar.
		Foi definido um conjunto de áreas a disciplinar por Plano de Urbanização e por Plano de Pormenor. Ainda não foi formalmente iniciada a elaboração de nenhum dos PP e PU que estão previstos no Regulamento do PDM, não obstante já terem sido iniciados alguns estudos preliminares em alguns deles. Neste momento existem áreas incluídas nessas áreas submetidas a planos de ordem inferior, que correspondem a operações de loteamento e que se têm revelado suficientes para edificar e infraestruturar quando necessário. O atual PDM responde de forma satisfatória com a disciplina urbanística instituída.
		Garantir a manutenção das condições que permitam o reforço da rede de acessibilidades estruturais de reforço da conectividade externa.
	CONCRETIZAÇÃO I OT3	Persistem más condições de acessibilidades externas como entrave para afirmação de desenvolvimento local. Foi apenas lançada a obra da Variante do Tâmega de Celorico a Mondim de Basto. É urgente a conclusão da Variante à EN 210 de Celorico a Arco de Baúlhe, por forma a ligar a Autoestrada A7 à A4 (Arco de Baúlhe e Amarante). Foi assinado a 03.03.2017 um protocolo para a execução da Variante entre Lordelo e Canedo/ Corgo, entre a Câmara Municipal e as Estradas de Portugal, tendo sido homologado pelo secretário de Estado. Com vista ao reforço das condições de mobilidade do aglomerado da Mota com as Cidades de Felgueiras e Lixa, condição fundamental para a afirmação da mobilidade externa do quadrante Sudoeste do concelho, urge a retificação do traçado da ER101-4, assim como é importante a execução do nó na Lameira como afirmação da mobilidade externa do quadrante Noroeste do território de Celorico de Basto.
ECONÓMICO	CONCRETIZAÇÃO I OE1	Melhorar as condições para o desenvolvimento das diferentes atividades económicas promovendo as condições de atração/acolhimento empresarial do concelho. Pretende-se que sejam oferecidas as melhores condições físicas para o desenvolvimento das diferentes atividades económicas. Tem sido registado um bom acolhimento em relação às alterações introduzidas nos “espaços de atividades económicas”, introduzindo uma nova dinâmica nas Zonas Industriais com a localização de unidades dos setores do comércio e serviços. O Plano veio também facilitar a instalação de diferentes atividades económicas (armazéns, unidades industriais e estabelecimentos de reparação de veículos) com vista a possibilitar a sua instalação, enquanto uso compatível, em categorias de espaço onde anteriormente não era possível admitir esse tipo de uso.
	CONCRETIZAÇÃO I OE2	Ajustar e redimensionar as zonas industriais e comerciais à atual realidade económica do concelho e da região. Com a revisão do PDM foi definida uma categoria de espaço designada de “espaços de atividades económicas” com vista ao acolhimento e desenvolvimento de diferentes atividades económicas. Foram redelimitados no Plano os perímetros urbanos de zonas industriais existentes, com o

		<p>seu alargamento em alguns casos (Parque empresarial de Basto - ZI de Crespos e Pólo de Serviços e Armazéns de Crespos, e a ZI da Lameira) e a sua redelimitação no caso da ZI de Carvalho. Foram também, também criados no Plano dois novos parques empresariais</p> <p>Os três espaços industriais existentes no concelho estão a ficar comprometidos, sendo necessário a sua ampliação. Ainda não foi dado início ao procedimento de ajuste e redimensionamento dessas zonas industriais, no que diz respeito à criação da rede viária principal e infraestruturas associadas necessárias à qualificação e ocupação dos espaços industriais propostos e a ampliar.</p>
	<b>CONCRETIZAÇÃO I OE3</b>	<p>Criar condições que facilitem e promovam o desenvolvimento das fileiras económicas da vitivinicultura, pecuária e da madeira.</p> <p>A Câmara Municipal tem feito a promoção interna e externa destes recursos e tem apoiado as estruturas locais de dinamização destes setor.</p>
	<b>I CONCRETIZAÇÃO OE4</b>	<p>Criar e/ou manter as condições para que o concelho possa ser considerado destino turístico, sustentável e diferenciado com base na diversidade de recursos e ativos locais e regionais.</p> <p>A Câmara Municipal através de vários suportes tem feito a promoção e dinamização dos recursos turísticos do concelho.</p> <p>O setor do turismo e a promoção de produtos locais tem que ser efetuado de uma forma estruturada em termos concelhios, com serviços permanentes e abertos ao público e numa relação concertada com os municípios de Basto e a CIM Tâmega e Sousa.</p>
		<p>Garantir o enquadramento das atividades ligadas ao turismo, com particular destaque para os estabelecimentos hoteleiros no contexto das áreas rurais, (não só empreendimentos turísticos de pequena dimensão - já existentes - mas prevendo a possibilidade/necessidade do aparecimento de empreendimentos turísticos de média dimensão).</p>
	<b>CONCRETIZAÇÃO I OES</b>	<p>O PDM teve especial atenção em tomar medidas que facilitassem a edificabilidade de empreendimentos turísticos (ET) em solo rural. Assim foi definida a compatibilidade do uso turístico com os outros usos dominantes, nas várias categorias do solo rural.</p> <p>Identificadas as várias tipologias de inserção territorial dos ET, foram definidos critérios de qualificação e quantificação urbanística, ambiental e de integração paisagística.</p> <p>Outra linha dominante na instalação de ET tem a ver com a delimitação de áreas preferenciais de localização para atividades ligadas ao turismo, designadas de “Espaços de Ocupação turística”. Com vista a distingui-las dos restantes espaços em solo rural, foi feita uma majoração de 25% dos valores numéricos relativos aos parâmetros de ocupação e utilização.</p> <p>O Plano prevê igualmente a delimitação de uma UOPG para instalação de um ET em solo rural (UOPG da Quinta de Agra).</p>
	<b>CONCRETIZAÇÃO I OE6</b>	<p>Valorizar e proteger as áreas de maior potencial para as atividades agroflorestais.</p> <p>Foram criadas no PDM áreas de predominância de espécies autóctones com vista a utilizar-se um modelo de silvicultura adequado à morfologia dos terrenos e nas ações de florestação utilizar-se espécies como o sobreiro e o azevinho.</p> <p>A definição de áreas integradas na Estrutura Ecológica Municipal veio contribuir nesse sentido.</p>
<b>SOCIAL</b>	<b>CONCRETIZAÇÃO I OSI</b>	<p>Garantir a acessibilidade aos serviços de apoio social, observando a rede de equipamentos existentes.</p> <p>O Município possui já uma vaste rede de equipamentos de apoio social a funcionar em pleno, que visam dar respostas sociais a crianças e jovens; idosos; pessoas com deficiência ou incapacidade e outro tipo de respostas sociais dirigidas à Família e Comunidade.</p> <p>Observa-se um crescimento da oferta direcionada para a população idosa, mantendo-se constante a oferta de equipamentos de apoio social a crianças e jovens, fruto do aumento do peso da população idosa face à descida da taxa de natalidade, com um conseqüente menor</p>

		<p>número de utentes jovens a frequentar os estabelecimentos sociais.</p> <p>Com o surgimento no concelho de um equipamento de apoio a pessoas com deficiência ou incapacidade fica garantido este tipo de apoio social no concelho.</p> <p>O Município dispõe ainda de um conjunto de ações a funcionar no âmbito do Programa Câmara Amiga: a Unidade móvel de saúde; o banco local de voluntariado; o programa “Celorico a mexer” e uma oficina móvel de reparações.</p> <p>Todas as respostas sociais ficarão ainda mais completas com a instalação de 4 centros de apoio a idosos, a localizar em cada um dos 4 polos urbanos do concelho.</p>
	CONCRETIZAÇÃO   OS2	<p>Salvaguardar os espaços necessários para os equipamentos a implantar.</p> <p>Com a revisão do PDM, foi definida uma nova classificação na categoria do solo urbano designada de “espaços afetos a equipamentos”. Esta categoria integra as áreas ocupadas ou destinadas a ser ocupadas por equipamentos públicos ou de interesse público, com relevância territorial de escala concelhia, admitindo-se a coexistência de outros usos quando estiverem funcionalmente associados aos equipamentos. Estes espaços foram propostos para as centralidades urbanas da Vila de Celorico de Basto e centros urbanos de Gandarela, Fermil e Mota.</p> <p>Neste sentido estão salvaguardados os espaços necessários para novos equipamentos.</p>
	CONCRETIZAÇÃO   OA1	<p>Qualificar ambientalmente, numa perspetiva integrada de valorização das componentes biofísicas, das áreas verdes, dos espaços públicos e da identidade do concelho.</p> <p>Foram criados novos espaços verdes, sendo a sua manutenção essencial para a sua valorização, nomeadamente nos principais polos urbanos do concelho, o que tem vindo a resultar em espaços urbano mais atrativos, equilibrados e qualificados.</p> <p>Para além da criação dos espaços verdes é fundamental manter os existentes que têm dimensão significativa.</p>
AMBIENTAL E PATRIMONIAL		<p>Garantir a proteção e valorização dos valores patrimoniais (históricos e culturais) e paisagísticos.</p> <p>Todos os valores patrimoniais do concelho estão devidamente referenciados e inventariados. Desta feita a sua valorização tem sido garantida por via do PDM com a criação de perímetros de salvaguarda dos elementos patrimoniais arquitetónicos e arqueológicos (alargamento das áreas de salvaguarda dos elementos de maior valor). Com a obrigatoriedade da apresentação de relatórios de salvaguarda e consequente análise técnica do projeto, está a ser possível uma melhor monitorização das intervenções em curso. Esse fator visa potenciar uma melhoria no enquadramento urbano e paisagístico na envolvente do elemento patrimonial e consequente preservação do património concelhio.</p> <p>O PDM, inclusive, foi além do instituído. As áreas de proteção têm sido suficientes.</p> <p>Também o património arquitetónico de origem românica do concelho de Celorico de Basto encontra-se estruturado na Rota do Românico. A Rota do Românico, enquanto projeto supramunicipal, apresenta um legado histórico e cultural comum a vários municípios, composto por 58 monumentos de valor excecional. Esta Rota vem contribuir para a proteção, promoção e qualidade do património edificado de cada concelho e assume um papel importante na promoção do turismo cultural e paisagístico da região norte.</p>
	CONCRETIZAÇÃO   OA2	
	CONCRETIZAÇÃO   OA3	<p>Redelimitar a Reserva Ecológica Nacional e a Reserva Agrícola Nacional para que estas se adequem, de facto, aos seus objetivos e enquadrem os ativos existentes no Município que, por princípio, deveriam proteger.</p> <p>A REN e RAN foram redefinidas com a sua redelimitação na revisão do PDM, assegurando a valorização e a proteção dos recursos naturais, ficando incluídos os espaços de maior valor ecológico (caraterização biofísica e domínio hídrico) fundamentais para a sustentabilidade do território.</p> <p>Com a redelimitação da REN foram reavaliados os critérios adotados e definidos novos critérios adaptados às efetivas características do concelho, com a consequente proteção mais eficaz dos sistemas biofísicos em causa. Com a proposta de redelimitação da REN, as áreas passam de 6.417ha (35,4% da área do concelho) para 7.267ha, o que corresponde a 40% da</p>

	<p>área do concelho.</p> <p>Os zonamentos que delimitam a RAN incluem as áreas de uso agrícola com maiores potencialidades para a produção de bens agrícolas, sendo que foi delimitada a classe dos designados “espaços agrícolas”. Com a proposta da redelimitação da RAN, as áreas passam de 2.553ha (14,1% da área do concelho) para 3.296ha, o que corresponde a 18,20%.</p> <p>A delimitação quer da RAN como da REN têm-se revelado eficazes, uma vez que desde a entrada em vigor do PDM atual, têm sido quase inexistentes as desafetações de áreas sujeitas a RAN e REN.</p>
<b>CONCRETIZAÇÃO   OAA</b>	<p>Definir a estrutura ecológica municipal e as suas funções, objetivos e medidas regulamentares de salvaguarda, garantindo a inclusão nesta de elementos patrimoniais e culturais.</p> <p>A EEM foi definida com a sua delimitação na revisão do PDM, assegurando a valorização e a proteção dos recursos naturais, ficando incluídos os espaços de maior valor ecológico (caraterização biofísica e domínio hídrico) fundamentais para a sustentabilidade do território. Por via do Regulamento do PDM ficam garantidas as componentes da EEM e EEU e os respetivos estatutos de uso e ocupação desses espaços.</p>
<b>INSTITUCIONAL</b>  <b>CONCRETIZAÇÃO   OI1</b>	<p>Garantir a proximidade do Município com a sua população através da agilização dos processos e de uma resposta mais célere por parte do Município.</p> <p>Com vista a garantir a proximidade do Município com a sua população, estão previstas três instalações, localizadas nos núcleos urbanos de Fermil, Mota e Gandarela e que virão a funcionar como núcleos de serviços de proximidade, permitindo agilizar processos e prestar serviços vários à população local. De três núcleos de serviços propostos foram localizados nos respetivos núcleos urbanos os serviços de proximidade da Mota e da Gandarela, estando presentemente a funcionar.</p> <p>Com a instalação de serviços de proximidade, ficam deslocalizadas funções hoje apenas existentes na sede do concelho.</p> <p>A câmara Municipal está também a desenvolver um conjunto de meios e possui um conjunto de intenções com vista a aumentar o acesso e o uso dos serviços públicos digitais de natureza local e regional. Pretende-se disponibilizar serviços públicos electrónicos de âmbito regional e local, direcionados para o cidadão e para as empresas, proporcionando formas flexíveis e personalizadas de interagir com a administração pública e uma diminuição de custos de contexto (por exemplo, ações de digitalização de serviços municipais e sua disponibilização, através de diferentes plataformas, com recurso à identificação eletrónica).</p> <p>Estas ações permitem uma maior aproximação dos munícipes à informação do setor público (por exemplo a cultura electrónica de dados abertos, bibliotecas digitais, conteúdos electrónicos e turismo electrónico).</p> <p>Um exemplo atualmente implementado é o Geoportal do Município. Todo o conteúdo documental do PDM e de outros planos municipais de ordenamento do território foram disponibilizados no sítio eletrónico do Município, otimizando todo o processo de gestão e decisão.</p>

## 9.1.2 – AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PLANO

Se a avaliação dos indicadores de monitorização apresentados em ponto anterior permitiram avaliar o cumprimento dos objetivos estratégicos e da eficácia das políticas definidas no PDMCB, com a avaliação da execução do plano pretende-se verificar o grau de concretização dos vários projetos públicos previstos no âmbito da revisão do PDM, de acordo com as tabelas apresentadas, da síntese da execução do PDM e da programação do plano (principais projetos e linhas de ação) e taxas de execução.







A proposta de programação e execução prevista no Plano em 2014, reflete vários projetos em diferentes momentos e horizontes temporais e resultam de compromissos já assumidos e contratualizados (obras em curso e com financiamento no atual quadro comunitário de apoio), de compromissos resultantes da construção da Barragem do Tâmega, de compromissos assumidos com outras entidades exteriores ao concelho e de um conjunto de obras que integram a estratégia de desenvolvimento para o período 2014-2024. Aqui já se incluíram as propostas constantes do PU da sede do concelho e as propostas inseridas no PERU para o concelho de Celorico de Basto.

Grande parte destes projetos, tal como ocorreu na generalidade do território nacional, foram impulsionados pelos fundos comunitários. Assim como nas últimas décadas muitos investimentos foram feitos, direcionados principalmente para a construção de infraestruturas básicas e equipamentos de utilização pública.

Mas nem tudo está realizado, e como o demonstra o quadro com a síntese da execução dos projetos programados no PDM, em algumas áreas os investimentos necessários ainda são significativos, que é o caso das Infraestruturas básicas de água e saneamento.

Os desafios são muitos e as limitações financeiras impostas ao município juntamente com as dificuldades de investimento generalizado que o País atravessa, também vieram dificultar os investimentos. Estas limitações impostas ao município surgem no âmbito da legislação sobre finanças locais que limita as capacidades e intervenção sobre o território e os investimentos programados.

**Quadro 154: Síntese da execução dos projetos programados no PDM - junho 2018**

Síntese do grau de concretização dos projetos/ ações programadas no PDM						
Tipologia dos projetos	Projetos	Taxa de execução				
Parques Empresariais	7		1,5%			
Equipamentos e outros espaços de utilização coletiva:	(25)					
Educação	3		33%			
Desporto	6		33%			
Culturais	4		75%			
Espaço público	3		30%			
Outros Equipamentos públicos	2		0%			
Equipamentos de lazer	7		1,5%			



<b>Rede Viária</b>	<b>15</b>		10%																
<b>Infraestruturas de água e saneamento:</b>	<b>(37)</b>																		
Abastecimento de água – sistemas em baixa	8		20%																
Saneamento – Subsistema Veade, Mondim e Britelo	3																		100%
Saneamento – outros sistemas em alta	8		0%																
Saneamento – Sistemas em baixa	18		33%																
<b>Ação Social e Cultural:</b>	<b>(7)</b>																		
Núcleo de Serviços de proximidade	3		65%																
Programa Câmara Amiga	4																		100%

## Empresariais

As propostas apresentadas no Plano, no âmbito dos parques empresariais prendem-se com o reforço das áreas industriais do concelho de Celorico de Basto. Foi definido a ampliação do Parque empresarial de Basto, da Lameira e de Carvalho, bem como a criação de dois novos parques empresariais de Fermil e Codessoso.

Os projetos contemplam, na ampliação dos parques empresariais existentes, a criação e/ou beneficiação de rede viária e respetivas infraestruturas associadas e nos parques a criar a criação de espaços destinados à instalação de empresas.

Decorridos quatro anos não ocorreu qualquer avanço no reforço das áreas industriais do concelho, mantendo-se assim, no que diz respeito a sua execução uma taxa de praticamente 0%. Excetuam-se pequenas obras de beneficiação do parque empresarial de Basto – polo 1, com um nível de execução parcial de cerca de 10%.

## Equipamentos e outros espaços de utilização coletiva

### 1 – Educação

No que se refere aos três equipamentos escolares previstos no plano, importa referir que a proposta de intervenção nas instalações da Escola EB 2 e 3 e Secundária de Celorico de Basto foi incluída na fase 4 das obras da Parque Escolar. É também apresentada a proposta de intervenção nas instalações das escolas EB 2 e 3 da Mota e EB 2 e 3 de Gandarela, nas quais se torna urgente a substituição da cobertura dos vários pavilhões escolares.

Decorridos quatro anos, do total de investimentos previstos em equipamentos de educação, verifica-se um nível de execução total de cerca de 33%, sendo que a execução dos trabalhos incidiu somente nas instalações da Escola EB 2 e 3 e Secundária de Celorico de Basto, com um nível de execução de 100%. As escolas EB 2 e 3 da Mota e EB 2 e 3 de Gandarela possuem ambas uma candidatura em fase de elaboração para se intervirm futuramente.

### 2 – Desporto

A opção dos 6 equipamentos desportivos previstos no plano teve em atenção os equipamentos existentes no concelho de Celorico de Basto e a área desportiva por habitante, recomendada pelo Conselho da Europa.

Decorridos quatro anos, do total de investimentos previstos em equipamentos de desportivos, verifica-se um nível de execução total de cerca de 33%, sendo que a execução dos trabalhos incidiu no Projeto do Centro hípico de Carvalho e na Piscina Recreativa ao ar livre e arranjo urbanístico da envolvente,

localizada no parque lúdico de Boques na Vila de Celorico de Basto, com um nível de execução de 100% em ambos os projetos.

A conclusão da pavimentação da Ecopista da Linha do Tâmega, no troço entre Codessoso e o limite do concelho de Amarante, possui uma candidatura em fase de elaboração.

Os restantes projetos programados – construção de Piscina coberta de Gandarela e da Mota e a reabilitação e ampliação da piscina coberta da vila - possuem nível de execução de 0%.

### **3 – Culturais**

No que se refere aos 4 equipamentos culturais propostos para o concelho e previstos no plano, 3 foram executados na sua totalidade. São eles a ampliação da biblioteca municipal/ auditório, o arranjo urbanístico da Aldeia do Castelo de Arnoia e a conservação e salvaguarda do Castelo de Arnoia. O projeto de reabilitação das antigas estações de caminho de ferro possui uma candidatura em fase de elaboração.

Decorridos quatro anos, do total de investimentos previstos em equipamentos culturais, verifica-se um nível de execução total de 75%.

### **4 – Espaço público**

Foram previstos 3 projetos ao nível do espaço público e executados, decorridos 4 anos, cerca de 30%. No projeto de requalificação urbana da área central de Celorico de Basto, a taxa de execução rondou os 10% e no arranjo urbanístico da área central da Vila de Fermil a taxa de execução foi de 30%. No âmbito da construção de um complexo turístico na Quinta de Agra foi ainda executado 50% da construção do acesso ao local.

### **5 – Outros Equipamentos públicos**

Foram ainda previstos 2 outros equipamentos públicos cuja taxa de execução foi nula. O plano prevê a reabilitação do antigo ciclo preparatório para a localização de serviços e áreas do ensino, formação e cultura, e cuja candidatura está em elaboração. O plano também prevê a construção de uma nova central de camionagem na sede do concelho.

### **6 – Equipamentos de lazer**

No que se refere aos equipamentos de lazer previstos no plano, a taxa de execução foi praticamente nula. Dos 7 equipamentos previstos, 4 surgem no âmbito da construção da futura barragem de Fridão – Codessoso, com a instalação de 4 cais de acostagem (Veade; Vau; Canedo e Codessoso). Está ainda previsto ao nível do Parque de Campismo Municipal 2 intervenções, com o aumento da zona de caravanas e bungalows e com o arranjo da envolvente do parque de campismo e da zona de lazer na margem do rio Freixieiro. Nesta última intervenção a taxa de execução foi de cerca de 10%.

### **Rede Viária**

Das 15 propostas da rede viária programadas no Plano em 2014, 4 são de nível supramunicipal e são propostas para a Rede Viária Principal do concelho pelo que a sua execução depende da iniciativa da entidade responsável que é o Instituto de Mobilidade e Transportes (IMT). No âmbito das medidas compensatórias pela construção da barragem de Fridão, foi proposto a execução de 3 vias promovidas pela EDP que farão parte da Rede Viária Secundária do concelho. Os restantes 8 projetos são propostas do Município.

Das ações programadas de nível supramunicipal, presentemente está em elaboração o projeto de execução da Variante do Tâmega – Troço de Lordelo a Canedo de Basto.

Relativamente à construção da ligação de Lordelo a Mondim de Basto a obra está na sua fase de adjudicação.

Das ações programadas pelo Município apenas 2 foram intervencionadas. Foi executada parte da proposta de reabilitação da EM 618 com ligação Gémeos – Carvalho, numa extensão de 3,76Km o que corresponde a 46% de taxa de execução. Na sede do concelho foi executado parte da proposta (64%) designada de “Arruamento Agra-Britelo” que vem fazer parte da Rede Viária Secundária. Este novo arruamento vem ligar a zona nascente da vila (junto à Igreja) com o futuro nó da variante junto à zona industrial de Crespos.

Decorridos quatro anos, e no que diz respeito à taxa de execução em infraestruturas rodoviárias, foram executados cerca de 10%.

### **Infraestruturas de água e saneamento**

A rede pública de abastecimento de água do concelho foi realizada, na sua quase totalidade, no decurso do segundo e terceiro quadro comunitário de apoio e cobre atualmente cerca de 80% dos alojamentos familiares. As propostas apresentadas desta rede refletem as situações contratualizadas com a empresa “Águas do Norte”, à exceção do sistema de Gémeos, Infesta e Basto – Sta. Tecla cuja proposta está a cargo do município. Presentemente, dos 8 projetos apresentados, foi executado o sistema de Gémeos.

A rede pública de drenagem de águas residuais é ainda muito reduzida, confinada praticamente aos principais aglomerados urbanos. As propostas apresentadas desta rede refletem também as situações contratualizadas com a empresa “Águas do Norte”.

O projeto do subsistema de Veade, Mondim de Basto e Britelo, incluído no sistema multimunicipal em alta, foi executado na sua totalidade. Este projeto inclui a construção de novas instalações da ETAR de Britelo, junto à atual ETAR de Mosqueiros. Inclui também a execução de estações elevatórias e o circuito *bypass* da estação elevatória de Britelo.

Outros 8 projetos de sistemas em alta previstos ainda não foram executados, sendo que 3 têm um período de execução de 2015 a 2018 e os restantes 5 têm uma previsão para a sua execução de 2018 a 2022.

De 18 projetos de sistemas em baixa previstos numa extensão de 72,1 Km, foram executados os sistemas de Britelo/ Arnoia, Codessoso e Canedo de Basto numa extensão de 23,7 Km, que corresponde a cerca de 33% do total da rede prevista dos sistemas em baixa.

### **Ação Social e Cultural**

Ao nível de projetos relacionados com a ação social em Celorico de Basto, estão previstos 3 núcleos de serviços de proximidade. Destes 3 núcleos foram já localizados os serviços de proximidade de apoio às populações locais do núcleo urbano da Mota e de Gandarela, o que corresponde a uma taxa de execução de 65%. Resta ainda a construção de instalações para a localização de serviços de proximidade do núcleo urbano de Fermil.

O programa Câmara Amiga, nas suas várias valências, mantém-se a funcionar em pleno. Atualmente funciona a unidade móvel de saúde que acompanha os utentes pelas várias freguesias do concelho; o banco local de voluntariado; o programa “Celorico a mexer” com vista a combater o isolamento dos mais idosos e a oficina móvel de reparações com vista a prestar apoio domiciliário às famílias mais carenciadas do concelho.

**Quadro 155: Programação do plano (principais projetos e linhas de ação) e taxas de execução**

Designação do Projeto / Ação	Breve descrição	Entidade Promotora	Estimativa de custo (€)	Fontes de Financiam	Período de Execução		Observ.	Taxa de Execução
					Início	Fim		
<b>1 Parques empresariais</b>								
1.1 Reabilitação do Parque Empresarial de Basto - polo 1	Beneficiação da rede viária e infraestruturas da zona industrial existente	MCB	1.264.450,00		2014	2016		<b>10%</b>
1.2 Ampliação do Parque Empresarial de Basto - polo 1	Criação da rede viária principal e infraestruturas associadas necessárias à qualificação e ocupação dos espaços industriais propostos na ampliação de zona industrial já existente no lugar de Crespos / Britelo	MCB	2.214.681,00		2014	2018	UOPG 1	<b>0%</b>
1.3 Ampliação do Parque Empresarial de Basto - polo 2	Criação da rede viária principal e infraestruturas associadas necessárias à qualificação e ocupação dos espaços propostos para a ampliação do polo de serviços já existente no lugar de Crespos / Britelo.	MCB	1.437.849,00		2014	2020	UOPG 2	<b>0%</b>
1.4 Ampliação do Parque Empresarial da Lameira	Criação da rede viária principal e infraestruturas associadas necessárias à qualificação e ocupação dos espaços industriais propostos na ampliação da zona industrial já existente	MCB	2.956.800,00		2014	2020	UOPG 3	<b>0%</b>
1.5 Ampliação do Parque Empresarial de Carvalho	Criação da rede viária principal e infraestruturas associadas necessárias à qualificação e ocupação dos espaços industriais propostos na ampliação de zona industrial já existente.	MCB	1.014.484,00		2014	2020		<b>0%</b>
1.6 Parque empresarial de Codessoso	Criação de um espaço destinado à instalação de empresas na área do ambiente.	MCB	6.726.300,00		2014	2020	UOPG 4	<b>0%</b>
1.7 Parque empresarial de Fermil	Criação de um espaço destinado à instalação de empresas na área dos serviços e armazéns.	Privados						<b>0%</b>
TOTAL CAP. 1			15.614.564,00					
<b>2 Equipamentos e outros Espaços de utilização coletiva</b>								

2.1 (1)	Requalificação da Escola Básica e Secundária de Celorico de Basto	Obras de requalificação dos vários pavilhões escolares, incluindo a beneficiação do pavilhão desportivo	Ministério da Educação			2017	2018		<b>100%</b>
2.2 (1)	Requalificação da Escola Básica da Mota	Obras de beneficiação da Escola, incluindo a substituição da cobertura de todos os pavilhões escolares que se encontram em amianto	Ministério da Educação				2020		<b>0%</b> (Candidatura em elaboração)
2.3 (1)	Requalificação da Escola Básica de Gandarela	Obras de beneficiação da Escola, incluindo a substituição da cobertura de todos os pavilhões escolares que se encontram em amianto	Ministério da Educação				2020		<b>0%</b> (Candidatura em elaboração)
2.4 (2)	Ecopista da Linha do Tâmega	Pavimentação do troço entre Codessoso e o limite do concelho de Amarante, para percurso de bicicleta e peões	EDP	600.000,00		2015	2020		<b>0%</b> (Candidatura em elaboração)
2.5 (3)	Recuperação das antigas estações de caminho de ferro	No âmbito do projeto da ecopista, está prevista a reabilitação das estações, designadamente dos seus espaços exteriores e de todo o conjunto edificado, o qual será transformado em espaço de alojamento, núcleos interpretativos e postos de venda de produtos locais.	MCB	1.500.000,00	QCA 2014/2020	Jan. 2014	Dez. 2015	PUCBT-EP5	<b>0%</b> (Candidatura em elaboração)
2.6 (4)	Complexo turístico da Quinta de Agra	Construção do acesso ao empreendimento turístico previsto para o local.	MCB	1.200.000,00	QCA 2014/2020			UOPG 5	<b>50%</b> (executada 1ª fase Agra – Britelo)
2.7 (2)	Piscina Coberta de Gandarela	Construção de piscina coberta e aquecida.	MCB	600.000,00					<b>0%</b>
2.8 (2)	Piscina Coberta da Mota	Construção de piscina coberta e aquecida.	MCB	600.000,00					<b>0%</b>
2.9 (6)	Cais de acostagem e espaço de lazer de Veade	Instalação de um cais de acostagem para barcos de recreio e parque de lazer na envolvente da Igreja de Veade, no âmbito da construção da Barragem de Fridão - Codessoso.	EDP			Jan. 2015	Dez. 2017		<b>0%</b>
2.10 (6)	Cais de acostagem e espaço de lazer do Vau	Instalação de um cais de acostagem para barcos de recreio e parque de lazer no acesso ao Vau, no âmbito da construção da Barragem de Fridão - Codessoso.	EDP			Jan. 2015	Dez. 2017		<b>0%</b>
2.11 (6)	Cais de acostagem e espaço de lazer de Canedo	Instalação de um cais de acostagem para barcos de recreio e parque de lazer no lugar de S. Mamede, incluindo a deslocalização do Parque de merendas existente, no âmbito da construção da Barragem de Fridão - Codessoso.	EDP			Jan. 2015	Dez. 2017		<b>0%</b>

2.12 <sup>(6)</sup>	Cais de acostagem e espaço de lazer de Codessosos	Instalação de um cais de acostagem para barcos de recreio e parque de lazer em Codessosos, no local da escombreira e no decurso da reabilitação do espaço por esta definido, no âmbito da construção da Barragem de Fridão - Codessosos.	EDP			Jan. 2015	Dez. 2017		<b>0%</b>
2.13 <sup>(2)</sup>	Centro Hípico de Carvalho	Adaptação de espaço já existente para a instalação de um Centro Hípico.	MCB	300.000,00	QCA 2014/2020	Jan. 2014	Dez. 2015		<b>100%</b>
2.14 <sup>(6)</sup>	Área de lazer do parque de campismo	Arranjo da envolvente do parque de campismo e da zona de lazer na margem do rio Freixieiro	MCB	575.290,00	QCA 2014/2020	Jan. 2014	Dez. 2015	PUCBT-EP3	<b>10%</b>
2.15 <sup>(2)</sup>	Piscina Recreativa ao ar livre e arranjo urbanístico da envolvente	Equipamento desportivo e lúdico a localizar no parque lúdico de Boques	MCB	1.700.000,00	ON.2	Jan. 2014	Dez. 2015	PUCBT-EP4	<b>100%</b>
2.16 <sup>(6)</sup>	Parque de Campismo – zona de auto caravanas e bungalows	Construção de bungalows para aumento da oferta hoje existente no parque de campismo e arranjo de espaço para autocaravanas já previsto desde a 1ª fase do Parque em funcionamento.	MCB	650.000,00	QCA 2014/2020	Jan. 2014	Dez. 2016	PUCBT-EP6	<b>0%</b>
2.17 <sup>(5)</sup>	Reabilitação do antigo ciclo preparatório	Reabilitação do edifício do antigo "Ciclo Preparatório" para localização de serviços nas áreas do ensino, formação e cultura.	MCB	390.000,00	QCA 2014/2020	Jan. 2015	Dez. 2020	PUCBT-EP7	<b>0%</b> (Candidatura em elaboração)
2.18 <sup>(6)</sup>	Parque Lúdico de Boques – 2.ª fase	O parque lúdico de Boques é uma zona verde que dá continuidade funcional aos espaços já tratados nas margens do rio Freixieiro. A 1ª fase incluiu os terrenos na envolvente do Centro Escolar. A 2ª fase incluirá os terrenos ao longo das margens da ribeira de Boques compreendidos entre o PP da Ribeira e a piscina recreativa ao ar livre.	MCB	600.000,00	QCA 2014/2020	Jan. 2015	Dez. 2020	PUCBT-EP9	<b>0%</b>
2.19 <sup>(3)</sup>	Ampliação da Biblioteca Municipal / Auditório	Construção de raiz comportando espaços para manifestações culturais diversas.	MCB	1.600.000,00	ON.2	Jan. 2014	Jan. 2015	PUCBT-EP10	<b>100%</b>
2.20 <sup>(5)</sup>	Central de camionagem	Construção de nova central de camionagem na sede do concelho	MCB	300.000,00				PUCBT-EP12	<b>0%</b>
2.21 <sup>(2)</sup>	Reabilitação e ampliação da piscina coberta	A atual piscina coberta da vila de Celorico de Basto tem a sua lotação esgotada, devendo prever-se a sua ampliação e ajustamento à procura atual	MCB	300.000,00				PUCBT-EP14	<b>0%</b>
2.22 <sup>(4)</sup>	Requalificação urbana da área central de Celorico de Basto	Continuação dos trabalhos de requalificação urbana da área central da sede do concelho	MCB	1.200.000,00	QCA 2014/2020	2015	2020	PERU-ARU1.2	<b>10%</b>

2.23 (4)	Arranjo urbanístico da área central da Vila de Fermil	Continuação dos trabalhos de requalificação urbana da área central do núcleo urbano de Fermil	MCB	600.000,00	QCA 2014/2020	2015	2020	PERU- ARU4.1	<b>30%</b>
2.24 (3)	Arranjo da envolvente do Castelo de Arnoia (Rota do Românico do Tâmega 1ª fase)	Arranjo urbanístico da Aldeia do Castelo, incluindo a instalação de um parque de estacionamento e melhoria dos acessos	MCB	380.000,00	ON.2	Jan. 2014	Set. 2014		<b>100%</b>
2.25 (3)	Conservação, salvaguarda e valorização do Castelo de Arnoia (Rota do Românico do Tâmega 2ª fase)	Beneficiação do acesso pedonal, intervenções de conservação do edifício do Castelo, incluindo instalações elétricas	MCB	320.000,00	ON.2	Jan. 2014	Dez. 2014		<b>100%</b>
<b>TOTAL CAP. 2</b>				<b>13.415.290,00</b>					
<b>3 Rede Viária</b>									
3.1	Construção da Variante do Tâmega - troço de Celorico a Arco de Baúlhe	Trata-se da ligação de Celorico a Arco de Baúlhe (A7) decorrente do protocolo celebrado com o Estado e processo de encerramento da Linha do Tâmega. Troço em falta na ligação de Amarante (A4) e Arco de Baúlhe (A7).	IMT						<b>0%</b> (Projeto em elaboração Lordelo – Canedo de Basto)
3.2	Nó da A7 no lugar da Lameira	Proposta de construção de um nó de ligação à autoestrada A7, no lugar da Lameira, fundamental para a estruturação da rede viária concelhia e a sua ligação à rede viária nacional e internacional.	IMT						<b>0%</b>
3.3	Construção da Variante Poente à ER 101-4 do Lugar da Mota a Felgueiras	Via intermunicipal de ligação do Aglomerado da Mota e o lugar de "Cabeça de Porca" no concelho de Felgueiras.	IMT						<b>0%</b>
3.4	Construção da Variante Nascente à ER 101-4 do Lugar do Castelo à Variante do Tâmega	Construção de uma via alternativa ao traçado atual (muito sinuoso) da ER 101-4 desde o lugar do Castelo à variante do Tâmega	IMT						<b>0%</b>
3.5	Construção da ligação de Lordelo a Mondim de Basto	O projeto de construção da Variante do Tâmega, de Celorico de Basto a Arco de Baúlhe, já inclui a solução da ligação ao concelho vizinho de Mondim de Basto.	EDP/ IP (INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL)						<b>0%</b> (Obra já adjudicada)

3.6	Construção da Ligação de Codessos / Fridão pelo coroamento da Barragem	Construção de uma via de ligação entre a Freguesia de Codessos (Celorico de Basto) e a freguesia de Fridão (Amarante) pelo coroamento da Barragem.	EDP							<b>0%</b>
3.7	Construção da Circular de Veade	Substituição das ligações cortadas pelo plano de água, incluindo retificação de caminho existente, restabelecimento da EN 304 e ponte pedonal de ligação à igreja de Veade	EDP							<b>0%</b>
3.8	Reabilitação da EM 618 - ligação Gémeos - Carvalho	Retificação e repavimentação da estrada municipal de ligação da sede do concelho ao lugar de Ponte de Feixe e lugar da feira - Carvalho numa extensão total de 8,11 km	MCB							<b>46% (3,76km)</b>
3.9	Reabilitação da EM 616 - Caçarilhe - Carvalho	Retificação e (re)pavimentação da estrada municipal desde a Igreja de Caçarilhe à Zona Industrial de Carvalho	MCB							<b>0%</b>
3.10	Alameda da Veiga	Alternativa de atravessamento longitudinal da vila de Celorico de Basto	MCB	1.000.000,00		Jan. 2015	Dez. 2020	PUCBT-AN02		<b>0%</b>
3.11	Arruamento Agra-Britel	Novo arruamento de ligação da Quinta de Agra ao centro de Britelo	MCB	480.000,00		Jan. 2015	Dez. 2020	PUCBT-AN03		<b>64%</b>
3.12	Novo acesso na zona poente da vila (alternativa à rua Geraldo da Cunha)	A rua Geraldo da Cunha não tem perfil transversal adequado ao trânsito, pelo que será necessário prever uma alternativa	MCB	200.000,00		Jan. 2015	Dez. 2020	PUCBT-AN04		<b>0%</b>
3.13	Arruamento da Venda Nova	Alternativa à EM 616-1 na Venda-Nova que contém atualmente um perfil transversal desajustado.	MCB	120.000,00		Jan. 2015	Dez. 2020	PUCBT-AN06		<b>0%</b>
3.14	Prolongamento da rua dos Picotos	Finalizar a rua dos Picotos por forma a entroncar na rua Geraldo da Cunha	MCB	110.000,00		Jan. 2015	Dez. 2020	PUCBT-AN07		<b>0%</b>
3.15	Reabilitação dos arruamentos de acesso entre o centro urbano da Mota e o novo centro escolar	Os arruamentos do centro urbano da Mota carecem de novo de desenho urbano ajustado aos usos atuais	MCB	240.000,00		Jan. 2015	Dez. 2020	PERUARUS.4		<b>0%</b>
<b>TOTAL CAP. 3</b>				<b>2.450.000,00</b>						



4	<b>Infraestruturas de água e saneamento</b>								
4.1	<b>Abastecimento de água - Sistemas em baixa</b>	Construção e remodelação de infraestruturas. Incluído no acordo de parceria - Sistema Integrado de distribuição de água e recolha de efluentes dos municípios do noroeste							
4.1.1	Sistema de Vale de Bouro	Construção de reservatório	AdNorte	67.700,00		2014	2020	SAA-201	<b>0%</b>
4.1.2	Sistema de Gandarela / S. Clemente	Construção de 1 estação elevatória, adutora gravítica (4,6 km) e rede de abastecimento (1,9 km)	AdNorte	416.817,00		2014	2020	SAA-203	<b>0%</b>
4.1.3	Sistema de Veade	Construção de 1 estação elevatória e adutora gravítica (0,4 km)	AdNorte	72.126,00		2014	2020	SAA-204	<b>0%</b>
4.1.4	Sistema de Gagos	Construção de 2 reservatórios e rede de abastecimento (0,5 km)	AdNorte	212.400,00		2014	2020	SAA-207	<b>0%</b>
4.1.5	Sistema de Ourilhe	Remodelação de 1 reservatório, construção de adutora gravítica (3 km) e rede de abastecimento (1,2 km)	AdNorte	288.292,00		2014	2020	SAA-208	<b>0%</b>
4.1.6	Sistema de Britelo / Arnoia / Lourido / Salmães	Construção de 1 estação elevatória, 1 reservatório e adutora elevatória (1,7 km)	AdNorte	185.620,00		2014	2020	SAA-209	<b>0%</b>
4.1.7	Sistema de Caçarilhe	Construção de rede de abastecimento (2,7 km)	AdNorte	193.860,00		2014	2020	SAA-217	<b>0%</b>
4.1.8	Sistema de Gémeos, Infesta e Basto - Sta. Tecla	Construção de rede de abastecimento às freguesias de Infesta e Basto (Sta. Tecla) na sua totalidade e parte restante de Gémeos	MCB	800.000,00		2014	2015	SAA-030	<b>50%</b>
4.2	<b>Saneamento - Subsistema de Veade, Mondim de Basto e Britelo</b>	<b>Incluído no sistema multimunicipal em alta</b>							
4.2.1	Condutas Elevatórias de Boucinha e Britelo	Execução das condutas elevatórias das estações elevatórias da Boucinha (Veade) e Britelo e circuito <i>bypass</i> da estação elevatória de Britelo. A ligar às estações elevatórias referidas no artigo seguinte, extensão total 3,9 km	AdNorte			2014	2015	FD13	<b>100%</b>
4.2.2	Estações Elevatórias de Boucinha e Britelo	Execução das Estações Elevatórias e dos interceptores de Boucinha (Veade) e de Britelo. (Integrado num projeto que abrange Mondim)	AdNorte			2014	2015	FD13	<b>100%</b>
4.2.3	Construção da ETAR de Britelo	Construção de novas instalações, junto à atual ETAR de Mosqueiros.	AdNorte	3.748.600,00		2014	2015	FD13	<b>100%</b>
4.3.	<b>Saneamento - outros sistemas em alta</b>								

4.3.1	Sistema em alta de Gandarela / Fermil / Veade	extensão total 19 km (condutas elevatórias e gravíticas), incluindo estações elevatórias, a ligar ao sistema referido em 4.2	AdNorte			2015	2018	FD13	<b>0%</b>
4.3.2	Sistema em alta de Britelo / Gémeos / Infesta	extensão total 6,3 km (condutas elevatórias e gravíticas), incluindo estações elevatórias, a ligar ao sistema referido em 4.2	AdNorte			2015	2018	FD13	<b>0%</b>
4.3.3	Sistema em alta de Borba / Agilde / Fervença	Expansão da rede existente. Liga às ETAR de Borba e Fervença	AdNorte			2015	2018		<b>0%</b>
4.3.4	Sistema em alta de Crasto / Quintela (S. Clemente)	A ligar a Cabeceiras, com ETAR junto ao limite do concelho	AdNorte			2018	2022		<b>0%</b>
4.3.5	Sistema em alta do Rego	A ligar a ETAR no Rego	AdNorte			2018	2022		<b>0%</b>
4.3.6	Sistema em alta de Canedo	A ligar a ETAR em Canedo	AdNorte			2018	2022		<b>0%</b>
4.3.7	Sistema em alta de Codessoso	A ligar a ETAR em Codessoso	AdNorte			2018	2022		<b>0%</b>
4.3.8	Sistema em alta de Moreira do Castelo	A ligar a ETAR junto ao limite do concelho de Amarante	AdNorte			2018	2022		<b>0%</b>
4.4	<b>Saneamento - Sistemas em baixa</b>	Construção e ampliação de infraestruturas. Incluído no acordo de parceria - Sistema Integrado de distribuição de água e recolha de efluentes dos municípios do noroeste							
4.4.1	Sistema de Britelo / Arnoia	Ampliação da rede existente - extensão 10,8 km	AdNorte	852.867,00		2015	2018	SAR-001	<b>100%</b>
4.4.2	Sistema da Gandarela	Ampliação da rede existente - extensão 0,8 km	AdNorte	63.420,00		2015	2018	SAR-002	<b>0%</b>
4.4.3	Sistema de Fervença	Ampliação da rede existente - extensão 1,7 km; construção de emissário e estação elevatória	AdNorte	207.516,00		2015	2018	SAR-005	<b>0%</b>
4.4.4	Sistema de Gémeos	Construção de rede de drenagem - extens. 5,4 km	AdNorte	424.911,00		2015	2018	SAR-200	<b>0%</b>
4.4.5	Sistema de Codessoso	Construção de rede de drenagem - extens. 5,8 km	AdNorte	457.292,00		2018	2022	SAR-202	<b>100%</b>
4.4.6	Sistema de Funduães (Fervença)	Construção de rede de drenagem - extens. 1,4 km	AdNorte	112.575,00		2018	2022	SAR-206	<b>0%</b>
4.4.7	Sistema de Agilde	Construção de rede de drenagem - extens 10,2 km	AdNorte	805.800,00		2018	2022	SAR-207	<b>0%</b>

4.4.8	Sistema de Várzea (Agilde)	Construção de rede de drenagem - extens. 1,5 km	AdNorte	120.870,00		2018	2022	SAR-208	0%
4.4.9	Sistema de Moinhos (Borba)	Construção de rede de drenagem - extens. 0,7 km	AdNorte	57.670,00		2018	2022	SAR-209	0%
4.4.10	Sistema de Cabanelas (Borba)	Construção de rede de drenagem - extens. 3,5 km	AdNorte	276.500,00		2018	2022	SAR-211	0%
4.4.11	Sistema do Rego	Construção de rede de drenagem - extens. 6,0 km	AdNorte	472.104,00		2018	2022	SAR-221	0%
4.4.12	Sistema do Crasto (S. Clemente)	Construção de rede de drenagem - extens. 1,1 km	AdNorte	86.426,00		2018	2022	SAR-225	0%
4.4.13	Sistema de Cerdeirinhas (Canedo)	Construção de rede de drenagem - extens. 3,8 km	AdNorte	300.113,00		2018	2022	SAR-227	0%
4.4.14	Sistema de Canedo	Construção de rede de drenagem - extens. 7,1 km	AdNorte	560.110,00		2018	2022	SAR-228	100%
4.4.15	Sistema da Rasa (Molares)	Construção de rede de drenagem - extens. 1,2 km	AdNorte	91.522,00		2018	2022	SAR-232	0%
4.4.16	Sistema de Veade / Molares	Construção de rede de drenagem - extens. 1,7 km	AdNorte	130.813,00		2018	2022	SAR-233	0%
4.4.17	Sistema de Seixo (Gagos)	Construção de rede de drenagem - extens. 0,5 km	AdNorte	37.130,00		2018	2022	SAR-234	0%
4.4.18	Sistema de Souto / Samil / Paredes (Fervença)	Construção de rede de drenagem - extens. 8,9 km	AdNorte	726.157,00		2018	2022	SAR-235	0%
TOTAL CAP. 4				8.020.611,00					
<b>5 Ação Social e Cultural</b>									
5.1	Núcleo de Serviços de proximidade de Fermil	Construção de instalações para localização de serviços de proximidade e equipamentos de apoio às populações locais do núcleo urbano de Fermil	MCB	400.000,00	QCA 2014/2020	2015	2020	PERU-ARU4.5	0%
5.2	Núcleo de Serviços de proximidade da Mota	Localização de serviços de proximidade e equipamentos de apoio às populações locais do núcleo urbano da Mota	MCB	25.000,00	QCA 2014/2020	2015	2020	PERU-ARU5.3	100%
5.3	Núcleo de serviços de proximidade da Gandarela	Localização de serviços de proximidade e equipamentos de apoio às populações locais do núcleo de Gandarela	MCB	30.000,00	QCA 2014/2020	2015	2020	PERU-ARU3.2	100%
5.4	<b>Programa Câmara Amiga:</b>			<b>Estimativa de custo anual (€)</b>					<b>Taxa de execução</b>

5.4.1	Unidade móvel de saúde	Em viatura adaptada para o efeito é feito o acompanhamento de utentes/famílias que vivem nas freguesias limite do Concelho, mais afastados dos Cuidados de Saúde, com menos acessibilidades, maior isolamento e mais precariedade económica e social.	MCB							<b>100%</b>
5.4.2	Banco local de voluntariado	Desenvolve ações de recolha de bens alimentares e outros bens e sua distribuição pelas famílias mais carenciadas. Estes bens estão disponíveis na loja social localizada na sede do concelho.	MCB							<b>100%</b>
5.4.3	Celorico a mexer	Esta iniciativa pretende combater o isolamento e desenvolver a atividade física dos mais idosos, disponibilizando os meios necessários para o efeito – transporte e pessoas habilitadas ao desenvolvimento destas atividades.	MCB							<b>100%</b>
5.4.4	Oficina móvel de reparações	A OMM tem como objetivo prestar apoio domiciliário em reparações domésticas às famílias mais carenciadas do concelho.	MCB							<b>100%</b>
<b>TOTAL CAP. 5</b>					1.200.000,00					
<b>TOTAL</b>					<b>40.700.465,00</b>					

Fonte: PDMCB (2014)

### **9.1.3 – PROGRAMAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PLANO**

Dando cumprimento com o disposto no n.º 1 do artigo 88º do Regulamento do PDM, a Câmara Municipal estabelece a programação da execução do Plano através da “aprovação periódica de programas gerais de concretização do desenvolvimento urbanístico do concelho, em necessária articulação, nos aspetos pertinentes com os Planos de Atividades do Município.”

No âmbito de cada um desses programas, a Câmara deve ainda, de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 88º do referido regulamento, estabelecer “as prioridades de concretização dos objetivos gerais do plano e dos objetivos estabelecidos para as unidades operativas de planeamento e gestão e para o solo urbanizável em geral”.

Sucedem que o solo urbanizável delimitado no PDM obedeceu a 4 princípios prioritários para o desenvolvimento da estratégia municipal: o reforço da centralidade dos principais polos urbanos (Vila de Celorico de Basto e centros urbanos e Fermil, Gandarela e Mota); o reforço das centralidades ao nível das freguesias; a expansão e/ou criação de espaços para a localização de atividades económicas (indústria, comércio, serviços e turismo, etc.) e preenchimento de vazios e pequenos espaços na continuidade do consolidado.

Dado que para estes últimos as manchas são muito dispersas e na maior parte dos casos com áreas muito limitadas, podendo originar unidades de execução muito fracionadas, não se propõe uma periodicidade à sua programação, antes uma análise de forma casuística, mediante o interesse manifestado pelos privados e avaliação do interesse público em causa.

Com base nas propostas apresentadas no plano, verifica-se que face às UOPG delimitadas nos Espaços de Atividades Económicas não tem ocorrido qualquer avanço no reforço das áreas industriais do concelho.

Para estes espaços verifica-se nula capacidade de iniciativa por parte dos privados, pelo que nenhuma unidade de execução foi apresentada. A câmara municipal terá de avaliar esta situação, sob pena de a curto prazo o concelho ser confrontado com a falta de oferta de terrenos urbanizados para este tipo de atividades.

Anualmente e no plano de atividades e orçamento do município têm sido inscritas as intervenções nas UOPG, sendo no quadro seguinte feita a sua avaliação.

#### **9.1.3.1 – UNIDADES OPERATIVAS DE PLANEAMENTO E GESTÃO**

Foram identificadas pelo município e delimitadas no Plano Diretor Municipal a UOPG 1 – Pólo de serviços de Crespos; UOPG 2 – Zona Industrial de Crespos; UOPG 3 – Zona Industrial da Lameira; UOPG 4 – Zona Empresarial de Codessoso e UOPG 5 – Quinta de Agra.

Quatro incidem na criação/ ampliação de zonas industriais e uma incide na criação de um espaço de ocupação turística, que para além de empreendimento turístico pode integrar instalações desportivas e espaços de animação e recreio.

Decorridos quatro anos, não ocorreu qualquer avanço na execução das UOPG, mantendo-se assim, no que diz respeito a sua execução uma taxa de 0%.

Excetua-se a UOPG 5 – Quinta de Agra, onde, embora não haja taxa de execução, existe um pedido de licenciamento, cujo projeto de arquitetura destinado a um hotel, que abrange uma parte da UOPG, foi aprovado em junho de 2017.

**Quadro 156: UOPG do Município de Celorico de Basto**

UOPG do Município de Celorico de Basto				
UOPG	Localização	Área (ha)	Objetivos	Taxa de concretização
1 – Polo de Serviços de Crespos	Crespos - Britelo	7,0	- Disponibilizar lotes com infraestruturas adequadas e facilidade de acesso à rede viária fundamental, destinados a instalação atividades empresariais, preferencialmente de comércio e serviços, não se excluindo a possibilidade de indústria; - Atrair novos investimentos para o concelho, criar condições de incentivo ao início de atividade de pequenas empresas e permitir a realocação de empresas atualmente instaladas noutras categorias de espaços, contribuindo para a qualificação da imagem urbana.	<b>0%</b>
2 – Zona Industrial de Crespos	Crespos - Britelo	8,0	- Disponibilizar lotes com infraestruturas adequadas para a instalação de indústrias e outras atividades empresariais que necessitem de espaços de grandes dimensões e de facilidade de acesso à rede viária fundamental; - Atrair novos investimentos para o concelho e permitir a realocação de empresas atualmente instaladas noutras categorias de espaços, contribuindo para a qualificação da imagem urbana.	<b>0%</b>
3 – Zona Industrial da Lameira	Lameira – Rego/ Basto (S. Clemente)	13,0	- Disponibilizar lotes com infraestruturas adequadas para a instalação de indústrias e outras atividades empresariais que necessitem de espaços de grandes dimensões e de facilidade de acesso à rede viária fundamental; - Atrair novos investimentos para o concelho e permitir a realocação de empresas atualmente instaladas noutras categorias de espaços, contribuindo para a qualificação da imagem urbana.	<b>0%</b>
4 – Zona Industrial de Codessoso	Codessoso	32,0	- Disponibilizar espaços com infraestruturas adequadas e de maiores dimensões que nas restantes zonas industriais, destinados a instalação atividades empresariais associadas à valorização ambiental; - Atrair novos investimentos para o concelho, tirando partido da proximidade da autoestrada A4 e de facilidade de acesso aos principais centros urbanos.	<b>0%</b>
5 – Quinta de Agra	Agra - Britelo	16,0	- Criação de um espaço de ocupação turística, podendo integrar, para além de empreendimento turístico, instalações desportivas e espaços de animação e recreio.	<b>0%</b>

### 9.1.3.2 – ÁREAS ABRANGIDAS POR UNIDADES DE EXECUÇÃO

Durante a vigência do atual PDM, são três, o número de áreas abrangidas por Unidades de Execução, enquanto instrumentos de execução do plano e cujos procedimentos foram desenvolvidos pela Câmara Municipal, sendo a área de intervenção total de 8,44 ha.

**Quadro 157: N.º de Unidades de Execução, Celorico de Basto (2014-2018)**

Unidade de Execução - UE	Freguesia	Área de incidência		Área (ha)	Ano	Taxa de concretização
		PDM	PU da Vila			
UE de Grupilheiras/Agra	UF Britelo, Gémeos e Ourilhe	Solo urbanizável	SUOPG 2	4,53	2016	100%
UE na vila da Gandarela	Basto (S. Clemente)	Solo urbanizável	X	2,61	2018	100%
UE da Lama	Basto (S. Clemente)	Solo urbanizável	X	1,30	2018	100%
<b>Total</b>				<b>8,44</b>		

X – não aplicável

#### **9.1.4 – AVALIAÇÃO AMBIENTAL**

O procedimento de revisão do PDM de Celorico de Basto faz-se acompanhar pelo processo de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), em cumprimento com o disposto no Decreto-Lei n.º 232/2007 de 15 de junho. Desse processo de AAE – Relatório Ambiental e Resumo Não Técnico - resultou um conjunto de indicadores que se pretende venham a reforçar a incorporação das questões ambientais, sociais e económicas na estratégia do plano.

Os resultados de monitorização e avaliação dos indicadores ambientais, conforme o quadro com a síntese dos indicadores do Programa de Gestão e Monitorização dos FCD (Fatores Críticos para a Decisão), permitem sintetizar os seguintes pontos:

- Fazer uma análise evolutiva da situação atual face às metas propostas na AAE da RPDM de Celorico de Basto (2014), sendo que os indicadores ambientais foram analisados e foi verificado se vai de encontro às metas estabelecidas;
- Avaliar se o plano contribuiu de forma positiva ou negativa para o alcance dessas metas.

Esta análise e avaliação foi elaborada tendo em conta os FCD, os quais refletem 3 temáticas mais relevantes para os objetivos e questões estratégicas do plano:

- Estrutura Urbana
- Desenvolvimento Socioeconómico Sustentável
- Recursos Naturais e Qualificação da Paisagem.



**Quadro 158: Indicadores do Programa de Gestão e Monitorização do FCD Estruturação Urbana; Desenvolvimento Socioeconómico Sustentável; Recursos Naturais e Qualificação da Paisagem.**

Indicadores do Programa de Gestão e Monitorização do FCD Estruturação Urbana						
Critério	Objetivos de sustentabilidade	Indicadores	Meta AAE (2014)	Situação atual (junho 2018)	Contributos do plano (se contribuíram de forma positiva ou negativa)	Observações
Compactação e Multifuncionalidade	Assegurar a compactação do solo urbano	Densidade de edifícios por perímetro urbano	Aumentar/Intensificar		↗	
		Solo Urbano Consolidado	Aumentar/Intensificar		↗	
		Licenciamento de habitação em solo rural	Reduzir/anular		↗	
		Índice de implantação de edifícios por perímetro urbanos	Aumentar/Intensificar		↗	
		Taxa de execução das UOPG	Aumentar/Intensificar	N.A.	N.A.	
	Garantir a multifuncionalidade dos espaços urbanos e o acesso a serviços de proximidade	Capitação de espaços verdes públicos	Aumentar/Intensificar		↗	
		Intervenções de requalificação do espaço público	Manter/Aumentar		↗	
		Taxa de execução da carta educativa	Concluir	Concluída	↗	
		Taxa de cobertura dos equipamentos e serviços de apoio à população idosa	Aumentar/Intensificar		↗	
		Serviços de saúde	Aumentar/Intensificar		↗	
Rede Viária e Mobilidade	Reforçar a conectividade entre aglomerados urbanos e a rede extra concelhia	Relação das vias projetadas e executadas	Aumentar/Intensificar		↗	
		Tempo de deslocações por tipo de meio de transporte	Reduzir		→	
		Tráfego Médio Horário de veículos ligeiros e pesados	Não aplicável	N.A.	N.A.	
		Movimento Pendulares	Aumentar/Intensificar		↗	
	Favorecer a utilização dos transportes públicos ou outros meios de deslocação não poluentes	Cobertura da rede de transportes públicos	Aumentar/Intensificar		↗	
		Utilizadores na Rede de Transporte Públicos	Aumentar/Intensificar		→	
		Extensão de vias pedonais e ciclovias	Aumentar/Intensificar		↗	
		Qualidade do ar	Não aplicável	N.A.	N.A.	
População exposta ao ruído ambiente	Não aplicável	N.A.	N.A.			

### Indicadores do Programa de Gestão e Monitorização do FCD Estruturação Urbana

Critério	Objetivos de sustentabilidade	Indicadores	Meta AAE (2014)	Situação atual (junho 2018)	Contributos do plano (se contribuíram de forma positiva ou negativa)	Observações
Qualidade do Ambiente Urbano	Garantir o acesso aos sistemas de abastecimento de água e à rede de saneamento básico	População servida por sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais	75%		↗	Atual 78%
		População servida por sistemas de abastecimento de água	95%		↗	
		Qualidade da água para consumo humano	Aumentar/Intensificar		→	
	Garantir a recolha e gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos	Recolha de Resíduos	Aumentar/Intensificar		↗	
		Volume de RSU tratados e/ou separados seletivamente	Aumentar/Intensificar		↗	

### Indicadores do Programa de Gestão e Monitorização do FCD Desenvolvimento Socioeconómico Sustentável

Critério	Objetivos de sustentabilidade	Indicadores	Meta AAE (2014)	Situação atual (junho 2018)	Contributos do plano (se contribuíram de forma positiva ou negativa)	Observações
Espaços Industriais/ Empresariais	Dinamizar o emprego e os espaços empresariais	Taxa de ocupação dos espaços destinados às atividades industriais/empresariais	Aumentar/Intensificar		↗	
		N.º de empregos gerados por ramo de atividade	Aumentar/Intensificar		↗	
		N.º de Estabelecimentos Instalados por ramo de atividade	Aumentar/Intensificar		↗	
		Produção de Resíduos Industriais	Diminuir/minimizar		→	
		Empresas com plano de gestão de resíduos	Aumentar/Intensificar		↗	
		Indústria servida por sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais	Totalidade		↗	As 3 ZIs do concelho estão servidas por sistema de drenagem e tratamento de águas residuais
	Valorizar os espaços rurais	Área florestal com Plano de Gestão Florestal	Aumentar/Intensificar		↗	Área de ZIF corresponde a 56,37% da área total do concelho
		Povoamentos florestais certificados	Aumentar/Intensificar		→	
		Superfície Agrícola Utilizada (SAU)	Manter/Aumentar		→	
		N.º de instalações agrícolas e de explorações florestais	Manter/Aumentar		→	

### Indicadores do Programa de Gestão e Monitorização do FCD Desenvolvimento Socioeconómico Sustentável

Critério	Objetivos de sustentabilidade	Indicadores	Meta AAE (2014)	Situação atual (junho 2018)	Contributos do plano (se contribuíram de forma positiva ou negativa)	Observações
		População ativa empregada no setor agrícola	Manter/Aumentar		→	
		Área destinada à produção de vinha	Aumentar/Intensificar		↗	
Vitalidade Turística	Promover a atividade turística	N.º de percursos pedestres e de interpretação da natureza	Aumentar/Intensificar		↗	
		N.º de empresas de promoção de atividades turísticas em espaço rural	Aumentar/Intensificar		↗	
		Recursos turísticos, diferenciados por tipo	Não aplicável	N.A.	N.A.	
		Eventos culturais promovidos	Aumentar/Intensificar		→	
	Promover a atividade turística	Variação do N.º de Turistas ano	Aumentar/Intensificar		↗	
		Capacidade de alojamento por tipologias e categorias	Aumentar/Intensificar		↗	
		Empreendimentos turísticos	Aumentar/Intensificar		↗	
		Estabelecimentos turísticos de alojamento local	Aumentar/Intensificar		↗	
		Taxa de ocupação	Aumentar/Intensificar		↗	

### Indicadores do Programa de Gestão e Monitorização do FCD Recursos Naturais e Qualificação da Paisagem

Critério	Objetivos de sustentabilidade	Indicadores	Meta AAE (2014)	Situação atual (junho 2018)	Contributos do plano (se contribuíram de forma positiva ou negativa)	Observações
Identidade Cultural	Promover e qualificar os elementos arquitetónicos e arqueológicos	Intervenções na envolvente ao património classificado	Aumentar/Intensificar		↗	
		Imóveis ou conjuntos com interesse patrimonial alvos de operações urbanísticas com vista a sua valorização/recuperação	Aumentar/Intensificar		↗	
		Prospeções em áreas de património arqueológico	Aumentar/Intensificar		↗	

## Indicadores do Programa de Gestão e Monitorização do FCD Recursos Naturais e Qualificação da Paisagem

Critério	Objetivos de sustentabilidade	Indicadores	Meta AAE (2014)	Situação atual (junho 2018)	Contributos do plano (se contribuíram de forma positiva ou negativa)	Observações
<b>Estrutura Ecológica Municipal</b>	Proteger e valorizar a paisagem rural e preservar os elementos fundamentais que asseguram o correto funcionamento ecológico.	Medidas de Integração paisagística	Aumentar/Intensificar		↗	
		Valor Ecológico do Território	Aumentar/Intensificar		↗	
		Ocupação do solo nas áreas e envolvente aos sítios com interesse paisagístico	Não aplicável	N.A.	N.A.	
<b>Recursos Florestais</b>	Assegurar a preservação da floresta autóctone	Floresta ocupada por povoamentos de espécies autóctones	Aumentar /Intensificar		→	
		Investimento em medidas de controlo de espécies invasoras	Aumentar /Intensificar		→	
		Ações de Reflorestação em zonas com risco de erosão	Aumentar/Intensificar		→	
	Diminuir o risco de incêndio florestal	Área florestal ardida	Reduzir / anular		→	
		Área florestal ardida recuperada ou em vias de recuperação	100%		↘	
		Quantificação dos danos materiais e humanos	Não se aplica	N.A.	N.A.	
<b>Recursos Hídricos</b>	Preservar e valorizar os recursos hídricos	Investimento no ordenamento das margens dos cursos de água	Aumentar /Intensificar		↗	
		Número de focos de degradação do meio hídrico (p.ex. descargas de efluentes não tratados).	Anular a existência de pontos de descarga de efluente com tratamentos deficientes		→	
		Área inundável em solo urbano	Reduzir / anular		→	
		Qualidade da água subterrânea e superficial	100%		→	

Fonte: AAE (2014)

### Legenda

Distância à situação desejável	Distante	Próximo	Muito Próximo
Tendência de Evolução	↘ Negativa	→ Sem alteração significativa	↗ Positiva

## 9.2 – PLANO DE URBANIZAÇÃO

A Avaliação do Sistema Municipal de Planeamento vem dar conta da análise no cumprimento dos objetivos e da execução do Plano de Urbanização, enquanto Plano Municipal de Ordenamento do Território de ordem inferior ao Plano Diretor Municipal.

### I. Sinopse

1. O Plano de Urbanização da vila de Celorico de Basto (PUCB) entrou em vigor a 8 de Agosto de 2012, publicado em Diário da República – 2.ª série, através de do Aviso n.º 10652/2012, de 8 de Agosto.
2. Com a entrada em vigor do Plano Diretor Municipal de Celorico de Basto (PDMCB), publicado no Diário da República – 2.ª série, através do Aviso n.º 8539/2014, de 24 de Julho, foi efetuada uma alteração por adaptação do referido plano.
3. A alteração do PUCB teve apenas como propósito resolver as situações de desconformidade que incidem essencialmente no zonamento (ordenamento), designadamente áreas de solo rural que foram reclassificadas para solo urbano por via do PDMCB, e dois ou três casos de delimitação de áreas agrícolas, bem como a introdução de designações de classificação que tiveram de se adaptar por forma a estar em conformidade com o referido PDM. Em termos de regulamento adequaram-se igualmente todas as desconformidades existentes entre o PDMCB e o PUCB.
4. As alterações do PUCB não envolveram qualquer alteração autónoma de planeamento, tendo-se limitado a transpor o PDMCB, de acordo com o n.º 2 do artigo 121.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), publicado através do Decreto-Lei, n.º 80/2015, de 14 de Maio.
5. A alteração do PUCB foi publicada em Diário da República – 2.ª série, através de do Aviso n.º 10905/2016, de 1 de Setembro.

### II. Objetivos

As propostas contidas no anterior Plano Diretor Municipal, em vigor aquando da elaboração do PUCB, publicado em 1994, apresentavam um conjunto de soluções e indicações, quanto à evolução e transformação do território abrangido, que globalmente se caracterizam pela afirmação de um crescimento forte da área urbana, traduzido numa expansão da urbe para o lado nascente da Veiga, e numa previsão de realização de um conjunto de infraestruturas — redes viária, de saneamento básico, energia, etc. — que implicavam uma grande vitalidade económica e um esforço financeiro apreciável. Reorientar algumas dessas apostas estratégicas, foi um dos objetivos contidos na versão final do Plano de Urbanização. Assim, foi então definida uma estratégia diferente, apostada num crescimento mais determinado e relacionado com a estrutura urbana existente.

A linha estratégica do PUCB tinha como princípios fundamentais:

- 1 - Assegurar a manutenção, recuperação e completamento de uma estrutura de alinhamentos nas zonas mais consolidadas;

2 - Promover a criação de "Morfologias Urbanas" adequadas, geradoras de "Malha Urbana" nas zonas neutras ou intersticiais e sua extensão a novas áreas a urbanizar.

3 - Possibilitar a construção de espaços urbanos e equipamentos de utilização coletiva integrando novas tendências de uso, reajustando-os a eventuais novas caracterizações da zona em que se virão a inscrever.

4 - Garantir que a viabilização técnico-financeira passa não só pelo controlo de custos, mas também e sobretudo pelo ajuste dos programas às reais necessidades, pela flexibilidade de gestão e clareza dos domínios públicos, condominiais e privados.

5 - Assegurar o adequado equilíbrio funcional e económico das áreas verdes intermédias ou laterais, quer sejam de uso agrícola quer florestal ou reserva e seu papel de complemento e contraponto aos crescentes usos urbanos.

De forma a complementar esses princípios fundamentais, foi definido um conjunto de objetivos específicos agrupados em quatro domínios de atuação estratégicos – acessibilidades; qualificação urbana e ambiental; equipamentos e infraestruturas e planeamento das ações territoriais.

Pretende-se neste ponto avaliar a concretização destes objetivos específicos do Plano de Urbanização, conforme o quadro seguinte.

**Quadro 159: Objetivos Específicos - REFORÇO DOS NÍVEIS DE COESÃO SOCIAL E TERRITORIAL**

OBJETIVO FUNDAMENTAL	DOMÍNIOS DE ATUAÇÃO ESTRATÉGICOS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS
REFORÇO DOS NÍVEIS DE COESÃO SOCIAL E TERRITORIAL	A – ACESSIBILIDADES	<b>A1 – Reforço das acessibilidades externas</b>
		Todas estas ligações encontram-se por realizar, no entanto a continuação da Variante à EN 210, com ligação a Mondim de Basto, encontra-se em fase de execução – Projeto de Execução e em fase de aquisições/expropriações dos terrenos
	B – QUALIFICAÇÃO URBANA E AMBIENTAL	<b>A2 – Melhorar as circulações viárias e a oferta de estacionamento</b>
		Foram já concretizados o Nó de Britelo; o arruamento Agra/Britelo (64% executados); a requalificação da Avenida da República, da rua José Falcão e do Largo António Marinho Dias, rua de Boques e a rua da Cruz. Encontram-se em fase de projeto de execução a Rua Senador Magalhães de Basto; o Largo Prof. António Alves de Moura; a rua de ligação entre a Quinta da Agra e o lugar de Crespos; a rua Joaquim Narciso Bahia e rua Eng.º Adelino Amaro da Costa.
	B – QUALIFICAÇÃO URBANA E AMBIENTAL	<b>B1 – Melhorar a Imagem da Vila</b>
		Melhorar a Imagem que se percebe da vila quando se circula pela via rápida é um desafio no sentido da sua qualificação, quer no que respeita à sua afirmação face à opinião pública, quer no que respeita à qualidade do desenho e ambiente urbano que é necessário proporcionar na área urbana mais importante do concelho. A sua concretização passa pelas intervenções dos principais espaços públicos definidos nos objetivos descritos em A2 e pela assunção dos projetos de requalificação do espaço edificado que por iniciativa dos particulares vão sendo propostos.
B – QUALIFICAÇÃO URBANA E AMBIENTAL	<b>B2 – Reforçar o Centro tradicional</b>	
	O Município tem incrementado um conjunto de ações no centro tradicional que visam valorizar esta zona da vila, tal como a reabilitação de arruamentos,	

		<p>revitalização do edifício da antiga Câmara Municipal, a recuperação do edifício do Ciclo Velho, entre outros.</p> <p>Embora ainda em projeto de execução, a concretização de requalificação da rua Senador Magalhães de Basto é um exemplo de arruamento localizado em pleno centro tradicional da vila de Celorico de Basto, que irá ser intervencionado a curto prazo. Este arruamento em conjunto com a rua 5 de Outubro perfazem as ligações mais importantes entre a cota alta e a cota baixa deste núcleo urbano. Pretende-se neste arruamento, bem como noutros pontos da malha urbana, concretizar um conjunto de ações que visam uma maior comodidade dos peões e melhorar as circulações viárias, bem como clarificar as zonas de estacionamento.</p> <p><b>B3 – Salvaguarda dos valores patrimoniais edificados</b></p> <p>Nesta fase, no âmbito da reabilitação urbana, importa acolher um conjunto de intervenções que irão certamente revitalizar o centro tradicional, designadamente os edifícios particulares, muitos deles levados ao abandono nestes últimos anos. Verifica-se claramente um acentuado interesse na reabilitação de diversos espaços edificados, enquadrados na Área de Reabilitação Urbana que, entretanto, foi delimitada para o núcleo mais antigo da vila de Celorico de Basto</p> <p><b>B4 - Privilegiar o crescimento em áreas servidas por infraestruturas e equipamentos</b></p> <p>Verificou-se nos últimos anos que a aposta de crescimento para a zona Noroeste da vila tem sido adequada e bem ajustada, uma vez que se tem verificado uma consolidação dos espaços onde o município tinha já apostado na sua infraestruturização, tal como o loteamento do Monte-Alto de S. Silvestre (hoje praticamente ocupado), a zona de incidência do Plano de Pormenor da Ribeira, com 60% de ocupação e a zona do loteamento de S. Silvestre que se encontra completamente urbanizado e ocupado.</p>
	C – EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS	<p><b>C1 – Reforçar o quadro dos Equipamento de utilização coletiva como condição de afirmação de Sede do Concelho</b></p> <p>A valorização de toda a zona ribeirinha com a concretização do Parque urbano do Freixieiro e do Parque Lúdico de Boques, e ainda a abertura da Quinta do Prado ao público e os espaços envolventes da Biblioteca Municipal, permitiram dotar o Centro Urbano de espaços de animação e lazer bem como a melhoria do ambiente urbano o que levou a uma clara afirmação da sede do concelho como principal polo de atração urbana.</p> <p><b>C2 – Reforço e manutenção das redes de infraestruturas básicas.</b></p> <p>O reforço e manutenção das redes de infraestruturas têm sido efetuados à medida que se vão concretizando novos arruamentos ou a revitalização dos existentes, de acordo com o descrito nos pontos A2, B4 e C1</p> <p><b>C3 - Privilegiar uma política de requalificação dos espaços públicos</b></p> <p>Os crescimentos que se estão a verificar em Celorico de Basto justificam a atenção que tem vindo a ser dada a este tema. Intervenções como as da requalificação das áreas envolventes do Rio Freixieiro e Ribeira de Boques ou da "Requalificação da Área Central a vila", no âmbito do programa URBCOM, constituem a demonstração da importância que este problema tem assumido e que tende a alastrar-se a toda a área central da vila.</p> <p>As "Área de Reabilitação Urbana" são outras que irão certamente impulsionar a dinâmica de requalificação, não só do espaço público, como de todo o conjunto edificado da vila.</p>
	D – PLANEAMENTO DAS AÇÕES TERRITORIAIS	<p><b>D1 – Definir áreas a submeter a Plano de Pormenor ou a Projetos de espaços urbanos de utilização coletiva.</b></p> <p>A Câmara Municipal já concretizou um conjunto de intervenções nos últimos 5 anos que procuram modernizar a imagem da vila através da reabilitação dos espaços de utilização coletiva principais, incluindo praças, avenidas, ruas e espaços verdes, com o intuito de impulsionar uma nova dinâmica ao principal aglomerado urbano deste Concelho. São disso exemplo algumas intervenções mais recentes como o Parque Lúdico de Boques, os espaços da Piscina Recreativa ao ar livre, os espaços exteriores da terceira fase da ampliação da biblioteca municipal, os espaços exteriores da envolvente da igreja de Britelo, etc.</p>

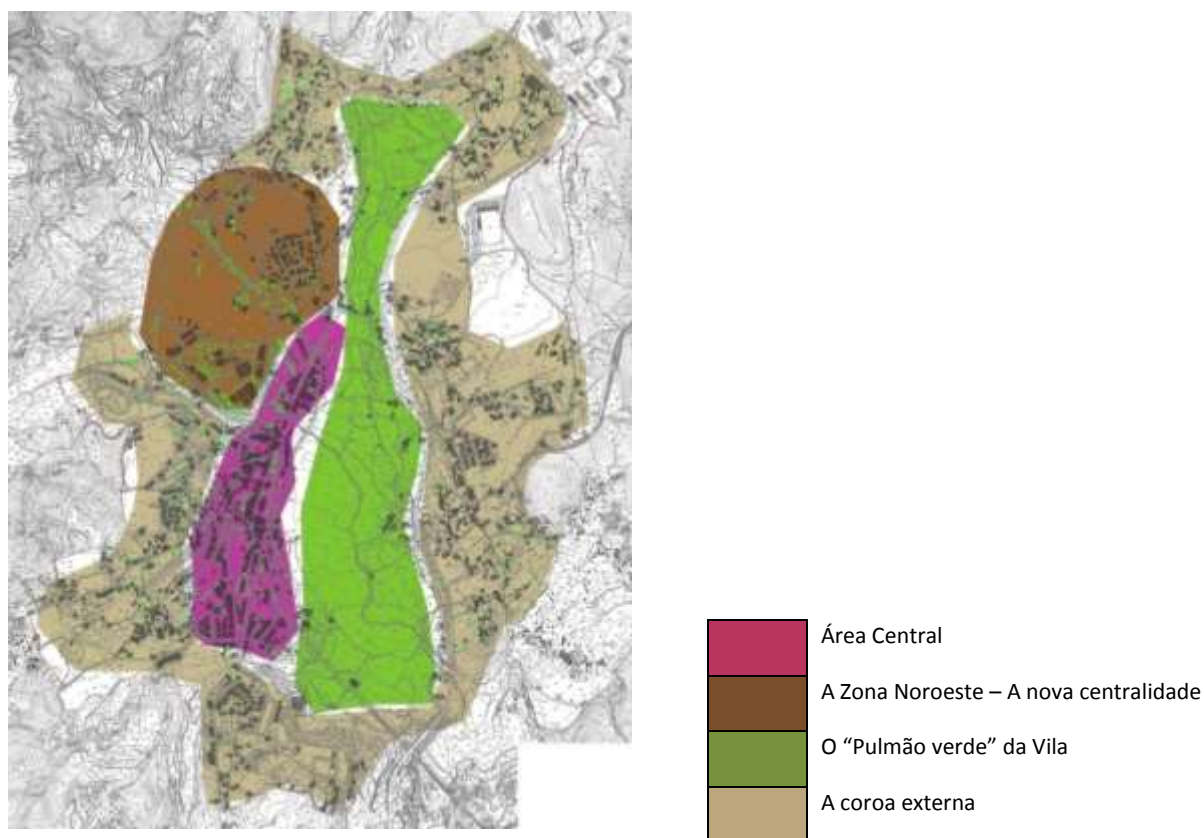
		<p><b>D2 – Programação das expansões</b></p> <p>As expansões estão programadas através de 3 SUOPG:</p> <p>A <b>SUOPG 01</b> do Centro tradicional que tem como objetivos reabilitar o centro urbano tradicional e as áreas adjacentes, promover a salvaguarda do património edificado e requalificar o espaço público privilegiando o acréscimo gradual da pedonização desses espaços. A Câmara Municipal pretende aí realizar um Plano de Pormenor, tendo nessa área sido delimitada uma ARU (área de reabilitação urbana) que tem impulsionado o investimento privado em diversos edifícios, cuja taxa de realização ainda não é significativa, mas cujos contributos se começam a fazer notar.</p> <p>A <b>SUOPG 02</b> de Grupilheiras Agra foi já parcialmente realizada em cerca de 64%, sendo que um dos objetivos principais foi concretizado, através da ligação viária entre a igreja de S. Pedro de Britelo e a Quinda da Agra. Para essa zona foi definida uma Unidade de Execução, com o objetivo de urbanizar as áreas contíguas a esse arruamento, permitindo desta forma a execução de um solo urbanizado com vista a valorização de todo o espaço da envolvente da igreja cujo objetivo foi a concretização de uma área nova de edificações e valorização e revitalização dos espaços públicos envolventes à igreja.</p> <p>A <b>SUOPG 03</b> será de iniciativa privada e visa a consolidação de uma área urbana na zona de Pereira, não tendo havido qualquer tipo de realização</p>
--	--	---

### III. Modelo Territorial

A identificação das zonas ou unidades territoriais urbanas homogêneas tem como finalidade a determinação do grau de autonomia face aos equipamentos/serviços e espaços verdes disponíveis (atendendo às irradiações de cada um) e, como consequência, da identificação das carências existentes. Permite também uma melhor referência espacial na descrição da Proposta.

Na área de intervenção do presente PU distinguem-se quatro zonas territoriais, identificadas no cartograma seguinte.

**Figura 9: Modelo de ocupação territorial do Plano de Urbanização da Vila de Celorico de Basto**



Fonte: PUCB (2012)



#### IV. Subunidades operativas de gestão e planeamento e Unidades de Execução

1. Na área do Plano de Urbanização estão definidas três Subunidades Operativas de Gestão e Planeamento: Centro Tradicional; Grupilheiras/Agra e Pereira.
2. A SUOPG 01 do Centro tradicional tem como objetivos reabilitar o centro urbano tradicional e as áreas adjacentes, promover a salvaguarda do património edificado e requalificar o espaço público privilegiando o acréscimo gradual da pedonização desses espaços. A Câmara Municipal pretende aí realizar um Plano de Pormenor, tendo nessa área sido delimitada uma ARU (área de reabilitação urbana) que tem impulsionado o investimento privado em diversos edifícios, cuja taxa de realização ainda não é significativa, mas cujos contributos se começam a fazer notar.
3. A SUOPG 02 de Grupilheiras Agra foi já parcialmente realizada em cerca de 64%, sendo que um dos objetivos principais foi concretizado, através da ligação viária entre a igreja de S. Pedro de Britelo e a Quinda da Agra. Para essa zona foi definida uma Unidade de Execução, com o objetivo de urbanizar as áreas contíguas a esse arruamento, permitindo desta forma a execução de um solo urbanizado com vista a valorização de todo o espaço da envolvente da igreja cujo objetivo foi a concretização de uma área nova de edificações e valorização e revitalização dos espaços públicos envolventes à igreja.
4. A SUOPG 03 será de iniciativa privada e visa a consolidação de uma área urbana na zona de Pereira, não tendo havido qualquer tipo de realização.

#### V. Avaliação da execução do Plano

Com a avaliação da execução do plano pretende-se verificar o grau de concretização dos vários projetos públicos previstos no âmbito do PU, ao nível da rede viária e dos equipamentos programados e previstos, de acordo com os seguintes quadros apresentados.

##### Quadro 160: REDE VIÁRIA

Ref.	Arruamentos Novos	Taxa de realização
AN01	Nó de Britelo	100%
AN02	Alameda da Veiga	0
AN03	Arruamento Agra-Britelo	64%
AN04	No acesso na zona poente da vila (alternativa à rua Geraldo da Cunha)	0
AN05	Prolongamento da rua 5 de Outubro	0
AN06	Arruamento da Venda-nova	0
AN07	Prolongamento da rua dos Picotos	0

Ref.	Arruamentos a reabilitar	Taxa de realização
AR01	Avenida da República	100%
AR02	Rua José Falcão e Largo António Marinho Dias	100%
AR03	Avenida João Pinto Ribeiro	0
AR04	Rua Senador Magalhães de Basto e largo prof. António Alves de Moura	20% (projeto de execução)
AR05	Rua de Camões	0
AR06	Rua da Agrela	0
AR07	Rua da Cruz	100%

	Arruamentos realizados não previstos em PUCB	Taxa de realização
	Requalificação da avenida da República	100%
	Requalificação e alargamento da rua José Falcão e criação de estacionamento	100%
	Criação da rua de Boques, como acessos ao novo Centro Escolar, à Piscina Municipal Descoberta, ao Centro de Atividades Ocupacionais (CAO) e ao Parque Lúdico de Boques;	100%

**Quadro 161: EQUIPAMENTOS**

ref	Equipamentos e outros espaços de utilização coletiva <i>PROGRAMADOS</i>	Taxa de realização
EP1	Jardins, galeria das artes e parque de exposições temporárias da Quinta do Prado	100%
EP2	Centro Escolar de Celorico de Basto	100%
EP3	Área de lazer da praia fluvial	50%
EP4	Piscina Descoberta Municipal	100%
EP5	Ecopista da linha do Tâmega – reabilitação da antiga estação de caminho de ferro	100%
EP6	Parque de Campismo – zona de auto caravanas e bungalows	30%
EP7	Reabilitação do antigo ciclo preparatório	20% (Projeto em execução)
EP8	Parque Urbano da Veiga	0
EP9	Parque Lúdico de Boques	60% (fase 1 realizada)
ref	Equipamentos e outros espaços de utilização coletiva <i>PREVISTOS</i>	
EP10	Centro Cultural	100%
EP11	Novo Quartel da GNR	100%
EP12	Central de camionagem	0 (deixou de fazer sentido)
EP13	Pavilhão Multiusos (desportivo; exposições cobertas; eventos de grandes grupos)	0
EP14	Reabilitação e ampliação da piscina coberta	0
EP15	Igreja – novo centro paroquial	0
EP16	Loja do Cidadão	100%

## 9.3 – PLANOS DE PORMENOR

Os planos de pormenor (PP) atualmente em vigor são os mesmos que são identificados no Anexo III do Regulamento do PDM. Desde a entrada em vigor da 1.ª Revisão do PDM foi publicada a 1.ª Alteração do PP da Zona Industrial de Celorico de Basto e foi concluída a 1.ª Alteração do PP da Zona Industrial da Lameira, ainda não publicada. Estão a decorrer procedimentos de alteração do PP de Reconversão da AUGI de Leiras do Monteiro e do PP da Ribeira.

Dos 8 PP em vigor, 3 criaram espaços de atividades económicas, 3 reconverteram áreas urbanas de génese ilegal (AUGI, vulgarmente designados loteamentos clandestinos) e 2 criaram nova urbanização na sede do concelho, respetivamente uma zona residencial (PP da Ribeira) e uma zona de equipamentos, comércio e serviços (PP de São Silvestre). Todos eles estão parcialmente executados.

- **PP da Zona Industrial de Celorico de Basto**

**Publicação:** 1.ª alteração - Aviso n.º 446/2016, 15-01-2016 e Declaração n.º 140/2016, 21-10-2016 (correção material), 2.ª série;

(1.ª publicação pela Portaria n.º 585/93 de 09-06-1993)

**Objetivos:** Constitui um parque empresarial, incluindo a respetiva rede viária. Regulamenta o uso do solo e a implantação, volumetria e ocupação das construções, define as atividades que aí podem ser instaladas e estabelece regras relativas ao estacionamento e uso das infraestruturas.

**Observações:** Com a alteração atualmente em vigor foi reduzida a área de intervenção do plano. A alteração do PP permite a instalação de comércio, serviços e equipamentos nesta área antes destinada exclusivamente a indústria e armazéns.

- **PP da Zona Industrial da Lameira / Rego**

**Publicação:** Declaração da DGOTDU n.º 172/98, 13-05-1998, 2.ª série

**Objetivos:** Constitui um parque empresarial, incluindo a respetiva rede viária. Regulamenta o uso do solo e a implantação, volumetria e ocupação das construções, define as atividades que aí podem ser instaladas e estabelece regras relativas ao estacionamento e uso das infraestruturas.

**Observações:** Foi elaborada uma alteração, aprovada pela Assembleia Municipal em fevereiro de 2017, que ainda não entrou em vigor porque aguarda homologação da cartografia pela DGT. Com esta alteração é aumentada a área de intervenção. A alteração do PP permite a instalação de comércio, serviços e equipamentos nesta área antes destinada exclusivamente a indústria e armazéns.

- **PP de Reconversão Urbanística da Quinta do Prado - Britelo**

**Publicação:** Declaração da DGOTDU n.º 349/98, 20-11-1998, 2.ª série

**Objetivos:** Regulamenta o uso do solo, fracionamento da propriedade e edificação, numa área destinada a habitação, já com vários edifícios construídos, em situação ilegal, à data da sua elaboração. Promove a execução das infraestruturas em falta.

- **PP de Reconversão da Área Urbana de Génese Ilegal da Tapada de S. João - Ourilhe**

**Publicação:** Declaração da DGOTDU n.º 190/2001, 15-06-2001, 2.ª série

**Objetivos:** Regulamenta o uso do solo, fracionamento da propriedade e edificação, numa área destinada exclusivamente a habitação unifamiliar, já com vários edifícios construídos, em situação ilegal, à data da sua elaboração. Promove a execução das infraestruturas em falta.

- **PP de Reconversão da Área Urbana de Génese Ilegal de Leiras do Monteiro - Vinha, Ribas**

**Publicação:** Resolução do Conselho de Ministros n.º 140/2001, 04-09-2001, 1.ª série - B

**Objetivos:** Regulamenta o uso do solo, fracionamento da propriedade e edificação, numa área destinada a habitação e atividades compatíveis, já com vários edifícios construídos, em situação ilegal, à data da sua elaboração. Promove a execução das infraestruturas em falta.

**Observações:** Está a decorrer um procedimento de alteração, aberto por deliberação da Câmara Municipal de 29-06-2015, publicada no Aviso n.º 7532/2015 de 7 de julho.

- **PP do Pólo de Serviços e Armazéns de Crespos**

**Publicação:** Resolução do Conselho de Ministros n.º 156/2003, 29-09-2003, 1.ª série- B

**Objetivos:** Cria uma área infraestruturada, destinada à construção de pavilhões para armazéns, comércio e serviços, de modo a acolher atividades que à data da sua elaboração não eram admitidas nas zonas industriais. Alterou o uso do solo na sua área de intervenção, anteriormente espaço florestal.

**Observações:** Há intenção de proceder à alteração deste plano. Houve um procedimento de alteração, aberto por deliberação municipal publicada no Aviso n.º 20514/2010 de 15 de outubro, que caducou com a entrada em vigor do atual RJGT.

- **PP de São Silvestre**

**Publicação:** Resolução do Conselho de Ministros n.º 172/2003, 04-11-2003, 1.ª série -B

**Objetivos:** Cria uma área urbana com dois lotes destinados a equipamentos públicos e um lote destinado a habitação coletiva, comércio e serviços. Teve por objetivo reforçar a centralidade da zona noroeste da sede do concelho com a dotação de equipamentos e de espaços verdes públicos. Regulamenta o uso e a transformação do solo e a respetiva edificação, estabelece regras relativas à ocupação planimétrica; à densidade de ocupação e à altimetria das construções e define os parâmetros urbanísticos a que ficam sujeitos os edifícios. Alterou a classificação do solo de rural para urbano e desafetou áreas da RAN e da REN.

- **PP da Zona da Ribeira**

**Publicação:** Resolução do Conselho de Ministros n.º 58/2004, 28-04-2004, 1.ª série - B

**Objetivos:** Cria uma nova área urbana, incluindo novos arruamentos, uma zona destinada a habitação coletiva, com comércio e serviços, e uma zona de habitação unifamiliar. Teve por objetivo aumentar a disponibilidade de terrenos para construção na sede do concelho. Estabelece regras relativas à implantação, volumetria e utilização das construções, bem como regras relativas ao estacionamento e infraestruturas. Alterou, na sua área de intervenção, a classificação do solo de rural (área agrícola) para urbano e desafetou áreas da RAN e da REN.

**Observações:** Está a decorrer um procedimento de alteração, aberto por deliberação da Câmara Municipal de 23-03-2017, publicada no Aviso n.º 4644/2017 de 28 de abril.

**Quadro 162: Taxa de execução dos planos de pormenor em vigor (julho 2018)**

Designação	Área de intervenção (m2)	Área total de construção (m2)	N.º de Lotes	Taxa de execução
PP da Zona Industrial de Celorico de Basto	129.695,00	129.517,50	49	63,3 %
PP da Zona Industrial da Lameira (cf. alteração)	51.381,60	25.921,80	17	64,7 %
PP de Reversão Urbanística da Quinta do Prado	31.831,00	11.611,00	50	84,0 %
PP de Reversão da Área Urbana de Génese Ilegal da Tapada de S. João	4.620,00	1.196,90	6	83,3 %
PP de Reversão da Área Urbana de Génese Ilegal de Leiras do Monteiro	35.805,00	11.678,00	34	64,7 %
PP do Pólo de Serviços e Armazéns de Crespos	39.448,40	24.770,00	38	21,1 %
PP de São Silvestre	26.678,00	13.180,00	3	66,7 %
PP da Zona da Ribeira	61.430,00	59.950,70	59	40,7 %

Taxa de execução = Lotes construídos / Lotes previstos no plano

## 9.4 – OUTROS PLANOS

- **PMDFCI – Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios**

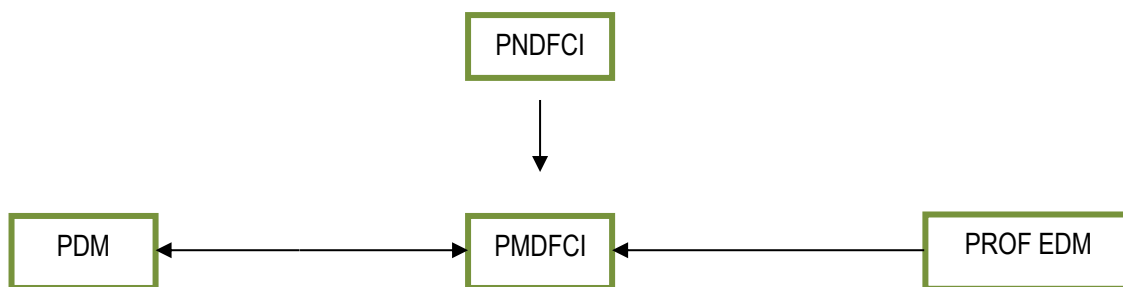
O Plano Municipal de Defesa da Floresta contra incêndios (PMDFCI) em vigor foi elaborado para o período 2016-2020, de acordo com as orientações do guia técnico do ICNF.

O PMDFCI é elaborado pela Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, em consonância com o Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI), o Plano Diretor Municipal (PDM) e com o respetivo Programa Regional de Ordenamento Florestal (PROF), em que o concelho de Celorico de Basto é abrangido pela região do Tâmega (PROF EDM).

### 1. Enquadramento do Plano no âmbito do sistema de gestão territorial e no Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios (SNDFCI).

O Decreto-Lei n.º 124/2006 de 28 de junho com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 17/2009 de 14 de janeiro estabelece as medidas e ações a desenvolver no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (SNDFCI). Os Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) estão providos das ações necessárias para a defesa da floresta contra incêndios e, ainda incluem a previsão e programação integrada das intervenções das diferentes entidades envolvidas aquando da ocorrência dos incêndios florestais.

Figura 10 – Enquadramento do PMDFCI com outros instrumentos de ordenamento do território



Quadro 163: Objetivos do PMDFCI de Celorico de Basto

Objetivos do PMDFCI	
OBJETIVOS	CONCRETIZAÇÃO
Diminuir o nº de ocorrências	- Foi aumentada a vigilância no concelho; - Têm sido realizadas ações de formação de sensibilização/ esclarecimento junto dos produtores florestais e agrícolas e da população em geral, ao nível das freguesias, para a realização das faixas de combustível à volta das edificações e a realização de queima de sobrantes de exploração em segurança.
Diminuir a área ardida (ha)	- Foram criadas e executadas faixas de gestão de combustível; - Têm sido realizadas algumas iniciativas e elaboradas algumas candidaturas para limpeza das faixas de gestão combustível ao longo da rede viária inserida nas ZIFs; - Foi construído um ponto de água (represa de água) e beneficiados os existentes. Estas infraestruturas são importantes na medida em que ajudam no abastecimento dos meios aéreos e terrestres, para o combate aos grandes incêndios florestais;
Diminuir o n.º de grandes incêndios	- Foram iniciadas ações de beneficiação da rede viária florestal existente, com recurso a máquinas municipais, para um maior combate aos incêndios florestais e rápido acesso aos focos de incêndio.
Diminuir o n.º de reacendimentos	- Tem havido especial atenção numa eficaz vigilância pós incêndio; - Têm-se sensibilizado todos os meios humanos para a execução de um eficaz rescaldo de um incêndio florestal.

Fonte: PMDFCI 2016-2020

- **POM - Plano Operacional Municipal**

A operacionalização do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, em particular para as ações de vigilância, deteção, fiscalização, 1ª intervenção, combate, rescaldo e vigilância pós-incêndio, concretiza-se através de um Plano Operacional Municipal (POM), que particulariza a execução destas ações.

Este Plano deve ser elaborado até dia 16 de abril de cada ano, de acordo com a legislação vigente.

### 1. Meios e recursos

A organização de um dispositivo que preveja a mobilização preventiva de meios deve atender à disponibilidade dos recursos, de forma a garantir a deteção e extinção rápida dos incêndios, antes que estes assumam grandes proporções. Este documento prático sintetiza portanto um conjunto de ações, meios e recursos para atuar na ocorrência dos incêndios florestais e a sua utilização durante os períodos críticos:

- As entidades envolvidas em cada ação e o inventário de viaturas e equipamentos;
- Os meios complementares de apoio ao combate;
- A lista geral de contactos;
- Os setores territoriais de DFCl e locais estratégicos de estacionamento (LEE), para cada entidade envolvida na vigilância e deteção, na 1ª intervenção e no combate e rescaldo e vigilância pós rescaldo;
- A Cartografia e Apoio à Decisão (CAD) que constitui a cartografia onde estão identificadas as áreas ardidas e as faixas de gestão combustível do ano anterior ao da publicação do Plano; os pontos de água operacionais quer para meios aéreos, quer para meios terrestres e a rede viária operacional.

- **PEPC – Plano de Emergência e Proteção Civil**

O planeamento de emergência é a melhor forma de prever situações adversas e de determinar meios para minimizar essas situações e dessa forma preparar uma resposta adequada às situações de acidente grave ou catástrofe (BASTOS, 2007).

Assim, tendo em conta a necessidade de desenvolver uma resposta eficiente às situações de acidente grave ou catástrofe, o Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Celorico de Basto (PMEPCCB) apresenta-se como um instrumento fundamental para o sucesso na gestão de emergência ao definir as orientações relativas ao modo de atuação dos vários organismos, serviços e estruturas a empenhar nas operações de proteção civil.

O PMEPCCB assume-se, neste sentido, como um documento desenvolvido com o intuito de organizar, orientar, facilitar, agilizar e uniformizar as ações necessárias à resposta. Este é um plano de âmbito geral, ou seja, elaborado para enfrentar a generalidade das situações de emergência que se admite que possam vir a ocorrer em Celorico de Basto.

A elaboração do PMEPCCB foi regulada pela Resolução n.º25/2008, de 18 de julho, segundo a qual os planos municipais de emergência de proteção civil deverão encontrar-se divididos em quatro partes, designadamente:

**Quadro 164: Estrutura do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Celorico de Basto**

PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE CELORICO DE BASTO	
<b>PARTE I</b> Enquadramento Geral do Plano	Apresenta de forma geral, o PMEPCCB, fundamentando as razões da sua existência, o modo de articulação com outros instrumentos de planeamento e ordenamento do território e os critérios necessários à sua ativação.
<b>PARTE II</b> Organização da Resposta	Define a organização da resposta, tipificando as missões, modo de atuação e de articulação dos agentes de proteção civil, entidades e organismos de apoio intervenientes no PMEPCCB.
<b>PARTE III</b> Áreas de Intervenção	Apresenta as áreas de intervenção básicas da organização geral das operações, indicando para cada uma delas, a estrutura de coordenação, as prioridades de ação e a constituição e missão dos agentes de proteção civil, entidades e organismos de apoio intervenientes.
<b>PARTE IV</b> Informação Complementar	<p>Organização geral e mecanismos da estrutura de proteção civil.</p> <p>Caracterização do município; identificação e análise dos riscos a que o concelho está exposto.</p> <p>Levantamento dos meios e recursos; contactos das várias entidades e respetivos intervenientes; modelos de comunicados, requisições, controlo e registo.</p>

O PMEPCCB foi elaborado pela Câmara Municipal de Celorico de Basto e aprovado pela Comissão Nacional de Proteção Civil (CNPC), mediante parecer prévio da Comissão Municipal de Proteção Civil (CMPC) de Celorico de Basto e da Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC)

- **PAMUS – Plano Municipal de Mobilidade Urbana Sustentável**

O Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável (PAMUS) do Tâmega e Sousa foi desenvolvido em estreita colaboração com a Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa (CIM TS) e os onze municípios que a integram – Amarante, Baião, Castelo de Paiva, Celorico de Basto, Cinfães, Felgueiras, Lousada, Marco de Canaveses, Paços de Ferreira, Penafiel e Resende.

Os PAMUS surgem como um instrumento que pretende responder de forma consciente aos objetivos definidos nas políticas europeias e nacionais, nomeadamente em relação estreita com a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial (EIDT), os Investimentos Territoriais Integrados (ITI) e o Pacto, bem como enquadrado com os diversos Instrumentos de Gestão Territorial, nomeadamente o PROT e os vários PDM, encontrando-se também enquadrado, neste caso, com o Norte 2020 - Programa Operacional Regional do Norte.

Este documento constitui-se como um importante plano para a definição das estratégias e propostas com vista ao desenvolvimento das infraestruturas e serviços de transporte e mobilidade. A principal consequência será, portanto, no planeamento do modo de deslocação de pessoas e bens nas vilas e cidades de forma sustentável, contribuindo, assim, para o seu desenvolvimento económico, social e ambiental.

O concelho de Celorico de Basto tem previsto neste plano três investimentos prioritários:

- 1 - A promoção da mobilidade urbana sustentável da vila de Celorico de Basto (arruamento Agra – Britelo);
- 2 - Rede de percursos pedonais no Centro Urbano de Celorico de Basto;
- 3 - Rede de percursos pedonais no centro urbano da Mota.

Destes três investimentos, o Município já tem aprovado o financiamento da promoção da mobilidade urbana sustentável da vila de Celorico de Basto (arruamento Agra – Britelo). Este investimento insere-se numa estratégia de mobilidade sustentável adotada pelo município de Celorico de Basto com a construção, neste arruamento, de vias pedonais, largas, vocacionada para a circulação pedonal, livre de quaisquer obstáculos e de uma faixa ciclável.

Além destes, este plano também engloba inúmeros investimentos complementares.



## 9.5 – PLANOS TERRITORIAIS PREVISTOS

Ainda não foi formalmente iniciada a elaboração de nenhum dos PP e PU que estão previstos no Regulamento do PDM, não obstante já terem sido iniciados alguns estudos preliminares (Gandarela, envolvente do Mosteiro de Arnóia) e excetuando-se o PU da Vila de Celorico de Basto que já foi elaborado. As áreas a sujeitar a elaboração de planos de ordem inferior ao PDM, de acordo com o artigo 100.º do Regulamento, são as seguintes:

1. *Constituem áreas cuja transformação urbanística deve ser regida por plano de urbanização:*
  - a) *Vila de Celorico de Basto;*
  - b) *Fermil;*
  - c) *Mota;*
  - d) *Gandarela.*
  
2. *Constituem áreas cuja transformação urbanística deve ser regida por plano de pormenor:*
  - a) *Gandarela;*
  - b) *Envolvente do Mosteiro de Arnóia;*
  - c) *Envolvente do Castelo de Arnóia, a ser objeto de plano de pormenor de salvaguarda*
  - d) *Área do Centro Tradicional de Celorico de Basto, a ser objeto de reabilitação urbana.*

Estão ainda previstas, no Anexo VIII do Regulamento do PDM; as seguintes unidades operativas de planeamento e gestão (UOPG) que, de acordo com os respetivos termos de referência, deverão ser executadas preferencialmente através de planos de pormenor:

- UOPG 1 – Polo de Serviços de Crespos (expansão do atual polo de serviços)
- UOPG 2 – Zona Industrial de Crespos (expansão da atual zona industrial de Celorico de Basto)
- UOPG 3 – Zona Industrial da Lameira (expansão da atual zona industrial)
- UOPG 4 – Zona Empresarial de Codessoso (criação de um novo parque empresarial)
- UOPG 5 – Quinta de Agra

## 10 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os quadros seguintes pretendem estruturar as potencialidades e fragilidades do Município de Celorico de Basto resultantes da avaliação do estado do ordenamento do território, bem como da avaliação do sistema municipal de planeamento. O método SWOT (strengths, weaknesses, opportunities, threats) utilizado ao nível do planeamento estratégico foi realizado tendo como base 5 temas que advêm do relatório da Proposta do Plano do PDM e realiza-se mediante os 4 vetores: pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças.

Quadro 165: SWOT

RECURSOS NATURAIS E OCUPAÇÃO DO SOLO	
Pontos fortes	Pontos fracos
<ul style="list-style-type: none"><li>- Boa exposição solar, dado que 27% da superfície são vertentes voltadas a sul, 26% a nascente e 18% a poente.</li><li>- Temperaturas medianas e pluviosidade elevada.</li><li>- Área agrícola significativa.</li><li>- Potencial florestal elevado extensível a todo o concelho.</li><li>- Existência de uma densa rede hidrográfica.</li><li>- Potencialidade para criação de espaços de lazer e desenvolvimento de atividades turísticas em espaços rurais.</li><li>- Existência de um plano de ordenamento cinegético ligado à zona de caça municipal.</li><li>- Existência de quatro Zonas de Intervenção Florestal, submetidas a um Plano de Gestão Florestal.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- As áreas de maior declive, com elevado risco de erosão, representam 33% da superfície do concelho.</li><li>- Desde 2014, as áreas florestais percorridas por incêndios têm vindo a aumentar anualmente, atingindo em 2017 cerca de 1000 hectares.</li><li>- Grandes áreas do território estão integradas nas classes de risco de incêndio alto e muito alto.</li><li>- A pequena dimensão e fragmentação da propriedade agrícola e florestal dificultam a sua gestão.</li></ul>
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"><li>- Condições naturais de qualidade excepcional para o desenvolvimento do setor da vinha.</li><li>- Apostar em projetos agrícolas inovadores com base em produtos regionais de qualidade e produtos biológicos.</li><li>- Apostar na produção florestal como atividade para as áreas rurais, incluindo a valorização dos resíduos florestais.</li><li>- Explorar potencialidades cinegéticas da floresta, desenvolvendo atividades complementares ao setor do turismo.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Perda de biodiversidade e erosão dos solos como consequência dos incêndios.</li><li>- Substituição das áreas florestais de folhosas e mistas por monoculturas de produção intensiva (eucalipto e pinheiro bravo).</li><li>- Desaproveitamento e degradação das potencialidades naturais e paisagísticas</li><li>- Impacto microclimático da futura albufeira de Fridão na produção agrícola da zona sul do concelho.</li></ul>

## SOCIODEMOGRAFIA

Pontos fortes	Pontos fracos
<ul style="list-style-type: none"><li>- Tendência para a estabilização da população residente: entre 2001 e 2011 diminuiu apenas 1,8%, em contraste com o forte decréscimo que se verificava desde 1950.</li><li>- Aumento do número de famílias (+10,5% entre 2001 e 2011).</li><li>- Presença significativa de população residente em idade ativa (66% em 2011).</li><li>- Taxa de analfabetismo em decréscimo, aumento do nível de habilitações da população.</li><li>- Existência de um estabelecimento de ensino na vertente profissional.</li><li>- Crescente valorização de estratégias de oferta de qualidade de vida assente em projetos como o Programa Câmara Amiga e a elaboração do Plano de ação para a Mobilidade Urbana Sustentável.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- O grupo etário com maior perda de efetivos é o mais jovem, dos 0 aos 14 anos (32% em 1981, 15% em 2011)</li><li>- População ativa com baixos níveis de instrução</li><li>- Número elevado de população, económica e socialmente vulnerável</li><li>- O indicador de poder de compra <i>per capita</i> é 56,08% (2015) do nacional e o mais baixo na NUT do Tâmega e Sousa.</li></ul>
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"><li>- Aposta na formação profissional e requalificação da mão-de-obra.</li><li>- Incentivos à fixação da população através da oferta de qualidade de vida que passa pelo acesso a serviços de apoio à família</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Envelhecimento da população e tendência para aumento da taxa de dependência</li><li>- Emigração da população em idade ativa</li></ul>

## ATIVIDADES ECONÓMICAS

Pontos fortes	Pontos fracos
<ul style="list-style-type: none"><li>- Aumento anual do n.º de empresas no concelho, com predomínio das pequenas unidades familiares (96,7%).</li><li>- Setor terciário predominante na estrutura do emprego (53%).</li><li>- Predomínio de empresas do setor terciário, porém as empresas do setor primário têm vindo a aumentar, ultrapassando desde 2014, empresas do setor secundário.</li><li>- Disponibilidade de espaços para acolhimento de empresas, incluindo apoio à instalação de microempresas em início de atividade.</li><li>- Aumento da oferta do alojamento turístico no concelho e maior diversidade de tipologias de alojamento turístico, particularmente com o crescimento dos estabelecimentos na natureza de alojamento local.</li><li>- Aumento da capacidade de alojamento turístico no concelho.</li><li>- Existência de empreendimentos turísticos de qualidade (turismo de habitação e turismo em espaço rural) e estruturas de animação turística (Ecopista da linha do Tâmega).</li><li>- Aumento do número de projetos submetidos e</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Baixa oferta de emprego dentro do concelho, e quase total inexistência de oferta de emprego qualificado.</li><li>- Apenas uma pequena percentagem das empresas do concelho funciona numa lógica empresarial.</li><li>- Elevada importância da emigração pendular ou sazonal, em especial na construção civil, e recente diminuição da oferta.</li><li>- Reduzida promoção e dinamização turística.</li><li>- Deficiente capacidade técnica dos ativos do setor agropecuário.</li><li>- Formas de associativismo e cooperação no setor agrícola deficientemente estruturadas.</li></ul>

<p>financiados no setor agrícola e de turismo rural.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Aptidão vitícola do vale do Tâmega, área significativa de vinha reconvertida, existência de castas de qualidade e castas autóctones.</li> <li>- Aptidão para produção pecuária de montanha e tradição de criação de gado bovino.</li> </ul>	
<b>Oportunidades</b>	<b>Ameaças</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Valorizar os espaços rurais através da promoção de atividades económicas nos setores da vinha, pecuária, floresta e turismo.</li> <li>- Desenvolvimento da agroindústria e promoção de marcas do concelho, designadamente em produtos alimentares de qualidade.</li> <li>- Dinamizar os parques empresariais, apostar em novos parques empresariais e alargamento dos existentes.</li> <li>- Integração em estruturas supramunicipais que favoreçam o desenvolvimento do setor do turismo e a promoção do concelho e da qualidade do património edificado: Rota do Românico, rede de lojas interativas do Turismo do Porto e Norte.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Envelhecimento dos agricultores e abandono das terras.</li> <li>- Emigração da população em idade ativa.</li> <li>- Redução do investimento privado.</li> </ul>

## DINÂMICA URBANA

<b>Pontos fortes</b>	<b>Pontos fracos</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Existência de 4 centralidades urbanas (Celorico, Gandarela, Fermil e Mota) que funcionam como polos de atração estruturantes do território do concelho.</li> <li>- Rede viária municipal bem distribuída no território e em estado satisfatório.</li> <li>- Proximidade com a área metropolitana do Porto.</li> <li>- Baixas densidades da compacidade e do edificado e oferta de terreno urbano infraestruturado.</li> <li>- Predomínio de licenças de construção emitidas nos últimos 4 anos, em solo urbano já infraestruturado (87%), dando cumprimento ao modelo territorial para o concelho.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Concentração significativa da população na sede do concelho.</li> <li>- Persistem más condições de acessibilidade externa como entrave para a afirmação do desenvolvimento local.</li> <li>- Dispersão urbana, o que origina custos mais elevados na execução e gestão de infraestruturas.</li> <li>- Escassa procura na reabilitação do parque edificado existente nas Áreas de Reabilitação Urbana. Nos últimos 4 anos foram emitidas 4,27% (para reabilitação em ARU) do total de licenças emitidas.</li> <li>- Os alojamentos ocupados com uso sazonal/secundário e os alojamentos vagos representam mais de um terço do total de alojamentos (36%).</li> <li>- Dispersão dos equipamentos existentes.</li> <li>- Reduzida oferta de transportes coletivos, levando a uma forte dependência do transporte particular.</li> <li>- Dificuldade de acesso aos equipamentos e serviços pela população residente em lugares periféricos, em especial os mais idosos e/ou carenciados</li> <li>- Aglomerados “âncora” de cada quadrante do concelho ainda com dinâmica insuficiente, capaz de promover a estruturação de uma sub-rede urbana.</li> <li>- Movimentos pendulares muito expressivos, indicando uma dependência, no que diz respeito à estrutura económica dos concelhos limítrofes mais polarizadores.</li> </ul>

Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU).</li> <li>- Promover a compactação dos espaços urbanos, privilegiando a construção em zonas já infraestruturadas.</li> <li>- Garantir o acesso da população a serviços de proximidade, concentrando equipamentos e serviços nas sedes de freguesia.</li> <li>- Os parques empresariais permitem a localização ordenada de atividades industriais, minimizando os impactos ambientais.</li> <li>- Plano de Ação para a Mobilidade Urbana Sustentável (PAMUS) com a promoção do uso de transportes sustentáveis e a promoção de uma mobilidade ambiental mais sustentável.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Degradação de muitos imóveis com valor patrimonial, alguns em risco de ruína, um pouco por todo o concelho.</li> <li>- Degradação urbana através da ausência de uma dinâmica de reabilitação do edificado, já bem visível na sede do concelho.</li> </ul>
INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS	
Pontos fortes	Pontos fracos
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Boa cobertura da rede de abastecimento de água (88%).</li> <li>- Boa cobertura da recolha de resíduos sólidos urbanos (indiferenciados e seletivos).</li> <li>- Existência de quatro novos centros escolares.</li> <li>- Boa rede equipamentos desportivos de base.</li> <li>- Existência várias IPSS que oferecem respostas sociais, designadamente a idosos, crianças e pessoas carenciadas.</li> <li>- Equipamentos sociais recentemente construídos.</li> <li>- Serviço municipal de ação social.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Crescente aumento da taxa de cobertura da rede de saneamento, mas mantêm-se ainda muito baixa (25%)</li> <li>- Utilização frequente de captações de água particulares (não controladas) para consumo humano</li> <li>- Pouca aposta em medidas de poupança de energia ao nível da iluminação pública e dos equipamentos públicos.</li> <li>- Ausência de um espaço coberto adequado a acolher grandes eventos.</li> </ul>
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Integração no sistema multimunicipal de águas e saneamento da Águas do Norte.</li> <li>- Aproveitamento de programas de financiamento para reabilitar equipamentos existentes.</li> <li>- Dinamização de iniciativas de voluntariado.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Necessidade crescente de respostas sociais para a população idosa.</li> <li>- Redução dos fundos comunitários e do investimento público nos próximos anos.</li> </ul>

## 10.1 - AVALIAÇÃO DOS EFEITOS DO PLANO

### 10.1.1 – SÍNTESE DA AVALIAÇÃO

Quando olhamos para os diversos indicadores contidos neste relatório e nas perspetivas contidas nos vários documentos que enformaram a plano diretor municipal (PDM) de Celorico de Basto aprovado em finais do ano de 2014 podemos concluir, de forma genérica, que a sua evolução económica, social e territorial esteve em linha com as perspetivas então traçadas. E nem a conjuntura de recessão que marcou o período de assistência financeira ao nosso país provocou alterações significativas, pois na altura já eram expectáveis: quebra da população, sobretudo nas classes etárias mais jovens, tendência de polarização dos aglomerados urbanos das Vilas de Celorico, Fermil, Gandarela e aglomerado da Mota.

Há, contudo, questões de natureza social que nos devem levar a refletir e que têm impacto nas políticas públicas e, tal como as analisamos, não podemos deixar de as referir.

Numa altura em que tanto se fala na **transferência de novas competências** importa perceber, com clareza, se as mesmas correspondem a funções e serviços que a autarquia já desenvolve (nalguns casos sim), ou se correspondem a serviços com implicações financeiras, humanas e organizacionais que resultarão deste processo. Este processo legislativo, que deverá ter como prioridade o reforço do serviço público prestado às populações, não poderá vir a colocar em causa a universalidade das funções sociais do Estado consagradas na Constituição, como são o caso das áreas da educação, da saúde ou da habitação. Neste momento está em causa o cabal conhecimento sobre as matérias a transferir e em que condições, o que não é completamente descortinável mesmo após a publicação de cada um dos Decretos-Lei. Por exemplo na área da educação os municípios que assumirem o leme da descentralização terão não só que contratar e gerir o pessoal não docente como também tratar da gestão e manutenção do equipamento escolar, das cantinas e demais funções que já hoje desempenha. Dado tratar-se de um processo gradualista, as novas competências só serão obrigatórias em 2021, mas até lá é necessário preparar todo o processo. Existem diplomas, como os relativos à saúde e à educação, que não foram consensualizados entre o Governo e os municípios, que envolvem transferência de verbas porque também envolvem, entre outros temas, a transferência de funcionários ou de instalações para os municípios.

**A longevidade terá um impacto profundo nas políticas públicas** e nos serviços sociais muito para além do setor dos cuidados de saúde, desde os sistemas de ensino até à necessidade de alojamento e mobilidade adaptada às pessoas de idade. O envelhecimento da população pode ser uma fonte de novos empregos devido à rápida evolução do setor da economia social, seja atividades de lazer ou prestação de cuidados. Celorico de Basto tem já uma extensa rede de equipamentos sociais, com respostas diversificadas. Respostas que serão enriquecidas com a criação de quatro centros de dia em estruturas já existentes. Mas o envelhecimento também cria novas necessidades que é preciso satisfazer. Atualmente, muitas das pessoas com mais de 65 anos de idade vive sozinha e destas pessoas, com mais de 75 anos, dependem de cuidados de saúde informais que são prestados sobretudo pelos

familiares em primeiro grau. O espaço público e os equipamentos têm que se adaptar a esta nova realidade. As questões de mobilidade ganham um peso muito significativo.

**As taxas de natalidade estão em declínio**, situação que em muito contribuiu para a redução da população em idade escolar, sobretudo no pré-escolar e no 1º ciclo do ensino básico. Esta situação foi ainda agravada no período de crise económica com a saída de muitos casais jovens, quer para o estrangeiro quer para os principais centros urbanos do nosso país. A fixação dos mais jovens é fundamental para reverter esta situação, o que só será conseguido com perspectivas de trabalho estáveis, boas estruturas de acolhimento de crianças e uma organização do trabalho adaptada à vida familiar.

**Os nossos estilos de vida também estão a mudar**, mesmo num concelho com um traço de ruralidade profunda. Essas mudanças incluem a quebra de laços maritais, diferentes tipos de relações e um enfraquecimento dos laços familiares alargados. Isto significa mais liberdade individual para viver de forma independente, mas também implica riscos crescentes de isolamento social e de menor estabilidade na vida das pessoas. Prevê-se que esta tendência se mantenha o que suscita novas questões de equilíbrio entre vida profissional e privada e de responsabilidades em matéria de prestação de cuidados.

**As mudanças da população acontecem numa fase de urbanização crescente.** As Vilas de Celorico de Basto, Gandarela, Fermil e Aglomerado da Mota concentram cada vez mais a população concelhia. Esta tendência será mantida no futuro mesmo num quadro de perda de população total. Esta situação a par do envelhecimento crescente coloca um grande desafio no futuro: tornar o ambiente urbano mais inclusivo e acessível a fim de se adaptar às necessidades de uma população diversificada, incluindo pais que trabalham, pessoas com deficiência e idosos. Grande parte do diagnóstico e estudo das soluções está realizado. Importa canalizar os meios financeiros para a sua concretização.

**A vida laboral está a ser radicalmente transformada** em todo o mundo pelo efeito combinado do progresso tecnológico, da globalização e do crescimento do setor dos serviços. Com efeito, setores inteiros da economia estão a ser redesenhados devido à economia colaborativa e às plataformas em linha. O emprego no concelho está ainda muito centrado em unidades de pequena e média dimensão em sectores tradicionais e de mão de obra intensiva. Os desafios do futuro são imensos, nesta área, e devem articular os sistemas de ensino, as empresas e as entidades públicas, num plano de ação que prepare a população ativa e aquela que vai entrar no mercado de trabalho para os desafios que tem de fazer frente a um ritmo crescente de mudança, quer pela aquisição de novas competências e pela adaptação a novos modelos empresariais. Devido ao ritmo das mudanças tecnológicas, económicas e sociais bem como das mudanças ambientais e climáticas, alguns dos atuais empregos tornar-se-ão obsoletos e as competências necessárias para os mesmos ficarão desatualizadas. Os sistemas de educação têm de se modernizar para responder a estes desafios. É provável que a maioria das crianças que hoje começa o ensino primário mais tarde trabalhe em novos tipos de empregos que atualmente ainda não existam. Este quadro suscita muitas questões quanto ao futuro do trabalho em si. É difícil prever o impacto total da automatização e da inteligência artificial na futura disponibilidade de postos de trabalho e no ritmo a que essa evolução pode acontecer. O certo é que os trabalhadores de todas as idades serão cada vez mais solicitados a adaptarem as suas competências às evoluções tecnológicas e a atualizarem continuamente essas competências. Esta é a realidade para a qual as empresas, as escolas,

os centros de formação, as universidades e as entidades públicas com responsabilidades locais devem preparar a sua população.

### **Dinâmicas de Planeamento / Problemáticas e Desafios do Ordenamento do Território**

A inexistência de uma política europeia para o ordenamento do território, a complexidade, rigidez e opacidade legislativa, a ausência de uma cultura cívica valorizadora do território e o modelo de governança territorial são reconhecidos como alguns dos principais entraves a uma abordagem integrada e articulada ao território, assistindo-se a bloqueios, desde logo, na deficiência de articulação de políticas setoriais com impactes territoriais, o que conduz à dispersão de recursos e à ausência de respostas diferenciadoras e conexas de valorização dos territórios.

As Terras de Basto (Celorico de Basto, Mondim de Basto, Cabeceiras de Basto e Ribeira de Pena) e as Terras do Tâmega e Sousa (CIM do Tâmega e Sousa) concentram em si um dos maior paradoxos da governança territorial a nível nacional, onde a concretização da estratégia regional global está dependente de instrumentos financeiros concebidos e geridos de fora, sendo ainda mais determinante o reforço de modelos de governação com foco no território. Na verdade os concelhos de Basto, primeira célula de unidade do concelho de Celorico face aos concelhos limítrofes, estão espartilhados por três Comunidades Intermunicipais, face à gestão dos fundos comunitários, tendo como elemento agregador a Probasto (gestão do Programa Leader) e um conjunto pequeno de outros serviços. Era fundamental um maior aprofundamento na articulação de políticas sectoriais neste espaço, de grande coesão territorial e afinidade histórica e cultural. O Tâmega e Sousa significa a integração numa célula mais ampla onde um conjunto de políticas de integração estão ainda a dar os primeiros passos. A localização do concelho no extremo deste território é uma das dificuldades com que o mesmo se confronta, tornando-o pouco atrativo para a localização de serviços e equipamentos de ordem superior.

Os planos diretores municipais, enquanto figura de relevo no sistema de gestão territorial em vigor em todos os municípios, devem ser estratégicos nas questões estruturantes, atribuindo maior visibilidade à estratégia municipal e regulamentares nas matérias de risco de pessoas e bens e proteção de valores naturais e culturais.

### **10.1.2 - MELHORIAS A INTRODUIR NO PROCESSO DE MONITORIZAÇÃO**

A elaboração do REOT defrontou-se com obstáculos que remetem para a disponibilidade de informação e para problemas organizacionais inerentes à própria Câmara Municipal. Estes dois aspetos encontram-se, frequentemente, interligados. Com efeito, nem sempre os planos são concebidos de modo a que o impacto das suas propostas seja facilmente mensurável com base na informação disponível. Esta escassez de informação tem, por sua vez, origem frequente em dificuldades de ordem organizacional.

No caso concreto do PDM de Celorico de Basto, a não incorporação de um conjunto de indicadores destinados a monitorizar a operacionalização das suas propostas e as dinâmicas ocorridas no concelho desde a sua aprovação, constituiu um obstáculo à elaboração do REOT. A recolha de informação surge ainda agravada com a inexistência de um Sistema de Informação Geográfica (SIG) suficientemente integrado e abrangente, de modo a incorporar informação permanentemente atualizada, compreendendo as diversas áreas de intervenção da Câmara Municipal.



Um segundo conjunto de preocupações relaciona-se com a organização interna da Autarquia. Uma maior articulação entre os vários setores constitui um elemento chave para uma melhor perceção dos problemas do concelho e para a eficácia da intervenção dos instrumentos destinados a orientar a sua evolução futura. Tal torna-se particularmente evidente no caso das ferramentas que oferecem amplas oportunidades de articulação transversal da intervenção autárquica, como os SIG.

A um nível mais geral, recomenda-se uma maior incorporação das preocupações de avaliação na conceção de instrumentos de política urbana, não apenas os instrumentos de gestão do território como os que se relacionam com as políticas territoriais em geral (com destaque para as ARU) e com as políticas sectoriais com forte impacto no território.

A dinâmica económica e urbanística moderada tem colocado pouca pressão sobre o consumo de recursos naturais e de solo. Tal não nos deve afastar dos bons princípios de racionalidade na utilização do solo importando apostar numa maior circularidade de usos prolongando a vida útil de produtos, componentes e materiais. O conceito de circularidade da economia deve, também, ser aplicado de modo mais vincado ao ordenamento do território e ao urbanismo, reforçando os princípios de: nucleação da edificação; contenção da construção em solo rústico; reaproveitamento e refuncionalização de espaços abandonados, vagos ou livres em meio urbano e em meio rural.

No contexto das mudanças e dos desafios que se colocam ao desenvolvimento é fundamental promover o alinhamento entre os instrumentos de gestão territorial e os vários planos, programas e estratégias, recentes e em curso, que estabelecem compromissos nacionais e regionais. Os instrumentos de gestão territorial deverão preparar o território, os serviços e as atividades para uma população mais envelhecida, promover as melhores práticas de resiliência e soluções sustentáveis de base natural (espécies e culturas, proteção do solo).

Na elaboração do REOT salientam-se os obstáculos que se levantam em termos estatísticos que advêm do facto da organização administrativa territorial, na qual Celorico de Basto está inserido atualmente, não integrar os espaços de relação natural deste concelho com os concelhos limítrofes.

Esta configuração incomum e as alterações que as séries estatísticas têm vindo a sofrer ao longo dos anos, tornam a recolha de informação e a produção de indicadores particularmente difíceis e dificultam a análise de algumas dinâmicas territoriais relevantes.

### **10.1.3 – BREVE RESUMO DOS INDICADORES**

- A População residente tem vindo a decrescer ao longo dos últimos anos. Também a estrutura etária da população residente é marcada por um acentuado envelhecimento demográfico. A natalidade teve uma trajetória variável de declínio seguida de um aumento. No que diz respeito à mortalidade, esta tem vindo a decrescer reflexo do aumento da qualidade de vida e conseqüentemente do aumento da esperança média de vida. Como fator positivo ressalva-se um aumento significativo das famílias nos últimos anos.

- Quanto à escolarização da população há aspetos positivos a sobressair: a taxa de analfabetismo é cada vez mais reduzida, a taxa de abandono escolar tem decrescido consideravelmente e a qualificação académica é cada vez mais elevada, notadamente cada vez mais indivíduos completam o ensino superior.
- O número de empresas sobretudo do setor terciário tem vindo a crescer bem como o nível de escolaridade da população empregada. No entanto a alteração da base económica é ainda pouco significativa no concelho e a taxa de desemprego ainda é considerável.
- O turismo no concelho encontra-se em expansão, com a oferta de alojamento turístico em crescendo e o aumento gradual do número de visitantes/ turistas que descobrem o concelho.
- Foram realizadas intervenções de qualificação do espaço público, com impacto positivo na qualidade de vida da população do concelho.
- Nos processos de operações urbanísticas verifica-se um claro predomínio de licenças de construção emitidas em solo urbano. Para tal contribuíram as alterações realizadas na revisão do PDM em vigor.
- Foi implementado um sistema educativo municipal ajustado à procura de alunos que assentou na construção/requalificação de equipamentos de educação e ensino, tendo a última intervenção incidida na requalificação da Escola Básica e secundária de Celorico de Basto e estando apontadas intervenções menores para as escolas do 2º e 3º ciclos da Mota e de Gandarela.
- A rede de equipamentos sociais para idosos tem vindo a ser alargada através do reforço da capacidade instalada em lar e serviço de apoio domiciliário.
- Persistem más condições de acessibilidade externa como entrave para afirmação do desenvolvimento local. Foi apenas lançada a obra da Variante do Tâmega de Celorico a Mondim de Basto. É urgente a conclusão da Variante à EN 210 de Celorico a Arco de Baúlhe, por forma a ligar a Autoestrada A7 à A4 (Arco de Baúlhe e Amarante). Existe a necessidade de reforço das condições de mobilidade do aglomerado da Mota com as Cidades de Felgueiras e Lixa, condição fundamental para a afirmação da mobilidade externa do quadrante Sudoeste do concelho, assim como é importante a execução do nó na Lameira como afirmação da mobilidade externa do quadrante Noroeste do território de Celorico de Basto.
- De salientar a presença de uma boa rede de ecopistas (para além da ecopista da linha do Tâmega), para além de que a promoção do uso de transportes sustentáveis constitui um grande desafio, dado a topografia do território. Deste modo, importará no futuro rever a oferta de uma rede de transportes públicos regulares, frequentes e confortáveis, com boas ligações. Importará também incentivar a uma utilização racional do automóvel particular ao mesmo tempo que promover uma mobilidade ambiental mais sustentável com recurso à rede de ecopistas a par da implementação de medidas inovadoras de mobilidade urbana sustentável que tem vindo a ganhar expressão.

- No setor agrícola e de turismo rural têm vindo a ganhar expressão projetos financiados por fundos comunitários, ligados principalmente à “instalação de jovens agricultores” e de “conservação e valorização do património rural”. A par destas ações existe um incremento significativo de áreas de solo rural reconvertidas em plantação de vinha, bem como de plantações de pequenos frutos, aromáticas e cogumelos em estufa.
- No âmbito da inovação tecnológica tem vindo a ser reforçada a rede de fibra ótica abrangendo grande parte dos principais núcleos urbanos do concelho. É fundamental que esta rede tenha cobertura total, sendo a parte do território mais descoberta o quadrante da Mota e a zona sul do concelho, na qual o sinal hoje, com a rede instalada, é insuficiente.
- Foram realizadas muito pequenas alterações das redes de infraestruturas e equipamentos. Continuam a persistir as lacunas ao nível da cobertura do concelho na área do saneamento básico e por executar a rede de abastecimento de água de todo o vale de Infesta, abrangendo as freguesias de Basto, (Sta. Tecla) e Infesta e os Lugares de Nespereira, Soutelo, Barreiro, Cerdeira, Vacaria e Pereira.
- Apesar das lacunas na rede de abastecimento de água, tem vindo a aumentar aqueles que dela se servem. Além disso também é de referir que a sua qualidade é segura.
- Verifica-se a necessidade na implementação de novas políticas ambientais fundadas em soluções economizadoras de energia e amigas do ambiente e a concretização de uma estrutura verde global equiparada aos padrões referenciados pela DGT.
- A criação de novos espaços verdes, bem como a sua manutenção, tem vindo a ser implementada, nomeadamente nos principais polos urbanos do concelho, o que resultou num espaço urbano mais equilibrado e qualificado.

## **10.2 – REVISÃO DO PDM DE CELORICO DE BASTO**

Em resultado das últimas alterações do quadro legislativo relativo ao ordenamento do território, com a publicação da nova Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo (LBPPSOTU) e do novo RJIGT torna-se necessário proceder à revisão do PDM de Celorico de Basto por forma a adequá-lo às alterações legislativas (artigo 124.º, n.º 2 do RJIGT).

Nos termos do artigo 50.º da LBPPSOTU, a atualização dos planos territoriais decorrentes da entrada em vigor de normas legais e regulamentares é obrigatória, devendo ser feita no prazo máximo de 5 anos após a entrada em vigor do RJIGT (artigo 199.º, n.º 2 do RJIGT), prazo que termina em julho de 2020.

Neste contexto, deve ser iniciado o procedimento de revisão do PDM às alterações legislativas decorrentes da nova LBPPSOTU e do novo RJIGT (artigo 124.º, n.º 2 do RJIGT).

# INFORMAÇÕES TÉCNICAS

## Informação sobre a cartografia dos mapas

### Cartografia de Referência

Identificação da cartografia de referência: cartografia digital vetorial à escala 1:10 000

Referência Espacial:

Projeção cartográfica	Gauss-Kruger
Datum altimétrico	Marégrafo de Cascais
Datum planimétrico	Datum Lisboa
Elipsoide de referência	Hayford (ou Internacional 1924)
Origem das coordenadas	Castelo S. Jorge (Lisboa)

As coordenadas foram transformadas para o sistema de coordenadas ETRS89.

Por indicação da Direção de Serviços de Geodesia, Cartografia e Informação Geográfica da DGT, não é necessário homologar a transformação do sistema de georreferência.

Fonte da cartografia de referência:

Sistema de Referência e Datum	PT-TM06/ETRS89
Projeção Cartográfica	Geodetic Reference System 1980, Transversa de Mercator
Transformação para o sistema de georreferência PT-TM06/ETRS89, produzida de acordo com o artigo 3.º-A e 4º do Decreto-Lei n.º 141/2014, de 19 de Setembro.	

### Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP) 2016.0

Na realização dos mapas deste documento foi utilizada a Carta Administrativa Oficial de Portugal em vigor, versão CAOP 2016, não existindo até à data e na versão em vigor alterações nos limites administrativos do concelho.

## BIBLIOGRAFIA

Agência Portuguesa do Ambiente e Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, (2008) - Relatórios do Estado do Ambiente e do Ordenamento do Território em Portugal - 20 anos, APA, Amadora

Câmara Municipal de Celorico de Basto (2014), Plano Diretor Municipal de Celorico de Basto. Câmara Municipal de Celorico de Basto:

GeoAtributo (2013) - Relatório Ambiental da Avaliação Ambiental Estratégica do PDMCB. Câmara Municipal de Celorico de Basto

Câmara Municipal de Celorico de Basto (2014), Relatório da Proposta do Plano. Câmara Municipal de Celorico de Basto

Câmara Municipal de Celorico de Basto (2011), Estudos de Caracterização e Diagnóstico do Concelho de Celorico de Basto

ERSAR (2009-2017) - Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal, Lisboa

Instituto Nacional de Estatística, (2012) - Os Censos 2011, XV Recenseamento Geral da População e V Recenseamento Geral da Habitação, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa

Instituto Nacional de Estatística, (2012) – “Censos 1991, “Censos 2001”, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa

Instituto Nacional de Estatística (2009) - Recenseamento agrícola, séries históricas, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa

Instituto Nacional de Estatística (2009) – Estimativas Anuais da População Residente, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa

PRADA, Olga Maria Fernandes (2008), Relatórios de Estado do Ordenamento do Território: Orientações metodológicas para a sua elaboração. Tese de Mestrado em Urbanística e Gestão do Território, Instituto Superior Técnico

## REFERÊNCIAS ELETRÓNICAS

<http://www.ersar.pt/pt/site-publicacoes/Paginas/edicoes-anuais-do-RASARP.aspx>

INE (2017), Base de dados, Instituto Nacional de Estatística. Disponível em:

[https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_base\\_dados](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_base_dados)

<https://www.iefp.pt/estatisticas>

<http://www.proder.pt>

<https://rnt.turismodeportugal.pt/RNT/ConsultaRegisto.aspx>

## LEGISLAÇÃO

**Decreto-Lei n.º 80/2015**, de 14 de maio [Aprova a revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial RJIGT, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro]

**Decreto-Lei n.º 232/2007**, de 15 de junho [Regulamenta a Avaliação Ambiental Estratégica]

**Decreto-Lei n.º 124/2006**, de 28 de junho [Estabelece as medidas e ações no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios, alterado pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro]

**Despacho n.º 4385/2015**, de 30 de junho [Aprova o Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de águas Residuais (PENSAAR2020)]

**Lei n.º 31/2014**, de 30 de Maio [Estabelece as bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo]

**Portaria n.º 187-A/2014**, de 17 de Setembro [Aprova o Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU 2020)]

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/2007**, de 20 de agosto [Aprova a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS) e o seu Plano de Implementação (PIENDS)]

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 29/2006**, de 23 de março [Determina a elaboração do Plano Regional de Ordenamento do Território para a Região do Norte]